ISSN-01035576 ISSN ONLINE-2594-7869

TRAVESSIA

revista do migrante 107

Publicação do CEM - Ano XXXIX, Nº 107 - Setembro - Dezembro/2026

CEM
CENTRO DE ESTUDOS MIGRATÓRIOS



DOSSIÊ
Mudanças climáticas, migração e injustiça ambiental: o contexto brasileiro - Vol. 3

DOSSIER
Climate change, migration, and environmental injustice: the Brazilian context - Vol. 3

TRAVESSIA - Revista do Migrante

Publicação do CEM - Centro de Estudos Migratórios (Federação Internacional dos CEMs J. B. Scalabrini), de natureza interdisciplinar, que visa contribuir para o intercâmbio entre a ampla e diversificada produção do conhecimento e aqueles que atuam em movimentos sociais e pastorais junto aos migrantes.

Diretor do CEM
João Paulo Buchinger, CS

Editor-chefe
José Carlos Pereira

CONSELHO CIENTÍFICO
Alfredo José Gonçalves (Pia Soc. dos Miss. de S. Carlos/Scalabrinianos),
Carlos Bernardo Vainer (IPPUR/UFRJ), Dulce Maria Tourinho Baptista (PUC-SP),
Fernando Antonio Lourenço (CERES/IFCH/UNICAMP), Heinz Dieter Heidemann (USP),
Helion Póvoa Neto (NIEM/IPPUR/UFRJ), José Jorge Gebara (UNESP),
Lorenzo Prencipe (CSER/Roma), Marcia Anita Sprandel (ABA/CEMI/UNICAMP),
Maria Aparecida de Moraes Silva (TRAMA/UFSCar),
Oswaldo Mário Serra Truzzi (UFSCar), Rosana Baeninger (NEPO/IFCH/UNICAMP),
Sidney Antonio da Silva (UFAM).

COMITÊ EDITORIAL
Ana Carolina Gonçalves de Leite (UFPE), Ana Cristina Arantes Nasser (USP),
Carlos Freire Silva (UFPA), Darlene Ap. de Oliveira Ferreira (UNESP),
Derek Pardue (Aarhus University, Denmark), Gustavo Dias (UNIMONTES),
Érika Pires Ramos (RESAMA), Francisco Nunes (Cásper Líbero),
José Carlos Pereira (CEM/GEPHOM/USP), Léa Francesconi (USP),
Luis Felipe Aires Magalhães (NEPO/UNICAMP), Margarida Maria Andrade (USP),
Marilda Aparecida de Menezes (UFABC/UNICAMP),
Neusa de Fátima Mariano (UFSCar), Odair da Cruz Paiva (UNIFESP),
Paolo Parise, CS, Patrícia Nabuco Martuscelli (University of Sheffield - UK),
Patrícia Villen (UNICAMP), Sidnei Marco Dornelas (CEMLA),
Svetlana Ruseishvili (UFSCar), Tatiana Waldman (Museu da Língua Portuguesa),
Valéria Barbosa de Magalhães (GEPHOM/EACH/USP), Verônica Pessoa (UFCG).

EDITORAS-ASSISTENTES
Anna Ferri Davis (USP), Camilla Reis (USP), Yara Silvia Tucunduva (CEM)

EDITORA DE LEIAUT
Renata Peres (UAM)
Raquel Peres (UNIP)

CENTRO DE ESTUDOS MIGRATÓRIOS
Rua Glicério, 225 - Bairro Liberdade
01514-000 - São Paulo / SP - Brasil
Fone: (11) 3340-6952
travessia@missaonspaz.org
cem@missaonspaz.org
www.missaonspaz.org

Capa - Sergio Ricciuto Conte
sergioricciuto@gmail.com
www.sergioricciutoconte.com.br

Impressão - Max Editora e Impressões Digitais Ltda - (11) 94734-9944

É na literatura brasileira, mais do que nas Ciências Sociais, que essa dimensão sociológica fundamental aparece de modo nítido. Macunaíma, personagem de Mário de Andrade, é o herói sem nenhum caráter, o indefinido, o híbrido. Mas é em Guimarães Rosa que esse traço fundante da história social do país e da cultura brasileira está posto do modo mais belo e mais claro: a travessia. É na travessia, na passagem, no inacabado e no inconcluso, no permanentemente incompleto, no atravessar sem chegar, que está presente o nosso modo de ser - nos perigos do indefinido e da liminaridade, por isso viver é perigoso. Esta é uma sociedade fraturada entre o fasto e o nefasto, que se necessitam dialeticamente, o rio que divide nossa alma e nossa consciência, nossa compreensão sempre insuficiente do que somos e do que não somos e queremos ser. E mais que tudo, é nessa ideia de uma consciência literária dos duplos, das formas do falso, dos avessos, do descolamento entre forma e conteúdo, expressão do inacabado e inacabável, que está também posto o nosso justo medo da travessia, nossa condição de vítimas, mais do que de beneficiários, da modernidade (MARTINS, 2012, p.22)

MARTINS, José de Souza. **A sociabilidade do homem simples**: cotidiano e história na modernidade anômala. São Paulo: Contexto, 2012.

SUMÁRIO/ SUMMARY

APRESENTAÇÃO
Mudanças climáticas, migração e injustiça ambiental: o contexto brasileiro 07
Érika Pires Ramos; Helion Póvoa Neto; José Carlos Pereira; Márlio Lourenço Fernandes

PRESENTATION
Climate change, migration and environmental injustice: the Brazilian context 15
Érika Pires Ramos; Helion Póvoa Neto; José Carlos Pereira; Márlio Lourenço Fernandes

ARTIGOS
Nos tempos de hoje, os encantados migram: um estudo das territorialidades e mobilidades dos vazanteiros e quilombolas do norte de Minas Gerais, diante das mudanças climáticas
In today's times, the enchanted migrate: a study of the territorialities and mobilities of the Vazanteiros and Quilombolas of North of Minas Gerais, in the face of climate change 23
Maria Cecília Cordeiro Pires

Refugiados ambientais como novos sujeitos de patrimônio: reconhecimento, memória e direitos culturais
Environmental refugees as new subjects of heritage: recognition, memory, and cultural rights 45
Paula Louise Fernandes Silva; Beatriz Flexa Ribeiro Proença Gomes da Silva; Daniella Cristiane Santos Oliveira

Flagelados do Nordeste: retalhos de vida
Displaced people from the Northeast: fragments of life 63
Alzira Lobo de Arruda Campos; Célia Regina de Toledo Lucena; Patrícia Margarida Farias Coelho; Marília Gomes Ghizzi Godoy; Vinicius Ferreira Lima

Transformações socioambientais e migração adaptativa no Vale do Jequitinhonha, Minas Gerais, Brasil
Socio-environmental transformations and adaptive migration in the Jequitinhonha Valley, Minas Gerais, Brazil 85
Márlio Lourenço Fernandes

Contradições da transição energética no enfrentamento à crise climática: conflitos socioterritoriais e deslocamentos ambientais de povos e comunidades tradicionais
Contradictions of the energy transition in the confrontation of the climate crisis: socio-territorial conflicts and environmental displacement of Indigenous and Traditional Communities 113
Clarissa Marques; Ingrid Tereza de Moura Fontes; Pedro Henrique de Carvalho

Causas e consequências do desastre no Rio Grande do Sul para os deslocados ambientais - 2024
Causes and consequences of the disaster in Rio Grande do Sul for environmental displaced persons - 2024 129
Andrea Pacheco Pacífico, Beatriz Quintanilha da Silva, Andressa Santos de Carvalho e Rafael Silveira Guimarães

Direitos humanos em situações de emergência climática: a atuação de diferentes atores nas inundações de maio de 2024 no Rio Grande do Sul
Human rights in climate emergency situations: the actions of different actors during the May 2024 floods in Rio Grande do Sul 153
Luíza Fantin Bergamaschi e Fernanda Storck Pinheiro

Para além dos números: a importância da coleta de dados qualitativos de populações atingidas por desastres
Beyond the numbers: the importance of collecting qualitative data from populations affected by disasters 175
Marina Zwetsch Baldez

Reflexões sobre a governança dos deslocados ambientais a partir das enchentes do Rio Grande do Sul em maio de 2024
Reflections on the governance of environmentally displaced persons following the Rio Grande do Sul floods in May 2024 191
Júlia Sabino Rodrigues Cunha

RELATOS
Desastres de maio de 2024 no Rio Grande do Sul: impotências e ausências
May 2024 disasters in Rio Grande do Sul: impotence and absence... 205
Patrícia Grazziotin Noschang

A nossa atuação, mesmo que pequena diante da enormidade do desastre (ambiental), pode ser decisiva
Our actions, however small in the face of such na immense (environmental) disaster, can be decisive.....217
Marina Zwetsch Baldez

Desastres ambientais e migração forçada: impactos do acolhimento de haitianos no Brasil
Environmental disasters and forced migration: impacts of hosting Haitians in Brazil.....223
Ana Carolina Alves Dias, Ana Beatriz Aquino de Macedo Martins, Júlia Silva de Freitas, Marcos Henrique Santos Neves, Maria Fernanda Brito dos Santos de Pinho e Mariana da Cruz Zucchi

CONTO
A mãe d'água
The mother of water 231
Paulo André Alves do Amaral

TEXTOS DO FLUXO CORRENTE

ENSAIO
Comunión y compromiso en la realización del Proyecto Misionero Regional (2025-2030): diagnóstico migratorio.
Communion and commitment in the implementation of the Regional Missionary Project (2025–2030): migration diagnosis.....235
Marco Strona

ARTIGOS
Impossibilidade cultural crônica, categorias da diferença e experiências de cuidado em saúde entre indígenas Warao e profissionais da saúde em João Pessoa – PB
Chronic cultural impossibility, categories of difference and healthcare experiences among Warao indigenous people and health professionals in João Pessoa – PB.....259
Andrés Felipe Bernal Restrepo

Esperança e desafios: representações sociais de mulheres imigrantes haitianas acerca de sua condição de imigrante no Brasil
Hope and challenges: social representations of Haitian immigrant women about their immigrant status in Brazil.....281
Maria Solange Ferreira Alves; Evangelia Kotzias Atherino dos Santos; Marli Terezinha Stein Backes; Andréia Isabel Giacomozzi; Adriana Bitencourt Magagnin; Juliana Silveira Bordignon

Diásporas africanas como atores transnacionais: casos da Nigéria e de Cabo Verde
African diasporas as transnational actors: cases from Nigeria and Cape Verde.....303
Wagner Alexandre Sitoe

Fé e crise de sentido em contexto de travessia: debates teóricos e experiências reais do processo de migrar
Faith and crisis of meaning in the contexto of crossing: theoretical debates and real experiences of the migration process 323
Paula Carlos de Souza

NOTA DE PESQUISA
A migração chinesa
Chinese migration.....347
Samuel Kilsztajn

RESENHA
Amarela Varela Huerta e as lutas migrantes: por uma reivindicação da humanidade e do direito a ter direitos
Amarela Varela Huerta and migrant struggles: for a vindication of humanity and the right to have rights 351
Laura Santos de Souza

ARTE
Mudanças climáticas, migração e injustiça ambiental - Painel tríptico
Climate change, migration, and environmental injustice – triptych panel..... 358
Sergio Ricciuto Conte

Mudanças climáticas, migração e injustiça ambiental: o contexto brasileiro

*Érika Pires Ramos**
Helion Póvoa Neto
José Carlos Pereira
Márlio Lourenço Fernandes

APRESENTAÇÃO

Neste volume III do dossiê "*Mudanças climáticas, migração e injustiça ambiental*", o contexto brasileiro ocupa o centro das reflexões sobre os impactos sociais, territoriais e humanos da crise climática, com a maioria das contribuições dedicada à análise do desastre ocorrido no Rio Grande do Sul. Os estudos e relatos evidenciam como enchentes, secas, desastres e grandes projetos afetam de forma desigual povos e comunidades, produzindo deslocamentos, desterritorializações, perdas e danos, ao mesmo tempo em que revelam

estratégias de resistência, permanência e reconstrução. As contribuições reforçam a urgência de políticas públicas participativas orientadas pela proteção aos direitos humanos e pela justiça climática, ambiental e social.

O último volume do dossiê inicia-se com o estudo de Maria Cecília Cordeiro Pires, *"Nos tempos de hoje, os encantados migram: um estudo das territorialidades e mobilidades dos vazanteiros e quilombolas do norte de Minas Gerais, diante das mudanças climáticas".* A autora analisa as dinâmicas de mobilidade e permanência de povos tradicionais do norte de Minas Gerais, as dinâmicas socioespaciais de vazanteiros e quilombolas, grupos tradicionais caracterizados por uma profunda inter-relação com seus territórios, ecossistemas e ciclos da natureza, resistindo às pressões da modernização e do capitalismo agrário. Nesse cenário, o artigo evidencia as assimetrias produzidas pelo Projeto de Fruticultura Irrigada Jaíba, cujos impactos socioterritoriais desencadearam processos migratórios e deslocamentos forçados. Ao investigar os desdobramentos materiais e

* Veja nota biográfica dos organizadores do presente dossiê no final dessa edição.

simbólicos dessas transformações, a análise sublinha a agência e a resiliência dessas comunidades, que mobilizam estratégias de salvaguarda territorial como mecanismos de permanência e reconstrução identitária.

O artigo *"Refugiados ambientais como novos sujeitos de patrimônio: reconhecimento, memória e direitos culturais"*, de Paula Louise Fernandes Silva, Beatriz Flexa Ribeiro Proença Gomes da Silva e Daniella Cristiane Santos Oliveira, analisa os impactos do afundamento do solo em Maceió (AL), que resultaram no deslocamento forçado de famílias em diversos bairros. Este estudo analisa os desafios da preservação cultural diante de desastres ambientais e deslocamentos forçados, propondo que as populações deslocadas sejam compreendidas como novos sujeitos de direito patrimonial. A expansão epistemológica do conceito de patrimônio cultural poderia então incorporar as dimensões afetivas e as narrativas coletivas desses grupos. Paralelamente, as autoras questionam as limitações das instituições culturais tradicionais frente às transformações socioambientais contemporâneas e a sua intersecção com a mudança do clima, o direito à hospitalidade e às políticas de acolhimento. Sob essa ótica, a hospitalidade é defendida também como uma responsabilidade ética e coletiva, essencial para a efetivação da inclusão social.

As secas nordestinas são analisadas no artigo *"Flagelados do Nordeste: retalhos de vida"* como um fenômeno histórico e social marcado por profundas desigualdades no Brasil. Os autores Alzira Lobo de Arruda Campos, Célia Regina de Toledo Lucena, Patrícia Margarida Farias Coelho, Marília Gomes Ghizzi Godoy e Vinicius Ferreira Lima propõem uma abordagem interdisciplinar articulando história, sociologia e cultura popular para discutir os impactos sociais, econômicos e políticos daquele fenômeno e problematizar as relações de poder presentes na migração e na representação de seus protagonistas. A exclusão social e a migração forçada decorrentes das secas moldam a identidade dos "flagelados". A memória coletiva desses grupos é preservada por meio da literatura de cordel, de entrevistas e de manifestações do folclore popular. Nesse contexto, a linguagem assume tanto o papel de mecanismo de dominação quanto de expressão cultural, evidenciando as relações entre memória, identidade e desigualdade social.

Em "*Transformações socioambientais e migração adaptativa no Vale do Jequitinhonha, Brasil*", Márlio Lourenço Fernandes demonstra como as mudanças climáticas e a modernização do mercado de trabalho vêm redefinindo os fluxos migratórios regionais. O estudo analisa as transformações recentes da migração no Vale do Jequitinhonha, região historicamente marcada pela mobilidade laboral e pela escassez hídrica, destacando a emergência da chamada "migração adaptativa", situada entre a migração sazonal e a definitiva, como estratégia de sobrevivência diante da

crescente insegurança ambiental. As mudanças climáticas e a mecanização agrícola ampliam a vulnerabilidade dos trabalhadores rurais migrantes. A escassez de água, o aumento das temperaturas e a irregularidade das chuvas intensificam as desigualdades e a injustiça ambiental. O estudo relaciona clima, trabalho e mobilidade, contribuindo para o debate sobre migrações ambientais e permanência sustentável no campo.

O artigo *"Contradições da transição energética no enfrentamento à crise climática: conflitos socioterritoriais e deslocamentos ambientais de povos e comunidades tradicionais"*, de Clarissa Marques, Ingrid Tereza de Moura Fontes e Pedro Henrique de Carvalho, analisa criticamente os impactos sociais da transição energética, problematizando o discurso de sustentabilidade associado a projetos de energia renovável, como parques eólicos e solares, que vem gerando deslocamentos ambientais, desterritorialização e violações de direitos. Os autores evidenciam a ocultação de conflitos socioterritoriais e o enfraquecimento da participação das comunidades afetadas, relacionando a transição energética ao neoextrativismo e ao colonialismo climático, questionando sua suposta justiça e sustentabilidade. Por fim, identificam as desigualdades históricas, a exploração territorial e as estratégias de resistência construídas pelas comunidades.

Andrea Pacheco Pacífico, Beatriz Quintanilha da Silva, Andressa Santos de Carvalho e Rafael Silveira Guimarães analisam os impactos das enchentes ocorridas no Rio Grande do Sul., Em seu artigo *"Causas e consequências do desastre no Rio Grande do Sul para os deslocados ambientais",* os autores examinam as causas do desastre, bem como suas consequências sociais, ambientais e humanas. A sua análise considera também as condições anteriores à catástrofe e os desafios enfrentados no período pós-desastre. Eles utilizam referenciais nacionais e internacionais para caracterizar desastres ambientais e suas dinâmicas. Ancorados nessa perspectiva teórico-metodológica, destacam-se as inundações e deslizamentos ocorridos entre abril e maio de 2024, a insuficiência de políticas públicas de prevenção e a ausência de planejamento adequado. Por fim, chamam a atenção para os efeitos da tragédia sobre diversas dimensões da vida social, como saúde, economia, segurança, e concluem que a falta de políticas eficazes agrava significativamente os impactos dos desastres ambientais.

O artigo *"Direitos humanos em situações de emergência climática: a atuação de diferentes atores nas inundações de maio de 2024 no Rio Grande do Sul"*, de Luíza Fantin Bergamaschi e Fernanda Storck Pinheiro, analisa a proteção dos direitos humanos em contextos de desastres socioambientais. As autoras tomam como referência as enchentes ocorridas no Rio Grande do Sul em 2023 e 2024 e investigam a atuação do ACNUR e sua articulação com atores públicos e privados na resposta humanitária. Elas destacam

os impactos sociais das inundações, como a destruição de moradias e a insegurança alimentar; evidenciam o agravamento das desigualdades sociais durante a crise; e discutem a responsabilidade do poder público na prevenção e reparação dos danos. . A sua conclusão aponta para a vulnerabilidade de refugiados e migrantes em abrigos emergenciais, por um lado, e, por outro, a necessidade de ações integradas, para garantir a dignidade humana e a urgência de políticas públicas de justiça climática.

Os desastres intensificados pelas mudanças climáticas desafiam não apenas a capacidade de resposta das instituições, mas a compreensão dos seus impactos sobre as populações atingidas. Em "*Para além dos números: a importância da coleta de dados qualitativos de populações atingidas por desastres"*, Marina Zwetsch Baldez argumenta que estatísticas e indicadores quantitativos, embora essenciais, são insuficientes para captar a complexidade das experiências vividas em contextos de emergência. A autora defende a valorização da participação comunitária, dos saberes locais e da gestão ética dos dados como respostas mais justas e inclusivas nesse contexto. Acrescenta que marcadores como gênero, raça, classe, idade, deficiência e condição migratória revelam diferentes níveis de vulnerabilidade e que, para superar as limitações das análises tradicionais, a combinação entre métodos quantitativos e qualitativos é essencial para um tratamento adequado dos impactos sociais da crise climática.

As enchentes que atingiram o Rio Grande do Sul em maio de 2024 reacenderam o debate sobre a proteção de populações deslocadas por desastres ambientais. Em "*Governança dos deslocados ambientais a partir das enchentes do Rio Grande do Sul em maio de 2024"*, Júlia Sabino Rodrigues Cunha analisa como a magnitude da catástrofe mobilizou instituições públicas e organismos internacionais em torno dessa questão. A autora evidencia as limitações dos marcos jurídicos existentes para responder às necessidades dos deslocados ambientais, que permanecem sem um regime específico de proteção. Júlia S. R. Cunha discute os desafios conceituais e políticos relacionados à governança desses deslocamentos e destaca que seus impactos são agravados por desigualdades territoriais, raciais e socioeconômicas.

O relato "*Desastres de maio de 2024 no Rio Grande do Sul: impotências e ausências"*, de Patrícia Grazziotin Noschang, evidencia tanto a gravidade das enchentes de maio de 2024 quanto às falhas estruturais de gestão pública e a coordenação institucional que agravaram seus impactos. O colapso de sistemas essenciais, como energia, água e mobilidade, resultou no isolamento de cidades e na interrupção do acesso a bens básicos. Populações já vulnerabilizadas, como povos indígenas, quilombolas, comunidades pesqueiras e migrantes foram desproporcionalmente afetadas, enfrentando situações de abandono e invisibilidade. Nos abrigos, a sobreposição de

vulnerabilidades expôs diferentes grupos a condições de insegurança e discriminação. A autora ressalta que o desastre ultrapassa o evento climático, revelando desigualdades estruturais e falhas na garantia de direitos humanos e proteção social.

Um segundo relato apresentado é *"A nossa atuação, mesmo que pequena diante da enormidade do desastre (ambiental), pode ser decisiva"*, de Marina Zwetsch Baldez. A partir da sua experiência como voluntária em postos de abrigamento de pessoas e animais, a autora relata o sofrimento dos grupos afetados e o total despreparo dos governos locais, regionais e federal para administrar emergências climáticas. "Via, quase em tempo real, as medições dos rios subirem hora a hora e os pedidos de resgate se acumularem. As prefeituras não estavam preparadas: não havia barcos nem helicópteros suficientes para atender a todos os chamados. As famílias esperaram durante horas, e até dias, por socorro. Algumas ficaram em cima de telhados, outras presas entre o forro das casas e as telhas. Recordo, em especial, uma madrugada em que assisti, pelas câmeras de trânsito, a cidade de Lajeado sendo engolida pelas águas". A atuação solidária das pessoas que improvisavam meios e estratégias de socorro impediu que a tragédia tivesse alcance e profundidade ainda maior.

O terceiro relato *"Desastres ambientais e migração forçada: impactos do acolhimento de haitianos no Brasil"*, de Ana Carolina Alves Dias, Ana Beatriz Aquino de Macedo Martins, Júlia Silva de Freitas, Marcos Henrique Santos Neves, Maria Fernanda Brito dos Santos de Pinho e Mariana da Cruz Zucchi, analisa os deslocamentos forçados decorrentes de desastres ambientais. Partindo do terremoto que atingiu o Haiti em 2010, o texto discute os limites da resposta internacional diante da catástrofe. Os autores examinam a trajetória de haitianos que migraram para o Brasil em busca de reconstrução de suas vidas e interpelam as políticas de acolhimento, como a concessão de vistos humanitários, e suas implicações. Eles evidenciam as dificuldades enfrentadas pelos migrantes, como barreiras linguísticas, precarização do trabalho e as situações de discriminação e exclusão social. Por outro lado, os autores ressaltam o papel das redes de solidariedade e instituições religiosas na integração dos migrantes. Conclui-se que a complexidade da migração forçada demanda a formulação de políticas públicas voltadas à proteção integral e à justiça social, que são fundamentais ao planejamento de prevenção e respostas eficientes à dor da perda material e afetiva, especialmente para as pessoas que são forçadas a partir sem nunca saber como e aonde chegar.

Paulo André Alves do Amaral, escritor e educador popular, completa este volume III do dossiê com o belo e denso conto "*A mãe d'água*". O autor convida-nos a refletir sobre a importância da preservação ambiental através

da história de uma jia, a "*mãe da d'água*", que fugiu do desmatamento "à base de fogo e machado", tendo se refugiado no capãozinho de mato e se readaptado na nova morada na cacimba d'água nascente. A relação de interdependência mútua na natureza é mostrada como segurança e sossego, que são quebrados quando os moradores locais, movidos pela falta de informação, curiosidade ou interesses individuais, planejam a captura da jia ou algum outro uso inadequado do pequeno ecossistema. Como a profecia de um velho sertanejo dizia que a jia era a *mãe d'água* do lugar e que se fosse capturada causaria seca, infertilidade da terra e sua própria extinção, o capãozinho de mato e os demais seres se mantiveram protegidos por um tempo. No entanto, com a chegada de novos camaradas, um novo patrão e seus projetos, quem pôde, "arribou"; quem não pode, agonizou.

Temos, também, na seção "Textos do fluxo corrente" desta edição, um ensaio, quatro artigos e uma resenha.

O ensaio "*Comunión y compromiso en la realización del Proyecto Misionero Regional (2025-2030): diagnóstico migratorio*", de Marco Strona. Trata-se de um ensaio teológico-pastoral que apresenta um diagnóstico migratório da Região "Nossa Senhora Mãe dos Migrantes" (Latino-americana), dividido em três partes, seguindo o método teológico do "ver–julgar–agir". O autor apresenta uma síntese de processos migratórios contemporâneos na América Latina e no mundo. Em seguida, aponta desafios e propõe questionamentos sociológicos e reflexões teológicas, para a melhor interpretação e enfrentamento das questões sociais vividas pelas instituições de acolhimento, pelos gestores públicos e pelos próprios migrantes. Strona propõe uma política da acolhida orientada pelo respeito às alteridades e lastreadas pela vivência do amor social.

"*Impossibilidade cultural crônica, categorias da diferença e experiências de cuidado em saúde entre indígenas Warao e profissionais da saúde em João Pessoa – PB*" é o artigo de Andrés Felipe Bernal Restrepo que analisa tensões nas interações entre profissionais de saúde brasileiros — formados na tradição biomédica — e as estratégias de cuidado do sistema sociomédico Warao. O autor mobiliza noções e conceitos como "impossibilidade cultural crônica", "interseccionalidade", "arranjos em cuidado" "malhas de vida" "modos de cuidar", para buscar compreender "como diferentes marcadores — etnicidade, raça, nacionalidade e classe — se entrecruzam nas experiências Warao, configurando posições específicas nas interações com profissionais da saúde?"

"*Esperança e desafios: representações sociais de mulheres imigrantes haitianas acerca de sua condição de imigrante no Brasil*" é o artigo de Maria Solange Ferreira Alves; Evangelia Kotzias Atherino dos Santos; Marli Terezinha Stein Backes; Andréia Isabel Giacomozzi; Adriana Bitencourt Magagnin;

Juliana Silveira Bordignon. Em um estudo de caráter qualitativo, exploratório-descritivo, as autoras procuram "identificar e compreender as representações sociais de mulheres haitianas acerca da sua condição de imigrante no Brasil**.**"

Wagner Alexandre Sitoe, em "*Diásporas africanas como atores transnacionais: casos da Nigéria e de Cabo Verde*"**,** propõe uma abordagem sobre a diáspora e a migração como fen**ô**menos irreversíveis, impulsionados por redes sociais que constroem identidades plurais e fragmentadas. Em que pesem as violações de direitos, as restrições políticas e a xenofobia, as diásporas desempenham um papel crucial na cooperação entre países. De acordo com Sitoe, "o transnacionalismo desafia as concepções tradicionais de identidade nacional, criando espaços sociais que transcendem fronteiras, tornando as diásporas como agentes de mudança e desenvolvimento."

Paula Carlos de Souza, em "*Fé e crise de sentido em contexto de travessia: debates teóricos e experiências reais do processo de migrar*", mobiliza conceitos filosóficos e teológicos, como **"**Estruturas de Plausibilidade", "Comunidades de Vida", "crise de sentido", "fé", "entrelugares" e entrevistas com imigrantes peruanos, mexicanos que frequentam a Missão Paz, em São Paulo. A autora nos convida a uma reflexão sobre os processos de desconstrução e construção do sentido e das crises que se desencadeiam nas rupturas provocadas pelas travessias forçadas ou espontâneas.

Laura Santos de Souza, em uma resenha criativa, nos convida a ler o livro *"Por el derecho a permanecer y a pertenecer: una sociología de la lucha de migrantes"* de Amarela Varela Huerta. Laura Souza enfatiza a necessidade das lutas por direitos e por recursos de esperança para a permanência e o pertencimento com dignidade.

O ensaio e os demais artigos da seção "Textos de fluxo permanente" são independentes do Dossiê "Mudanças climáticas, migração e injustiça ambiental" que integra este volume 3. Contudo, todos os textos dialogam com a temática central, abordando em suas análises — ainda que de forma secundária — a mobilidade humana e as transformações do clima.

Para além de evidenciar a conectividade entre as realidades problematizadas pelos autores, esta edição da *Revista Travessia* contribui para consolidar na agenda dos estudos migratórios, em termos teóricos, metodológicos e conceituais, a complexa abordagem das mudanças climáticas em escalas local, regional e global. Considerando a sua abrangência, intensidade, frequência, impactos e efeitos — principalmente para povos e grupos sociais em situação de maior vulnerabilidade —, este se torna um tema imperativo nas agendas de pesquisa e de intervenção sociopolítica, com vistas a transformar o planeta em uma "casa comum", como propõe Francisco na "Laudato si".

Boa leitura!

Climate change, migration and environmental injustice: the Brazilian context

*Érika Pires Ramos**
Helion Póvoa Neto
José Carlos Pereira
Márlio Lourenço Fernandes

PRESENTATION

In this third volume of the dossier "*Climate change, migration and environmental injustice,"* the Brazilian context is the center of reflections on the social, territorial, and human impacts of the climate crisis, with most contributions devoted to analyzing the disaster that occurred in Rio Grande do Sul. The studies and accounts demonstrate how floods, droughts, disasters, and large-scale projects affect peoples and communities unequally, producing displacement, deterritorialization, loss, and damage, while also revealing strategies of resistance, permanence and reconstruction. The contributions reinforce the urgency of participatory public policies oriented toward the protection of human rights and toward climate, environmental, and social justice.

The final volume of the dossier opens with Maria Cecília Cordeiro Pires's study, *"In today's times, the enchanted migrate: a study of the territorialities and mobilities of the Vazanteiros and Quilombolas of North of Minas Gerais, in the face of climate change"* The author analyzes the mobility and permanence dynamics among traditional peoples of northern Minas Gerais, as well as the socio-spatial dynamics of vazanteiros and quilombolas, traditional groups characterized by a profound interrelationship with their territories, ecosystems, and the cycles of nature, and that resist the pressures of modernization and agrarian capitalism. In this context, the article highlights the asymmetries produced by the Jaíba Irrigated Fruit Production Project, which caused socio-territorial impacts that triggered migratory processes and forced displacement. By investigating the material and symbolic consequences of these transformations, the analysis emphasizes the agency

* See the biographical note on the organizers of this dossier at the end of this issue.

and resilience of these communities, which mobilize territorial safeguarding strategies as mechanisms for remaining in their territories and reconstructing their identities.

The article *"Environmental refugees as new subjects of heritage: recognition, memory, and cultural rights,"* by Paula Louise Fernandes Silva, Beatriz Flexa Ribeiro Proença Gomes da Silva, and Daniella Cristiane Santos Oliveira, analyzes the impacts of land subsidence in Maceió (AL), which resulted in the forced displacement of families in several neighbourhoods. The study examines the challenges of cultural preservation in the face of environmental disasters and forced displacement, proposing that displaced populations be understood as new subjects of heritage rights. The epistemological expansion of the concept of cultural heritage could, therefore, incorporate the affective dimensions and collective narratives of these groups. At the same time, the authors question the limitations of traditional cultural institutions in addressing contemporary socio-environmental transformations and their intersection with climate change, the right to hospitality, and reception policies. From this perspective, hospitality is also understood as an ethical and collective responsibility, essential to achieving social inclusion.

The droughts of northeastern Brazil are analyzed in the article *"Displaced people from the Northeast: fragments of life"* as a historical and social phenomenon shaped by profound inequalities in Brazil. The authors, Alzira Lobo de Arruda Campos, Célia Regina de Toledo Lucena, Patrícia Margarida Farias Coelho, Marília Gomes Ghizzi Godoy, and Vinicius Ferreira Lima, propose an interdisciplinary approach combining history, sociology, and popular culture to discuss the social, economic, and political impacts of this phenomenon and to problematize the power relations present in migration and in the representation of its protagonists. Social exclusion and forced migration resulting from droughts shape the identity of the "scourged". The collective memory of these groups is preserved through *cordel* literature, interviews, and manifestations of traditional folklore. In this context, language assumes both the role of a mechanism of domination and that of cultural expression, revealing the relationships between memory, identity, and social inequality.

In *"Socio-environmental transformations and adaptive migration in the Jequitinhonha Valley, Brazil"* Márlio Lourenço Fernandes demonstrates how climate change and the modernization of the labour market have been redefining regional migratory flows. The study analyzes recent transformations in migration in the Jequitinhonha Valley, a region historically marked by labour mobility and water scarcity, highlighting the emergence of so-called "adaptive migration," situated between seasonal and permanent migration as a survival strategy in the face of growing environmental insecurity. Climate

change and agricultural mechanization increase the vulnerability of migrant rural workers. Water scarcity, rising temperatures, and irregular rainfall intensify inequalities and environmental injustice. The study examines connections between climate, labour, and mobility, contributing to the debate on environmental migration and sustainable permanence in rural areas.

The article *"Contradictions of the energy transition in the confrontation of the climate crisis: socio-territorial conflicts and environmental displacement of Indigenous and Traditional Communities,"* by Clarissa Marques, Ingrid Tereza de Moura Fontes, and Pedro Henrique de Carvalho, critically analyzes the social impacts of the energy transition, problematizing the sustainability discourse associated with renewable energy projects, such as wind and solar farms, which have been generating environmental displacement, deterritorialization, and rights violations. The authors highlight the concealment of socio-territorial conflicts and the weakening of affected communities' participation, relating the energy transition to neo-extractivism and to climate colonialism whilst also questioning its supposed justice and sustainability. Finally, they identify historical inequalities, territorial exploitation, and the strategies of resistance developed by communities.

Andrea Pacheco Pacífico, Beatriz Quintanilha da Silva, Andressa Santos de Carvalho, and Rafael Silveira Guimarães analyze the impacts of the floods that occurred in Rio Grande do Sul. In their article "*Causes and consequences of the disaster in Rio Grande do Sul for environmental displaced persons (2024)",* the authors examine the causes of the disaster, as well as its social, environmental, and human consequences. Their analysis also considers the conditions preceding the catastrophe and the challenges faced during the post-disaster period. They draw on national and international sources to characterize environmental disasters and their dynamics. From this theoretical and methodological perspective, they highlight the floods and landslides that occurred between April and May 2024, the insufficiency of public policies aimed at prevention, and the absence of adequate planning. Finally, they draw attention to the effects of the tragedy on various dimensions of social life, such as health, the economy, and security, and conclude that the lack of effective policies significantly exacerbates the impacts of environmental disasters.

The article *"Human rights in climate emergency situations: the actions of different actors during the May 2024 floods in Rio Grande do Sul"* by Luíza Fantin Bergamaschi and Fernanda Storck Pinheiro, analyzes the protection of human rights in contexts of socio-environmental disasters. The authors take the floods that occurred in Rio Grande do Sul in 2023 and 2024 as a reference and investigate the actions of UNHCR and its coordination with public and private actors in the humanitarian response. They highlight the social

impacts of the floods, such as the destruction of homes and food insecurity; demonstrate the intensification of social inequalities during the crisis; and discuss the responsibility of public authorities in preventing and repairing the damage occurred. Their conclusion highlights both the vulnerability of refugees and migrants in emergency shelters and the need for integrated actions to safeguard human dignity, while emphasizing the urgency of public policies aimed at advancing climate justice.

Disasters intensified by climate change challenge not only the response capacity of institutions but also the understanding of their impacts on affected populations. In *"Beyond the numbers: the importance of collecting qualitative data from populations affected by disasters"* Marina Zwetsch Baldez argues that statistics and quantitative indicators, although essential, are insufficient to capture the complexity of experiences in emergency contexts. The author advocates for valuing community participation, local knowledge, and ethical data management as essential elements of fairer and more inclusive approaches in this context. She adds that markers such as gender, race, class, age, disability, and migration status reveal different levels of vulnerability and that, to overcome the limitations of traditional analyses, combining quantitative and qualitative methods is essential for adequately addressing the social impacts of the climate crisis.

The floods that affected Rio Grande do Sul in May 2024 reignited the debate over the protection of populations displaced by environmental disasters. In *"Governance of environmentally displaced persons following the Rio Grande do Sul floods in May 2024"* Júlia Sabino Rodrigues Cunha analyzes how the magnitude of the catastrophe mobilized public institutions and international organizations around this issue. The author highlights the limitations of existing legal frameworks in responding to the needs of environmentally displaced persons, who remain without a specific protection regime. Júlia S. R. Cunha discusses the conceptual and political challenges surrounding the governance of such displacement, emphasizing that its impacts are exacerbated by territorial, racial, and socioeconomic inequalities.

The account *"May 2024 Disasters in Rio Grande do Sul: Impotence and Absence"* by Patrícia Grazziotin Noschang, highlights both the severity of the floods of May 2024 and the structural failures in public management and institutional coordination that aggravated their impacts. The collapse of essential systems, such as energy, water, and mobility, resulted in the isolation of cities and the interruption of access to basic goods. Already vulnerable populations, such as Indigenous peoples, *quilombolas*, fishing communities, and migrants, were disproportionately affected, facing situations of abandonment and invisibility. In shelters, the overlapping of vulnerabilities exposed different groups to conditions of insecurity and discrimination. The

author emphasizes that the disaster cannot be understood solely as a climatic event, as it also reveals structural inequalities and failures in ensuring human rights and social protection.

A second account presented is "Our actions, however small in the face of such an immense (environmental) disaster, can be decisive," by Marina Zwetsch Baldez. Drawing on her experience as a volunteer at shelters for people and animals, the author describes the suffering of those affected and the complete lack of preparedness among local, regional, and federal governments to manage climate-related emergencies. "I watched, almost in real time, as river levels rose hour by hour and requests for rescue piled up. Municipal authorities were unprepared: there were not enough boats or helicopters to respond to every call. Families waited for help for hours, sometimes even days. Some remained on their rooftops, while others were trapped in the space between their ceilings and the roof tiles. I remember, in particular, one night when I watched — via traffic cameras — as the city of Lajeado was swallowed by the floodwaters." The solidarity shown by individuals, who improvised their own means and strategies for providing aid, prevented the tragedy from reaching an even greater scale and severity.

The third account "Environmental disasters and forced migration*: impacts of hosting Haitians in Brazil"* by Ana Carolina Alves Dias, Ana Beatriz Aquino de Macedo Martins, Júlia Silva de Freitas, Marcos Henrique Santos Neves, Maria Fernanda Brito dos Santos de Pinho, and Mariana da Cruz Zucchi, analyzes forced displacement resulting from environmental disasters. Taking the 2010 earthquake in Haiti as its starting point, the text discusses the limits of the international response to the catastrophe. The authors examine the trajectories of Haitians who migrated to Brazil in search of ways to rebuild their lives and question reception policies, such as the granting of humanitarian visas, and their implications. They highlight the difficulties faced by migrants, including language barriers, precarious working conditions, and situations of discrimination and social exclusion. On the other hand, the authors emphasize the role of solidarity networks and religious institutions in migrants' integration. The authors conclude that the complexity of forced migration requires the formulation of public policies aimed at comprehensive protection and social justice, which are fundamental to planning prevention and effective responses to the pain of material and emotional loss, especially for people who are forced to leave without ever knowing how or where they will arrive.

Paulo André Alves do Amaral, writer and popular educator, completes this third volume of the dossier with the dense and beautiful short story *"The Water Spirit."* The author invites us to reflect on the importance of environmental preservation through the story of a *jia*, the "water mother,"

who fled deforestation "with fire and axe," taking refuge in the small patch of forest and readapting to their new home in the spring water well. The relationship of mutual interdependence in nature is portrayed as a source of security and tranquillity, which are disrupted when local residents, driven by lack of information, curiosity, or individual interests, plan to capture the *jia* or make some other inappropriate use of the small ecosystem. According to the prophecy of an old countryman, the *jia* was the *water mother* of the place, and if it were captured, it would cause drought, infertility of the land, and its own extinction. Thus, the small patch of forest and the other beings remained protected for some time. However, with the arrival of new companions, a new landowner, and his projects, those who could, left; those who could not, agonized.

In the "Current Submissions" section of this issue, we also feature an essay, four articles, and a book review.

The essay "*Communion and commitment in the implementation of the Regional Missionary Project (2025–2030): migration diagnosis*", by Marco Strona, is a theological-pastoral piece that presents a migration assessment for the "Our Lady, Mother of Migrants" Region (Latin America). It is divided into three parts, following the "see–judge–act" theological method. The author provides a synthesis of contemporary migration processes in Latin America and globally. He then identifies challenges and proposes sociological questions and theological reflections to better interpret and address the social issues experienced by reception institutions, public administrators, and the migrants themselves. Strona advocates for a policy of welcome rooted in respect for otherness and grounded in the practice of social love.

Chronic cultural impossibility, categories of difference and healthcare experiences among Warao indigenous people and health professionals in João Pessoa – PB, an article by Andrés Felipe Bernal Restrepo, analyzes the tensions that arise during interactions between Brazilian health professionals—trained within the biomedical tradition—and the care strategies of the Warao sociomedical system. The author employs concepts such as "chronic cultural impossibility," "intersectionality," "care arrangements," "webs of life," and "modes of care" to explore "how various markers—ethnicity, race, nationality, and class—intersect within the experiences of the Warao, shaping specific positions in their interactions with health professionals?"

"*Hope and challenges: social representations of Haitian immigrant women about their immigrant status in Brazil*" is an article by Maria Solange Ferreira Alves. Evangelia Kotzias Atherino dos Santos, Marli Terezinha Stein Backes, Andréia Isabel Giacomozzi, Adriana Bitencourt Magagnin, and Juliana Silveira Bordignon, in a qualitative, exploratory-descriptive study, seek to "identify and understand the social representations held by Haitian women regarding their status as immigrants in Brazil."

In "*African diasporas as transnational actors: cases from Nigeria and Cape Verde*", Wagner Alexandre Sitoe proposes an approach to diaspora and migration as irreversible phenomena, driven by social networks that construct plural and fragmented identities. Despite rights violations, political restrictions, and xenophobia, diasporas play a crucial role in cooperation between countries. According to Sitoe, "transnationalism challenges traditional conceptions of national identity, creating social spaces that transcend borders, thereby positioning diasporas as agents of change and development."

In "*Faith and the crisis of meaning in the context of crossing: theoretical debates and real-life experiences of the migration process*," Paula Carlos de Souza draws upon philosophical and theological concepts—such as "structures of plausibility," "communities of life," "crisis of meaning," "faith," and "in-between spaces" — alongside interviews with Peruvian and Mexican immigrants who frequent the "Missão Paz" in São Paulo. The author invites us to reflect on the processes of deconstructing and reconstructing meaning, as well as the crises that emerge from the ruptures caused by forced or voluntary crossings.

In a creative review, Laura Santos de Souza invites us to read the book "*Por el derecho a permanecer y a pertenecer: una sociología de la lucha de migrantes*" (For the right to remain and belong: a sociology of migrant struggles) by Amarela Varela Huerta. Souza emphasizes the necessity of struggles for rights and for sources of hope that enable people to remain and belong with dignity.

This essay, along with the other articles in the "Texts of permanent flow" section, is independent of the dossier "Climate Change, Migration, and Environmental Injustice," which is also featured in this volume. Nevertheless, all the texts engage with the central theme, addressing—albeit secondarily—human mobility and climate change.

Beyond highlighting the connections between the realities examined by the authors, this edition of "Travessia Journal" contributes to consolidating a complex approach to climate change—at local, regional, and global scales—within the field of migration studies, in theoretical, methodological, and conceptual terms. Considering its scope, intensity, frequency, impacts, and effects—particularly for peoples and social groups in situations of greater vulnerability—this topic has become imperative for research agendas and sociopolitical intervention, with the aim of transforming the planet into a "common home," as proposed by Pope Francis in "Laudato si'".

Happy reading!

Nos tempos de hoje, os encantados migram: um estudo das territorialidades e mobilidades dos Vazanteiros e Quilombolas do Norte de Minas Gerais, diante das mudanças climáticas

In today's times, the enchanted migrate: a study of the territorialities and mobilities of the Vazanteiros and Quilombolas of North of Minas Gerais, in the face of climate change

*Maria Cecília Cordeiro Pires**

1 INTRODUÇÃO

Luzia, vazanteira e quilombola, do Quilombo de Praia, em Matias Cardoso, lembra que antigamente "tudo tinha encanto", os "antigos tinham cheiro de mata, do campo", uma relação tão íntima que nem as onças os atacavam. Ainda existe e resiste uma relação recíproca entre os vazanteiros, o rio, seus encantados e toda natureza, afastados de uma separação abrupta entre cultura e natureza, humanos e não humanos.

Dentro do modo de vida vazanteiro, existe o estabelecimento de normas que vêm das crenças e costumes. Por isso, Seu Benedito, vazanteiro e quilombola, do Quilombo de Praia, diz que, na natureza, tudo tem seu domínio, que os encantados são os comandantes das águas e das matas. "A natureza é igual o que nós temos aqui. Por exemplo, na terra, lá dentro da água, também tem os comandantes, os comandantes na água que é dono de tudo, nas matas também tem". Os encantados são os seres que ditam as

* Doutora e Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Social da Universidade Estadual de Montes Claros. Bacharel em Ciências Sociais pela mesma Universidade. Pesquisadora no OPARÁ-MUTUM, NIISA e Rede Nova Cartografia Social.

regras que precisam ser seguidas, nas águas, por exemplo, há o Compadre D'Água, também chamado de Caboclo, uma espécie de homem pequeno, descrito de duas maneiras, um preto e mais tranquilo, por vezes brincalhão, já o vermelho, com grandes dentes, traiçoeiro e mais perigoso. Em alguns dias, não se deve pescar, a desobediência pode levar a punições, como ter o barco virado. É preciso pedir licença, principalmente para quem é de fora, e agradar o Compadre com fumo e pinga.

Seu Benedito conta que, há um tempo, um senhor chamado André resolveu dar um tiro no Compadre D'Água e sofreu sérias consequências. Ele morava cerca de 100 a 150 metros do rio quando decidiu atirar no Compadre, que cavou até a água chegar no batente da porta do fundo da casa de André.

> Ele desconfiou, já com medo da malinesa que ele tinha feito com o Compadre. Ele resolveu fazer uma casa no caminho do Rio Verde. Ele (Compadre D'água) foi cavando do rio até quando chegou nesse lugar e fez um sangrador, então colocaram o nome "Sangrador de André", quando o rio enche, esse sangrador não dá para sair [...]. Um dia, ia um barco cheio de gente e o Seu André estava dentro do barco e o Compadre descobriu. Velho Leonel colocou ele para deitar dentro do barco, quando chegou no meio do rio, o barco parou, parou que não ia nem para frente nem para trás, o velho muito experiente falou assim: 'Compadre, o que o senhor está querendo? Pode ter calma, pode soltar o barco, aqui tem muitos pais de família, não faz isso com nós não'. O Seu André tinha que deitar no barco e não conversar durante a reta de água, ele não conversou nada, aí que o senhor Leonel, que é muito experiente, foi pegar um pedacinho de fumo assim e soltou dentro do rio. Aquele remanso desceu rodando e levou a bolinha de fumo, o pedacinho de fumo, aí o barco começou a andar e foi embora então. (Seu Benedito, vazanteiro/quilombola, morador da Comunidade de Praia – Quilombo de Praia, Matias Cardoso, julho de 2023)

Nas matas, fica o Caipora, que vigia para que não sobrecarreguem a fauna e a flora, não ataquem as árvores e não derrubem espécies importantes. Seu Benedito conta que "ele é no sistema de um homem, ele é o comandante, dono das matas. Então, tem sempre nas matas. O povo sempre fala que dia de quarta e sexta-feira não é dia de a gente estar no mato. Não é muito bom não". Compreende-se que esses encantados comandam os manejos dos vazanteiros, para que a natureza não seja atingida negativamente, de forma predatória.

Mas os seres encantados começaram a desaparecer, nos tempos de hoje eles migram, no mesmo momento em que muitos vazanteiros precisaram também migrar.

> O Caboclo D'Água meteu foi o pé, acho que nem ele não ficou aqui, ele não está satisfeito. Não está satisfeito com isso não, porque ele é um encanto, né? Então, do jeito que tá destruindo o Rio São Francisco, ele deu foi no pé também. Mas não sei, vai que não foi embora. Ele deve tá aí, ele é o protetor do rio. (Regina, vazanteira/ quilombola, moradora do Quilombo de Praia, Matias Cardoso)

A fuga dos encantos revela mudanças externas, efeitos do avanço do capitalismo e do agronegócio. Este texto traz discussões de tese de doutorado, onde foi realizada uma etnografia multissituada, tendo como principal objetivo compreender as dinâmicas e os sentidos das mobilidades junto aos vazanteiros, que, em alguns casos, acionam também a identidade quilombola. Esse estudo sobre movimentos, mas também em movimento, percorreu comunidades do Médio São Francisco Norte Mineiro, sendo elas o Quilombo de Praia, Quilombo da Lapinha e Comunidade Vazanteira de Pau Preto, localizadas na margem direita do Rio São Francisco, no município de Matias Cardoso-MG e Comunidade Vazanteira de Ilha de Pau de Légua, à margem esquerda do rio, no município de Manga-MG. Os diálogos estabelecidos fizeram compreender a complexidade das territorialidades e das mobilidades realizadas, instigando a refletir sobre o ser vazanteiro e quilombola e suas resistências.

2 SER VAZANTEIRO E QUILOMBOLA

O Norte de Minas, segundo a regionalização do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), é uma mesorregião que compreende 89 municípios, distribuídos em sete Microrregiões: Bocaiúva, Montes Claros, Janaúba, Januária, Salinas, Grão Mogol e Pirapora. Essa é uma definição sub-regional e datada, mas remontando à sua trajetória histórica, é possível compreender os modos de vida e relações das comunidades que aqui se localizam, uma diversidade de identidades que se expressam tanto ambientalmente como culturalmente.

A constituição do Norte de Minas foi baseada nas grandes fazendas de gado, dos currais de boi, que revela a relação com o Nordeste brasileiro, já que as fazendas "seguiram as margens do Rio São Francisco e alcançaram o

Norte de Minas, trazendo a pecuária extensiva e a marcha dos latifúndios que se tornaram características da ocupação e estruturação regional (PAULA, 2009, p.65).

Na condição dos períodos de avanço de bandeiras ao Vale do São Francisco, houve uma fixação na parte média e que deu partida ao povoamento dessa área. Nesse período, o lado direito do Rio São Francisco ficou subordinado à Capitania da Bahia, enquanto o lado esquerdo à Capitania de Pernambuco. "A chegada da bandeira anônima paulista capitaneada por Mathias Cardoso de Almeida constitui-se, pois, como o evento fundante da sociedade pastoril situada no atual Norte de Minas" (COSTA, 2005, p.15).

Os bandeirantes fundadores, que vieram para essa localidade, eram parte da bandeira de Mathias Cardoso, inicialmente situados nas margens do Rio Verde Grande, próximo à sua foz com o Rio São Francisco. Seus membros intencionavam aprear os indígenas para vendê-los como escravos e exterminar quilombos. Depois do estabelecimento no Rio Verde Grande, chegaram e se fixaram nas margens do Rio São Francisco, onde ainda hoje existe o Arraial do Meio, no município de Matias Cardoso, depois fundaram o Arraial de Morrinhos, onde hoje se localiza a cidade de Matias Cardoso, nome do bandeirante fundador.

O processo de formação histórica da região do Norte de Minas vai refletir-se no contexto atual, nos modos de vida e desafios encontrados nas comunidades rurais locais. Costa (2005) afirma que, no imbricamento dos processos civilizatórios ao longo da trajetória histórica regional, as características de cada agrupamento humano que ali se fixou (indígenas, negros, paulistas e nordestinos) "contribuíram para dar à essa sociedade e à sua cultura a sua singularidade que a faz única no conjunto das sociedades que compõem a humanidade" (COSTA, 2005, p.28). Para o autor, a pluralidade faz do lugar a síntese da nação brasileira, assim temos os Povos e Comunidades Tradicionais que, através de suas culturas, identidades específicas e contrastivas, compõem o mosaico identitário regional.

Apoiado na relação de distintos povos, o Norte de Minas se formou. A partir dos estudos etnográficos realizados na região[1] e a mobilização dos povos tradicionais, atualmente temos, com base no critério da autoatribuição, o acionamento de diferentes identidades: vazanteiros; veredeiros; apanhadores de flores; vacarianos; caatingueiros; quilombolas; indígenas e geraizeiros[2], identidades que também podem ser múltiplas, como é o caso de algumas comunidades vazanteiras que se reconhecem juntamente enquanto quilombolas e pesqueiras.

Comunidades como Praia, Lapinha, Pau Preto e Pau de Légua, que, dentro do contexto das múltiplas identidades acionadas, ao longo dos anos mantiveram relações e estratégias de defesa, o que fez Costa (1999) afirmar a existência de um grande território negro na região, o campo negro do

Jahyba[3]. Em sua dissertação sobre Brejo dos Crioulos, quilombo situado nos municípios de São João da Ponte, Varzelândia e Verdelândia, realizou um trabalho precursor na visibilização das comunidades negras rurais do Norte de Minas. Indicou que houve a formação de uma complexa rede social, formada por negros aquilombados e a sociedade envolvente. Construído lentamente, se tornou palco de lutas e solidariedade entre os diversos personagens que vivenciaram os mundos da escravidão (COSTA, 1999, p.12).

Esse campo negro foi constituído por um conjunto de grupos negros localizados às margens de lagoas, ribeirões e rios que formam a bacia do Rio Verde Grande. "Suas relações, além de percorrerem todo o vale deste rio, eram estabelecidas com povoações ao longo da bacia do Rio São Francisco, notadamente, Brejo do Amparo, Morrinhos e Malhada, e nos altiplanos com Contendas, São José do Gurutuba, Porteirinha e Tremendal" (COSTA, 2005, p.33).

A "Mata da Jaíba" indicava, no período colonial, um lugar de difícil acesso, e a grafia de "Jahyba" com y, de origem tupi-guarani, significava água/rio ruim, sujo. É utilizada pelo antropólogo para destacar o caráter insalubre da região na época, favorável à infestação de insetos causadores de doenças como a malária, inviabilizando o seu povoamento, entretanto, foi apropriada para a ocupação por negros que se aquilombaram em seu interior. Na memória dos interlocutores de Costa (1999), os negros eram resistentes à malária, ao contrário dos brancos.

Foi um tempo caracterizado como de muita liberdade no território, em Brejo dos Crioulos foi recordado como "tempo da fartura" (COSTA, 1999, p.39), para os Gurutubanos, outro importante grupo do Jahyba, foi denominado por Costa Filho (2009, p.96) de "tempo das soltas ou carrancismo". Costa (1999) afirma que a memória dos seus interlocutores indicou o vínculo de diversas localidades a outras comunidades negras desde o século XIX. "As localidades aí existentes não constituíam um mundo social fechado e intransponível, abriam-se para relações umas com as outras, mas também com populações situadas nos Gerais e encostas da Serra Geral" (COSTA, 1999, p. 19).

Assim, dentro desses grupos, temos o reconhecimento dos Gurutubanos, estudados por Costa Filho (2009), um dos maiores e mais antigos quilombos, localizado entre os municípios de Catuti, Gameleiras, Jaíba, Janaúba, Monte Azul, Pai Pedro e Porteirinha, que segundo seu levantamento da memória e genealogia dos troncos familiares, a região que integra o referido campo negro recua até meados do século XVIII.

Nos tempos da "fartura" e das "soltas", havia relações de reciprocidade e de solidariedade entre os grupos negros da Mata da Jahyba, como os Gurutubanos e Brejo dos Crioulos, que compunham uma complexa rede

social que os articulavam em torno de suas lutas sociais. No entanto, os tempos da liberdade foram tomados pelos "tempos dos fazendeiros" (COSTA, 1999, p.52), do "cercamento", da "grilagem" e do "afazendamento" (COSTA FILHO, 2009, p.110). Os pesquisadores apontam que o refúgio que tinham foi findado graças ao acesso da sociedade branca, por volta das décadas de 1930 e 1940, devido à construção da Estrada de Ferro Central do Brasil e também ao combate às arboviroses pelo Governo Federal, provocando rupturas nos modos de vida e expropriações.

Compreendendo a existência e o histórico desse grande, interligado e complexo Campo Negro do Jahyba, pudemos assimilar o que esse território representou para os vazanteiros do Médio São Francisco. Dentre os estudos desses grupos na região, tivemos, como um dos primeiros trabalhos, as pesquisas de Oliveira (2005), Araújo (2009) e Anaya (2012). Oliveira (2005) apontava a presença de normas e condutas sociais dos vazanteiros em relação à incorporação de pessoas "de fora" ao grupo; existia um "sistema de direitos combinados", de relações abertas ao chegante. A abertura aos chegantes é uma das características primordiais dos vazanteiros e segue os fluxos do Rio São Francisco.

Nesta pesquisa, que teve como foco os povos vazanteiros, é preciso ressaltar que o processo de formação dessas comunidades se relaciona com a vivência com o Rio São Francisco. O povoamento do Norte de Minas ocorreu por meio da movimentação de pessoas, entrelaçado com a perpetuação de desigualdades, concentração fundiária e um modelo econômico excludente. "Podemos afirmar que o Rio São Francisco funcionou como uma via migrante, levando esperança de vida" (PAULA, 2009, p.109).

Essa esperança era ansiada devido às dificuldades que encontravam, aos períodos de secas, mas também às políticas que não oportunizavam uma convivência possível dentro dessa realidade. "As migrações ocorriam através do rio e da chamada "estrada baiana" que fazia a comunicação por terra entre Bahia, Pernambuco e Minas Gerais [...] A fuga da seca, da falta de terras e trabalho em sua própria região foram determinantes para as migrações pelo rio" (PAULA, 2009, p.110).

A maioria, camponeses e camponesas que não tinham propriedade de terras, encaravam uma travessia incerta e em barcos a vapor, percorrendo por longos dias a estrada líquida do Rio São Francisco, buscando o mínimo para manter suas existências. Muitos ansiavam seguir para São Paulo em transporte ferroviário, mas, devido à longa duração da viagem, privação financeira e condições da travessia, ocorriam modificações desses planos, fazendo com que fixassem morada em cidades ribeirinhas do Norte de Minas. "A expressão 'baianos cansados' ficou conhecida na região para designar

de forma irônica os homens e mulheres oriundos principalmente da Bahia que tinham como destino São Paulo, mas que ficaram em terras mineiras" (PAULA, 2009, p.110).

Esse histórico foi evidente e evidenciado na pesquisa de campo, onde aparece a chegada de nordestinos de diferentes estados que, vindos pelo Rio São Francisco e aceitando o sistema do lugar (WOORTMANN, 1990a), tornaram-se integrados como nativos. Histórias como a dos irmãos Manoel e Luiza, do Quilombo de Praia, e de Zé Alagoano, de Pau Preto.

Manoel tinha oito anos de idade e Luiza seis anos, quando a família decidiu pegar um barco a vapor em Pernambuco, no ano de 1958, a caminho do Norte de Minas, no município de Matias Cardoso. Segundo eles, motivados pela *"falta de chuva e fome"* e pela notícia de um primo que veio anteriormente, dizendo que havia disponibilidade de águas e terras para plantar. Já Seu Zé Alagoano é mineiro de nascença e o apelido foi uma herança do seu pai, ele, sim, alagoano e que veio para o Norte de Minas por volta de 1948, junto com a esposa, que tinha origem baiana, pois lá estava muito difícil de manter a vida. Eles vieram *"correndo da fome"*, e foi em Minas Gerais, nas margens do Rio São Francisco, plantando em suas vazantes, que conseguiram *"o de comer"*. Seu Zé nunca conheceu Alagoas, mesmo sendo filho de nordestinos; construiu a sua identidade no lugar, reconhecendo a importância do *Velho Chico*, que lhe possibilitou a vida e a manutenção de sua família.

"Então foi assim, nós aqui fomos muito bem aceito sabe? Que é um povo muito trabalhador!" (Luiza, vazanteira/quilombola, moradora do Quilombo de Praia, Matias Cardoso). Serem aceitos os tornaram então do lugar, na conjuntura em que esses, hoje adultos, vieram em sua maioria ainda crianças, viveram a maior parte da vida no Norte de Minas, cresceram e se casaram em sua maioria com nativos. Mas essa aceitação também passa pelo modo de vida que era semelhante, visto que havia um *ethos* camponês e vazanteiro, pois os chegantes aceitos eram sujeitos que já praticavam a agricultura de vazantes, eram pescadores e pequenos camponeses que desempenhavam uma agricultura não patronal. Ou seja, já partilhavam de um sistema de crenças, valores, trabalho e cultura, muito próximo ao encontrado nas comunidades do Norte de Minas. Havia, dentro das diferenças que restavam, a necessidade da aceitação das regras estabelecidas, com base em critérios internos de pertencimento e exclusão. A mobilidade do território vazanteiro possibilitou a construção de um sistema de "direitos combinados".

Aceitar o "chegante" consiste numa abertura para aqueles que aderem ao modo de vida e regras sociais vazanteiras, um sistema de direitos de uso consuetudinários, baseado na solidariedade e no trabalho. Dito isso, há uma lógica de apropriação desses territórios e seus ambientes, terra firme, rio,

lagoas e ilhas, que é contrária à [lógica] da propriedade privada: a terra é percebida como terra para trabalho e coletiva, não para comercialização e individual, como visualizamos claramente nos diálogos com os interlocutores.

O ser vazanteiro parte do Rio São Francisco como símbolo do modo de vida e das relações de ribeirinhos, chamado por eles *"Velho Chico"*, *"Chico"*, *"Chicão"*. Além de ser um dos mais importantes cursos de água do Brasil e da América do Sul, que passa por cinco estados e 521 municípios, atravessando Minas Gerais e Bahia[4], representa para as populações locais algo mais, é um ente da família, que dá o alimento, mas também o tira, que possui seu próprio domínio, que tem seus encantados, como o Compadre D'Água, que cuida do rio, mas que, há algum tempo, não foi mais visto, disseram que provavelmente foi *"buscar refúgio por conta do desmatamento"*.

Tratamos, nesse estudo, de comunidades ribeirinhas, mas Seu Natalino (vazanteiro, morador da Comunidade Ilha de Pau de Légua, Manga, outubro de 2022) faz uma ressalva. *"Ribeirinho é quem tá na beira do rio, a cidade (Matias Cardoso) aqui é ribeirinha, tá na beira do rio. Agora, o vazanteiro é diferente, ele usufrui da terra da vazante, do lameiro e da terra firme"*. Vazanteiro é uma demarcação identitária, embasada em uma questão política de reconhecimento e assim entendemos que *"o vazanteiro é diferente"*, tem a sua produção alimentar que envolve além do extrativismo, criação de animais e a pesca, a cultura da vazante, do lameiro e da terra firme.

"A parte de lameiro é aquela que fica o barro que o rio deixa. Aí tem a vazante, que é uma parte de terra que o barro não vai, ela decanta antes de chegar lá [...] e aí temos a terra firme lá no alto". Seguem o ciclo do rio, da seca, da cheia e da vazante e por isso, Seu Natalino diz que são felizes: *"eu planto na época da chuva, aí o sol vem e mata, cá embaixo eu planto, o rio vem e mata, a vazante e o lameiro, o rio vem e mata. Então nós somos felizes, por que aqui no lameiro eu plantei e morreu? A vazante morreu? Terra firme ficou"*.

Essa denominação, assim como outras, está extremamente ligada às condições ambientais em que esses povos vivem e convivem. Aqueles que moram nas margens ou nas ilhas do Rio São Francisco, que praticam a pesca artesanal e a agricultura de vazante, se

autoidentificam:

> Nós somos tudo isso, uma pessoa só, pode viver do extrativismo, ele é pescador, ele é vazanteiro, é caatingueiro [...]. Se eu sou vazanteiro, eu sou também quilombola, eu planto nas vazantes e me reconheço como os dois, porque eu sou remanescente quilombola, mas também sou pescador, também sou vazanteiro[5]. (Genival, 56 anos, vazanteiro/quilombola, morador do Quilombo de Praia, Matias Cardoso, 2019)

Através dos relatos de vazanteiros na pesquisa de campo, compreendemos que a categoria vazanteiro foi escolhida por agrupar todas essas outras e por ser uma maneira de se diferenciar pela forma de apropriação do território. Dentre as quatro comunidades da pesquisa, todas se identificam enquanto vazanteiras, e duas acionam também a identidade quilombola. Há um grande grau de parentesco entre as comunidades e o vínculo entre diferentes origens, como as dos nordestinos e de outras comunidades negras do Norte de Minas, integrantes do campo negro do Jahyba.

Essa diferenciação de identidades tem relação com os processos de mobilização política que cada comunidade empenhou. Mas é importante afirmar as características intrínsecas a elas, questões que se repetem, de comunidades tradicionais, negras e que realizam a agricultura de vazante e em terra firme, e desenvolveram uma cosmovisão com maneiras de habitar o território. Uma identidade fluida, que flui com o Rio São Francisco.

O movimentar é inerente ao modo de vida vazanteiro, o vazanteiro move-se sobre seu território, enquanto seu território também se movimenta, se modifica em cada estação. Oliveira (2005) fala sobre o "costume da andança" como característica vazanteira, uma mobilidade com o rio e seus territórios, movimentos necessários para cada período, já que a própria agricultura segue um calendário fluido com o rio, se confluindo com ele. Esse território maior, que inclui terra firme, ilhas, rio, lagoas, vazantes é um território móvel, remodelado a cada cheia (OLIVEIRA, 2005, p.17).

Seu Natalino (vazanteiro, morador da Comunidade Ilha de Pau de Légua, Manga, outubro de 2022) explica que o que os diferenciam enquanto vazanteiros tem relação com o rio e seus ambientes, os quais habitam. *"Temos aí três categorias na terra [...] são três linhas de terras"*: terra firme, lameiro e vazante. A terra firme são as terras no alto, onde realizam a agricultura de sequeiro, no solo firme, plantam roças de gêneros alimentícios durante o período chuvoso. O lameiro é uma faixa de terra próxima ao rio, que fica com o barro deixado depois da enchente. Já a vazante *"é uma parte de terra que o barro não vai [...] então ela vai até aqui. Aqui ela tem uma corrida, aqui ela já começa a parar. Aí que nós temos uma vazante, ela vaza, não fica nada lá. Ela traz tudo, não deixa substância nenhuma. Essa daqui lameiro, fica uma vitamina boa que a água traz"* (Seu Natalino, vazanteiro, morador da Comunidade Ilha de Pau de Légua, Manga, outubro de 2022). Assim dizendo, existe a agricultura de sequeiro, no seco, e a agricultura de vazante, nas águas, áreas de maior umidade.

Observando o sistema de trabalho vazanteiro, compreendemos que, além das perspectivas de *"tempo das chuvas/águas"* e *"tempo das secas"*, há uma simbiose com o ciclo natural do rio, que passa pela seca, enchente, cheia e vazante, quando começa a baixar e repetir o ciclo. Um *"círculo de movimentação"*, como disse Seu Natalino:

> Um círculo de movimentação que eu faço. O que eu planto no lameiro, o lameiro produziu aí. No período chuvoso, eu tiro do lameiro, levo eu aquele banco de sementes. Tem o banco de semente natural. Eu planto aqui [terra firme], entendeu? Ela aqui não deixa a outra lá perder lá. Tá perecendo, mas eu tô levando aqui já novamente pra lá. Mas de onde que veio? A que estava aqui? Vem de lá pra cá, a gente fica fazendo um manejo, né? Um círculo daqui pra lá e de lá pra cá, direto o tempo todinho. (Seu Natalino, vazanteiro, morador da Comunidade Ilha de Pau de Légua, Manga, outubro de 2022)

Vivem *"um círculo daqui pra lá e de lá pra cá"*, o que possibilita a esses sujeitos a disponibilidade de terras fertilizadas por matéria orgânica em diferentes tempos. Ou seja, vão circulando da terra firme para o lameiro, do lameiro para a vazante e de volta para terra firme e esse ciclo perpassa também outros ambientes e funções, como lagoas, o extrativismo, a criação de pequenos animais e outros.

O São Francisco é o *"rio grande"*, os braços menores são os *"rios pequenos"*, existem as ilhas ao longo do rio, e as lagoas que se formam após as cheias. A agricultura de vazante acontece nas margens do rio, lagoas e ilhas. A pesca é um importante elemento identitário. Cada comunidade vazanteira vai possuir especificidades em suas relações com esses ambientes; em algumas, como o Quilombo de Praia, realizam majoritariamente as plantações nas lagoas, assim como a pesca; outras ficaram confinadas nas ilhas, como Pau de Légua. Todavia, salientamos que essas relações foram sendo afetadas externamente, a partir das dinâmicas fundiárias impostas.

Os encantados estão migrando, buscando por refúgio. Esse relacionamento, harmonioso com o rio e seus ambientes, foi invadido por novos tempos. Em Oliveira (2005), temos o tempo do "enxame de gente", quando agregados foram expulsos das fazendas ou posseiros tiveram suas terras griladas e foram morar nas ilhas. Em Araújo (2009), denominado como "tempo dos coronéis". Nas palavras dos nossos interlocutores, foi a chegada do tempo do *"poder das balas e das cercas"*.

3 TEMPO DO "PODER DAS BALAS E DAS CERCAS"

O sistema vazanteiro sofreu interferências, os tempos mudaram, foram sendo *encurralados*, categoria nativa que representa o acercamento dos territórios por diferentes conflitos. Onde *"quem tinha poder de bala e coragem conseguia as terras"* (Gilberto, vazanteiro/quilombola, morador do

Quilombo de Praia, Matias Cardoso), pois aqueles que possuíam o domínio da violência, possuíam também o acesso às terras na possibilidade de cercá-las ou documentá-las.

O primeiro momento desse processo de encurralamento se deu com a expropriação das terras tradicionalmente ocupadas por grandes fazendeiros, devido a grilagens de terras[6]; além de uma intensificação, a partir de 1960, durante os incentivos à modernização do campo, que representou estímulos e financiamentos a grandes empreendimentos agropecuários, sob o pretexto de desenvolvimento da região. Um grande exemplo foi a implementação do Projeto de Fruticultura Irrigada Jaíba, durante a Ditadura Militar. Maior projeto irrigado da América Latina, instalado entre os rios São Francisco e Verde Grande, nos municípios de Jaíba e Matias Cardoso, que, devido à sua grande magnitude, influenciou as dinâmicas locais, ambientais e sociais.

Agravando ainda mais a situação, ao final dos anos 1990 e início dos anos 2000, para viabilizar a sua ampliação, foi exigida uma contrapartida ambiental através da criação de Unidades de Proteção Integral (UPI). Assim, houve uma sobreposição aos territórios tradicionais vazanteiros. Hoje visualizamos, no entorno e sobrepostos aos seus territórios, grandes fazendas de gado, o perímetro de irrigação do Projeto Jaíba, terrenos marginais da União e Unidades de Conservação, como o Parque Estadual Verde Grande (1998), Parque Estadual Lagoa do Cajueiro (1998) e Parque Estadual da Mata Seca (2000). Os parques estaduais Verde Grande e Lagoa do Cajueiro ficam localizados em Matias Cardoso, afetando os territórios de Praia, Pau Preto e Lapinha, respectivamente. O Parque Estadual da Mata Seca fica no município de Manga, afetando o território da Comunidade Ilha de Pau de Légua.

Os processos de conflitos se tornaram diversos e densos, envolvendo expropriações territoriais, explorações do trabalho, fiscalizações injustas por órgãos ambientais, entre diferentes situações que perpetuaram racismos. Foram decorrentes do aval e das ações de instituições públicas, como a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) e seus incentivos para a modernização do campo; e a Fundação Rural Mineira - Colonização e Desenvolvimento Agrário (RURALMINAS) e o processo de regularização fundiária, que, dentre as ações, fez a concessão de terras consideradas devolutas, mas que eram espaços de uso comum ou solta de animais, para grandes empresas rurais.

Nesse sentido, essas instituições tiveram papel de braços institucionais, em âmbito federal e estadual, provocando a "concentração e a grilagem de terra nas mãos de grandes latifundiários da região, responsáveis diretos pela degradação ambiental das matas e rios, em consequência aos grandes projetos implementados" (ANAYA, 2012, p.79).

Essa realidade demonstra um modelo vigente, onde temos o comando e incentivo de agências multilaterais ou comunidades epistêmicas, como caracterizado por Gellert e Lynch (2003), que são forças poderosas de acumulação do capital, interesses estatais e ideologia modernizadora, apoiando a proliferação de megaprojetos. O fator econômico é de fato o central, homogeneizando tudo. Implementam um projeto de grandes proporções, que possui uma visão de natureza como mercadoria, onde as mitigações aparentam sempre possuir uma contrapartida monetária.

Modificaram um modo de vida como o vazanteiro, que tem uma simbiose com o Rio São Francisco, impedindo a reprodução plena da vida. E até mesmo a criação de Unidades de Conservação, realizada de forma hegemônica, acabou por preservar, não o meio ambiente, mas a ampliação do megaempreendimento, impondo uma ideia de vazio demográfico em áreas que só eram preservadas justamente porque existiam a vida e o manejo das comunidades tradicionais que ali já estavam.

Ficando confinados a pequenas porções de terras, esses vazanteiros convivem com excessivas tensões sobre seus territórios. As famílias foram crescendo e tiveram que buscar novas maneiras para resistir.

4 AS RESISTÊNCIAS EM MOVIMENTO DOS VAZANTEIROS

As dinâmicas que invadiram o modo de vida tradicional vazanteiro fizeram com que esses sujeitos precisassem ir para além das margens e ilhas. Diferentes comunidades se uniram para reivindicar suas identidades e demonstrar o quanto suas práticas contribuíam para a sustentabilidade ambiental. Dentro dessa união e luta política, temos a Articulação Vazanteiros em Movimento, que é um movimento social e político de articulação de comunidades vazanteiras, buscando o reconhecimento identitário, cultural e empenho das lutas territoriais.

As estratégias são diversas, tais como: protestos, intercâmbios entre comunidades, deslocamentos para debates políticos, denúncias de abuso de poder, da mortalidade de peixes, assoreamento das lagoas (entre diversos problemas ambientais resultantes dos conflitos impostos) e retomadas de territórios, já que há uma grande morosidade na Justiça quanto às titulações das terras tradicionalmente ocupadas.

Como exemplo, podemos citar alguns casos. Em 2011, a comunidade de Pau Preto fez a retomada de seu território com a ocupação da Fazenda Catelda. Em 2015, o Quilombo de Praia retoma parte da Fazenda Vila Bella, que tinha sido arrendada pelos Diários Associados de Minas Gerais a um fazendeiro, nomearam essa localidade de Acampamento Mãe Romana.

Em 2023, o Quilombo da Lapinha faz a segunda retomada de parte de suas terras, localizadas na fazenda Casa Grande, espaço que estava sob o domínio do Instituto Estadual de Florestas (IEF).

Anaya (2012) realizou um estudo específico sobre as mobilizações e reivindicações territoriais dos vazanteiros, que, no primeiro momento, se identificavam enquanto "encurralados pelos parques" e, posteriormente, se apresentaram à sociedade como "Vazanteiros em Movimento". Esse processo não indica que deixaram de ser encurralados, mas remete ao desenvolvimento de uma luta em que os grupos redefiniram maneiras de agir, de reivindicar e de se relacionar com o Estado.

> Praticando o jogo que se joga no campo ambiental. Ou seja, registra-se um primeiro tempo em que os sujeitos se dão conta da condição de atingidos, denunciando o encurralamento e outro momento de ação coletiva em que, acionando mecanismos próprios ao léxico e às formas de agir, correntes no campo ambiental, na interlocução com o Estado frente aos espaços instituídos pelo marco regulatório ambiental, começam a se identificar como "Vazanteiros em Movimento". (ANAYA, 2012, p.21-22)

Um modo de vida, que se estabeleceu em movimento, foi provocado a buscar as resistências também em movimento. Outra forma de resistir veio através de migrações internas para o trabalho, muito recorrentes nas comunidades. Os sujeitos se tornaram migrantes como resultado do encurralamento dos territórios, pois *"quando você fica encurralado, não tem espaço para o jovem, você não tem como segurar seus filhos dentro da comunidade"* (Zé Alagoano, Vazanteiro de Pau Preto). O fato de alguns migrarem influencia para que seja possível a permanência de outros, que ficaria inviável pelo tamanho do território disponível.

> E o caso do pessoal sair daqui e nós fomos migrando, foi porque as áreas das fazendas grandes foram crescendo, e cada pai aqui, a maioria tinha dez, doze, quinze filhos, outros vinte filhos. Então foi aumentando [a população] e nós ficamos com uma área muito pequena, muito restrita. E os filhos não tinham uma expectativa de crescer aqui. Os homens quando começavam a trabalhar iam para a cidade grande. (Gilberto, vazanteiro/quilombola, morador do Quilombo de Praia, Matias Cardoso)

As migrações têm como destino, principalmente, as plantações e colheitas de café no Triângulo Mineiro; há também migração para Belo Horizonte e São Paulo, onde os homens passam a trabalhar majoritariamente na construção civil e empresas agrícolas, e as mulheres, em serviços domésticos, na área de cuidados. *"Quem tem um estudo mais elevado, consegue um emprego melhor, porque nem quem tá lá estudando consegue, mas sempre para o homem é ajudante de pedreiro e para a mulher é faxineira, são esses tipos de emprego"* (Regina, vazanteira/quilombola, moradora do Quilombo de Praia, Matias Cardoso). Já são muitas gerações nessas condições, como afirma Gilberto:

> Hoje não tem terra pra todo mundo habitar aqui! Nós temos famílias em São Paulo, Belo Horizonte, tem em todo lugar tem gente daqui. Tem mais ou menos sessenta, setenta pessoas daqui que está fora, e tudo tem família lá, tem casa lá também, tá tudo alicerçado, mas, a vontade deles é tá aqui, mas realmente não dá, porque se eles forem viver aqui, eles passa necessidade. (Gilberto, vazanteiro/quilombola, morador do Quilombo de Praia, Matias Cardoso)

As ligações entre as comunidades e os lugares de destino são complexas, formam redes, são circuitos onde circulam pessoas, coisas, comidas, sentidos. Buscando entender o que os sujeitos pensam sobre esses movimentos, percebemos que aparecem de forma fluida, sendo "famílias espalhadas" por muitos territórios, conectadas por tensos vínculos, onde existe uma administração coletiva de vários espaços (COMERFORD, 2014a e 2014b).

Migrar não é necessariamente uma ruptura com a situação anterior, pode ser uma estratégia familiar de continuidade, constitutiva da própria existência da família camponesa. Essa é a posição defendida por Woortmann (1990b) que, com base em trabalhos de campo realizados em Sergipe, analisa o significado da migração para o campesinato, enfatizando seu papel como prática de reprodução social e sua relação com a hierarquia familiar, pois, para ele, camponeses são produtores de alimentos e também de migrantes. "A migração de camponeses não é apenas consequência da inviabilização de suas condições de existência, mas é parte integrante de suas próprias práticas de reprodução. Migrar de fato, pode ser condição de permanência camponesa" (WOORTMANN, 1990b, p.35).

Convivendo nas comunidades, tornou-se recorrente ouvir sobre as comidas que estavam sendo preparadas para enviar para os parentes que estão fora, pessoas circulando para apoiar familiares em momentos de doença, um de *"lá para cá"* constante. Dentre essas histórias, conhecemos,

no Quilombo de Praia, o casal Sulino e Rita, que, entre idas e vindas, morou muitos anos em Patrocínio - MG, onde trabalhavam em uma agroindústria de café, retornando para a comunidade em 2022.

Dona Rita conta que primeiro foi Sulino, que não conseguiu se adaptar e queria voltar, ela então foi a Patrocínio sem avisar, para convencê-lo e assim se estabeleceram por anos. Atualmente, em sociedade com o genro, passou a comercializar café em Matias Cardoso e região, produzido em Patrocínio e enviado por ônibus até chegar no município. De trabalhadores da lavoura, retornam como comerciantes de café. Ou seja, existem os espaços em que as pessoas circulam, mas também a circulação de coisas, em forma de presentes, ajuda e até comércio, onde o café, que antes era lidado na lavoura, se tornou fonte de renda com a comercialização no lugar de origem.

Ao falarem sobre as motivações da saída, são percebidos três grandes pontos: *"virar homem"*, *"sonhos"* e *"precisão"*. Essa decisão se liga ao momento de vida, faixa etária, estado civil, gênero e outros. No caso dos homens, durante a juventude e estando solteiros, indica os sonhos ligados a desejos de consumo, crescimento e a necessidade de *"virar homem"*, ou seja, do amadurecimento através do trabalho.

Na fase adulta e principalmente depois do casamento e filhos, a saída vem pela *"precisão"*, pela obrigação de suprir as necessidades básicas da família, como vestuário, alimentação etc.

A migração feminina, nesta pesquisa, se destaca predominantemente por motivos de *"precisão"*, uma vez que a maioria das saídas foi realizada por mães. Ainda assim, houve casos ligados aos sonhos. Uma observação importante a se fazer é que esses motivos para as saídas não se anulam, podendo coexistir. Dentro da ideia de *"precisão"*, temos um reflexo maior para a vida no Quilombo como um todo, principalmente em relação às estratégias adotadas diante do *"encurralamento"* do território e crescimento das famílias.

Sobre a maneira como conseguem os trabalhos, organizam-se em três formas principais: *"parente"*, *"vizinho"* ou *"apontador"*. Parente refere-se a qualquer familiar, seja de origem sanguínea ou por relacionamento comunitário, que, assim como a noção de vizinhança, envolve pessoas próximas que desempenham a função de indicação do trabalho e oferta de apoio, baseando-se na experiência que adquiriram primeiramente. Apontador designa a pessoa responsável por organizar trabalhadores para realizar um determinado serviço, assim como indivíduo de alguma empresa que arregimenta esses trabalhadores.

Os migrantes vivem um constante *"vai e vem"*, *"pra aqui, pra acolá"*, *"lá e cá"* entre gerações, que resulta na construção de sentidos e novos conhecimentos. As malas que usam no início das viagens carregam mais que

roupas – transportam expectativas, combinados, medos, ajudas e os modos de vida que aprenderam nas Comunidades

Para viver nos novos lugares, precisam se *"acostumar"*, adquirir saberes diferentes. A *"correria",* que no começo assusta, torna-se rotina; as ruas desconhecidas, que antes amedrontavam, passam a ser conhecidas. A sensação de timidez, desajustamento, medo e confusão, vai se transformando em confiança e conhecimento.

"Saber andar" e *"aprender andar sozinha(o)"* indicam a nova capacidade de circular no espaço desconhecido e de navegar através dos saberes, de como trabalhar, como se destacar, como ter *"oportunidades"*. Precisam entender o lugar e suas regras para que não sejam engolidos.

Compreendendo a importância dos movimentos para suas vidas, percebemos que falar sobre eles transforma essas narrativas em conhecimento, capaz de atravessar gerações, modificando e emaranhando os movimentos. É a experiência de um mundo em construção, um contínuo movimento e devir, "tecido a partir das inúmeras linhas vitais dos seus múltiplos componentes humanos e não humanos enquanto costuram seus caminhos através do emaranhado de relações nas quais estão enredados de maneira abrangente" (INGOLD, 2012, p. 211).

Pelas oportunidades, aqueles que permaneceram nas comunidades, se tornaram lideranças na luta por direitos, mesmo que a maioria já tenha migrado ao menos por um período. Os que ficam também se movimentam, movimentam-se na articulação das resistências.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por meio da pesquisa, compreendemos que os vazanteiros estão em movimento, se articulam e se conectam de formas complexas. As mobilidades são parte do modo de vida vazanteiro, do sistema tradicional. Sempre foi um movimento livre e respeitoso com o rio, que moldava os ambientes, que ofertava os alimentos em forma de peixes e terras fertilizadas. Mas essa liberdade foi invadida, as formas de viver foram violadas, ao longo dos anos perderam áreas coletivas, de lagoas, de matas, de vivências, vendo os ambientes se deteriorarem, devido a grilagens de terras e outras formas de encurralamento.

Nos tempos de hoje os encantados migram, denunciando as grandes afetações que o rio e a natureza vêm sofrendo. Há uma urgência em rever o padrão de "desenvolvimento" e consumo que é perpetuado ao longo de muitos anos. As mudanças climáticas são mais um dos efeitos perceptíveis de como esse capitalismo predatório vem afligindo a existência de humanos e não humanos no planeta Terra. A relação respeitosa que conhecemos

com as territorialidades dos Povos e Comunidades Tradicionais deixam pistas valorosas e demonstram o quanto esses diferentes grupos étnicos contribuem para a sustentabilidade socioambiental.

Além das migrações dos seres encantados, as migrações das mulheres e homens vazanteiros se relacionam com as questões ambientais. O território tradicional foi invadido por grandes fazendas e megaempreendimentos, que cercaram terras, construíram barragens e diques ao longo do rio, alterando seu curso natural e impedindo que o modo de vida vazanteiro pudesse ser vivenciado como antes. Dessa forma, começaram a percorrer mais caminhos, se dirigindo especialmente para São Paulo, Belo Horizonte e Patrocínio, em busca de trabalho.

Entender os sentidos dessas mobilidades vai além de pensar nas ligações entre origem e destinos, mas nas construções que criam ao se movimentarem. Relatos antigos sobre as mobilidades para a *"cidade grande"* e relatos mais atuais comprovam a continuidade e atualização dessas práticas. Aparecem como uma estratégia, devido ao cercamento do território e ao crescimento das famílias, como uma necessidade de que alguns saiam para que outros permaneçam. Esses movimentos também surgem como costumes transmitidos por gerações e, além de responderem à *"precisão"* de prover a família, também representam amadurecimento – um rito de passagem para os jovens, que buscam independência e realização.

As tramas traçadas vão se cruzando e movimentando pessoas, coisas e sentidos. Em seus movimentos, construíram conhecimentos: partem com seus saberes tradicionais e, nos novos lugares, adquirem outros. Suas saídas e movimentos não retiram suas identidades enquanto vazanteiros e quilombolas. Eles permanecem ligados ao lugar, e isso é expresso de diferentes maneiras e em muitos relatos: quando lembram que aqueles que foram ainda são vazanteiros e quilombolas, independentemente de onde estejam ou com quem se casaram; ou quando reconhecem quem é de dentro, a partir dos costumes e vivências compartilhadas.

Dentre suas andanças, eles também estão no movimento da luta, revelando a importância e o desejo latente de conseguirem as titulações de seus territórios. Apesar dos desafios, os vazanteiros continuam buscando resistir. Movimentam-se em coletividade, tanto os que precisaram migrar para outros lugares, como os que ficam, se articulando em busca da regularização fundiária, da soberania das comunidades, do respeito ao modo de vida tradicional. Vivendo nas margens e ilhas e para além das margens e ilhas, os Quilombolas e Vazanteiros do Médio São Francisco se mobilizam nas lutas, sentidos, terras e águas crescentes.

NOTAS

[1] Dentre eles podemos citar: Dayrell (1998), Costa (1999), Oliveira (2005), D'Angelis Filho (2005), Brito (2006), Costa Filho (2009), Araújo (2009) e Nogueira (2009).

[2] Esses oito povos, atualmente, se organizam politicamente e são representados pela Articulação Rosalino Gomes de Povos e Comunidades Tradicionais, formada por volta de 2011, onde passaram a construir estratégias conjuntas de luta pelo reconhecimento social e cultural, direcionadas principalmente aos direitos e cuidado com os territórios onde vivem. Disponível em: https://museuvivodospovosmg.com.br . Acesso em: 10 de maio de 2024.

[3] Jahyba com Y, foi utilizada por Costa (1999), com base na sua tradução do tupi-guarani para diferenciar e representar as águas insalubres daquela época, propícias à malária.

[4]Informações disponíveis na biblioteca do IBGE. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br. Acesso em: 14 de junho de 2023.

[5] Trecho de entrevista de Genival, Quilombo de Praia, Matias Cardoso – MG, publicada em: Boletim Informativo: Conflitos Sociais e Desenvolvimento Sustentável no Brasil Central – Articulação Vazanteiros em Movimento (2019, p.3). Realização OPARÁ-MUTUM e NIISA.

[6] Grilagem é um termo para indicar a falsificação de documentos para conseguir a posse de terras. A história conta que sujeitos deixavam documentos falsificados em gavetas fechadas com grilos, para que os papeis ficassem com aspecto envelhecido.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANAYA, Felisa Cançado. **De encurralados pelos parques a vazanteiros em movimento: as reivindicações territoriais das comunidades vazanteiras de Pau Preto, Pau de Légua e Quilombo da Lapinha no campo ambiental**. Tese Doutorado. Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas: 2012.

ANAYA, Felisa Cansado.; OLIVEIRA, Cláudia Luz de; THÉ, Ana Paula Glinfskoi; DAYRELL, Carlos Alberto. Comunidades tradicionais vazanteiras do Médio São Francisco - MG. In: CUNHA, Manuela Carneiro da; MAGALHÃES, Sônia Barbosa; ADAMS, Cristina (Org.). **Povos tradicionais e biodiversidade no Brasil**: contribuições dos povos indígenas, quilombolas e comunidades tradicionais para a biodiversidade, políticas e ameaças. 1ed. São Paulo: SBPC, 2022, v. 16, p. 127-164.

ARAÚJO, Elisa Cotta de. **Nas margens do São Francisco:** sociodinâmicas ambientais, expropriação territorial e afirmação étnica do Quilombo da Lapinha e dos vazanteiros do Pau de Légua. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Social), Universidade Estadual de Montes Claros, Montes Claros-MG, 2009.

IBGE. [**Rio São Francisco:** Petrolina, PE**]**. [1970]. 1 cartão postal : p&b. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?id=446973&view=detalhes. Acesso em: 14 de junho de 2023.

BRITO, Isabel Cristina Barbosa de. **Comunidade, território e complexo florestal industrial:** o caso de Vereda Funda. Norte de Minas Gerais. (Dissertação de Mestrado, 157 fls.) Montes Claros: Universidade Estadual de Montes Claros – Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Social, 2006.

COMERFORD, John Cunha. Onde está a "comunidade"? Conversas, expectativas morais e mobilidade em configurações entre o "rural" e o "urbano". **Ruris** (Campinas), v. 8/2, p. 7-29, 2014a.

COMERFORD, John Cunha. Vigiar e narrar: sobre formas de observação, narração e julgamentos de movimentações. **Revista de Antropologia**, São Paulo, USP, Vol. 57, No. 2 , p. 107-142, 2014b.

COSTA FILHO, Aderval. **Os Gurutubanos:** territorialização, produção e sociabilidade em um quilombo do centro norte-mineiro. 293 f. Tese (Doutorado em Antropologia Social), Universidade de Brasília. Brasília, 2009.

COSTA, João Batista Almeida. **Do tempo da fartura dos crioulos ao tempo da penúria dos morenos:** a identidade através de um rito em Brejo dos Crioulos. 210 f, Dissertação (Mestrado em Antropologia Social). Universidade de Brasília: Brasília. 1999.

COSTA, João Batista de Almeida. Cultura natureza e populações tradicionais: o Norte de Minas como síntese da nação brasileira. **Revista Verde Grande**. Montes Claros: Unimontes /SEMMA vol. 1, n.3, 2005. p. 8-47.

CUNHA, Manuela Carneiro da; MAGALHÃES, Sônia Barbosa; ADAMS, Cristina (Org.). **Povos tradicionais e biodiversidade no Brasil**: contribuições dos povos indígenas, quilombolas e comunidades tradicionais para a biodiversidade, políticas e ameaças. 1ed. São Paulo: SBPC, 2022, v. 16, p. 127-164.

D'ANGELIS FILHO, João Silveira. **Políticas locais para o des-envolvimento local no Norte de Minas:** uma análise das articulações local e supralocal. Dissertação (mestrado). Temuco, Chile: 2005.

DAYRELL, Carlos Alberto. **Geraizeiros e biodiversidade no Norte de Minas:** a contribuição da agroecologia e da etnoecologia nos estudos dos agroecossistemas tradicionais. 1998. 192f. Dissertação (Maestria en Agroecologia y Desarrollo Rural Sostenible) – Huelva: Universidad Internacional de Andalúcia, Sede Ibero Americana - La Rábida, 1998.

GELLERT, Paul; LYNCH, Barbara. Mega-projects as displacements. **International Social Science Journal**, 55(175), 15-25. 2003.

INGOLD, Tim. **Estar vivo:** ensaios sobre movimento, conhecimento e descrição. Petrópolis: RJ Vozes, 2015. (Coleção Antropologia)

INGOLD, Tim. Trazendo as coisas de volta à vida: emaranhados criativos num mundo de materiais. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, v. 18, n. 37, p. 25-44, 2012.

MUSEU VIVO DOS POVOS TRADICIONAIS DE MINAS GERAIS. **MVPTMG**. Disponível em: https://museuvivodospovosmg.com.br/sobre-o-museu-vivo/. Acesso em**:** 10 de maio de 2014.

NOGUEIRA, Mônica Celeida Rabelo. **Gerais a dentro e a fora**: identidade e territorialidade entre Geraizeiros do Norte de Minas Gerais. Tese (Doutorado). Brasília – DF: UNB, 2009.

OLIVEIRA, Cláudia Luz de. **Vazanteiros do Rio São Francisco:** um estudo sobre populações tradicionais e territorialidade no Norte de Minas Gerais. Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Minas Gerais, Departamento de Sociologia e Antropologia. 2005.

PAULA, Ana Maria Noronha Ribeiro de; CRISÓSTOMO, Adinei Almeida; ANAYA, Felisa Cansado; et al. **Boletim Informativo 'Articulação Vazanteiros em Movimento'** - Projeto de Pesquisa: Conflitos Sociais e Desenvolvimento Sustentável no Brasil Central. 2019. (Boletim Informativo).

PAULA, Andréa Maria Narciso Rocha de. **TRAVESSIAS** - movimentos migratórios em comunidades rurais no Sertão do Norte de Minas Gerais. Tese (doutorado) Instituto de Geografia, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia-MG. 2009.

WOORTMANN, Klaas. "Com parente não se neguceia. O campesinato como ordem moral". **Anuário Antropológico**/87, Brasília, Ed. UNB, 1990a.

WOORTMANN, Klaas. Migração, família e campesinato. **Revista Brasileira de Estudos de População**. jan./jun. 1990b.

RESUMO

Este texto traz um recorte de tese de doutorado, que teve como objetivo compreender as dinâmicas e os sentidos das mobilidades junto aos Vazanteiros e Quilombolas do Médio São Francisco. Foi realizada uma etnografia multissituada, através da estadia nas comunidades: Quilombo de Praia, Quilombo da Lapinha, Comunidade Vazanteira de Pau Preto (margem direita do Rio São Francisco, Matias Cardoso-MG) e Comunidade Vazanteira de Ilha de Pau de Légu a (margem esquerda do rio, Manga-MG). As mobilidades são parte do modo de vida e do sistema tradicional vazanteiro, um movimento que era livre e respeitoso com o Rio e seus encantados, que moldavam os ambientes e ofertava os alimentos em forma de peixes e terras fertilizadas. Mas essa liberdade foi interrompida, houve expropriação das terras tradicionalmente ocupadas, por parte de grandes fazendeiros e por megaempreendimentos agropecuários, financiados no contexto da modernização conservadora do campo. Como exemplo, a implementação do maior projeto de fruticultura irrigada da América Latina, o Jaíba, instalado entre os rios São Francisco e Verde Grande, nos municípios de Jaíba e Matias Cardoso. Sua grande magnitude influenciou nas dinâmicas locais, agravando a situação ao final dos anos 1990 e início dos anos 2000, quando, para viabilizar a sua ampliação, foi exigida uma contrapartida ambiental através da criação de Unidades de Proteção Integral (UPI), que se sobrepuseram aos territórios tradicionais vazanteiros. Passaram a empenhar movimentos migratórios para as cidades e regiões metropolitanas de Belo Horizonte (MG), São Paulo (SP) e Patrocínio (MG), mobilidades que atravessam gerações, em famílias que, embora lutem pela manutenção do território, necessitam sair para a reprodução da vida. De diferentes maneiras, essas comunidades foram afetadas, revelando seus esforços mediante os desafios das mudanças climáticas impostas. Eles continuam em movimento, ressignificando as lutas, com novas maneiras de resistir.

Palavras-chave: Mobilidades; Resistências; Comunidades Tradicionais; Encantados; Vazanteiros.

ABSTRACT

This text presents an excerpt from a doctoral thesis, which aimed to understand the dynamics and meanings of mobility among the Vazanteiros and Quilombolas of the Médio São Francisco. A multi-sited ethnography was conducted through stays in the following communities: Quilombo de Praia; Quilombo da Lapinha; Vazanteira Community of Pau Preto (right bank of the São Francisco River, Matias Cardoso-MG); and Vazanteira Community of Ilha de Pau de Légua (left bank of the river, Manga-MG). Mobilities are part of the way of life and the traditional vazanteiro system, a movement that was free and respectful of the river and its enchanted creatures, which shaped the environments and provided food in the form of fish and fertilized land. But this freedom was interrupted, with the expropriation of traditionally occupied lands by large landowners and mega-agricultural enterprises, financed within the context of conservative modernization of the countryside. For example, the implementation of the largest irrigated fruit-growing project in Latin America, the Jaíba, located between the São Francisco and Verde Grande rivers, in the municipalities of Jaíba and Matias Cardoso. Due to its sheer magnitude, it influenced local dynamics, exacerbating the situation in the late 1990s and early 2000s. To make its expansion viable, environmental compensation was required through the creation of Integral Protection Units (UPIs), which overlapped with traditional territories. Migration to the cities and metropolitan regions of Belo Horizonte

(MG), São Paulo (SP), and Patrocínio (MG) began, a movement that spans generations, in families who, although fighting to maintain their territory, need to leave to reproduce. These communities have been affected in different ways, revealing their efforts in the face of the challenges imposed by climate change. Remain on the move, redefining their struggles with new ways of resisting.

Keywords: Mobilities; Resistance; Traditional Communities; Enchanted; Vazanteiros.

Refugiados ambientais como novos sujeitos de patrimônio: reconhecimento, memória e direitos culturais

Environmental refugees as new subjects of heritage: recognition, memory, and cultural rights

*Paula Louise Fernandes Silva**
*Beatriz Flexa Ribeiro Proença Gomes da Silva***
*Daniella Cristiane Santos Oliveira****

1 INTRODUÇÃO

Nos últimos anos, o Brasil tem assistido a um crescimento expressivo dos deslocamentos populacionais forçados por desastres ambientais, como enchentes, secas extremas, colapsos geológicos e rompimentos de barragens. Ainda que essas situações envolvam perdas materiais e humanas incalculáveis, elas revelam, sobretudo, o apagamento de vínculos simbólicos com o território, a interrupção de práticas culturais e a descontinuidade de formas coletivas de memória. A emergência de sujeitos deslocados por tais eventos suscita a necessidade de repensar categorias consagradas no campo do patrimônio, sobretudo quando se consideram os processos de reinscrição identitária e reivindicação de direitos culturais por parte dessas populações.

A categoria de "refugiado ambiental" ainda não é juridicamente reconhecida no Brasil, o que contribui para a invisibilidade institucional desses sujeitos. Como já alertava Hannah Arendt (1951), a negação do pertencimento

* Mestre em Turismo e Patrimônio pela Universidade Federal de Ouro Preto
E-mail: paulalouise93@gmail.com

** Doutoranda pelo Programa de Pós-graduação em Administração da UniversidadeFederal de Lavras. E-mail: beatrizflexar@hotmail.com

*** Mestre em Turismo e Patrimônio pela Universidade Federal de Ouro Preto
E-mail: daniella.santos@aluno.ufop.edu.br

político formal gera uma condição de apatridia que transcende a perda de direitos legais, alcançando a desestruturação do pertencimento simbólico e social. Nesse sentido, a ausência de dispositivos que considerem a memória, a cultura e o patrimônio como dimensões fundamentais da reparação revela limites importantes das políticas públicas diante da intensificação das crises socioambientais. Casos emblemáticos como o rompimento da barragem em Brumadinho (MG), as recentes enchentes no Rio Grande do Sul e a transformação urbanística em curso provocada pela subsidência do solo em Maceió (AL), evidenciam tanto a urgência quanto a complexidade do tema.

Este artigo parte da premissa de que populações deslocadas por desastres ambientais constituem novos sujeitos de patrimônio, cujas experiências de perda e resistência desafiam as abordagens tradicionais do campo. Com base em reflexões teóricas e dados preliminares de pesquisas já realizadas em contextos de vulnerabilidade socioambiental, propomos um alargamento do conceito de patrimônio cultural, incorporando dimensões afetivas, práticas de ressignificação coletiva e estratégias de visibilidade construídas por essas comunidades. A discussão está fundamentada em um diálogo entre autores clássicos e contemporâneos — como Benjamin (1940), Nora (1984), Dardot e Laval (2017), Boaventura de Sousa Santos (2020) e Harsha Walia (2021) — articulando debates sobre memória, direitos culturais, justiça climática e modos de resistência territorial.

Ao reconhecer as expressões culturais mobilizadas por comunidades atingidas como formas legítimas de patrimônio imaterial, o estudo contribui para uma abordagem crítica do papel das instituições patrimoniais e culturais, frequentemente alheias às transformações profundas que os deslocamentos ambientais impõem à paisagem e à subjetividade. Assim, este trabalho busca refletir sobre os limites e as possibilidades de se construir políticas públicas patrimoniais capazes de incorporar a memória dos refugiados ambientais como bem coletivo, indissociável do direito à dignidade e à permanência cultural.

Para tanto, o artigo analisa o caso dos bairros atingidos pela subsidência do solo em Maceió (AL), com foco nas ações voltadas à preservação da cultura e da memória no âmbito do acordo socioambiental[1] firmado em 2020.

2 ASPECTOS TEÓRICOS

Os deslocamentos forçados por desastres ambientais evidenciam não apenas perdas materiais, mas também rupturas simbólicas que impactam diretamente as memórias, identidades e vínculos territoriais das populações atingidas. Tais processos desafiam as concepções clássicas de patrimônio, exigindo sua ampliação para incluir dimensões imateriais, afetivas e coletivas.

Nesse contexto, torna-se necessário articular os conceitos de memória, identidade e patrimônio à luz das desigualdades socioambientais e das urgências climáticas contemporâneas. Propõe-se, assim, uma abordagem crítica que compreenda a cultura como campo de disputa e o patrimônio como expressão de resistências e processos de reinscrição simbólica dos territórios perdidos, assumindo a hospitalidade não como mera resposta moral, mas como responsabilidade política diante das novas formas de mobilidade humana induzidas pelas mudanças climáticas.

2.1 Memória, patrimônio e identidade cultural

Ao considerar os deslocamentos forçados por desastres ambientais como fenômenos que impactam profundamente os vínculos entre sujeitos e territórios, é necessário revisitar os fundamentos conceituais do patrimônio cultural. A experiência da perda territorial, além de material, é também simbólica, e coloca em evidência práticas, memórias e identidades que escapam às formas tradicionais de reconhecimento patrimonial.

A ampliação do conceito de patrimônio cultural, conforme apontado por Choay (2006) e Castriota (2009), inclui não apenas bens materiais, mas também dimensões imateriais e simbólicas, como práticas sociais, tradições, paisagens e formas de sociabilidade (SILVA, 2011). Essa perspectiva se alinha ao conceito de "lugares de memória" proposto por Nora (1993), que vê esses espaços como pontos de cristalização da memória coletiva.

Tais deslocamentos têm se tornado cada vez mais comuns, seja por rompimentos de barragens, enchentes catastróficas ou desastres provocados pela ação humana. No entanto, a categoria jurídica de *"refugiado ambiental"* ainda não é reconhecida legalmente no Brasil ou em tratados internacionais, o que coloca essas populações em uma situação de invisibilidade institucional e fragilidade social. Como alerta Hannah Arendt (1951), a ausência de direitos formais reduz indivíduos a uma condição de "apátridas", privados não apenas de proteção estatal, mas também de pertencimento simbólico. Essa lacuna compromete o acesso a direitos básicos e à preservação da memória coletiva das comunidades atingidas. Do ponto de vista simbólico e patrimonial, há uma profunda ausência de reconhecimento da identidade dessas populações.

Esse processo evidencia que a preservação patrimonial reflete relações de poder. Adichie (2019) defende que a multiplicidade de histórias é fundamental para reparar dignidades históricas fragmentadas, oferecendo novas interpretações e ampliando o campo das memórias coletivas.

Benjamin (1940) reflete sobre como a destruição desses espaços carrega consigo a ruptura de narrativas e tradições, elementos fundamentais para a constituição do patrimônio imaterial. A destruição de territórios não implica

apenas perdas materiais, mas também o rompimento de laços afetivos, práticas espirituais e saberes ancestrais – dimensões que, segundo Lévi-Strauss (1955), formam a gramática das culturas humanas.

Pierre Nora (1993) aponta que um lugar, por si só, não é capaz de produzir nenhum vínculo afetivo. São as dinâmicas socioespaciais que ali acontecem que são imbuídas de significados e memórias impressos no espaço. Esses lugares dotados de significados e simbolismo são o que o autor definiu como "lugares de memória".

Para Geertz, "o homem é um animal amarrado a teias de significado que ele mesmo teceu" (GEERTZ, 1989, p. 15), e, nesse sentido, a cultura é o mecanismo que produz formas, símbolos, sentidos e significados para essas teias. Nesse contexto, a cultura constitui um elemento fundamental para a própria existência humana, configurando-se como resultado das interações sociais que os indivíduos estabelecem ao longo do tempo. Essas relações se materializam em diferentes formas, sejam elas tangíveis ou intangíveis, como práticas orais, costumes, crenças, documentos escritos, monumentos, objetos e utensílios, todos carregados de significados e valores simbólicos.

Nesse contexto, memória, identidade e patrimônio apresentam-se como conceitos interdependentes, cuja articulação possibilita a construção de narrativas que conectam o presente ao passado. O patrimônio cultural surge, assim, como expressão concreta dessa relação, incorporando-se ao ambiente natural e transformando a paisagem com a qual os grupos sociais interagem e à qual atribuem sentido. Le Goff (2003) ressalta que a memória é, simultaneamente, um fenômeno individual e social. Ela se relaciona ao ambiente político e cultural, sendo frequentemente apropriada pelo Estado para consolidar identidades coletivas. Lowenthal (1981) complementa essa visão ao afirmar que o passado é essencial ao bem-estar social, mas sempre reinterpretado e reconstruído. Candau (2014) amplia essa análise ao destacar a dialética entre memória e identidade: a memória molda e é moldada pelas sociedades, produzindo narrativas, mitos e símbolos que sustentam a coesão social.

Casos emblemáticos como o rompimento da barragem da Vale em Brumadinho (MG), a subsidência do solo em Maceió (AL) e as enchentes no Rio Grande do Sul evidenciam a urgência de repensar as políticas patrimoniais. Como argumenta Boaventura de Sousa Santos (2020), as emergências climáticas exigem uma redefinição dos direitos humanos, incluindo o direito à memória e ao território como formas de reparação. Nesse sentido, é necessário ampliar o conceito de patrimônio, tal como propõe Hartog (2003), incorporando os sujeitos ambientalmente deslocados como agentes ativos na reconstrução de suas narrativas e espaços. Dessa forma, não é apenas uma revisão epistemológica, mas uma reivindicação ética e política frente às desigualdades socioambientais e à urgência climática contemporânea.

A partir desses referenciais teóricos e dos desafios impostos pelos deslocamentos ambientais, a metodologia da pesquisa buscou integrar análise documental e interpretação simbólica para compreender os modos de resistência e reinscrição da memória nas áreas afetadas.

2.2 Hospitalidade no cenário das mudanças climáticas e seus atingidos

A hospitalidade, como prática de acolhimento e hostilidade, é atividade tão antiga quanto as formas mais remotas e diversas de deslocamentos migratórios, tanto no Ocidente, como no Oriente. Entretanto, para melhor compreender as nuanças que perpassam e coexistem nos estudos deste campo, frente à perspectiva sociológica que aqui busca-se abordar, compreende-se que o ato de acolher está nas relações e trocas humanas em diversos sentidos.

Nos estudos contemporâneos de hospitalidade, Jacques Derrida (2003) teoriza sobre a hospitalidade em um prisma da hospitalidade incondicional. O autor transforma a obrigação da reciprocidade no ato sublime de não esperar nada em troca. Brusadin afirma que "[...] as aspirações incondicionais de quem troca, ainda que existam condições para que o sistema do dom funcione, o dom puro está na hospitalidade incondicional, que não impõe nenhuma reserva nas relações de troca" (BRUSADIN, 2020 p. 263). O autor crê que a hospitalidade está no ato de acolher o inesperado no inesperado, algo que se assemelha muito mais ao ideal espiritual da caridade. Dessa maneira, o retribuir se anula, porque o próprio anfitrião ou doador se anula junto para se doar acima de tudo.

A hospitalidade é a abertura em um mundo fechado, no qual as pessoas consideram que ser fechado é a melhor opção no que tange à segurança, proteção material, física ou psicológica (MARCELINO; CAMARGO, 2017). É importante reconhecer a si e ao outro nesse processo, em especial quando se adentra na seara dos estudos migratórios, em contexto de mudanças climáticas, uma vez que esses indivíduos se tornam vulneráveis e experienciam essas dualidades de uma maneira ímpar.

Um dos fatores que ultimamente se torna exponencial nos estudos do campo da hospitalidade são as mudanças climáticas. Mudança climática pode ser definida como a variação significativa e duradoura dos padrões climáticos globais e regionais, atribuída principalmente ao aumento das concentrações de gases de efeito estufa na atmosfera, resultante de atividades humanas como a queima de combustíveis fósseis, desmatamento e agricultura. Conforme o Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC),

“mudança climática refere-se a qualquer alteração no clima ao longo do tempo, seja devido à variabilidade natural ou como resultado da atividade humana” (IPCC, 2021).

Os deslocamentos forçados por crises climáticas afetam de maneira desproporcional as regiões mais pobres e vulneráveis, onde as populações apresentam uma menor capacidade de adaptação (BLACK et al., 2011; ADGER et al., 2014). No entanto, ao contrário das narrativas alarmistas que preveem migrações massivas para o Norte Global, a maioria das migrações induzidas por mudanças climáticas ocorre dentro das próprias regiões ou países, desafiando a ideia de um êxodo generalizado para países desenvolvidos (GREAT BRITAIN, 2011; BETTS, 2013). A literatura destaca, ainda, a importância de considerar a migração não apenas como uma resposta de emergência, mas como uma estratégia de adaptação proativa e planejada para enfrentar as mudanças climáticas (BARNETT & WEBBER, 2010; TACOLI, 2009).

> Todas as estimativas do aumento do número de migrantes que provavelmente serão estimulados por mudanças climáticas são baseadas em avaliações de escala muito ampla de exposição ao risco, em vez de evidências sistemáticas sobre a sensibilidade dos padrões de migração às mudanças ambientais. Para ter certeza, há muitas dificuldades em construir avaliações baseadas em evidências de futuros movimentos populacionais estimulados por mudanças climáticas, não menos importante das quais é identificar o grau em que uma decisão de migração é (e muito menos será) influenciada por fatores ambientais em oposição a uma miríade de outros fatores. Também é difícil construir linhas de base de movimentos futuros contra as quais estimativas de fluxos exacerbados por mudanças climáticas podem ser medidas. (BARNETT & WEBBER, 2010, p. 14, tradução nossa).

A relação entre hospitalidade e o acolhimento de migrantes climáticos está diretamente vinculada aos impactos das mudanças climáticas na mobilidade humana, criando dinâmicas de deslocamento forçado. À medida que as condições ambientais se deterioram em determinadas regiões, populações inteiras são obrigadas a buscar refúgio em territórios menos vulneráveis. Este movimento migratório, impulsionado por fatores climáticos, impõe às sociedades receptoras a necessidade de lidar com uma forma específica de hospitalidade: a hospitalidade forçada, onde o acolhimento não é uma escolha, mas uma necessidade imposta por crises humanitárias e ambientais.

Nesse contexto, a hospitalidade transcende os limites do simples dever moral, tornando-se uma questão de sobrevivência tanto para os migrantes quanto para as comunidades anfitriãs.

Os impactos das mudanças climáticas sobre a mobilidade humana geram desafios significativos para a implementação de políticas de acolhimento adequadas e sustentáveis. O aumento do nível do mar, secas prolongadas e eventos climáticos extremos são exemplos de fatores que forçam comunidades a abandonar suas casas, buscando segurança em outras regiões. Essas situações exigem respostas rápidas e eficazes das sociedades receptoras, que, muitas vezes, não dispõem de recursos ou infraestrutura suficientes para garantir uma hospitalidade digna. Assim, as políticas de hospitalidade devem ser adaptadas para lidar com fluxos migratórios imprevistos e em larga escala, ao mesmo tempo em que equilibram as necessidades locais com as demandas globais de proteção humanitária,

> falando apenas de circulação e de fluxo, da gestão dos participantes ou do controle das desordens, não se despolitiza unicamente a questão dos sem-Estado, desumaniza-se a problemática. Isto sendo consequência daquilo, pois a técnica das cartas, dos grandes números e dos fluxos contribui para dessubjetivar as categorias de população geradas pelo dispositivo segundo um princípio biopolítico. (AGIER, 2008, p. 32, tradução nossa).

O acolhimento de migrantes climáticos também revela tensões entre as práticas tradicionais de hospitalidade e as novas exigências trazidas pelas migrações ambientais. Historicamente, a hospitalidade está associada a atos de generosidade e abertura ao outro, mas a realidade contemporânea de migrações forçadas por crises climáticas desafia essa visão idealizada. As comunidades receptoras, muitas vezes enfrentando suas próprias dificuldades econômicas e sociais, são forçadas a reconsiderar até que ponto podem estender hospitalidade a um número crescente de migrantes. Esse dilema é agravado pela falta de uma estrutura jurídica internacional clara para proteger os chamados “refugiados climáticos”, o que dificulta a criação de políticas públicas que possam assegurar direitos e garantias tanto para os migrantes quanto para os residentes.

O vínculo entre hospitalidade e os impactos das mudanças climáticas na mobilidade humana aponta para a necessidade de uma abordagem mais inclusiva e global na formulação de políticas de acolhimento. A migração climática deve ser reconhecida como uma realidade crescente e inevitável, exigindo que os estados e organizações internacionais reavaliem suas práticas

e compromissos de hospitalidade. Soluções colaborativas e multilaterais, que considerem tanto as especificidades locais quanto a interdependência global, são essenciais para garantir que a hospitalidade em tempos de crise climática seja justa, eficiente e sustentável.

Assim, a hospitalidade deixa de ser vista apenas como um gesto individual ou local, e passa a ser entendida como uma responsabilidade coletiva que transcende fronteiras e envolve a criação de sistemas de apoio robustos para os deslocados ambientais.

3 METODOLOGIA

Metodologicamente, optou-se por uma abordagem qualitativa, de caráter exploratório, que permita uma compreensão aprofundada das dimensões simbólicas, afetivas e identitárias dos sujeitos deslocados ambientalmente. Para tanto, foram utilizadas a pesquisa bibliográfica e a análise documental como estratégias fundamentais para o embasamento teórico e para a contextualização crítica.

As fontes bibliográficas utilizadas na pesquisa são livros, artigos científicos, dissertações e teses, que serão responsáveis por embasar o estudo interdisciplinar do patrimônio, identidade, memória, políticas públicas e direitos humanos. Foram realizadas buscas nas principais bases de dados, como Scopus, Periódicos da CAPES, Scielo e Google Acadêmico, utilizando-se das palavras-chave: “memória”, “patrimônio cultural”, “identidade”, e “direitos humanos”. A análise documental foi conduzida com base em relatórios, notas técnicas e materiais institucionais voltados à gestão do patrimônio em contextos de risco socioambiental.

A análise dos dados será conduzida por meio de técnicas interpretativas, tais como a análise de conteúdo e a hermenêutica, de modo a evidenciar as narrativas e práticas culturais que sustentam a memória coletiva e a reconstrução identitária dos sujeitos deslocados. A proposta metodológica prevê, ainda, uma abordagem interdisciplinar, integrando conhecimentos das áreas de patrimônio cultural, direitos humanos, políticas públicas e meio ambiente, com vistas a promover uma reflexão crítica e propositiva sobre a proteção e valorização dos refugiados ambientais.

4 ANÁLISES E DISCUSSÕES

Este item parte de um estudo de caso específico — o da reestruturação urbana em curso de parte da cidade de Maceió. Entre os desdobramentos institucionais mais significativos no contexto dos deslocamentos forçados por desastres ambientais no Brasil, destaca-se o acordo socioambiental.

Celebrado em 2020, passou a reger as diretrizes de reparação coletiva, urbanística e cultural de cinco bairros da capital alagoana, impactados por um processo de subsidência do solo.

Com base na análise documental do acordo socioambiental e dos instrumentos legais de proteção patrimonial, bem como à luz de referenciais teóricos selecionados na pesquisa bibliográfica, propõe-se uma leitura crítica do processo de reparação cultural, tendo como referência os documentos públicos disponíveis e considerando que o processo se encontra em curso.

A partir de 2018, os bairros do Pinheiro, Mutange, Bebedouro, Bom Parto e partes do Farol — passaram a apresentar alterações no solo. Estudos técnicos detalhados foram realizados por instituições públicas e privadas, com o objetivo de compreender a origem, a extensão e os possíveis riscos associados ao fenômeno.

Com base nesses diagnósticos, e em articulação com órgãos de proteção e defesa civil, foram implementadas medidas preventivas nas áreas consideradas de risco. Como resultado, iniciou-se um amplo processo de desocupação urbana, com impactos relevantes na configuração física e social desses territórios.

Esse contexto envolve não apenas desafios técnicos e urbanísticos, mas também aspectos humanos e culturais. Em bairros com longa trajetória de ocupação, como Bebedouro, o deslocamento de moradores e o esvaziamento de espaços historicamente significativos colocam em evidência a importância de iniciativas voltadas à preservação da memória local, à valorização de vínculos afetivos e ao reconhecimento de patrimônios materiais e imateriais que integram a identidade desses lugares.

O eixo "Preservação da Cultura e da Memória", inserido no Plano de Ações Sociourbanísticas (PAS) firmado entre instituições públicas e empresa privada, é voltado à proteção de imóveis históricos e à valorização de manifestações culturais dos bairros em questão. Nele, destaca-se a construção do Inventário Participativo do Patrimônio Cultural Imaterial (IPCI), que vem sendo conduzido pela Universidade Federal de Alagoas (UFAL), com apoio da Fundepes e mediação do Ministério Público Federal (MPF). O inventário tem contado com a participação dos envolvidos no processo reparatório, que vêm apoiando técnica e financeiramente sua realização, demonstrando compromisso com a escuta das comunidades e com a valorização de suas expressões culturais. A proposta representa uma inflexão metodológica importante ao considerar as comunidades atingidas como produtoras legítimas de memória e como sujeitos de patrimônio. A consolidação do IPCI como política pública em curso — mesmo diante da complexidade do contexto de deslocamento — tem permitido avanços no campo da documentação e da salvaguarda, ainda que os desafios de territorialização dos registros persistam, dada a dispersão populacional já consumada.

Esse descompasso entre tempo social e tempo institucional do reconhecimento patrimonial evidencia os limites ainda presentes nas políticas públicas de patrimônio no Brasil. Como propõe Pierre Nora (1993), os lugares de memória não existem apenas como estruturas físicas, mas como zonas de ativação simbólica e social. A desconexão entre os registros culturais e os territórios de referência, em parte das ações públicas, pode enfraquecer o papel da memória como dimensão viva, afetiva e identitária, transformando-a em arquivo institucionalizado de uma realidade já esvaziada.

A situação é ainda mais crítica em relação à proteção do patrimônio edificado. Dos cinco bairros afetados, apenas parte de Bebedouro é oficialmente reconhecida como Zona Especial de Preservação (ZEP), conforme estabelecido no Plano Diretor de Maceió de 2005. No entanto, a revisão desse plano – iniciada apenas em 2024 – segue em curso, após quase duas décadas de atraso, evidenciando a lentidão na atualização dos instrumentos urbanísticos frente à nova realidade territorial. Essa morosidade limitou a efetividade das políticas de proteção em um momento crucial, revelando a insuficiência das respostas institucionais frente à urgência do contexto.

A atuação do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Maceió (IPLAN), responsável pela seleção de 33 imóveis a serem preservados na ZEP, contribuiu para delimitar um conjunto restrito de bens a serem salvaguardados, enquanto os demais, mesmo inseridos em uma ZEP, permaneceram passíveis de demolição. Nos bairros do Mutange e Bom Parto, quatro imóveis são reconhecidos no Plano Diretor (2005) como Unidades Especiais de Preservação (UEPs), mas igualmente submetidos à lógica seletiva da proteção. Esse cenário evidencia a fragilidade dos instrumentos normativos quando não são acompanhados por políticas públicas atualizadas e sensíveis à complexidade das perdas sociais e simbólicas, deixando evidente a tendência de funcionarem mais como registros formais do que como garantias reais de permanência e memória.

No campo das iniciativas técnico-operacionais associadas à preservação do patrimônio edificado, cabe destacar os esforços permanentes de manutenção dos imóveis protegidos, realizados desde o início do processo de reestruturação urbana. As ações de estabilização estrutural, controle de umidade e conservação arquitetônica têm contribuído para conter o agravamento do estado de conservação dos bens, revelando compromisso concreto com a permanência da materialidade histórica. Além disso, iniciativas voltadas ao fomento de grupos culturais nos bairros afetados vêm assegurando apoio financeiro, reconhecimento institucional e incentivo à continuidade de tradições locais, mesmo em contexto de desterritorialização. Tais ações têm reforçado os vínculos simbólicos que sustentam os processos identitários, ampliando os efeitos da reparação cultural.

A atuação do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) também merece reflexão crítica. Em 2021, ao ser consultado pelo MPF, o órgão declarou não possuir responsabilidade legal sobre a área, diante da ausência de bens oficialmente tombados[2]. Essa leitura restritiva desconsiderou o campo do patrimônio imaterial — no qual o IPHAN possui atribuições normativas e técnicas — e resultou em uma omissão relevante no momento mais sensível da reconfiguração territorial. Somente durante o processo de licenciamento ambiental, voltado às demolições, foi que o órgão passou a solicitar estudos arqueológicos e pesquisas voltadas ao patrimônio imaterial, o que representou uma reorientação tardia, ainda que positiva. Esse reposicionamento evidencia os limites de uma política patrimonial predominantemente reativa, que tende a se manifestar apenas diante da perda, enfraquecendo a potência crítica e viva da memória social.

Essa postura institucional revela o que José Reginaldo Santos Gonçalves (2007) denomina de "retórica da perda" — uma lógica de intervenção que mobiliza a memória apenas no momento de risco, legitimando ações de registro e salvaguarda enquanto transforma a experiência vivida em objeto técnico. O problema não reside no reconhecimento da perda em si, mas na forma como esse reconhecimento é apropriado por discursos oficiais que despolitizam os sentidos da memória, apagando os sujeitos que a produzem. A "retórica da perda" atua, assim, como um dispositivo que transforma o trauma em narrativa institucional, sem necessariamente devolver às comunidades o direito de narrar a si mesmas.

A memória, como analisa Candau (2014), é constantemente moldada por disputas simbólicas, políticas e afetivas, e sua reparação exige mais do que o reconhecimento da perda — demanda condições concretas para sua reinvenção. Para Boaventura de Sousa Santos (2020), pensar a justiça climática implica redefinir os direitos humanos a partir do reconhecimento da memória como elemento indissociável da dignidade. Nesse sentido, os deslocados ambientais devem ser vistos não apenas como vítimas, mas como sujeitos de patrimônio, capazes de produzir símbolos, narrativas e formas de pertencimento que reconfiguram a paisagem e a própria ideia de lugar.

Sob essa perspectiva ampliada e relacional, o eixo patrimonial do acordo em análise revela avanços significativos, sobretudo por estruturar iniciativas voltadas à manutenção de bens históricos, ao fomento de práticas culturais e ao desenvolvimento de um inventário participativo pautado na escuta qualificada das comunidades atingidas. No entanto, persistem limitações no campo das políticas públicas urbanísticas e de preservação, especialmente no que se refere à atualização normativa e à atuação coordenada entre instituições de planejamento e órgãos de tutela patrimonial.

Como propõem Dardot e Laval (2017), a memória deve ser compreendida como um bem comum — não apenas um objeto de tutela técnica, mas uma prática social compartilhada, capaz de sustentar resistências, construir pertencimentos e inaugurar novas territorialidades. A inclusão da dimensão simbólica no acordo institucional em questão aponta, portanto, para a possibilidade concreta de ampliação das políticas culturais, desde que acompanhada por escuta ativa, corresponsabilidade institucional e compromisso com a cultura como prática viva e situada. Nesse contexto, reparar é mais do que preservar: é garantir que os sujeitos desterritorializados sigam produzindo sentido, memória e dignidade.

A hospitalidade, em sua essência, transcende a mera recepção de um hóspede; ela engloba a capacidade de acolher, proteger e integrar o outro, especialmente em momentos de vulnerabilidade. No contexto dos deslocamentos forçados, a hospitalidade assume um caráter ético e político. Clássicos como Jacques Derrida, em sua obra *Da Hospitalidade* (1997), abordam a hospitalidade incondicional, aquela que se oferece sem reservas, contrastando-a com a hospitalidade condicionada, que impõe limites e regras. Para Derrida, a hospitalidade pura é utópica, mas serve como um ideal regulador que nos desafia a repensar as fronteiras e as leis que governam a acolhida.

No caso dos deslocados ambientais, a questão da hospitalidade se manifesta na forma como as instituições e a sociedade acolhem aqueles que perderam seus lares e suas referências. A oferta de moradia digna, o acesso a serviços básicos e o apoio psicossocial são manifestações práticas dessa hospitalidade. Como aponta Derrida (2003), a hospitalidade é o espaço de uma ética e de uma política, o lugar onde se joga a relação entre o mesmo e o outro.

Mais recentemente, estudiosos como Michel Agier (2008), em *Gestion des Illégalismes et des Pratiques de l'Hospitalité* , têm explorado a complexidade da hospitalidade em cenários de crise, destacando como as práticas de acolhimento se chocam com as normas institucionais e as tensões sociais. A capacidade de uma comunidade ou de um Estado de serem hospitaleiros é testada quando confrontados com grandes volumes de pessoas em necessidade, como no caso dos desastres ambientais.

O termo "refugiado ambiental", embora amplamente utilizado, ainda não possui um reconhecimento formal e universal no direito internacional, o que gera significativas lacunas de proteção. Tradicionalmente, o status de refugiado é concedido a indivíduos que fogem de perseguições por motivos raciais, religiosos, nacionais, de grupo social ou políticos, conforme a Convenção de Genebra de 1951 e seu Protocolo de 1967. A ausência de uma categoria jurídica específica para deslocados por questões ambientais dificulta a garantia de direitos e a implementação de políticas de acolhimento.

Apesar da falta de reconhecimento formal, a comunidade internacional tem debatido a necessidade de se criar instrumentos legais para proteger essa população. Relatórios do Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC) e discussões no âmbito da Conferência das Partes (COP) têm reiterado a crescente urgência do tema. Alguns países e blocos regionais têm explorado soluções internas, como vistos humanitários ou proteções temporárias.

O direito internacional de refugiados não está atualmente configurado para abordar o fenômeno da migração induzida pelas mudanças climáticas, segundo Kälin (2008). No Brasil, embora não haja uma legislação específica para refugiados ambientais, a Constituição Federal e o direito internacional dos direitos humanos podem oferecer algumas bases para a proteção. A Lei de Migração (Lei nº 13.445/2017) prevê a concessão de residência para fins humanitários, o que poderia, em tese, ser aplicado a esses casos. No entanto, a aplicação ainda depende de interpretações e regulamentações.

O acordo socioambiental em Maceió, embora represente um avanço ao focar na reparação coletiva, urbanística e cultural, ainda se depara com os desafios jurídicos e institucionais que permeiam a questão dos deslocados ambientais. A lentidão na atualização dos instrumentos urbanísticos e a morosidade na revisão do Plano Diretor de Maceió, como evidenciado no texto, comprometem a efetividade das políticas de proteção.

O caso de Maceió ilustra a "retórica da perda" mencionada por José Reginaldo Santos Gonçalves (2007), onde a memória é mobilizada apenas no momento do risco, transformando a experiência vivida em objeto técnico. A ausência de um reconhecimento formal do patrimônio imaterial pelo IPHAN, em um primeiro momento, e a tardia solicitação de estudos arqueológicos e pesquisas, revelam uma política patrimonial reativa, em vez de proativa, como sintetizado na Figura 1.

Figura 1 - Desafios na proteção patrimonial



Fonte: Autoria própria (2025)

A atuação do IPLAN, ao delimitar um conjunto restrito de bens a serem preservados, e a fragilidade dos instrumentos normativos que não são acompanhados por políticas públicas atualizadas, demonstram a necessidade de uma abordagem mais sensível e abrangente.

A proposta de Dardot e Laval (2017), que compreende a memória como um bem comum, ressoa profundamente no contexto dos deslocamentos. A memória não é apenas um objeto de tutela técnica, mas uma prática social compartilhada, capaz de sustentar resistências, construir pertencimentos e inaugurar novas territorialidades. A inclusão da dimensão simbólica no acordo de Maceió, com o Inventário Participativo do Patrimônio Cultural Imaterial (IPCI), representa um passo significativo nessa direção, ao considerar as comunidades atingidas como produtoras legítimas de memória e sujeitos de patrimônio.

Nesse sentido, a hospitalidade não se limita apenas ao acolhimento físico, mas se estende à garantia do direito à memória e à cultura. É permitir que os sujeitos desterritorializados sigam produzindo sentido, memória e dignidade, mesmo diante da adversidade. A reparação, portanto, vai além da compensação material; ela busca reconstruir os laços sociais e simbólicos que foram rompidos.

A questão dos deslocados ambientais e a necessidade de uma hospitalidade mais abrangente e de um arcabouço jurídico mais robusto são desafios globais que exigem cooperação e inovação. Como podemos, de fato, garantir que a memória e a cultura desses povos sejam preservadas e valorizadas, mesmo em um cenário de crescente incerteza climática e migratória?

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo aqui apresentado propõe uma reflexão crítica sobre os desafios da preservação cultural em contextos de deslocamento forçado por desastres ambientais, a partir da análise de um caso ainda em curso: o processo de reestruturação urbana, em virtude da subsidência do solo em Maceió. A situação vivida nos cinco bairros afetados escancara não apenas perdas materiais, mas também a fragilização de vínculos simbólicos, identitários e territoriais — dimensões historicamente negligenciadas pelas políticas públicas de preservação.

Ao mobilizar um conjunto teórico que articula patrimônio, memória, identidade, justiça climática e direitos culturais, buscou-se evidenciar que os sujeitos deslocados por catástrofes ambientais constituem novas formas de pertencimento e agência patrimonial. Nesse sentido, os esforços de

valorização da cultura local, a construção participativa por meio do IPCI e a manutenção dos bens edificados protegidos representam avanços importantes no campo da reparação simbólica.

Por outro lado, o caso analisado também revela limites persistentes nas instituições públicas de tutela, especialmente no que se refere à revisão normativa, aos critérios técnicos restritivos adotados para seleção dos bens edificados e à ausência de respostas antecipatórias por parte dos órgãos responsáveis. A atuação tardia dos dispositivos formais de preservação reforça o que Gonçalves denomina "retórica da perda", em que a memória só ganha relevância institucional quando a perda já está em curso.

É importante destacar que este estudo de caso se refere a um processo em andamento, cujos desdobramentos ainda não podem ser integralmente avaliados. A natureza dinâmica da reparação cultural exige acompanhamentos contínuos e adaptações às transformações sociais, territoriais e políticas que se sucedem ao evento em questão. O reconhecimento da memória como bem comum, como defendem Dardot e Laval, implica corresponsabilidade institucional, escuta ativa e abertura a novas formas de conceber e praticar a preservação.

Assim, mais do que preservar o que restou, trata-se de garantir as condições para que os sujeitos desterritorializados possam continuar produzindo memória, sentido e pertencimento — dimensões fundamentais para qualquer projeto de justiça cultural e ambiental.

NOTAS

[1] Acordo firmado em 2020 entre Ministério Público Federal (MPF), Ministério Público do Estado de Alagoas (MPE), Defensoria Pública da União (DPU), Município de Maceió e Braskem, no âmbito da Ação Civil Pública nº 0806577-74.2019.4.05.8000, que define, dentre outras obrigações, as ações voltadas para o patrimônio histórico.

[2] Informações extraídas do Processo SEI nº 01403.000148/2021-15, que reúne tratativas institucionais sobre bens culturais situados em áreas de instabilidade geológica, conforme o Ofício nº 91/2021/IPHAN-AL.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ADICHIE, Chimamanda Ngozi. **O perigo de uma história únic**a. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

ADGER, William Neil. et al. Climate change, human well-being and the risk of migration. **Global Environmental Change**, v. 29, p. 11-18, nov. 2014.

AGIER, Michel. **Gestion des illégalismes et des pratiques de l'hospitalité**. Paris: EHESS, 2008.

ARENDT, Hannah. **As origens do totalitarismo**. Tradução de Roberto Raposo. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.

BARNETT, Jon; WEBBER, Michael. Accommodating migration to maintain livelihoods under climate change**. Environmental Science & Policy**, v. 13, n. 4, p. 304-310, jul. 2010.

BENJAMIN, Walter. Sobre o conceito de história. In: BENJAMIN, Walter. **Magia e técnica, arte e política**: ensaios sobre literatura e história da cultura. Tradução de Sérgio Paulo Rouanet. 7. ed. São Paulo: Brasiliense, 1994. p. 222-232.

BETTS, Alexander. **Global migration governance**. Oxford: Oxford University Press, 2013.

BLACK, Richard et al. Foresight report: migration and global environmental change. **Government Office for Science**, v. 1, n. 1, p. 1-196, mar. 2011. DOI: https://doi.org/10.1016/j.gloenvcha.2011.10.005

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Regional. **Plano Nacional de Proteção e Defesa Civil.** Brasília: MDR, 2020.

BRUSADIN, Leandro Benedini. L'hospitalité aux immigrants et les frontières urbaines: du régime des échanges conditionnels de Mauss à l'hospitalité inconditionnelle de Derrida. **Revista Territórios & Fronteiras**, v. 2, n. 13, p. 256-274, 2020.

CANDAU, Joël. **Memória e identidade**. São Paulo: Contexto, 2014.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. **Comum:** ensaio sobre a revolução no século XXI. Tradução de Mariana Echalar. São Paulo: Boitempo, 2017.

DERRIDA, Jacques. **Anne Dufourmantelle convida Jacques Derrida a falar de hospitalidade**: de onde as questões vêm. Tradução de Fábio Landa. Campinas: Papirus, 2003.

GREAT BRITAIN. Government Office for Science. **Migration and global environmental change**: future challenges and opportunities. Final Project Report. Coordenado por Richard Black, W. Neil Adger *et al*. London: Foresight, 2011. 234 p.

GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: Editora Guanabara Koogan, 1989.

GONÇALVES, José Reginaldo Santos. **O museu e a memória social**: o lugar da memória na contemporaneidade. Rio de Janeiro: FGV, 2007.

HARTOG, François. **Regimes de historicidade**: presentismo e experiências do tempo. Tradução de Guilherme João de Freitas Teixeira. Belo Horizonte: Autêntica, 2013.

INTERGOVERNMENTAL PANEL ON CLIMATE CHANGE – IPCC. **Climate change 2021**: the physical science basis. Contribution of Working Group I to the Sixth Assessment Report of the Intergovernmental Panel on Climate Change. Cambridge: Cambridge University Press, 2021.

KÄLIN, Walter. **Displacement by disasters**: protection in the context of climate change. UNHCR, 2008.

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. Tradução de Bernardo Leitão. 5. ed. Campinas: Editora Unicamp, 2003.

LÉVI-STRAUSS, Claude. **Tristes trópicos**. Tradução de Rosa Freire d'Aguiar. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

MARCELINO, Marcelo; CAMARGO, Luiz Octavio de Lima. Hospitalidade: abertura em um mundo fechado. **Revista Hospitalidade**, v. 14, p. 27-46, 2017.

NORA, Pierre. **Entre memória e história**: a problemática dos lugares. Projeto História, São Paulo, v. 10, p. 7-28, dez. 1993.

NORA, Pierre. **Les lieux de mémoire**. La République, Paris: Gallimard, v. 1, 1993.

ROSA, Ricardo; et al. **Povos indígenas em deslocamento forçado**: experiências dos Warao no Brasil. Brasília: IPEA, 2021.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **A cruel pedagogia do vírus**. Coimbra: Almedina, 2020.

SOUZA, Marcelo Lopes de. Os sujeitos da política ambiental: entre a invisibilidade e o direito à memória. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 28, n. 81, p. 137-154, 2014.

TACOLI, Cecilia. **Mobile livelihoods**: migration and adaptation to climate change in the drylands of West Africa. IIED, 2009.

RESUMO

Este artigo analisa os desafios da preservação cultural em contextos de deslocamento forçado por desastres ambientais, em face do processo de reestruturação urbana na cidade de Maceió (AL), decorrente da subsidência do solo nessa capital. Evidencia-se a necessidade de repensar os dispositivos patrimoniais e os direitos culturais das populações deslocadas, reconhecendo-as como sujeitos de memória e patrimônio. Parte-se da premissa de que eventos de caráter ambiental (enchentes, rompimentos de barragens ou colapsos geológicos) desestabilizam o tecido urbano e desarticulam vínculos simbólicos com o território, práticas culturais e formas coletivas de identidade. Diante disso, discute-se a relação entre memória, patrimônio, justiça climática e dignidade cultural. A pesquisa baseia-se na análise documental de instrumentos legais e institucionais ligados à proteção patrimonial, e enfoca o acordo socioambiental celebrado em 2020, que rege as diretrizes de reparação coletiva, cultural e urbanística da área afetada. Entre os resultados, destaca-se a implementação do Inventário Participativo do Patrimônio Cultural Imaterial (IPCI), conduzido pela UFAL e que reconhece as comunidades atingidas como produtoras legítimas de memória. Contudo, observam-se lacunas na atuação dos órgãos públicos de tutela, especialmente no que se refere à revisão normativa e à ausência de ações preventivas. Conclui-se que o caso analisado oferece subsídios relevantes para o debate sobre o conceito de patrimônio em contextos de vulnerabilidade socioambiental.

Palavras-chave: Refugiados ambientais; Patrimônio cultural; Direitos culturais; Políticas públicas; Memória coletiva.

ABSTRACT

This article analyzes the challenges of cultural preservation in contexts of forced displacement caused by environmental disasters, specifically regarding the urban restructuring process in the city of Maceió (Alagoas) resulting from ground subsidence. It highlights the need to rethink heritage frameworks and the cultural rights of displaced populations, recognizing them as active agents of memory and heritage. The study is based on the premise that environmental events—such as floods, dam failures, or geological collapses—destabilize the urban fabric and disrupt symbolic ties to the territory, cultural practices, and collective forms of identity. In light of this, the article discusses the relationship between memory, heritage, climate justice, and cultural dignity. The research relies on a documentary analysis of legal and institutional instruments related to heritage protection and focuses on the 2020 socio-environmental agreement governing guidelines for collective, cultural, and urban reparation in the affected area. Key results include the implementation of the Participatory Inventory of Intangible Cultural Heritage (IPCI), led by the Federal University of Alagoas (UFAL), which recognizes the affected communities as legitimate creators of memory. However, gaps are observed in the actions of public oversight bodies, particularly regarding regulatory review and the absence of preventive measures. The study concludes that the case analyzed offers significant insights for the debate on the concept of heritage within contexts of socio-environmental vulnerability.

Keywords: Environmental refugees; Cultural heritage; Cultural rights; Public policy; Collective memory.

Flagelados do Nordeste: retalhos de vida

Displaced people from the Northeast: fragments of life

*Alzira Lobo de Arruda Campos**
*Celia Regina de Toledo Lucena***
*Patrícia Margarida Farias Coelho****
*Marília Gomes Ghizzi Godoy*****
*Vinicius Ferreira Lima******

1 INTRODUÇÃO

Os 8.515.767,049 km² do território brasileiro, ocupando quase a metade da América do Sul (47,3%), atraíram interesses do capitalismo, em suas diferentes fases e ao longo da história nacional. A presença de recursos naturais abundantes, alguns ocupando o primeiro lugar em termos planetários, como nos casos da biodiversidade e da floresta tropical; outros, tais como a água doce superficial (12% da totalidade mundial), as terras

* Mestra e Doutora em História Social (USP/SP); Livre-docente em Metodologia da História (UNESP/FRANCA); Docente na Universidade Brasil. Orcid: https://orcid.org/0000-0001-7264-9368 ; e-mail: loboarruda@hotmail.com

** Doutora em História Social. Pesquisadora do Centro de Estudos Rurais e Urbanos-USP, CERU-USP. Mediadora do GEMI - CERU (Grupo de Estudos Migrações e identidade). Com pesquisas em migrações, memória, cultura, identidade e comida migratória.

Orcid: 0000000306515630 e-mail: celialucena@usp.br

*** Mestra em Letras pela Universidade Presbiteriana Mackenzie; Doutora em Comunicação e Semiótica pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo; Docente na Universidade Brasil. Orcid: https://orcid.org/0000-0002-1662-1173 ; e-mail: patriciafariascoelho@gmail.com

**** Mestra em Antropologia Social (USP/SP); Doutora em Psicologia Social (PUC-SP); Docente da Universidade Brasil (UNISA/SP). Orcid: https://orcid.org/0000-0001-9546-1683; e-mail: mgggodoy@yahoo.com.br.

*****Mestre em Ciências Humanas (UNISA). Orcid: https://orcid.org/0000-0002-1543-5889 ; e-mail: vfl2005@hotmail.com

raras e os minérios em geral, em proporções significativas para a economia global, produziram diferentes modelos de colonização, todos eles marcados pelo uso abusivo da terra e pela exploração da mão de obra. Florestas deram lugar a pastos, à mineração, a plantações monocultoras e latifundiárias, concentrando capitais e socializando riscos, em benefício de poucos e prejuízo de muitos. O enfraquecimento da terra e a poluição das águas impactaram dramaticamente os pequenos produtores, as populações ribeirinhas e os povos originários, contaminando águas e matando peixes.

É esse o painel sombrio ao qual se articulam, com primazia histórica, as secas nordestinas, dado que se registram já nos primeiros tempos da colonização portuguesa, colocando à luz do dia as extremas desigualdades sociais existentes no Brasil, a demonstrar que cataclismos climáticos atingem a todos, mas não de maneira igualitária. Os acontecimentos de longa duração, como as secas, podem nos ajudar a entender problemas e soluções aventados em diversas épocas, contribuindo para que não se repitam erros objetivamente constatados. Com esse fim, procuramos, neste artigo, contribuir com os estudos sobre os flagelados das secas, a partir do conceito de migração, entendido por Sayad, em seus aspectos infra e superestruturais objetivos e subjetivos. A noção de migração é lastreada conceitualmente no amplo debate atual sobre os deslocamentos internos/externos de populações tangidas por necessidades de sobrevivência de amplo espectro, mas que produzem uma categoria semelhante de pessoas, categoria, em geral, analisada interdisciplinarmente. Neste artigo, a conexão entre disciplinas se efetua a partir de um eixo histórico-sociológico posto em rede com outras ciências humanas, como a literatura popular. Esta compõe, juntamente com leis, decretos, regulamentos e outras posturas oficiais, o polo empírico selecionado.

2 METODOLOGIA

Em 2000, Eva Blay indicou a insuficiência de publicações sociológicas versando sobre a imigração, quando haveria necessidade de maior empenho acadêmico em um país com uma população constituída por "levas imigratórias". Os primeiros trabalhos, de inícios do século XIX, constituíam ensaios que buscavam incentivar a política governamental para incorporação de trabalhadores livres. Apenas ao terminar o século, surgiram estudos demográficos e geográficos, que buscavam avaliar o perfil populacional e a distribuição das atividades econômicas de brasileiros e estrangeiros. Nesse sentido, alinharam-se estudos médicos e ensaios de cunho racial/racista, preconizando os incentivos à imigração de europeus, para o branqueamento

e a melhoria do povo brasileiro. Na metade do século XIX, o estudo da imigração em massa se constituiu em objeto de pesquisa da sociologia e antropologia (BLAY, 2000).

Nos decênios finais do século passado e nos iniciais do atual, o desenvolvimento da extrema direita colocou, em suas linhas de frente, o combate à imigração, desenvolvendo um nacionalismo "puro", de raízes inquietantes no mito da "raça pura", ideia integrante de regimes ditatoriais e pensadores eugenistas, considerados superados há décadas. Fronteiras nacionais se enrijeceram e medidas policiais foram estabelecidas a fim de impossibilitar a entrada de emigrantes na Europa e nos Estados Unidos, lançando homens, mulheres e crianças nas águas do Mediterrâneo ou, caso desembarcadas, em campos de concentração. Esses eventos passaram a frequentar assiduamente a mídia, suscitando, ademais, a produção acadêmica sobre fluxos migratórios.

No amplo painel acima delineado, este artigo pretende estudar os aspectos sociais, econômicos e políticos das secas nordestinas, com fulcro na identidade dos flagelados, adotando um quadro teórico/metodológico interdisciplinar, tendo por base conceitos sobre a migração ocasionada por eventos climáticos e desigualdades sociais – extremas e atávicas da história nacional —, colocadas na boca de cena pelas grandes secas do nordeste cearense.

Migração, conceito-chave desta reflexão, é entendido na acepção de Sayad como um "processo total", isto é, a ser visto em face das condições que levam da emigração até as formas de inserção do imigrante no país para onde vai (BLAY, 2000).

A partir desse conceito, Sayad contesta a ideia de a migração ser avaliada como um problema social a ser solucionado de modo rápido, indicando que ela deve ser observada como um fenômeno produzido por um longo processo histórico, diretamente atrelado à herança colonial que concentrou poderes na mão de poucos. Com essa vertente teórica, Sayad e Bourdieu contestam a ação dos colonizadores franceses como a de "pacificar" os argelinos, estabelecendo formas compensatórias relativas às desigualdades locais, mas que levou, de fato, ao desenraizamento de uma população campesina organizada em torno de uma economia tradicional, lançando-a em um contexto distinto, mediado pelo salário, pela propriedade privada e por novos modos de trabalho e consumo. Assim, surgiu um êxodo rural em direção às periferias dos grandes centros argelinos e franceses. Nessa conjuntura, migrar "foi a forma encontrada por esses campesinos, já desenraizados, para resistir ao desmanche de suas estruturas familiares, de suas práticas cotidianas e de seus saberes agrícolas" (BOURDIEU; SAYAD, 2013).

Os resultados das pesquisas efetuadas por Sayad e Bourdieu resultaram na publicação de *Travail et Travailleurs en Algérie* e *Le Déracinement. La crise de l'agriculture traditionnelle en Algérie* (BLAY, 2000). A linguagem textual de Sayad/Bourdieu é clara: o significado de "migração" abrange tanto os fluxos migratórios internos, quanto os externos, aplicando-se, sem contorcionismos, aos retirantes da seca, de suas fugas iniciais do campo para as cidades e destas para outros estados, especialmente sulistas, mas também para o Amazonas. Ademais, a migração guarda relação direta com processos históricos que situam países subdesenvolvidos e suas populações em condições marginais na divisão internacional do trabalho, dialeticamente verificada ao longo da história da fome e secas nordestinas no Brasil, como abaixo se destaca.

Geografia da Fome, de Josué de Castro, um livro seminal para a análise da fome não como um fenômeno natural, mas como um problema social, econômico e geográfico, propõe o argumento de que a fome não é causada pela falta de alimentos, mas, sim, pela má distribuição de recursos e desigualdades sociais (CASTRO, 1948). Castro aprofunda esse argumento em *Geopolítica da Fome*, introduzindo os conceitos de áreas de fome endêmica e epidêmica, realçando a importância da geografia para o entendimento da fome e da subnutrição históricas no Brasil (CASTRO, 1954).

É preciso sublinhar que, quando se estuda a migração nordestina, a representação social invoca o tripé imaginário Nordeste-seca-migração, contribuindo para "criar a invisibilidade histórica em torno do migrante" como se tudo decorresse de uma instância econômica social natural (GUILLEN, 2001). Daí a importância em ouvir as histórias de vida dos flagelados, registradas em depoimentos recolhidos por folcloristas e sociólogos, ou em cantigas sertanejas, compostas por autores populares, como Patativa do Assaré.

As memórias de migrantes internos possibilitam que se chegue a elementos identitários dos retirantes das secas consistentes com o "lugar de fala", conceito empregado com frequência pelas ciências sociais das últimas décadas.

Com base no prisma acima delineado, seleciona-se um universo empírico, integrado pela literatura de cordel e obras folclóricas, avaliado à luz da tecnicidade sociológico-folclórica, proposta por Leonardo Mota e Assaré, entrelaçando a história com a literatura, a linguagem dos autores com a fala dos personagens, a fim de recuperar, nos limites permitidos pelas fontes utilizadas, vozes e vivências dos migrantes brasileiros.

A reunião da fala "culta" com a popular tem sido amplamente utilizada nas ciências humanas, especialmente pela história e literatura, ambas interessadas em ver a linguagem popular como via essencial para

a compreensão das ideias e emoções do proletariado, como faz Jorge Luís Borges, ao começar a escrever sobre os marginais de Buenos Aires "histórias diretas, que nada tinham de ensaio":

> A história é narrada de maneira direta, e são (as histórias), num certo sentido, tristes, talvez horríveis. [...] São contadas por pessoas que também são marginais, e você mal as compreende. [...] Eles meramente contam a história, e o leitor, suponho, é levado a ter a sensação de que a história vai mais fundo do que a própria história. Nada é dito sobre o sentimento dos personagens – tirei isso da saga nórdica arcaica – a ideia de que você deve conhecer um personagem por suas palavras e seus atos, sem invadir seu crânio e dizer o que ele estava pensando [...] existe uma psicologia oculta por trás da história, porque senão os personagens seriam meros joguetes (BORGES, 2011, v. 1, p. 171).

3 MIGRAÇÕES INTERNAS: "FLAGELADOS DA SECA"

Impactos causados por catástrofes climáticas (secas, enchentes, incêndios, erupções vulcânicas) ou políticas (guerras, revoluções) sobre populações de países em desenvolvimento têm produzido fluxos migratórios contínuos do campo para a cidade, de zonas pobres para regiões ricas. Trata-se de um dos fenômenos de longa duração, no tempo e espaço históricos. Nesse painel, figuram as consequências adversas da instalação do capitalismo mercantilista da modernidade, ao intensificar as relações entre a Europa e suas colônias americanas, transformando o continente americano em receptáculo de milhões de africanos, agrilhoados em navios negreiros e encaminhados às fazendas, minas ou zonas urbanas dos impérios coloniais. Desterritorializados duplamente – de suas nações natais e da nação receptora – os africanos forneceram as bases para a riqueza das metrópoles europeias, desorganizando suas comunidades de origem e sendo coisificados pelo sistema escravista.

Tais crises, que afetaram os novos estados, politicamente independentes, deixaram o mundo mais ou menos indiferente, até que a política anti-imigração dos países desenvolvidos atraísse a atenção de autores internacionais sobre o drama dos migrantes, mortos na caminhada para alcançar regiões que lhes garantissem direitos humanos fundamentais, sem a concessão da cidadania que lhes fora acenada pela bandeira da "civilização contra a barbárie" ou prometida por alguns países colonizadores, como França e Portugal.

As migrações internas, por sua vez, apresentam questões que se aproximam de modo inquietante de suas congêneres internacionais. Como sempre, as desigualdades estão na base do fenômeno migratório: populações malnutridas, equilibrando suas necessidades alimentícias com possibilidades mínimas de atendimento, partem de zonas pobres em direção a regiões ou países ricos.

No Brasil setecentista, estiagens severas atingiram as capitanias do Maranhão, Ceará e Rio Grande do Norte, provocando a morte de grande número de homens, mulheres e crianças, vitimados pela fome, fazendo com que fiscais da Câmara da Paraíba solicitassem ao rei o envio de mais escravos para a região, porque os antigos morreram de fome (BARRETO, 2009).

No século XIX, entre os anos de 1877-79 ocorreu a "Grande Seca" da Região Nordeste do Brasil, que abalou as estruturas do Segundo Reinado (1840-89), já enfraquecidas com a Guerra do Paraguai (1864-70) e o movimento abolicionista. A seca produziu entre 400.000 e 500.000 mortos, ao mesmo tempo em que 190.000 indivíduos foram deslocados de suas localidades de origem. Das 800.000 pessoas que habitavam a área afetada do Nordeste, 120.000 se transferiram para a Amazônia e 68.000 para outras partes do território nacional. A província do Ceará foi a mais afetada, tendo passado três anos sem chuva. Portanto, sem plantios, sem colheitas, com a destruição de rebanhos, as famílias fugiram, despovoando o sertão.

Na grande seca de 1932, foram construídos sete campos de concentração, em pontos estratégicos, situados às margens das linhas férreas de seis municípios cearenses (Fortaleza, Crato, Ipu, Quixeramobim, Cariús e Senador Pompeu), destinados a conter os retirantes do interior do estado, que buscavam chegar à capital, atraídos por propostas de emprego e promessas de assistência médica e alimentação.

Instalados em lugares insalubres, mal alimentados pelas rações enviadas pelo governo, os flagelados eram reféns de uma política higienista, iniciada em períodos de estiagem severa. Foi o que aconteceu na seca de 1877-79, quando mais de cem mil retirantes de todo o estado migraram para Fortaleza, cuja população totalizava trinta mil habitantes, de acordo com o censo de 1872. As medidas repressivas então adotadas se aperfeiçoaram na estiagem de 1915, quando a elite político-econômica cearense criou os primeiros campos de concentração, a fim de impedir que pessoas vistas como "potenciais portadoras de doenças" ou saqueadoras de mercados ameaçassem a tranquilidade pública de Fortaleza.

Nova estiagem, em 1932, levou o jornal cearense *O Povo*, em edição de 20/6/1932, a publicar uma reportagem – o "Efetivo dos Campos de Concentração dos Flagelados"–, informando que as pessoas internadas em campos de concentração atingiam o total de 73.918, assim distribuídos:

Tabela 1 Campos de concentração no estado do Ceará, em 1932.

Municípios	Campos de concentração	Números absolutos	Porcentagens
Ipu	Ipu	6.507	8,80
Fortaleza	Alagadiço e "Do urubu"	1.800	2,45
Quixeramobim	Quixeramobim	4.542	6,14
Senador Pompeu	Patu	16.221	21,94
Buriti, no Crato	Buriti	16.200	21,91
Cariús	Cariús	28.648	38,76
Total	---	73.918	100

Fonte: Tabela elaborada pelas autoras. Fonte: Jornal *O Povo*, edição de 20/6/1932, *apud*: AMORIN, Géssica. Apagados da história oficial, campos de concentração da seca de 1932 estão marcados na memória popular. **Marco Zero**, 20/05/2022.

O campo Patu, com 16.221 concentrados, ultrapassou o número de habitantes do município Senador Pompeu e contava com as seguintes construções: o casarão dos inspetores da obra, duas casas de pólvora, um armazém, a estrutura de um hospital desativado, uma usina, um cemitério e uma estação de trem. Hoje, o açude do Patu tem por finalidade principal abastecer de água a cidade. De acordo com o DNOCS (Departamento Nacional de Obras Contra as Secas), o projeto de construção do açude é datado em 1919, com as primeiras escavações iniciadas em 1921. Entretanto, essas obras foram paralisadas em 1923, tendo sido retomadas apenas em 1984 e, por fim, concluídas em 1987.

Fortaleza se desenvolvera como centro urbano, desde finais do século XIX, com o cultivo do algodão, responsável por um êxodo rural que elevou a sua população para 30.000 habitantes. Com a grande seca de 1877-79, cerca de 100.000 retirantes migraram para a capital, pondo em risco o equipamento urbano da cidade e provocando a elaboração de uma estratégia de defesa dos citadinos para conter os flagelados, uma das quais era o confinamento dos retirantes em campos de concentração.

Kênia Rios estudou relatórios oficiais da Interventoria do Ceará, publicados em oito jornais da época (*Gazeta de Notícias*, *O Povo* e *Correio do Ceará*, entre outros) verificando que a expressão "campo de concentração" foi utilizada pela primeira vez, em 1915, como referência a um espaço de contenção de flagelados da seca (RIOS, 2014).

A maior seca da história do Brasil, a de 1877-79, vitimou entre 400.000 e 500.000, além de deslocar cerca de 190.000 pessoas. A Região Nordeste do Brasil, que foi a afetada, teve a maior incidência dessa catástrofe climática na

província do Ceará. Durante os três anos sem chuvas, portanto, sem plantios e colheitas, além da perda de rebanhos, a população total da região, de 800.000 pessoas, perto de 120.000 migraram para a Amazônia e 68.000 para outras partes do Brasil.

Rodolfo Teófilo, escritor cearense, relata que, parado em uma esquina, viu passarem 20 cadáveres, ajuntando que, "as crianças que morrem nos abarracamentos, como são conduzidas! Pela manhã os encarregados de sepultá-las vão recolhendo-as em um grande saco: e, ensacados os cadáveres, é atado aquele sudário de grossa estopa a um pau e conduzido para a sepultura". As notícias chegaram à Corte e levaram o imperador a declarar que não sobraria nenhuma joia da Coroa, mas nenhum nordestino morreria de fome (WIKIPÉDIA, 2025).

Uma comissão de engenheiros, enviada pelo governo imperial ao Nordeste, determinou a perfuração de poços, a construção de açudes ou barragens, o armazenamento de água e a construção de estradas de rodagem e de ferro. O Açude Cedro foi uma das primeiras grandes obras ordenadas por D. Pedro II, mas o início de sua construção ocorreu entre 1890 e 1906, durante a República, portanto.

Mais uma grande seca, no ano de 1915, levou à criação do campo de concentração de Alagadiço, nas proximidades de Fortaleza, com 8.000 retirantes, sob o pretexto de lhes dar assistência, mas, na verdade, com o intuito de preservar a cidade para seus moradores.

Com o desenvolvimento da capital do Estado, a elite passou a pressionar o governo para organizar uma política urbana apta a controlar a presença e circulação de indivíduos que pediam esmolas, considerados como transmissores potenciais de doenças ou como saqueadores de mercados.

Nos termos acima, a pressão por privilégios dos detentores do capital se transformou em políticas públicas de rejeição aos retirantes, por meio da qual mais sete campos de concentração foram instalados, na grande seca de 1932, pelo Estado do Ceará e o Ministério de Viação e Obras Públicas, dos governos de Getúlio Vargas, entre 1932-45 e 1951-54. No confinamento, os flagelados permaneciam sob vigilância contínua, saindo apenas para trabalhar em obras públicas ou em engenhos da região, recebendo, em troca, apenas uma refeição por dia trabalhado (RIOS, 2014).

Seis dos campos localizavam-se nas proximidades da Estrada de Ferro de Baturité, que permitia que os flagelados chegassem a Fortaleza. O primeiro trecho dessa ferrovia foi aberto em 1872, transportando passageiros até meados de 1980. Nos campos, concebidos para receber até 3.000 pessoas, havia uma superpopulação amontoada em ranchos cobertos por palha, sem condições de higiene ou sanitárias (RIOS, 2014).

Para o campo de Patu, que dispunha de barracões de alvenaria, estima-se que a metade dos retirantes que abrigou morreu em consequência da fome ou de doenças, tais como tifo e sarampo, tendo sido enterrada em valas coletivas. Entrevistas com sobreviventes e relatos de padres, registrados em livros paroquiais de algumas igrejas da região, informam que os padres que visitavam os campos ministravam a extrema-unção para dezenas de pessoas, diariamente. Com a chegada das chuvas em 1933, uma parte dos retirantes regressou a seus lugares de origem, com passagens pagas pelo governo, mas muitos se dirigiram a Fortaleza, ampliando a favelização dessa cidade (RIOS, 2014).

Após a Segunda Guerra Mundial, a condenação dos campos de concentração e extermínio nazistas fez desaparecer muitos dos documentos relativos aos campos cearenses, substituídos, na política pública, pela construção de moradias populares em zonas periféricas de Fortaleza.

A criação da SUDENE (Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste), em 1959, deu ensejo a discussões sobre as formas de responder à seca com políticas de irrigação e projetos de açudes. Essas políticas (e, claro, a frustração das expectativas dos migrantes) podem ajudar a entender as causas do retorno de 1.800.000 para o total de 2.300.000 retirantes, instalados na cidade de São Paulo, segundo o Censo de 2010. Portanto, permaneceram na capital paulista 500.000 nordestinos.

O balanço terrível dos seis anos de matanças e destruições no pós-guerra deixou em segundo plano as discussões sobre os campos de concentração de flagelados, contribuindo para que sua memória caísse no esquecimento. Mesmo os habitantes dos locais em que se instalaram esses campos desconhecem a história da política de confinamento obrigatório de uma das parcelas mais sofridas dos brasileiros.

A política de obras contra a seca beneficiou especialmente os latifundiários, sem desenvolver ações de caráter social para a população trabalhadora, fato denunciado pelos técnicos do DNOCS (Departamento Nacional de Obras contra as Secas), que defenderam a implementação de uma agricultura irrigada pelos sangradouros dos açudes.

Nessa linha, instalaram-se culturas de bananeira, algodoeiro, tomateiro e de frutas em geral, à jusante dos açudes, a fim de prover as necessidades da população local e de fornecer subsídios para a manutenção de minifúndios. Portanto, tratava-se de uma política social dependente da desapropriação dos latifúndios, política avessa aos interesses dos grandes proprietários de terra e que o governo considerou não ser possível executar. Em consequência, o DNOCS ficou desacreditado, ao deixar claro à população visada pelo programa que as medidas preconizadas foram aplicadas de modo apenas paliativo e não suficiente para o enfrentamento dos problemas que se propunha a

resolver. Ademais, havia o agravante de as verbas destinadas às vítimas da seca terem sido desviadas para os "industriais das secas", isto é, políticos influentes, latifundiários e grandes comerciantes.

As secas de 1952 e 1958 provocaram novas medidas, a primeira das quais criou o Banco do Nordeste do Brasil, a fim de desenvolver o crédito no Polígono das Secas, quando o governo se convenceu de que os problemas das secas não se limitavam à degradação do clima, mas se estendiam para questões sociais.

Na seca de 1958, ocorrida durante a presidência de Juscelino, com o plano de conquistar 50 anos de desenvolvimento em cinco, houve a nomeação de um Grupo de Trabalho, dirigido por Celso Furtado, para apresentar soluções para o problema. Como resultado, surgiu um documento – que demonstrava ser social – e não climático – o problema básico do Nordeste, em consequência de uma estruturação econômica, política e social atrasada, que impedia a socialização de benefícios sociais, impedindo que a população despossuída pudesse sobreviver ao impacto das secas.

A partir dessas constatações e aconselhamentos, criou-se a SUDENE (Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste), que se empenhou em desenvolver a infraestrutura material da região, implementando vias de transporte, industrialização e serviços, acompanhadas por uma política de democratização do uso do solo, a fim de aumentar a produção e distribuir os seus proventos pelo povo.

Como seria de se esperar, essa política enfrentou forte resistência dos apaniguados de toda espécie, contra a qual a SUDENE, diretamente ligada à Presidência, procurou resistir, alcançando sucesso em algumas áreas. Porém, com o golpe de Estado de 1964, a SUDENE, olhada com desconfiança pelos militares, foi incorporada ao Ministério do Interior, perdendo muito de sua autonomia.

Por fim, com a reinstalação do regime democrático, em 1985, a SUDENE passou a dar assistência aos governos estaduais, administrando a aplicação de incentivos fiscais a grandes projetos agrícolas e industriais, afastando-se, em decorrência, da problemática nordestina que esteve na base de sua criação. No campo de atuação assim definido, alguns dos diretores da SUDENE desenvolveram o programa POLONORDESTE, que deveria fortalecer os pequenos e médios produtores, mas que acabou por não obter sucesso algum a esse respeito.

No ano de 1970, nova seca provocou a criação do Projeto Sertanejo, pelo governo federal, visando a voltar para o mercado externo as pequenas explorações agrícolas. No entanto, os resultados desse projeto foram negativos, uma vez que desorganizaram uma economia voltada fundamentalmente ao abastecimento interno.

Fracassos sucessivos da SUDENE, do POLONORDESTE e do Projeto Sertanejo se tornaram mais visíveis com a grande seca de 1979-84, quando as estruturas existentes não foram capazes de fornecer uma assistência eficaz aos flagelados. De fato, uma vez que, para evitar a emigração das vítimas da seca, organizaram-se frentes de trabalho, que reuniam homens e mulheres para grandes obras de construção (açudes, pontes, estradas etc.), em benefício das mesmas elites do passado, uma vez que os trabalhadores recebiam apenas a metade de um salário mínimo, à evidência, muito aquém de suas necessidades de sobrevivência. Assim, a indústria da seca perdurou em mãos de seus donos históricos, apesar de avanços verificados durante os governos Lula, como a construção de cisternas para armazenar a água das chuvas, em regiões que não dispõem de fonte de água permanente, limpa e fácil de tratar, proposta pelo P1MC (Programa 1 Milhão de Cisternas), lançado, em 2003, pelo presidente Lula e originalmente suscitado pelo desempenho exitoso da ONG ASA (Articulação do Semiárido). O P1MC desenvolveu-se no município de Juazeiro, situado na bacia do Baixo Salitre, na Bahia, com resultados relevantes, uma vez que, até o ano de 2009, construiu mais de 266.000 cisternas, em 6.078 municípios, beneficiando significativamente 292.000 famílias (PASSADOR; PASSADOR, 2010).

3.1 Literatura de cordel e secas do Nordeste: o lugar de fala dos flagelados.

"Flagelados da seca" é uma expressão utilizada para se referir às pessoas afetadas pelas secas no Nordeste brasileiro, especialmente durante o século XX. Esses flagelados eram, em sua maioria, retirantes que deixavam suas terras devido à falta de água e comida, buscando refúgio e ajuda em centros urbanos. A situação muitas vezes levava a condições de extrema pobreza e miséria, com a criação de campos de concentração para controlar a população.

As relações entre literatura e história têm-se modificado nas últimas décadas, tendo em vista as relações entre ficção e realidade e com os interesses sobre a cultura popular, em suas conexões com a cultura erudita, linha que entrelaçou a produção literária clássica com a produção popular, em temas sensíveis às estruturas de classe do mundo moderno. A busca por identidades próprias de pessoas integrantes de camadas desprivilegiadas da população caminhou da visão folclorista para a acadêmica, produzindo saberes relativos à arte de escrever de estratos comumente invisibilizados pela literatura acadêmica, em especial no que se convencionou chamar de "lugar de fala", conceito empregado por estudos cada vez mais frequentes na produção acadêmica.

Livros de valor literário indiscutível, tendo por objeto os flagelados nordestinos (*A Bagaceira*", de José Américo, *O Quinze*, de Rachel de Queiroz e *Vidas Secas*, de Graciliano Ramos, entre outros), permitem que emoções intervenham nas histórias de vida das personagens e no entendimento das circunstâncias sociológicas e políticas de um desastre climático durável.

Sobre esses temas, o povo "miúdo" compôs, recitou e cantou histórias, decoradas por "cantadores" profissionais, que as difundiam em feiras e festas coletivas, tecendo uma história oral que se encontra fixada na escrita dos cordéis. É uma memória da migração, intrinsecamente ligada ao migrante, mas, também uma história ligada à dominação, na qual a língua funciona como uma arma do colonizador para exercer o seu domínio sobre o colonizado.

A colonização, como regime de poder, exerce-se entre nações, mas também entre classes, uma vez que as camadas superiores estendem seus poderes sobre a fala. Assim, a linguagem culta é uma modalidade das mais temíveis do exercício do poder. No Brasil, o português se impôs no regime escravista do "cale-se", do silêncio imposto a trabalhadores braçais, "em meio à superexploração dos ecossistemas naturais, à desumanização ontológica dos cativos africanos, ao racismo institucionalizado e aos atentados permanentes do colonialismo" (CHAMOISEAU, 2025, p. 74). Nessa vertente, o discurso colonial transformou o conceito de identidade "numa arma de destruição em massa" de culturas, línguas, crenças e hábitos da diversidade cultural do mundo conquistado, em proveito da hipervalorização identitária dos ocidentais, com os seus valores tomados como absolutos (CHAMOISEAU, 2025, p. 75).

Obras literárias são fontes inestimáveis para a história das secas no Nordeste, demonstrando como um fenômeno climático adverso aponta para as desigualdades sociais, tomando contradições de classe na esfera da alienação do trabalhador não só operante nos resultados de seu trabalho, mas do próprio trabalho. Portanto, da perda do capital humano como tal, criando as ondas migratórias de nordestinos para outras regiões que lhes são estranhas e, por sua vez, nas quais serão "estranhados". Foucault, mais uma vez, vem ao nosso encontro, ao contribuir para a história das ideias, linguagem e loucura, chegando a "duas pérolas filosófico-literárias sobre as 'heterotopias' e o 'corpo utópico', de modo tão "surpreendente que às vezes até parecem impossíveis", fornecendo "a chave de sua compreensão da literatura não só como representação, documento social ou histórico, mas como pensamento original, desvio e singularidade". Foucault reconfigura a linguagem mais banal e cotidiana, a fim de revelar "sentidos e mundos que a princípio não existiam, não eram visíveis nem estavam representados nas palavras – a começar pelo poder generativo da própria linguagem" (CARVALHO, 2025, 3).

A seca de 1919 é prevista por um velho iguatuense, expressando a inação das autoridades quanto a medidas que se faziam necessárias, tendo em vista que o povo, com a experiência acumulada sobre um fenômeno climático que atingia o Nordeste há séculos, previa a chegada de novo cataclismo:

> O negóço não vai de caçoada, não. A lagoa daqui inda não tomou água que desse pra dá nos peito dum peba. Este ano, se fô seca, é das drobada. Qual 15! Cadê pastage, cadê legume? Agora eu só me desengano, dia de São José. Se não chovê, dia de São José, podem se despedi que o rebentão 'tá decretado. Já as ispriença de Santa Luzia fôro de fazê pena. Vamincê vê: de noite relampeia, amanhece bonito, premete, mas depois se arrepende. Quem vê a carregação dos nivoeiro, quem vê os torreame, diz que a chuva vem anêxa. Mas qual! É assim: é esse solzão doido e esse vento solto no mundo! Daí, pode sê. No 17 deu-se disso: coidavam que era seca e só que faltou foi morrê tudo atolado... Eu só ando desconfiado porque os antigo dizia: "19, 20 ou 21!". Pra mim, se não fô seca, este ano, é prô ano, e, se não fô prô ano, é no outro prô ano (MOTA, 1987, p.256).

Em fins de 1915, a seca entrara em seu auge e centenas de flagelados se preparavam para emigrar, reconhecendo que o "Ceará é terra do principêia: a gente almoça mas não ceia! Querê vive no Ceará é mermo que a gente querê se atrepá em pau de sebo" (MOTA, 1987, p.257).

O poder generativo que se apresenta como representações de sentimentos do próprio flagelado em busca de sobrevivência é retratado por artistas de diversas áreas culturais, com prevalência na literatura, teatro e artes plásticas, através de suas consequências materiais (doenças, morte, perda de bens, luta contra a crise climática) e espirituais (saudade, estranhamento no local imigratório, preconceitos). Em paralelo aos romances eruditos da década de 1930, a literatura de cordel registra a história do flagelado da seca nordestina, fazendo coincidir e aprofundando as interpretações sociológicas sobre o retirante, na medida em que lhe concede o lugar de fala, como podemos ver na "Triste Partida", do poeta Patativa do Assaré, conhecida pela música popularizada por Luiz Gonzaga, da qual se reproduzem alguns sonetos no quadro abaixo:

Quadro 1. Versos extraídos do poema *A Triste Partida*.

Passou-se setembro outubro e novembro estamos em dezembro meu Deus, que é de nós? assim diz o pobre do seco Nordeste com medo da peste e da fome feroz [...] Sem chuva na terra descamba janeiro até fevereiro no mesmo verão reclama o roceiro dizendo consigo: meu Deus é castigo não chove mais não. [...] Nós vamos a São Paulo que a coisa está feia por terra alheia nós vamos vagar se o nosso destino não for tão mesquinho pro mesmo cantinho nós torna a voltar	Venderam o burro jumento e cavalo até mesmo o galo venderam também e logo aparece um feliz fazendeiro por pouco dinheiro lhe compra o que tem Em cima do carro se junta a família chega o triste dia já vão viajar a seca é terrível que tudo devora lhe bota pra fora do torrão natá [...] Assim vão deixando com choro e gemido seu norte querido um céu lindo azul o pai de família nos filhos pensando o carro rodando na estrada do sul [...]	Chegaram em São Paulo sem cobre e quebrado o pobre acanhado procura um patrão só vê cara feia de uma estranha gente tudo é diferente do caro torrão [...] O pai de família ali vive preso sofrendo desprezo e devendo ao patrão o tempo passando vai dia e vem dia aquela família não volta mais não Se por acaso um dia ele tem por sorte notícia do Norte o gosto de ouvir saudade no peito lhe bate de molhos as águas dos olhos começam a cair	Distante da terra tão seca mas boa sujeito a garoa a lama e o paul é triste se ver um nortista tão bravo viver sendo escravo na terra do Sul

Fonte: ASSARÉ, Patativa do. Cordéis. Fortaleza: EUFC, 1999.

É oportuno frisar que a linguagem popular inclui "o enigma do contador", poucas vezes desvendado, uma vez que as pessoas humildes, em geral, passam anônimas pela história. Esse enigma aparece desvendado no poema acima: o contador é um sujeito coletivo e a sua voz é a de todos os esfomeados da seca ou esfomeados em geral do povo brasileiro.

Com efeito, pois foi apenas em 2024 que o Brasil saiu do Mapa da Fome da FAO (Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura), depois de três anos em que figurava nessa "lista vergonhosa" (O Globo, 3-8-2025, p. 2). No período de 2022 a 2024, menos de 2,5% dos brasileiros apresentaram falta de acesso suficiente à alimentação ou risco de subnutrição, o que significa que uma parcela faminta da população pode atingir o total absoluto de 5.300.000 pessoas. Em comparação com cifras passadas, a diminuição de esfomeados constitui um retrato positivo do presente, mas passível de piorar, como tantas vezes já aconteceu no passado recente: em 2014, o país, pela primeira vez, deixou o Mapa da Fome, assim continuando até 2018; porém, de 2019-20, o Brasil retornou ao referido mapa (O Globo, 3-8-2025, p. 2). Seria necessário que as políticas públicas de atendimento às camadas pobres da população impedissem o retorno da figura dos "comedores de barro" como personagens da realidade social, tais como se encontram registrados em contos populares brasileiros:

> Encontram-se por todo canto os comedores de barro. Uns ingerem terra por demais, outros são ordinariamente sóbrios, engolindo-a lá uma vez por semana, sem grandes obrigações. Porém existem aqueles que não largam o vício diário. E anda já bem espalhada a novidade de que tudo provém de doença adquirida no meio dominado pelo impaludismo. Antigamente, no entanto – e é coisa de pouco tempo – se dizia à boca pequena que os indivíduos amarelos e inchados, velhos comedores de barros, andavam entregues a aventuras ocultas como o fute[1] cheio de caprichos esquisitos. Andavam metidos em negócios diabólicos [...]. Nas aldeias onde houvesse um pobre assim, vivendo com a maior tristeza, era logo isolado, não passando ninguém pela sua porta, nem tampouco entrando em conversas ou indagações. [...]. Porém não era malvadeza não: era fome [...] (VIDAL, 1950, p. 125).

Estigmas contra os comedores de barro transmitiam-se através da linguagem mágica, inteligível às classes populares e àqueles que as ouviam. Nas aldeias onde houvesse um pobre assim, vivendo com a maior tristeza, era logo isolado, não passando ninguém pela sua porta, nem tampouco

entrando em conversas ou indagações. A marcha da doença é discriminada com cuidado. Primeiro, o comedor de barro ficava ligeiramente amarelo, melhorando depois, quando surgia um sangue na orelha, nos lábios e na face. Entretanto, um resfriado leve devolvia-lhe a amarelidão e a febre e "por necessidade inaudita, comia barro como se comesse farinha na mesa da janta. O estado de saúde ia e vinha, piorava ou melhorava, até ficar com os olhos papudos e a barriga crescida". O que fazia com que:

> Em pouco tempo, o seu rosto ficava monstruoso e não havia quem não tivesse prevenção com essa gente [...]. Correm-se léguas para não ter contato com ele. Quando acontece residir na cidade, onde há mais vida ativa, passa despercebido das vistas fiscalizadoras, mas ainda assim experimenta seus maus pedaços [...]. Na aldeia, porém, pode arrumar as malas e ir embora – e se ficar, teimar em ficar na sua casinha de porta e janela, aguentará com as consequências de geral hostilidade: ninguém quer a sua aproximação, nem procura auxiliá-lo, dar-lhe esmolas ou facilitar-lhe meios de cura. Pelo contrário, podendo, ainda agrava a situação do infeliz, desde que a única preocupação dominante é o seu desaparecimento definitivo. Só com a morte se poderá conseguir tamanho desejo (VIDAL, 1950, p. 159-160).

A fome aparece como tema constante na literatura, como base para estigmas e preconceitos contra os subalimentados, presentes na literatura acadêmica e na fala dos cantadores:

> A pobreza no Brasil
> Terá muito que sofrer,
> Porque se vai numa venda
> O dono custa a vender,
> O sujeito mete os pés:
> — "Carne velha[2] é a dois mil réis!
> E ninguém pode comer.
>
> O pobre é quem paga o pato,
> Judiado que é um horror...
> O rico milionário
> Nada faz a seu favor!
> E o pobre somente teme
> Porque, quando o rico geme,
> O pobre é quem sente a dor...
> (MOTA, 1987, p. 134).

Os desafios são igualmente fontes preciosas para se compreender a identidade das pessoas pobres em seus sonhos e desejos de se afirmarem como vencedores. Os versos abaixo foram escolhidos de um desafio que durou oito dias, entre dois cantadores: o branco Francisco Romano e o negro Inácio da Cantigueira:

– Inaço, que andas fazendo
Aqui nesta freguesia,
Cadê o teu passaporte,
A tua carta de guia,
Cadê a tua famia?

– Seu Romano, eu sou cativo,
Trabaio pra meu sinhô...
Quando vou pra uma festa
Foi ele quem me mandou,
E quando saio escondido
Ele sabe p'r'onde eu vou.

– Inaço, deixa-te disto,
Não te posso acreditá,
Pois eu também tenho nego
E só mando trabaiá...
Como é que teu sinhô
Vai te manda vadiá?
(MOTA, 1987, p. 143-144).

Mais desafios entre brancos e negros levantam o estigma da escravidão para humilhar seus oponentes, necessariamente livres, que aceitam a adjetivação como se fosse real:

Você me chama de nego
Do cabelo pixaim,
Queria que ocê dissesse
Que dinheiro deu por mim...
[...]

Cantadores brancos aprofundam o insulto em desafios que seguem o mesmo bordão:

Nego que cantá comigo
Lave a boca com sabão,
Se não lavá bem lavada,
Comigo não canta não...
(MOTA, 1987, p. 176).

Negro danado
Só é Simão:
Correu no mato
Sem tê gibão;
Açoita os outro
Sem precisão;
'tá bebo, negro?
'tá bebo, cão?
Falas cos outro,
Comigo não?
Negro cativo,
Não tem razão...
Todo moleque
Dá pra ladrão.
(MOTA, 1987, p. 198).

A memória da escravidão se apresenta como se fosse realidade, nos duelos entre os cantadores brancos e pretos. Os primeiros se utilizam do *fake* histórico de "escravo" para vencer seus opositores, enquanto estes, aparentemente, aceitam o falseamento da realidade histórica, usando outras armas para vencer o desafio. A cor, portanto, constituía uma marca infamante, de uso vulgar nas relações entre cantadores, fornecendo um retalho de uma sociabilidade de mando, mesmo no interior da mesma categoria social.

Como se constata na literatura popular, a expressão "flagelados da seca" indica pessoas afetadas pelas secas no Nordeste brasileiro, frequentemente retratadas como retirantes forçados a abandonar suas terras e famílias, em busca de sobrevivência em regiões mais ricas. A literatura de cordel, com sua linguagem popular e acessível, aborda essa temática com grande sensibilidade, explorando o sofrimento, a luta pela sobrevivência e a esperança dos flagelados. O processo da produção literária de cordel pode ser avaliado como a narrativa entre um objeto e sua expressão, resultando no efeito do real desejado pelo autor (BARTHES, 1972).

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Há séculos, levas de migrantes brasileiros têm-se deslocado de suas terras natais, tangidos por tragédias ecológicas, configurando uma migração interna de províncias/estados mais pobres para outros mais ricos. Entre esses migrantes, destacam-se os flagelados das secas nordestinas, que se encaminharam para regiões mais ricas do território nacional. Tais fluxos migratórios puseram a descoberto mazelas profundas das instituições econômicas, políticas e sociais do Brasil, com a consequente adoção de

medidas paliativas destinadas a conjurar os males advindos de mudanças climáticas. Nesse campo, a presente investigação centraliza-se na análise das levas de flagelados da seca, deslocados da zona rural para cidades grandes, de províncias/estados pobres para outros mais ricos, circunscrevendo-se ao caso cearense, quando fluxos migratórios famélicos se dirigiram para regiões melhor aquinhoadas, inquietando os donos do poder. Deslocados de seus *habitats* naturais pela tragédia ecológica, os migrantes viram-se envolvidos em outra tragédia, não menos calamitosa: as desigualdades sociais extremas preexistentes ao cataclismo da seca, que os submetiam a condições subumanas de existência. Em obediência a interesses das elites locais, os flagelados foram amontoados em campos de concentração criados no Governo Vargas, sob a alegação de serem "assistidos", mas, na verdade com o fim de proteger a ordem social contra saques e agitações, que punham em risco a vida civil dos brasileiros "bem-comportados".

As medidas de auxílio aos flagelados se iniciaram no Período Monárquico, mas só se desenvolveram na segunda metade do século XX, quando a República (ainda "dos coronéis") passou a desenvolver obras contra a falta de chuva, iniciando o que se convencionou chamar de "indústria da seca", uma vez que o orçamento era desviado para os bolsos das classes poderosas do Nordeste, em cujas propriedades se concentravam poços artesianos, açudes, pontes e estradas construídos. O fim do Estado Novo implicou novas estratégias de combate à seca, mas sem mudanças sociais profundas. A construção de cisternas, o financiamento do plantio e criação de gado para o atendimento às necessidades endógenas dos trabalhadores, medidas indicadas para diminuir as distâncias sociais entre uma elite privilegiada e um povo que passava de pobre a miserável, na ausência de chuva, foram aplicadas na retaguarda da defesa dos latifundiários, grandes comerciantes e políticos influentes. Com esses compromissos de classe, as políticas públicas de combate à seca continuaram intermitentes: reforçadas no segundo pós-guerra, com Juscelino Kubitschek e João Goulart; discretas, na ditadura militar; impulsionadas nas presidências de Lula. Com Bolsonaro, o conservadorismo ideológico de direita trouxe novo retrocesso a uma política de todo necessária para o desenvolvimento econômico, social e político da nação brasileira.

Entrevistas, poemas, cantigas são tomadas como retalhos de vida de um grupo representativo do proletariado, historicamente lançado de suas comunidades originárias para terras estranhas. As memórias sobre os retirantes nordestinos contribuem para um entendimento melhor sobre as relações da migração – um dos fenômenos de longa duração histórica – com cataclismos climáticos, que tornam visíveis, no passado e no presente, a realidade de uma ordem social mais interessada em atender aos interesses dos donos do poder do que às necessidades do povo.

NOTAS

[1] "Fute" é uma gíria utilizada no Brasil, principalmente na região Norte, como uma forma coloquial de se referir ao diabo ou demônio. Também pode ser usada para descrever algo diabólico ou satânico. De modo geral, é um termo informal, com conotação negativa, associado ao maligno ou ao que é demoníaco.

[2] Carne velha é carne de sol.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVARENGA, Oneyda. **Música popular brasileira**. Rio de Janeiro: Editora Globo, 1960.

AMORIN, Géssica. Apagados da história oficial, campos de concentração da seca de 1932 estão marcados na memória popular. **Marco Zero**, 20/05/2022. Disponível: https://marcozero.org/campos-de-concentracao-ceara-seca-de-1932/. Acesso: 09/07/2025.

ASSARÉ, Patativa do. **Cordéis**. Fortaleza: EUFC, 1999.

BARTHES, Roland. **Literatura e semiologia:** pesquisas semiológicas. Petrópolis: Ed. vozes, 1972.

BARRETO, Pedro Henrique. História - Seca, fenômeno secular na vida dos nordestinos. **Desafios do desenvolvimento.** Ano 6, Edição 48, 10/03/2009.

BLAY, Eva Alterman. Resenhas. Imigração ou os paradoxos da alteridade. **Rev. Antropol**. 43 (1). São Paulo, 2000. https://doi.org/10.1590/S0034-77012000000100009

BORGES, Jorge Luís. A arte da ficção. In: REVIEW, Paris. **As entrevistas da Paris Review**. Tradução de George Schlesinger. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

BOURDIEU, Pierre; SAYAD, Abdelmalek. **El desarraigo:** la violencia del capitalismo en una sociedad rural. Buenos Aires: Siglo Veintiuno Editores, 2013.

CARVALHO, Bernardo. Contraespaço. Ilustrada. **Folha de S. Paulo**, 13/7/2025, B3.

CASTRO, Josué de. **Geografia da fome**. Rio de Janeiro: O Cruzeiro, 1946.

CASTRO, Josué de. **Fatores de localização da cidade do Recife**. 1948. Tese (Concurso de Cátedra de Geografia Humana) – Faculdade Nacional de Filosofia, Universidade do Brasil, Rio de Janeiro, 1948.

CASTRO, Josué de. **Geopolítica da fome**. 3.ed. Rio de Janeiro: Casa do Estudante do Brasil, 1954.

CÉSAIRE, Aimé. **Discourse on Colonialism**. In: PINKHAM, Joan (Tradutor). Discourse On Colonialism. Nova York: Monthly Review Press, 2000, p. 29-78.

CHAMOISEAU, Patrick. O enigma do contador. Tradução de Henrique Provinzano Amaral. **Revista Piauí**, [S. l.], ed. 227, ago. 2025. Seção Questões Coloniais.

COUTINHO FILHO, F. **Violas e repentes:** repentes populares, em prosa e verso. Pesquisas Folclóricas no nordeste brasileiro. Recife: Saraiva, 1953.

O GLOBO. Editorial. **O Globo**, Rio de Janeiro, 3 ago. 2025. Opinião, p. 2.

GELLNER, Ernest. O Advento do nacionalismo e sua interpretação: os mitos da nação e da classe. In: BALAKRISHNAN, Gopal (Org.). **Um mapa da questão nacional**. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996, p. 107-154.

GUILLEN, Isabel Cristina Martins. **Seca e migração no Nordeste:** reflexões sobre o processo de banalização de sua dimensão histórica. Trabalhos para discussão, n. 111. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Agosto 2001.

MOTA, Leonardo. **Cantadores (poesia e linguagem do sertão cearense)**. Belo Horizonte: Itatiaia, 1987.

PASSADOR, Claudia Souza; PASSADOR, João Luiz. Apontamentos sobre as políticas públicas de combate à seca no Brasil: cisternas e cidadania? **Cadernos Gestão Pública e Cidadania,** v. 15, n. 56, São Paulo, 2010.

RIOS, Kênia Souza. **Isolamento e poder** – Fortaleza e os campos de concentração na seca de 1932. Fortaleza: Museu do Ceará, 2014.

SAYAD, Abdelmalek. **Imigração ou os paradoxos da alteridade**. São Paulo, Edusp,1998.

WIKIPEDIA. **Grande Seca.** Disponível em: https://pt.wikipedia.org/wiki/Grande_ Seca. Acesso em: 04/08/2025.

WIKIPEDIA. **Patrick Chamoiseau**. Disponível em: https://en.wikipedia.org/wiki/ Patrick_Chamoiseau . Acesso em: 15/08/2025.

RESUMO

Os fluxos migratórios relativos às grandes secas do Nordeste brasileiro constituem um fenômeno de longa duração, que demanda novas respostas a problemas colocados pela contemporaneidade, mais consciente sobre a responsabilidade humana quanto à deterioração climática. Esta reflexão pretende contribuir para o conhecimento desse problema, de dimensão global, no âmbito circunscrito dos impactos das secas sobre a população nordestina, interpretado à luz de fontes literárias populares. Para tanto, adota-se um quadro teórico/metodológico interdisciplinar, tendo por eixo a história e a sociologia, com foco no conceito de migração, observado a partir de Abdelmalek Sayad e Pierre Bourdieu. A investigação segue as vias propostas, entre outros, por Josué de Castro, Isabel Cristina Martins Guillen, Géssica Amorin e Pedro Henrique Barreto, no sentido de compreender o papel das desigualdades sociais nas políticas de combate às secas e de atendimento aos flagelados. O universo empírico é composto por histórias de vida dos migrantes, registradas em obras populares – cantigas sertanejas, desafios, poemas, literatura de cordel – recolhidas por folcloristas, como Patativa do Assaré e Leonardo Mota. Os resultados auferidos indicam as consequências do cataclismo das secas para as classes trabalhadoras, com o aprofundamento das desigualdades sociais e o consequente exílio interno dos flagelados das secas, desassistidos ou assistidos insuficientemente por políticas públicas.

Palavras-chave: Migração; Secas nordestinas; Retirantes nordestinos; Identidade e histórias de vida.

ABSTRACT

Migratory flows related to the severe droughts in Northeast Brazil constitute a long-term phenomenon that demands new responses to contemporary problems, with a greater awareness of human responsibility for climate deterioration. This reflection aims to contribute to understanding this global problem, within the limited scope of the impacts of droughts on the Northeastern population, interpreted in light of popular literary sources. To this end, an interdisciplinary theoretical/methodological framework is adopted, centered on history and sociology, with a focus on the concept of migration, as seen through the lens of Abdelmalek Sayad and Pierre Bourdieu. The research follows the paths proposed, among others, by Josué de Castro, Isabel Cristina Martins Guillen, Géssica Amorin, and Pedro Henrique Barreto, to understand the role of social inequalities in policies to combat droughts and assist those affected. The empirical universe consists of migrants' life stories, recorded in popular Works – country songs, challenges, poems, and cordel literature – collected by folklorists such as Patativa do Assaré and Leonardo Mota. The findings indicate the consequences of the cataclysmic droughts for the working classes, with the deepening of social inequalities and the consequent internal exile of those affected by the droughts, unassisted or insufficiently assisted by public policies.

Keywords: Migration; Northeastern droughts; Northeastern migrants; Identity and life stories.

Transformações socioambientais e migração adaptativa no Vale do Jequitinhonha, Minas Gerais, Brasil

Socio-environmental transformations and adaptive migration in the Jequitinhonha Valley, Minas Gerais, Brazil

*Márlio Lourenço Fernandes**

1 INTRODUÇÃO[1]

A cada ano, cresce o número de pessoas no mundo que emigram de suas terras devido a questões ambientais. Para compreendermos essas migrações, é necessário entrelaçar as causas ambientais aos fatores políticos, econômicos e culturais que levam as pessoas a deslocarem-se, temporária ou definitivamente, para se adaptarem às consequências da mudança climática. Assim, no contexto nacional de modernização do mercado de trabalho, no qual o desemprego atinge cada vez mais os trabalhadores rurais, torna-se imperativo compreender os impactos da mudança climática sobre o emprego e a vida da população camponesa, especialmente a dos seus grupos em situação de vulnerabilidade.

A migração no Vale do Jequitinhonha, região estigmatizada pela escassez hídrica e pelas dificuldades econômicas da maioria de sua população, é descrita pelos trabalhadores como um "sofrimento necessário". Os camponeses locais, diante da falta de emprego, da seca e da inviabilidade da agricultura familiar, como meio de subsistência, têm-se visto, historicamente, forçados a migrar em busca de trabalho fora de suas comunidades. Essa migração, muitas vezes temporária e sazonal, configura uma estratégia para garantir a sobrevivência das famílias, mesmo que ela ocorra contra a vontade dos próprios migrantes. O dinheiro obtido no trabalho fora é fundamental não apenas para a subsistência imediata, mas, também, para investimentos em bens materiais e infraestrutura local, movimentando o comércio regional

* Doutor em Sociologia pela Universidade Sorbonne Nouvelle.
E-mail: lourenco.marlio@gmail.com

e contribuindo para a reprodução social das comunidades rurais. No entanto, a migração tradicional no Vale do Jequitinhonha está passando por transformações profundas.

A modernização do mercado de trabalho, especialmente a mecanização da colheita de cana-de-açúcar, e a intensificação dos impactos da mudança climática — como a alteração dos ciclos das chuvas, o aumento da temperatura e a escassez hídrica —, têm modificado as dinâmicas migratórias locais. Nesse cenário, surge a "migração adaptativa" (FERNANDES, 2024). Trata-se de um novo padrão migratório que rompe com a rigidez da migração sazonal tradicional, apresentando maior flexibilidade temporal, diversidade de destinos e formas de trabalho.

Este artigo aborda a migração interna determinada, também, como consequência da mudança climática, na dianteira dos estudos sobre migração e meio ambiente em nível nacional. Há décadas, o fator econômico é a primeira razão justificada para a migração na região analisada, mas o meio ambiente vem condicionando progressivamente esse processo. Não obstante, os poços artesianos, as cisternas do "Programa Cisternas[2]", e a energia elétrica do "Programa Luz para Todos[3]" estão fixando gente em algumas comunidades e até proporcionando o desenvolvimento de pequenas atividades econômicas.

2 METAMORFOSES DE UMA MIGRAÇÃO DE TRABALHADORES *BON MARCHÉ*

> Sabe-se qual é o papel da "tecnicização" nesse assunto: "tecnicizar" um problema social, como se faz da imigração tornando-a um problema exclusivamente econômico, é despolitizá-lo, ou melhor, a-politizá-lo; é nisso que também consiste a naturalização dos objetos sociais (SAYAD, 2000, p. 22).

As desigualdades regionais brasileiras são o motor das migrações internas. A migração inter-regional de nordestinos em direção ao Sudeste brasileiro é um fenômeno historicamente relevante que expressa o contraste social e econômico entre essas regiões. Esse fenômeno explica a migração entendida com base no prisma das forças de atração e expulsão populacional. Com a industrialização do Sudeste em meados do século XX, essa região atraiu a população vulnerabilizada do Nordeste. O fluxo migratório entre as regiões brasileiras diminuiu nos últimos anos, mas o Nordeste ainda é, apesar do aumento recente na retenção de sua população local, a região de onde partem mais migrantes.[4]

Compreender a migração rural brasileira é considerar tanto os diferentes fluxos migratórios quanto as diferenças históricas, sociais e econômicas regionais.[5] A região do Vale do Jequitinhonha é a maior fornecedora de trabalhadores braçais do estado de Minas Gerais e uma das maiores do país. A referida região possui uma população que migra temporariamente como mão de obra barata para a agroindústria — em usinas de cana-de-açúcar, fazendas de café e laranja, e na mineração —, além de atuar nas praias como vendedores ambulantes e, também, na construção civil e em outras atividades ligadas ao meio urbano.

O Vale do Jequitinhonha possui uma reserva de mão de obra emigrante constituída de homens e, de forma crescente, de mulheres para as regiões, economicamente, mais desenvolvidas do país. O Vale contém um tipo de mão de obra proletária "desocupada", "que ultrapassa as necessidades do capital". Esses trabalhadores e trabalhadoras migrantes fazem parte do exército industrial de reserva, que Karl Marx (1989) descreve como indispensável ao sistema capitalista, produzido ao longo dos anos pela concentração fundiária e a exclusão socioeconômica regional.

Por conseguinte, a população do Jequitinhonha foi forçada a migrar, há décadas, e ser explorada e reproduzir sua força de trabalho. Habituados a uma situação de vulnerabilidade na região de origem, trabalhadores *bon marché*[6], migrantes temporários são os menos custosos e mais vulneráveis e realizam trabalhos alienantes.[7] Muitos deles estão expostos ao mercado capitalista com algumas situações análogas ao trabalho escravo.

> A sociedade civil não é senão esboço num sistema político em que, de muitos modos, a sociedade está dominada pelo Estado e foi transformada em instrumento do Estado. E Estado baseado em relações políticas extremamente atrasadas, como as do clientelismo e da dominação tradicional de base patrimonial, do oligarquismo. No Brasil, o atraso é um instrumento do poder (MARTINS, 1994, p. 13).

A necessidade de emprego é a principal característica daquela migração temporária, em que milhares de trabalhadores, principalmente homens, mas progressivamente também mulheres, partem do Vale do Jequitinhonha. Assim, na região de origem, a reprodução social, familiar e da força de trabalho se mantém por meio da migração temporária, pela agricultura familiar, além dos benefícios previdenciários e assistenciais. Trata-se de uma migração temporária, antes vinculada ao calendário das safras, mas que vem se tornando mais flexível quanto aos períodos, destinos e atividades, em razão de mudanças econômicas, sociais e ambientais.

A falta de emprego remunerado na região do Jequitinhonha, associada à demanda de força de trabalho manual, especialmente na colheita de cana-de-açúcar nos canaviais paulistas, foi outrora condição essencial para a massificação da migração sazonal. Não somente a condição socioeconômica, a cultura migratória com seus laços consequentes (normas, redes e fluxos), mas também a realidade ambiental contemporânea impõe à população local a necessidade contínua de emigrar. Essa condição social e econômica regional, que histórica e estruturalmente incentivou a migração, melhorou nos últimos anos, ao passo que a condição ambiental se degradou. Se a migração anteriormente era impulsionada pelas consequências da economia "miserável" da região, atualmente, com as políticas públicas de distribuição de renda dos últimos anos, a "pobreza" deixou de ser o fator preponderante que determina a migração. A partir do início deste século, devido aos benefícios assistenciais do governo, passamos de uma migração por razões maiores de vulnerabilidade socioeconômica para uma migração decorrente da condição socioambiental alterada.

Para analisarmos corretamente a questão da vulnerabilidade social contemporânea, temos dois focos: a mudança climática e a modernização do mercado de trabalho. O que procuramos apresentar como diferencial científico neste trabalho foi problematizar a migração regional numa perspectiva de deslocamento sob a determinação das alterações ambientais associadas à modernização do mercado de trabalho, prioritariamente no setor canavieiro, que encerra um ciclo migratório sazonal e incita novas migrações.

3 MUDANÇA CLIMÁTICA E MIGRAÇÃO ADAPTATIVA

O Brasil, com sua dimensão geográfica continental, proporciona uma diversidade singular de climas e condições climáticas. Essa diversidade compõe um dos desafios ao estudo empírico dos efeitos desses fatores sobre a migração interna. Muitos estudos mundiais discorrem sobre a migração internacional devido a fatores climáticos, analisam os efeitos migratórios da mudança climática entre países, mas poucos analisam, necessariamente, dentro do mesmo país.

O caso do Vale do Jequitinhonha tem uma relevante peculiaridade, por se passar em nível nacional. Se a migração internacional, como consequência da mudança climática, é um debate necessário e à *la mode* (atual), visto a evolução científica sobre o tema das mudanças climáticas globais, o estudo aqui apresentado é também um alerta da importância da discussão sobre mudança climática e migração em nível nacional. E, nesse caso, confirma-se que é a população rural, em situação de vulnerabilidade, a que mais sofre

as consequências da mudança climática. A realidade migratória local está sendo determinada, também, pela mudança climática que vulnerabiliza, ainda mais, uma população já fragilizada, em uma região semiárida onde a degradação ambiental foi acentuada pela ação humana.

Na era do Antropoceno – ou Plantacionoceno ou, ainda, Capitaloceno –, em que os seres humanos eram as principais forças de mudança do planeta (HARAWAY, 2016), as questões migratórias não podiam ser pensadas fora das discussões ambientais. A população camponesa é a que mais sente os dissabores da mudança climática e a que tem menos recursos para enfrentá-la. Combater a injustiça climática confirma ser um dos desafios sociais deste início de século ao acometer, principalmente, as populações vulneráveis.

O trabalho de campo testemunha e as observações ressaltam as novas características migratórias analisadas nesta pesquisa. Objetivamos confirmar que a migração é também um fato social (DURKHEIM, 2010) preponderante que demonstra as desigualdades em termos de recursos e de capacidade para enfrentar as consequências do problema da mudança climática. Em relação à diminuição dos recursos hídricos e possibilidade de se viver como produtor na região estudada, afirma um jovem migrante de uma comunidade, onde há grande escassez de água, que a "expectativa de vida aqui era quase nada, agora é zero". Existem comunidades com poços artesianos recentes que abastecem as residências, além das cisternas para água de chuva e outros recursos que têm tornado a vida local mais confortável para muitos nesse sentido. Se não fossem os poços e cisternas, não haveria mais pessoas em algumas comunidades. Mas o que diminui mesmo a "expectativa" é a falta de oportunidades de emprego remunerado na região, no caso, ou a falta de fomento a atividades locais que poderiam utilizar esses novos recursos hídricos disponíveis, em maior ou em menor volume, conforme as demandas de uma comunidade.

A organização social das comunidades rurais do Vale do Jequitinhonha vincula-se fortemente às condições ambientais, por ser uma região predominantemente rural, povoada por camponeses, na sua maior parte, pequenos agricultores familiares. As formas de vida dessas populações são consolidadas de acordo com as potencialidades e as restrições ecológicas locais, entre as quais se destaca a disponibilidade de água (GALIZONI & RIBEIRO, 2003). Os migrantes locais utilizaram, durante décadas, a sazonalidade das culturas agrícolas para dividir o tempo de trabalho entre a emigração para o trabalho na colheita de cana-de-açúcar, café e laranja, além do trabalho na construção civil, e o tempo na região de origem, nas roças, onde cultivam os seus produtos da agricultura familiar. A emigração segue o calendário da seca no Vale, quando os camponeses se ausentam. E

chegado o desejado período de chuvas, no fim do ano, eles regressam. Esse ciclo migratório contribuiu para a reprodução social das comunidades rurais regionais por décadas, mas, atualmente, o ciclo se reconfigura.

A emigração camponesa no Jequitinhonha iniciou-se no fim do século XX, acentuou-se na segunda metade do mesmo século. Mas, nos últimos anos, vem ganhando contornos de uma migração adaptativa sob os impactos da mudança climática associada à modernização do mercado de trabalho, especialmente a mecanização da colheita de cana de-açúcar. A mudança do padrão migratório é tendência recente na região, já que o longo histórico de seca é hoje confrontado de modo mais direto com as consequências da mudança climática. Assim a designamos como uma migração adaptativa, distinta da migração sazonal, que configura uma estratégia social de reprodução da população rural para enfrentar a degradação territorial regional promovida por interesses econômicos e políticos, ligados à concentração fundiária, mas ampliada, agora, pelos dissabores do clima atual e pela modernização do mercado de trabalho.

Consideramos a migração adaptativa como uma estratégia do camponês para permanecer na região natal com o advento das dificuldades impostas pela nova e agravada realidade ambiental e econômica. Fatores socioeconômicos devem ser tomados em consideração quando se aborda a migração local, principalmente nas comunidades rurais. Mas a questão ambiental torna-se um debate imprescindível. Visto que muitos migrantes são também agricultores familiares, posseiros ou proprietários de terra na sua região de origem, a escassez hídrica crescente dificulta o cultivo de lavouras e os vulnerabiliza.

A organização temporal da vida dos migrantes, a temporalidade migratória, molda-se, para além das questões econômicas, ao ciclo de chuvas, à seca, à diminuição dos recursos hídricos que, em muitas comunidades, pode ter relação com a mudança climática, mas, também, com a ocupação das chapadas pelo eucalipto e desmatamento das fontes de água, veredas e nascentes. O avanço contínuo do latifúndio sobre as terras aprofunda um cenário de injustiça ambiental no meio rural, marcado pela concentração fundiária e violação dos direitos das comunidades tradicionais.

A seca histórica é hoje mais associada ao problema mais amplo da mudança climática mundial. O impacto dessa mudança sobre a região acentua as forças migratórias já conhecidas e gera uma nova força de expulsão, impulsionando novas rotas e destinos. A mudança climática e a modernização do mercado de trabalho são os principais motores que impulsionam uma nova realidade da migração regional. Isto porque, por um lado, a seca, a alteração e imprevisibilidade do ciclo das chuvas e o aumento da temperatura contribuem para transformar definitivamente o agricultor

rural local em proletário. Por outro lado, a mecanização das colheitas, sobretudo a de cana-de-açúcar, afeta o mercado de trabalho, que já não emprega mais tantos trabalhadores como antes. E isso vulnerabiliza ainda mais os migrantes, especialmente aqueles com baixa escolarização, como os trabalhadores rurais originários do Vale do Jequitinhonha. Isto impossibilita, por exemplo, que a maioria deles seja selecionada para operar as máquinas do mercado agrícola modernizado.

Os novos destinos têm mais a ver com a evolução técnica do agronegócio, ou seja, com a mudanças do mercado de trabalho. Uma vez que sempre houve migração por dificuldades de encontrar fontes de trabalho remunerado no sertão, e essa migração é intensificada pela mudança climática e pela escassez hídrica, a diversificação do destino ocorre por conta de questões tecnológicas que forçam os trabalhadores nativos a buscarem novas alternativas de trabalho em outras regiões. A migração local já não acontece de forma sazonal, concentrada em número expressivo, essencialmente em grandes grupos, numa estação do ano, como outrora, mas, sim, dispersa, no decorrer do ano, em números menos expressivos, em grupos menores e para regiões e ocupações as mais diversificadas.

A migração adaptativa fragiliza o trabalhador por forçá-lo a criar rotas desconhecidas e a aceitar condições de trabalho degradante. Mas essa migração é também fruto de uma investigação criativa dos trabalhadores e da capacidade deles de estabelecerem redes de contatos e aproveitarem oportunidades. É um contexto de adaptação à incerteza da migração e a destinação. Nessa irregularidade, a população está flexibilizando suas estratégias migratórias.

Em tempos passados, observava-se significativo número de ônibus que saiam e chegavam às cidades locais em datas costumeiras. A chegada e saída desses ônibus era um acontecimento nas pequenas cidades regionais. Ao regressar, o migrante aquecia o comércio local. Até a primeira década deste século, entre os meses de novembro e dezembro, ao fim da colheita da cana-de-açúcar no interior do estado de São Paulo, era notória a chegada dos trabalhadores migrantes vindos das usinas de açúcar e álcool. Era um momento esperado e festejado pelos comerciantes. O movimento comercial das pequenas cidades locais aumentava expressivamente, um sinal claro do aporte financeiro da chegada em massa dos migrantes.

Atualmente, além de ônibus em menor número nas datas sazonais, micro-ônibus, vans e veículos menores vêm e saem da região durante todo o ano. Esse fluxo permanente de transporte rodoviário de trabalhadores segue a demanda e oferta diversificada de destinos e empregos a serem preenchidos. Há uma diversidade crescente de agenciadores que levam e trazem grupos de trabalhadores para inúmeros destinos. Isto confirma a

repartição dos trabalhadores em grupos menores que os de antigamente em direção às usinas paulistas, mas também aumento da diversidade de destinos e atividades de trabalho. Contudo, é ainda entre os meses de novembro e março que se avoluma o movimento no campo e no comércio das cidades.

Assim, a migração adaptativa aparece como uma nova alternativa estratégica das comunidades rurais. Uma nova dinâmica entre migração, mudança climática e trabalho mecanizado. Esses fatores permitem apreender a migração adaptativa como uma estratégia de resistência e perpetuação da sociedade camponesa local, uma necessária adaptabilidade de uma população rural vulnerabilizada pela diminuição dos recursos hídricos e pela mecanização do corte de cana.

A distinção clássica entre migração permanente e migração sazonal não explica esse fenômeno recente: a migração concebida como uma estratégia adaptativa à mudança climática e ao mercado de trabalho. A migração adaptativa surgiu entre a migração sazonal e a definitiva em um âmbito de progressiva escassez hídrica na região de origem associado à impossibilidade dos camponeses de sobreviverem apenas com a produção da terra. Essa migração é, portanto, alternativa entre a decrescente migração sazonal e a definitiva, que se impõe progressivamente ao camponês local. Ela se diferencia da migração sazonal porque os trabalhadores não seguem o calendário da colheita de cana-de-açúcar, agora mecanizada. Se outrora existia uma conciliação entre trabalhar na safra de cana em São Paulo e na agricultura familiar no Vale, hoje essa alternância já não é mais representativa. A expressiva diminuição da oferta de trabalho nas usinas de cana e, em contrapartida, a variabilidade climática, expressa na alteração do ciclo das chuvas, no aumento da temperatura e da seca que prejudica a agricultura familiar, configuram novas forças que alteram e diversificam a migração.

Nesse contexto, há crescente diversidade de destinos e atividades possíveis. Criam-se inúmeras alternativas de migração para o vácuo empregatício deixado pelas usinas, uma estratégia que visa conciliar a gradativa dificuldade de se viver no campo, como agricultor familiar, com a vida de trabalhador migrante.

A distinção clássica entre migração permanente e sazonal não compreende o fenômeno que analisamos, a migração temporária, que não é novo, mas torna-se, de mais a mais, vital com a mudança climática que contribui, juntamente com a mecanização do setor canavieiro, para forjar uma estratégia de adaptação e de ajustamento à instabilidade climática e ao mercado de trabalho modernizado. Essa migração adaptativa reflete uma estratégia social de resistência dos camponeses para enfrentar as adversidades ambientais e econômicas, postergando a migração definitiva e buscando novas formas de sobrevivência.

A construção do conceito de migração adaptativa é necessária para entendermos a nova dinâmica migratória. A discussão da migração adaptativa em face da mudança climática é, antes, uma necessidade do que uma escolha a uma tendência acadêmica atual. A questão da escassez hídrica do Vale do Jequitinhonha não pode mais ser abordada somente como uma questão geográfica, na qual a seca é historicamente presente, mas, sim, no panorama da mudança climática mundial, localmente percebida na diminuição progressiva dos seus recursos hídricos, na desaparição dos seus rios e córregos, no aumento da temperatura e na alteração do ciclo das chuvas.

A migração, na perspectiva deste estudo, é representada pela metamorfose do ciclo de migração tradicional sazonal para as lavouras de cana-de-açúcar, para a atual, adaptativo às mais diversificadas destinações e atividades. As estratégias criadas pelos migrantes objetivam permitir que estes vivam, se possível, o pretenso tempo de chuvas, "das águas", na região de origem. Pretenso, pois, como veremos, de acordo com os habitantes locais, o tempo das águas já não é o mesmo.

A desertificação, o desmatamento, solos degradados e as chuvas escassas e com ciclos alterados têm impacto direto sobre a migração rural urbana definitiva e sobre a migração temporária, aqui denominada adaptativa. Essa migração expressa uma etapa do crescente processo de urbanização nacional e local. Ela é, igualmente, uma estratégia de resistência a esse processo de urbanização. Essa estratégia permite postergar, ao máximo, a migração definitiva perante o crescente processo de êxodo rural do campo, que alimenta a desagregação social e familiar camponesa. Ela visa preservar seus meios de subsistência e suas instituições comunitárias e familiares cada vez mais vulnerabilizadas. A pesquisa de campo nos permitiu questionar a pertinência da oposição clássica entre migração permanente e temporário-sazonal: a migração adaptativa designa não uma instalação definitiva longe da sociedade de origem ou o recurso ao emprego sazonal cíclico, mas uma diversidade de estratégias migratórias, de duração desigual de "permanência-ausência", tanto na região de origem quanto de destino.

> Em muitas localidades, principalmente quando os terrenos são muito diminutos ou a pressão demográfica e ambiental são fortes, a migração, apesar de sazonal, torna-se de longa duração no ano; para alguns, inicia-se em meados de abril e às vezes termina só em fevereiro (GALIZONI, 2007, p. 98).

Galizoni (2007) sinaliza nessa passagem que a migração, "apesar de sazonal, torna-se de longa duração no ano", sugerindo uma dinâmica temporal da migração associada também à questão "ambiental". Consideramos que a pressão ambiental é cada vez mais influenciadora das estratégias de migração dos trabalhadores. Os impactos da imprevisibilidade e incerteza das chuvas prejudicam a agricultura familiar e mantêm refém a população camponesa da região, uma vez que ela migra, por mais ou por menos tempo, ponderando o nível das chuvas. Mais do que sazonal, a migração é aqui compreendida como estratégia que permite migrantes se adaptarem às agruras do clima modificado.

A heterogeneidade no tempo de ausência de suas casas é justificada pela grande variação dos destinos e das atividades de trabalho. A migração adaptativa é heterogênea em relação a destinos, às atividades de trabalho e à temporalidade. Nesse sentido, ela é mais flexível que a sazonal, pois permite ao migrante tempos de estadias diversificados, de acordo com o trabalho a ser realizado no destino, e possibilita postergar a migração definitiva que se impõe crescentemente à população da região analisada. De acordo com o testemunho da população local, a dificuldade de se viver do campo é crescente. Como relatado a seguir, as chuvas já não são no mesmo período, as "águas" mudaram.

> Uns anos para trás tinha mais chuva, né? Hoje, as águas para começar, aí começam mês de [...]. Começava, eu lembro, eu tava pequeno, começava mês de setembro, aí foi indo, foi adiando, pegou a começar mês de outubro, de outubro agora já indo para o mês de novembro. O tempo vai, aumenta mais para frente, né? (J.F C., 47 anos, zona rural, Berilo).

4 OS IMPACTOS DA SECA, A RESISTÊNCIA CAMPONESA E O "SOFRIMENTO NECESSÁRIO"

"A seca é, para os agricultores, agricultores fortes e agricultores fracos, um momento de escassez. Escassez de produção. Escassez de serviço. Ameaça de penúria." (GARCIA, 1989a, p. 185).

"Quando chove aqui para nós até os passarinhos ficam alegres". (J., 63 anos, zona rural, Berilo).

As chuvas irregulares na região do Jequitinhonha são obstáculos históricos ao desenvolvimento das atividades agrícolas, e a seca um dos principais motores do fenômeno migratório. O abastecimento alimentar nos

municípios locais, antes predominantemente promovido pelos agricultores familiares regionais, sofre, atualmente, um processo de transformação, e vem perdendo espaço para a produção oriunda de outras regiões. O sistema de produção agrícola no Jequitinhonha é caracterizado por um tipo de agricultura familiar de subsistência com base na disponibilidade de águas subterrâneas, chuvas irregulares e exposta a longos períodos de secas. Portanto, um sistema passível de uma produtividade irregular.

A população rural tem aumentado de forma exponencial o uso de poços artesianos e tecnologias para captação de água de chuva. Pudemos perceber, durante nossas visitas em comunidades rurais, a construção de cisternas e barragens que têm sido estimuladas por diversas instituições. Desse modo, a adversidade ambiental vem progressivamente impondo-se à agenda política e social local.

Apesar da redução nos índices de pobreza, devido principalmente às recentes políticas públicas de transferência de renda (Bolsa família), a região permanece como a mais carente do estado de Minas Gerais. Os desafios são uma constante: difícil produção e comercialização da agricultura familiar; secas que prejudicam as colheitas; oferta de emprego bastante limitada e de baixa remuneração; e alta variabilidade climática. Como resultado desse imbróglio, a migração acentuou-se como condição indispensável para reprodução social da população camponesa local.

Sobre o clima alterado e a mudança das chuvas, afirma um agricultor: "O ano passado mesmo, a plantação aqui foi novembro. Esse ano já teve uma grande diferença, de novembro pulou para o mês atual, que é o dezembro, e sempre só lá vai diminuindo o tempo de chuva, né, sempre diminuindo" (S., 0, zona rural, Berilo).

O período tradicional de seca na região de origem, em que os migrantes se ausentam de suas roças no Jequitinhonha, correspondeu ao aumento da oferta de trabalho, preferencialmente no agronegócio, em outras regiões brasileiras. Essa sazonalidade é favorecida pelo pretenso calendário de chuvas, o "tempo-das-águas", que possibilita a agricultura familiar na região de origem[8]. O nível de chuva na região sofre alterações anualmente, e os meses de chuvas alternam-se, o que tem dificultado o calendário agrícola do camponês.

A seca aumenta, avança sobre a terra e, com ela, os velhos problemas se agravam na região. A água superficial já não existe como antes. Os rios estão secando e, por consequência, a perfuração de poços artesianos vem aumentando[9]. De acordo com a prefeitura de Minas Novas, os poços artesianos diminuem a vazão durante o período de estiagem. Além de existirem poços

improdutivos. A escassez de água na região é visível. As águas de superfície, de rios, córregos e lagos diminuem com o passar do tempo. Observamos rios e córregos secos. Em alguns deles a água corre somente no período das chuvas, ou melhor, depois de uma chuva mais forte ou prolongada, o riacho continua a verter e acumular água enquanto ela continua escoando das encostas. Assim se formam reservatórios que podem alimentar os animais por um tempo limitado.

> A água está acabando, uai! Eu, moço, conheci isso aqui, esse córrego aí, parece que foi ontem ainda, não tem muito tempo não, esse córrego correndo. Não secava. De córrego aqui nem gado, nem gente não vive mais, acabou. Não está acabando. A água, principalmente para nós aqui, nossos córregos, acabaram, ué (J.M, 55 anos, Berilo).

A alteração no período das chuvas foi, constantemente e sem excitação, expressa pelos camponeses:

> Muitos desistiram de mexer com lavoura por causa da falta de chuva. Dependência das chuvas. Porque o clima mudou, não é? Cada ano que passa mudam as águas aqui. As chuvas aqui antes começavam no início de outubro, quando nós plantávamos roça, aí, depois, foi só prolongando, passou para fim de novembro, dezembro. E continua sempre diminuindo! (J., 40 anos, Macuco, município de Minas Novas).

Diante disso, aumentam: o recurso de utilização das tecnologias sociais de captação, armazenamento e reaproveitamento de água da chuva; o número de cisternas construídas; e o de pequenas barragens de contenção de água de chuva.

As alterações do clima, do ciclo de chuvas e o aumento da temperatura foram constantemente relatados pela população local durante as entrevistas: o sol "queima", "frita". A região já foi muito mais chuvosa, segundo os próprios habitantes. Agora, "chuva por aqui – ô meu Deus! - é uma dificuldade só". Essa situação é facilmente observável. Para isso, é suficiente viajar pelo Médio Jequitinhonha para constatar que rios e córregos pararam de correr, lagos secaram, as estações chuvosas são cada vez mais curtas, enfim, a água de superfície tornou-se mais rara. Antes, onde eram rios e córregos perenes, hoje são leitos secos de areia e pedras (Figura 1). Nas épocas das chuvas, a água volta a correr, mas seca rapidamente (Figuras 2 e 3).

Figura 1 - Leito seco de córrego na comunidade rural de Palmital, município de Berilo, janeiro de 2013.



Foto: Márlio Fernandes

Figura 2 - Barragem no Rio Capivari durante o período de seca, município de Chapada do Norte.



Foto: Maurício Costa

Figura 3 - Barragem no Rio Capivari durante o período chuvoso, município de Chapada do Norte..



Foto: Maurício Costa

A agricultura familiar é a principal ocupação no período de não migração. A característica instável do clima local é um entrave para a produção agrícola familiar por causa da carência de recursos dos camponeses. A ocupação secular pela agricultura familiar usou técnicas de queimadas que diminuíram muito ao longo dos anos, enquanto o desmatamento associado ao agronegócio, principalmente o cultivo do eucalipto, foi nocivo ao meio ambiente. Os danos que a queimada e o desmatamento causavam ao ambiente por meio dos cultivos tradicionais não são comparáveis ao dano imensurável causado, em período mais recente, pelas grandes plantações de eucalipto. Ademais, as grandes fazendas de eucaliptos forçaram ao uso mais intensivo das grotas. As chapadas, hoje ocupadas pela monocultura eucalipto, eram em geral utilizadas pelos camponeses para a criação de gado, numa escala muito limitada. Na região observa-se a sequidão da terra próximo das grotas, enquanto córregos e rios secam e o monocultivo da árvore oriunda da Austrália avança pelas chapadas[10].

As agruras do meio ambiente, o aumento da temperatura, a exacerbação da seca, a escassez e a alteração do ciclo de chuva, decorrentes da mudança climática, constituem características fundamentais que determinam a migração adaptativa. Emigra-se principalmente no pretenso período de seca na região de origem para retornar somente no provável período de chuvas, período este que se torna cada vez mais escasso e alterado.

A alteração climática tem perturbado as categorias de apreensão da sociedade camponesa, quanto às estações do ano e ao clima. Isso, por consequência, tem dificultado a produção agrícola familiar. Para o migrante, citado a seguir, ele não produziu porque "choveu no tempo errado". E faz uma comparação com o passado, "o antigamente", não tão distante assim, visto sua idade.

> Não colhi porque não chove. Quer dizer, choveu bastante numa época, mas só que choveu no tempo errado, que no tempo da colheita mesmo não choveu. Antigamente o povo falava que vivia de roça, né? Mas hoje num dá pra viver, porque não chove... Eu acho que o tempo de antigamente já não volta mais. Porque igual chovia, não chove mais... Eu acho que a tendência é piorar mais ainda (D., 33 anos, zona rural, Chapada do Norte).

A agricultura familiar está à frente dos esforços de adaptação à mudança climática. Ela é essencial para as populações rurais tradicionais, apesar das condições climáticas adversas, da falta de chuvas. A dependência da sociedade em relação aos recursos naturais para a reprodução social por meio da agricultura familiar é particularmente importante na região. Mas, a despeito de ser a atividade mais praticada pela população rural local, a agricultura familiar sofre com a diminuição dos recursos hídricos, alteração no regime de chuvas, diminuição das terras agricultáveis. O solo torna-se mais seco, com menos diversidade biológica. Constata-se a alteração do ciclo produtivo da agricultura local, base de autoprovisionamento das famílias. De acordo com outro entrevistado nosso, J. Novaes,

> Ô moço, o pior é que plantar está difícil, viu? Como diz o ditado, plantar a gente planta, colher que é o difícil, porque não chove. Quando a planta está na época de produzir a chuva falha e a gente colhe muito pouco... A cada ano a chuva só é menos, cada ano a chuva é só menos (J. Novaes, 27 anos, Zona Rural, Chapada do Norte).

A mudança no ciclo das chuvas interfere no calendário agrícola dos camponeses. Devido à falta de chuvas, tornam-se imprecisos o tempo de plantação e a certeza da colheita (Garcia, 1989b). Ao visitar comunidades e acompanhar plantações, ouvi queixas dos camponeses, que reclamam do milho seco, da falta de chuva, ao mesmo tempo em que continuam a plantar na época "das águas", salvo que essa época está alterada. Não seguem mais o velho calendário agrícola utilizado pelos seus antepassados. As plantações de estação já não são mais seguras, muitas vezes se planta, mas não se colhe.

> A vida na roça é muito dura. É difícil por causa do seguinte: da temperatura, do tempo. Você planta, você gasta bastante, ocê não colhe, né? Esse ano mesmo o milho é muito pouco. Só milho só, como diz a história. Se você vai roçar uma manga, você roça, vamos supor, planta o capim, ele nasce, quando dá no tempo, o sol monta em cima, ele morre todo. Então é só prejuízo em cima de prejuízo (A., 59 anos, zona rural, Minas Novas).

A mudança climática representa perda para os pequenos agricultores, que ainda plantam de acordo com o ciclo tradicional de chuva. As secas, a desertificação, a perda de colheitas, o calor e as mudanças ambientais contribuem para o esvaziamento das comunidades rurais, provocando alterações na produção agrícola familiar.

> Um bom tempo das águas depende de sorte. Essa sorte pode ser climática, propiciando chuvas na medida para que as plantações consigam acompanhar as águas e crescer de maneira adequada. Nos últimos anos, os moradores têm dito que essa sorte se relaciona ainda com a quantidade e com o tipo de cultura que é plantado, pois, plantação é loteria, e nunca se sabe se aquela cultura acompanhará o regime das chuvas daquele ano (ALVES, 2015, p. 139).

Assim, o *savoir faire* dos camponeses, acumulado durante séculos, habituados ao clima e à vida no semiárido, adapta-se à diminuição dos recursos hídricos. Segundo eles: "O próprio homem, que a gente fala do tempo, mas o homem acabou mais com o negócio de água. Cada um foi roçando um pouquinho nas beiras do córrego, foi subindo o roçado, aí acabou com as nascentes" (D.T., 48 anos, zona rural, Berilo). Na região, a mudança climática aumenta a migração e o êxodo rural. Ocorre a irregularidade da mudança das estações, em que o calor intenso de verão, o sol que "queima tudo", é quase o ano todo. A seca, por ser um fenômeno cíclico, "ninguém pode confiar, né?" (G., 51 anos, zona rural, Minas Novas). A desertificação é observada localmente, porém é um fenômeno complexo e lento e de difícil conscientização para as pessoas.

Certamente a mudança climática é um fenômeno que depende de interações climáticas em nível mundial, mas que só são sentidas na prática em nível local. Nas palavras dos camponeses sobre o clima, um senhor declara: "Está tudo seco. Rio nós temos muitos, mas não tem água neles", resumindo a falta de água. Outro prossegue explicando a "caça" à água:

> Na seca é difícil porque na época acaba tudo de água, acaba tudo! Você fica sofrendo um pouco por causa da água, mas tem que estar caçando água subterrânea, dentro da terra! Não tem na superfície, aqui para nós, não tem. Você sabe que não tem. Aí a dificuldade é essa: você tem que estar procurando ela (T., Zona Rural, Chapada do Norte).

Os agricultores têm a consciência da mudança climática com base na realidade local. Baseados em suas experiências, afirmam que "com o passar do tempo parece que só está piorando a seca, não é só aqui não, é fora também, está tudo é aumentando a seca, não está o tempo do jeito que era antigamente, não". Há uma preocupação em relação ao calendário, quanto ao retorno para trabalhar na plantação de suas terras. Um trabalhador explica a seca como força que expulsa o camponês. Ele diz que a seca aumentou, que não há produção agrícola, que não há trabalho. "Então, o quê que acontece, ganho o cara não tem mesmo, o quê que o coitado vai fazer? Ele vai explodir [migrar] para onde ele terá salário. A dificuldade que nós temos aqui é a seca". Segue dizendo que todos têm um pedacinho de terra para trabalhar. Mas que "a água está acabando". Que do "córrego aqui nem gado, nem gente não vive mais, não é que esteja acabando, já acabou. A água, principalmente para nós aqui, nos nossos córregos, acabou, ué"! A vida para aqui para ele é uma vida sofrida "porque você trabalha assim, meio desanimado, pensando, será que vai chover? O problema aqui que quem vive da lavoura, só vive meio cansando, meio com a cabeça preocupada, só pensando naquela perca, (sic) será que esse sol vai continuar?" Ao final, diz que gosta do lugar onde vive, que é um lugar "bom de viver, bom de morar, um lugar sossegado"!

Falam do sofrimento da falta de chuvas. Isso "é um grande sofrimento, porque a gente sabe que as coisas têm tudo pra melhorar e têm tudo para piorar no caso, porque, com essa falta de água, não tem como trazer uma boa melhora. Mas Deus ajuda que melhora, não é?" A esperança final é Deus mesmo diante do aumento da seca. Eles opinam que, para produzir com a seca na região, é "difícil, tem que ter um lugar com irrigação de água, né? Tem que ter água suficiente, aqui não tem". "O clima é que não favorece pra gente... que se nós tivesse água, clima bom, produzia, mas a cada dia que passa vai ficando mais seco. O clima desanima a gente. O sol parece que está queimando, ele não está esquentando, ele queima" (O., Buriti, 32 anos, Chapada do Norte).

O agricultor familiar regional enfrenta dificuldades climáticas, sociais econômicas e estruturais históricas. Os camponeses, migrantes temporários, entrevistados nesta análise, alimentam a esperança de que Deus vai lhes

ajudar, que um dia "a chuva vai chegar, se Deus quiser", e a vida deles irá mudar e o futuro será melhor. Existem a esperança e a crença de que Deus trará a chuva e, com ela, a produção, a possibilidade de ficar no campo para plantar e colher. Diante desse sentimento de fé e esperança, o que se observa na região é a perpetuação histórica de uma exclusão-dominação socioeconômica acrescida de um progressivo déficit hídrico. Deus, além da Sua santidade, revela a esperança por melhores "tempos de chuvas", que inspira a população local. O camponês crê que a terra e a água não são só um meio para viver e sustentar-se, mas um valor que implica a relação com a terra, a comunidade e o mundo[11].

As estiagens, as secas recorrentes e as migrações sazonais são fenômenos costumeiros no vale do Jequitinhonha. A população rural que vive precariamente sofre mais as alterações climáticas que dificultam a produção agrícola, o que a força, ainda mais, a se engajar no processo migratório. A carência de recursos é uma fonte de desagregação que amplifica os riscos sociais: as desestruturações familiares e comunitárias, as doenças e a violência. É pelo fato de ser uma sociedade dominada que sofre mais os efeitos da mudança climática. Como descreve Garcia (1989a) de forma paradigmática: "Embora os caprichos do clima afetem todos os grupos ao mesmo tempo, os efeitos são diferentes, dependendo dos recursos de cada unidade doméstica. A seca é percebida como sendo tanto mais dura quanto mais a unidade é privada dos meios." (GARCIA, 1989a, p. 140)[12].

Outro trabalhador entrevistado por nós expressa nuances da sua condição de vulnerabilidade e desesperança. Nós que já tá com trinta e pouco anos, que não tem leitura nenhuma, nós não precisamos ter sonho, qual sonho? (C, casado, 37 anos, zona rural de Chapada do Norte)[13].

Neste ponto, a vida real e a ficção se entrelaçam dramaticamente. Riobaldo, personagem sertanejo de Guimarães Rosa no clássico romance "Grande Sertão – veredas, ecoa a fala do nosso entrevistado expressa acima. "Vivi puxando difícil de difícil, peixe vivo no moquém: quem mói no asp'ro, não fantasêia (Riobaldo em Grande Sertão Veredas. ROSA, 2006)

O enfraquecimento progressivo da agricultura familiar também contribui para que o quadro migratório tenha novos contornos em intensidade e direcionamento. Na região, o modelo predominante de agricultura é familiar e a maioria dos camponeses são também migrantes. Os camponeses produzem hortaliças, farinha de mandioca, milho, rapadura e doces, produtos estes cujo excedente pode ser comercializado nas feiras livres dos municípios. Em geral, o agricultor familiar e migrante regional busca menos dinheiro com a sua produção. Na verdade, prioriza-se a reserva da maior parte da colheita para o seu próprio consumo e subsistência[14].

Já o agricultor mais estabelecido e dinâmico, o que não migra ou migra menos, a venda de produtos seus e de outros é lucrativa. Nestes casos, eles investem no negócio, acumulam, compram freezer, carro etc. As maiores dificuldades dos agricultores são a impossibilidade de acesso a conhecimento técnico e a quase inexistência de meios de estímulo financeiro que possibilitem a expansão da produção e do comércio.

A falta de transporte público adequado dificulta o escoamento da produção de pequenos agricultores. A dificuldade de transporte e comercialização dos produtos agrícolas se deve também às más condições das estradas. As feiras agrícolas municipais são um aspecto importante da economia local, pois, quase sempre, são realizadas aos sábados nos mercados situados nas sedes dos municípios.

As feiras são, também, momentos de convivência, de troca de saberes e experiências de vida; são o lugar onde se de cruzam "a cidade e o campo", a demanda e a produção agrícola; são relação econômica viva e ativa.

Na agricultura familiar regional há pouca ou quase nenhuma utilização de agrotóxicos ou similares, assim como pouca tecnologia. Esse sistema produtivo, além de ter uma sólida história, possui um tradicional *savoir faire* que insiste em sobreviver, mesmo diante das adversidades climáticas. Se a diminuição da fertilidade do solo, mencionada por Ribeiro (2013), foi uma preocupação passada e contribui para a migração, hoje a mudança climática é uma realidade percebida localmente pelos camponeses, como é reforçado por eles ao longo deste artigo.

As justificativas dos camponeses sobre as razões da migração "necessária" são sempre as mesmas: a falta de emprego, de investimentos, a seca local e a dificuldade para viver da produção agrícola, falta de dinheiro e de escolhas. Sobre a migração, o constatado nas entrevistas com os migrantes é que eles continuam a partir, migrar, contra sua vontade. Migrar é um "sofrimento necessário". O trabalho no campo, em muitas regiões, impossibilita a autossubsistência das famílias nos locais de origem. E isso resulta em uma migração denominada "forçada" (SILVA, 1999), visto que, se a maioria das pessoas tivesse trabalho na região de origem, certamente não deixaria seus lares. Mas eles precisam vender a força de trabalho para sobreviver. "A gente é obrigado a dar o pão, a gente é obrigado a ir – migrar" (P.P., 3 anos, Minas Novas, justificando a necessidade de migrar para alimentar a família).

Essa migração necessária, forçada, é historicamente justificada pela busca por trabalho e meios de sobrevivência das comunidades e das famílias locais. Os recursos obtidos nesses trabalhos temporários são utilizados para o consumo familiar ou para a aquisição de bens materiais. Em geral, durante a permanência dos migrantes nos seus municípios, há aumento

do movimento comercial nas sedes dos municípios. Os recursos obtidos no trabalho sazonal ("dinheiro de São Paulo") são utilizados "na terra" e, sobretudo, na compra de bens de consumo, materiais de construção, eletrodomésticos e motocicletas. Muitos migrantes adquirem suas casas com o dinheiro proveniente do trabalho temporário. Esse dinheiro obtido fora não é tanto para a subsistência, como para investimento em bens materiais. "Tudo que eu tenho é da usina" (P.P., 3 anos, Minas Novas). Assim, esses recursos movimentam o comércio local nas pequenas cidades do Médio Jequitinhonha:

> Quer dizer que a gente sai daqui, vai trabalhar, tem que trabalhar e guardar o dinheiro porque quando chegar aqui, é aqui [no vale] que você vai precisar dele. Os pagamentos do mês, eu vou depositando, quando chegar aqui, que aqui aí agora eu vou usar o dinheiro, igual eu tô fazendo aqui, né? Fazer acabamento na casa, fazer essas coisas (D, 33 anos, casado, zona rural, Chapada do Norte).

A migração sazonal masculina por longos períodos, durante a época da safra na região de destino ou durante um longo contrato de trabalho na construção civil, abre novas questões sociais na região de origem. O agricultor perde parcialmente a condição de camponês, uma vez que vai vender sua força de trabalho longe da sua terra e se relaciona com elementos novos. De acordo com os entrevistados, a migração é impulsionada, porque na região:

> Não tem serviço, porque se tivesse serviço, mas num tem. Tem que sair para fora... que aqui não tem como, você não tem salário aqui. Não tem nada, não tem recurso nenhum... Falta oportunidade. Eu tenho que destinar, destinar na vida. Tenho que sair, se não sai, como é que faz? Ave Maria! (S., 48 anos, casado, comunidade de Cuba, Chapada do Norte).

Mas se ficar na região:

> Não quer dizer que a gente vai passar fome, que não passa. Eu fiz uma horta ali, todo ano eu gosto de fazer a horta, pelo menos para eu comer, porque imagina: a gente morar em um lugar desses e só comprando tudo. O Vale do Jequitinhonha não é aquilo que o povo pensa... Se ficar aqui as pessoas têm coragem de trabalhar, ele não vai morrer de fome (D, 33, casado, anos, zona rural, Chapada do Norte).

5 DADOS PLUVIOMÉTRICOS

A elevação das temperaturas, a irregularidade das chuvas e a alteração no "tempo-das-águas" constituem a medida com que a mudança climática se faz sentir pela sociedade camponesa. A perspectiva de estudar os efeitos da mudança climática sobre a migração foi fortalecida pelo saber dos camponeses sobre a mudança climática, percebida na alteração do "tempo-da-águas" e seu impacto nas lavouras.

Observamos alterações na concentração das precipitações, intercalando altas e baixas a cada ano, e diminuição e imprevisibilidade quanto à estação chuvosa. A percepção da população sobre a mudança climática é mencionada a partir do aumento da temperatura, do "sol que queima tudo" e "da chuva que não chega na época certa". Para demonstrar as mudanças climáticas observadas na alteração do "tempo das águas" pela população rural do Vale do Jequitinhonha, realizou-se levantamento de dados mensais obtidos pelo Instituto Nacional de Meteorologia (INMET) referentes à temperatura média compensada e à precipitação para o período de 1 de janeiro de 1961 a 31 de janeiro de 2020, ou seja, nos últimos 60 anos. Os dados foram coletados por equipamento da marca Vaisala, que obedece ao padrão da Organização Mundial de Meteorologia (OMM), a partir de estação pluviométrica localizada na cidade de Araçuaí, situada a 58 km de Berilo e a 110 km de Minas Novas.

Para a análise da temperatura e pluviosidade, compilaram-se os dados de três décadas, assim divididas: período 1 (1/01/1961 a 31/12/1970), período 2 (1/01/1985 a 31/12/1994) e período 3 (1/01/2011 a 31/01/2020). Também foi feita a comparação da temperatura entre os anos de 1961, 1985 e 2011, visando realçar alterações pontuais entre os meses de janeiro e fevereiro (verão) e junho e julho (inverno) ao longo das décadas. A análise estatística incluiu dados referentes à temperatura média ponderada e à quantidade de precipitação, que, submetidos ao teste de normalidade (teste ShapiroWilk), revelaram distribuição não normal ($p<0,000$).

Dessa forma, os dados foram analisados com base em testes não paramétricos. O teste de Friedman foi aplicado para avaliar diferença estatística entre os diversos períodos analisados, e o teste de Wilcoxon foi aplicado para localizar tais diferenças. Os dados foram compilados e analisados no programa Statistical Package for the Social Sciences (SPSS) 2023.

6 RESULTADOS

Houve diferença estatisticamente significativa na quantidade de precipitação, bem como na temperatura média ponderada, quando se compararam os três períodos avaliados (=0,000). Na comparação período

a período, a quantidade de precipitação foi menor no período P3 do que no período P1 ou P2. Também a quantidade de precipitação no período P2 foi menor quando comparada ao período P1. Os resultados da precipitação estão apresentados na Tabela 1. De forma semelhante, a temperatura média ponderada foi maior no período P3 quando comparada ao período P1 ou ao P2. Também a temperatura no período P2 foi maior na comparação com o P1. Os resultados da temperatura estão apresentados na Tabela 2.

Tabela 1 – Comparativo da quantidade de precipitação entre três períodos de 10 anos, na cidade de Araçuaí, no Vale do Jequitinhonha/Minas Gerais/ Brasil.

		Quantidade de precipitação					
Períodos avaliados	Dias de chuva (n)	Valor mínimo	Valor máximo	Percentil 25º	Percentil 50º	Percentil 75º	p- valor*
P1	422	,100	106,300	3,000	8,400	17,850	0,000
P2	660	,100	103,600	1,600	5,000	13,400	
P1	422	,100	106,300	3,000	8,400	17,850	0,000
P3	638	,100	87,200	1,200	3,750	12,000	
P2	660	,100	103,600	1,600	5,000	13,400	0,000
P3	638	,100	87,200	1,200	3,750	12,000	

P1= 1°/01/1961 a 31/12/1970. P2= 1°/01/1985 a 31/12/1994.
P3= 1°/01/2011 a 31/12/2020. Precipitação medida em milímetros. * Teste de Wilcoxon.

Tabela 2 – Comparativo da temperatura média compensada entre três períodos de 10 anos, na cidade de Araçuaí, no Vale do Jequitinhonha/Minas Gerais/Brasil.

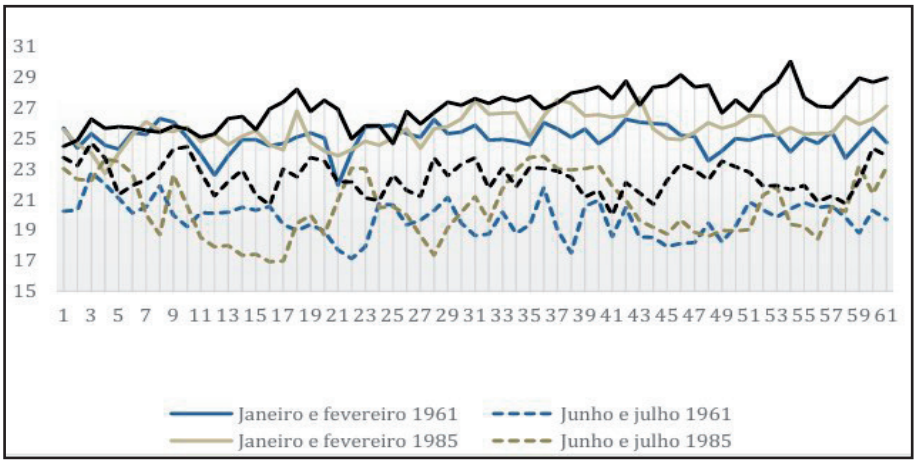
		Temperatura média compensada					
Períodos avaliados	Dias (n)	Valor mínimo	Valor máximo	Percentil 25º	Percentil 50º	Percentil 75º	p- valor*
P1	2960	15	31	22,00	24,24	25,82	0,000
P2	3212	16	32	23,00	24,95	26,54	
P1	2960	15	31	22,00	24,24	25,82	0,000
P3	3511	18	33	23,66	25,76	27,54	
P2	3212	16	32	23,00	24,95	26,54	0,000
P3	3511	18	33	23,66	25,76	27,54	

P1= 1/01/1961 a 31/12/1970. P2= 1/01/1985 a 31/12/1994. P3= 1/01/2011 a 31/12/2020. Temperatura medida em graus Celsius. *Teste de Wilcoxon.

Quando se comparou a temperatura média ponderada dos meses de janeiro e fevereiro entre os anos de 1961 e 1985, verificou-se que não houve diferença estatisticamente significante (p=0,890). Entretanto, a temperatura

média ponderada dos meses de janeiro e fevereiro foi maior em 2011 do que em 1961 (p<0,000) ou 1985 (p<0,000). Quando se comparou a temperatura média ponderada dos meses de junho e julho entre 1961 e 1985, não houve diferença estatisticamente significativa (p=0,091). Entretanto, a temperatura média ponderada dos meses de junho e julho foi maior em 2011 na comparação com 1961 (p<0,000) ou 1985 (p<0,000). Esses resultados estão apresentados na Figura 4.

Figura 4 - Comparativo da temperatura média ponderada no período de 61 dias entre os anos de 1960, 1985 e 2011, na cidade de Araçuaí/Vale do Jequitinhonha/Brasil.



7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A migração no Vale do Jequitinhonha, antes compreendida principalmente como uma necessidade econômica e um fenômeno sazonal, atualmente ganha contornos mais complexos com o avanço da migração adaptativa. Essa nova modalidade evidencia a capacidade de adaptação das populações rurais diante das múltiplas pressões impostas pela degradação ambiental e pela modernização do mercado de trabalho.

A migração adaptativa não só amplia as possibilidades de deslocamento ao longo do ano e para diversas ocupações, como também emerge como uma estratégia de resistência às condições adversas que ameaçam a permanência e a reprodução social dessas comunidades camponesas.

Portanto, compreender a migração no Jequitinhonha implica reconhecer a interseção entre fatores econômicos, sociais e ambientais, destacando a mudança climática como elemento central na configuração das estratégias

migratórias atuais. Essa perspectiva reforça a importância de políticas públicas que atendam às especificidades dessa realidade, promovendo alternativas locais de desenvolvimento sustentável que reduzam a necessidade da migração forçada e ampliem as condições de permanência das famílias no campo.

NOTAS

[1] Este artigo integra a tese de doutorado em Sociologia intitulada "*Da vulnerabilidade à dominação: modernização, mudança climática, migração, precarização do trabalho e desagregação familiar da população rural do Vale do Jequitinhonha, Brasil*", defendida em 2022 na Université Sorbonne Nouvelle. O recorte geográfico da pesquisa de campo abrange três municípios vizinhos: dois situados no Médio Jequitinhonha — Berilo e Chapada do Norte — e um no Alto Jequitinhonha — Minas Novas. O objetivo foi compreender a realidade subjacente aos processos migratórios, bem como a diversidade das dinâmicas migratórias presentes em um contexto marcado por relativa homogeneidade socioeconômica.

[2] O Programa Cisternas tem como objetivo promover o acesso à água para consumo humano e produção de alimentos através da implementação de tecnologias sociais simples e de baixo custo. Estabelecido como política pública desde 2003, é regulamentado pela Lei nº 12.873 de 2013, pelo Decreto nº 9.606 de 2018, e por várias portarias e instruções normativas. Destina-se a famílias rurais de baixa renda (renda per capita de até meio salário mínimo) e a equipamentos públicos rurais afetados pela seca ou falta de água, com prioridade para povos e comunidades tradicionais (BRASIL, 2025). **Programa Cisternas.** Disponível em: https://www.gov.br/mds/pt-br/acoes-e-programas/acesso-a-alimentos-e-a-agua/programa-cisternas . Acesso em dez/2025.

[3] O Programa Nacional de Universalização do Acesso e Uso da Energia Elétrica - Luz para Todos busca democratizar o acesso e uso da energia elétrica, contribuindo para o combate à pobreza energética, o fomento da inclusão social e produtiva de comunidades vulneráveis e a promoção da cidadania e melhoria na qualidade de vida das populações brasileiras do meio rural e da Amazônia Legal, mediante utilização de fontes de energia limpa e renovável para a geração de energia elétrica, considerando a sustentabilidade e a continuidade na prestação do serviço público de distribuição de energia e a preservação do bioma Amazônia. (BRASIL, 2025). **Programa Luz para todos**. Disponível em: https://www.gov.br/mme/pt-br/destaques/Programa%20Luz%20para%20Todos . Acesso em dez/2025.

[4] Embora permaneça como a região de maior destino dos migrantes nordestinos, o Sudeste teve redução no percentual da composição da população residente que nasceu no Nordeste, passando de 9,35%, em 2000, para 7,92% em 2010. Confira o site da Sudene, para mais informações. http://sudene.gov.br/images/2017/arquivos/boletim-ODNE-Sudene .

[5] A região do Vale do Jequitinhonha, no nordeste de Minas Gerais, apesar de não pertencer oficialmente à região Nordeste do Brasil, tangencia com esta em seus

aspectos econômicos, sociais e geográficos. Quanto à origem dos trabalhadores do agronegócio, eles são todos "nordestinos" em São Paulo: baianos, pernambucanos, alagoanos, mineiros etc.

[6] Trabalhadores de baixo custo.

[7] "As condições de trabalho mais alienantes, mais repugnantes, mais próximas do trabalho forçado, são ainda apreendidas, assumidas e suportadas por um trabalhador que as percebe, as aprecia, as ordena, as acomoda e se lhes acomoda em função de toda a sua história própria e até mesmo da sua descendência. Se a descrição das condições de trabalho mais alienantes e dos trabalhadores mais alienados soa frequentemente falsa – e, antes de mais, porque ela não permite que se compreenda que as coisas sejam e continuem a ser o que são – é porque, funcionando na lógica da quimera, ela não consegue explicar o acordo estabelecido entre as condições de trabalho mais desumanas e os homens que estão preparados para as aceitar por terem condições de existência desumanas" (BOURDIEU, 1989, p. 9) [6] Ver Atlas do Trabalho Escravo no Brasil (THÉRY, MELLO, HATO, GIRADI, 2009).

[8] "Há cerca de 1 ano não existe mais regularidades na quantidade de chuvas. Antes, elas [as famílias] sabiam quando ia invernar, ou seja, iria chover por dias seguidos, coincidindo com o período em que o milho precisava de força para crescer e granular. Agora, não conseguem prever, porque a natureza não tá mandando sinal como antigamente. Quando começam a plantar, não conseguem ter o mínimo de previsibilidade e precisam de sorte" (ALVES, 2015, p. 1 p. 140).

[9] Os rios Bom Sucesso, em Minas Novas, e Capivari, em Chapada do Norte, além de inúmeros córregos na região, correm apenas no período chuvoso.

[10] Sobre grotas e chapadas, ver Calixto, Ribeiro e Silvestre (2006), e Galizoni (2013).

[11] Para compreender mais a fundo a relação do camponês local com a água, consultar: Galizoni (2013).

[12] "Si les aléas du climat frappent tous les groupes au m me moment, les effets u ils provo uent sont différents en fonction des ressources possédées par chaque unité domestique. La sécheresse est perçue comme d autant plus dure ue l unité sera dépourvue des mo ens" (GARCIA, 1989a, p. 140, tradução livre)

[13] Fala de um cortador de cana-de-açúcar ao ser questionado sobre quais eram os seus planos e os seus sonhos.

[14] "Aquilo que é socialmente necessário para a reprodução física e social do trabalhador e de sua família". Acepção clássica em Marx e Ricardo (GARCIA, 1983, p. 16).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVES, Y. C. **A casa raiz e o voo de suas folhas**: família, movimento e casa entre os moradores de Pinheiro-MG. 2015. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015.

BOURDIEU, P. **O poder simbólico**. Tradução de Fernando Tomaz. Lisboa: Difel, 1989.

CALIXTO, J. S.; RIBEIRO, Á. E. M.; SILVESTRE, L. H. A. Reflorestamento e ocupação no Alto Jequitinhonha, MG. *In*: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 15., 2006, Caxambu. **Anais...** Caxambu: ABEP, 2006.

DURKHEIM, É. **Les règles de la méthode sociologique**. Paris: Flammarion, 2010.

FERNANDES, L. M. Da vulnerabilidade à dominação: modernização, mudança climática, migração, precarização do trabalho e desagregação familiar da população rural do Vale do Jequitinhonha, Brasil. **TRAVESSIA - Revista do Migrante**, [s. l.], v. 36, n. 98, p. 77–108, 2024.

GALIZONI, F. M. **A terra construída**: família, trabalho e ambiente no Alto Jequitinhonha, Minas Gerais. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 2007.

GALIZONI, F. M.; RIBEIRO, A. E. M. Água, população rural e políticas de gestão: o caso do vale do Jequitinhonha, Gerais. **Ambiente & Sociedade**, [s. l.], v. 6, n. 1, 2003.

GARCIA JR., A. R. **Libres et assujettis**: Marché du travail et modes de domination au Nordeste. Paris: Éditions de la Maison des Sciences de l'Homme, 1989a.

GARCIA JR., A. R. **O Sul**: o caminho do roçado: estratégias de reprodução camponesa e transformação social. Brasília: Universidade de Brasília, 1989b.

GUIMARÃES ROSA, J. **Grande Sertão**: veredas. 1. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2006.

HARAWAY, D. Anthropocène, capitalocene, plantationocene, chthulucene: Faire des parents. **Multitudes**, [s. l.], v. 65, n. 4, p. 75-81, 2016. Disponível em: cairn.info. Acesso em: 21 out. 2026. [1, 2]

MARTINS, J. S. **O poder do atraso**: ensaios de Sociologia da história lenta. São Paulo: Hucitec, 1994.

MARX, K. **O capital**: crítica da economia política. Tradução de Reginaldo Sant'Anna. 13. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989. (Livro 1, v. 1 e 2).

RIBEIRO, A. E. M. **Estradas da vida**: terra e trabalho nas fronteiras agrícolas do Jequitinhonha e Mucuri, Minas Gerais. 1. ed. Belo Horizonte: UFMG, 2013.

SAYAD, A. O retorno: elemento constitutivo da condição do imigrante. **Revista Travessia**, São Paulo, n. esp., 2000.

SILVA, M. A. M. **Errantes do fim do século**. São Paulo: UNESP, 1999. (Prismas).

THÉRY, H.; MELLO, N. A.; HATO, J.; GIRADI, E. P. **Atlas do trabalho escravo no Brasil**. São Paulo: Amigos da Terra, 2009.

RESUMO

A migração no Vale do Jequitinhonha, historicamente, tem sido mais que uma prática cultural: é uma estratégia de sobrevivência diante da seca, da escassez de emprego e das dificuldades para viver da agricultura familiar. Tradicionalmente, essa migração era sazonal, relacionada ao calendário agrícola. Mas hoje se configura como uma migração adaptativa que reflete as mudanças climáticas e a modernização do mercado de trabalho, como a mecanização da colheita de cana-de-açúcar. A migração adaptativa é uma estratégia flexível que permite aos trabalhadores rurais combinar diferentes empregos e alternar tempos variados longe de casa, postergando a migração definitiva para as cidades. Essa nova dinâmica migratória evidencia a vulnerabilidade socioambiental da população rural do Vale do Jequitinhonha, que enfrenta a escassez hídrica agravada, a perda de oportunidades locais e as transformações econômicas. Assim, a migração adaptativa é uma forma de resistência social, que expressa a luta das comunidades rurais por sua reprodução social diante da pressão climática e econômica.

Palavras-chave: Mudanças climáticas; Mecanização; Migração adaptativa; Vale do Jequitinhonha.

ABSTRACT

Migration in the Jequitinhonha Valley has historically been more than just a cultural practice: it is a survival strategy in the face of drought, job scarcity, and the difficulties of making a living from family farming. Traditionally, this migration was seasonal, related to the agricultural calendar, but today it is an adaptive migration, reflecting climate change and the modernization of the labor market, such as the mechanization of sugarcane harvesting. Adaptive migration is a flexible strategy that allows rural workers to combine different jobs and alternate varying lengths of time away from home, postponing permanent migration to the cities. This new migratory dynamic highlights the socio-environmental vulnerability of the rural population of the Jequitinhonha Valley, which faces worsening water shortages, loss of local opportunities, and economic transformations. Thus, adaptive migration is a form of social resistance, expressing rural communities' struggle for social reproduction in the face of climatic and economic pressure.

Keywords: Climate change; Mechanization; Adaptive migration; Jequitinhonha Valley.

RÉSUMÉ

La migration dans la Vallée du Jequitinhonha a toujours été plus qu'une pratique culturelle : c'est une stratégie de survie face à la sécheresse, au manque d'emplois et aux difficultés de vivre de l'agriculture familiale. Traditionnellement, cette migration était saisonnière, liée au calendrier agricole, mais aujourd'hui, elle s'apparente davantage à une migration adaptative, qui reflète les changements climatiques et la modernisation du marché du travail, comme la mécanisation de la récolte de la canne à sucre. La migration adaptative est une stratégie flexible qui permet aux travailleurs ruraux de combiner différents emplois et d'alterner des périodes variables loin de chez eux, reportant ainsi la migration définitive vers les villes. Cette nouvelle dynamique migratoire met en évidence la vulnérabilité socio-environnementale de la population rurale de la Vallée du Jequitinhonha, qui est confrontée à une pénurie d'eau aggravée, à la perte d'opportunités locales et à des transformations économiques. Ainsi, la migration adaptative est une forme de résistance sociale qui exprime la lutte des communautés rurales pour leur reproduction sociale face aux pressions climatiques et économiques.

Mots-clés : Changements climatiques ; Mécanisation ; Migration adaptative ; Vallée du Jequitinhonha.

Contradições da transição energética no enfrentamento à crise climática: conflitos socioterritoriais e deslocamentos ambientais de Povos e Comunidades Tradicionais

Contradictions of the energy transition in the confrontation of the climate crisis: socio-territorial conflicts and environmental displacement of Indigenous and Traditional Communities

*Clarissa Marques**
*Ingrid Tereza de Moura Fontes***
*Pedro Henrique de Carvalho****

* Pós-doutorado desenvolvido na The New School for Social Research-NY, Doutora em Direito pela UFPE, estágio doutoral realizado na Universidade de Paris, Professora do Programa de Pós-graduação em Saúde e Desenvolvimento Socioambiental da UPE, líder do Grupo de Estudos e Pesquisas Transdisciplinares sobre Meio Ambiente, Diversidade e Sociedade (GEPT/UPE/CNPq), Coordenadora do Coletivo de Extensão Direitos em Movimento (DIMO/UPE), Integra o Observatório de Protocolos Autônomos (UFGD/PUC-PR), Assessora Especial da Escola Superior do Ministério Público de Pernambuco (ESMP-PE). E-mail: clarissa.marques@upe.br

** Doutoranda em Ciências Jurídicas (PPGCJ/UFPB). Mestra em Direitos Humanos, Cidadania e Políticas Públicas (PPGDH/UFPB). Pós-graduada em Administração Pública e Direito Legislativo (UPE – Campus Arcoverde). Graduada em Direito (UPE – Campus Arcoverde). Integra Grupo de Estudos e Pesquisas Transdisciplinares sobre Meio Ambiente, Diversidade e Sociedade (GEPT/UPE/CNPq). Integra Coletivo de Extensão Direitos em Movimento (DIMO/UPE). Integra Observatório Interdisciplinar e Assessoria em Conflitos Territoriais (OBUNTU) e Grupo de Pesquisa sobre Direitos Humanos, Decolonialidades e Movimentos (UFPB/CNPq). E-mail: ingrid.moura.f.12@gmail.com

*** Graduando em Direito - Universidade de Pernambuco - Campus Arcoverde (2022). Bolsista PIBIC/FACEPE. Membro do Grupo de Estudos e Pesquisas Transdisciplinares em Meio Ambiente, Diversidade e Sociedade (UPE/CNPq). Integra o Coletivo de Extensão Direitos em Movimento (DIMO/UPE). Integrante do grupo de pesquisa SOPHIA - Grupo de Estudos e Pesquisas Interdisciplinares sobre Retórica e Decidibilidade Jurídica (UPE/CNPq). E-mail: pedro.henriquecarvalho@upe.br

1 INTRODUÇÃO

Contemporaneamente, observamos uma preocupação crescente acerca das condições climáticas globais. Embora a temática não seja inédita nas discussões nacionais e internacionais, os eventos e desastres mais recentes têm causado grande preocupação, em razão de sua intensidade, frequência, extensão e gravidade. Sendo assim, torna-se imprescindível a adoção de medidas urgentes que busquem mitigar esse quadro.

O Relatório do Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (*Intergovernmental Panel on Climate Change* – IPCC, 2022) alerta para o aumento das migrações e dos deslocamentos associados às mudanças climáticas, ressaltando que acarretam impactos diferenciados sobre populações em situação de maior vulnerabilidade socioeconômica, incluindo-se povos indígenas, comunidades afrodescendentes, populações camponesas, ribeirinhas, dentre outras.

Portanto, ao abordar a crise climática, torna-se imprescindível discutir acerca dos deslocamentos ambientais, os quais ocorrem em virtude de condições ambientais e/ou climáticas extremas, isoladas ou repetidas (AMORIM; TEIXEIRA, 2020). Somado a isso, o cenário atual aponta a transição energética como uma das principais medidas mitigadoras da crise, desconsiderando, no entanto, os incontáveis impactos socioambientais, econômicos, culturais, raciais e étnicos envolvendo os empreendimentos que utilizam fontes de energia renovável e "limpa". Essa realidade reflete o que esta pesquisa chama de "colonialismo climático", compreendido como um processo multifacetado de exploração e de submetimento de países, de povos e de regiões, sob a justificativa de combate à crise climática global (ALKMIN, 2023).

Sendo assim, esta pesquisa objetiva analisar de que forma o atual modelo de transição energética, apontada como principal medida mitigadora da crise climática, pode refletir no agravamento do quadro de deslocamentos ambientais de Povos e Comunidades Tradicionais (PCTs). Para tal, foi selecionado o método analítico (DUSSEL, 1986), por priorizar realidades e sujeitos invisibilizados, considerando as violações históricas e reiteradas aos seus direitos socioterritoriais em favor de um suposto desenvolvimento econômico e sustentável. Ademais, é desenvolvida uma pesquisa qualitativa (MEZZAROBA; MONTEIRO, 2009), exploratória e bibliográfica.

2 COLONIALISMO CLIMÁTICO E TRANSIÇÃO ENERGÉTICA "INJUSTA": DESLOCAMENTOS E VIOLAÇÕES A DIREITOS SOCIOTERRITORIAIS DE POVOS E COMUNIDADES TRADICIONAIS

Considerando os inúmeros impactos acarretados por eventos/mudanças climáticas nos últimos anos, é perceptível a gravidade da atual crise que assola o mundo inteiro; e, do mesmo modo, é cada vez mais perceptível a urgência em combatê-la. Apesar dos incontáveis alertas, recomendações e estudos realizados ao longo de décadas, prevendo essa realidade, por muito tempo não houve respostas ou medidas satisfatórias capazes de reverter ou de mitigar esse quadro. No entanto, atingiu-se um número (ainda mais) alarmante de episódios, cujos alcances se tornam cada vez mais amplos, severos e duradouros, reforçando a provável irreversibilidade da crise.

Por sua vez, o debate sobre a transição energética ganha cada vez mais espaço nas discussões, sendo apontada como uma das principais medidas mitigadoras da crise. O tema surge sempre vinculado à proteção dos direitos humanos, citando a justiça climática e um futuro com baixo carbono como efeitos positivos dessa mudança. Entretanto, é fundamental analisar a temática de forma ampla, uma vez que os empreendimentos que utilizam fontes de energia renováveis (a exemplo das energias eólica, solar e nuclear) estão firmados em uma base neoextrativista de grande impacto socioambiental. Em outras palavras, não é possível meramente sugerir a substituição da matriz energética atual, pautando-se em um discurso sustentável, sem, contudo, considerar as incontáveis violações a direitos fundamentais, humanos e socioterritoriais inerentes ao processo.

Somado a isso, ao abordar o contexto de crise climática, surge também a situação dos deslocados ambientais, compreendidos como aqueles indivíduos expulsos de suas moradias, temporária ou permanentemente, por consequência de eventos decorrentes de mudanças climáticas (AMORIM; TEIXEIRA, 2020). Nesse aspecto, é importante refletir acerca do alcance do conceito aqui trazido, posto que, ao falar em deslocamentos ambientais, é mais comum remeter àqueles provocados por eventos "naturais" extremos, nos quais não há interferência direta do ser humano.

A imprescindibilidade da transição energética ganha cada vez mais espaço nessas discussões, especialmente quando o debate envolve tais desastres/crimes ambientais ou eventos climáticos extremos, os quais costumam causar graves impactos, dentre eles, os deslocamentos ambientais. Entretanto, é fundamental desenvolver uma análise crítica e minuciosa sobre o problema,

sobretudo considerando a possibilidade de a transição energética, pensada a partir da descarbonização (BRINGEL; SVAMPA, 2023), atuar também como um vetor de deslocamentos, aprofundando ainda mais as injustiças ambientais e climáticas.

Em outras palavras, a maioria das discussões atuais acerca da crise reforça a "necessária" e urgente transição energética, vendida como uma das soluções centrais para mitigar o problema. Entretanto, pouco se discute sobre os graves impactos socioambientais e culturais inerentes aos empreendimentos que utilizam matrizes energéticas renováveis, a exemplo de parques eólicos, solares e centrais nucleares. Dentre esses impactos, estão os deslocamentos, que acabam sendo considerados apenas em casos envolvendo desastres ambientais, não incluindo as incontáveis desterritorializações impostas por empreendimentos energéticos.

Essa é uma temática bastante atual e urgente, uma vez que cresce diariamente o número de casos envolvendo eventos climáticos extremos no mundo inteiro. Em 2024, o *Internal Displacement Monitoring Centre* (IDMC) publicou o *Global Report on Internal Displacement* (GRID), revelando dados preocupantes acerca dos deslocamentos internos causados por conflitos e desastres socioambientais em diversos países, no ano de 2023. No Brasil, foram registrados 745.000 (setecentos e quarenta e cinco mil) deslocamentos causados por desastres ambientais – o maior número registrado desde 2008. Nas Américas, o número de deslocamentos totalizou 2.123.000 (dois milhões, cento e vinte e três mil); enquanto o dado mundial divulgado foi de 26.400.000 (vinte e seis milhões e quatrocentos mil) deslocamentos internos causados por desastres.

Salienta-se que, dentre os países localizados no continente americano, o Brasil é o que possui o maior número de deslocamentos internos, seguido por Colômbia, Haiti, México e Estados Unidos. Em se tratando da América do Sul, o documento alerta para um aumento preocupante em comparação aos anos anteriores:

> Dado o tamanho de suas populações e a alta exposição a riscos, a maioria dos deslocamentos causados por desastres nas Américas foi registrada no Brasil e na Colômbia, onde os números aumentaram em comparação com anos anteriores. Peru e Chile também registraram números excepcionalmente altos de deslocamentos causados por inundações. Assim como nos últimos sete anos, as Américas registraram o maior número de deslocamentos por incêndios florestais no mundo (IDMC, 2024, p. 83. Tradução nossa).

Importante perceber a atualidade do debate, a fim de que se reconheça a necessidade de adotar medidas urgentes, em nível nacional e internacional. No Brasil, a gravidade dos desastres impulsionou a apresentação de legislações que propuseram a criação da Política Nacional dos Deslocados Ambientais (PL nº 1.594/24) e da Política Nacional para Deslocados Internos (PL nº 2.038/24), ambos ainda em tramitação no Congresso Nacional.

Os Projetos reforçam o contexto de injustiça climática envolvendo os deslocamentos ambientais, reconhecendo que as mudanças climáticas impactam de forma desigual os diversos setores da sociedade, sendo as populações e grupos vulneráveis os mais atingidos. Não obstante, promovem, em suas políticas de mitigação, a aplicação de mudanças e de substituições tecnológicas que reduzam as emissões de Gases do Efeito Estufa (GEEs).

É inquestionável a importância das referidas propostas, pois representam momento inédito na discussão acerca do enfrentamento da crise climática e da defesa de direitos humanos de pessoas deslocadas, além de proporcionarem a ampliação do debate. Todavia não se pode ignorar as diversas problemáticas envolvendo a tão mencionada transição energética. Esta se baseia, como o próprio nome sugere, na substituição da atual matriz energética, que utiliza combustíveis fósseis (como petróleo, carvão e gás natural – grandes emissores de GEEs), por uma matriz renovável e supostamente "limpa". É o caso das energias eólica, solar e nuclear, por exemplo.

É curioso, no entanto, que os empreendimentos energéticos que utilizam fontes renováveis também são modelos que comprovadamente acarretam graves impactos socioambientais, culturais, econômicos, raciais e étnicos; além de aprofundarem ainda mais as injustiças climáticas e ambientais. Isso porque representam diretamente o neoextrativismo desenvolvimentista, que constitui uma faceta atual (mas não inédita) do extrativismo colonial. Para Acosta (2016, p. 47), são as "duas faces de uma mesma maldição".

Essa realidade reflete diretamente o chamado "colonialismo climático", compreendido como um processo multifacetado de exploração e de submetimento de países, de povos e de regiões, sob a justificativa de combate à crise climática global (ALKMIN, 2023). Apontam-se, portanto, mecanismos neoliberais de mitigação climática, os quais impactam a autonomia socioterritorial de PCTs e de grupos vulneráveis, perpetuando estruturas de Poder e de dominação do Ser[1]. Assim, seus efeitos concretos contribuem significativamente para o aprofundamento da crise climática e o agravamento do quadro de deslocamentos ambientais, atuando como forças heterônomas nos territórios.

Maristella Svampa (2019), ao discorrer sobre o novo extrativismo, aborda a fase de multiplicação de megaprojetos, a qual se expressou, no Brasil, por meio do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), implementado em 2007. Por essa razão, os empreendimentos neoextrativistas, que utilizam matrizes renováveis, são projetados como a principal aposta para alcançar o tão sonhado desenvolvimento econômico e, de quebra, resolver a situação da crise energética e climática.

Nesse cenário, os governos impulsionaram uma série de projetos que impõem a desterritorialização de inúmeras comunidades tradicionais, provocando paralelamente a eclosão de conflitos e resistências socioambientais, as quais buscam justiça ambiental e climática, bem como a defesa de seus territórios ancestrais. Nesses casos, é interessante perceber que os deslocamentos provocados pela implantação de megaprojetos nas proximidades de territórios tradicionais não são considerados nas discussões acerca da transição energética. Isso porque tais localidades são vistas como vazias ou de baixa densidade demográfica, ressaltando a invisibilização dos sujeitos que habitam as regiões de interesse. Menciona-se, pois, a terra vazia do capitalismo, compreendida como aquela que tem valor porque nela se planta a mercadoria que o capital venderá. “A mercadoria da terra é o vazio” (SOUZA FILHO, 2021, p. 108).

O capitalismo energético e o colonialismo climático têm aprofundado a crise ambiental e climática, além de contribuir diretamente para os deslocamentos ambientais de PCTs e grupos vulneráveis, os quais são expulsos de seus territórios a fim de possibilitar a instalação dos empreendimentos neoextrativistas. Sendo assim, é imprescindível ampliar a interpretação e o alcance do conceito de deslocados ambientais (entendidos como vítimas de eventos climáticos extremos), a fim de considerar também os deslocamentos provocados por consequência direta da transição energética. Isto é, os deslocamentos vinculados aos processos de desterritorialização, inerentes à instalação de empreendimentos que utilizam fontes de energia renováveis.

Nesse cenário, apresenta-se a figura do “colonialismo energético” ou “extrativismo verde”, considerados como a peça central do chamado “consenso da descarbonização” (BRINGEL; SVAMPA, 2023). Estamos diante de um novo acordo capitalista global, que aposta fortemente na transição da matriz energética, baseada em combustíveis fósseis, para outras, com emissões reduzidas ou nulas de carbono, traduzidas a partir das fontes de energia renováveis.

A problemática por trás desse modelo é traduzida a partir da reiterada imposição, aos países do Sul Global, do papel de zonas de sacrifício para a transição, uma vez que esta não propõe a mudança do perfil metabólico da sociedade, muito menos reduz a relação de degradação natural.

> La transición energética, impulsada principalmente por grandes empresas, fundaciones y gobiernos del Norte global y países emergentes hacia energías supuestamente <<limpias>>, presiona cada vez más al Sur global. Para que China, Estados Unidos y Europa transiten hacia la desfosilización, se crean nuevas zonas de sacrificio en las periferias mundiales (BRINGEL; SVAMPA, 2023, p. 52).

É importante salientar que a crítica levantada por esta pesquisa não se volta precisamente à descarbonização da matriz energética, mas, sim, à limitação do alcance atual desse conceito, o qual desconsidera completamente a desconcentração do sistema energético global, o cuidado com a Natureza e a justiça climática. O que se observa, a partir disso, é a reafirmação do Sul Global enquanto armazém de recursos supostamente inesgotáveis, de onde serão extraídos minerais estratégicos para a transição energética do Norte Global.

É preciso estar atento ao discurso apresentado pelo "consenso da descarbonização" (BRINGEL; SVAMPA, 2023), pois é vendida a ideia de que, considerando a urgência climática, não haveria outra forma de transição possível, sendo, assim, inevitável sua implementação. A presente pesquisa questiona os atuais desdobramentos da temática, a qual está amparada em um discurso de "desenvolvimento sustentável" e de transição energética "justa", mas que não abrange as incontáveis violações a direitos socioterritoriais de PCTs, incluindo-se os deslocamentos ambientais.

3 ENERGIA RENOVÁVEL E CONFLITOS SOCIOTERRITORIAIS: IMPACTOS DOS PARQUES EÓLICOS EM POVOS E COMUNIDADES TRADICIONAIS

A Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) estabelece o direito à Consulta Prévia, Livre e Informada, que deve ser realizada sempre que o Estado ou empreendedores planejam desenvolver projetos que possam afetar Povos e Comunidades Tradicionais (CAPORRINO et al., 2023), mas sabe-se que, no Brasil, a realidade está mais próxima do descumprimento efetivo de tal garantia.

No caso do Complexo Eólico de Buíque, por exemplo, projeto desenvolvido pela empresa Energia de Buíque Ltda. cujo processo de licenciamento ambiental foi apresentado à Agência Estadual de Meio Ambiente do estado de Pernambuco (CPRH), os documentos técnicos não mencionam, entre os possíveis impactos socioeconômicos, os efeitos negativos sobre as dinâmicas

dos povos e comunidades tradicionais que habitam a região, como também não preveem o cumprimento do direito à Consulta Prévia, Livre e Informada. Conforme apontado por Carneiro (2022), os únicos impactos negativos listados no estudo são: interferência na infraestrutura viária local, alterações no cotidiano da população, modificações na paisagem e aumento na demanda por serviços de saúde.

Essa omissão revela uma grave lacuna no processo de avaliação, já que ignora os impactos específicos sobre os modos de vida, as práticas culturais e a organização social do povo indígena Kapinawá, que depende diretamente do território para sua reprodução física e cultural. O exemplo do projeto eólico para o município de Buíque não é um caso isolado e aponta para o risco de um futuro deslocamento da população Kapinawá, em caso de instalação das torres eólicas, tendo em vista os impactos que estariam envolvidos.

Nesse contexto, é de fundamental importância a elaboração de Protocolos de Consulta Prévia pelos Povos e Comunidades Tradicionais, documento autônomo, que reflitam as normas internas desses PCTs, suas práticas culturais e seus processos decisórios. De acordo com o Observatório de Protocolos Comunitários, entre 2014 e 2022, foram catalogados 81 protocolos comunitários, distribuídos em 39 povos indígenas, 17 comunidades quilombolas, 21 de outros povos e comunidades tradicionais e 4 relacionados à sociobiodiversidade (LUNELLI; SILVA, 2023). Esses Protocolos, construídos de forma participativa, visam garantir o direito à Consulta Prévia, previsto na Convenção 169 da OIT, fortalecendo a autodeterminação e a resistência desses grupos frente a projetos que impactem seus territórios e modos de vida.

Além de pressionar o Estado e outros atores a adotarem práticas mais transparentes e respeitosas, os Protocolos promovem um diálogo mais justo e equilibrado, valorizando a diversidade cultural e os saberes tradicionais como pilares essenciais para o desenvolvimento sustentável. Os Protocolos de Consulta Prévia podem atuar como importante instrumento no combate à desterritorialização de povos indígenas em confronto com empreendimentos energéticos neocoloniais.

A intensificação de projetos econômicos sobre áreas tradicionalmente ocupadas, muitas vezes sem diálogo ou respeito à Consulta Prévia, Livre e Informada, expõe não só a fragilidade das políticas públicas, mas também uma dolorosa realidade de desrespeito e invisibilização. Nesse cenário, não se trata apenas de conflitos socioterritoriais, mas de impactos diretos sobre vidas, identidades e sonhos coletivos, revelando a distância entre a lógica de exploração econômica e a forma como os PCTs se relacionam com seu território. Compreender essa tensão exige enxergar, de maneira integrada, as dimensões sociais, ambientais e culturais que sustentam essas formas de vida.

Diante desse cenário, a violência e os conflitos contra povos indígenas surgem enquanto resultado de uma ausência na efetivação de seus direitos e do desrespeito às concepções territoriais e culturais desses povos. Factualmente, vê-se, em projetos de desenvolvimento, a exploração econômica sem o consentimento das comunidades (BRAGATO; BIGOLIN, 2017), o que acarreta violações a direitos e desdobramentos de ordem sociocultural, tendo como produto final confrontos diretos entre as comunidades indígenas e as partes interessadas na expropriação (as empresas), bem como o próprio Estado.

Neste contexto, destaca-se que os impactos socioambientais associados à energia eólica, por exemplo, possuem características bastante específicas, sendo fortemente influenciados pela localização escolhida para a instalação dos parques eólicos (PINTO; MARTINS; PEREIRA, 2017). Segundo os autores, a experiência acumulada na Europa, onde a operação desses parques é mais consolidada, revela que os impactos considerados mais significativos são os impactos visuais, o ruído acústico e os efeitos sobre a fauna. O impacto visual, por exemplo, está relacionado à alteração da paisagem natural, o que pode gerar impactos negativos para as comunidades locais. Já o ruído sonoro, embora muitas vezes subestimado, causa incômodo para populações próximas e interfere na qualidade de vida. Por fim, os impactos sobre a fauna, especialmente sobre aves, são uma preocupação crescente, uma vez que as turbinas podem representar riscos de colisão e perturbação de habitats.

É pertinente ressaltar que a violência outrora mencionada se manifesta, também, para além do interesse explícito, através de interesses encobertos, como o agronegócio, a mineração ilegal e a exploração de recursos naturais em terras indígenas, todos historicamente associados a casos de deslocamentos forçados de povos indígenas. Vale salientar que a disputa por territórios e recursos é uma majorante que acentua a realidade violenta que marca a relação entre as comunidades indígenas e os invasores, colocando em risco não apenas a integridade física desse povo, mas também suas subjetividades psíquicas, culturais e espirituais (BRAGATO; BIGOLIN, 2017). Esses conflitos geram um ciclo de instabilidade que afeta o bem-estar e a segurança dessas pessoas, reforçando a necessidade, urgente, do respeito e proteção dos direitos territoriais e culturais desses povos.

Na sequência, a falta de consulta prévia, livre e informada incorre, de maneira incisiva, no prejuízo à saúde e ao meio ambiente em territórios indígenas, tendo em vista a exploração não autorizada e irresponsável dos recursos naturais, tornando-se uma das maiores preocupações no que diz respeito à saúde e ao meio ambiente de povos indígenas. Paralelo a isso, devido à falta de fiscalização e ao uso inapropriado dos recursos ambientais, acabam surgindo consequências físicas e geográficas, tais como: a poluição

do ar, da água e do solo. Estes são resultados diretos de práticas industriais, como mineração e exploração de petróleo e energia. Essas ações podem ter impactos devastadores na saúde dos povos indígenas, aumentando o risco de doenças respiratórias, problemas de pele, intoxicação por metais pesados e outros problemas de saúde graves (ROCHA et al, 2019). Além disso, a perda de recursos naturais essenciais para a subsistência, como água limpa e alimentos saudáveis, leva a uma maior vulnerabilidade a doenças e à desnutrição, aumentando consideravelmente os desafios de saúde já enfrentados por esses povos.

Ademais, além dos impactos na saúde desses indivíduos, a degradação ambiental, resultante da exploração não autorizada e desenfreada dos recursos naturais, tem consequências negativas para o meio ambiente. O desmatamento, a contaminação dos rios, o derramamento de produtos químicos tóxicos e outros impactos ambientais prejudiciais não apenas afetam a biodiversidade e os ecossistemas locais, mas, também, comprometem a capacidade dos povos indígenas de manter práticas tradicionais de subsistência, como a caça, pesca e agricultura (ROCHA et al, 2019). Esse fenômeno perpetua-se em um ciclo de deterioração ambiental e prejuízos à saúde que afeta não apenas os povos indígenas de hoje, mas igualmente as gerações futuras e o equilíbrio ecológico da região.

As violências mencionadas afligem a cultura e identidade dos povos indígenas, sendo uma consequência de uma realidade perversa que, sistematicamente, infringe os direitos desses povos. É importante ressaltar que a relação dos Povos e Comunidades Tradicionais com seus territórios não diz respeito apenas ao lugar de subsistência, mas se estabelece como uma relação sagrada, culturalmente significativa e fundamental para a preservação das tradições e dos modos de vida indígenas. Assim, a identidade social de um indivíduo pressupõe o conhecimento que ele tem de sua pertença a determinado grupo social, estando associado ao significado emocional e valorativo do pertencimento (CORREIA; VIANA, 2023). Partindo dessa perspectiva, quando esses locais são destruídos ou alterados, muitas vezes em razão do não consentimento dos PCTs para a exploração econômica desejada por agentes públicos e privados, ocorre uma perda irreparável de conhecimento ancestral, práticas espirituais e rituais tradicionais, de modo a enfraquecer os laços culturais que unem as gerações desses povos.

Desse modo, a perda de território e recursos naturais resulta no deslocamento forçado (identificado nesta pesquisa como um desdobramento dos deslocamentos ambientais), trazendo, com esse movimento, a fragmentação e dispersão de grupos internos. Essa movimentação compulsória instaura a desconexão dos PCTs com suas raízes culturais e tradições, levando-os a um enfraquecimento da identidade cultural e a uma sensação de desenraizamento e alienação.

Nesse ínterim, a problemática da perda da cultura e identidade não apenas prejudica o bem-estar emocional dos Povos e Comunidades Tradicionais, mas também compromete a preservação da diversidade cultural e o enriquecimento da humanidade como um todo. Além disso, a identidade cultural de um povo é essencial para a consciência sociopolítica (CORREIA; VIANA, 2023), primordial para autonomia e autodeterminação. Esses fatores evidenciam a necessidade de uma avaliação ambiental criteriosa e de medidas mitigadoras adequadas para minimizar os efeitos negativos associados à expansão da energia eólica, por exemplo.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A imprescindibilidade da transição energética ganha cada vez mais espaço nas discussões, especialmente quando o debate envolve desastres/crimes ambientais ou eventos climáticos extremos, os quais costumam causar graves impactos, dentre eles, os deslocamentos ambientais. Entretanto, é fundamental desenvolver uma análise crítica e minuciosa sobre o problema, sobretudo considerando a possibilidade de a transição energética, pensada a partir da descarbonização, atuar também como um vetor de deslocamentos, aprofundando ainda mais as injustiças ambientais e climáticas.

O cenário de transição energética, como mais um palco para a encenação da pauta neoextrativista, violenta, principalmente, Povos e Comunidades Tradicionais, conforme apontado ao longo do trabalho. Acreditamos que o fortalecimento dos povos indígenas, especificamente, pode ser auxiliado pelos Protocolos de Consulta, na qualidade de ferramenta fortalecedora do direito à Consulta Prévia, Livre e Informada.

O processo de Consulta Prévia amplia a compreensão da diversidade jurídica, evidenciando a multiplicidade cultural e as distintas interpretações de mundo que cada povo traz consigo. Além disso, a aplicação de instrumentos legais, tanto nacionais quanto internacionais, como a Convenção 169 da OIT, respalda a defesa dos direitos dessas comunidades e garante a continuidade de suas existências e modos de vida. Nesse sentido, a realização e a efetivação dos Protocolos de Consulta e da Consulta Prévia demonstram a força política desses mecanismos, ao reconhecer a existência de sistemas jurídicos, paralelos ao estatal, como igualmente válidos e legítimos.

Essa interação promove um equilíbrio entre as diferentes formas de organização social e jurídica, fortalecendo o respeito à autonomia e à autodeterminação dos povos tradicionais, o que se mostra essencial no enfrentamento das contradições da transição energética, no contexto da crise climática.

Essa relação dialógica entre sistemas jurídicos distintos não apenas enriquece o ordenamento jurídico nacional, mas também reforça o compromisso do Estado com a justiça social, a equidade e o reconhecimento da pluralidade cultural como elementos fundamentais para a construção de uma sociedade verdadeiramente democrática e inclusiva, que precisa voltar-se para a defesa de povos e comunidades tradicionais em situações de conflitos socioterritoriais e de deslocamentos não desejados.

NOTA

[1] Trecho faz referência às Colonialidades do Poder e do Ser (QUIJANO, 2005), as quais se baseiam no ideal de raça como forma de legitimar a dominação e a submissão de povos e de saberes situados nas periferias globais.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ACOSTA, Alberto. Extrativismo e neoextrativismo: duas faces da mesma maldição. In: DILGER, Gerhard; LANG, Miriam; FILHO, Jorge Pereira (Orgs.). **Descolonizar o imaginário:** debates sobre pós-extrativismo e alternativas ao desenvolvimento. São Paulo: Fundação Rosa Luxemburgo; Editora Elefante; e Editora Autonomia Literária, 2016, p. 47-85, cap. 1.

ALKMIN, Fábio Márcio. Colonialismo climático e financeirização do carbono: reflexões sobre o REDD+ e a autonomia socioterritorial dos povos indígenas na Amazônia. **Ambientes**, vol. 5, n. 2, 2023, p. 50-79. ISSN: 2674-6816.

AMORIM, André Ricci de; TEIXEIRA, Silvia Gabriel. O deslocamento por razões ambientais: uma análise do regime de proteção jurídica. In: **Anais** [recurso eletrônico] do VII Simpósio de Pesquisa sobre Migrações. Interculturalidade, comunicação e migrações transnacionais: fronteiras, políticas e cidadania. Colóquio Internacional, de 27 a 29 de novembro de 2019 no Rio de Janeiro, RJ. – Rio de Janeiro, UFRJ, Périplos, 2020, 319 p. ISBN 978-85-92920-12-8. Disponível em: https://forumdeimigracao.org/>. Acesso em: 09 jul. 2024.

BRAGATO, Fernanda Frizzo; BIGOLIN, Pedro. **Revista Direito e Práxis**. Rio de Janeiro, Vol. 08, N. 1, 2017, p. 156-195. Disponível em: https://doi.org/10.12957/dep.2017.21350

BRASIL. Projeto de Lei nº 1.594, de 07 de maio de 2024. Institui a Política Nacional dos Deslocados Ambientais e Climáticos – PNDAC, estabelecendo seus direitos e fornecendo diretrizes para que o Poder Público promova sua proteção. **Portal da Câmara dos Deputados**, Brasília, DF. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2431186>. Acesso em: 19 jun. 2024.

BRASIL. Projeto de Lei nº 2.038, de 24 de maio de 2024. Institui a Política Nacional para Deslocados Internos. **Portal do Senado Federal**, Brasília, DF. Disponível em: < https://www.congressonacional.leg.br/materias/materias-bicamerais/-/ver/pl-2038-2024>. Acesso em: 19 jun. 2024.

BRINGEL, Breno; SVAMPA, Maristella. Del "Consenso de los Commodities» al Consenso de la Descarbonización". **Revista Nueva Sociedad**, nº 306, julio-agosto de 2023, p. 51-70, ISSN: 0251-3552.

CARNEIRO, Giovanna. Povo Kapinawá protesta contra parque eólico no Vale do Catimbau e em áreas do território indígena. **Marco Zero Conteúdo**, 2022. Acesso em: <https://marcozero.org/povo-kapinawa-protesta-contra-parque-eolico-no-vale-do- catimbau-e-em-areas-do-territorio-indigena/>. Acesso em: 26 de nov. 2024.

CAPORRINO, Bruno Walter; WAURÁ, Ewésh Yawalapiti; BENATTI JUNIOR, José Heder. Felício Pontes**. Tribunais brasileiros e o direito à consulta prévia, livre e informada**. São Paulo: ISA - Instituto Socioambiental: Centro de Pesquisa e Extensão em Direito Socioambiental (CEPEDIS), 2023. Disponível em: i7l00006.pdf (direitosocioambiental.org)

CORREIA, Silvia Barbosa; VIANA, Luciana Maria Maia. **Revista de Psicologia**, 2023, v. 35: Disponível em: Identidade indígena: olhares a partir da Psicologia Social (scielo.br)

DUSSEL, Enrique. **Método para uma filosofia da libertação**: a superação analética da dialética hegeliana. São Paulo: Edições Loyola, 1986.

INTERNAL DISPLACEMENT MONITORING CENTRE. IDMC. **Global Report on Internal Displacement – GRID**. Norwegian Refugee Council. Humanitarian Hub Office, La Voie Creuse, Geneva, 126 p., 2024. Disponível em: <https://www.internal-displacement.org/global-report/grid2024/>. Acesso em: 09 jul. 2024.

LUNELLI, Isabella Cristina; SILVA, Liana Amin Lima da. Estado de coisas inconstitucional no Brasil: a captura pelas empresas do dever estatal de consultar os povos e comunidades tradicionais diante dos procedimentos de licenciamento ambiental. **Revista Direito e Práxis**, v. 14, p. 536-566, 2023.

MEZZAROBA, Orides; MONTEIRO, Cláudia Servilha. **Manual de metodologia da pesquisa no direito**. 5. ed. São Paulo: Saraiva, 2009.

PINTO, Lucía Iracema Chipponelli; MARTINS, Fernando Ramos; PEREIRA, Enio Bueno. O mercado brasileiro da energia eólica, impactos sociais e ambientais. **Revista Ambiente & Água**, v. 12, p. 1082-1100, 2017.

PÖRTNER, Hans-Otto et al (Orgs.). **IPCC, 2022.** Climate Change 2022: Impacts, Adaptation and Vulnerability. Contribution of Working Group II to the Sixth Assessment Report of the Intergovernmental Panel on Climate Change. Cambridge University Press. Cambridge University Press, Cambridge, UK and New York, NY, USA, 3056 pp., doi:10.1017/9781009325844. Disponível em: <https://www.ipcc.ch/report/ar6/wg2>. Acesso em: 20 Jul. 2024.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. *In*: LANDER, Edgardo (Org.). **A colonialidade do saber:** eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas. Clacso, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Argentina, 2005.

ROCHA, Diogo Ferreira da; PORTO, Marcelo Firpo de Souza; PACHECO, Tania. **Ciência & Saúde Coletiva**, ed. 24, n.2, p. 383-392, 2019. Disponível em: scielo.br/j/csc/a/dSgZJn5NWyKx65vqHDQXfBN/?format=pdf acesso em: 01. Dez. 2024

SOUZA FILHO, Carlos Frederico Marés de. **A função social da terra.** Curitiba: Arte&Letra, 2021.

SVAMPA, Maristella. **Las fronteras del neoextractivismo en América Latina:** conflictos socioambientales, giro ecoterritorial y nuevas dependencias. Primera edición. Guadalajara, México: Centro Maria Sibylla Merian de Estudios Latinoamericanos Avanzados (CALAS), 2019.

RESUMO

A presente pesquisa objetiva analisar de que forma o atual modelo de transição energética, apontada como uma das principais medidas mitigadoras da crise climática, pode refletir no agravamento do quadro de deslocamentos de Povos e Comunidades Tradicionais (PCTs). Considera, para tal, que os empreendimentos que utilizam matriz energética renovável, a exemplo dos parques eólicos, também representam modelos de grande impacto socioambiental. Nesse aspecto, o trabalho questiona a sustentabilidade dos projetos energéticos, apontando contradições existentes no discurso desenvolvimentista e as inúmeras violações a direitos socioterritoriais dos referidos PCTs, incluindo-se os processos de desterritorialização inerentes à implantação dos empreendimentos e a ausência de consulta prévia, livre e informada. Somado a isso, o estudo aborda o modelo de transição energética atual como reflexo do chamado "colonialismo climático", compreendido aqui como um processo multifacetado de exploração e de submetimento de países, de povos e de regiões, sob a justificativa de combate à crise climática global. O método selecionado foi o analético e a pesquisa desenvolvida é qualitativa, exploratória e bibliográfica. Possui como principais referenciais teóricos Alkmin (2023), Amorim e Teixeira (2020), Bringel e Svampa (2023), Bragato e Bigolin (2017).

Palavras-chave: Crise climática; Deslocamentos ambientais; Transição energética; Colonialismo climático; Povos e Comunidades Tradicionais.

ABSTRACT

This research aims to analyse how the current energy transition model, identified as one of the main mitigating measures for the climate crisis, may lead to worsening displacement of Indigenous and Traditional Communities (PCTs). Projects that use renewable energy sources, such as wind farms, also represent models with significant socio-environmental impact. In this regard, the article questions the sustainability of energy projects, pointing out contradictions in the developmentalist and the numerous violations of socio-territorial rights, including the processes of deterritorialization inherent in the implementation of these projects and the lack of prior, free, and informed consultation. Furthermore, the study addresses the current energy transition model as a reflection of so-called "climate colonialism," understood here as a multifaceted process of exploitation and subjugation of countries, people, and regions, under the justification of combating the global climate crisis. The analytical method was selected, and the research developed is qualitative, exploratory, and bibliographical. The main theoretical references are Alkmin (2023), Amorim and Teixeira (2020), Bringel and Svampa (2023) and Bragato and Bigolin (2017).

Keywords: Climate crisis; Environmental displacement; Energy transition; Climate colonialismo; Indigenous and Traditional Communities.

Causas e consequências do desastre no Rio Grande do Sul para os deslocados ambientais – (2024)

Causes and consequences of the disaster in Rio Grande do Sul for environmentally displaced persons – (2024)

*Andrea Pacheco Pacífico**
*Beatriz Quintanilha da Silva***
*Andressa Santos de Carvalho****
*Rafael Silveira Guimarães*****

1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Este artigo trata das causas, das consequências e do acesso a direitos dos deslocados das enchentes do Rio Grande do Sul, ocorridas em 2024, que mobilizaram o país devido à destruição em larga escala que assolou o estado e culminou, de acordo com dados da Defesa Civil Estadual (2024), em mais de 600 mil desalojados e desabrigados na região.

A dimensão catastrófica do desastre, que trouxe mortes, destruição de casas, ruas, plantações, entre outros, ressalta a importância de perceber a falta de acuidade nacional e estatal em elaborar planejamentos que busquem remediar futuros incidentes, justificando a importância do estudo tanto sobre o contexto geral do desastre quanto sobre a falta de percepção acerca dos deslocados.

---

* Coordenadora fundadora do Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre Deslocados Ambientais (NEPDA) da Universidade Estadual da Paraíba (UEPB), onde também atuou como coordenadora da Cátedra Sérgio Vieira de Mello. É editora-chefe da Revista de Estudos Internacionais (REI) da UEPB.

** Mestranda em Relações Internacionais pela Universidade Estadual da Paraíba (UEPB). Pesquisadora e tesoureira no Núcleo de Estudos e Pesquisa sobre Deslocados Ambientais NEPDA/UEPB.

*** Graduada em Relações Internacionais pela Universidade Estadual da Paraíba (UEPB). Integra o Núcleo de Estudo e Pesquisa sobre Deslocados Ambientais (NEPDA).

****Mestrando em Relações Internacionais. Pesquisador no Núcleo de Estudos e Pesquisa sobre Descolados Ambientais/UEPB

Para Pacífico e Gaudêncio (2014, p.137), "os deslocados ambientais podem ser internos ou internacionais, temporários ou permanentes, podendo optar entre saírem do local de origem ou serem obrigados a deixá-lo, por ausência de meios de sobrevivência". Assim, a pesquisa relacionada aos deslocamentos internos ambientais no Rio Grande do Sul, devido às enchentes, é de extrema importância, haja vista que a definição de refugiado da Convenção de Genebra relativa ao *status* de refugiado, de 1951, não abrange os deslocados ambientais, ou seja, mesmo que estes também passem por situações de insegurança e perigo, eles não possuem proteção jurídica internacional.

Tendo em vista as enchentes do Rio Grande do Sul, não é apenas essencial analisar questões pré-desastres, para se entender as causas e buscar formas de prevenir novos desastres, mas também o período pós-desastre, considerado devastador.

Segundo Pacífico e Gaudêncio (2014), para quem permanece no país de origem, consequências explícitas são degradação do solo, perda da população e dificuldade para reerguer a economia local, sendo necessário readaptação às mudanças ocorridas no local de origem, como visto no Rio Grande do Sul.

Sendo assim, é importante salientar os impactos do desastre nas populações locais que perderam suas moradias, seu trabalho, suas plantações, seus bens materiais e imateriais e, muitas vezes, entes queridos, em uma catástrofe que assolou o estado e o impactou profundamente, de forma que, atualmente, um ano após o desastre, ainda são perceptíveis marcas das enchentes.

Na primeira seção do artigo, caracterizam-se desastres, em fontes nacional e internacional, e como a nomenclatura se encaixa no contexto das enchentes no Rio Grande do Sul de 2024.

Em segundo, serão analisados os principais elementos causadores do desastre, como questões ambientais, fenômenos climáticos e ação e/ou omissão do poder público em fortalecer políticas ambientais, elaborar leis e adicionar ou priorizar nas agendas de governos a temática ambiental.

Em terceiro, analisam-se as consequências e os desafios pós-desastre, considerando danos materiais e imateriais, incluindo impactos em saúde, infraestrutura, agricultura e meio ambiente. As enchentes no Rio Grande do Sul assolaram o estado com danos econômicos graves, sobretudo a população, que perdeu casas, produções, bens materiais e/ou até mesmo vidas.

Por fim, apresentam-se os impactos das enchentes na população desabrigada, que perdeu casas e/ou móveis e bens, tornando-se, com isso, deslocados internos do Rio Grande do Sul. De acordo com os Princípios Orientadores da ONU sobre o deslocamento interno, de 1998, deslocados internos são

> Pessoas ou grupos de pessoas que foram forçados ou obrigados a fugir ou a deixar suas casas ou locais de residência habitual, em particular como resultado de ou para evitar os efeitos de conflitos armados, situações de violência generalizada, violações de direitos humanos ou desastres naturais ou provocados pelo ser humano, e que não cruzaram uma fronteira internacional reconhecida (ONU, 1998, s.p.).

Estes deslocados foram, em um primeiro momento, acolhidos em abrigos temporários, até obterem os auxílios do governo para a reestruturação do estado e poderem reconstruir suas casas ou então receberem novas habitações (RIZZOTTO, et al, 2024). Esses impactos foram o foco da pesquisa que culminou neste artigo.

2 CARACTERIZAÇÃO DO FENÔMENO "DESASTRES"

Antes de discutir os desdobramentos e os impactos de desastres, é essencial compreender o que caracteriza esse fenômeno em sua essência, ou seja, observar a formação e a evolução do termo ao longo do tempo para uma interpretação mais precisa de seu significado atual. A palavra "desastre" tem sua origem na junção do prefixo latino "*dis*", que tem sentido de contrariedade ou oposição, com o sufixo "*aster*", que, derivado de "*astrum*", significa estrela (MERRIAM-WEBSTER, 2019).

Para além de uma classificação etimológica, o conceito de desastre é discutido, interpretado e reinterpretado, como será visto, utilizando-se de diversos critérios para medir seus impactos físico, econômico e social, de modo que é possível classificá-los de acordo com causas, impactos e contextos, viabilizando uma compreensão específica e estruturada sobre o que pode ser caracterizado como um desastre.

Em âmbito internacional, o *United Nations Office for Disaster Risk Reduction (UNDRR)* conceitua, em seu glossário de redução de risco de desastre (no inglês, *Disaster Risk Reduction* ou DRR), desastre como uma interrupção significativa no funcionamento de uma comunidade ou sociedade, causada por eventos perigosos que afetam condições de exposição, vulnerabilidade e capacidade (UNDRR, 2018). Essas interrupções podem resultar em perdas humanas, materiais, econômicas e ambientais, afetando a vida das pessoas e a infraestrutura local, de modo que as consequências de um desastre podem ser imediatas e localizadas, mas tendem a se espalhar por vastas áreas e persistir por longos períodos (UNDRR, 2018).

Ainda sob a perspectiva do UNDRR (2018), para além das devastações físicas, como a destruição de infraestruturas, um desastre pode ter um impacto mais amplo, incluindo doenças e efeitos negativos no bem-estar físico e mental da população afetada. Eles também podem ser classificados conforme sua escala (pequena ou grande), sua frequência (constantes ou raros) e a velocidade de ocorrência (desastres de início lento, como secas, ou de início rápido, como terremotos), dado que esses eventos requerem respostas diversas, conforme suas características específicas e a capacidade de recuperação de a sociedade afetada se adaptar ao novo cenário.

Nesse mesmo sentido, o sistema de classificação e catalogação de dados do *Centre for Research on the Epidemiology of Disaster (EM-DAT)* considera desastres como eventos que envolvem um impacto prejudicial inesperado e avassalador sobre os seres humanos, ou seja, uma situação ou evento que sobrecarrega a capacidade local, necessitando de solicitação de assistência externa em nível nacional ou internacional. A classificação de desastres do EM-DATA (2023) se dá em seis grupos principais: geofísicos (terremoto, atividade vulcânica), hidrológicos (enchentes, deslizamentos), meteorológicos (tempestades, temperatura extrema), climatológicos (seca, explosão glacial, incêndio florestal), biológicos (epidemia) e extraterrestres (clima espacial).

Ainda no mesmo sentido do UNDRR e do EM-DATA, o Centro de Monitoramento de Deslocamentos Internos (IDMC, sigla em inglês), em 2024, em seu Relatório Global sobre Deslocamentos Internos, conceitua desastre como uma interrupção grave do funcionamento de uma comunidade, atrelada à combinação de eventos perigosos com as condições específicas de vulnerabilidade e capacidade reduzida de resposta (IDMC, 2024). Esse fenômeno tende a causar perdas significativas e ocasiona o deslocamento de pessoas, sobretudo em desastres de larga escala, como terremotos e inundações.

Assim, o IDMC (2024), ao compilar dados catalogados de deslocamentos provocados por desastres, até dezembro de 2023, publicou que havia aproximadamente 76 milhões de pessoas vivendo em situação de deslocamento interno, em âmbito global, um número de quase quatro milhões a mais em comparação a 2022 (IDMC, 2024).

Em se tratando de deslocamentos internos, o relatório do IDMC (2024) registrou cerca de 2,8 milhões de deslocamentos nas Américas no ano de 2023, sendo 2,1 milhões por desastres (IDMC, 2024, p. 83). Na América do Sul, inundações e tempestades causaram cerca de 1,5 milhões de movimentos, enquanto tornados, fortes tempestades e furacões causaram cerca de 300 mil. A região também apresentou aproximadamente 280 mil deslocamentos por incêndios florestais, o maior índice mundial. (IDMC, 2024, p. 83).

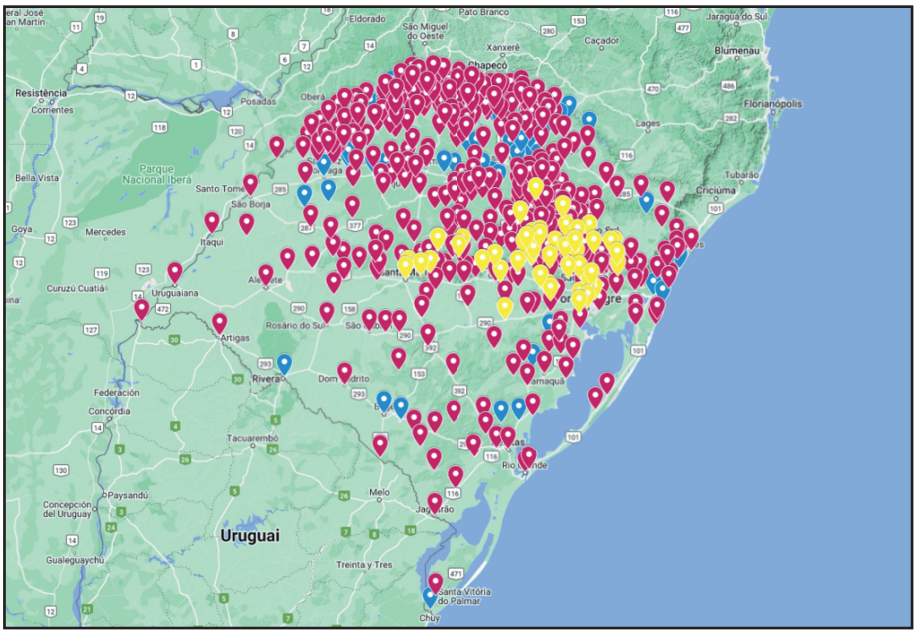
Os deslocamentos por desastres têm seu maior pico na América do Sul devido ao grande número de suas populações e a uma alta exposição a perigos, com Brasil e Colômbia sendo os mais afetados e com os maiores números, quando comparados a anos anteriores. O Brasil lidera esses números, uma vez que foi responsável por mais de um terço dos deslocamentos na região, com aproximadamente 750 mil, o maior número desde 2008 (IDMC, 2024, p. 83).

No contexto brasileiro, o Centro Nacional de Monitoramento e Alerta de Desastres Naturais (CEMADEN) conceitua desastre como uma grave perturbação do funcionamento de uma população vulnerável sem a devida preparação ou proteção. Suas consequências são perdas e impactos de diversos fatores, podendo ocorrer em algumas escalas, provocadas pela relação entre ameaças com condições de exposição, vulnerabilidade e capacidade (TRAJBER *et al.*, 2015).

Quanto ao foco da pesquisa, entre o fim de abril e início de maio de 2024, fortes chuvas causaram inundações, deslizamentos de terra e destruição em larga escala, no estado do Rio Grande do Sul. Diversas cidades foram alagadas e milhares de pessoas ficaram desabrigadas. Conforme o relatório de abril de 2024, da Defesa Civil do Rio Grande do Sul (2024), houve 478 municípios afetados, 388.781 pessoas desalojadas, cerca de 600.000 desabrigadas, 806 feridas e 183 óbitos.

De acordo com a Defesa civil, a definição de desalojado se dá por "Pessoa que foi obrigada a abandonar temporária ou definitivamente sua habitação, em função de evacuações preventivas, destruição ou avaria grave, decorrentes do desastre, e que, não necessariamente, carece de abrigo provido pelo Sistema" e a definição de desabrigado é " Desalojado ou pessoa cuja habitação foi afetada por dano ou ameaça de dano e que necessita de abrigo provido pelo Sistema"(Defesa Civil, 2018).A figura 1 abaixo mostra, no mapa do estado, a dimensão da tragédia, informando as cidades afetadas com pontos vermelhos, os locais de mortes confirmadas com pontos amarelos e as áreas não afetadas com pontos azuis.

Figura 1 - Dimensão da tragédia no Rio Grande do Sul



Fonte: Reprodução/Google Maps (2024)

No Rio Grande do Sul, o grande volume de chuva e a vulnerabilidade de muitas regiões potencializaram os efeitos das enchentes, levando a uma crise humanitária que dificultou a locomoção e o acesso à distribuição de recursos (ALVALÁ; SILVA; SANTOS, 2024).

Com base nas caracterizações citadas de UNDRR (2024), EM-DAT (2023), IMDC (2024) e CEMADEN (2017), o evento ocorrido no Rio Grande do Sul, em 2024, se configura como um desastre, resultante de risco de natureza hidrometeorológica, exemplificado como "inundações, enxurradas, deslizamentos de terra, destruição por vendavais, colapsos de safras e de sistemas de abastecimento de água por secas, entre outros" (ALVALÁ; BARBIERI, 2017, p. 204).

Segundo o primeiro relatório do Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas – IPCC (1990), as mudanças climáticas já indicavam uma possível influência na frequência e na intensidade de eventos climáticos extremos. Mais adiante, os relatórios do IPCC de 2007, 2013 e 2014 destacaram que as comunidades mais vulneráveis são especialmente suscetíveis a esses impactos, sobretudo aquelas localizadas em áreas de elevado risco, como zonas costeiras ou regiões propensas a desastres naturais (ALVALÁ; BARBIERI, 2017, p. 204).

3 CAUSAS DAS ENCHENTES NO RIO GRANDE DO SUL EM 2024

Desastres ocorrem, como visto, por diversas causas, como consequência de riscos naturais ou de constantes modificações do meio ambiente pelo ser humano. As causas podem ser sobrepostas, isto é, a interferência humana pode gerar intensificação de fenômenos naturais e levar a consequências catastróficas para a natureza (Magalhães Filho *et al*, 2024). Em se tratando de inundação e enchentes,

> Inundação representa o transbordamento das águas de um curso d'água, atingindo a planície de inundação ou área de várzea. As enchentes ou cheias são definidas pela elevação do nível d'água no canal de drenagem devido ao aumento da vazão, atingindo a cota máxima do canal, porém, sem extravasar. (AMARAL, RIBEIRO, 2009, p.29)

De acordo com a Agência Brasil (2024), grande parte do desastre que atingiu cerca de 470 municípios gaúchos foi em decorrência de construções e falta de manutenções em diques de contenção e barreiras antialagamento. Nesse sentido, Reis (2024) em entrevista para o "Amazonas direito", defende que "a culpa da enchente é do planeta. Mas, a culpa da tragédia é dos administradores do estado e das cidades".

Apesar de relatos enviados ao poder público, de que a região gaúcha se encontra em uma posição geográfica afetada demasiadamente por fenômenos, como o *El Niño* e *El Niña*, as autoridades estatais não executaram planejamentos urbanos que pudessem auxiliar na contenção dos desastres, ou seja, ignoraram as consequências da crise climática (CALEFFI *et al*, 2024).

Entre 24 de abril e 4 de maio de 2024, o estado do Rio Grande do Sul enfrentou chuvas recordes, com acumulados médios de 420 mm, equivalentes a três meses de precipitação normal, resultando em inundações que afetaram mais de 90% dos municípios (CLARKE *et al*., 2024). Estudos indicam que as mudanças climáticas induzidas pelo ser humano aumentaram a probabilidade destes eventos em mais de duas vezes e intensificaram as chuvas em 6-9% (CLARKE *et al*., 2024; CALEFFI *et al*, 2024).

A falta de manutenção adequada das infraestruturas de proteção contra enchentes, aliada ao desmatamento e à urbanização rápida, agravou os impactos dessas inundações, evidenciando a necessidade urgente de investimentos em medidas de adaptação e resiliência no estado do Rio Grande do Sul (CLARKE *et al*, 2024).

O Estado gaúcho possui uma antiga ligação com desafios relacionados a altos volumes de chuva. Enchentes e omissão na implementação de um planejamento efetivo de contenção de desastres no país causaram danos materiais e humanos, levando a desastres, como deslizamentos, inundações e enxurradas, em períodos anteriores, por exemplo: entre abril e maio (mesmo período de 2024) de 1941, em setembro de 1959 e em 2010, quando ocorreu um desastre hidrológico devido à intensa precipitação (MARENGO *et al*., 2024).

Conforme a avaliação de Reis (2024) sobre o desastre em epígrafe, a falta de manutenção de obras nos anos 1970, na região gaúcha, é um dos indicadores para o agravamento das enchentes, sendo natural que, na região, haja inundações. Além disso, Reis (2024) afirma, em entrevista para a Agência Brasil, que, por mais que haja enchentes, elas podem ser evitadas por meio de diques de contenção e construção e reconstrução de barragens. Para ele, as chuvas de setembro de 2023 deveriam ter servido de alerta para a ineficiência do plano de contingência existente.

É preciso salientar que, entre 2015 e 2018, a Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Metropolitano do Rio Grande do Sul (SDUMRGS) criou o "Plano Metropolitano de Proteção contra as cheias", que " consiste em estudos e projetos para minimização de cheias e tem como principal objetivo garantir a segurança das populações que vivem em áreas suscetíveis à ocorrência de desastres naturais, minimizando os danos e os prejuízos decorrentes das cheias" (MINISTÉRIO PÚBLICO DO RIO GRANDE DO SUL, 2025).

Neste plano, são atribuídas três fases ou etapas. A primeira consiste em estudos de Concepção e Projetos Conceituais para Minimização das Cheias, a segunda consiste em um estudo de Impacto Ambiental e, por fim, a terceira é responsável pelos Projetos de Engenharia que serão desenvolvidos (METROPLAN, 2018). "O Plano Metropolitano de proteção Contra as cheias contemplou em seus estudos 3 bacias hidrográficas referentes aos rios Gravataí, Sinos e Caí, e 2 municípios, Eldorado do Sul e Alvorada, e consiste de estudos e projetos com finalidade de minimizar as cheias" (PULCINELLI, 2024).

Devido à falta de recursos financeiros destinados à prevenção de desastres, de acordo com Risotto, Costa e Lobato (2024), 489 medidas tomadas pelo governo do estado do Rio Grande do Sul, a partir de 2019, quando o governador Eduardo Leite iniciou seu mandato, causaram o desastre, resultante de negligência em cumprir com a legislação ambiental.

Para analisar o fenômeno da enchente no Rio Grande do Sul, em 2024, há de ser necessário se ater, também, às questões climáticas. Durante o

período, assolavam a região fenômenos de precipitação intensa (i.e., a maior registrada na região desde 1910) e circulação atmosférica que, de acordo com Marengo, pode ser o resultado de quatro fatores, como segue:

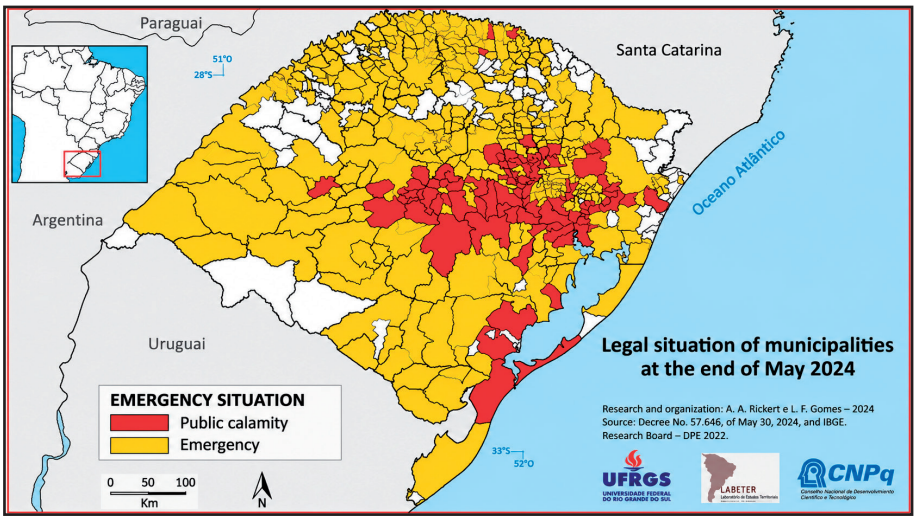
> Um processo conhecido como rios voadores em que os ventos alísios de leste no oceano Atlântico Tropical passam sobre a Amazônia. Esse fluxo adquire maior quantidade de umidade devido à evapotranspiração da floresta e sofre um desvio e acelera devido a barreira topográfica dos Andes transportando grande quantidade de umidade na baixa atmosfera em direção ao sul do Brasil;2 Ar mais quente e mais úmido do que o normal por causa do oceano Atlântico Tropical mais quente;3 Um bloqueio atmosférico no Oceano Pacífico Sul; 4 *El Niño*, ainda que em fase de enfraquecimento (MARENGO ,2024, p.206).

Desta forma, causas (riscos) naturais corroboram com interferências para a ocorrência de desastres. Entretanto, a falta de preparação e a omissão de agentes públicos, que estavam cientes da possibilidade de um desastre, mesmo após diversos avisos, e a ausência de preparação de um plano de contingência são fatores que poderiam alterar o curso do desastre (MAGALHÃES FILHO *et a*l, 2024).

De acordo com o relatório técnico "Impactos das chuvas e cheias extremas no Rio Grande Do Sul - maio de 2024" (EMATER/RS, 2024), publicado pelo governo do estado do Rio Grande do Sul, o panorama atmosférico da América do Sul, nos períodos de aumento das chuvas, entre abril e maio de 2024, apresentava um anticiclone migratório atuando no oceano Atlântico Sul e, por conta do sistema de alta pressão, o fluxo de ar quente e úmido se direcionou para o território brasileiro e se intensificou na Região Sul do país (EMATER/RS, 2024).

De acordo com o relatório acima citado (EMATER/RS, 2024), o estado declarou estado de calamidade pública em 78 municípios e decretou 340 municípios em estado de emergência. Para o Ministério da Integração Nacional (2012), estado de calamidade pública ocorre quando há um impacto de desastre grave que compromete a capacidade de resposta da administração pública; estado de emergência ocorre quando o desastre compromete apenas parcialmente a resposta administrativa, como pode ser observado na Figura 2 abaixo.

Figura 2 - Municípios do estado do Rio Grande do Sul em situação declarada de Calamidade Pública e de Emergência, em 31 de maio de 2024



Fonte: Ruckert, Vicente, Gomes, 2024

No caso do Rio Grande do Sul, o desastre resultou em cerca de 206.604 propriedades afetadas, nas regiões administrativas de Caxias do Sul, Lajeado, Erechim, Pelotas, Porto Alegre, Santa Maria e Soledade, como é possível observar na figura 3 abaixo.

Desta forma, não existe, no estado, um plano de contingência atualizado e fiscalizado que, de alguma forma, possa reduzir ou mitigar a aceleração de riscos capazes de culminar em desastres. Falta também uma gestão de risco suficiente para prevenir desastres e proteger o estado brasileiro de possíveis enchentes. Nas palavras de Osvaldo Moraes, diretor de Clima e Sustentabilidade do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação, em entrevista para a Agência Brasil (2024), "uma forma de amenizar esses fatores é a existência de um programa de gestão de riscos e respostas a desastres comandado pela Casa Civil do governo federal para que possibilitasse a articulação entre todos os ministérios que o tema envolve, " o que minimizaria as consequências de desastres dessa proporção no Brasil.

4 CONSEQUÊNCIAS DAS ENCHENTES NO RIO GRANDE DO SUL EM 2024

As enchentes no Rio Grande do Sul, em 2024, foram um desastre que gerou expressivos impactos em diferentes âmbitos, causando não apenas dano físico ao meio ambiente e ao ser humano, mas também à saúde, à economia, à segurança, à sociedade, à cultura, entre outros. Em primeiro,

há os danos à saúde humana, como maior proliferação de doenças e deterioração do ambiente em que a população se encontra. Em segundo, há os danos ambientais resultantes das enchentes, com contaminação das águas e degradação dos ecossistemas. Em terceiro, há consequências econômicas, como os impactos na cadeia produtiva e sua recuperação.

A ideia de dano, de acordo com Mello (2000), não é separada da ideia de responsabilidade civil, uma vez que é o que traz o seu fundamento. Compreendido como prejuízo moral ou material, a ideia de dano acontece pela subtração de um bem jurídico, sendo uma lesão de forma completa. Já acerca do dano ambiental, esse é entendido como uma lesão direta – e que pode ser medido – ao meio ambiente, que, por sua vez, é resultado da atividade humana negativa e degradante (FARENZENA, 2023).

Com relação aos danos à saúde humana, podem ser percebidos de forma imediata, por exposição direta ou de forma indireta, ou percebidos a longo e/ou médio prazo, variando conforme a exposição da comunidade atingida e das singularidades das enchentes (DU, W. et al. 2010). Em relatório acerca dos danos à saúde consequentes de inundações, Weiwei DU *et al* (2010) classificam os danos conforme a tabela 1 abaixo.

Tabela 1: Danos à saúde consequentes de inundações

	Imediato	**Médio prazo**	**Longo prazo**
Direto	Afogamento Lesões Hipotermia Mordida de animais	Complicações das lesões Infecções (na pele, no olho e por ingestão de coliformes fecais) Envenenamento por contaminação química Impactos psicológicos(choque)	Impactos psicológicos (Perdas e luto) Doenças crônicas
Indireto	Danos à saúde com deslocamento de pacientes deficientes, portadores de condições médicas em tratamento contínuo, idosos e crianças	Doenças transmissíveis por aumento de vetores, exposição à picada de insetos	Desnutrição

Fonte: Weiwei Du et al (2009)

Além dos danos acima, a contaminação das águas, no caso do Rio Grande do Sul, fez com que o risco de doenças infecciosas aumentasse, intensificando a situação da comunidade afetada. Segundo informações do Ministério da Saúde (2024), em maio de 2024, com o aumento do nível das águas, a contaminação delas era a maior questão depois das enchentes, sendo o principal vetor da disseminação e proliferação de doenças, como dengue, hepatite A, leptospirose e febre.

Outro problema emergente é o aumento do risco de acidentes com animais peçonhentos. Quando as águas começam a baixar, espécies como escorpiões, cobras e aranhas buscam abrigo em locais secos, muitas vezes invadindo casas e áreas urbanas. Isso representa uma ameaça adicional às pessoas que retornam às suas residências ou trabalham na remoção de entulhos. O uso de equipamentos de proteção, como luvas e botas, é crucial para evitar lesões e acidentes com animais venenosos (MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL, 2024).

Entre fevereiro do ano de 2023 e 2025, o governo do estado registrou mais de 2,4 mil casos de ataques e mortes por picadas de animal peçonhento no Rio Grande do Sul (GANDRA, 2024) e, no ano de 2024, houve o maior número de vítimas. De acordo com dados da Secretaria Estadual da Saúde (SES), esse aumento pode ser associado às enchentes, uma vez que estas geram um deslocamento dos animais dos seus *habitats* naturais para áreas urbanizadas (GANDRA, 2024).

Os riscos elétricos também são uma preocupação crítica, uma vez que a presença de água em áreas com fiação elétrica exposta aumenta o perigo de choques fatais. Em 1 de dezembro de 2024, um cidadão morreu eletrocutado, ao entrar em contato com uma fiação que se desprendeu durante uma forte chuva que atingiu o município de Canoas, na região metropolitana da cidade de Porto Alegre. (AGÊNCIAS, 2024).

Com relação aos danos causados à fauna e flora, foram observados efeitos degradantes tanto nas espécies que já pertenciam a cada região, quanto na cadeia ecológica nativa. Segundo Gandra (2024), peixes e anfíbios se deslocaram para regiões urbanas, fazendo com que muitas espécies ficassem presas em locais indevidos, quando o nível das águas começou a baixar, ocasionando um aumento nas taxas de mortalidade.

Os terrenos e os solos sofreram com o contato direto com as enchentes, segundo o relatório da Emater/RS-Ascar (2024 p. 5), pelo governo do estado do Rio Grande do Sul, conforme segue: “nas 12 regiões administrativas, 405 municípios relataram perdas de fertilidade e solos por erosão hídrica em 2.706.683 hectares.” Esses danos são causados por uma erosão hídrica que acontece devido à remoção de partículas e de nutrientes da camada mais externa e superficial do solo.

Segundo o relatório, o dano "é provocado primeiramente pelo impacto da gota da chuva no solo desprotegido (sem vegetação) e pela consequente desagregação das partículas do solo, ocasionando o selamento superficial, reduzindo a taxa de infiltração de água e aumentando o escoamento superficial" (EMATER, RS 2024).

As enchentes no Rio Grande do Sul deixaram também mudanças significativas nos setores da economia do estado. Segundo o Banco do Nordeste (DAMASCENO, et al., 2024), acerca dos impactos econômicos gerados nos períodos das chuvas, os danos afetaram diferentes setores e comprometeram de forma substancial a atividade econômica gaúcha, estimando-se que o dano alcançado tenha chegado ao valor de quarenta bilhões de reais, representando cerca de 6,25% de redução na produção total do Rio Grande do Sul para o ano de 2024.

Ainda no âmbito econômico, os setores da agronomia e da pecuária do estado foram um dos mais abalados com as chuvas (DAMASCENO et al., 2024). A Confederação Nacional dos Municípios, segundo Damasceno et al. (2024), publicou que os prejuízos causados ao setor agropecuário não apenas se referem a safras atingidas diretamente pelas enchentes, mas também a safras futuras, uma vez que esse dano, muitas vezes, deixa o solo inapropriado para o plantio, que acontece em consequência da destruição de camadas dos terrenos que receberam e recebem o plantio.

Ademais, o governo do estado do Rio Grande do Sul, em relatório divulgado pela Secretaria de Desenvolvimento Rural [SDR] (EMATER/RS, 2024), destaca que, apesar de a grande maioria das colheitas já terem ocorrido antes do início das fortes chuvas, as lavouras remanescentes foram fortemente atingidas, gerando perdas nos grãos armazenados e nas culturas recém-semeadas. A diversificação dos grãos com maior plantio é apresentada na tabela abaixo, que, além de trazer as perdas nas áreas atingidas, traz a quantidade de produtores afetados (48.674, de grandes a pequenos produtores), de acordo com o relatório "Impacto das chuvas e cheias extremas no Rio Grande do Sul em maio de 2024 (EMATER/RS, 2024)".

Tabela 2 - Impacto das chuvas e cheias extremas no Rio Grande do Sul em maio de 2024

Cultura	Perdas na área atingida (em ton)	Produtores afetados	Área atingida (em hc)
Soja	2.714.151	15.661	1.490.505
Milho silagem	721.336	7.963	32.681
Arroz	160.664	1.581	89.931
Milho	354.189	28.339	113.700
Feijão	18.244	2.697	14.402
Canola	134	14	310

Fonte: Emater/Rs (2024)

O governador do Rio Grande do Sul afirmou que a logística e a infraestrutura ficaram muito deterioradas com o aumento elevado dos níveis da água, fazendo com que rodovias e pontes – essenciais para o escoamento de produtos– ficassem comprometidas, aumentando a dificuldade de transportar produtos (EMATER/RS 2024). Para a Secretaria do Desenvolvimento Rural (EMATER/RS 2024), esse bloqueio, que aconteceu juntamente com a interrupção nos serviços aéreos e portuários, agravou a situação, dificultando a recuperação econômica e aumentando a crise na indústria gaúcha, que já passava por dificuldades estruturais preexistentes.

Além dos impactos econômicos, estruturais, ambientais e sociais, há a necessidade de avaliar os impactos e as consequências deste desastre na população do Rio Grande do Sul, especialmente a população deslocada que sofreu com os impactos em todos os âmbitos.

5 DESLOCADOS INTERNOS DAS ENCHENTES DO RIO GRANDE DO SUL

De acordo com relatório do IPEA, **"**em todos os 418 municípios em estado de calamidade ou de emergência, estima-se que pelo menos 876,2 mil pessoas e 420,1 mil domicílios (8,8% da população e 8,8% dos domicílios nesses municípios) tenham sido diretamente atingidos.". Considerando os dados supracitados, importa identificar as consequências e o estado pós-desastre dos deslocados internos, que perderam moradia e bens materiais e sofreram danos, como pode-se observar na Figura 3 a seguir.

Figura 3 - Município de Caxias do Sul inundado



Fonte: Vatican News, 2024

> Tendo em vista a conjuntura do estado do Rio Grande do Sul no contexto pós-desastre e a situação de insegurança de sua população, o governo federal anunciou o "Auxílio Reconstrução" de 5,1 mil para todas as famílias com residências afetadas pelas enchentes, com investimento estimado de R$ 1,2 bilhão (Gov, 2024). Contudo, até maio de 2025, conforme dados da Agência Brasil, o auxílio foi pago somente a 420 mil famílias.

Além disso, foi criado, ainda em maio de 2024, pelo atual governador do estado, Eduardo Leite, o plano "Rio Grande" com o fim de "implementar ações que possibilitassem garantir a segurança e os atendimentos de urgência para aqueles que precisavam" (governo do estado do Rio Grande do Sul, 2024). Ele consiste em um plano, com investimento total de quase sete bilhões de reais, para apoio emergencial às famílias que perderam tudo nas enchentes, com distribuição de alimentos, água potável e itens de higiene, além de reconstrução de infraestruturas essenciais severamente danificadas, como rodovias, pontes e sistemas de abastecimento de água e energia.

Entre as ações estatais desenvolvidas para minimizar os danos e reconstruir o Estado, destacam-se o programa "Volta por Cima", que visou beneficiar mais de 100 mil famílias com auxílio financeiro para aquisição de itens básicos, e o "A Casa é Sua", voltado para a construção de moradias temporárias e definitivas para os que perderam seus lares. (GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, 2024).

Apesar das ações citadas, diversos cidadãos ainda aguardam os auxílios governamentais para reconstruir casas, especialmente os que perderam suas casas nas enchentes (AGÊNCIA BRASIL, 2025). De acordo com o governo federal (AGÊNCIA BRASIL, 2025), a previsão é de que as primeiras moradias definitivas, das 480 previstas, sejam entregues no final do ano de 2025. Em regiões que foram mais afetadas, como Cruzeiro do Sul, Vale do Taquari e Lajeado, diversas pessoas ainda aguardam um lar definitivo, como o casal Danilo Hiedt e Liana Maria de Quadros, que vive em um contêiner de concreto há cerca de dois meses, em Cruzeiro do Sul, aguardando as construções de casas, prometidas pelo governo federal (AGÊNCIA BRASIL, 2025).

Em dezembro de 2024, a Relatoria Especial sobre Direitos Econômicos, Sociais, Culturais e Ambientais (REDESCA), órgão da Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH), visitou o Brasil, a fim de avaliar os impactos das inundações ocorridas. Seu relatório foi publicado em março de 2025, e foi reiterado o compromisso do Brasil, que é signatário de acordos e tratados internacionais na área ambiental, o que o obriga a cumprir os compromissos assumidos em relação à proteção do meio ambiente e à redução dos impactos das mudanças climáticas.

Tendo em vista o acesso a direitos básicos, como água, alimentação e moradia, o relatório da Redesca (2025) traz apontamentos, considerando principalmente a legislação nacional e as convenções internacionais. Assim, no que tange ao acesso à moradia, a relatora informa que

> [a] REDESCA pôde observar que muitas famílias ainda permanecem em áreas afetadas, aguardando a reconstrução de suas moradias. Em alguns municípios do Vale do Taquari, a falta de terrenos em áreas seguras representa um obstáculo para a reconstrução habitacional. Além disso, os altos custos de aluguel dificultam o acesso a moradias temporárias, limitando as opções de reassentamento para a população atingida. (REDESCA, 2025, s.p.)

O relatório também aponta alojamentos temporários precários e ocupação desordenada de áreas de riscos pela população de baixa renda, evidenciando que, mesmo com diversas políticas públicas, como anteriormente mencionadas, ainda há pessoas em vulnerabilidade habitacional. Outro fato importante são pessoas migrantes e refugiadas que buscavam construir suas vidas no estado do Rio Grande do Sul e que, como grupo vulnerável, sofreram impactos das enchentes. “Por exemplo, cerca de 35.000 pessoas refugiadas que buscavam reconstruir suas vidas no Brasil foram afetadas,

assim como um número ainda maior de pessoas migrantes, que enfrentaram dificuldades significativas para acessar assistência emergencial, moradia e serviços básicos" (REDESCA, 2025).

Segundo a Secretaria de Desenvolvimento Social do Rio Grande do Sul (2025), em junho de 2025 ainda existiam cerca de 135 pessoas desabrigadas, em sete cidades do estado, encontradas em 10 abrigos temporários, sendo 79% no município de Alegrete. Com isso, comprova-se que, depois de mais de um ano do desastre, ainda há pessoas em situação de vulnerabilidade habitacional, não beneficiadas pelas políticas públicas governamentais.

Desta forma, por mais que tenham sido criados diversos incentivos, planos e políticas públicas, nacionais e estaduais, a problemática, no que tange à proteção dos deslocados do Rio Grande do Sul ainda está longe de solução, pois grande parte da população ainda se encontra desabrigada em situação de insegurança habitacional. Assim, de fato, houve iniciativas para mitigar os impactos das enchentes, mas, até o presente momento, elas não envolveram a totalidade da população e ainda há pessoas sem condições de saírem dos abrigos temporários.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pode-se concluir que as enchentes ocorridas no Rio Grande do Sul, em 2024, evidenciam a ocorrência de desastres, ou seja, de catástrofes em proporções irreparáveis, quando não há planejamento de contenção, proteção populacional e/ou políticas de prevenção. Planos de reconstrução e reparação não foram suficientes para reparar vidas ceifadas durante as enchentes.

A falta de investimento público e de medidas preventivas, principalmente no que tange às responsabilidades dos governos estadual e federal, provocou um dos desastres ambientais mais arrasadores na história do país.

Entre as principais consequências apontadas, evidenciam-se a perda da vida de 180 cidadãos, de moradias de milhares de pessoas e de bens materiais da população, especialmente eletrodomésticos, móveis, roupas, bens sentimentais e documentação. Houve, também, a destruição estrutural das cidades, o comprometimento de mobilidade urbana e de toda a infraestrutura, como vias e pontes, e o dano econômico para o estado, no valor de quarenta bilhões de reais, além da redução da capacidade produtiva dos solos e outros impactos.

Ademais, uma das consequências mais visíveis das enchentes seria o impacto direto na vida dos cidadãos, gaúchos e estrangeiros residentes no estado, que perderam tudo devido às inundações de suas casas. Centenas

deles ainda vivem em situação de insegurança por ausência de moradia. O deslocamento interno provocado pelas enchentes e pela ausência do poder público deixa marcas profundas na história de vida das pessoas atingidas.

A crise atualmente enfrentada pelo estado gaúcho evidencia a urgência de políticas públicas integradas, que invistam em planejamento urbano e planos de contingência, além de proteção aos direitos humanos dos cidadãos afetados pelo desastre. Investir em sistemas de alerta precoce e infraestrutura de drenagem é fundamental para evitar que eventos similares continuem acontecendo ou mesmo eventos mais rigorosos, tendo em vista os eventos climáticos que ocorrem cada vez mais severos em nível global.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGÊNCIAS. Homem morre eletrocutado em temporal no Rio Grande do Sul; 60 cidades foram atingidas. **O Tempo**, 2 dez. 2024. Disponível em: https://www.otempo.com.br/brasil/2024/12/2/homem-morre-eletrocutado-em-temporal-no-rio-grande-do-sul--60-ci. s.d.a.

AGÊNCIA BRASIL. Entrevista com Osvaldo Moraes, diretor de Clima e Sustentabilidade do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação, sobre gestão de riscos e respostas a desastres. **Agência Brasil**, 2024.

ALVALÁ, R. C.; SILVA, M. L.; SANTOS, J. P. Impactos das enchentes no Rio Grande do Sul: análise dos desdobramentos humanitários. **Revista Brasileira de Geografia**, v. 80, n. 4, p. 123-138, 2024.

ALVALÁ, R. C. S.; BARBIERI, A. Desastres naturais. In: MARENGO, J. A. (org.). **Mudanças climáticas em rede:** um olhar interdisciplinar – Contribuições do Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia para Mudanças Climáticas, 2017. p. 203–230. Disponível em: https://www.researchgate.net/profile/Jose-Marengo-2/publication/322638754. . s.d.a.

ALVALÁ, R. C. S.; RIBEIRO, D.; MARENGO, J. A.; SAITO, S.; et al. Análise do desastre hidrológico ocorrido no estado do Rio Grande do Sul, Brasil, em setembro de 2023: vulnerabilidades e capacidades de gestão de risco**. International Journal of Disaster Risk Reduction**, [S.l.], v. 70, p. 104645, jun. 2024.

AMARAL, R.; RIBEIRO, R. R. Inundações e Enchentes. In: TOMINAGA, L. K.; SANTORO, J.; AMARAL, R. (Org.). **Desastres naturais:** conhecer para prevenir**.** São Paulo: Instituto Geológico, 2009. p. 39–52.

BRASIL. Ministério da Integração Nacional. Instrução Normativa nº 1, de 24 de agosto de 2012. Dispõe sobre os procedimentos e critérios para decretação de Situação de Emergência e Estado de Calamidade Pública. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 24 ago. 2012.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Regional. **Avaliação dos efeitos e impactos das inundações no Rio Grande do Sul** – nov. 2024. Brasília: MDR, 2024. Disponível em: https://www.gov.br/mdr/pt-br/noticias/cheias-do-rio-grande-do-sul-agilidade-federal-evita-impacto-negativo-de-1-1-ponto-percentual-no-pib-do-estado/AvaliaodosefeitoseimpactosdasinundaesnoRioGrandedoSulNov2024.pdf. s.d.a.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Departamento de Articulação Estratégica de Vigilância em Saúde. **Guia de Vigilância em Saúde.** 5. ed. rev. e atual. Brasília : Ministério da Saúde, 2022. 1.126 p. Disponível em: file:///C:/Users/josec/Downloads/GUIA%20DE%20VIGILANCIA%202022.pdf . s.d.a.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde e Ambiente. Departamento de Emergências em Saúde Pública. **Guia de autoavaliação das capacidades em emergências em saúde pública para estados e Distrito Federal.** Brasília: Ministério da Saúde, 2026. 84 p. Disponível em: file:///C:/Users/josec/Downloads/Guia%20de%20autoavalia%C3%A7%C3%A3o%20das%20capacidades%20em%20emerg%C3%AAncias%20em%20sa%C3%BAde%20p%C3%BAblica%20-%20Estados%20e%20DF.pdf . s.d.a.

CALEFFI, F. et al. The impacts of extreme weather events: a comprehensive analysis of the 2024 floods in Rio Grande do Sul. **Redes**, v. 29, 2024.

CEMADEN. **Glossário.** Disponível em: https://educacao.cemaden.gov.br/glossario/. Acesso em: 27 mar. 2025.

CLARKE, B.; et al. **Climate change, El Niño and infrastructure failures behind massive floods in southern Brazil**. Imperial College London. Campus de South Kensington, 2024. Disponível em: https://spiral.imperial.ac.uk/entities/publication/90f8beda-e5b7-43a0-b878-7f82abe695c6 . s.d.a.

COMISSÃO INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS (CIDH). **Impactos das enchentes no Rio Grande do Sul**: observações e recomendações para a garantia dos direitos econômicos, sociais, culturais e ambientais. Relatório da visita de trabalho da REDESCA ao Brasil. OEA/Ser.L/V/III. Doc. 50. 31 mar. 2025. Disponível em: https://www.oas.org/pt/cidh/relatorios/pdfs/2025/informe_redesca_brasil_pt.pdf. s.d.a.

DAMASCENO, W. S. et al. Impactos econômicos no Rio Grande do Sul devido às enchentes: estimativas iniciais e repercussões para o Nordeste. **Economia,** v. IX, n. 04, jul. 2024.

DU, W. et al. Health impacts of floods. **Prehospital and Disaster Medicine**, v. 25, n. 3, p. 265–272, 2010.

EMATER/RS-ASCAR. **Emater/RS-Ascar**: referência de qualidade em extensão rural. Porto Alegre: EMATER/RS-ASCAR, 2009. 12 p .Disponível em: https://www.emater.tche.br/site/index.php. s.d.a.

EM-DAT. **Disaster classification system**. Bruxelas: CRED/UCLouvain, 2023. Disponível em: https://doc.emdat.be/docs/data-structure-and-content/disaster-classification-system/ . s.d.a.

FARENZENA, C. Diferença entre dano ambiental e impacto ambiental. **Comunidade Ambiental,** 16 jan. 2023. Disponível em: https://comunidadeambiental.com.br/artigo/diferenca-entre-dano-ambiental-e-impacto-ambiental/ . s.d.a.

GANDRA, A. Fauna e flora aquáticas também sofrerão impacto das enchentes no RS. **Agência Brasil**, 2024. Disponível em: https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2024-05/fauna-e-flora-aquaticas-tambem-sofrerao-impacto-das-enchentes-no-rs. s.d.a.

IPEA**. Uma estimativa da população atingida pelas enchentes do Rio Grande do Sul em 2024**. Nota Técnica n. 02 - CGDTI. Brasília: **I**nstituto de Pesquisa Econômica Aplicada, 2024. Disponível em: https://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/14337 ..

INTERGOVERNMENTAL PANEL ON CLIMATE CHANGE - IPCC. **Climate change 2023**: synthesis eeport. Geneva: IPCC, 2023. Disponível em: https://www.ipcc.ch/report/ar6/syr/. s.d.a.

INTERGOVERNMENTAL PANEL ON CLIMATE CHANGE - IPCC. **Climate change 2022:** impacts, adaptation and vulnerability. Geneva: IPCC, 2022. Disponível em: https://www.ipcc.ch/report/ar6/wg2/ . s.d.a.

INTERGOVERNMENTAL PANEL ON CLIMATE CHANGE - IPCC. **Climate change 2013**: the physical science basis**.** Contribution of Working Group I to the Fifth Assessment Report of the IPCC. Cambridge**:** Cambridge University Press, 2013.

INTERGOVERNMENTAL PANEL ON CLIMATE CHANGE - IPCC. **Climate change 2007**: the physical science basis**.** Contribution of Working Group I to the Fourth Assessment Report of the IPCC. Cambridge: Cambridge University Press, 2007.

INTERGOVERNMENTAL PANEL ON CLIMATE CHANGE - IPCC. **Climate change**: The IPCC scientific assessment. Cambridge: Cambridge University Press, 1990.

JORNAL DO COMÉRCIO. Chuvas causam morte de homem eletrocutado e deixam mais de 60 cidades atingidas no RS. **JC Online**, 2 dez. 2024. Disponível em: https://www.jornaldocomercio.com/_conteudo/2024/12/717470-chuvas-causam-morte-de-homem-eletrocutado-e-deixam-mais-de-60-cidades-atingidas-no-rs.html . s.d.a.

MERRIAM-WEBSTER. Disaster. **Dictionary thesaurus**, 2019. Disponível em: https://www.merriam-webster.com/dictionary/disaster. s.d.a.

MAGALHÃES FILHO, F. J. C; DE ÁVILA, R.; ZAGO, L. Enchentes e inundações no Rio Grande do Sul em 2024: impactos e desafios para a gestão integrada de políticas públicas no saneamento básico. In: Congresso da ABES-RS, 33., 2024, Porto Alegre**. Anais** [...]. Porto Alegre: ABES-RS, 2024. Disponível em: https://www.abes-rs.org.br/wp-content/uploads/2024/05/Artigo-Magalhaes-Filho.pdf . s.d.a.

METROPLAN. Atualização do Sistema Estadual de Transporte Metropolitano – **Metroplan** – Maio 2024. Disponível em: https://www.metroplan.rs.gov.br/conteudo/3633/?ATUALIZA%C3%87%C3%83O_DO_SISTEMA_ESTADUAL_DE_TRANSPORTE_METROPOLITANO_-_METROPLAN_-_MAIO_2024

MELLO JR., A. C. de A. O dano: responsabilidade civil. **Revista da EMERJ**, Rio de Janeiro, v. 3, n. 9, p. 45-50, 2000.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS - ONU. **Relatório mundial sobre redução de desastres**. Genebra**:** ONU**,** 2023. Disponível em: https://www.unisdr.org/files/7654_UNISDRpublications. s.d.a.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS - ONU. **Princípios orientadores sobre o deslocamento interno**. Genebra: ONU, 2004. Disponível em: https://www.unhcr.org/4d947d109.pdf. s.d.a.

ONU-HABITAT. **Adequate housing for all** . 2024. Disponível em: https://unhabitat.org/annual-report-2024 . s.d.a.

PACÍFICO, J. M. R.; GAUDÊNCIO, M. J. A proteção dos deslocados ambientais no regime internacional dos refugiados. **Research Gate,** 2014. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/315896982_A_protecao_dos_deslocados_ambientais_no_regime_internacional_dos_refugiados.

PEREIRA, R. H. M. *et al*. **Uma estimativa da população atingida pelas enchentes do Rio Grande do Sul em 2024**. Brasília: Ipea, 2024. (Nota Técnica n. 02 CGDTI). Disponível em: https://repositorio.ipea.gov.br/items/b3b828ea-336f-414e-90d2-52912d236268. s.d.a.

PLANEJAMENTO RS. **Plano de contingência estadual para eventos hidrometeorológicos extremos***.* Porto Alegre: Governo do Estado do Rio Grande do Sul, 2024.

PREVISÃO de entrega das primeiras moradias definitivas às famílias afetadas pelas enchentes no RS. **Agência Brasil**, Brasília, 27 abr. 2025.

PROTEÇÃO CIVIL. **Dicionário de termos técnicos para gestão de desastres naturais.** Disponível em: https://www.protecao-civil.rs.gov.br/dicionario. Acesso em: 1 abr. 2025.

PULCINELLI, N. de O. **Estudo de procedimentos e critérios para zoneamento de planície de inundação**: caso da Região Metropolitana de Porto Alegre. Qualificação apresentada ao Programa de PósGraduação Mestrado Profissional em Rede Nacional em Gestão e Regulação de Recursos Hídricos - ProfÁgua UFRGS como parte dos requisitos para a obtenção do título de Mestre em Gestão e Regulação de Recursos Hídricos. Porto Alegre: UFRGS, 2024. Disponível em: https://lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/288154/001243355.pdf?sequence=1.

RIO GRANDE DO SUL. Casa Militar do Gabinete do Governador. Defesa Civil atualiza balanço das enchentes no RS – *10/8*. **Defesa Civil**. Porto Alegre, 2024. Disponível em: https://www.terra.com.br/noticias/defesa-civil-atualiza-balanco-das-enchentes-no-rs,deff387c25ecac8e0256b70f7c3cd9b1evpu1fw8.html . s.d.d.

RIO GRANDE DO SUL. Casa Militar do Gabinete do Governador. **Relatório de desastres naturais no Rio Grande do Sul – abril de 2024.** Porto Alegre: Defesa Civil RS, 2024

RIO GRANDE DO SUL. Governo disponibiliza plataforma com dados sobre abrigos temporários. **Portal do Estado do Rio Grande do Sul**, 14 maio 2024. Disponível em: https://www.estado.rs.gov.br/governo-disponibiliza-plataforma-com-dados-sobre-abrigos-temporarios. S.d.a.

RIO GRANDE DO SUL. **SOS Enchentes:** abrigos. Disponível em: https://sosenchentes.rs.gov.br/abrigos. s.d.s.

RIO GRANDE DO SUL. Ministério Público. Gabinete de Estudos Climáticos. **Desastres socioambientais no Rio Grande do Sul**: atuação do Ministério Público. Porto Alegre: MPRS, 2024. E-book. Disponível em: https://www.mprs.mp.br/media/areas/gabclima/arquivos/ebookgabclima.pdf . s.d.a.

RIO GRANDE DO SUL. Fundação Estadual de Planejamento Metropolitano e Regional. **Atualização do sistema estadual de transporte metropolitano – Metroplan**: Maio 2024. Porto Alegre: Metroplan, 2024. Disponível em: http://www.metroplan.rs.gov.br/conteudo/3635/?ATUALIZA%C3%87%C3%83O_DO_SISTEMA_ESTADUAL_DE_TRANSPORTE_METROPOLITANO_-_METROPLAN_-_JULHO_2024 . s.d.a.

RIO GRANDE DO SUL. Ministério Público. **Plano metropolitano de proteção contra as cheias**: estudos e projetos para minimização de cheias. Porto Alegre, 2025

RIZZOTTO, M. L. F.; COSTA, A. M.; LOBATO, L. V. C**.** Crise climática e os novos desafios para os sistemas de saúde: o caso das enchentes no Rio Grande do Sul/Brasil. **Saúde em Debate,** v. 48, n. 141, e141ED, jun. 2024.

RUCKERT, A. A.; VICENTE, F. J.; GOMES, L. F. R. A tragédia climática no Rio Grande do Sul em 2024. Anotações sobre uma catástrofe anunciada. **Geografares**, v. 4, n. 39, 2024.

SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL. **Boletim de acompanhamento das pessoas desabrigadas após as enchentes de 2024.** Porto Alegre, 2025.

SERGIPE. Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano e Infraestrutura – SEDURBI. **Glossário de defesa civil**. Aracaju, 2018. Disponível em: https://www.defesacivil.se.gov.br/wp-content/uploads/2018/04/glossario.pdf . s.d.a.

TRAJBER, R.; et. al. **Conceitos e termos para a gestão de riscos de desastres na educação**. São José dos Campos: CEMADEN, 2015. Disponível em: https://educacao.cemaden.gov.br/midiateca/conceitos-e-termos-para-a-gestao-de-riscos-de-desastres-na-educacao/ .s.d.a.

VATICAN NEWS. "**Rio Grande do Sul:** cenário dramático das enchentes no Brasil". Vatican News, 7 maio 2024. Disponível em: https://www.vaticannews.va/pt/igreja/news/2024-05/rio-grande-do-sul-cenario-dramatico-das-enchentes-no-brasil.html.

VILELA, P. R. Um ano das enchentes no RS: do caos à lenta reconstrução. **Agência Brasil**, 2025. Disponível em: https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2025-05/um-ano-das-enchentes-no-rs-do-caos-lenta-reconstrucao . s.d.a.

RESUMO

Este artigo analisa as causas e as consequências do desastre causado pelas enchentes do Rio Grande do Sul (RS), em 2024, tendo em vista a magnitude da calamidade no estado, que deixou cerca de 600 mil desabrigados. A pesquisa foi fundamental para identificar o motivo do desastre e evidenciar suas consequências, principalmente no que tange à morte de mais de 180 pessoas e aos deslocados internos ambientais (PACÍFICO E GAUDÊNCIO, 2014; PACÍFICO E ARAÚJO NETO, 2017). Após conceitualizar o desastre, foram identificadas as causas do desastre de altas proporções no RS e suas consequências materiais, sociais, ambientais e humanas. A pesquisa foi analítica, qualitativa, bibliográfica e de estudo de caso, sob método dedutivo (partindo de desastres em geral para chegar ao estudo do caso do desastre no RS).

Palavras-chave: Desastre; Rio Grande do Sul; Deslocados ambientais.

ABSTRACT

This article analyses the causes and consequences of disaster by floods in Rio Grande do Sul (RS), in 2024, given the magnitude of the calamity in the state that left around 600,000 people homeless. The research has been essential for identifying the reasons for disaster and highlighting its consequences, especially with regard to the deaths of more than 180 people and to environmentally internally displaced persons (PACÍFICO E GAUDÊNCIO, 2014; PACÍFICO E ARAÚJO NETO, 2017). After conceptualising the disaster, the authors identified the causes of the disaster with high proportion in RS and its material, social, environmental and human consequences. The research was analytic, qualitative, bibliographic, and of case study, using the deductive method (from disasters in general to the focus on the case study of the disaster in RS).

Keywords: Floods; Rio Grande do Sul; Environmentally Displaced people.

Direitos humanos em situações de emergência climática: a atuação de diferentes atores nas inundações de maio de 2024 no Rio Grande do Sul

Human rights in climate emergency situations: the actions of different actors during the May 2024 floods in Rio Grande do Sul

*Luíza Fantin Bergamaschi**
*Fernanda Storck Pinheiro***

1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho trata sobre a proteção dos direitos humanos em situações de emergência a partir da assistência humanitária prestada pelo Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (ACNUR) nas inundações que assolaram o estado do Rio Grande do Sul no início do mês de maio de 2024 e sua inter-relação com outras organizações públicas e privadas atuantes no mesmo contexto. Justifica-se iniciar a pesquisa a partir da atuação do ACNUR pelo fato de que o agravamento dos eventos extremos decorrentes das mudanças climáticas aumenta os desafios na resposta humanitária e na proteção de grupos vulneráveis, como migrantes, refugiados e pessoas em situação de deslocamento forçado.

* Acadêmica do Curso de Direito da Universidade do Vale do Taquari - Univates.
Email: luiza.bergamaschi@universo.univates.br

** Doutora em Direito pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul - PUCRS. Mestre em Direito pela Universidade de Santa Cruz do Sul - UNISC. Graduada em Direito pela Universidade de Santa Cruz do Sul - UNISC. Professora do curso de Direito da Universidade do Vale do Taquari - Univates. Professora no Programa de Pós-graduação em Ambiente e Desenvolvimento - PPGAD Mestrado e Doutorado da Universidade do Vale do Taquari - Univates. Advogada. Psicanalista em formação.
Email: fernandapinheiro@univates.br

A pesquisa decorre do Trabalho de Conclusão de curso de graduação em Direito da primeira autora, sob orientação da segunda. O estudo buscou responder às seguintes questões centrais: Qual o papel do ACNUR na proteção dos direitos humanos nas situações climáticas emergenciais? No caso da enchente de maio no estado do Rio Grande do Sul, como se deu essa atuação em inter-relação com outras organizações públicas e privadas? A pesquisa partiu da hipótese de que, no caso das grandes enchentes ocorridas no estado do Rio Grande do Sul em maio de 2024, a efetiva prestação da assistência humanitária esteve correlacionada com a atuação entre governos e demais organizações, para que serviços essenciais para o momento - como alimento, abrigo, resgate e assistência médica - onde a logística também fora extremamente prejudicada, chegassem à população necessitada.

Trata-se de pesquisa de caráter qualitativo, que se utilizou de método dedutivo e de fontes bibliográfica e documental, além da realização de entrevistas com dois agentes públicos que vivenciaram a situação. As fontes bibliográficas incluíram documentos oficiais do ACNUR disponíveis em seu sítio eletrônico, relatórios de organizações parceiras e literatura acadêmica sobre direitos humanos e assistência humanitária. As entrevistas proporcionaram contribuições valiosas sobre os desafios e as estratégias adotadas no campo, enriquecendo a compreensão sobre a eficácia e as limitações das ações implementadas.

Partindo da contextualização do cenário das enchentes que assolaram o Estado do Rio Grande do Sul em setembro e novembro de 2023 e maio de 2024 e da situação dos refugiados, o texto destaca as ações desenvolvidas pelo ACNUR após as enchentes de maio de 2024, voltadas a toda a população atingida, analisa a atuação do poder público e sua responsabilidade frente à situação e, por fim, destaca a atuação das universidades. Os dados são analisados através da literatura acerca dos direitos humanos, da Constituição Federal de 1988 e de legislação infraconstitucional aplicável.

Foi possível concluir que a proteção dos direitos humanos em situações de emergência climática exige a atuação conjunta de diversos agentes. Além do papel central desempenhado pelo ACNUR, destacam-se a responsabilidade do poder público e a colaboração de outros atores, como universidades e empresas, que contribuíram de maneira significativa durante as enchentes de maio de 2024 no Rio Grande do Sul. A união de esforços entre organismos internacionais, governos, instituições acadêmicas e setor privado demonstrou ser essencial para garantir atendimento às necessidades básicas da população afetada e para promover a dignidade humana diante da calamidade.

2 BREVE CONTEXTUALIZAÇÃO DAS CATÁSTROFES CLIMÁTICAS DECORRENTES DAS INUNDAÇÕES OCORRIDAS NO RIO GRANDE DO SUL ENTRE SETEMBRO DE 2023 E MAIO DE 2024

O Rio Grande do Sul (RS) enfrenta inundações recorrentes em diversas regiões do estado, mas este artigo concentra-se especialmente nos impactos e na resposta humanitária observada na Região Vale do Taquari[1]. Em uma série histórica de 85 anos de cheias no rio Taquari, se nota que, na cidade de Lajeado/RS, ocorreram 189 cheias, com a cota de inundação não superada em apenas 13 anos, com média superior a duas cheias anuais (MORAES, et al, 2024).

A partir de setembro de 2023, a percepção sobre inundações no Rio Grande do Sul, especialmente no Vale do Taquari, mudou drasticamente. No dia 4, o Rio Taquari subiu de forma inédita, atingindo áreas nunca antes inundadas e causando mortes humanas e animais, além de grandes perdas materiais. A cheia alcançou 29 metros, 10 metros acima da cota de inundação e 16 acima do nível normal, destruindo casas, matando 54 pessoas e deixando 4 desaparecidas (PÉRTILE, et al., 2024). O Estado decretou calamidade pública em 20 municípios e emergência em outros 63 devido a eventos climáticos extremos. Pouco mais de dois meses depois, em 19 de novembro, uma nova enchente ocorreu e, segundo a METSUL Meteorologia (2023), foi a terceira maior cota do Rio Taquari nos últimos cem anos.

A enchente ocorrida no mês de maio de 2024 no Rio Grande do Sul foi a maior já registrada em toda a história do Estado. Conforme dados publicados pelo Serviço Geológico do Brasil, no dia 2 de maio de 2024, a cidade de Estrela/RS registrou o maior nível do rio em 150 anos. Na data, o nível ultrapassou 32m, superando os recordes anteriores do ano de 1941, onde havia chegado em 29,92m, e em setembro de 2023, quando alcançou 29,53m.

Nesta oportunidade, dos 497 municípios que compõem o RS, de acordo com dados apurados pela CNN Brasil, 471 foram atingidos. O estado de calamidade pública foi decretado em 95 municípios gaúchos, enquanto a situação de emergência foi decretada em outros 323 municípios (Rio Grande do Sul, 2024). O intenso evento climático não destruiu apenas cidades, edificações e bens materiais. Segundo a Defesa Civil do Estado do Rio Grande do Sul (2025), 184 pessoas perderam a vida e em junho de 2025, 25 pessoas ainda estavam desaparecidas.

Para RUCKERT A. A. et. al (2024), as inundações que ocorreram nos anos de 2023 e 2024, para além de desastres naturais e socioambientais, foram desastres sistêmicos e multidimensionais, afetando infraestrutura, vidas e o desenvolvimento socioeconômico local. A destruição de moradias, escolas e comércios agravou vulnerabilidades, causando rupturas produtivas,

aumento da pobreza e insegurança alimentar. Esses impactos evidenciam a urgência de políticas públicas integradas, planejamento urbano sustentável e investimentos em resiliência diante das mudanças climáticas.

3 ATUAÇÃO HISTÓRICA DO ACNUR E AÇÕES REALIZADAS APÓS A EMERGÊNCIA DE MAIO DE 2024 NO RS

O Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR), estabelecido em 1950, é a agência da ONU que protege e assiste pessoas forçadas a deixar suas casas por conflitos, perseguições, graves violações de direitos humanos, desastres naturais ou mudanças climáticas.

Possui um histórico robusto de atuação em emergências humanitárias que vai além de seu mandato original. Embora inicialmente focado em refugiados, sua atuação foi expandida pela Assembleia Geral da ONU para incluir, sob certas circunstâncias, a proteção e assistência a outras populações, como apátridas e deslocados internos, o que abrange "pessoas nacionais" afetadas por catástrofes. A resposta a crises complexas, como a emergência humanitária dos Rohingya em Bangladesh, exemplifica o longo histórico da agência em operações de grande escala, muito antes das ações recentes no Rio Grande do Sul.

Paralelamente, o ACNUR desempenhou um papel pioneiro na conscientização sobre as mudanças climáticas como um motor de deslocamento. A agência tem atuado historicamente para preencher lacunas legais e operacionais na proteção de pessoas deslocadas por desastres, tanto dentro de seus países quanto através de fronteiras. As atividades da agência relacionadas a desastres e clima aumentaram progressivamente, e a resposta a eventos climáticos extremos no Brasil, como no Paraná e no Rio Grande do Sul, insere-se nesse contexto de longa data de engajamento operacional em emergências e deslocamentos forçados.

Na ocasião da enchente de maio de 2024 no Rio Grande do Sul, aproximadamente 43 mil pessoas refugiadas e que necessitavam de proteção internacional residiam no Rio Grande do Sul e foram atingidas pela inundação. Muitas dessas pessoas foram forçadas a se deslocar por uma segunda vez, deixando ainda mais evidente a vulnerabilidade de migrantes e refugiados em situações de emergência climática (ACNUR, 2025).

Em Lajeado/RS, no Vale do Taquari, refugiados haitianos tiveram que voltar às casas atingidas pela inundação em virtude da dificuldade enfrentada, junto às imobiliárias, para viabilizar o aluguel de moradias em locais mais favoráveis (ARAÚJO; OLIVEIRA, 2025). Haitianos e venezuelanos denunciaram o crime de xenofobia que ocorria nos abrigos em que eram

acolhidas as vítimas da catástrofe. Uma voluntária em um abrigo na zona norte da capital gaúcha relatou que a xenofobia se revelava inclusive em atos simples, como no acesso às refeições, água e higiene (ALVES, 2024).

Desde o início da catástrofe, o ACNUR se fez presente para ajudar a população afetada, atuando de forma complementar às autoridades e parceiros locais na resposta ao desastre, oferecendo apoio técnico e humanitário, distribuindo itens essenciais e auxiliando na gestão de abrigos e centros de acolhimento. Também garantiu assistência específica a refugiados e migrantes, com informações em seus idiomas, reposição documental e apoio psicológico, além de fornecer casas provisórias modulares (ACNUR, 2024). Como medida estrutural, no fim de maio de 2024, a agência entregou ao Rio Grande do Sul 208 casas modulares, instaladas no Centro Humanitário de Acolhimento de Canoas para garantir mais privacidade e dignidade aos desabrigados (RIO GRANDE DO SUL, 2024).

O ACNUR, a OIM e Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania lançaram ações contra a discriminação a migrantes e refugiados, incluindo a criação de seção especial no aplicativo Clique Cidadania e o uso da Plataforma Ajuda como canal de informações seguras e acesso a direitos.

Sete cidades foram visitadas na missão de campo do ACNUR no Vale do Taquari, e dentre elas, 56.270 indivíduos foram forçados a deixar suas residências, sendo que mais de 1.600 não tinham lugar para voltar e estavam abrigados em 28 abrigos coletivos. O ACNUR se envolveu com as autoridades locais para discutir intervenções humanitárias e compartilhar experiência técnica para melhorar a preparação e planos de contingência e mitigação de riscos. A equipe também realizou encontros com famílias deslocadas, sendo diversas refugiadas, evidenciando que, com frequência, refugiados são afetados de forma desproporcional por desastres em razão do limitado acesso a moradias seguras e oportunidades econômicas, não tendo outra opção senão viver em áreas de alto risco (ACNUR, 2024).

Em outubro de 2024, o Governo do RS e o ACNUR firmaram acordo para desenvolver protocolos e planos de contingência em emergências, com foco em proteção internacional e apoio a vítimas de catástrofes climáticas e deslocamento forçado. O ACNUR comprometeu-se a fornecer apoio técnico, treinamentos e promover iniciativas para aprimorar políticas públicas de assistência social e garantia de direitos (ACNUR, 2024). Meses após a tragédia, em parceria com o SJMR, a agência ofereceu cursos profissionalizantes e apoio à inserção no mercado de trabalho para a população vulnerável (ACNUR, 2025).

Um ano após a tragédia, o ACNUR iniciou uma nova fase de atuação no RS, com ênfase na empregabilidade de refugiados, que reforça o papel da agência no apoio à estratégia de interiorização promovida pelo Governo

Federal, favorecendo a conexão entre refugiados e o mercado de trabalho local, ao aproximar profissionais em busca de integração de empresas interessadas em contratá-los. Além de seguir com o apoio à reconstrução e assistência a grupos vulneráveis, a agência ampliará sua parceria com a Fundação Gaúcha do Trabalho e Ação Social para incentivar a oferta de empregos formais a refugiados e solicitantes de proteção internacional.

4 A ATUAÇÃO DE AGENTES PÚBLICOS E A RESPONSABILIDADE ESTATAL FRENTE À EMERGÊNCIA CLIMÁTICA NO RS EM MAIO DE 2024: UMA ANÁLISE EXPLORATÓRIA

Para entender melhor a atuação do ACNUR e sua relação com o poder público, foram entrevistados dois agentes públicos que atuaram no território pesquisado durante e após a enchente de maio de 2024. Ambos assinaram Termo de Consentimento Livre e Esclarecido e responderam à entrevista a partir de um questionário semiestruturado, tendo suas respostas registradas por escrito. A divulgação de suas respostas segue todos os parâmetros de ética em pesquisa e, por essa razão, serão identificados como Entrevistada A e Entrevistada B.

A Entrevistada A atuava como gestora pública do Município de Encantado/RS em maio de 2024. Segundo ela, o ACNUR auxiliou Encantado realizando um diagnóstico das pessoas atingidas, apoio em abrigos e doações materiais. A agência se colocou à disposição para prestar auxílio financeiro e, considerando que a catástrofe atingiu pessoas de diversas classes sociais e que a maioria dos auxílios prestados pelas esferas governamentais eram destinados às pessoas de baixa renda, famílias que não estavam inscritas, por exemplo, no programa Bolsa Família e no Cadastro Único, receberam auxílio financeiro do ACNUR. Ao todo, mais de 300 famílias foram beneficiadas.

Quanto à coordenação necessária entre os agentes locais e internacionais para garantir uma resposta humanitária eficiente, a entrevistada salientou que diversos órgãos internacionais chegavam no município e se colocavam à disposição, como o ACNUR e a OIM que, segundo ela, forneceram capacitação, trocaram experiências e acompanharam a gestão dos abrigos, orientando sobre interação com o público e ações a serem adotadas, inclusive com visitas a campo e retorno de orientações práticas.

Como nunca se havia vivenciado uma catástrofe de tamanha proporção, dificuldades foram enfrentadas, uma vez que o município dispunha de poucos profissionais disponíveis e, ainda, alguns também haviam sido atingidos, causando um déficit de pessoas para trabalhar na resposta humanitária. Com a chegada de agentes internacionais, foi possível estabelecer uma organização mais eficiente.

A entrevistada explicou como foi possível garantir que a assistência humanitária respeitasse a dignidade dos atendidos durante o pico da crise, relatando que a observância de tais garantias começou desde o momento em que as pessoas foram acolhidas, e que foi necessário aprender na prática a organizar e atender às pessoas de forma digna. Assistentes sociais, psicólogos e médicos atuaram nos abrigos, identificando necessidades de idosos, crianças e demais moradores. Líderes comunitários surgiram naturalmente para coordenar demandas locais, como cozinhas comunitárias, distribuição de alimentos e cuidados básicos. Estruturas foram readequadas com divisórias, segurança contra incêndios, iluminação de emergência e cursos de brigadistas, garantindo proteção e dignidade. O ACNUR e outras organizações supervisionavam o cumprimento dos direitos humanos, promovendo segurança, saúde mental e atendimento às necessidades básicas, como alimentação e roupas, assegurando gestão eficiente dos abrigos.

Além disso, houve cuidado com a higiene do local, incluindo a gestão de lixo produzido pelos próprios abrigados, bem como com a saúde mental, a proteção da população LGBTQIAPN+ e a segurança das mulheres. O respeito à dignidade foi buscado por meio da atenção à saúde física e mental, da conscientização dos abrigados e da promoção da resiliência. Segundo a gestora, a experiência dos agentes internacionais foi essencial, pois já sabiam como agir e traziam orientações valiosas. Para ela, o trabalho conjunto foi fundamental, inclusive no apoio aos próprios profissionais que prestavam assistência às pessoas atingidas.

Entrevistou-se, ainda, uma Defensora Pública Estadual (Entrevistada B) que atuou em algumas das cidades do Vale do Taquari atingidas pelas enchentes. Sobre o potencial das ações humanitárias implementadas durante a crise, para promover impactos positivos de longo prazo nos direitos das populações vulneráveis, a Defensora disse que

> as ações humanitárias têm um impacto profundo, mesmo por meio de gestos aparentemente simples. Durante a enchente de setembro de 2023, a chegada de máquinas de lavar roupas foi crucial para que as pessoas recuperassem a dignidade, conseguindo manter suas roupas limpas e organizar minimamente suas vidas. Estive na linha de frente garantindo recursos, como geradores, para viabilizar essas ações. A atuação conjunta com grupos internacionais foi essencial, permitindo também a oferta de alimentação e outros serviços básicos, assegurando mínima dignidade em momentos de desespero (Entrevistada B).

Sobre a possibilidade de que o atendimento emergencial tenha resultado em políticas públicas permanentes ou em melhorias estruturais, a Defensora, baseada em sua experiência mencionou que, em atendimentos emergenciais, a Defensoria Pública identificou necessidades básicas como pagamento de IPTU e contas de água, luz e internet, organizando mutirões para suspender cobranças em períodos sem serviço. Embora alguns cidadãos tenham sido cobrados indevidamente, exigindo ações judiciais, na enchente de maio de 2024 os acordos foram renovados preventivamente, permitindo que esforços se concentrassem em outras demandas.

Perguntada se, pela experiência que vivenciou, a assistência oferecida às vítimas da enchente respeitou e promoveu adequadamente o princípio da dignidade humana, a Defensora afirmou que a assistência às vítimas da enchente respeitou e promoveu a dignidade humana, destacando a oferta de materiais de limpeza, marmitas e abrigos organizados com divisórias para privacidade. Observou-se planejamento prévio de abrigos para futuras catástrofes, acesso a saúde e educação, e práticas cooperativas entre os atingidos, que, junto ao poder público, definem prioridades e respostas adequadas.

Em que pese tenham sido empenhados esforços para que a assistência atendesse à dignidade humana, ao mesmo tempo em que a entrevistada relata sobre a atuação em casos de violações de direitos durante o acolhimento emergencial, verificou-se, porém, que não foi possível assegurar a proteção integral desse princípio.

A Defensora Pública mencionou a ausência inicial de policiamento, o que levou, posteriormente, à contratação de empresas de segurança privada para atuarem dentro dos abrigos, com o objetivo de coibir o consumo e a venda de drogas, bem como de prevenir abusos sexuais, inclusive infantis. No período, diversas crianças foram acolhidas e várias pessoas foram submetidas a situações de violência em razão da convivência forçada em um mesmo espaço, o que, inevitavelmente, resultou em ferimentos à dignidade humana nesse contexto de exceção. No entanto, destacou que as vítimas foram prontamente assistidas pela Defensoria Pública e pelo Ministério Público, visando à restauração da dignidade e à cessação das violações.

Diante desse cenário, torna-se imprescindível refletir sobre a responsabilidade do poder público frente aos danos causados por essas ocorrências, sobretudo quando há omissão na adoção de medidas preventivas e/ou corretivas que poderiam mitigar os impactos desses desastres.

O ordenamento jurídico brasileiro prevê a responsabilização objetiva do Estado pelos danos que seus agentes, nessa qualidade, causarem a terceiros. Tal previsão, contida no artigo 37, § 6º da Constituição Federal, fundamenta a aplicação da teoria do risco administrativo, segundo a qual o

dever de indenizar independe da demonstração de dolo ou culpa, bastando a comprovação do dano e do nexo de causalidade com a conduta estatal, ativa ou omissiva.

MORAES, A. (2025) aborda a responsabilidade civil objetiva do poder público, em síntese, afirmando que a Constituição Federal (1988) estabelece que pessoas jurídicas de direito público e privadas prestadoras de serviços públicos respondem objetivamente pelos danos causados por seus agentes, podendo recorrer ao responsável em casos de dolo ou culpa. A responsabilidade civil objetiva exige: ocorrência do dano, ação ou omissão administrativa, nexo causal entre ambos e ausência de causa excludente. Entretanto, não é absoluta, podendo ser atenuada ou excluída em situações excepcionais, como caso fortuito, força maior ou culpa da própria vítima.

Até o mês de março de 2025, o Poder Judiciário do Rio Grande do Sul já contabilizava 8,4 mil ações em face de prefeituras e do Estado em decorrência dos danos sofridos pela grande enchente de 2024, que buscam a responsabilização do poder público e a consequente indenização. Os processos envolvem pretensões indenizatórias por danos materiais e morais, mas também versam sobre auxílios governamentais não recebidos (JACOBSEN, 2025).

A questão envolvendo enchentes e inundações, ocasionadas pelo avanço das águas dos rios sobre zonas urbanas e rurais, possui relação com a política habitacional dos governos, envolvendo tanto a União quanto os Estados e Municípios. É competência da União o planejamento e a promoção da defesa permanente contra calamidades públicas, principalmente secas e inundações, nos termos do art. 21, XVIII da Constituição Federal.

Os Municípios são responsáveis pela execução da política urbana, incluindo o parcelamento, uso e ocupação do solo, mapeamento de áreas sujeitas a inundações, realocação de populações em áreas de risco e medidas de drenagem. Essa responsabilidade é especialmente relevante no contexto de escoamento das águas pluviais em sua área.

A Lei Federal nº 12.608/12, que institui a Política Nacional de Proteção e Defesa Civil (BRASIL, 2012), estipula a necessidade de uma atuação articulada entre os governos das esferas municipais, estaduais e federais para a redução dos desastres, apoio aos atingidos e estímulo à prevenção. O artigo 2º, *caput*, da referida lei determina que a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios devem adotar as medidas necessárias para reduzir os riscos de acidentes ou desastres e o § 2º deixa explícito que a incerteza quanto ao risco de desastre não pode ser considerada um impedimento para a adoção das medidas preventivas e mitigadoras da situação de risco.

A Lei Federal supramencionada define a atuação dos entes federativos na defesa civil: o art. 6º atribui à União monitorar desastres, apoiar estados e municípios na identificação de riscos, manter sistemas de informação,

declarar emergências, emitir alertas, fomentar pesquisa e capacitação, produzir materiais educativos e repassar recursos via SUS para assistência à saúde física e mental. O art. 7º determina aos Estados mapear áreas de risco, identificar vulnerabilidades, apoiar a União, declarar emergências e auxiliar municípios em planos de contingência e alertas. O art. 8º prevê que os Municípios integrem a defesa civil ao planejamento local, fiscalizem áreas de risco, emitam alertas, organizem abrigos, distribuam suprimentos, promovam evacuações, capacitem profissionais e estimulem a participação social. Por fim, o art. 9º estabelece competência concorrente da União, Estados e Municípios para desenvolver cultura de prevenção, garantir segurança em escolas e hospitais, capacitar continuamente profissionais, fornecer dados ao sistema

TABORDA, G. e TABORDA, G. (2024) dissertam que, ao analisar os danos ambientais causados aos particulares em virtude dos eventos climáticos hidrológicos ocorridos no RS em 2024, é possível interpretar a participação do Estado, em que pese não seja condição suficiente, como necessária e juridicamente relevante como nexo ao dano. Sobre as excludentes de responsabilidade por caso fortuito e força maior, não há consenso doutrinário em suas definições. Caso fortuito pode ser considerado um evento completamente imprevisível por um evento natural ou ato humano, enquanto a força maior é um evento previsível, porém inevitável ou irreversível, como resultado de outra causa (TARTUCE, 2025).

Dentre as teses defensivas do poder público, quando demandado em pedido de indenização, estão tais excludentes. Para TARTUCE (2025, p. 319), "as enchentes podem ser tidas como caso fortuito ou força maior? Trata-se de uma boa questão, que envolve a atuação das procuradorias, principalmente municipais. Por uma questão lógica, cabe análise do local atingido pela enchente".

A ciência tem se posicionado no sentido de que eventos climáticos extremos, e que antes se repetiam de séculos em séculos, tendem a ocorrer com cada vez mais frequência (SIAS, 2025). Na impossibilidade de frear os efeitos das mudanças climáticas, é necessário que haja um novo planejamento das cidades, com adaptações ao clima atual e do futuro, para que a recorrência de eventos extremos não seja sinônimo da recorrência de fatalidades.

Cabe ao poder público o cumprimento das atribuições que lhe competem, não apenas atuando nas respostas aos desastres, mas na prevenção, fiscalização, planejamento, criação de políticas públicas e na proteção da população vulnerável, com ações coordenadas, baseadas em estudos científicos e com investimentos nas áreas de pesquisas que versam sobre o clima.

Dessa forma, constata-se que a responsabilidade do poder público diante de catástrofes climáticas está fundamentada não apenas na omissão ou falha na adoção de medidas preventivas, mas também na ineficiência na resposta emergencial e na reparação dos danos causados à população. A crescente judicialização de demandas relacionadas a eventos extremos evidencia a necessidade de políticas públicas eficazes para mitigação de riscos e promoção da justiça ambiental. É indispensável que os entes públicos, em suas diferentes esferas, atuem com diligência, planejamento e responsabilidade, assegurando a proteção dos direitos fundamentais das vítimas e a reconstrução das áreas atingidas.

A Constituição Federal de 1988, ao eleger a dignidade da pessoa humana como fundamento da República, impõe ao Estado o dever de assegurar condições mínimas de existência digna, inclusive em contextos de crise ambiental, e a atuação estatal deve ir além da reparação pós-catástrofe. A efetivação dos direitos humanos em contextos de emergência climática exige uma resposta estrutural do poder público, que articule planejamento urbano, proteção ambiental e inclusão social.

5 A ATUAÇÃO DAS UNIVERSIDADES NO ENFRENTAMENTO ÀS MUDANÇAS CLIMÁTICAS E SUAS CONSEQUÊNCIAS

Para além do levantamento dos papéis desempenhados pelo ACNUR e pelo poder público, há outra instituição que possui uma contribuição estratégica nas emergências climáticas por atuar junto à sociedade, conciliando ensino, pesquisa e extensão para promover resiliência e adaptações locais - a universidade.

A reitora da UFRGS, Márcia Barbosa, durante uma conferência científica que ocorreu no primeiro trimestre de 2025, em Porto Alegre, salientou que cientistas alertam há 10 anos sobre as excessivas chuvas previstas na região Sul do Brasil, lamentando a ocorrência do desastre pela ausência de preparo e realizou uma crítica ao mencionar que as universidades têm sido chamadas apenas quando já instalada a emergência (VELLEDA, 2025).

Carriero (2024) expõe que, com certa frequência, governos negligenciam o potencial das universidades como parceiras estratégicas no enfrentamento da crise climática. Universidades dispõem de laboratórios de ponta, pesquisadores qualificados, abordagem interdisciplinar e produzem conhecimentos robustos além de formar profissionais essenciais, como engenheiros ambientais e climatologistas.

Em atenção ao trabalho desempenhado por universidades no recente cenário pós-enchentes no Vale do Taquari, é possível mencionar diversas ações realizadas pela Univates, que desempenhou um papel ativo desde

as inundações de 2023. Em setembro de 2023, a Univates, em parceria com o Instituto de Pesquisas Hidráulicas da UFRGS, elaborou estimativas preliminares das áreas afetadas pelas águas nos dias 4 e 5, visando criar um mapa cidadão para subsidiar estudos científicos futuros (WENDT, 2023). Na enchente de novembro de 2023, a Univates usou drones para captar imagens das áreas afetadas no Vale do Taquari, auxiliando os municípios na elaboração de planos de restabelecimento com apoio das secretarias estaduais (WENDT, 2023). Após a inundação de maio de 2024, a Univates firmou contrato com o Governo do RS para apoiar tecnicamente a revisão dos planos diretores de sete municípios do Vale do Taquari (NISSEN, 2024).

O Governo do RS, em parceria com universidades comunitárias, mapeou áreas afetadas por enchentes e deslizamentos em 95 municípios, usando drones para cobrir mais de 13 milhões de m² e validando 17 mil laudos técnicos de residências, além de analisar pontes e vias (WENDT, 2024).

Em novembro de 2024, a revista *Nature* reconheceu a Univates pelo trabalho pós-catástrofes climáticas, destacando suas estratégias para prevenir traumas físicos e emocionais de longo prazo nas comunidades afetadas, com entrevistas de professoras e mestranda envolvidas nas ações (WENDT, 2024). Em maio de 2025, a Univates sediou o I Seminário Previne Taquari-Antas, reunindo entidades, especialistas e pesquisadores para discutir desafios e estratégias de redução de riscos relacionados às mudanças climáticas, um ano após a inundação de maio de 2024 (NISSEN, 2024).

Diante do exposto, é possível verificar que as universidades possuem e desempenham papel crucial na prevenção, resposta e reconstrução diante dos efeitos das mudanças climáticas. Para consolidar essas contribuições, os governos devem valorizar a ciência, investir em pesquisas e integrar os conhecimentos universitários na formulação de políticas públicas voltadas à justiça climática e à proteção da dignidade humana.

6 A EFICÁCIA DA ASSISTÊNCIA HUMANITÁRIA E O PRINCÍPIO DA DIGNIDADE HUMANA EM SITUAÇÕES DE EMERGÊNCIA

A eficácia da assistência humanitária, no presente estudo de caso, precisa ser analisada à luz da sua capacidade de assegurar o princípio da dignidade humana, principalmente em contextos de grandes vulnerabilidades. Tal princípio possui previsão constitucional no art 1º, III da Constituição Federal e pode ser considerado um eixo da DUDH. Assim sendo, há a necessidade de que as pessoas atingidas por catástrofes climáticas tenham acesso a um tratamento digno, com respeito e reconhecimento como sujeitos de direitos.

De acordo com os dados levantados nesta pesquisa, a resposta humanitária às inundações ocorridas no mês de maio de 2024 no RS demonstrou desafios concretos à observância desse princípio.

Verificou-se que refugiados e migrantes, além das perdas materiais, enfrentaram obstáculos no acesso à informação segura, recursos básicos e, em alguns casos, foram, inclusive, alvo de xenofobia e discriminações em abrigos emergenciais. Situações como essas revelam que a assistência humanitária, para que tenha a sua eficácia garantida, precisa ir além da provisão material emergencial, mas abranger o respeito à diversidade, a proteção das crianças e o enfrentamento a todo e qualquer tipo de preconceito.

A eficácia dessas ações está correlacionada à coordenação entre diferentes atores envolvidos. Essa articulação é essencial para garantir uma resposta ágil, adequada e inclusiva, que considere as especificidades culturais, sociais e econômicas das comunidades impactadas. No caso em análise, a atuação entre o ACNUR e demais agências apresentou avanços na promoção do diálogo interinstitucional, entretanto, ainda existem lacunas que podem comprometer a perpetuação e qualidade do suporte prestado, mormente na fase pós-emergência, em que o restabelecimento da dignidade das pessoas atingidas pelas enchentes necessita de ações integradas.

A ausência de planejamento governamental de médio e longo prazo compromete a eficácia do atendimento prestado. Ações desarticuladas entre os entes federativos e a falta de recursos contínuos tornam a assistência instável e, por vezes, insuficiente. Para garantir a dignidade de forma efetiva, a resposta humanitária deve estar inserida em uma política pública mais ampla de reconstrução e resiliência, com cronogramas bem definidos e mecanismos de fiscalização. Sem isso, corre-se o risco de transformar o atendimento emergencial em medidas paliativas, incapazes de assegurar o retorno digno das famílias às suas rotinas.

A recorrência de desastres no RS demonstra que a atuação humanitária não pode se restringir a respostas emergenciais pontuais, mas deve estar articulada com políticas de prevenção, adaptação e mitigação dos impactos climáticos. Isso inclui investimentos em sistemas de alerta, infraestrutura resiliente e educação ambiental, bem como o fortalecimento da proteção a grupos em situação de vulnerabilidade.

Outro aspecto fundamental que influencia a proficuidade da assistência humanitária diz respeito à capacidade de escuta ativa e respeito aos saberes locais. Dos depoimentos colhidos ao longo da pesquisa, no contexto da enchente de maio de 2024, ficou evidente que muitas das soluções mais eficazes surgiram da articulação entre os próprios afetados que, ao assumirem funções de liderança comunitária, conseguiram organizar demandas e promover respostas mais sensíveis às necessidades reais.

Essa participação direta da população atingida na construção das respostas humanitárias reforça o caráter emancipatório da assistência, que visa devolver a autonomia aos assistidos, e reafirma o princípio da dignidade humana, pois reconhece as vítimas não apenas como receptoras de ajuda, mas como protagonistas na reconstrução de suas vidas. O fortalecimento da escuta e da corresponsabilidade entre os diferentes agentes envolvidos é, portanto, um requisito para o sucesso de qualquer política pública emergencial.

Além disso, a experiência relatada pelos agentes públicos entrevistados demonstra que a presença de uma rede de apoio interinstitucional contribuiu significativamente no momento de crise. A dignidade humana em crises vai além do atendimento às necessidades básicas, envolvendo o fortalecimento da autonomia, resiliência e direitos fundamentais das pessoas afetadas. Políticas públicas e ações humanitárias que promovam inclusão social, educação e saúde mental são essenciais para superar impactos traumáticos, tornando a garantia da dignidade um compromisso contínuo e multidimensional que contribui para uma sociedade mais justa e solidária.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Tendo como pano de fundo um dos eventos climáticos mais severos da recente história do Brasil, este trabalho buscou analisar seus efeitos sob a ótica dos direitos humanos em situações de emergência climática. Buscou-se compreender de que forma o ACNUR, mesmo sendo originalmente voltado à proteção de refugiados em contextos de perseguição e conflito, passou a atuar de maneira efetiva em situações de deslocamento interno causado por eventos climáticos extremos e como se deu sua atuação junto a outros atores.

Ao revisitar a trajetória da pesquisa, percebe-se que a crise climática deflagrou uma crise humanitária de proporções inéditas, demandando uma resposta rápida e multissetorial. A atuação de um ator internacional, como o ACNUR, com sua vasta experiência em crises de deslocamento forçado, foi de grande valia na resposta às enchentes. No decorrer do estudo, foi possível perceber que a atuação da agência contribuiu para mitigar os impactos da tragédia, especialmente em relação às populações em situação de extrema vulnerabilidade, como migrantes e refugiados.

Foram identificadas ações relevantes como a distribuição de itens de necessidade básica, apoio à estruturação de abrigos e articulação com outros atores humanitários, mas também se verificaram limitações logísticas e institucionais que prejudicaram a plena efetividade da resposta, exigindo maior articulação interinstitucional e preparo antecipado para eventos

climáticos extremos. Ficou evidenciado que, embora a atuação humanitária tenha sido relevante, ainda há muito a avançar na integração entre os órgãos nacionais e internacionais em situações de calamidade.

A garantia da dignidade humana durante o pico da crise foi um ponto central de reflexão. A pesquisa apurou que a superlotação dos abrigos, a escassez de recursos e a própria natureza caótica da emergência impuseram desafios significativos à manutenção da privacidade, do conforto psicossocial e da autonomia dos desabrigados. Casos de violações, ainda que não generalizados, reforçam a importância de incorporar a perspectiva dos direitos humanos em todas as fases do planejamento e da execução da resposta a desastres.

A análise dos dados empíricos e documentais revelou a importância da articulação com o poder público local e organizações da sociedade civil, mas também evidenciou fragilidades na resposta institucional, como a ausência de protocolos específicos, denúncias de xenofobia em abrigos e demais dificuldades enfrentadas pelas vítimas.

Ao tratar da responsabilidade do poder público diante de catástrofes climáticas, foi possível perceber que o Estado, em suas diferentes esferas, ainda apresenta fragilidades de planejamento preventivo e na coordenação de ações em larga escala, mesmo diante de sucessivos alertas sobre o agravamento das mudanças climáticas. A ausência de políticas públicas estruturadas, a lentidão na reconstrução e a negligência no atendimento a populações mais vulneráveis evidenciam a urgência da responsabilização estatal e da implementação de estratégias de adaptação resiliente.

Foi possível verificar a relevância do papel fundamental das universidades em contextos emergenciais, ao reunir ensino, pesquisa e extensão na promoção de soluções locais e sustentáveis. A articulação do conhecimento acadêmico com a prática social mostrou-se indispensável para a construção de respostas eficientes e justas, capazes de mitigar danos e fortalecer a cidadania climática, além de produzir conhecimento para subsidiar a tomada de decisão dos gestores públicos.

Conclui-se que remanesce a necessidade de fortalecer políticas públicas preventivas e inclusivas, bem como a construção de mecanismos jurídicos que garantam a proteção efetiva da dignidade humana em contextos de emergência ambiental. A proteção internacional deve se expandir para abranger, de forma mais clara, as emergências decorrentes da crise climática, exigindo do Estado brasileiro o fortalecimento de sua capacidade de resposta, bem como a adoção de protocolos que garantam os direitos fundamentais de todas as pessoas atingidas.

As inundações de maio de 2024 foram um marco trágico, mas também um catalisador de transformações. A resposta à emergência reafirmou que a proteção dos direitos humanos é um alicerce sobre o qual qualquer esforço

de reconstrução justa e sustentável deve ser edificado. Enfrentar a nova realidade das emergências climáticas exige não apenas infraestrutura, mas uma governança humanizada, colaborativa e firmemente comprometida com a dignidade de cada pessoa.

NOTA

[1] Região localizada no centro do Rio Grande do Sul, banhada pelo Rio Taquari e é formada por 36 municípios.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALTO COMISSARIADO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA OS REFUGIADOS - ACNUR. Mudanças climáticas e deslocamento. **ACNUR.** Disponível em: https://www.acnur.org/br/o-que-fazemos/temas-espec%C3%ADficos/mudan%C3%A7as-clim%C3%A1ticas-e-deslocamento. Acesso em: 14 nov. 2025.

_____ . BEIERSDORF apoia população de Porto Alegre e região por meio do ACNUR. **ACNUR**, 10 jun. 2024. Disponível em: https://www.acnur.org/br/noticias/notas-informativas/beiersdorf-apoia-populacao-de-porto-ale gre-e-regiao-por-meio-do-acnur. Acesso em: 03 jun. 2025.

_____ . ACNUR apoia a resposta do Brasil às devastadoras inundações no Rio Grande do Sul. **ACNUR**, 10 mai. 2024. Disponível em: <https://www.acnur.org/br/noticias/comunicados-imprensa/acnur-apoia-resposta-do-brasil-devastadoras-inundacoes-no-rio-grande >. Acesso em: 29 set. 2024.

_____ . ACNUR continua no RS em apoio a refugiados e brasileiros afetados pelas enchentes. **ACNUR**, 04 set. 2024. Disponível em: <https://www.acnur.org/br/noticias/notas-informativas/acnur-continua-no-rs-em-apoio-refugiados-e-brasileiros-afetados-pelas >. Acesso em: 04 jun. 2024.

_____ . Com apoio do ACNUR, Governo do RS inaugura primeiro centro humanitário de acolhimento. **ACNUR**, 04 jul. 2024. Disponível em: https://www.acnur.org/portugues/2024/07/04/com-apoio-do-acnur-governo-do-rs-inaugura-pri meiro-centro-humanitario-de-acolhimento/. Acesso em: 29 set. 2024.

_____ . Com foco no RS, Ministério dos Direitos Humanos e ONU promovem ações de garantia de direitos das pessoas apátridas, migrantes e refugiadas. **ACNUR**, 01 jul. 2024. Disponível em: https://www.acnur.org/portugues/2024/07/01/com-foco-no-rs-ministerio-dos-direitos-humanos-e-onu-promovem-acoes-de-garantia-de-direitos-das-pessoas-apatridas-migrantes-e-refugiadas /. Acesso em: 29 set. 2024.

_____ . ACNUR e Governo do Rio Grande do Sul assinam acordo para colaboração em emergências. **ACNUR**, 15 out. 2024. Disponível em: https://www.acnur.org/br/noticias/comunicados-imprensa/acnur-e-governo-do-rio-grande-do-sul-assinam-acordo-para-colaboracao. Acesso em: 22 jun. 2025.

_____ . ACNUR, Governo do Rio Grande do Sul e Ministério Público iniciam parceria para apoiar pessoas afetadas por enchentes no estado. **ACNUR**, 15 out. 2024. Disponível em: https://www.acnur.org/br/noticias/comunicados-imprensa/acnur-governo-do-rio-grande-do-sul -e-ministerio-publico-iniciam. Acesso em: 22 nov. 2024.

_____ . Emergência no Rio Grande do Sul, Brasil. 2024. **ACNUR** out. 2024. Disponível em: https://www.acnur.org/portugues/emergencias/rio-grande-do-sul-brasil/. Acesso em: 29 set. 2024.

_____ . Não acabou: um ano após a maior tragédia climática do Brasil, ACNUR segue no RS. **ACNUR**, 30 abr. 2025. Disponível em: https://www.acnur.org/br/noticias/historias/nao-acabou-um-ano-apos-maior-tragedia-climatica -do-brasil-acnur-segue-no-rs. Acesso em: 03 jun. 2025.

_____ . Governo Federal, LATAM e ACNUR começam a trazer para o Brasil 200 casas modulares em esforço para ajuda humanitária ao Rio Grande do Sul. **ACNUR**, 28 mai. 2024. Disponível em: https://www.acnur.org/portugues/2024/05/28/governo-federal-latam-e-acnur-comecam-a-traze r-para-o-brasil-200-casas-modulares-em-esforco-para-ajuda-humanitaria-ao-rio-grande-do-sul /. Acesso em: 29 set. 2024.

_____ . GERDAU, Gerando Falcões e ACNUR se unem em prol das pessoas atingidas pelo maior desastre climático do Rio Grande do Sul. **ACNUR**, 03 jul. 2024. Disponível em: https://www.acnur.org/br/noticias/notas-informativas/gerdau-gerando-falcoes-e-acnur-se-une m-em-prol-dos-atingidos-pelo-maior. Acesso em: 02 mai. de 2025.

_____ . Resposta às enchentes no Rio Grande do Sul. Porto Alegre: Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados, 2024. **ACNUR**, 14 jun 2024. Disponível em: https://www.acnur.org/br/media/resposta-enchentes-no-rio-grande-do-sul-14-de-junho-de-202 4. Acesso em: 04 jun 2025.

_____ . Resposta às enchentes no Rio Grande do Sul. Porto Alegre: Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados, 2024. **ACNUR**, 08 jul 2024. Disponível em: https://www.acnur.org/br/media/resposta-enchentes-no-rio-grande-do-sul-8-de-julho-de-2024. Acesso em: 04 jun 2025.

_____ . Resposta às enchentes no Rio Grande do Sul. Porto Alegre: Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados, 2024. **ACNUR**, 22 jul 2024. Disponível em: https://www.acnur.org/br/media/resposta-enchentes-no-rio-grande-do-sul-22-de-julho-de-2024 . Acesso em: 04 jun 2025

_____ . Saiba como o ACNUR está ajudando brasileiros e refugiados em meio à catástrofe no Rio Grande do Sul. **ACNUR**, 15 mai. 2024. Disponível em: https://www.acnur.org/portugues/2024/05/15/saiba-como-o-acnur-esta-ajudando-brasileiros-erefugiados-em-meio-a-catastrofe-no-rio-grande-do-sul/. Acesso em: 29 set. 2024.

_____ . Resposta às enchentes no Rio Grande do Sul. Porto Alegre: Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados, 2024. **ACNUR**, 06 ago 2024. Disponível em: https://www.acnur.org/br/media/resposta-enchentes-no-rio-grande-do-sul-6-de-agosto-de-202 4. Acesso em: 04 jun 2025

ALVES, Tatiane. Haitianos e venezuelanos denunciam xenofobia nos abrigos do RS. **Agência Brasil**, 15 mai. 2024. Disponível em: https://agenciabrasil.ebc.com.br/radioagencia-nacional/geral/audio/2024-05/haitianos-e-venezuelanos-denunciam-xenofobia-nos-abrigos-do-rs. Acesso em: 01 mai. 2025.

ARAÚJO, Rafaela e OLIVEIRA, Giovana. Refugiados enfrentam novo deslocamento forçado e mais perdas após enchentes no RS. **Folha de São Paulo**, 18 jan. 2025. Disponível em: https://www1.folha.uol.com.br/ambiente/2025/01/refugiados-enfrentam-novo-deslocamento-f orcado-e-mais-perdas-apos-enchentes-no-rs.shtml. Acesso em: 01 mai. 2025.

BARRA, Helena e CAMBRAIA, Duda. Enchentes no Rio Grande do Sul: lista de desaparecidos é atualizada. **CNN Brasil,** São Paulo, 24 abr. 2025. Disponível em: https://www.cnnbrasil.com.br/nacional/sul/rs/enchentes-no-rio-grande-do-sul-lista-de-desapar ecidos-e-atualizada/. Acesso em: 01 mai. 2025.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm. Acesso em: 17 set. 2024.

BRASIL. **Lei Nº 12.608, de 10 de abril de 2012**. Brasília, DF. Disponível em https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12608.htm. Acesso em: 23 jun. 2025.

CARRIERO, Alessandra Prates Barreras. A exclusão das universidades no enfrentamento das mudanças climáticas: um erro estratégico. **UFRGS**, 17 mai. 2025. Disponível em: https://www.ufrgs.br/site/noticias/a-exclusao-das-universidades-no-enfrentamento-das-mudan cas-climaticas-um-erro-estrategico/. Acesso em 13 ago. 2025.

COSTA, Gabriel. Destruída durante enchente de 2024, ponte que liga Lajeado a Arroio do Meio pela ERS-130 é reconstruída no RS. **G1RS**, 10 abr. 2025. Disponível em: https://g1.globo.com/rs/rio-grande-do-sul/noticia/2025/04/10/destruida-durante-enchente-de-2 024-ponte-que-liga-lajeado-a-arroio-do-meio-pela-ers-130-e-reconstruida-no-rs.ghtml. Acesso em: 02 jun. 2025.

JACOBSEN, Gabriel. Justiça do RS soma 8,4 mil processos contra prefeituras e Estado em razão de danos causados pela enchente. **GZH**, 18 mar. 2025. Disponível em: https://gauchazh.clicrbs.com.br/geral/noticia/2025/03/justica-do-rs-soma-84-mil-processos-co ntra-prefeituras-e-governo-do-estado-em-razao-de-danos-sofridos-pela-enchente-cm8eg9dl00 0c10144hin5p1od.html. Acesso em: 22 jun. 2025.

MORAES, Sofia Royer; COLLISCHONN, Walter; BUFFON, Franco Turco; ECKHARDT, Rafael Rodrigo. **Revisão e consolidação da série histórica dos níveis das cheias do rio Taquari em Lajeado de 1939 a 2023.** Porto Alegre, 2024. Nota técnica. Disponível em: www.bibliotecadigital.ufrgs.br/da.php?nrb=001199403&loc=2024&l=7818d897802ef3c6.

MORAES, Alexandre de. **Direito Constitucional** - 41ª Edição 2025. 41. ed. Rio de Janeiro: Atlas, 2025. E-book. p.1. ISBN 9786559777143. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786559777143/. Acesso em: 02 abr. 2025.

MUNHOZ, Fábio. Chuvas no RS: quase 95% das cidades gaúchas foram afetadas; veja lista. **CNN Brasil**, São Paulo, 07 mai. 2024. Disponível em: https://www.cnnbrasil.com.br/nacional/chuvas-no-rs-quase-80-das-cidades-gauchas-foram-afe tadas-veja-lista/. Acesso em: 23 nov. 2024.

NISSEN, Natalia. Seminário Previne. Taquari-Antas discute desafios e estratégias para lidar com eventos climáticos extremos. **Univates**, 30 mai. 2025. Disponível em: https://www.univates.br/noticia/36507-seminario-previne-taquari-antas-discute-desafios-e-estr ategias-para-lidar-com-eventos-climaticos-extremos. Acesso em: 23 jun. 2025.

NISSEN, Natalia. Univates e governo do estado assinam termo de cooperação para amparo à população atingida pelas enchentes. **Univates**, 21 jun. 2024. Disponível em: https://www.univates.br/noticia/35232-univates-e-governo-do-estado-assinam-termo-de-coope racao-para-amparo-a-populacao-atingida-pelas-enchentes. Acesso em: 23 jun. 2025.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS – ONU. **Carta das Nações Unidas, 1945.** Disponível em: https://brasil.un.org/pt-br/91220-carta-das-na%C3%A7%C3%B5es-unidas. Acesso em: 24 jun. 2025.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS – ONU. **Declaração Universal dos Direitos Humanos, 1948.** Disponível em: https://www.unicef.org/brazil/declaracao-universal-dos-direitos-humanos. Acesso em: 21 nov. 2024.

PÉRTILE, Michelle; GRIGUOL, Ana Júlia; ELY, Maria Eduarda. Um ano após a primeira enchente no Vale do Taquari: desafios e avanços. **G1**, 4 set. 2024. Disponível em: https://g1.globo.com/rs/rio-grande-do-sul/noticia/2024/09/04/um-ano-primeira-enchente-valedo-taquari.ghtml. Acesso em: 21 nov. 2024.

RAMOS, André de Carvalho; RODRIGUES, Gilberto; ALMEIDA, Guilherme Assis de (org.). **70 Anos da Convenção relativa ao Estatuto dos Refugiados - (1951-2021):** perspectivas de futuro. Brasília: ACNUR Brasil, 2021**.** Disponível em: https://dspace.almg.gov.br/bitstream/11037/45231/1/22_70%20anos%20da%20Conven%C3% A7%C3%A3o%20relativa%20ao%20Estatuto%20dos%20Refugiados.pdf. Acesso em: 14 nov. 2025.

RIO GRANDE DO SUL. Decreto nº 57.197, de 15 de setembro de 2023. Declara estado de calamidade pública nos municípios do Estado do Rio Grande do Sul afetados pelos eventos climáticos de chuvas intensas, ocorridos no período de 3 a 6 de setembro de 2023. **Diário Oficial do Estado do Rio Grande do Sul**, Porto Alegre, ano 80, nº 178, p. 1-2, 15 set. 2023. Disponível em: [Link do local de acesso]. Acesso em: 21 nov. 2024.

RIO GRANDE DO SUL. Decreto nº 57.646, de 30 de maio de 2024. Altera o Decreto nº 57.600, de 4 de maio de 2024, que reitera o estado de calamidade pública no território do Estado do Rio Grande do Sul afetado pelos eventos climáticos de chuvas intensas, COBRADE 1.3.2.1.4, que ocorrem no período de 24 de abril ao mês de maio de 2024, e especifica os Municípios atingidos. **Diário Oficial do Estado do Rio Grande do Sul**, Porto Alegre, ano 81, nº 107, 2ª edição, 30 maio 2024. Disponível em: https://www.diariooficial.rs.gov.br/materia?id=1002017. Acesso em: 03 mai. 2025.

RIO GRANDE DO SUL. **Relatório Sisperdas:** evento enchentes em maio de 2024. Porto Alegre: Governo do Estado do Rio Grande do Sul, 2024. Disponível em: https://www.estado.rs.gov.br/upload/arquivos/202406/relatorio-sisperdas-evento-enchentes-e m-maio-2024.pdf. Acesso em: 24 set. 2024.

RIO Taquari tem a maior cheia da história em Estrela (RS), com nível acima de 32 m. 02 mai. 2024. Disponível em: https://blogacritica.blogspot.com/2024/05/rio-taquari-tem-maior-cheia-da-historia.html Acesso em: 21 nov. 2024.

RUCKERT, Aldomar Arnaldo et. al. A tragédia climática no Rio Grande do Sul em 2024. Anotações sobre uma catástrofe anunciada. **Geografares**, v. 4, n. 39, Vitória, Brasil, 2024. Disponível em: https://periodicos.ufes.br/geografares/article/view/46646. Acesso em: 13 ago. 2025.

SIAS, Estaniel. Quando ocorrerá a próxima grande enchente? **Metsul**, 27 abr. 2025. Disponível em: https://metsul.com/quando-acontecera-a-proxima-grande-enchente/. Acesso em: 26 jun. 2025.

TARTUCE, Flávio. **Responsabilidade civil.** - 6ª Edição 2024. 6. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2024. E-book. p.269. ISBN 9788530995492. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788530995492/. Acesso em: 13 ago. 2025.

UNITED NATIONS HIGH COMMISSIONER FOR REFUGEES - UNHCR. **Climate change and disaster displacement**: an overview of UNHCR's role. Geneva: UNHCR**, 2017**. Disponível em: https://www.unhcr.org/sites/default/files/legacy-pdf/5975e6cf7.pdf . Acesso em: 14 nov. 2025.

VELLEDA, Luciano. Pesquisas de universidades do RS apontam caminhos para o enfrentamento da crise climática. **Brasil de Fato**, 17 mar. 2025. Disponível em: https://www.brasildefato.com.br/2025/03/17/pesquisas-de-universidades-do-rs-apontam-cami nhos-para-o-enfrentamento-da-crise-climatica/. Acesso em: 23 jun. 2025.

WEIZENMANN, Jamile Maria da Silva et al. **A cidade e a água:** vivências do Semeia EMAU no enfrentamento dos eventos climáticos de 2024: a cheia que atingiu o estado do Rio Grande do Sul e os desafios frente à reconstrução de moradias. Lajeado: Editora Univates, 2024. Disponível em: www.univates.br/editora-univates/publicacao/434. Acesso em: 24 jun. 2025.

WENDT, Lucas George. Universidades mobilizam a comunidade para mapear os impactos da enchente no Rio Taquari. **Univates**, 19 set. 2023. Disponível em: https://www.univates.br/noticia/34237-universidades-mobilizam-a-comunidade-para-mapearos-impactos-da-enchente-no-rio-taquari. Acesso em: 23 jun. 2025.

_____ . Univates analisa imagens captadas por drones para identificação de áreas afetadas pelas enchentes no Vale do Taquari. **Univates**, 07 nov. 2023. Disponível em: https://www.univates.br/noticia/34471-univates-analisa-imagens-captadas-por-drones-para-ide ntificacao-de-areas-afetadas-pelas-enchentes-no-vale-do-taquari. Acesso em: 23 jun. 2025.

_____ . Univates entrega mapeamento de conjuntos habitacionais e validação de laudos técnicos do Governo do Estado. **Univates**, 26 jul 2024. Disponível em: https://www.univates.com.br/noticia/35338-univates-entrega-mapeamento-de-conjuntos-habit acionais-e-validacao-de-laudos-tecnicos-do-governo-do-estado. Acesso em: 23 jun. 2025.

_____ . Trabalho da Univates sobre as cheias na região do Vale do Taquari é destaque na revista Nature. **Univates**, 04 nov. 2024. Disponível em: https://www.univates.br/noticia/35756-trabalho-da-univates-sobre-as-cheias-na-regiao-do-vale -do-taquari-e-destaque-na-revista-nature. Acesso em: 23 jun. 2025.

RESUMO

O artigo procura compreender a atuação de atores, como o Alto Comissariado das Nações Unidas (ACNUR), o poder público, universidades e empresas nas inundações ocorridas em maio de 2024 no Rio Grande do Sul (RS), sob a ótica da proteção dos direitos humanos (DH) em situações e contextos de emergência climática. Partiu-se do levantamento de quais práticas foram adotadas pelos órgãos da ONU, em especial o ACNUR, para garantir uma resposta humanitária adequada e como elas se relacionam com a atuação de organizações públicas e privadas. Os objetivos consistem em examinar o papel da agência na prestação da assistência humanitária e na proteção aos DH em contextos de emergência climática; analisar essa atuação à luz da Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948 e da Constituição Federal de 1988; e mapear as ações específicas realizadas pelos atores supracitados. Trata-se de estudo exploratório, com metodologia qualitativa baseada em pesquisa bibliográfica e documental; análise de relatórios oficiais e documentos produzidos por organismos nacionais e internacionais sobre as referidas inundações; realização de entrevistas com agentes públicos, almejando analisar como se deu a implementação de políticas públicas em conjunto com as ações do ACNUR. Conclui-se que, embora a atuação do ACNUR tenha sido relevante na proteção de populações vulneráveis, são necessários avanços e uma sinergia com o poder público naquilo que lhe cabe.

Palavras-chave: Emergência climática; Refugiados ambientais; Justiça climática.

ABSTRACT

The article seeks to understand the role of actors, such as the United Nations High Commissioner for Refugees (UNHCR), public authorities, universities, and corporations, during the May 2024 floods in Rio Grande do Sul (RS), through the lens of human rights (HR) protection in climate emergency situations and contexts. It began by surveying the practices adopted by UN agencies, particularly UNHCR, to ensure an adequate humanitarian response and how they relate to the actions of public and private organizations. The objectives consist of examining the agency's role in providing humanitarian assistance and protecting HR in climate emergency contexts; analyzing these actions in light of the 1948 Universal Declaration of Human Rights and the 1988 Federal Constitution; and mapping the specific actions carried out by the aforementioned actors. This is an exploratory study utilizing a qualitative methodology based on bibliographic and documentary research; an analysis of official reports and documents produced by national and international organizations regarding the floods; and interviews with public officials, aiming to analyze how the implementation of public policies occurred alongside UNHCR actions. It concludes that while UNHCR's performance was relevant in protecting vulnerable populations, advancements and synergy with public authorities in their respective areas are necessary.

Keywords: Climate emergency; Environmental refugees; Environmental justice.

Para além dos números: a importância da coleta de dados qualitativos de populações atingidas por desastres

Beyond the numbers: the importance of collecting qualitative data from populations affected by disasters

Marina Zwetsch Baldez[*]

1 INTRODUÇÃO

Este trabalho representa a primeira parte de um esforço investigativo, configurando-se como uma tentativa inicial de sistematização acerca do tema. O objetivo não é esgotar a complexidade da discussão, mas, sim, levantar questionamentos, identificar lacunas e propor caminhos possíveis para o aprimoramento das práticas de coleta e gestão de dados. Assim, busca-se oferecer subsídios, para que futuras pesquisas possam aprofundar a análise e contribuir para a construção de protocolos mais robustos, éticos e inclusivos.

As mudanças climáticas têm intensificado a frequência e a gravidade de desastres ambientais em todo o mundo. Inundações, tempestades, secas, ondas de calor deixaram de ser eventos isolados para se tornar fenômenos recorrentes, expondo populações vulnerabilizadas e ampliando desigualdades preexistentes. Nesse contexto de eventos cada vez mais frequentes e severos, compreender os desastres apenas por seus impactos imediatos ou por números torna-se insuficiente: é preciso olhar para as experiências, percepções e necessidades das pessoas afetadas, que carregam histórias, saberes e características distintas.

* Pós-graduação em Design de Serviços e de Interação pela UNISINOS. Cursa Relações Internacionais na Uniritter. Atua na interseção entre design estratégico, educação, tecnologia, comunicação e inovação social, combinando criatividade e metodologias assertivas para desenvolver soluções sustentáveis, colaborativas e de impacto positivo. É fundadora da Lucia ICD, Inteligência Criativa para Desastres, e voluntária na RESAMA, Rede Sul-Americana para Migrações Ambientais. Contato: marinazwetsch@gmail.com

Historicamente, as avaliações de impacto e a identificação de necessidades em situações de emergência têm se apoiado principalmente em indicadores quantitativos, como número de vítimas fatais, feridos, desaparecidos, desabrigados e desalojados, além dos impactos sobre serviços essenciais e dos prejuízos materiais e econômicos. Embora esses dados sejam fundamentais para dimensionar a gravidade e a extensão dos danos, a dependência exclusiva de medidas numéricas limita a compreensão de aspectos subjetivos e contextuais, falhando em capturar integralmente as experiências vividas pelas comunidades afetadas, suas percepções de risco e as dinâmicas sociais que influenciam sua capacidade de resposta.

Um desastre pode ser entendido como um evento geralmente súbito e inesperado, que provoca mudanças significativas nos elementos expostos, manifestadas na perda de vidas, saúde, bens comunitários ou em impactos severos sobre o meio ambiente (CARDONA, 1993). Contudo, o risco em situações de desastre não se resume à ocorrência de fenômenos naturais: ele emerge da interação entre esses eventos e a vulnerabilidade social, econômica e ambiental das populações. Trata-se de um processo dinâmico e multidimensional, construído ao longo do tempo. Essa vulnerabilidade é complexa, moldada por múltiplos fatores que se combinam de maneiras diferentes em cada comunidade e contexto. Desse modo, o risco não é natural, mas resultado de uma longa cadeia de vulnerabilização das populações expostas aos fenômenos — esses, sim, naturais. (ALEXANDER, 2011; WILCHES-CHAUX, 1993; CUTTER, 2003; MARANDOLA JR.; HOGAN, 2004).

Essa perspectiva leva a uma questão central: quem são as pessoas por trás dos números? Cada estatística esconde realidades distintas, e compreender os desastres exige ir além dos indicadores tradicionais, incorporando as dimensões sociais e contextuais que determinam como cada comunidade vivencia e enfrenta tais eventos.

2 QUEM SÃO AS PESSOAS POR TRÁS DOS NÚMEROS?

> *"Os homens fazem a sua própria história; contudo, não a fazem de livre e espontânea vontade, pois não são eles quem escolhem as circunstâncias sob as quais ela é feita, mas estas lhes foram transmitidas assim como se encontram."*
> *(MARX, 2011, p. 25-26).*

Ao analisar quem está por trás dos números, percebe-se que as populações mais impactadas costumam entrecruzar identidades de grupos historicamente marginalizados, como gênero, raça, idade, condição de saúde, deficiência, classe social ou status migratório. Isso significa que a

relação entre risco e vulnerabilidade em situações de emergência não é homogênea, mas diretamente ligada à posição social de cada indivíduo. Mulheres negras em áreas periféricas, mães solo com filhos pequenos, pessoas com deficiência, idosos em comunidades com pouca infraestrutura, comunidades tradicionais, pessoas em situação de rua ou migrantes sem documentação, por exemplo, enfrentam barreiras adicionais de acesso a recursos e proteção. A interseccionalidade mostra que não se trata apenas da soma de desigualdades, mas de como essas dimensões se cruzam e geram novas formas de exclusão. Por isso, respostas a emergências e desastres precisam ser pensadas a partir desse olhar, sob risco de reproduzir e até ampliar injustiças já existentes.

Essa vulnerabilidade interseccional se reflete em dados internacionais. Segundo a Agência das Nações Unidas (2017), mulheres e meninas têm menos probabilidade de sobreviver em tragédias causadas por fenômenos naturais. O tsunami que atingiu a região do Oceano Índico em 2004 ilustra isso: 77% das vítimas fatais na Indonésia eram mulheres e crianças. Em outro relatório, a ONU Mulheres (2024a) reforça que a crise climática não é "neutra em termos de gênero". O relatório Gender Snapshot 2024 aponta que, até 2050, as mudanças climáticas podem resultar em até 158 milhões de mulheres e meninas em situação de pobreza — 16 milhões a mais do que o total estimado para homens e meninos. Mesmo hoje (2025), 47,8 milhões de mulheres a mais enfrentam insegurança alimentar e fome em comparação aos homens. Além disso, um estudo destacou, um aumento de 28% nos feminicídios durante ondas de calor. Sem medidas urgentes, estima-se que, até o final do século, as mudanças climáticas possam estar associadas a um em cada dez casos de violência doméstica. Esses impactos se intensificam sobretudo em comunidades onde as mulheres já enfrentam desigualdades arraigadas. (ONU MULHERES, 2024a; ONU MULHERES, 2024b).

O furacão Katrina, em 2005, evidenciou disparidades raciais e socioeconômicas nos Estados Unidos da América (EUA), especialmente em Nova Orleans e na região da Costa do Golfo. Nas áreas mais atingidas, 46% da população era negra e 21% viviam em situação de pobreza, enquanto, as menos afetadas, os índices eram de 26% e 15%, respectivamente. Em Nova Orleans, 84% das pessoas desaparecidas eram negras, e a mortalidade de adultos negros foi até quatro vezes maior do que a de adultos brancos (CAMBRIDGE UNIVERSITY PRESS, 2005; CLIMATE SIGNALS, 2005).

As consequências ultrapassaram a sobrevivência imediata, atingindo emprego, saúde e bem-estar psicológico. Trabalhadores negros tinham 3,8 vezes mais chances de perder seus empregos do que trabalhadores brancos, e aqueles de famílias com menor renda enfrentaram quase o dobro de probabilidade de desemprego em relação a negros de famílias mais

ricas. Cinco anos após a tragédia, a reportagem “Em 5 anos, Nova Orleans renasce branca” de Andrea Murta (2010) destaca que o legado do Katrina foi também político: a população negra, forçada a deixar bairros devastados, perdeu espaço de representação, em um processo descrito por estudiosos e moradores como deliberado.

> A tragédia do furacão Katrina em Nova Orleans completa cinco anos neste mês com um legado que vai muito além das casas ainda destruídas da cidade: o equilíbrio de poder foi totalmente realinhado, a clivagem racial, aprofundada. A maioria negra, que sofreu retirada forçada durante a enchente ocorrida após o furacão, viu sua dominância sobre a política das últimas décadas ir se esvaindo até que praticamente todos os órgãos eletivos locais ‘embranqueceram’. (...) Moradores e estudiosos afirmam que a virada é resultado de um esforço deliberado. O primeiro plano de reconstrução da cidade previa fazer parques nos bairros negros devastados. Pra onde os antigos moradores voltariam? De preferência, para lugar nenhum (MURTA, 2010, s/p.).

No Brasil, padrões semelhantes aos observados em outros países podem ser identificados. As populações mais vulnerabilizadas são desproporcionalmente afetadas por desastres naturais e socioambientais, como inundações, deslizamentos de terra, ondas de calor, secas prolongadas e degradação urbana. A urbanização desordenada, caracterizada pela expansão rápida e caótica das cidades brasileiras, especialmente nas grandes metrópoles, aliada à segregação socioespacial e à concentração de populações de baixa renda, faz com que essas comunidades residam em áreas de risco, como encostas íngremes e margens de rios. Nessas condições, enfrentam falta de infraestrutura básica, incluindo saneamento, acesso à água potável, segurança ambiental, regularização fundiária e garantia de direitos à saúde e à educação.

Acrescenta-se que, segundo pesquisa realizada pelo Data Favela e pelo Instituto Locomotiva, 36,2 milhões de pessoas residentes em favelas brasileiras não possuem Código de Endereçamento Postal (CEP), aumentando a invisibilidade dessas comunidades e dificultando seu acesso a direitos básicos. A ausência de CEP compromete a abertura de contas bancárias, a participação em programas de emprego e, em situações de catástrofes, o recebimento de alertas climáticos ou benefícios governamentais destinados às pessoas atingidas. Além disso, impede que essas áreas sejam contabilizadas corretamente pelo Censo Demográfico, excluindo essas populações da distribuição de recursos e políticas públicas (HABITABILITY, 2023).

Cerca de 8,1% da população brasileira vive em favelas, a maioria negra (negros e pardos), enfrentando condições ambientais desfavoráveis, como temperaturas até 8°C mais altas que as dos bairros vizinhos, segundo investigação da Universidade Presbiteriana Mackenzie em Paraisópolis, a maior favela de São Paulo. No Complexo da Maré, área de menos de 4 km² com mais de 140 mil habitantes, localizada entre as três principais rodovias da capital, cercada por asfalto e concreto, e exposta a maior poluição e calor intenso, fenômeno climático conhecido como "ilhas de calor" (EL PAÍS, 2025).

Em Belém, essa desigualdade se manifesta também no mapeamento de riscos: foram identificadas 125 áreas de risco, 93 com classificação 'muito alto' para inundação ou erosão e 32 como 'alto'. Nessas regiões, a população negra soma 75% do total, enquanto a média geral da cidade é de 64%. A renda média nos domicílios de setores com alguma área de risco é de R$ 1,7 mil, 32% menor que a média geral da cidade, de R$ 2,5 mil, e uma em cada cinco moradias (21%) é chefiada por mulheres de baixa renda, com até um salário mínimo. Realidades semelhantes são observadas em São Paulo e Recife (CARTA CAPITAL, 2022).

O cenário se repete nas inundações do Rio Grande do Sul, em 2024. Dos 497 municípios, 478 foram afetados, impactando 2,4 milhões de pessoas e deixando 185 vítimas fatais e 23 desaparecidos. Mapas produzidos pelo Núcleo Porto Alegre do INCT Observatório das Metrópoles mostram que as áreas mais atingidas apresentaram alta concentração de população negra, geralmente acima da média municipal. Segundo Augustin, pesquisador do Núcleo Porto Alegre, o recorte étnico-racial é importante, pois a população negra é a menos favorecida em termos salariais, qualificação profissional e escolaridade, apesar das políticas afirmativas da última década. Portanto, programas de intervenção e recuperação devem considerar essas especificidades. (OBSERVATÓRIO DAS METRÓPOLES, 2025).

> Todos os gaúchos foram afetados de alguma forma pelas enchentes, mas, ao comparar as áreas alagadas com a renda média de cada região, percebe-se que as áreas mais pobres são as mais atingidas. (...) As desigualdades sociais entre os territórios também se refletem no patrimônio familiar e nos vínculos sociais; portanto, os mais atingidos são os que mais necessitarão de apoio do poder público, porque efetivamente perderam tudo. (...) Algumas áreas mais ricas também alagaram, como o bairro Menino Deus, em Porto Alegre. Mas, ainda assim, não dá para dizer que todos foram atingidos da mesma forma. (OBSERVATÓRIO DAS METRÓPOLES, 2025, s/p)).

Pertencer a esses grupos significa enfrentar desvantagens estruturais que influenciam sobrevivência, adaptação e recuperação em situações extremas. A capacidade de resposta pode ser comparada a uma corrida: enquanto alguns partem de posições privilegiadas, outros começam muito mais atrás. Esses contrastes mostram que os impactos não se distribuem de maneira uniforme, e compreender a vulnerabilidade exige atenção às diferenças e complexidades de cada realidade.

3 O PAPEL ESTRATÉGICO DOS DADOS QUALITATIVOS EM DESASTRES

Antes de entrarmos especificamente na importância de coletar dados detalhados sobre as populações atingidas, é necessário definir quem são essas pessoas. Ao utilizarmos o termo "atingidas", não nos referimos apenas àqueles que precisaram evacuar suas casas ou sofreram danos e perdas diretas. Incluímos também pessoas que sofreram impactos indiretos da catástrofe, como prejuízos econômicos e profissionais, exposição a epidemias de doenças desencadeadas pelo desastre, sobrecarga nos bairros onde foram estabelecidos centros de acolhimento, dificultando o acesso a serviços básicos, e aqueles que prestaram trabalho voluntário durante o evento. Ou seja, é fundamental considerar toda a população local, abrangendo desde os que sofreram impactos menores até os que foram mais gravemente afetados, para compreender o cenário em sua totalidade.

Também é necessário delinear o conceito de coleta qualitativa. A pesquisa qualitativa tem como base a interpretação da realidade a partir da perspectiva dos participantes, valorizando a subjetividade e o contexto em que os fenômenos se manifestam. Este método difere, em princípio, do quantitativo, pois não emprega um instrumental estatístico como base de análise, nem pretende medir ou enumerar categorias (RICHARDSON, 1989). Seu processo é flexível, orientado mais pelo entendimento do que por resultados previamente definidos, e reconhece que pesquisador e situação de pesquisa se influenciam mutuamente (CASSEL; SYMON, 1994). Os dados são coletados preferencialmente nos próprios contextos onde os fenômenos ocorrem, sendo analisados de forma descritiva ao longo do processo. Dessa forma, a teoria emerge da experiência empírica em diálogo com referências já existentes, e a interação entre pesquisador e pesquisado se torna central.

Embora muitas vezes subestimada em nome de uma suposta objetividade, a pesquisa qualitativa revela sua relevância especialmente pela capacidade de compreender situações particulares, grupos específicos e universos simbólicos. Longe de ser incompatível com a abordagem quantitativa, ambas podem se complementar em um mesmo projeto: a investigação quantitativa

pode indicar problemas que requerem aprofundamento qualitativo, enquanto a qualitativa amplia a complexidade da análise (MINAYO, 1994). Assim, a integração de métodos fortalece a compreensão dos fenômenos, permitindo uma visão mais abrangente da realidade.

Com esses conceitos apropriadamente delineados, e considerando a influência das desigualdades estruturais e do entrecruzamento de vulnerabilidades, é possível compreender a lacuna deixada pelos dados quantitativos e, portanto, a relevância do aprofundamento qualitativo em contextos de catástrofes. É por meio dele que se identificam e reconhecem as variadas demandas e especificidades das populações em todas as fases do ciclo de um desastre. A integração de informações quantitativas e qualitativas possibilita ações que considerem tanto a magnitude do desastre quanto a complexidade social, assegurando intervenções mais efetivas e sustentáveis. Dessa forma, torna-se possível orientar ações de resgate e abrigamento, promover respostas humanitárias mais justas, criar programas de recuperação, entender movimentos migratórios em território nacional ou internacional, subsidiar políticas públicas e garantir dignidade, segurança e bem-estar às pessoas afetadas.

Um exemplo que evidencia a urgência dessa abordagem ocorreu durante as inundações que atingiram o estado do Rio Grande do Sul em 2024. Centros de acolhimento criados exclusivamente para mulheres e crianças só foram organizados após denúncias de violência nos abrigos, quando já tinham sido realizadas prisões por estupro. Izabella Borges, presidente do Instituto Survivor, destacou que a violência sexual não decorre da catástrofe em si, mas da facilidade de acesso de agressores a vítimas em situação de extrema vulnerabilidade. Abusos ocorreram em banheiros sem vigilância, mesmo na presença de policiais, e mulheres chegaram a conviver com seus agressores nos mesmos espaços (CASSIANO; SOUZA, 2024). Situações semelhantes foram registradas nos Centros Humanitários de Acolhimento (CHAs) em Porto Alegre e Canoas, onde, segundo Clara Aguiar e Katia Marko (2024) “o local, que deveria oferecer um lar para famílias vítimas das enchentes de maio de 2024, tem se tornado um espaço marcado pela insegurança, com situações de abuso de autoridade, tráfico de drogas, exploração sexual e circulação de armas brancas e de fogo (AGUIAR; MARKO, 2024, s/p.)”.

No CHA denominado “Recomeço”, relatos apontam casos de violência física, uso excessivo de força por policiais com tasers e omissão de agentes da Organização Internacional para as Migrações (OIM). Também foram registradas situações de xenofobia, violência doméstica e intimidações que desencorajavam os beneficiários a registrar queixas formais. Em um caso, uma beneficiária idosa foi agredida por outra residente enquanto um policial militar e um agente da OIM presenciavam sem intervir. Em outro, uma

beneficiária desapareceu após sofrer violência doméstica, e mesmo após seu retorno, seu agressor permanecia no local sem que medidas de proteção fossem adotadas (AGUIAR; MARKO, 2024, s/p.).

Se o período pós-desastre evidenciou falhas graves na proteção de vulneráveis, o momento de resgate revelou como a ausência de mapeamento e de dados detalhados compromete decisões críticas durante a emergência. Durante os resgates em Porto Alegre, a voluntária Aline Kummel, conforme relatado no documentário O Resgate, descreveu a complexidade de organizar ações de salvamento sem um direcionamento oficial, assumindo papel crucial na coordenação improvisada das operações:

> As pessoas chegavam até a gente e nos davam endereços de pessoas idosas ou de parentes que tinham ficado na rua. Começamos a montar um quiosque, uma mesinha e anotar endereços de resgate, pegando os endereços e passando para os barqueiros, assim fazendo todo o meio de campo entre as pessoas que tinham essa necessidade e os meninos dos barcos. [...] Tínhamos pilhas de endereços e não conseguíamos escolher, então anotávamos com uma caneta os que eram urgência. Tinha casos de gestantes, de pessoas tendo infarto, de pessoas com glicose alta, pessoas precisando de oxigênio, e a maior dificuldade é: eu não sou médica, não sou técnica no assunto, precisávamos escolher quem salvar primeiro. Isso foi bem difícil. (Aline Kummel, em O RESGATE, 2024, 00:33:08 – 00:33:29; 00:36:15 – 00:36:43).

Tais exemplos revelam que ainda não há, por parte das autoridades competentes, compreensão de que a qualidade e o detalhamento dos dados são ferramentas estratégicas essenciais. Comunidades possuem conhecimentos históricos, culturais, territoriais e práticos indispensáveis para protocolos eficientes e ações humanitárias mais sensíveis e justas. Reconhecer esses saberes e incluir as populações na construção de estratégias, por meio da escuta ativa, traz benefícios no pré, durante e pós-desastre; permite planejar ações preventivas, ajustar operações em tempo real e apoiar a recuperação de forma mais eficaz; reduzir a exposição de grupos minoritários a riscos elevados; e minimizar violações de direitos humanos, tanto de vítimas, quanto de voluntários.

Em catástrofes, assumir que o desastre anula problemas sociais existentes é negligenciar a vulnerabilidade de grupos específicos. Pelo contrário, desigualdades pré-existentes se intensificam e se manifestam de formas diferentes, conforme a densidade populacional, os recursos

disponíveis e as condições socioeconômicas da região. Estatísticas, números e quantidades não dão – e nunca irão dar – conta de acolher, compreender e responder integralmente às necessidades de uma população.

4 BOAS PRÁTICAS INTERNACIONAIS: APRENDENDO COM EXPERIÊNCIAS GLOBAIS

Ao redor do mundo, a gestão de desastres tem mostrado que ciência e tecnologia, por si só, não garantem resiliência; é preciso ouvir as comunidades e incorporar seus saberes às estratégias de prevenção e resposta. Nas Filipinas, um dos países mais expostos a tufões, programas de mapeamento participativo ilustram essa integração. Após o devastador Tufão Yolanda em 2013, organizações como a OpenStreetMap trabalharam lado a lado com moradores para registrar áreas de risco, rotas de evacuação e recursos essenciais. O conhecimento histórico das comunidades permitiu identificar pontos críticos que os mapas oficiais ignoravam, resultando em melhorias práticas que salvaram vidas nos eventos seguintes (GFD-RR, 2019).

Essa experiência ressoa em outros contextos, mostrando que ouvir a população não é apenas estratégico, mas transformador. Nos Estados Unidos da América, a FEMA desenvolve planos de emergência personalizados com base em workshops e entrevistas comunitárias, incorporando relatos locais aos modelos de previsão. O aprendizado mútuo entre técnicos e moradores ajusta procedimentos de evacuação, treina voluntários e direciona recursos de forma mais eficiente, fortalecendo áreas vulneráveis a furacões e incêndios florestais (FEMA, 2024). Uma filosofia semelhante orienta a Nova Zelândia, onde o conhecimento tradicional Māori, o mātauranga Māori, é integrado ao planejamento de desastres. Mapear zonas de risco, definir rotas seguras e orientar evacuações frente a terremotos e tsunamis se torna uma prática que respeita saberes ancestrais e garante respostas mais seguras e culturalmente sensíveis (COSMOS MAGAZINE, 2020).

O diálogo entre ciência e experiência local se estende ao Canadá, onde comunidades indígenas participam do monitoramento de mudanças climáticas. Observações comunitárias e dados científicos combinam-se para antecipar incêndios florestais e inundações, permitindo alertas precoces, gestão eficiente de recursos naturais e evacuações mais seguras, reduzindo impactos sociais e econômicos (GOVERNMENT OF CANADA, 2022). No Japão, a integração de saberes comunitários e tecnologia alcança seu ápice. Após o terremoto de Hanshin-Awaji, em 1995, sistemas que unem dados de sensores a informações coletadas em entrevistas e workshops transformaram o monitoramento climático e os planos de gestão comunitária. Programas participativos, como os realizados em Shichigahama, demonstram que

envolver a comunidade na construção de estratégias não apenas fortalece a preparação para desastres, mas também transforma o conhecimento local em instrumento de prevenção e adaptação (ADRC ASIA, 2020).

Esses exemplos, espalhados pelo globo, mostram que a resiliência não é resultado de políticas isoladas ou de tecnologia avançada, mas da contínua interação entre ciência, política e experiências vividas. Cada país oferece uma lição: ouvir e valorizar as comunidades, reconhecer seus saberes e integrá-los às respostas institucionais são ações que transformam vulnerabilidade em capacidade de enfrentar desafios naturais. Assim, a gestão de desastres se torna uma prática global de aprendizado compartilhado, em que experiências distintas se conectam, inspiram e se fortalecem mutuamente diante das mudanças climáticas e de eventos extremos.

5 DESAFIOS ESTRUTURAIS, LEGAIS E ÉTICOS NA COLETA QUALITATIVA

A coleta de dados qualitativos deve ser realizada de forma constante, não apenas durante desastres, garantindo monitoramento contínuo e base sólida para políticas públicas e proteção social. Entretanto, em muitos momentos, essa coleta ocorre em contextos adversos, sem infraestrutura adequada, equipamentos ou softwares especializados, exigindo que pesquisadores, profissionais deem respostas e voluntários registrem informações cruciais em ambientes caóticos e sob pressão, o que compromete a precisão, a qualidade e a segurança dos dados. Para enfrentar esses obstáculos, é necessário adotar soluções adaptáveis à realidade de campo, como protocolos simplificados, uso de ferramentas móveis resistentes e formatos padronizados que facilitem a anotação rápida de informações. O planejamento prévio e a definição clara de prioridades sobre quais dados são essenciais tornam o registro mais eficiente e seguro, mesmo em condições extremas.

O número de voluntários geralmente é grande e a rotatividade alta, aumentando o risco de exposição de dados pessoais da população afetada. Por isso, é fundamental contar com uma equipe responsável, habilitada para orientar os voluntários e supervisionar a coleta e o manuseio das informações, garantindo que os dados sensíveis sejam protegidos e não utilizados de forma indevida, sem comprometer a eficácia das ações. Além disso, a falta de internet, energia ou equipamentos adequados pode dificultar o registro e o envio de informações em tempo real, atrasando decisões e limitando a integração com sistemas oficiais. A validação e a qualidade dos dados também exigem mecanismos para revisar, cruzar e confirmar informações, minimizando erros, duplicações ou registros incompletos que comprometam a confiabilidade do banco de dados.

No campo do direito, a necessidade de repensar ou desenvolver diretrizes específicas é evidente. Apesar da existência da Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD), quando se trata de catástrofes, não há protocolos claros sobre consentimento, coleta, armazenamento, compartilhamento e uso de dados sensíveis das populações atingidas, o que pode colocar esses indivíduos em risco. Além disso, ao considerar as necessidades concretas das comunidades, principalmente em contextos de violações de direitos humanos, a legislação brasileira apresenta lacunas significativas. Não existem critérios bem definidos para conceitos essenciais, como o que constitui uma família ou uma moradia destruída, nem parâmetros que contemplem a situação de migrantes dentro do território nacional. Nesse sentido, a coleta de dados qualitativos pode subsidiar a criação desses critérios, fornecendo informações precisas e contextualizadas. Um banco de dados detalhado, seguro e organizado contribui diretamente para assegurar direitos e proteção social, embasando a criação de políticas públicas e garantindo que os benefícios cheguem de forma efetiva às pessoas que mais precisam.

A gestão ética dos dados vai além da proteção de informações pessoais: envolve a sensibilidade cultural, o respeito às tradições e percepções das comunidades, e a participação ativa das populações afetadas na definição de como seus dados serão coletados e utilizados. Essa abordagem minimiza riscos de revitimização, decisões inadequadas ou injustas e fortalece a confiança entre as equipes de coleta e as comunidades. Além disso, assegura que a tomada de decisão seja informada por dados precisos, contextualizados e socialmente responsáveis, permitindo ações mais justas, eficazes e alinhadas às necessidades reais das pessoas.

Por fim, garantir a sustentabilidade e a manutenção do banco de dados assegura que as informações coletadas continuem disponíveis, confiáveis e utilizáveis a longo prazo, fortalecendo a capacidade de tomada de decisão e a proteção das populações vulneráveis (INTERNATIONAL LABOUR ORGANIZATION, 2017; SUSTAINABILITY DIRECTORY, 2025).

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A coleta de dados qualitativos de populações atingidas por desastres vai muito além de uma prática técnica: é uma ferramenta estratégica para compreender a complexidade das experiências humanas e orientar decisões mais justas, inclusivas e eficazes. Enquanto os dados quantitativos indicam magnitude e extensão dos danos, os dados qualitativos revelam percepções, necessidades e vulnerabilidades que permanecem invisíveis nos números, permitindo que políticas públicas e ações humanitárias sejam fundamentadas na realidade concreta das pessoas.

No entanto, essa coleta enfrenta desafios significativos: contextos adversos de campo, falta de infraestrutura adequada, alta rotatividade de voluntários, lacunas legais, riscos de exposição de dados sensíveis, questões éticas e culturais. Superar essas barreiras requer planejamento constante, protocolos claros, capacitação de equipes, soluções tecnológicas adaptáveis e mecanismos de validação que garantam a qualidade e a segurança das informações. Ao mesmo tempo, é fundamental assegurar que a gestão dos dados seja ética, respeitando tradições, percepções e direitos das comunidades, e permitindo que a tomada de decisão seja guiada por informações precisas e socialmente responsáveis.

A integração de informações qualitativas com indicadores quantitativos fortalece a compreensão da vulnerabilidade social e da exposição a riscos, contribuindo para a formulação de políticas e programas mais eficazes e equitativos. Um banco de dados detalhado, seguro e continuamente atualizado não apenas documenta impactos, mas, também, assegura direitos, facilita o acesso a benefícios, protege populações vulneráveis e potencializa a resiliência comunitária. Por fim, compreender os desastres através da lente das experiências humanas e garantir que os dados sejam tratados com ética e responsabilidade são estratégias que transformam a informação em um instrumento de justiça social, inclusão e dignidade, capaz de orientar respostas mais conscientes diante de crises presentes e futuras.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ADRC ASIA. **Community-based disaster risk management in Japan**. 2020. Disponível em: https://www.adrc.asia/latest_disaster.php?country[]=392 . Acesso em: 31 ago. 2025.

ALEXANDER, David. "Modelos de vulnerabilidade social a desastres". **Revista Crítica de Ciências Sociais,** n. 93, p. 09-29, 2011.

AGÊNCIA DAS NAÇÕES UNIDAS. **Women and girls are less likely to survive natural disasters**. UN News, 2017. Disponível em: https://news.un.org/pt/story/2017/05/1586821. Acesso em: 30 ago. 2025.

AGUIAR, Clara; MARKO, Katia. Enchentes no RS: funcionários e beneficiários denunciam violência em centros de acolhimento. **Brasil de Fato**, 9 nov. 2024. Disponível em: https://www.brasildefato.com.br/2024/11/09/enchentes-no-rs-funcionarios-e-beneficiarios-denunciam-violencia-em-centros-de-acolhimento/. Acesso em: 29 ago. 2025.

CARDONA, Omar Darío. “Evaluación de la Amenaza, la Vulnerabilidad y el Riesgo”. In: MASKREY, Andrew (Org.). **Los desastres no son naturales**. La Red - Red de Estudios Sociales en Prevención de Desastres en América Latina, 1993. p. 45-65.

CAMBRIDGE UNIVERSITY PRESS. **Hurricane Katrina deaths, Louisiana, 2005**. Disaster Medicine and Public Health Preparedness, 2005. Disponível em: https://www.cambridge.org/core/journals/disaster-medicine-and-public-health-preparedness/article/hurricane-katrina-deaths-louisiana-2005/8A4BA6D478C4EB4C3308D7DD48DEB9AB. Acesso em: 29 ago. 2025.

CANADÁ. Environment and Climate Change Canada. **Indigenous climate and environmental funding**. Ottawa: Government of Canada, [202-?]. Disponível em: https://www.canada.ca/en/environment-climate-change/services/climate-change/indigenous-partnership/funding.html. Acesso em: 31 ago. 2025

CASSELL, Catherine; SYMON, Gillian. **Qualitative methods in organizational research**. London: Sage Publications, 1994.

CLIMATE SIGNALS. Hurricane Katrina 2005. **Climate Signals**. Disponível em: https://www.climatesignals.org/events/hurricane-katrina-2005#:~:text=Em%20Nova%20Orleans%2C%20que%20era,$%2040.000%20a%20US$%2050.000.. Acesso em: 30 ago. 2025.

CASSIANO, Letícia; SOUZA, Felipe. Bases são criadas para atender mulheres e crianças no RS após denúncias de violência nos abrigos. **CNN Brasil**. 10 maio 2024. Disponível em: https://www.cnnbrasil.com.br/nacional/bases-sao-criadas-para-atender-mulheres-e-criancas-no-rs-apos-denuncias-de-violencia-nos-abrigos/. Acesso em: 31 ago. 2025.

COSMOS MAGAZINE. **Mātauranga Māori**: traditional knowledge guides natural disaster response in New Zealand. 2020. Disponível em: https://cosmosmagazine.com/earth/matauranga-natural-disasters-nz/. Acesso em: 31 ago. 2025.

CUTTER, Susan. “The vulnerability of science and the science of vulnerability.” **Annals of the Association of American Geographers**. Taylor & Francis Online, 2003. p. 1-12.

FAMÍLIAS negras e pobres estão mais sujeitas a tragédias ambientais, mostra estudo. **Carta Capital**, 3 ago. 2022. Sociedade. Disponível em: https://www.cartacapital.com.br/sociedade/familias-negras-e-pobres-estao-mais-sujeitas-a-desastres-ambientais-mostra-estudo/. Acesso em: 30 ago. 2025.

GLOBAL FACILITY FOR DISASTER REDUCTION AND RECOVERY - GFD-RR . **Community mapping for disaster risk reduction and management**. Washington, 2019. Disponível em: https://www.gfdrr.org/sites/default/files/publication/Community-Mapping-for-Disaster-Risk-Reduction-and-Management_0.pdf. Acesso em: 31 ago. 2025.

HABITABILITY. Falta de CEP prejudica a vida de milhões de brasileiros. 2023. Disponível em: https://mrveco.com.br/habitability . Acesso em: 30 ago. 2025.

INTERNATIONAL LABOUR ORGANIZATION. **World Social Protection Report 2017–19**: universal social protection to achieve the Sustainable Development Goals. Geneva: ILO, 2017. Disponível em: https://www.ilo.org/sites/default/files/wcmsp5/groups/public/@dgreports/@dcomm/@publ/documents/publication/wcms_604882.pdf. Acesso em: 31 ago. 2025.

MURTA, Andrea. Em 5 anos, Nova Orleans renasce branca. Caderno Mundo. **Folha de São Paulo**. São Paulo, domingo, 08 de agosto de 2010. Disponível em: https://www1.folha.uol.com.br/fsp/mundo/ft0808201009.htm. Acesso em: 30 ago. 2025.

MARANDOLA JR., Eduardo; HOGAN, Daniel Joseph. Natural hazards: o estudo geográfico dos riscos e perigos. **Ambiente & Sociedade**, v. VII, n. 2, p. 95-109, 2004.

MARX, Karl. **O 18 de Brumário de Luís Bonaparte**. São Paulo: Boitempo, 2011. p. 25-26.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento científico**: pesquisa qualitativa em saúde. 2. ed. São Paulo: Hucitec-Abrasco, 1994.

O RESGATE: as histórias dos que viveram as tragédias do Rio Grande do Sul. Direção: Elton Mesquita; Henrique Viana. Porto Alegre: Brasil Paralelo, 2024. 1 vídeo. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=7mR5nNUQxYw&t=337s . Acesso em: 31 ago. 2025.

OBSERVATÓRIO DAS METRÓPOLES. Núcleo Porto Alegre. **Núcleo Porto Alegre analisa os impactos das enchentes na população pobre e negra do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Observatório das Metrópoles, 23 maio 2024. Disponível em: https://www.observatoriodasmetropoles.net.br/nucleo-porto-alegre-analisa-os-impactos-das-enchentes-na-populacao-pobre-e-negra-do-rio-grande-do-sul/ . Acesso em: 30 ago. 2025.

ONU MULHERES. **How gender inequality and climate change are interconnected**. UN Women, 2024. Disponível em: https://www.unwomen.org/en/articles/explainer/how-gender-inequality-and-climate-change-are-interconnected. Acesso em: 30 ago. 2025.

ONU MULHERES. **Progress on the Sustainable Development Goals**: the gender snapshot 2024. UN Women, 2024. Disponível em: https://www.unwomen.org/en/digital-library/publications/2024/09/progress-on-the-sustainable-development-goals-the-gender-snapshot-2024. Acesso em: 30 ago. 2025.

PREVENTIONWEB. **Using Community Resilience Vision Statements to Build Flood Resilience in Bangladesh**. 2020. Disponível em: https://www.preventionweb.net/news/using-community-resilience-vision-statements-build-flood-resilience-bangladesh. Acesso em: 31 ago. 2025.

RICHARDSON, Roberto Jarry. **Pesquisa social**: métodos e técnicas. São Paulo: Atlas, 1989.

RIO GRANDE DO SUL. Defesa Civil do Estado]. **SOS Enchentes RS** – Situação nos municípios. Porto Alegre: Governo do Estado do Rio Grande do Sul, 2024. Disponível em: https://sosenchentes.rs.gov.br/situacao-nos-municipios. Acesso em: 30 ago. 2025.

SENSAÇÃO térmica de mais de 60 graus: por que faz mais calor nas favelas do Rio? **EL PAÍS.** 8 abr. 2025. Disponível em: https://elpais.com/america-futura/2025-04-08/sensacao-termica-de-mais-de-60-graus-por-que-faz-mais-calor-nas-favelas-do-rio.html. Acesso em: 30 ago. 2025.

SPOTLIGHT INITIATIVE. **Colliding crises**: how the climate crisis fuels gender-based violence. New York: Spotlight Initiative, 2025. 19 p. Disponível em: https://www.spotlightinitiative.org/publications/colliding-crises-how-climate-crisis-fuels-gender-based-violence. Acesso em: 30 ago. 2025.

SUSTAINABILITY DIRECTORY. **Long term data**. [S. l.]: Sustainability Directory, 31 mar. 2025. Disponível em: https://climate.sustainability-directory.com/term/long-term-data/. Acesso em: 31 ago. 2025.

WILCHES-CHAUX, Gustavo. La vulnerabilidad global. *In*: MASKREY, Andrew (org.). **Los desastres no son naturales**. [S. l.]: La Red - Red de Estudios Sociales en Prevención de Desastres en América Latina. Bogotá: Tercer Mundo Editores: La Red, 1993. p. 11-41

RESUMO

A compreensão dos desastres naturais e socioambientais exige ir além de números e estatísticas. Populações vulnerabilizadas são afetadas de maneira desigual, dependendo de fatores interseccionais como gênero, raça, idade, condição de saúde, deficiência, classe social e status migratório. Este estudo discute a importância da coleta de dados qualitativos de populações atingidas por desastres, enfatizando seu papel estratégico na identificação de necessidades, na formulação de políticas públicas e na proteção social. Aborda-se também os desafios dessa coleta, incluindo questões de infraestrutura, capacitação, legislação, ética e segurança de dados. Por meio de exemplos nacionais e internacionais, evidencia-se que integrar saberes comunitários aos protocolos institucionais fortalece a resiliência social, contribui para decisões mais justas e orienta ações eficazes antes, durante e após desastres. Conclui-se que a coleta contínua, detalhada e ética de dados qualitativos é essencial para transformar vulnerabilidade em capacidade de resposta e para garantir proteção e direitos às populações afetadas.

Palavras-chave: Desastres; Vulnerabilidade; Dados qualitativos; Proteção social; Interseccionalidade.

ABSTRACT

Understanding natural and socio-environmental disasters requires going beyond numbers and statistics. Vulnerable populations are affected unequally, depending on intersectional factors such as gender, race, age, health status, disability, social class, and migration status. This study discusses the importance of collecting qualitative data from disaster-affected populations, emphasizing its strategic role in identifying needs, formulating public policies, and ensuring social protection. It also addresses the challenges associated with such data collection, including issues regarding infrastructure, training, legislation, ethics, and data security. Through national and international examples, the study demonstrates that integrating community knowledge into institutional protocols strengthens social resilience, contributes to fairer decision-making, and guides effective actions before, during, and after disasters. It concludes that the continuous, detailed, and ethical collection of qualitative data is essential for transforming vulnerability into response capacity and for guaranteeing protection and rights for affected populations.

Keywords: Disasters; Vulnerability; Qualitative data; Social protection; Intersectionality.

Reflexões sobre a governança dos deslocados ambientais a partir das enchentes do Rio Grande do Sul em maio de 2024

Reflections on the governance of environmental displaced persons from the floods of Rio Grande do Sul in May 2024

Júlia Sabino Rodrigues Cunha[*]

1 INTRODUÇÃO

As enchentes que atingiram o estado do Rio Grande do Sul, em maio de 2024, foram históricas. O governo do estado declarou calamidade pública e iniciativas a nível municipal, estadual e federal foram feitas para tentar conter os efeitos do desastre ambiental.

Um desastre ambiental pode ser entendido como um evento extremo que tem perdas significativas tanto no lado humano como de infraestrutura do local, de tal modo que a população tenha dificuldade em se restabelecer novamente. No entanto, essas consequências não são iguais para toda a população; considerando as desigualdades latentes do Brasil, esse desastre também revelou a necessidade de pensar políticas públicas com esse recorte.

O termo deslocado ambiental não é um consenso na literatura. Debates acerca de migrantes ambientais, refugiados ambientais, entre outros, são constantes. Com isso, dificulta-se também a criação de um regime, tanto nacional quanto internacional, para esse tipo de deslocamento.

No entanto, iniciativas como os Projetos de Lei 1.594/2024 e 2.038/2024, somado à atuação das organizações internacionais, podem ser contribuições para a governança dos deslocados ambientais. A pesquisa pretende contribuir para a reflexão acerca do planejamento a longo prazo para essa população.

---

* Discente do Programa de Pós-graduação em Relações Internacionais (PPGPRI) da Universidade Federal do ABC (UFABC). Pós-graduação em Relações Internacionais. UF ABC

A pesquisa se baseou em levantamento bibliográfico e análise de caráter qualitativo. Foram utilizados artigos científicos de (REHBEIN; ALVES, 2025), (CARPENTIERI, REIS, 2024), (THOMASI, SANTOS, 2025), entre outros para nos aprofundarmos no tema. O objetivo da pesquisa é compreender de que modo o desastre do Rio Grande do Sul impactou a governança dos deslocados ambientais. A hipótese é que, com a magnitude do evento, os poderes locais e organizações internacionais colocaram a questão como prioridade. Por fim, os resultados indicam que essa atuação foi mais reativa a respostas imediatas.

2 ENCHENTES RIO GRANDE DO SUL

Em maio de 2024, o estado do Rio Grande do Sul enfrentou chuvas e inundações sem precedentes, fazendo com que mais de 615 mil pessoas deixassem suas casas e cerca de 77.199 dessas pessoas buscaram refúgio em abrigos temporários. A infraestrutura do estado foi drasticamente afetada, com mais de 400 mil edificações danificadas e números significativos de outras tantas severamente afetadas ou completamente destruídas. Estradas foram bloqueadas por deslizamentos e alagamentos, e o sistema de contenção de cheias de municípios, como o de Porto Alegre, não conseguiu dar conta do alagamento de diversos bairros da capital (CARPENTIERI, REIS, 2024).

Segundo Carpentieri, Reis (2014):

> A combinação de fatores geográficos, como a topografia variada e a proximidade com corpos d'água como o rio Guaíba, torna a região sul particularmente suscetível a desastres hidroclimáticos. Entretanto, a crise climática global, conjuntamente com políticas ambientais inadequadas, como a flexibilização das regulamentações de uso do solo e a falta de investimentos em infraestrutura, tem contribuído para a intensificação dos impactos das inundações. A rápida sucessão desses eventos, com o solo ainda saturado e as infraestruturas de drenagem e barragens incapazes de se recuperar plenamente entre um evento e outro, resultou em um impacto amplificado quando as chuvas de 2024 atingiram o estado (CARPENTIERI; REIS, 2014, p. 132).

O balanço elaborado pela Defesa Civil do Rio Grande do Sul indica que 460 municípios foram afetados, 538.167 pessoas ficaram desalojadas, 806 ficaram feridas, 104 desaparecidas, e 151 mortes foram confirmadas. Além

disso, 2.281.774 de pessoas foram atingidas. As chuvas foram consideradas históricas e o governo até decretou estado de calamidade pública (RIO GRANDE DO SUL, 2024).

Eventos climáticos como esse deixam evidente a gravidade dos efeitos das mudanças climáticas. Principalmente, pela falta de preparo do poder público que carece de um sistema sólido de prevenção e alerta à população, que resultou em graves consequências. Somado a isso, recentemente o aumento das temperaturas também tem se tornado muito perceptível no Brasil, de modo que esses problemas vão se tornando cada vez mais atuais e não apenas como projeções futuras.

Um evento climático pode ser considerado extremo por ser um desastre ou um fenômeno ressaltado pelo impacto da ação humana advinda de modos predatórios de desenvolvimento que desequilibra a interdependência dos ecossistemas e resulta em impactos significativos como destruição ou deslocamento de indivíduos e comunidades. Esses eventos incluem enchentes, inundações, contaminação de recursos hídricos, deslizamentos, incêndios florestais, secas e outras ocorrências específicas de cada território (THOMASI, SANTOS, 2025).

Segundo o UNDRR - Escritório das Nações Unidas para Redução de Riscos e Desastres (2016), p. 13 os desastres podem ser entendidos como:

> (...) uma grave ruptura no funcionamento de uma comunidade ou sociedade, em qualquer escala, devida a eventos perigosos que interagem com condições de exposição, vulnerabilidade e capacidade, resultando em uma ou mais das seguintes consequências: perdas e impactos humanos, materiais, econômicos e ambientais (UNDRR, 2016, p. 13).

Diante disso, é possível identificar três dimensões do desastre ecológico: a dimensão coletiva, dificuldade de enfrentamento pelos afetados que muitas vezes não contam com auxílio externo e a conjunção de fatores ambientais, socioeconômicos e institucionais nas consequências. De modo que fica difícil determinar apenas uma motivação para o evento, que é consequência de diferentes interações entre fatores naturais e ações humanas. Os riscos de desastres aparecem quando o perigo se interliga com vulnerabilidades físicas, sociais, econômicas e ambientais (CAVEDON, VIEIRA, 2011).

Já em relação às inundações, segundo Schabbach et al, (2024):

> Inundações são classificadas como fenômenos climáticos extremos, ou seja, ocorrências meteorológicas intensas e fora do padrão normal, que causam impactos significativos na sociedade e no ambiente. Elas estão

> relacionadas com as mudanças climáticas que atingem o planeta, as quais são transformações de longo prazo nos padrões de temperatura e clima, tais como: aquecimento global (aumento da temperatura média da Terra), chuva ácida causada pela emissão de poluentes, elevação do número de tornados e do nível dos oceanos, derretimento das geleiras e desertificação dos biomas (SCHABBACH et al, 2024, p. 3:).

Nesse sentido, torna-se relevante a governança climática, que diz respeito aos mecanismos, processos e instituições pelos quais as entidades públicas e organizações civis nacionais e internacionais decidem e implementam medidas para o enfrentamento às mudanças climáticas. Como, por exemplo, a redução de gases do efeito estufa e utilização de tecnologias mais sustentáveis. Outro aspecto importante é a governança dos riscos de desastres que diz respeito às instituições, mecanismos e aparatos legais e políticos para o manejo da redução de risco de catástrofes (SCHABBACH et al, 2024).

Os avanços dos efeitos das mudanças climáticas demonstram que os impactos não são distribuídos de maneira equitativa. As comunidades que historicamente sofrem processos de marginalização como os indígenas, quilombolas, são mais expostas às consequências dos desastres, agravados pela falta de políticas públicas adequadas. No Brasil, levando em consideração as desigualdades socioeconômicas e raciais estruturais, essa realidade é ainda mais preocupante (REHBEIN; ALVES, 2025).

Nesse contexto, uma das consequências de desastres, como o ocorrido no Rio Grande do Sul, é o deslocamento humano. Ele pode ser temporário ou permanente, e ocorrer devido a consequências de um desastre assim como de efeitos progressivos das mudanças climáticas que tornam o local inabitável. Existem diversas denominações para esse tipo de deslocamento: migrantes ambientais, deslocados climáticos, entre outros. Na próxima seção serão abordadas as diferentes denominações para esse fenômeno.

3 DESLOCADOS AMBIENTAIS

Nas últimas décadas, a degradação ambiental e os desastres naturais têm impulsionado novas formas de migração populacional. Essas migrações são diferentes das migrações tradicionais, pois não são motivadas por razões políticas, sociais ou econômicas. São ocasionadas tanto por causas antropogênicas, naturais, ou pela combinação de ambas. Essas pessoas são forçadas a deixar seus locais de origem, seja temporária ou permanentemente (CARPENTIERI, REIS, 2024).

As pessoas que foram deslocadas por razões ambientais enfrentam um certo limbo jurídico, pois não podem ser consideradas refugiadas, por exemplo. Isso porque a definição da condição de refugiado foi embasada na Convenção de 1951[1] pós Segunda Guerra Mundial, com perspectivas de proteger os indivíduos com fundado temor de perseguição por razões de raça, religião, nacionalidade, pertencimento a grupo social ou opiniões políticas. No entanto, com o surgimento de novos conflitos, foi sendo percebida a necessidade de ampliação de proteção de mais pessoas; desse modo ocorreu a implementação do Protocolo Relativo ao Status de Refugiado em 1967 (Protocolo de 67)[2] com o mandato global de proteção aos refugiados do ACNUR- Agência da ONU[3] para Refugiados (ALVES, 2018).

Em um contexto a nível regional de Américas e uma perspectiva de ampliação do conceito para além do indivíduo, mas na situação do país de origem, foi criada a Declaração de Cartagena, em 1984[4], que estendeu o conceito de pessoa refugiada por aquela pessoa que tenha fugido do seu país porque a sua vida, segurança ou liberdade tenham sido ameaçadas pela violência generalizada, a agressão estrangeira, os conflitos internos, a violação massiva dos direitos humanos ou outras circunstâncias que tenham perturbado gravemente a ordem pública (HOLZHACKER, 2018).

No entanto, a categoria de deslocamento forçado por motivações ambientais ainda não foi contemplada como refúgio. Outra questão relacionada ao contexto do Rio Grande do Sul é que as pessoas afetadas não atravessaram fronteiras nacionais em busca de proteção, então não poderiam ser consideradas como refugiados. Nesse sentido, surgem debates sobre os termos migrantes ambientais e deslocados internos.

Em relação aos migrantes ambientais, a Organização Internacional para Migração - OIM[5] define como:

> Migrantes ambientais são pessoas ou grupos de pessoas que, predominantemente por razões de mudanças súbitas ou progressivamente no meio ambiente que adversamente afetam suas vidas ou condições, são obrigadas a deixar suas casas habituais, ou escolhem fazer isso, tanto temporariamente como permanentemente, e que se mudam dentro do seu país ou para o exterior (OIM, 2011, p.33).

A OIM também define migração forçada como:

> Um movimento migratório no qual existe um elemento de coerção, incluindo ameaças à vida e ao modo de vida, proveniente de causas naturais ou antropogênicas

> (por exemplo, movimentos de refugiados e deslocados internos, assim como pessoas que foram deslocadas por desastres naturais ou ambientais, desastres químicos ou nucleares, fome ou mesmo projetos de desenvolvimento) (OIM, 2011, p.39).

Outro conceito utilizado em desastres como o do Rio Grande do Sul é o termo deslocados ambientais. Entende-se como deslocados ambientais indivíduos que foram forçados a sair do seu local de origem em razão de alguma alteração ambiental. Esse deslocamento pode ter sido causado pela atividade humana ou por razões ambientais, assim como a combinação de ambos. Quando a mobilidade ocorre dentro dos limites fronteiriços de um país, os indivíduos também são compreendidos como deslocados internos (THOMASI, SANTOS, 2025).

De acordo com o relatório de 2024 do IDMC, cerca de 9,8 milhões de pessoas em 94 países foram deslocadas internamente devido aos desastres ambientais. Esse número representa um aumento de 29% em relação aos deslocamentos desse tipo em 2023. No continente americano atingiu-se o recorde de 14,4 milhões de deslocamentos em razão de desastres naturais. Esse número representa mais deslocamentos do que os ocorridos nos últimos cinco anos juntos. Furacões e enchentes estão entre as principais causas de deslocamento, com destaque para o Brasil com o maior número já registrado de 1,1 milhão de deslocamentos, grande parte em razão das enchentes do Rio Grande do Sul. Este evento registrou o maior número de deslocamentos no Brasil (IDMC, 2025).

As enchentes destacaram as desigualdades existentes no estado do Rio Grande do Sul. As áreas mais afetadas eram habitadas por populações mais pobres, assim como as populações indígenas e afrodescendentes que foram forçadas a se deslocar em maiores quantidades. Somado a isso, cerca de 41.000 refugiados e solicitantes de refúgio que tinham sido realocados do norte do país para o sul, também foram obrigados a se deslocar novamente. Assim que as chuvas foram diminuindo, muitas pessoas foram retornando a suas casas; no entanto, a falta de acompanhamento a longo prazo dificultou a definição de números exatos, mas no último levantamento, em junho de 2024, cerca de 389.000 pessoas ainda estavam deslocadas (IDMC, 2025).

Mesmo com a conceitualização de deslocados ambientais ou deslocados internos, não existe um regime internacional de proteção para os refugiados. Nesse sentido, é perceptível um descompasso entre o aumento de desastres ambientais e dos efeitos das mudanças climáticas, que forçam as pessoas a se deslocarem, e a falta de um reconhecimento legal ou reformulação dos regimes já existentes.

A confusão terminológica também dificulta que o fenômeno seja tratado com o foco e a urgência necessários. Tanto a falta de amparo jurídico como a terminologia equivocada são questões que envolvem o deslocamento por desastres. Desse modo, o vácuo dificulta o reconhecimento jurídico, nos níveis nacionais e internacionais, o que implica também em empecilhos para os novos mecanismos de proteção (REHBEIN; ALVES, 2025)

Compreendendo que, no contexto do Rio Grande do Sul, não houve deslocamentos internacionais e que a mobilidade se deu em razão de um desastre ambiental em conjunção de causas antropogênicas, o termo mais adequado é deslocado ambiental. Somado a isso, diante dessa realidade novas políticas nacionais foram criadas com a utilização desse termo, como será possível verificar posteriormente na pesquisa,

No contexto brasileiro, a Lei de Migração (Lei n° 13.445) de 2017, embora avançada em muitos aspectos, trata majoritariamente de migrações internacionais, deixando um vácuo em relação aos deslocados internos. Com isso, as pessoas deslocadas em razão de desastres ambientais, no país, não se enquadram nas definições tradicionais de migrantes e, consequentemente, as proteções e suportes disponíveis para refugiados e migrantes internacionais não se aplicam a elas (CARPENTIERI, REIS, 2024).

Apesar do limbo jurídico em que essas pessoas se encontram, o Brasil é signatário de compromissos internacionais que tangem a temática dos deslocados ambientais. Como por exemplo, a Declaração de Estocolmo de, 1972, que trata do Meio Ambiente Humano, estabelecendo uma relação entre direitos humanos e meio ambiente. A Declaração do Rio de Janeiro sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento, de 1992, também aborda uma dimensão ambiental dos direitos humanos ao atribuir aos seres humanos a centralidade das preocupações com o desenvolvimento sustentável, para assegurar uma vida saudável e produtiva em harmonia com a natureza (CARPENTIERI, REIS, 2024)

Portanto, mesmo diante das lacunas na legislação interna, o Brasil se demonstra preocupado com a temática dos deslocados ambientais por meio desses marcos, dos quais o país é signatário (CARPENTIERI, REIS, 2024). Com isso, abre-se margem para novos estudos e legislações específicas que possam vir a garantir a proteção para essas populações.

Na próxima seção serão abordadas as medidas adotadas pelos governos no contexto de mitigação imediata dos efeitos das enchentes, assim como projetos de lei que ainda tramitam no Congresso Nacional sobre deslocados ambientais. Compreende-se que a nova realidade climática exige mais debates em relação a temática.

4 GOVERNANÇA DOS DESLOCAMENTOS AMBIENTAIS

Com as inundações que atingiram o Estado do Rio Grande do Sul, em 2024, foi possível perceber a gravidade dos impactos das mudanças climáticas. Eventos como esse ressaltam a necessidade de planejamento e medidas protetivas, com amparo científico, para lidar com os extremos climáticos. Nesse sentido, atores como Estado-nação, organizações internacionais e organizações não governamentais são essenciais para proporcionar adaptação às mudanças climáticas e resiliência das populações afetadas por desastres (LIMA et al, 2024).

Nesse contexto, foram adotadas algumas medidas para redução dos efeitos das enchentes. Em relação ao âmbito federal, por exemplo, foi adotado o Auxílio Reconstrução por meio da Medida Provisória nº 1.219/2024, que consistiu em um apoio financeiro de R$5.100 para as pessoas desabrigadas pelo evento climático. Na esfera estadual, foi instituído o Plano Rio Grande- Programa de Reconstrução, Adaptação e Resiliência Climática do Estado do Rio Grande do Sul, com o intuito de planejar e executar ações para o enfrentamento das consequências das enchentes. Somado a isso, foi criado o Fundo Rio Grande do Sul, regulamentado pelo Decreto nº 57.647, com o objetivo de centralizar recursos nos âmbitos sociais, econômicos e ambientais que foram afetados pelas enchentes (GUIMARÃES et al, 2025).

O Plano Rio Grande, no entanto, não trouxe especificidades significativas para a proteção dos deslocados ambientais. Já o Projeto de Lei 1594/2024, apresentado em 7 de maio de 2024 na Câmara dos Deputados pela deputada Erika Hilton (PSOL), propôs a Política Nacional dos Deslocados Ambientais e Climáticos- PNDAC. Alguns dos objetivos dessa política são: criação de instrumentos econômicos e socioambientais tanto emergenciais quanto contínuos para as populações afetadas por eventos climáticos, integrar as populações afetadas em projetos de adaptação climática, criação de centros de proteção para deslocados climáticos, entre outros (THOMASI, SANTOS, 2025).

Outro projeto interessante é o PL n. 2.038/2024, apresentado pelo senador Paulo Paim (PT), que sugere a criação da Política Nacional para os Deslocados Internos. Mesmo que não trate em específico dos deslocados ambientais, o projeto entende como deslocado interno aquela pessoa que é obrigada a deixar sua moradia por calamidades de grandes proporções, que também podem ser por causas ambientais (REHBEIN; ALVES, 2025).

Além disso, o projeto de lei nº 1.646 de 2024 apresentou uma definição para o termo “deslocado interno por questões climáticas” como uma pessoa residente no território brasileiro que foi forçada a deixar seu habitat original

em decorrência de uma perturbação ambiental acentuada. O projeto prevê atendimento e provisão subsidiada de unidades habitacionais dentro do Programa Minha Casa Minha Vida (SERRAGLIO et al, 2024).

Somado a isso, o projeto de lei n° 2.043 de 2024 propõe a Política Nacional das Populações Atingidas por Desastres Naturais (PNADN). A proposta engloba áreas afetadas por desastres naturais, assim como por aqueles desastres que, em razão de modificações na estrutura de construções ou desativamentos, ocasionaram impactos significativos em ecossistemas socioambientais. A população atingida é compreendida como aquela que perde seu imóvel ou o tem desvalorizado pelo desastre. O projeto prevê indenização e reparação do imóvel perdido através do financiamento pelo causador da destruição (SERRAGLIO et al, 2024).

Iniciativas como essas são muito importantes para se criarem mecanismos de proteção na legislação brasileira, já que a Lei da Migração não trata dos deslocados ambientais especificamente, como citado anteriormente. No entanto, o fato de esses projetos ainda estarem em tramitação demonstra como os desastres ambientais no Brasil são compreendidos muitas vezes com o imediatismo da catástrofe e não com um pensamento a longo prazo de prevenção e proteção das pessoas afetadas.

Outros atores importantes foram as organizações internacionais que foram mobilizadas, como o Alto Comissariado da ONU para Refugiados (ACNUR) e Organização Internacional para as Migrações (OIM). O ACNUR concentrou ações relacionadas às pessoas deslocadas como distribuição de itens essenciais, apoio a famílias afetadas e colaboração com governos da esfera municipal, estadual e federal. Ao mesmo tempo, a OIM apoiou a organização de abrigos para as pessoas deslocadas e articulou ações com o Ministério de Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome em relação proteção social (REHBEIN; ALVES, 2025).

Somado a isso, o ACNUR firmou uma parceria com o governo do estado do Rio Grande do Sul para a promoção de planos e protocolos de contingência para situações de risco e emergência. O acordo foi principalmente voltado para situações de deslocamento forçado, assim como para o fortalecimento de políticas públicas para pessoas com necessidade de proteção internacional e atingidas por eventos climáticos extremos (GUIMARÃES et al, 2025).

Além disso, a Organização Internacional para as Migrações (OIM) foi responsável pela gestão dos Centros Humanitários de Acolhimento nas cidades de Canoas e Porto Alegre. A atuação envolveu o monitoramento dos abrigos, assim como a garantia de alimentos, água e promoção de espaços de convivência para a população atingida pelas enchentes. (PREIHSNER, 2024).

A atuação da UNICEF nas enchentes do Rio Grande do Sul envolveu promoção de informações sobre assistência social, prevenção de doenças, distribuição de kits de limpeza e promoção de espaços para as crianças nos

locais afetados. Somado a isso, participou do levantamento de informações sobre a situação de mulheres, crianças, adolescentes impactados pelo evento climático que perderam suas casas e passaram a viver em abrigos. O levantamento foi feito em parceria com o poder público a nível estadual e federal e resultou no "Censo dos Abrigos Emergenciais" (PREIHSNER, 2024).

Esse aumento nas respostas humanitárias internacionais demonstra que os desastres estão se tornando cada vez mais comuns, assim como as desigualdades socioambientais. Questões como falta de políticas públicas adequadas, somado à pobreza estrutural e à marginalização territorial agravam a exposição aos riscos. Realidades como essa revelam a má distribuição dos riscos e inaptidão de proteção das populações mais vulneráveis por parte dos sistemas políticos. Por isso, o deslocamento ambiental revela também as desigualdades sociais e ambientais (REHBEIN; ALVES, 2025).

Anteriormente às enchentes de 2024, o estado do Rio Grande do Sul já tinha experienciado outros eventos climáticos extremos. Como, por exemplo, as inundações entre 2017 e 2020, em que 277 municípios foram atingidos, sendo 46% tanto por inundação gradual como brusca. Somado a isso, no ano de 2023, um ciclone extratropical afetou 46 municípios, seguido de tempestade e vendavais e deslizamentos. Levando isso em consideração, os eventos de 2024 não podem ser considerados como inusitados, principalmente considerando o contexto das mudanças climáticas (SCHABBACH et al, 2024).

Com isso, as medidas preventivas de inundações e gestão de riscos no Rio Grande do Sul se demonstraram poucas ou insuficientes para lidar com as enchentes de 2024, que poderiam ter sido previstas anteriormente. Mesmo os municípios que foram afetados nos períodos anteriores não desenvolveram mecanismos suficientes para o enfrentamento de novos eventos climáticos extremos. (SCHABBACH et al, 2024).

Mesmo com o avanço de marcos legais e demais iniciativas em relação ao enfrentamento desses eventos climáticos extremos, ainda prevalece na governança estatal um padrão de gestão mais reativa: são respostas imediatas às consequências desses eventos. No entanto, as ações mais voltadas para gestão de riscos e outras políticas públicas com caráter de prevenção ainda não são priorizadas. Essa questão poderá se desenvolver melhor com uma maior articulação entre entidades governamentais com o intuito de planejamento a longo prazo (FREITAS; BARCELLOS, 2024).

No que tange à atuação das organizações internacionais, compreende-se que parte do trabalho desenvolvido diz respeito à atuação emergencial em desastres. No entanto, o reconhecimento legal para os deslocados ambientais, seja por criação de um novo regime ou reformulação dos instrumentos já existentes, é de suma importância, a longo prazo, para a população atingida.

Com isso, o deslocamento forçado no Brasil deve ser pensado não somente como uma resposta imediata aos desastres climáticos, mas também com o recorte das desigualdades estruturais presentes no país como as étnico-raciais, territoriais e de gênero. A confluência da intensificação dos desastres e as desigualdades socioambientais já existentes configuram uma crise humanitária que está presente na nova realidade climática (REHBEIN; ALVES, 2025).

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considerando as graves consequência das enchentes do Rio Grande do Sul, como perdas materiais, humanas e de infraestrutura, o evento pode ser considerado um desastre ambiental. No entanto, essas perdas não foram equitativas, de modo que as desigualdades já existentes no Brasil revelaram que populações de baixa renda e povos tradicionais foram mais afetados.

Não existe um consenso sobre o termo deslocados ambientais, o que dificulta a criação de um regime de proteção tanto nacional como internacional. Projetos de Lei como 1.594/2024 e 2.038/2024 colocaram em evidência a questão do deslocamento forçado por motivações ambientais. Essas iniciativas demonstram avanços na governança acerca da temática no país.

No entanto, após mais de um ano do desastre, os projetos de lei ainda estão em tramitação no Congresso Nacional e, frente a outras questões em debate, deixaram de ser prioridade para a aprovação. Do mesmo modo, as iniciativas governamentais foram concentradas no período crítico do desastre.

Contudo, com o aumento dos efeitos das mudanças climáticas, desastres como esse tendem a se tornar cada vez mais comuns. No entanto, passada a fase crítica do ocorrido, as esferas de governança não têm desenvolvido métodos de prevenção e alerta para novos desastres e, consequentemente, a falta de proteção dos deslocados ambientais.

NOTAS

[1] A Convenção de 1951 foi elaborada em um contexto de grande número de refugiados na Europa após a Segunda Guerra Mundial. Foram definidos os critérios para uma pessoa se tornar refugiada, bem como seus direitos e deveres nos países receptores. Disponível em: https://www.acnur.org/portugues/convencao-de-1951/ Acesso em 04 jan 2026.

[2] O Protocolo Relativo ao Estatuto do Refugiado de 1967 está disponível em: https://www.acnur.org/fileadmin/Documentos/portugues/BDL/Protocolo_de_1967_Relativo_ao_Estatuto_dos_Refugiados.pdfem 04 jan 2026.

[3] O ACNUR- Agência da ONU para refugiados, trabalha para assegurar que qualquer pessoa, em caso de necessidade, possa exercer o direito de buscar e receber refúgio em outro país (...) disponível em https://www.acnur.org/portugues/mandato-do-acnur/ Acesso em 04 jan 2026.

[4] A Declaração de Cartagena amplia o conceito de refúgio, devido a deslocamentos forçados no contexto da América que não constava em tratados anteriores disponível em: https://www.acnur.org/fileadmin/Documentos/portugues/BD_Legal/Instrumentos_Internacionais/Declaracao_de_Cartagena.pdf Acesso em 04 jan 2026.

[5] OIM- Agência da ONU para Migrações, um mecanismo intergovernamental no campo da migração que trabalha em colaboração com os parceiros governamentais, intergovernamentais e não governamentais. Disponível em: https://brazil.iom.int/pt-br/quem-somos Acesso em 04 jan 2026.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVES, Angela Limongi Alvarenga. Refúgio e Soberania estatal "Refugiados Ambientais". *In*: JUBILUT, Liliana Lyra; RAMOS, Erika Pires; CLARO, Carolina de Abreu Batista; CAPDEVILLE, Fernanda de Salles Cavedon (orgs.). **Refugiados Ambientais**. Boa Vista: Editora UFRR, 2018.

CARPENTIERI, Isabella Martins; REIS, Carolina. A face oculta da mudança climática: Colonialismo e deslocamento ambiental no desastre do Rio Grande do Sul. **Estudios Avanzados**, n. 40, p. 123-148, 2024.

CAVEDON, Fernanda de Salles; VIEIRA, Ricardo Stanziola. Conexões entre desastres ecológicos, vulnerabilidade ambiental e direitos humanos: novas perspectivas. **Revista Direito Econômico e Socioambiental**, v. 2, n. 1, p. 179-206, 2011. Disponível em: https://periodicos.pucpr.br/direitoeconomico/article/view/7754. Acesso em: 30 ago. 2025.

FREITAS, Carlos Machado de; BARCELLOS, Christovam. Desastre no Rio Grande do Sul, Brasil: crise climática, resposta do Sistema Único de Saúde e desafios dos novos tempos. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 40, p. 2-5, 2025.

GUIMARÃES, Gabriel Braga; BAUMVOL-MOTTE, Julia; MONT' ALVERNE, Tarin Cristino Frota. Mobilidade Humana e vulnerabilidade socioambiental: a proteção dos deslocados ambientais no Rio Grande do Sul à luz dos instrumentos internacionais sobre perdas e danos. **Revista de Direito Internacional**, v. 22, n. 1, 2025.

HOLZHACKER, Vivian. O Conceito de Refugiado no Direito Internacional. *In*: JUBILUT, Liliana Lyra; RAMOS, Erika Pires; CLARO, Carolina de Abreu Baptista; CAPDEVILLE, Fernanda de Salles Cavedon (orgs.). **Refugiados Ambientais**. Boa Vista: Editora da Universidade Federal de Roraima, 2018. p. 42-68.

INTERNATIONAL DISPLACEMENT MONITORING CENTRE (IDMC). **Global Report on International Displacement 2025**. [S. l.]: Norwegian Refugee Council, IDMC, 2025. *(Nota: Inserido [S. l.] por falta de local explícito).*

LIMA, Ricardo Araújo; SANTOS, Ana Ailema Morais dos; ARRAIS, Bruna Zita de Alencar. Governança Climática transnacional e direitos fundamentais: desafios e atores na mitigação dos impactos das mudanças climáticas. **Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação**, v. 10, n. 11, p. 4031–4048, 2024. Disponível em: https://periodicorease.pro.br/rease/article/view/16512. Acesso em: 13 ago. 2025.

OIM - AGÊNCIA DA ONU PARA MIGRAÇÕES. **Glossary on Migration**. 2. ed. Geneva: OIM, 2011.

PREIHSNER, Anna Julia. **Enchentes no Rio Grande do Sul em 2024**: o envolvimento dos atores internacionais e a contribuição no campo das políticas públicas. 2024. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Políticas Públicas) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2024.

REHBEIN, Katiele Daiana da Silva; ALVES, Felipe Dalenogare. Mobilidade Humana em face às mudanças climáticas: a urgência na criação de um instituto jurídico aos deslocados climático-ambientais. **Revista Direito e Praxis**, v. 16, n. 2, p. 1-26, 2025.

RIO GRANDE DO SUL. [Decreto nº 57.596, de 1º de maio de 2024]. Declara estado de calamidade pública no território do Estado do Rio Grande do Sul afetado pelos eventos climáticos de chuvas intensas... **Diário Oficial do Estado do Rio Grande do Sul**, Porto Alegre, RS, p. 02, 1 maio 2024. Disponível em: https://www.estado.rs.gov.br/defesa-civil-atualiza-balanco-das-enchentes-no-rs-16-5-12h. Acesso em: 13 ago. 2025.

SCHABBACH, Letícia Maria; RAMOS, Marília Patta; CUNHA, Lucas de Lima; MARX, Vanessa. As enchentes de 2024 no Rio Grande do Sul e a capacidade de resposta dos municípios às inundações. **Redes**: revista do desenvolvimento regional, v. 29, p. 1-28, 2024.

SERRAGLIO, Diogo Andreolla; FREITAS, Tatiane Brasil de; BROETTO, [et al.]. **O Rio Grande do Sul submerso**: Considerações sobre o Deslocamento por Desastres. [S. l.]: Rede Sul Americana Para as Migrações Ambientais (Resama), 2024. (Nota Técnica). Disponível em: https://www.resama.org/herramientas/. Acesso em: 16 nov. 2025.

THOMASI, Tanise Zago; SANTOS, Ariel Sousa. Os deslocados ambientais ou climáticos: o caso das enchentes no Rio Grande do Sul. **Direito UNIFACS** - Debate Virtual, n. 299, 2025.

UNDRR - ESCRITÓRIO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA REDUÇÃO DE RISCOS E DESASTRES. **Report on the open-ended intergovernmental expert working group on indicators and terminology relating to disaster risk and reduction**. [S. l.]: UNDRR, 2016.

RESUMO

O presente artigo tem como objetivo compreender e analisar a governança dos deslocados ambientais após as enchentes no estado do Rio Grande do Sul, em maio de 2024. Para isso foi realizada uma pesquisa de caráter bibliográfico. As enchentes ocorridas no estado do Rio Grande do Sul foram históricas, com aproximadamente 615 mil pessoas forçadas a deixarem suas casas. Esse não é um fenômeno novo e com as mudanças climáticas vem se agravando. No entanto, não há um consenso sobre a denominação do termo deslocados ambientais, nem um regime de proteção. A partir das enchentes de 2024, foram propostos alguns projetos de lei para os deslocados ambientais. Somada a isso, a atuação de organizações internacionais se expandiu no contexto. Contudo, com mais de um ano após o desastre climático, a atuação dessas organizações e do poder público se demonstrou mais reativa a respostas imediatas.

Palavras-chave: Deslocamento Ambiental; Governança; Rio Grande do Sul

ABSTRACT

The present article aims to understand and analyze the governance of environmentally displaced persons following the floods in the state of Rio Grande do Sul in May 2024. To this end, a bibliographic research study was conducted. The floods that occurred in the state of Rio Grande do Sul were historic, with approximately 615,000 people forced to leave their homes. This is not a new phenomenon, and it has been worsening due to climate change. However, there is no consensus on the terminology for "environmentally displaced persons," nor a protection regime. Following the 2024 floods, some legislative bills were proposed concerning environmentally displaced persons. In addition, the role of international organizations expanded in this context. Nevertheless, more than a year after the climate disaster, the actions of these organizations and public authorities have proven to be more reactive, focused on immediate responses.

Keywords: Environmental Displacement; Governance; Rio Grande do Sul.

Desastres de maio de 2024 no Rio Grande do Sul: impotências e ausências

May 2024 disasters in Rio Grande do Sul: impotence and absence

*Patrícia Grazziotin Noschang**

"Fazer versos
Cantando as belezas desta natureza sem par
E mostrar para quem quiser ver
Um lugar pra viver sem chorar!
É o meu Rio Grande do Sul
Céu, Sol, sul, terra e cor
Onde tudo que se planta cresce
E o que mais floresce é o amor"
Leonardo

1 INTRODUÇÃO

É maio de 2024, no Rio Grande do Sul chove forte e continuamente, faz frio e o vento sopra. O nível dos rios começa a subir rapidamente, mas acredita-se que não será como a última vez, como aconteceu no final de 2023.

A chuva não para; o solo começa a encharcar e a natureza não consegue segurar sozinha; deslizamentos de terra (movimento de massa) acontecem, principalmente, no Vale do Taquari e na Serra Gaúcha. Estradas são interrompidas, pontes são levadas pela enxurrada e as cidades ficam isoladas,

*Doutora e Mestra em Direito e Relações Internacionais PPGD/UFSC. Professora Titular da Faculdade de Direito e no Programa de Pós-Graduação em Direito (Mestrado) da Universidade de Passo Fundo/RS. Coordenadora do Projeto de Pesquisa: A Efetividade dos Direitos Humanos no Plano Internacional; dos Projetos de Extensão da UPF: Balcão do Migrante e Refugiado, Integrante do Educação em Direitos Humanos para Juventude e da Cátedra Sérgio Vieira de Mello/UPF. E-mail: patriciagn@upf.br

sem acesso. Barragens entram em alerta laranja e vermelho com ameaça de rompimento. O medo toma conta de todo o estado rio-grandense; o medo da chuva que não para!

O colapso começa quando o fornecimento de energia elétrica fica prejudicado e, logo depois, é o abastecimento de água. Cidades isoladas, pessoas sem energia elétrica, sem água encanada (potável), sem comida e sem água para beber; sem estradas e pontes que conectam as cidades não é possível o abastecimento dos mercados, armazéns e restaurantes.

Sem energia, a comunicação também é prejudicada. E assim não há como pedir socorro. A comunicação passa a ocorrer pelo rádio, distribuído em algumas localidades que ficaram isoladas[1] e que também não têm rede para telefone, pois a água levou tudo (cabos e postes). Pessoas sobem nos telhados para conseguir sobreviver, aguardam um barco, um jet-ski, um helicóptero. Pessoas voluntárias vêm de todo lugar, elas vão chegando com barcos, lanchas, caiaques, patrolas, caminhões, tratores. Sorte do povo gaúcho que elas vieram. Sem elas não teríamos tantas pessoas salvas e vivas. A necessidade de voluntários para fazer resgates também é diagnóstico do despreparo e desorganização do estado para atender e socorrer pessoas e animais em casos de estados de: calamidade, emergência…Emergência Climática!

2 AS POSSIBILIDADES DE (I)MOBILIDADE E O (DES) ABRIGAMENTO: DESPREPARO NO ACOLHIMENTO E AS DIVERSAS CAMADAS

Muitas pessoas sentiram medo de sair de casa, mesmo sem água e sem energia elétrica, pois temiam não encontrar o pouco que sobrou de seus pertences, quando voltassem, já que havia a possibilidade de saques e furtos[2]. Sair ou de não de casa tornou-se uma atitude temerosa, difícil de ser tomada. Muitas dúvidas e perguntas enchiam as cabeças das pessoas. *Se decidir sair, para onde vou? Quanto tempo vou ficar fora de casa? Tenho condições de sobreviver se ficar em casa sem água, luz e comida terminando?* Crianças, idosos, pessoas portadoras de deficiência e os animais de estimação são fatores determinantes na decisão da mobilidade ou da imobilidade.

O estacionamento de um dos shoppings centers, em Porto Alegre[3], se torna um abrigo para todos os animais de estimação encontrados, resgatados e que também lutam para sobreviver com dignidade.

Pessoas com condições de se abrigar em casas de outros parentes se movem para lá. Pessoas que moram em lugares altos ou em edifícios acima do segundo andar têm dificuldades em decidir se vão ou se ficam. Pessoas

vulneráveis que não têm outras para recebê-las em acolhimento, ou que não têm mais moradia, e a opção de permanecer em casa não existe, pois, a água tomou tudo..., decidem sair e se dirigem a abrigos lotados. Ginásios, salões de igreja, escolas, universidades passam a gerenciar uma verdadeira operação de acolhida humanitária nunca vista no país, pois esse tipo de deslocamento em massa de pessoas costuma ocorrer em países arrasados por guerras. Mas esse não é o caso do Brasil. Então... como fazer .... como acolher?

O despreparo e o desconhecimento no acolhimento de vítimas de um deslocamento forçado, em razão de um desastre ambiental e climático, tornam-se grandes dificuldades para a realização adequada do socorro às pessoas afetadas. Instauram-se o caos e o drama, quando começam a acontecer, nos abrigos, situações de abuso sexual e estupro a mulheres e meninas[4]; casos de xenofobia e discriminação na distribuição de comida às pessoas migrantes[5], solicitantes de refúgio, refugiadas e portadoras de visto humanitário. Danos psíquicos e traumas que marcarão, para sempre, as pessoas já vulnerabilizadas expostas a situações de ainda maior sofrimento.

Pessoas idosas, pessoas com dificuldade de mobilidade e pessoas com deficiência precisam de atenção especial dentre todas que estão em um abrigo. Pessoas migrantes, que já sofreram deslocamentos e foram para os abrigos, sofrem novamente com perdas e a necessidade de buscarem um terceiro ou quarto recomeço em suas vidas. Destaco migrantes haitianos que foram afetados pelo terremoto em seu país natal e, agora, sofrem novamente com um desastre ambiental no Rio Grande do Sul.

Crianças, bebês e mães que amamentam todas juntas também sofrem nos abrigos improvisados. A privação do sono e as doenças em razão do frio desafiam a convivência que era para ser temporária, mas que se estende por mais de uma semana, as vezes sem previsão de duração, fora das suas residências.

Cidades isoladas, em razão das estradas e pontes destruídas, seja pelos deslizamentos de terra, seja pela inundação, só puderam ser abastecidas com alimentos por aviões particulares. Postos de combustíveis também foram afetados, isolados, indisponíveis para abastecimento de combustíveis. A mobilidade em direção e dentro das cidades ficou restrita e limitada. Um corredor humanitário[6], para levar medicamentos, alimentos e roupas às pessoas atingidas, em Porto Alegre, foi aberto nas vias mais elevadas e que não foram atingidas pelas enchentes. É o estado do caos!

Somam-se ao desastre os danos sofridos pelos povos originários, terras indígenas devastadas[7], quilombolas atingidos[8]; atividade pesqueira condenada e a comunidade pesqueira das ilhas do Guaíba totalmente deixada ao abandono, com impossibilidade de mobilidade. Nestes casos, não houve abrigamento! Houve descaso e invisibilidade.

Enquanto isso, a população das cidades, principalmente as da região noroeste do estado, que não foram atingidas diretamente, começam o movimento de ações de solidariedade. Ações semelhantes ocorreram também em todo o Brasil. Arrecadar roupas, alimentos não perecíveis, brinquedos e água para as pessoas que estavam desabrigadas e desalojadas. A solidariedade também ocorreu na preparação dos alimentos para as pessoas abrigadas; cozinhas solidárias foram montadas para essa finalidade.

3 A RECONSTRUÇÃO

Depois que a chuva parou e os níveis de água dos rios começaram a baixar, iniciou-se o retorno ao lar para as pessoas que ainda o tinham. Ao acessar as cidades que foram totalmente destruídas, via-se a maioria das casas cheias de barro e lama, e sentia-se um odor é muito forte.

As perdas foram muito além das coisas materiais: documentos que molharam e foram destruídos, fotos - álbuns de família, livros, brinquedos, objetos passados de geração em geração. Histórias e memórias que ficam somente na lembrança e na dor.

O desafio agora é a reconstrução!

Então um outro movimento de solidariedade se iniciou. A população se organizou e utilizou ônibus para ajudar a limpar as cidades devastadas, com o objetivo de que os desalojados pudessem voltar para suas casas. Foram arrecadados muitos materiais de limpeza, uma infinidade de rodos, esponjas etc.

Quem perdeu tudo, muitos pela segunda vez, considerando os eventos climáticos de 2023, segue nos abrigos ou casas de quem os acolheu ou se desloca para outras cidades. Outra batalha começa: a busca pelo auxílio à reconstrução concedido pelo governo federal. A dificuldade em atender a alguns critérios para ser contemplado com o auxílio passa a ser um empecilho a mais para muitas famílias.

Mas quais os fatores que levaram ao desastre? Pode-se dividir em questões jurídicas, de gestão administrativa pública que concorreram para o desastre. Legislação ambiental flexibilizada pelo governo estadual, desmonte dos órgãos de gestão ambiental, retirada da vegetação nas planícies de alagamento, moradias nas planícies de alagamento etc. Vários são os fatores que contribuíram para toda a devastação e perdas humanas[9]. Soma-se a isso o despreparo para o atendimento e o socorro às pessoas desabrigadas, desalojadas e deslocadas. Voltar para o lar foi uma possibilidade que muitas pessoas não tiveram mais!

4 DEPOIS DO DESASTRE: AGUARDANDO A REPARAÇÃO, A RECONSTRUÇÃO…

Não há depois do desastre! Há continuidade da emergência climática e ausência de responsabilidade estatal em todos os níveis: municipal, estadual e federal. Os efeitos adversos das mudanças climáticas e os eventos climáticos extremos seguirão ocorrendo, cada vez, com maior intensidade e frequência. Novos alagamentos já ocorreram após maio de 2024 e alguns municípios continuam sem medidas preventivas ou de reparação, sem plano de contingência e adaptação às mudanças climáticas.

O estado de emergência climática vivido no Rio Grande do Sul evidencia uma série de elementos e sofrimentos ligados à (in) justiça climática, ao racismo ambiental e climático e à (i)responsabilidade do Estado e da administração pública, no âmbito regional e no municipal, na gestão ambiental, climática e humana.[10] Todos esses elementos chamam a atenção, para que medidas sejam tomadas em âmbito local, regional, nacional e internacional.

A educação para o desastre e para a ação climática passa ser um fator importante a fim de que as escolas preparem as crianças para compreender o desastre, entender que há rotas de fuga, e quais ações devem ser executadas em situações de eventos climáticos extremos. Um processo pedagógico de compreensão, conscientização e ação torna-se mais relevante, se considerarmos que as subsigai-la e adolescentes de hoje serão a próxima geração que irá viver o maior número de eventos climáticos extremos, caso a nossa geração, atual, permaneça indiferente à realidade.

5 SOBRE A LEGISLAÇÃO, RECONHECIMENTO E PROTEÇÃO

Em âmbito local, regional, nacional, e internacional, alguns movimentos importantes já foram feitos para avançar no reconhecimento e na proteção das pessoas que são forçadas a se deslocar em razão de desastres e eventos climáticos extremos.

No Brasil, em 7 de maio de 2024, o Projeto de Lei 1594[11] foi proposto na Câmara dos Deputados pela Deputada Erika Hilton, numa construção conjunta entre RESAMA, Instituto Du Clima, e Instituto Marielle Franco. O objetivo do referido projeto é instituir a Política Nacional dos Deslocados Ambientais e Climáticos – PNDAC, estabelecer direitos e apontar r diretrizes que auxiliem o Poder Público no reconhecimento e promoção de direitos e garantias para todas pessoas que são forçadas a se deslocar em razão de desastres e eventos climáticos extremos.

Em dezembro de 2024, a Declaração de Cartagena +40 e o Plano do Chile[12] reconheceram e dedicaram um capítulo para as pessoas deslocadas por desastres e por efeitos adversos das mudanças climáticas, instituindo uma agenda regional que deve ser implementada nos próximos dez anos, com sistema de prioridades de monitoramento de dois em dois anos.

Em dezembro de 2024, a Relatoria Especial da Comissão Interamericana de Direitos Humanos dos Direitos Econômicos Sociais Culturais e Ambientais (REDESCA) veio ao Rio Grande do Sul para verificar *in loco* como a população vinha sendo assistida seis meses após o desastre. Na audiência pública realizada em Porto Alegre, com a participação da sociedade civil, das pessoas representantes dos coletivos atingidos e o responsável pelo relatoria do caso. A sensação é a de que ainda estamos em maio de 2024. Quilombolas, povo do terreiro, comunidades pesqueiras das Ilhas e de Rio Grande, pessoas atingidas nos bairros mais vulneráveis de Porto Alegre, fiéis de religião de matriz africana, representante dos catadores, das mulheres, das pessoas migrantes e refugiadas etc., todos eles pertencentes a coletivos ainda abandonados em moradias com rachaduras condenadas pela defesa civil, e sem alternativas para uma mobilidade de moradia digna, bem como ao retorno às atividades econômicas de subsistência e sobrevivência. O relator e sua equipe seguiram visita também ao Vale do Rio Taquari. O Relatório da REDESCA[13] identificou as evidências já apresentadas: *"[...] desafios estruturais que ampliaram a vulnerabilidade da população diante do desastre, como a degradação ambiental, a flexibilização da legislação de proteção ambiental, a falta de infraestrutura resiliente e a insuficiências de políticas públicas para mitigação e adaptação às mudanças climáticas. Além disso, foram observadas algumas falhas na resposta emergencial, com dificuldades de acesso a abrigos adequados, serviços de saúde, educação e apoio psicossocial*." [14]

Nas recomendações, o Relatório REDESCA[15] afirma que a tragédia do Rio Grande do Sul, em maio de 2024, demonstra a urgência de políticas públicas que considerem e combatam desigualdades raciais, sociais e climáticas, especialmente no atendimento a populações historicamente marginalizadas. A REDESCA determina que é essencial garantir participação comunitária e justiça socioambiental nas estratégias de prevenção, resposta e recuperação. Ademais, as enchentes recentes evidenciam que a vulnerabilidade climática pode atingir também grupos antes não considerados em risco, como agricultores familiares, comunidades costeiras e pescadores. Essa possibilidade reforça a necessidade de mecanismos de proteção social adaptáveis e infraestrutura resiliente para toda a sociedade.

Para além do Rio Grande do Sul, em 2025 duas decisões de Cortes Internacionais reconheceram a emergência climática e a responsabilidade dos Estados. A Opinião Consultiva da Corte Interamericana de Direitos Humanos,

solicitada pela Colômbia e pelo Chile[16], determinou que a mudança climática constitui uma ameaça sem precedentes aos direitos humanos e à estabilidade global, ao provocar insegurança alimentar e hídrica, perdas econômicas extraordinárias e graves impactos sociais, incluindo migrações forçadas e deslocamentos involuntários. As regiões mais pobres e desiguais são as mais vulneráveis, pois seus meios de subsistência dependem, em maior medida, do clima e carecem de recursos suficientes para enfrentar suas consequências. Reconhecendo que essa emergência climática, causada de forma desigual por atividades antropogénicas, só pode ser enfrentada por meio de ações urgentes e eficazes de mitigação, adaptação e desenvolvimento sustentável com enfoque de direitos humanos e resiliência, reafirma-se que os Estados possuem obrigações de respeito, garantia e cooperação. Isso implica abster-se de condutas que agravem a crise, adotar medidas para reduzir riscos, proteger as pessoas mais vulneráveis, cooperar de maneira equitativa para enfrentar causas e impactos comuns, protegendo o sistema climático global em benefício da humanidade e das gerações presentes e futuras.[17]

E a sentença da Corte Internacional de Justiça[18] afirmou que a proteção dos bens ambientais globais, como a atmosfera, constitui interesse comum de todos os Estados, configurando obrigações *erga omnes*. No contexto dos tratados, a Convenção-Quadro e o Acordo de Paris criam obrigações *erga omnes* partes, permitindo que qualquer Estado-parte invoque a responsabilidade de outro Estado pelo descumprimento de suas obrigações de mitigação climática.

NOTAS

[1] UNISC. UNISC lidera campanha de arrecadação de rádios a pilha. Disponível em: <https://www.unisc.br/pt/noticias/unisc-lidera-campanha-de-arrecadacao-de-radios-a-pilha>. Acesso em: 31 ago. 2025.

[2] CNN BRASIL. Moradores do RS retornam às residências alagadas temendo saques e furtos; relatos de saques noturnos em cidade evacuada. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/nacional/video-moradores-do-rs-retornam-as-residencias-alagadas-temendo-saques-e-furtos/>;<https://www.cnnbrasil.com.br/nacional/chuvas-no-rs-moradores-relatam-saques-noturnos-em-cidade-evacuada-durante-enchente/>. Acesso em: 31 ago. 2025.

[3] RBS. Shopping Iguatemi Porto Alegre transforma estacionamento em abrigo para cães resgatados. Disponível em: <https://www.gruporbs.com.br/conteudosdenegocios/69/shopping-iguatemi-porto-alegre-transforma-estacionamento-em-abrigo-para-caes-resgatados>. Acesso em: 31 ago. 2025.

[4] CNN BRASIL. *Porto Alegre anuncia abrigo com segurança privada e instalações exclusivas para mulheres e crianças*. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/nacional/porto-alegre-anuncia-abrigo-com-seguranca-privada-e-instalacoes-exclusivas-para-mulheres-e-criancas/>. Acesso em: 31 ago. 2025.

[5] GAÚCHA.ZH. Comunidade de venezuelanos na zona norte de Porto Alegre é devastada pela enchente. Disponível em: <https://gauchazh.clicrbs.com.br/porto-alegre/noticia/2024/06/comunidade-de-venezuelanos-na-zona-norte-de-porto-alegre-e-devastada-pela-enchente-clxf4gk6b01hd014407a47fq6.html>. Acesso em: 31 ago. 2025.

[6] PODER 360. Porto Alegre cria corredor humanitário para serviços de emergência. Disponível em: <https://www.poder360.com.br/brasil/porto-alegre-cria-corredor-humanitario-para-servicos-de-emergencia/>. Acesso em: 31 ago. 2025.

[7] CNN BRASIL. Chuvas no RS: temporais deixam aldeias alagadas e indígenas ilhados. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/politica/chuvas-no-rs-temporais-deixam-aldeias-alagadas-e-indigenas-ilhados/>. Acesso em: 31 ago. 2025.

[8] BRASIL DE FATO. Enchentes atingem todas as 6.828 famílias quilombolas do RS e dez comunidades estão ilhadas. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2024/05/14/enchentes-atingem-todas-as-6-828-familias-quilombolas-do-rs-e-dez-comunidades-estao-ilhadas/>. Acesso em: 31 ago. 2025.

[9] JUSCLIMA. Ação Civil Pública do Ministério Público Federal contra União, Estado RS e outros. Disponível em: <https://jusclima2030.jfrs.jus.br/litigio/ministerio-publico-federal-vs-uniao-estado-do-rio-grande-do-sul-e-outros/>. Acesso em: 31 ago. 2025.

[10] "198. A tragédia climática no Rio Grande do Sul evidencia a necessidade urgente de políticas públicas que levem em consideração as desigualdades raciais, sociais e a vulnerabilidade climática na gestão de desastres. Esses fatores, somados à vulnerabilidade histórica de populações marginalizadas, como comunidades indígenas, quilombolas e as pessoas trabalhadoras informais, ampliam os impactos sociais e ambientais dos desastres, resultando na destruição de moradias, perdas de fontes de subsistência e dificuldades de acesso a serviços essenciais. Nesse sentido, é fundamental que estratégias de prevenção, resposta e recuperação incluam a participação ativa das comunidades afetadas, garantindo que suas vozes sejam ouvidas e suas demandas sejam atendidas de maneira equitativa. Além disso, a promoção da justiça socioambiental deve estar no centro das políticas públicas, assegurando que todas as populações tenham o direito a um ambiente seguro e saudável." Inter-American Commission on Human Rights. **Impactos das enchentes no Rio Grande do Sul:** observações e recomendações para a garantia dos direitos econômicos, sociais, culturais e ambientais. Adotado pela Comissão Interamericana de Direitos Humanos em 31 de março de 2025 /Relatoria Especial sobre direitos econômicos, sociais, culturais e ambientais. NTER-AMERICAN COMMISSION ON HUMAN RIGHTS. Impactos das enchentes no Rio Grande do Sul: observações e recomendações para a garantia dos direitos econômicos, sociais, culturais e ambientais. Adotado pela Comissão Interamericana de Direitos Humanos em 31 mar. 2025/Relatoria Especial sobre Direitos Econômicos, Sociais, Culturais e Ambientais.

[11] BRASIL. Câmara Legislativa. PL 1594/2024. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2431186>. Acesso em: 31 ago. 2025.

[12] ACNUR. Cartagena + 40 e Plano do Chile. Disponível em: <https://www.acnur.org/br/noticias/notas-informativas/cartagena-40-declaracao-e-plano-de-acao-do-chile-consolidam-lideranca>. Acesso em: 31 ago. 2025.

[13] NTER-AMERICAN COMMISSION ON HUMAN RIGHTS. Impactos das enchentes no Rio Grande do Sul: observações e recomendações para a garantia dos direitos econômicos, sociais, culturais e ambientais. Adotado pela Comissão Interamericana de Direitos Humanos em 31 mar. 2025/Relatoria Especial sobre Direitos Econômicos, Sociais, Culturais e Ambientais.

[14] Ibidem. Par. 192.

[15] Ibidem par. 198 e 199.

[16] CORTE INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS. Opinião Consultiva n. 32/2025. Disponível em: <https://corteidh.or.cr/tablas/OC-32-2025/index-por.html>. Acesso em: 31 ago. 2025.

[17] Idem

[18] CORTE INTERNACIONAL DE JUSTIÇA. Case 187. Disponível em: <https://www.icj-cij.org/case/187>. Acesso em: 31 ago. 2025.

REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ACNUR. **Cartagena + 40 e Plano do Chile**. Disponível em: https://www.acnur.org/br/noticias/notas-informativas/cartagena-40-declaracao-e-plano-de-acao-do-chile-consolidam-lideranca. Acesso em: 31 ago. 2025.

BRASIL. Câmara dos Deputados. **PL 1594/2024**: institui a Política Nacional dos Deslocados Ambientais e Climáticos – PNDAC, estabelecendo seus direitos e fornecendo diretrizes para que o Poder Público promova sua proteção. Brasília, DF, 2024. Disponível em: https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2431186. Acesso em: 31 ago. 2025. [1]

BRASIL DE FATO. **Enchentes atingem todas as 6.828 famílias quilombolas do RS e dez comunidades estão ilhadas**. São Paulo, 14 maio 2024. Disponível em: https://www.brasildefato.com.br/2024/05/14/enchentes-atingem-todas-as-6-828-familias-quilombolas-do-rs-e-dez-comunidades-estao-ilhadas/. Acesso em: 31 ago. 2025. [1, 2]

CNN BRASIL. **Chuvas no RS:** temporais deixam aldeias alagadas e indígenas ilhados. Brasília, 11 maio 2024. Disponível em: https://www.cnnbrasil.com.br/politica/chuvas-no-rs-temporais-deixam-aldeias-alagadas-e-indigenas-ilhados/. Acesso em: 31 ago. 2025. [1]

CNN BRASIL. **Moradores do RS retornam às residências alagadas temendo saques e furtos**. São Paulo, 13 maio 2024. Disponível em: https://www.cnnbrasil.com.br/nacional/video-moradores-do-rs-retornam-as-residencias-alagadas-temendo-saques-e-furtos/. Acesso em: 31 ago. 2025. [1, 2]

CNN BRASIL. **Porto Alegre anuncia abrigo com segurança privada e instalações exclusivas para mulheres e crianças**. São Paulo, 10 maio 2024. Disponível em: https://www.cnnbrasil.com.br/nacional/porto-alegre-anuncia-abrigo-com-seguranca-privada-e-instalacoes-exclusivas-para-mulheres-e-criancas/. Acesso em: 31 ago. 2025. [1, 2]

CORTE INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS. **Parecer Consultivo OC-32/2025**: emergência climática e direitos humanos. San José, 29 maio 2025. Disponível em: https://corteidh.or.cr/tablas/OC-32-2025/index-por.html. Acesso em: 31 ago. 2025. [1, 2]

CORTE INTERNACIONAL DE JUSTIÇA. **Obligations of States in respect of Climate Change** (Request for Advisory Opinion). Haia, 23 jul. 2025. Disponível em: https://www.icj-cij.org/case/187. Acesso em: 31 ago. 2025. [1, 2]

GAÚCHA ZH. **Comunidade de venezuelanos na zona norte de Porto Alegre é devastada pela enchente**. Porto Alegre, 14 jun. 2024. Disponível em: https://gauchazh.clicrbs.com.br/porto-alegre/noticia/2024/06/comunidade-de-venezuelanos-na-zona-norte-de-porto-alegre-e-devastada-pela-enchente-clxf4gk6b01hd014407a47fq6.html. Acesso em: 31 ago. 2025.

INTER-AMERICAN COMMISSION ON HUMAN RIGHTS. **Impactos das enchentes no Rio Grande do Sul**: observações e recomendações para a garantia dos direitos econômicos, sociais, culturais e ambientais. Relatoria Especial sobre Direitos Econômicos, Sociais, Culturais e Ambientais. Washington, DC, 31 mar. 2025.

JUSCLIMA. **Ação Civil Pública do Ministério Público Federal contra União, Estado RS e outros**. Porto Alegre, 2024. Disponível em: https://jusclima2030.jfrs.jus.br/litigio/ministerio-publico-federal-vs-uniao-estado-do-rio-grande-do-sul-e-outros/. Acesso em: 31 ago. 2025.

PODER 360. **Porto Alegre cria corredor humanitário para serviços de emergência**. Brasília, 2024. Disponível em: https://www.poder360.com.br/brasil/porto-alegre-cria-corredor-humanitario-para-servicos-de-emergencia/. Acesso em: 31 ago. 2025.

RBS. **Shopping Iguatemi Porto Alegre transforma estacionamento em abrigo para cães resgatados**. Porto Alegre, 2024. Disponível em: https://www.gruporbs.com.br/conteudosdenegocios/69/shopping-iguatemi-porto-alegre-transforma-estacionamento-em-abrigo-para-caes-resgatados. Acesso em: 31 ago. 2025.

UNISC. **UNISC lidera campanha de arrecadação de rádios a pilha**. Santa Cruz do Sul, 2024. Disponível em: https://www.unisc.br/pt/noticias/unisc-lidera-campanha-de-arrecadacao-de-radios-a-pilha. Acesso em: 31 ago. 2025.

RESUMO

Em maio de 2024, o estado do Rio Grande do Sul enfrentou um dos maiores desastres climáticos, marcado por chuvas intensas, inundações, enchentes, deslizamentos de terra e colapso da infraestrutura urbana e rural. O evento evidenciou a fragilidade da gestão pública diante de emergências climáticas, revelando falhas na prevenção, acolhimento e reconstrução. A mobilidade humana foi profundamente impactada, com milhares de pessoas forçadas ao deslocamento, enfrentando abrigos superlotados, violência, discriminação e abandono. O desastre escancarou desigualdades sociais e ambientais, afetando de forma desproporcional populações vulneráveis como migrantes, indígenas, quilombolas, pessoas com deficiência e crianças. A resposta voluntária da sociedade civil foi essencial para o resgate e assistência, contrastando com a ausência de políticas públicas eficazes. Esse artigo, em formato de relato de memórias, discute os fatores estruturais que contribuíram para a tragédia, como o desmonte da legislação ambiental e a negligência estatal, propondo a educação climática e o reconhecimento jurídico do deslocamento forçado por desastres e eventos climáticos extremos como caminhos para a justiça climática e a proteção dos direitos humanos.

Palavras-chave: Desastre ambiental; Deslocados ambientais; Mobilidade humana; Mudanças climáticas.

ABSTRACT

In May 2024, the state of Rio Grande do Sul faced one of the most severe climate disasters in its history, marked by intense rainfall, flooding, landslides, and the collapse of both urban and rural infrastructure. The event exposed the fragility of public administration in responding to climate emergencies, revealing critical failures in prevention, sheltering, and reconstruction. Human mobility was deeply affected, with thousands of people forcibly displaced, facing overcrowded shelters, violence, discrimination, and neglect. The disaster laid bare deep social and environmental inequalities, disproportionately impacting vulnerable populations such as migrants, Indigenous peoples, quilombola communities, persons with disabilities, and children. Civil society's voluntary response was essential for rescue and relief, standing in stark contrast to the absence of effective public policies. This memory-based narrative article discusses the structural factors that contributed to the tragedy, including the dismantling of environmental legislation and governmental negligence. It advocates for climate education and the legal recognition of forced displacement due to disasters and extreme climate events as pathways toward climate justice and the protection of human rights.

Keywords: Environmental disaster; Environmentally displaced people; Human mobility; Climate change

A nossa atuação, mesmo que pequena diante da enormidade do desastre (ambiental), pode ser decisiva

Our action, however small in the face of (environmental) disaster, can be decisive

Marina Zwetsch Baldez[*]

"Canoas minha terra, município de valor, coração que dentro encerra tanta bravura e tanto amor". Esse é um dos poucos trechos do hino de Canoas que eu me recordo, costumava cantar na escola quando era pequena. Nasci e cresci aqui, uma cidade que por muitos anos foi chamada de "cidade dormitório": não havia muitos atrativos, era vista quase como um bairro descolado da capital. Com o tempo, porém, Canoas foi ganhando vida própria, com novas histórias, pessoas chegando de diferentes lugares e iniciativas que deram mais movimento às ruas e mais identidade ao município. E, embora em alguns momentos da minha jornada eu tivesse vontade de me afastar dessa origem, testemunhar mais da metade da cidade submersa, silenciosa sob as águas, foi uma das experiências mais marcantes da minha vida.

As chuvas começaram no final de abril de 2024, mais precisamente no dia 27. No ano anterior, em setembro de 2023, o Vale do Taquari já havia enfrentado inundações severas, mas naquela ocasião a região metropolitana de Porto Alegre e a capital não foram atingidas. Lembro que, durante aqueles eventos, dediquei tempo para estudar quais rios deságuam no Guaíba. Essa informação foi fundamental para o meu preparo no ano seguinte, pois foi a partir dela que compreendi a gravidade do que estava prestes a acontecer, conhecimento que grande parte da população não possuía. Por isso, defendo com convicção que o acesso à informação e a construção de uma autoestima

* Pós-graduação em Design de Serviços e de Interação pela UNISINOS. Cursa Relações Internacionais na Uniritter. Atua na interseção entre design estratégico, educação, tecnologia, comunicação e inovação social, combinando criatividade e metodologias assertivas para desenvolver soluções sustentáveis, colaborativas e de impacto positivo. É fundadora da Lucia ICD, Inteligência Criativa para Desastres, e voluntária na RESAMA, Rede Sul-Americana para Migrações Ambientais. Contato: marinazwetsch@gmail.com

intelectual coletiva são cruciais para que as populações consigam identificar riscos e desenvolver autonomia, tanto na prevenção quanto na mitigação de danos causados por desastres ambientais.

Durante uma semana, acompanhei de perto a cobertura da Rádio Independente sobre a situação das cidades do Vale do Taquari. Via, quase em tempo real, as medições dos rios subirem hora a hora e os pedidos de resgate se acumularem. As prefeituras não estavam preparadas: não havia barcos nem helicópteros suficientes para atender a todos os chamados. As famílias esperaram durante horas, e até dias, por socorro. Algumas ficaram em cima de telhados, outras presas entre o forro das casas e as telhas.

Recordo, em especial, uma madrugada em que assisti, pelas câmeras de trânsito, a cidade de Lajeado sendo engolida pelas águas. Compartilhei com alguns familiares que acreditava estarmos diante de algo sem precedentes, mas ninguém compreendia a magnitude do que estava acontecendo. Me senti pessimista e, muitas vezes, cheguei a ser chamada de alarmista. A maior parte da população não tinha ideia da quantidade de água que desceria pela bacia do Guaíba. Se os órgãos públicos tivessem recursos e treinamento adequados, muitas ações preventivas poderiam ter sido realizadas. Tivemos, no mínimo, três dias de antecedência antes de sermos atingidos diretamente.

Na madrugada do dia 3 de maio de 2024, a região metropolitana e a capital começaram a sentir os efeitos da inundação. É fundamental entender que as inundações não foram causadas apenas pela chuva local, mas pelo acúmulo do volume de água em todo o estado. O índice pluviométrico da capital foi alto, mas o transbordamento ocorreu pela soma das chuvas em toda a bacia hidrográfica. Naquela sexta-feira (3 de maio), já estava claro para mim que abrigos seriam abertos e que eu atuaria como voluntária em algum deles. Era evidente que muitas pessoas seriam atingidas e precisariam abandonar suas casas.

Até o momento da abertura do primeiro abrigo, apenas alguns bairros haviam recebido alertas de evacuação, e esses alertas demoraram a chegar. Em alguns locais, carros de som passaram poucas horas antes da cota de inundação ser atingida. Em outros, sequer houve instruções claras. Mesmo com os avisos, a população não tinha real consciência da gravidade, e muitas famílias ignoraram os alertas porque acreditavam que não seriam impactadas. No bairro Rio Branco, por exemplo, houve confusão: a prefeitura solicitou evacuação num primeiro momento, mas apagou a publicação logo em seguida, afirmando que a situação estava sob controle, o que não era verdade. Ninguém teve tempo hábil para agir com segurança. Tanto os alertas quanto as instruções eram vagos e não condiziam com o que estávamos vivendo.

No início da tarde da sexta-feira, fui até o primeiro abrigo aberto em Canoas: o Centro Olímpico Municipal. Ao chegar, algumas famílias já estavam sendo acolhidas. Fiquei responsável por receber os animais resgatados. No início, eram cães e gatos que chegavam com seus tutores. Em pouco tempo, passamos a receber também galinhas, coelhos, porquinhos-da-índia, muitos em gaiolas pequenas e improvisadas. Utilizamos uma sala do ginásio para abrigar cerca de 20 cães, e os dois vestiários foram adaptados para receber mais animais. Antes de vivenciar algo assim, é difícil imaginar a complexidade envolvida: animais não vacinados, doentes, filhotes e idosos, animais no cio, fêmeas prenhes, todos juntos, vulneráveis ao estresse e a riscos biológicos. Veterinários se desdobravam para arrecadar doações e garantir o mínimo de dignidade àquelas vidas.

Por volta das 23h, percebi que o abrigo havia atingido sua capacidade máxima. Não receberíamos mais nenhuma família ou animal naquele local. O ginásio estava completamente lotado e contava com muitos voluntários. Perguntei aos coordenadores do Centro Olímpico onde mais precisavam de ajuda e fui orientada a ir até o campus da Ulbra, que estava abrindo 600 vagas. Voltei para casa, jantei, tomei banho, vesti algo confortável e, por volta das 4h da madrugada, peguei um Uber até lá. Ao chegar, a cena era devastadora: as 600 vagas haviam sido preenchidas em poucos minutos. Um prédio inteiro de três andares já estava ocupado, e começamos a abrir um ginásio. O número de abrigados na Ulbra já era cerca de três vezes o previsto. Não duvido de que, naquele momento, já estávamos atendendo a mais de 2 mil pessoas.

As pessoas chegavam de todas as formas: carros de aplicativo, motos, táxis, caçambas de caminhonetes, caminhões do Exército, de ônibus e até a pé. Uma cena me marcou particularmente: várias famílias chegavam na parte traseira daqueles caminhões que transportam tanques de oxigênio. As filas se moldavam à arquitetura do campus, ocupando várias quadras e se estendendo além do que meus olhos conseguiam enxergar. Tudo saiu do controle muito rápido. Nosso objetivo passou a ser apenas um: manter as pessoas vivas. Havia mulheres carregando seus filhos e os filhos de amigas ou parentes, crianças sozinhas ou acompanhadas de vizinhos, idosos e pessoas com deficiência. Muitas haviam caminhado por horas com água acima da cintura até conseguirem chegar a um ponto de resgate. Chegavam molhadas, com os lábios roxos, tremendo, sem nenhum pertence ou documento, vestindo apenas pijamas, em estado de choque. Algumas mães não conseguiam dizer quantos filhos tinham ou os nomes das crianças, seus olhares eram perdidos e permaneciam em silêncio, atordoadas.

Não tínhamos instruções da Defesa Civil ou da prefeitura, nem contávamos com policiamento ou estrutura de primeiros socorros. Anotávamos, em uma folha de papel na entrada do ginásio, apenas o nome de um responsável

pela família, quantas pessoas estavam junto e se traziam algum animal, e já as encaminhávamos para receber alimento quente, roupas, cobertores e colchões, se disponíveis. Durante a noite e a madrugada, helicópteros e barcos não faziam resgates. Porém, logo nas primeiras horas da manhã, quando os resgates voltaram a ocorrer, a movimentação se tornou frenética. Lembro-me de estar em uma das portas do prédio 40, um dos ginásios, de frente para o campo de futebol que havia sido transformado em heliponto, e observar cerca de dois a três helicópteros sobrevoando nossas cabeças, fazendo fila para pousar. Ainda chovia muito, e enquanto eu atendia as pessoas que chegavam, a água da chuva batia no meu rosto, mesmo dentro do prédio, devido à quantidade de aeronaves pousando e decolando para realizar os resgates.

Eram pessoas de diversos municípios, muitas famílias foram separadas, se perderam dos seus familiares e presenciamos pessoas em completo estado de desespero por não saberem como seus entes queridos estavam ou se tinham sido resgatados. A comunicação era precária: não tínhamos acesso a telefones, internet móvel ou rede wi-fi. Em menos de 24 horas, tínhamos quatro prédios lotados. O campus da Ulbra havia se transformado em uma cidade improvisada, com cerca de 8 mil pessoas abrigadas e uma rotatividade que chegava a 17 mil, o maior abrigo do estado. Tudo era feito pela própria população. Os ginásios tiveram suas redes de proteção cortadas para acolher quem chegava; salas de aula foram praticamente invadidas para abrigar pessoas que sofriam com o frio; quadras com goteiras foram enxugadas com camisetas para receber mais famílias; cadeirantes e acamados eram carregados pelos braços de voluntários escada acima por vários andares até encontrarmos uma sala capaz de comportá-los, porque não tínhamos acesso aos elevadores.

Não havia banheiros ou chuveiros suficientes, não era incomum termos conhecimento de pessoas fazendo suas necessidades fisiológicas nas áreas externas dos abrigos ou até mesmo no chão dos banheiros. Contávamos com 32 chuveiros para cerca de 8 mil pessoas, 16 para mulheres e 16 para homens, estando disponíveis apenas nos vestiários dos ginásios. Por motivos óbvios, raramente todos estavam funcionando, porque não suportavam a demanda e queimavam. Além disso, aconteceram surtos de doenças contagiosas, como escabiose, pediculose, gripes, entre outros. Em alguns momentos, inclusive, nos deparamos com pessoas com tuberculose convivendo em áreas compartilhadas. Presenciamos situações como uma tentativa de suicídio de uma adolescente, mulheres com medida protetiva vivendo no mesmo local que seus agressores, meninas sofrendo assédios de homens adultos, facções inimigas sendo alocadas em prédios localizados nos extremos do campus para ficarem afastadas, entre muitas outras. Era nítido: nós não tínhamos nenhuma estrutura para abrigar todas aquelas pessoas, e

os órgãos responsáveis estavam mais perdidos que nós. Eles não possuíam nenhum planejamento ou protocolo para tentar coordenar a situação. Eram muitos fatores complexos e necessidades distintas. As pessoas já tinham perdido todos os seus bens e estavam correndo inúmeros riscos no local que deveria ser de acolhimento.

Diante desse cenário, logo percebemos que era fundamental organizar um cadastro de pessoas para promover o encontro de famílias. Muitas pessoas chegavam desesperadas procurando familiares, mas não havia controle algum; não tínhamos nenhuma forma de informar se estavam ali ou não, nem estrutura para isso. Queríamos dizer para as famílias que seus parentes passaram por nós e que, ao menos, estavam vivos. Ao mesmo tempo, isso era desesperador para as famílias e, também, um problema para nós, porque queríamos promover esses encontros para que as pessoas pudessem ir para a casa de familiares ou amigos, onde teriam maior segurança e conforto; isso auxiliaria no problema da superlotação do abrigo.

No início, enquanto realizávamos o acolhimento das pessoas que chegavam, tentamos anotar à mão os dados básicos de identificação, mas, devido à urgência da situação, isso não foi feito de maneira adequada. Na nossa segunda tentativa, partimos para planilhas no Google Sheets. Inúmeros voluntários levaram seus próprios dispositivos, como notebooks e tablets; quando possível, também utilizamos a internet dos nossos próprios celulares, mas nem todos os aparelhos e operadoras conseguiam ter acesso à internet móvel. Em nenhum momento tivemos apoio da prefeitura para realizar essa operação, mas fomos nós que alimentamos a lista de abrigados no site oficial da prefeitura municipal de Canoas. Enquanto isso, voluntários remotos tentavam decifrar centenas de páginas escritas à mão para tentar salvar algum dado.

Após um ou dois dias, notamos que essa segunda estrutura era inviável. Eram muitas pessoas. Os voluntários abriam as planilhas por prédio e tentavam organizar da melhor forma possível. Mesmo assim, era inviável manter uma organização que perdurasse em todas as frentes. Eram muitos voluntários, a rotatividade era alta e todos sem treinamento específico, o que resultava numa qualidade da coleta de dados precária. E, para quem nunca passou por uma situação assim, pode não ser óbvio, mas quando os dados são digitados de modo errado numa planilha, não é possível encontrá-los pela busca.

Por isso, foi necessário pensar em outra solução e, em poucos dias, conseguimos firmar uma parceria com uma empresa desenvolvedora de sistemas hospitalares, além de recebermos uma doação de 7 notebooks de uma empresa de Santa Catarina. Usamos como base a estrutura de coleta de dados de um hospital, adequando conforme as necessidades do abrigo da Ulbra. Os programadores voluntários chegaram a ficar mais de 24 horas

trabalhando no projeto do sistema sem descansar. Quando a primeira versão do sistema ficou pronta, a população do abrigo já havia diminuído para cerca de 5 mil pessoas ao todo. Montamos uma operação que durou cerca de 10 dias, consistindo em frentes de cadastramento onde, em parceria com a Polícia Civil, as pessoas desabrigadas realizavam o boletim de ocorrência pela perda de documentos e, logo em seguida, já eram encaminhadas para nós com os números de CPF e RG ou RNE, em caso de imigrantes de outros países. Ali, coletamos dados de identificação, informações de saúde, necessidades especiais e registramos vínculos familiares. Cada pessoa registrada recebia uma pulseira de identificação com o número de registro no sistema AcolheRS.

Para fins de registro, nenhum dos dados coletados por esse sistema foi aproveitado ou utilizado pelo município para concessão de auxílios e benefícios.

Tudo, em todas as frentes de atuação, foi aprendido na base do erro e do acerto. Na Ulbra, meu voluntariado durou 40 dias ao total, saí por presenciar diversas situações de conflitos políticos e empresariais acontecendo por lá. Ao fazer parte da frente de cadastramento, tínhamos contato direto com a população atingida porque nosso foco era coletar a maior quantidade de informações possíveis para conseguirmos suprir as necessidades existentes dentro do abrigo. Nisso, presenciei casos extremos de violações de direitos humanos, escutei histórias de famílias completamente fragilizadas e entendi como os desastres impactam as vidas das pessoas de formas distintas. Além disso, conheci quatro pessoas incríveis que participaram comigo da coordenação dessa frente de cadastramento. Durante a nossa operação conseguimos identificar pontos de melhoria nos abrigos, casos específicos que precisavam de atenção especial, reunimos famílias.

O que ficou evidente para mim ao longo desses 40 dias é que o trabalho voluntário em situações de desastre vai muito além da solidariedade imediata: trata-se de logística, de organização, de criação de sistemas improvisados, mas, acima de tudo, de humanidade. Cada gesto, cada registro, cada reunião para tentar resolver um problema simples significava salvar vidas e minimizar o sofrimento de pessoas que já haviam perdido tudo. Aprendi que, em meio ao caos, a capacidade de ouvir, de organizar e de agir com empatia é o que faz a diferença.

Saí da Ulbra com o sentimento de dever cumprido, mas também com a convicção de que precisamos fortalecer nossas estruturas públicas e ampliar a consciência coletiva sobre prevenção e gestão de riscos. Testemunhar de perto a resiliência, a coragem e a generosidade de tantas pessoas me mostrou que, mesmo diante da adversidade mais extrema, é possível construir redes de apoio capazes de transformar o desespero em esperança. Essa experiência ficará comigo para sempre, lembrando que cada vida salva e cada vínculo restabelecido têm um valor incalculável, e que a nossa atuação, mesmo que pequena diante da enormidade do desastre, pode ser decisiva.

Desastres ambientais e migração forçada: impactos do acolhimento de haitianos no Brasil

Environmental disasters and forced migration: impacts of hosting Haitians in Brazil

*Ana Carolina Alves Dias**
*Ana Beatriz Aquino de Macedo Martins***
*Júlia Silva de Freitas****
*Marcos Henrique Santos Neves*****
*Maria Fernanda Brito dos Santos de Pinho******
*Mariana da Cruz Zucchi*******

1 INTRODUÇÃO

Os desastres, agravados pelas mudanças climáticas, têm provocado um aumento significativo nos deslocamentos forçados em escala global. Muitas populações, diante da destruição de suas casas, meios de subsistência e condições de vida, são obrigadas a migrar em busca de proteção e melhores oportunidades.

* Mestranda em Direito Internacional (2025-2027) pela Universidade Católica de Santos (UNISANTOS). Advogada. Bolsista da CAPES. E-mail: anaadias.adv@gmail.com

** Mestranda em Direito Internacional pela Universidade Católica de Santos (UNISANTOS). Advogada. Bolsista da CAPES. E-mail: anabia.jurid@gmail.com

*** Graduanda em Direito (2025-2029) pela Universidade Católica de Santos (UNISANTOS). Estagiária de Direito. E-mail: juliasilvafreitas25@gmail.com

****Marcos Henrique Santos Neves: Graduando em Direito (2022-2026) pela Universidade Católica de Santos (UNISANTOS). E-mail: marcos.henrique.santos.neves@gmail.com

*****Graduanda em Direito (2025-2029) pela Universidade Católica de Santos (UNISANTOS). Estagiária de Direito. E-mail: fernandamariadireito@gmail.com

******Mestranda em Direito Ambiental pela Universidade Católica de Santos (UNISANTOS). Advogada. Bolsista vinculada à CAPES. E-mail: advmariana.zucchi@gmail.com

Um dos casos mais emblemáticos foi o terremoto que atingiu o Haiti em 2010, considerado uma das maiores catástrofes humanitárias da história recente. O desastre provocou centenas de milhares de mortes, destruiu grande parte da infraestrutura do país e intensificou a vulnerabilidade da população, resultando em um expressivo deslocamento migratório para diferentes regiões do mundo, além de impactos na relação entre questões ambientais e a migração forçada. Com magnitude de 7.0, o abalo sísmico ocorreu próximo à cidade de Léogâne, a cerca de 25 quilômetros da capital Porto Príncipe, e agravou ainda mais um cenário nacional já marcado por desigualdades políticas, econômicas e sociais históricas.

Nesse processo, o Brasil assumiu relevância no acolhimento dos haitianos, destacando-se pela criação do visto humanitário, que permitiu a regularização migratória dessa comunidade, e por se tornar parte de importantes rotas utilizadas pelos migrantes. Diante desse contexto, o presente relato tem como objetivo apresentar percepções sobre os impactos e desafios da presença haitiana no Brasil, buscando compreender de que forma a migração forçada, originada por um desastre ambiental, se relaciona com as políticas de acolhimento e com os processos de integração no país.

2 RAÍZES HISTÓRICAS, CRISE NO HAITI E REALIDADE NO BRASIL

O Haiti foi a primeira nação da América Latina e do Caribe a conquistar a independência, em 1804, após uma revolução conduzida majoritariamente por pessoas escravizadas contra o domínio colonial francês.[1] Embora representasse um marco histórico de emancipação, essa formação política singular trouxe consigo profundas tensões sociais e econômicas. Desde sua constituição como Estado soberano, o país enfrentou isolamento diplomático, bloqueios comerciais e pressões externas, especialmente da França, que exigiu vultosa indenização como condição para o reconhecimento internacional.

Esse contexto acentuou desigualdades sociais e consolidou uma estrutura marcada por instabilidade política, fragilidade institucional e concentração de riqueza. No plano interno, sucessivos golpes de Estado, ditaduras e governos autoritários reforçaram a vulnerabilidade estrutural do Haiti. Além disso, a dependência de atividades agrícolas de baixa produtividade, a degradação ambiental (com destaque para o desmatamento e a erosão do solo) e a recorrência de desastres — como furacões, enchentes e epidemias — ampliaram a precariedade das condições de vida da população. Esse conjunto de fatores estruturais ajuda a compreender a intensidade do impacto do terremoto de 2010.

2.1 O terremoto de 2010 e o deslocamento forçado

Em 12 de janeiro de 2010, o Haiti foi devastado por um terremoto de magnitude 7.0 na escala Richter, cujo epicentro se localizou a cerca de 25 quilômetros da capital, Porto Príncipe. Em poucos minutos, o tremor destruiu bairros inteiros, comprometendo a já frágil infraestrutura urbana do país. Estima-se que mais de 220 mil pessoas tenham perdido a vida, aproximadamente 300 mil ficaram feridas e cerca de 1,5 milhão de pessoas se tornaram desabrigadas, forçadas a viver em acampamentos improvisados em condições sanitárias precárias.[2] Além das perdas humanas, o desastre afetou diretamente o funcionamento do Estado haitiano: o Palácio Nacional, diversos ministérios, hospitais, escolas e sedes de organismos internacionais ruíram, o que dificultou ainda mais a coordenação da resposta emergencial. O terremoto, assim, não apenas configurou uma catástrofe ambiental, mas também desencadeou um colapso institucional, agravando a vulnerabilidade histórica do país.

A comunidade internacional respondeu de forma rápida, com o envio de tropas, equipes de resgate, missões humanitárias e pacotes de auxílio financeiro. Estima-se que bilhões de dólares tenham sido prometidos para a reconstrução, e diversas organizações não governamentais (ONGs) estabeleceram presença no território haitiano. Contudo, a ajuda mostrou-se fragmentada e, em muitos casos, mal coordenada. Problemas de logística, falhas na comunicação entre atores internacionais e a ausência de uma liderança centralizada comprometeram a efetividade das ações, gerando atrasos na assistência e dificultando a reconstrução de longo prazo. Essa desorganização fez emergir críticas quanto à dependência do Haiti em relação à ajuda externa e à limitada capacidade do Estado em gerir os recursos recebidos.

Diante desse cenário de devastação, intensificaram-se os fluxos migratórios. Sem condições de garantir sua subsistência em território nacional, milhares de haitianos buscaram refúgio em outros países da região e, também, em destinos mais distantes. Estados Unidos, Canadá, República Dominicana, Chile e Brasil se destacaram como polos receptores. O Brasil, em especial, passou a ser visto como alternativa atrativa por dois fatores principais: seu protagonismo internacional no período, com forte atuação diplomática em fóruns multilaterais, e sua participação direta na Missão das Nações Unidas para a Estabilização do Haiti (MINUSTAH), que havia consolidado laços político-institucionais entre os dois países.[3] Ademais, a percepção de oportunidades no mercado de trabalho brasileiro, sobretudo em setores como construção civil e serviços, contribuiu para que o país se tornasse um dos principais destinos da diáspora haitiana pós-terremoto.

2.2 O acolhimento no Brasil

O acolhimento de haitianos no Brasil ganhou força a partir de 2010, diante do aumento da pressão migratória. Em 2012, o governo brasileiro criou o visto humanitário, possibilitando a entrada regular de cidadãos haitianos por razões de catástrofe humanitária. Paralelamente, operações fronteiriças foram estruturadas em estados como Acre e Amazonas, que se tornaram as principais portas de entrada devido à rota terrestre a partir do Peru.

A distribuição dos haitianos pelo território brasileiro ocorreu de forma dispersa, mas com maior concentração em regiões de dinamismo econômico. Estados como São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul receberam contingentes expressivos, atraídos pela demanda de mão de obra nos setores industrial e da construção civil. Já o Acre e o Amazonas concentraram migrantes em momentos específicos, até que programas de interiorização, bem como o apoio de organizações religiosas, sociais e governamentais, redistribuíssem esses fluxos.

Em 2013, o governo aboliu a cota anual de 1.200 vistos e a exclusividade da Embaixada brasileira em Porto Príncipe para a sua concessão, ampliando o acesso ao visto humanitário.[4] Muitos haitianos que entravam pela fronteira eram inicialmente registrados como solicitantes de refúgio junto à Polícia Federal, com seus pedidos posteriormente analisados pelo CONARE (Comitê Nacional para os Refugiados) e pelo CNIg (Conselho Nacional de Imigração), que concedia residência humanitária válida por até cinco anos.

Atualmente, a presença haitiana no Brasil é significativa. Estima-se que cerca de 98 mil haitianos tenham obtido residência no país ao longo da última década. Apesar de parte ter retornado em função da crise econômica brasileira, a comunidade continua expressiva, alcançando aproximadamente 181 mil pessoas, em 2024. Entre os principais polos de concentração estão São Paulo, Curitiba, Porto Velho, Brasiléia e Manaus, onde se consolidaram redes comunitárias e vínculos sociais.

A chegada dos haitianos no Brasil, em que pese tenha sido marcada por iniciativas governamentais como o visto humanitário, não resultou diretamente na superação das adversidades enfrentadas por essa comunidade.

Cumpre destacar que, entre os fatores atrativos aos imigrantes que buscam refúgio no Brasil, encontra-se a política externa adotada pelo país, que objetiva criar uma imagem receptiva e acolhedora acerca do povo brasileiro, além da lei nº 13.445, consolidada em 24 de maio de 2017, que dispõe sobre os direitos e obrigações de imigrantes, bem como estabelece princípios e diretrizes para as políticas públicas, como o SUS (Sistema Único de Saúde) e o acesso à educação através de instituições públicas. Os imigrantes consideram, nestas iniciativas públicas, uma garantia de sobrevivência.

Verifica-se que não há como falar de imigração sem mencionar a cidade de São Paulo, reiteradamente considerada como "A Grande Cidade", e é assim designada em razão das expectativas cultivadas acerca das oportunidades de trabalho. Entretanto, a realidade da expressiva maioria dos haitianos acentua sua dificuldade de colocação no mercado de trabalho de modo formal, e muitos se encontram realizando atividades informais, até mesmo para aqueles que possuem qualificação profissional. Assim, os imigrantes haitianos, ao chegarem ao Brasil, se veem diante de propostas de trabalho que visam explorar fatores que acentuam a sua vulnerabilidade, como barreiras idiomáticas, culturais e socioeconômicas. Desse modo, eles são submetidos a trabalhos laborais exaustivos, que muitas vezes carecem de condições adequadas no que diz respeito aos lugares, horários e direitos.

Em consonância com o exposto, é pertinente adotar a reflexão de Flávia Piovesan, renomada jurista e professora, que, em sua obra Direitos Humanos e Direito Constitucional Internacional, ressalta:

> O Direito dos Direitos Humanos não rege as relações entre iguais; opera precisamente em defesa dos ostensivamente mais fracos. Nas relações entre desiguais, posiciona-se em favor dos mais necessitados de proteção. Não busca obter um equilíbrio abstrato entre as partes, mas remediar os efeitos do desequilíbrio e das disparidades. Não se nutre das barganhas da reciprocidade, mas se inspira nas considerações de ordem pública em defesa de interesses superiores, da realização da justiça. É o direito de proteção dos mais fracos e vulneráveis, cujos avanços em sua evolução histórica se têm devido em grande parte à mobilização da sociedade civil contra todos os tipos de dominação, exclusão e repressão. Neste domínio de proteção, as normas jurídicas são interpretadas e aplicadas tendo sempre presentes as necessidades prementes de proteção das supostas vítimas (PIOVESAN, 2023, p.57).

A lição da autora se harmoniza com a realidade vivenciada pelos haitianos no Brasil, uma vez que revela a centralidade dos direitos humanos como instrumentos de tutela voltados, sobretudo, aos grupos em maior estado de vulnerabilidade. Ao enfatizar que esses direitos não visam equilibrar formalmente as relações, mas, sim, corrigir desigualdades concretas, Piovesan evidencia que a proteção jurídica deve se voltar justamente para aqueles que enfrentam barreiras sociais, econômicas, culturais e linguísticas — condições que marcam de maneira expressiva a experiência da comunidade haitiana em território brasileiro.

2.3 Estratégias de adaptação e integração

Nesse diapasão, as igrejas cristãs assumem papel fundamental no que diz respeito à inserção da comunidade haitiana na sociedade brasileira, além de esses núcleos religiosos conferirem àqueles que os frequentam identificação e sentimento de pertencimento. A instituição filantrópica denominada "Missão Paz" é uma iniciativa da Igreja Católica, fundada por missionários da Congregação Scalabriniana, com atuação no estado e na cidade de São Paulo, que figura como um centro de acolhimento aos imigrantes e refugiados, tendo realizado, só no ano de 2019, trabalhos individuais de caráter construtivo e psicossocial de grande relevância com 1.745 haitianos.

Quanto à barreira idiomática enfrentada pelos haitianos no Brasil, o Comitê Nacional para os Refugiados foi palco para que o Ministério da Justiça e Segurança Pública (MJSP) pudesse, em 2023, instituir o programa "Português Como Língua de Acolhimento (PLAC)", sendo essa mais uma iniciativa que incide sobre os litígios que envolvem o idioma e a comunicação, objetivando superar tais adversidades.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O caso apresentado, portanto, evidencia não somente o agravamento de problemas estruturais no Haiti desde sua independência, como também explora as consequências dessa dura realidade em um país que sofre com instabilidade política, desigualdade social, inúmeros desastres e carece de uma ajuda humanitária efetiva por parte das comunidades internacionais. Enquanto isso, a população enfrenta a precariedade de serviços básicos e a ausência de garantias humanas fundamentais, que superam meros números ou relatórios formais.

Essa massiva instabilidade ficou ainda mais evidente com o terremoto no Haiti, em 2010. A catástrofe que abalou significativamente a nação haitiana suscitou alternativas prováveis para a imigração das vítimas que buscavam reconstruir suas vidas. O Brasil, então, passou a receber uma forte leva de haitianos, que se viram novamente em vulnerabilidade ao se depararem com barreiras linguísticas, de inserção profissional e acesso à serviços públicos básicos, o que gerou questionamentos quanto ao preparo físico do Estado para cenários dessa magnitude.

Percebe-se, sobremaneira, a necessidade de um olhar mais atento e comprometido para com as comunidades que se tornam vítimas de desastres ambientais. A essa perspectiva deve somar-se a implementação de políticas públicas capazes de oferecer respostas concretas às pessoas que vivenciam processos de migração forçada em decorrência de acidentes devastadores em

sua terra natal, bem como o devido reconhecimento jurídico dos deslocados ambientais, a fim de lhes assegurar direitos fundamentais. Mais do que medidas imediatas, esse olhar precisa projetar-se para o futuro, garantindo a plena integração desses indivíduos e o combate à discriminação, de modo a consolidar a migração ambiental como pauta de justiça, dignidade e solidariedade a nível mundial.

NOTAS

[1] JOSEPH, W. (2023).

[2] KUSHNER, J. (2019).

[3] GOGOLAK, E. (2014).

[4] FERNANDES, D; DE FARIA, A. (2017)

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. Ministério da Justiça e Segurança Pública. **Gov.br:** Cartilha Informativa sobre documentação. Reunificação Familiar para Haitianos, Brasília, DF, Abr. 2023. Disponível em: https://www.gov.br/mj/pt-br/assuntos/seus-direitos/migracoes/autorizacao-de-residencia-haitianos-e-apatridas. Acesso em: 25 ago. 2025

FELLET, J. Após nova regra, Brasil só concede 30% da cota de vistos a haitianos. **BBC Brasil**, Fev. 2012. Disponível em: https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2012/02/120228_haitianos_visto_jf?utm_source Acesso em: 25 ago. 2025.

FERNANDES, D.; DE FARIA, A. V. O visto humanitário como resposta ao pedido de refúgio dos haitianos. **Revista Brasileira de Estudos de População**, Rio de Janeiro, 2017. Disponível em: https://www.scielo.br/j/rbepop/a/jQH7THPDpCKwtJFDcRd6Yxd/?format=html&lang=pt. Acesso em: 23 ago. 2025.

GOGOLAK, E. Haitian migrants turn toward Brazil. **The New Yorker**, Ago. 2014. Disponível em: https://www.newyorker.com/news/news-desk/haitian-migrants-turn-toward-brazil. Acesso em: 25 ago. 2025

JOSEPH, W. História da crise sociopolítica do Haiti: como tudo chegou ao ponto atual?. **Le Monde Diplomatique Brasil**, Mai. 2023. Disponível em: https://diplomatique.org.br/historia-da-crise-socio-politica-do-haiti-como-tudo-chegou-ao-ponto-atual/. Acesso em: 23 ago. 2025.

KUSHNER, J. Haiti and the failed promise of US aid, **The Guardian**, Boston, Out. 2019. Disponível em: https://www.theguardian.com/world/2019/oct/11/haiti-and-the-failed-promise-of-us-aid. Acesso em: 25 ago. 2025

NESBITT, C.; MIKS, J. **O terremoto no Haiti:** 10 anos depois. Brasília: UNICEF Brasil, 10 jan. 2020. Disponível em: https://www.unicef.org/brazil/innocenti/historias/o-terremoto-no-haiti-10-anos-depois. Acesso em: 25 ago. 2025.

RAYMAN, N. Five years later, see TIME's coverage of the Haiti Earthquake, **TIME**, Jan. 2015. Disponível em: https://time.com/3662387/haiti-earthquake-time-coverage/?utm_source=chatgpt.com. Acesso em 21 ago. 2025

RIBEIRO, G. Os desafios da imigração haitiana e a luta pela permanência, **Jornal da USP**, São Paulo, Jan. 2024. Disponível em: https://jornal.usp.br/diversidade/os-desafios-da-imigracao-haitiana-e-a-luta-pela-permanencia/. Acesso em: 23 ago. 2025

A mãe d'água

The mother of water

*Paulo André Alves do Amaral**

Sabe quando foi formada aquela cacimba? Quem vai saber? Só sei contar que vieram homens cortando a mata, dos dois lados do brejo. Mas naquele miolo um homem gritou — Aqui não se corta mais nada. Ali pôs uma cerca ao redor daquele mato em que ficava a cacimba.

Foi muito sofrimento o corte daquela mata, muitos bichos morreram, outros desertaram e tantos e tantos ficaram órfãos. Eu mesma vim de outra cacimba, sempre me lembro de muita água, mas o gado pisoteou tudo, então bati em retirada procurando abrigo e encontrei aqui essa cacimba neste restinho de mata.

Quando eu cheguei aqui, ainda era jovem, me apossei da água, me escondi lá no fundo pra ninguém me achar. — Os homens acabam com tudo. Mas esse homem do grito, não que fosse bom, mas queria a água limpa para beber e veio certo dia e fez uma cerca de três paus ao redor da cacimba. Fez um engana-jegue por ali para o povo passar. — Aqui gado não bebe.

Ali a água descia e mais adiante fazia um poço para o gado. Aquilo me confortou bastante. Certa vez estava por cima da água descuidada tomando um raio de sol que entrava por entre folhas de árvores, daí uma mulher veio buscar água, me viu e foi aquele bafafá todo. Aqui tem uma Gia morando.

A notícia se espalhou e vieram gente para ver, mas eu fui para o lugar mais escuro e escondido da cacimba, olharam, olharam e nada viram. O homem também chegou bravo por demais e espalhou toda aquela gente aos gritos. — Aqui ninguém vai ver Gia coisa nenhuma e se alguém judiar dela vai se ver comigo. Gia é a mãe d'água e se ela morrer ou for embora, a água seca.

Aquilo foi um alívio, roguei aos céus por essa pessoa e fiquei satisfeita por escolher aquela cacimba de água pura. Nesse tempo, tanto adulto quanto criança me respeitava, vinham buscar água, lavar vasilhas e sempre com muito cuidado para não me espantar. A mulher dizia para lavar vasilhas mais afastado da cacimba para não sujar a água, pois aquela água além do labuto da casa, era para beber, banho mesmo ninguém tomava ali. Era numa

* Educador e escritor. E-mail: palvesdeamaral@gmail.com

caixa no meio da manga, foi feita noutra cacimba que agora não tinha mata ao redor. Aquela água servia para o gado, mas se tomava banho também por lá. — Gente inventa tanta coisa nessa vida.

Daí eu era a mãe d'água naquela cacimba, isso me dava muita vantagem, ninguém abusava de mim ali e eu sabedora disso, não saía daquela cacimba para nada, tinha notícias das malvadezas que faziam com os sapos, pererecas e rãs, nem gosto de contar. Mas tinha também umas alegrias, ser humano às vezes nos surpreende.

Certa feita, veio uma menina da cidade passar as férias por lá e ia lavar vasilhas e buscar água, sempre acompanhada por um menino. O menino era dali mesmo, já nos conhecíamos há tempo conhecia sua voz de longe, mas da menina sempre me escondia, ainda não éramos amigas. Daí a menina queria que o menino entrasse na cacimba e ele dizia que não. Ela dizia que ele tinha medo, mas ele dizia que não poderia, pois lá morava uma Gia e se ele entrasse lá e a Gia fosse embora, a água secava e o seu pai haveria de lhe dar uma surra. Ela ria, ria e ria. Seca nada, isso é conversa fiada, não entra por medo.

Nos dias que seguiram a mesma coisa, um dia ela disse que se ele entrasse ganharia um beijo, o menino ficou ruborizado e tentado por demais, tive medo dele entrar, me pegar para ganhar aquele beijo, meu coração batia forte, mas ele mesmo emocionado não arriscou entrar na cacimba.

No outro dia, ela foi buscar água sozinha, tinham arrumado serviço para o menino naquela manhã. Ouvi-a cantarolando pelo caminho e fiquei de espreita, ela pegou a cuia e colocou água até o meio da lata e ficou brincando com a cuia na água, daí eu vim devagarinho pelas beiradas e quando ela menos percebeu eu estava lhe olhando perto da cuia, ela tomou um susto tão grande e com um enorme grito correu. Voltei para o meu canto às gargalhadas, aquela sujeita haveria de ter aprendido uma lição. Depois ela voltou desconfiada, pegou a lata e fugiu. Quando interrogada sobre o grito ela disse se assustou com uma cobra, mas não teve coragem de dizer que viu a Gia.

Aquela menina era de uma sabedoria incrível, eu sabia que ela queria beijar o menino, mas ela ficava arrodeando e quando as férias estavam acabando, num dia desses, ela disse ao menino na beira da cacimba — Nem por um beijo você teve coragem de entrar aí? E ele disse que era por causa da Gia, o que ela respondeu que não acreditava em Gia coisa nenhuma, mas que ele ia ganhar o beijo assim mesmo, o resto dispensa comentários.

Vivi tempos bons, ouvi tanta coisa ali, os fuxicos aconteciam na beira da cacimba... Aquela caixa do meio da manga havia sido a minha primeira morada, ali também é uma boa cacimba com olho d'água enorme. Minhas irmãs nasceram por lá, minha mãe era uma gorducha

cantadeira, quando caía as primeiras chuvas ela se irradiava de magia e canto, os sapos todos estufavam os peitos e começavam a alegria do brejo, mas aí essa gente começou a cortar a mata – gente que não entende que a natureza é toda magia.

Quando pegaram minha mãe e a levaram por brincadeira para não se sabe onde, resolvi arribar, esperei o barulho dos machados parar e quando escureceu eu parti, vim no meio daquela destruição toda e por sorte me acheguei para essa cacimba de cá e fiz morada. Se não fosse a última cacimba protegida, talvez tivesse derrubado a mata também. Mas só depois daquele grito é que os homens pararam a matança, disseram que iam ter com o patrão na cidade.

Aqueles não voltaram mais, vieram outros que agora já eram de outro patrão. O homem do grito já havia terminado a casa ali perto e disse-lhes que na água ninguém mexia. Disseram que precisavam cercar a fazenda e foram para outro mato fazer derrubada. Aquilo foi um alívio, procurei me esconder mais no fundo para que ninguém me percebesse. Quando aqueles homens terminaram a derrubada e foram buscar as madeiras – na primeira viagem que fizeram com aqueles postes – o homem do grito de espingarda na mão os intimidou.

— Essa madeira é minha pode deixar aí.

— Mas por que o senhor não disse isso no dia que começamos a trabalhar?

— Ninguém perguntou.

Esses homens voltaram para a cidade e depois de tempos veio um carro roncando por aquelas bandas trazendo o patrão, gente conversada de outras falas e letras

— Então meu amigo vamos resolver essa quizília?

Aquele sertanejo da espingarda respondeu de prontidão que não tinha quizília nenhuma não, só um mal-entendido dos trabalhadores. Nada que não se resolvia com um café e uma prosa. Prosa essa que demorou uma tarde inteira e o homem da cidade pagou caro aquele chão e esse foi o meu fim. O sertanejo bravo arribou com a família rumo à cidade e ao desconhecido.

Os machadeiros tomaram conta do restinho de mata, profanaram o sagrado, derrubaram e tocaram fogo. A cacimba começou a ferver e não aguentei o calor e saí, só vi destruição, dessa vez não havia outra cacimba para ir, o chão estava em brasas, fumaça e fuligem escurecia tudo, tossi forte e sem forças, agonizei... Assim foi o último suspiro de uma mãe d'água...

Comunión y compromiso en la realización del Proyecto Misionero Regional (2025-2030): diagnóstico migratorio.

Comunhão e compromiso na realização do Projeto Missionário Regional (2025-2030): diagnóstico migratório

Communion and Commitment in the Implementation of the Regional Missionary Project (2025–2030): migration diagnosis.

*Marco Strona**

1 INTRODUCCIÓN[1]

Se trata de un ensayo teológico-pastoral que pretende presentar un diagnóstico migratorio de la Región "Nuestra Señora Madre de los Migrantes" (Latinoamericana), dividido en tres partes, siguiendo el método teológico del "ver–juzgar–actuar". En la primera parte se presentarán, de manera sintética, algunos datos y cifras de la migración tanto a nivel mundial como latinoamericano y regional. En la segunda parte se identificarán algunos desafíos a los que estamos llamados a responder y, finalmente, en la tercera parte, los caminos y las vías para continuar el recorrido.

* Sacerdote scalabriniano, con maestría en filosofía (2009, universidad de Perugia -italia) y doctorado en filosofía (2013 pontificio ateneo S. Anselmo, Roma); bachillerato en Teología (2015 por la universidad Gregoriana de Roma); doctorado cotutela (2020) en ontología trinitaria (instituto universitario Sophia, Italia) y teología sistemática pastoral (PUC-RIO); diplomado en Pastoral de la Movilidad Humana (SIMI). Trabaja como investigador/docente y colabora con varios grupos de investigación intercontinentales. Director Académico del CEMLA. Correo electrónico: logos84@hotmail.it

Al final de cada parte se presentan algunas preguntas para la reflexión, concebidas como una ayuda para el discernimiento personal y comunitario, de modo que el análisis propuesto pueda traducirse en opciones pastorales concretas.

2 VER: DATOS

2.1 Escenario global

Es necesaria una premisa antes de proceder con el análisis de los datos. Las fuentes consultadas son las de los principales sitios institucionales que bien conocemos, como ACNUR, la OIM y la CEPAL entre otros. Sabemos también que no siempre es fácil establecer una coincidencia exacta entre los datos y la realidad de la migración. En esta perspectiva, estos datos pueden leerse como una ocasión de reflexión. De aquí surge también una propuesta que vale la pena considerar: la posibilidad de elaborar nosotros mismos, tanto a nivel regional como congregacional, un informe anual a partir de nuestra propia experiencia y de los datos que recogemos. Hecha esta aclaración, paso al análisis.

Según las últimas estimaciones sobre la migración internacional (que datan de mediados de 2020), cerca de 281 millones de migrantes internacionales residían en un país diferente al de su nacimiento (3,6% de la población mundial); esto es, alrededor de 128 millones más que hace 30 años, en 1990 (153 millones), y más del triple de la cifra estimada en 1970 (84 millones).[2]

Los datos disponibles sobre los migrantes internacionales incluyen estimaciones sobre los vínculos entre países de origen y destino, lo que permite estimar los corredores migratorios bilaterales en todo el mundo.

Según las previsiones, es probable que el cambio climático y los efectos ambientales — que ya están agravando las crisis humanitarias actuales— obliguen a más de 216 millones de personas a desplazarse dentro de su país antes de 2050.[3]

Las actuales configuraciones de las políticas migratorias en diversos países contribuyen a que, en determinados casos, la migración irregular aparezca como una alternativa prácticamente inevitable.[4] Este tipo de migración genera una enorme presión sobre los sistemas nacionales de migración y acarrea riesgos considerables para los migrantes. En 2023, la OIM informó de la muerte o desaparición de más de 8.500 personas en todo el mundo, la cifra más elevada desde 2016.

2.2 Migración, trabajo y desarrollo económico

De acuerdo con el estudio publicado por la Organización Internacional del Trabajo (OIT), se registraron 102,4 millones de trabajadores migrantes

internacionales: lo que representa casi el 61% del total y se concentra en tres regiones: América del Norte; los Estados Árabes; y Europa Septentrional, Meridional y Occidental.[5]

En este contexto global marcado por crisis y desplazamientos, la migración es desde hace mucho tiempo un motor de desarrollo humano y socioeconómico que aporta beneficios tanto a los migrantes y sus familias como a las comunidades de origen y de destino. Un ejemplo de ello son las remesas internacionales, que siguen siendo una fuente primordial de financiación externa para los países de ingresos bajos y medianos. En 2023, superaron la inversión extranjera directa y la asistencia oficial para el desarrollo alcanzando los 656.000 millones de dólares. Las remesas constituyen una ayuda vital para millones de familias y comunidades y representan un porcentaje considerable del producto interno bruto de muchos países.

Más allá de las remesas, los migrantes contribuyen a potenciar las competencias, subsanar la escasez de mano de obra en los países con poblaciones decrecientes, fomentar la inversión e impulsar la innovación y el emprendimiento — un hecho que está ampliamente documentado.

Cabe considerar las muchas personas que, con sus títulos profesionales de diverso tipo, contribuyen al desarrollo cultural, social y económico de los distintos países (un caso entre muchos: los médicos, enfermeros, profesores migrantes).

Para muchos países, por tanto, las remesas constituyen casi la principal estructura económica, marcando, lamentablemente, una verdadera dependencia estructural, que se traduce en una falta de políticas públicas orientadas al desarrollo integral del territorio.

Según las estimaciones sobre la población de migrantes internacionales para 2020, el 31% de todos los migrantes internacionales tiene menos de 30 años, y, aunque no todos se encuentran en edad de trabajar, se ha demostrado que la migración de trabajadores jóvenes a países con poblaciones que envejecen reduce la presión sobre los sistemas de pensiones de los países de ingresos altos. Los migrantes también están sobrerrepresentados en ámbitos como la innovación y las patentes, la creación de empresas emergentes y exitosas, y las artes y las ciencias, y constituyen una fuente de dinamismo en los países de destino. A escala regional, estas dinámicas globales adquieren características específicas.

2.3 Escenario regional (América Latina y el Caribe)

En América Latina y el Caribe, entre 1990 y 2024, las dinámicas migratorias cambiaron profundamente: para 2024, los migrantes intrarregionales alcanzaron 14 millones, el 80% del total regional.[6] Si bien Canadá y Estados

Unidos son tradicionalmente los principales países de destino, el número de migrantes en América Latina y el Caribe (ALC) casi se duplicó en la última media década.

Este grupo de población enfrenta diversos obstáculos para ejercer sus derechos, y se observa, por ejemplo, que la exclusión educativa afecta de manera significativa y desproporcionada a niñas, niños y adolescentes migrantes[7]. Sin embargo, estas dinámicas migratorias también conllevan riesgos significativos.

En cuanto al desplazamiento interno en las Américas[8] — que representa el 5,9% del total mundial —, en 2023 se contabilizaron 2.800.000 personas desplazadas, de las cuales 637.000 lo fueron a causa de conflictos y violencia, y 2.123.000 debido a desastres ambientales.

Los desastres ambientales fueron la causa de algunos de los desplazamientos internos más numerosos en América Latina y el Caribe en 2022. El país más afectado de la región en este sentido fue el Brasil, donde se registraron 708.000 desplazamientos causados en gran medida por inundaciones provocadas por fuertes lluvias. Colombia y Cuba registraron el segundo y tercer mayor número de desplazamientos por desastres en América Latina y el Caribe (281.000 y 90.000, respectivamente). En Colombia, la mayoría de los desplazamientos fueron causados por inundaciones y, en Cuba, por el huracán Ian. El mayor número de desplazamientos por conflictos en la región se produjo en Colombia y Haití, que registraron 339.000 y 106.000 desplazamientos, respectivamente.[9]

A principios de 2023, el Perú declaró el estado de emergencia después de que el ciclón Yaku provocara inundaciones en toda la región norte del país, dejando muertos y causando daños materiales y desplazamientos. Al mismo tiempo, los incendios forestales que afectaron a Chile en enero de 2023 destruyeron miles de viviendas y forzaron la evacuación de más de 7.500 personas. Algunos países de la región, para hacer frente a los efectos del cambio climático en la migración y el desplazamiento, han ofrecido vías de protección a quienes se han visto obligados a desplazarse por un desastre. En mayo de 2022, la Argentina adoptó un nuevo visado humanitario para nacionales del Caribe, América Central y México que se hubieran desplazado por desastres ambientales.[10]

2.4 Algunas cifras (países de la Región Nuestra Señora Madre de los Migrantes - NSMM)

a) Chile. Según el Instituto Nacional de Estadística y el Servicio Nacional de Migraciones, al 31 de diciembre de 2023 residían un total de *1.918.583 personas migrantes*:

b) Brasil. En Brasil al 2025 viven, según publica el SISMIGRA, *2.441.934 personas migrantes.*[11]

c) Perú. Perú tiene, según los últimos datos publicados por la ONU*, 1.224.519 personas migrantes*, lo que supone un 3,75% de la población.

d) Bolivia. Se estima que, para 2024, el número de *personas migrantes es de 175.017*.[12]

e) Argentina. Según el Censo Nacional 2022, se estiman *1.933.463 personas migrantes*.[13]

f) Paraguay. Según el Censo Nacional 2022, se estiman *156.804 personas migrantes*.

g) Uruguay. Al revisar los datos del censo de 2023, observamos que en Uruguay residen aproximadamente *108.000 personas migrantes***.**

2.5 Migración, trabajo y desarrollo económico

Según el informe de la Comisión Económica para América Latina y el Caribe (CEPAL), correspondiente al año 2025:

> La mayoría de los países de América Latina y el Caribe enfrentan tres trampas del desarrollo que limitan la mejora del bienestar de su población: una de baja capacidad para crecer; otra de alta desigualdad, baja movilidad social y débil cohesión social, y una tercera de bajas capacidades institucionales y de gobernanza poco efectiva.[14]

El análisis del documento muestra, lamentablemente, que los elevados niveles de desigualdad de ingresos en América Latina y el Caribe constituyen un obstáculo estructural para el desarrollo.[15]

En este contexto, la migración no puede entenderse únicamente como un fenómeno demográfico, sino también como una consecuencia directa de estas desigualdades.

La CEPAL ha identificado seis factores o causas principales que contribuyen a explicar la elevada desigualdad en los países de la región y los bajos niveles de movilidad y cohesión sociales, a saber:

a) el escaso crecimiento, que da lugar a mercados laborales poco dinámicos y con altos niveles de informalidad, junto con las grandes disparidades en la productividad, que generan mercados laborales segmentados, con diferencias significativas en materia de remuneraciones;

b) los sistemas tributarios regresivos;

c) las políticas sociales y de protección social débiles, que no reducen los efectos de la desigualdad arraigada en el ámbito productivo;

d) los sistemas educativos con graves debilidades, que no responden a las nuevas necesidades del mercado laboral asociadas a la revolución tecnológica, y que, además, están segmentados, por lo que no desempeñan el papel que deberían como potente mecanismo de movilidad social;

e) la desigualdad de género, y

f) el elevado nivel de desigualdad y segregación espacial en las zonas urbanas, en las que vive el 80% de la población total de la región. A ello se agregan, de manera transversal, la discriminación y las violaciones de los derechos humanos que enfrentan ciertos grupos de población (CEPAL, 2024b).

Estos factores permiten comprender por qué la desigualdad extrema de la región es inaceptable desde la perspectiva de derechos y justicia social, además de ser ineficiente desde el punto de vista del crecimiento económico. La crisis de la ciudadanía democrática, con las consiguientes desigualdades debidas, sobre todo, a las restricciones en el acceso a los derechos sociales, no solo afecta las oportunidades de las personas y limita su acceso al bienestar, sino que también tiene consecuencias negativas para la sociedad en su conjunto y para el desarrollo de los países.

En este sentido, la migración se ha discutido no solo como un fenómeno social, sino también como un motor clave del crecimiento económico mundial a través de la participación de los migrantes en los mercados laborales, su capacidad empresarial y su contribución a la innovación.

Sin embargo, a pesar de estos avances, la desigualdad sigue siendo un desafío central en la región.[16] Al reconocer el carácter multidimensional de la desigualdad, se hace necesario establecer cuáles son los distintos ejes que la estructuran y que determinan las relaciones sociales, políticas y económicas.

En línea con estas dinámicas estructurales, según estimaciones de las Naciones Unidas, unos 48,3 millones de personas de América Latina y el Caribe vivían fuera de sus países de nacimiento en 2024, lo que representa el 15,9% de la población migrante mundial[17]. La población de la región representa el 8,1% de la población mundial, lo que muestra que está notablemente sobrerrepresentada en términos de migración. Estados Unidos sigue siendo el principal destino, con 26,4 millones de migrantes procedentes de la región (55% del total), seguido de España con más de 4,1 millones. Asimismo, se destacó especialmente el importante crecimiento de la migración intrarregional, que pasó del 15% del stock total de migrantes internacionales de la región en el año 2000 al 29% en 2024, alcanzando los 14 millones de personas, fenómeno vinculado principalmente a la migración venezolana.

Estos datos reflejan una transformación profunda de las dinámicas migratorias en la región. En los últimos años, América Latina se ha configurado como un espacio de migración predominantemente intrarregional, en el que varios países actúan simultáneamente como lugares de origen, tránsito y de destino. La situación global, cada vez más cambiante debido a las guerras y a la inestabilidad política, ha hecho que, especialmente en los últimos veinte años, la dicotomía "países de llegada–países de salida" haya dado paso a una nueva categoría marcada por la "complejidad", en la que ya no resulta tan adecuado hablar de globalización, dado que el mundo parece girar hacia un retorno de Estados-nación más cerrados —por un lado— y hacia nuevas alianzas que están transformando profundamente las formas tradicionales de gobernanza.

En la actualidad, todos los países pueden considerarse, al mismo tiempo, "de origen, de destino y de tránsito". No se trata de una solución que pretenda evitar el problema estadístico, sino de una forma de observar la realidad tal como es. Esta complejidad se refleja claramente en casos concretos.

Un ejemplo de ellos es el caso de Chile: durante años considerado un país de llegada y, por tanto, de acogida, se está transformando, en estas semanas, en un país que levanta muros y barreras. Esto ocurre tanto por las políticas internas individuales como por las alianzas regionales y globales entre países (ex. Mercosur).

Desde una perspectiva macroeconómica, estas dinámicas también se reflejan en las tendencias de crecimiento de la región.

2.6 Preguntas para la reflexión:

¿Cuál es el relato sobre la migración que emerge del análisis de estos datos: un relato de crisis o un relato de transformación?

¿A qué desafíos y oportunidades pastorales nos interpela esta realidad? ¿Qué datos disponemos que nos posibilitan una reflexión más realista?

3 JUZGAR: DESAFÍOS

3.1 Primero desafío: la narrativa sobre la migración

Partiendo precisamente de aquella última pregunta, se hace cada vez más necesaria una revisión de la narrativa, especialmente en lo que respecta al discurso migratorio. Durante una entrevista concedida al *National Catholic Reporter* (24 de febrero de 2026), el cardenal Fabio Baggio afirmó:

> Cuando hay una crisis identitaria, la llegada de nuevas culturas y nuevas religiones puede generar un miedo adicional. Estos temores pueden ser exagerados y amplificados por narrativas que se centran exclusivamente en los aspectos negativos — falta de integración, criminalidad, terrorismo, por mencionar solo algunos. Si la atención se focaliza únicamente en estos elementos, queda una imagen sustancialmente negativa del migrante y del refugiado. El lenguaje mismo es un factor muy importante. Cuando el lenguaje cambia, puede generar discriminación. Se pasa de hablar de la persona, del sujeto, a sustantivar los adjetivos: "*migrante" en sí es un participio presente, indica a una persona que está en camino. Pero ahora se convierte en "el migrante", como si esa persona nunca dejara de serlo.* Parece que incluso en la tercera generación se sigue etiquetando de este modo, cuando gramaticalmente se trata solo de un participio.[18]

El artículo, obviamente, merecería una reflexión aparte. Pero quisiera detenerme en un aspecto que, quizá, sintetiza todo lo demás: la cuestión de la identidad. Hacia el final del artículo, en efecto, se afirma que el término "migrante" se convierte, a menudo, en un criterio de autoconciencia incluso para quienes pertenecen a la "tercera generación". En el caso concreto de nuestra realidad, por ejemplo, esto se verifica, entre otros, en Paraguay (con los brasileños de tercera generación considerados "migrantes"); en el sur de Brasil y en Chile (con los italianos).

Pienso que esto debería llevarnos a reflexionar sobre el significado mismo de la identidad. ¿Quién soy yo? ¿Qué es la identidad? ¿De qué manera nuestra espiritualidad contribuye a significar y a re-significar nuestra identidad?

Responder a estas preguntas implica situar en el centro la categoría de la relación. El ser humano es, de hecho, estructural y esencialmente relacional.

Para Paul Ricoeur, la identidad, precisamente porque es relacional, se construye y se manifiesta a través de la narración: el sujeto se comprende a sí mismo cuando se cuenta a otro. De este modo, la identidad personal puede configurarse mediante el relato. La noción de "identidad narrativa" ocupa, de este modo, un lugar central en su antropología filosófica.

Pensar la frontera como lugar de encuentro entre culturas y religiones pone de relieve la centralidad del relato y, por consiguiente, del diálogo. Como afirma el propio Ricoeur:

> La noción de identidad narrativa muestra también su fecundidad en el hecho de que se aplica tanto a la comunidad como al individuo. [...]individuo y comunidad se constituyen en su identidad al recibir tales relatos que se convierten, tanto para uno como para el otro, en su historia efectiva.[19]

Narrarse a sí mismo implica ya mirarse como otro. Desde esta perspectiva, la experiencia migratoria se presenta como un ámbito privilegiado para comprender la identidad narrativa en situaciones de ruptura y reconfiguración.

Muchas personas, obligadas a abandonar sus hogares, familias y vínculos, afrontan el desafío de comenzar una nueva vida en contextos culturales profundamente distintos. Esta situación puede desestabilizar hasta poner en crisis la propia identidad, especialmente en los más vulnerables.

En las casas de acogida, así como en las parroquias, en los puertos y, en general, en todos los espacios donde se realiza nuestra misión, estamos llamados a recibir, proteger, promover e integrar. Sin embargo, el diálogo con quienes llegan agotados por el viaje y marcados por la violencia no siempre es inmediato. Se hace posible gracias a la empatía, la acogida y, sobre todo, la disposición a escuchar sus historias con atención. No se trata solo de conocer datos estadísticos, sino de ponerse en el lugar del otro, lo que, a su vez, permite comprender más profundamente nuestra propia identidad.

Ricoeur lo expresa con estas palabras:

> El carácter fiduciario de la relación de interlocución resulta inseparable de esa impenetrabilidad del secreto de lo que podría llamarse lo propio de otro. Esta alteridad coloreada de extrañeza rebasa la esfera del discurso y se extiende a la de la acción y el relato.[20]

En el encuentro con el otro, en la frontera, en las casas de acogida, en los puertos y en las comunidades parroquiales, reconocerse en su historia genera confianza, reconocimiento y responsabilidad, revelando así la dimensión constitutivamente relacional e intersubjetiva de la persona.

3.2 Preguntas para la reflexión

¿cómo podemos, concretamente, potenciar desde nuestras misiones una narrativa positiva de la migración? Y, de manera aún más profunda, ¿qué nos dice a nosotros el concepto de identidad narrativa?

3.3 Segundo desafío: la construcción de la ciudadanía - espacio público, social y político

Karl Marx denunció la separación entre los derechos del ser humano y los del ciudadano, subrayando que los derechos solo son verdaderamente humanos cuando permiten a la persona participar activamente en la vida democrática y en la construcción de la comunidad política.[21]

Al analizar la situación de las personas en movilidad humana, se observa que con frecuencia los migrantes ocupan una posición liminar respecto al ejercicio pleno de la ciudadanía: son titulares de derechos humanos fundamentales, pero permanecen excluidos del reconocimiento político y social efectivo. Contribuyen de manera significativa al trabajo, a la economía y a la vida sociocultural, desempeñando un papel esencial en la construcción del espacio público. Sin embargo, esta aportación rara vez se traduce en reconocimiento formal, ya que la falta de documentación o de un estatus regular les impide ejercer plenamente sus derechos y participar como ciudadanos visibles dentro de las estructuras sociales y políticas.

Esta paradoja evidencia la brecha entre la titularidad formal de derechos y el ejercicio efectivo de la ciudadanía, planteando un desafío ético y político sobre cómo repensar la pertenencia y la participación en sociedades cada vez más diversas. Desde esta perspectiva, la migración se convierte en un verdadero criterio de verdad del proceso democrático, al poner a prueba la capacidad de las democracias para traducir la igualdad formal en reconocimiento y participación reales.

Hannah Arendt, al reflexionar sobre la pluralidad humana, recurrió a la noción de espacio público o espacio político, entendido como "un ámbito del mundo en que los hombres son primariamente activos y dan a los asuntos humanos una durabilidad que de otro modo no tendrían" [22]. No se trata simplemente de estar juntos, sino de una forma de convivencia propia de la comunidad histórica. Para que exista, el espacio público debe ser compartido y participado; solo así puede constituirse en ámbito de acogida y reconocimiento mutuo.

El reconocimiento adquiere entonces una dimensión pública e institucional, al definir al ciudadano como actor activo de la vida social y política. En este marco, la democracia deja de organizarse en torno a identidades cerradas y se configura como un espacio de reconocimiento universal, donde todos participan en la construcción del bien común en igualdad de derechos y deberes. Este vínculo entre ciudadanía, reconocimiento y participación será progresivamente asumido por el pensamiento cristiano bajo la categoría del bien común, ofreciendo un horizonte ético para la convivencia civil y política.

3.4 Pregunta para la reflexión:

¿De qué manera, según nuestro trabajo, la migración puede considerarse el criterio de verdad, de concreción y de verificación de la democracia?

3.5 Tercer desafío: Políticas públicas — ¿qué significa "integrar"?

La palabra "integración" es muy compleja en su definición. Según el Diccionario panhispánico del español jurídico, la integración se define así: "Modo de ejercicio del derecho de libre determinación que conduce a la incorporación a un Estado ya existente."[23] En referencia a la migración, se ofrece esta definición: "Proceso bidireccional y dinámico de ajuste mutuo por parte de los inmigrantes y los residentes de los Estados miembros".

Es interesante observar que, ya desde la propia definición, no se habla en absoluto de asimilación ni de uniformización, sino que se pone de relieve la categoría de la reciprocidad.

Podemos ya anticipar aquí que este tema es central para superar la tentación de generar grupos aislados, "guetos", en los que cada comunidad particular celebra su propia fiesta, en un espacio que no necesariamente propicia un verdadero encuentro intercultural.

En los cuatro verbos que el Papa Francisco ha entregado a la Iglesia y al mundo, y que por primera vez confió a nosotros durante el Forum Migración y Paz en Roma en 2017, "integrar" es el último. Esto se debe a que la integración debe entenderse como un proceso que comienza con la acogida y pasa por la protección y la promoción.

Son cuatro verbos que delinean un camino que, partiendo de la acogida, se orienta hacia la integración. Teológicamente hablando, podemos decir que se trata de una dinámica "kenótico-doxológica" que va desde la Encarnación (acogida) hasta Pentecostés (integración).

Acoger al migrante significa abrirse a la novedad cultural, social y religiosa; significa estar dispuestos a "quitarse las sandalias ante la tierra sagrada del otro" (EG, 169) que llama a nuestras puertas. Acoger, entonces, es saber dar "a nuestro caminar el ritmo sanador de proximidad, con una mirada respetuosa y llena de compasión pero que al mismo tiempo sane, libere y aliente a madurar en la vida cristiana" (EG 169).

Entendiendo así la acogida — como una actitud "kenótica" de salida de sí —, la integración marca el momento de la "fiesta", la celebración de la riqueza de la diversidad para reconocerse como parte de una única gran familia, de un solo pueblo, el "pueblo de Dios"; para «ser el fermento de Dios en medio de la humanidad" (EG 114). Integrar, por tanto, no significa "asimilar", sino compartir esta novedad siempre generadora de vida.

Mario Francesconi, retomando las palabras de san Juan Bautista Scalabrini, señala:

> "Il rispetto della etnicità, nel superamento delle barriere razziali e degli egoismi nazionalistici, aprirà la via all'unificazione dell'umanità, tappa necessaria verso la unione in Dio per Gesù Cristo di tutti gli uomini di buon volere". ("El respeto de la etnicidad, superando las barreras raciales y los egoísmos nacionalistas, abrirá el camino hacia la unificación de la humanidad, etapa necesaria hacia la "unión en Dios por Jesucristo de todos los hombres de buena voluntad".).[24]

Integrar, entonces, es saber dar al camino de la vida el ritmo sanador de la proximidad, con una mirada respetuosa y llena de compasión que, al mismo tiempo, sane, libere y anime a madurar en la construcción de la fraternidad. En nuestro caso, esto significa reconocer nuestra Congregación como un "cuerpo", en el que todos —religiosos y laicos— somos "miembros vivos" (cf. 1 Co 12), llamados a "transformar las relaciones entre los hombres en el mundo de la migración, aportando así una contribución propia al nacimiento de una nueva humanidad" (Regla de Vida, 10). Se trata, por lo tanto, de vivir la diversidad en la unidad y de generar la unidad a partir de la diversidad y en ella.

3.6 Preguntas para la reflexión:

¿Qué nos sugiere pensar la integración a la luz de la reciprocidad? ¿De qué manera nuestras comunidades son espacios y lugares de integración? ¿Cómo, a través de nuestra misión, promovemos políticas públicas de integración?

3.7 Cuarto desafío: Teología y Migración — ¿qué Dios se revela? ¿Qué Iglesia se edifica?

No me gusta citar mis propios trabajos, pero remito a mi tesis de Doctorado en Teología, realizada en cotutela con la PUC-Rio, titulada *El Dios peregrino* (*Il Dio pellegrino. La migrazione nel discernimento di Papa Francesco: dall'esodo alla comunione*).

He dado este título a la tesis pensando precisamente en la propuesta de un nuevo paradigma para poder decir "Dios" hoy. La migración, en este sentido, es la "vía" que conduce hacia esta meta, que permite adentrarse cada vez más en los senderos y meandros de la historia, a la luz de la fe en el Dios trinitario. Desde esta perspectiva, el "desafío", la tarea que la migración plantea al mundo entero se refiere a la capacidad de desarrollar el primado de la relación: relación consigo mismo, con los demás, con la creación entera y con Dios. Por eso, solo una Iglesia consciente de ser institucionalmente peregrina, y por lo tanto solícita hacia todos los migrantes del mundo, «puede verdaderamente practicar la fe, la esperanza y el amor en obediencia al mandato de Jesús.

La pregunta en torno al sentido y la pertinencia antropológica y teológica de la reciprocidad como forma privilegiada de relación interpersonal representa un "desafío" más que actual para nuestro tiempo.

En el Magisterio del Papa Francisco —y ahora también en el de Papa León XIV— la migración, como principio de relación y de riqueza recíproca, se presenta, así como un método, una "vía" para repensar la estructura no solo de la Iglesia, sino de la sociedad misma, según la lógica del cuidado de la "casa común".

Se trata de una "vía" capaz de generar una mística al caminar con y hacia Dios a través de la historia. En este itinerario, el ser humano podrá reconocerse *capax Dei* precisamente porque Dios es, desde siempre, *capax hominis*, capaz de impulsarlo continuamente a trascenderse para ir "más allá" de sí mismo y entregarse al otro.

Y el ser humano se vuelve capaz de "salir de sí" precisamente porque es Dios, en primer lugar, quien "sale de sí". Como afirma Karl Rahner: "el ser humano, como sujeto, es el evento de la autocomunicación de Dios".[25]

Un Dios que camina junto a toda la creación para conducirla hacia la plena comunión con Él se convierte, entonces, en un nuevo paradigma no solo para decir hoy "Dios", sino también para renovar la vida de la Iglesia y del mundo. Como declaró Papa Francisco durante la entrevista concedida al p. Antonio Spadaro, sj (2013):

> Dios se manifiesta en el tiempo y está presente en los procesos de la historia. Esto nos hace preferir las acciones que generan dinámicas nuevas. Y exige paciencia y espera […]a Dios se le encuentra caminando, en el camino [...]Dios es siempre una sorpresa y jamás se sabe dónde y cómo encontrarlo, porque no eres tú el que fija el tiempo ni el lugar para encontrarte con Él. Es preciso discernir el encuentro. Y por eso el discernimiento es fundamental.[26]

3.8 Preguntas para la reflexión:

¿qué imagen de Dios traen consigo los migrantes? ¿Cómo podemos, juntos, convertirnos cada vez más al Dios Trinidad?

4 ACTUAR: CAMINOS

Hemos llegado a la tercera parte. ¿Cuáles pueden ser, concretamente, los caminos a recorrer para actualizar cuanto hemos dicho, a la luz de la realidad, del carisma y de la espiritualidad scalabriniana en la que nos encontramos?

4.1 Opción por los pobres

Papa Francisco, *Evangelii Gaudium* 198:

> Para la Iglesia la opción por los pobres es una categoría teológica antes que cultural, sociológica, política o filosófica. Dios les otorga "su primera misericordia". Esta preferencia divina tiene consecuencias en la vida de fe de todos los cristianos, llamados a tener 'los mismos sentimientos de Jesucristo' (*Flp* 2,5). Inspirada en ella, la Iglesia hizo una *opción por los pobres* entendida como una "forma especial de primacía en el ejercicio de la caridad cristiana, de la cual da testimonio toda la tradición de la Iglesia". Esta opción —enseñaba Benedicto XVI— "está implícita en la fe cristológica en aquel Dios que se ha hecho pobre por nosotros, para enriquecernos con su pobreza.

Papa León XIV, *Dilexi Te* 16:

> Esta "preferencia" no indica nunca un exclusivismo o una discriminación hacia otros grupos, que en Dios serían imposibles; esta desea subrayar la acción de Dios que se compadece ante la pobreza y la debilidad de toda la humanidad y, queriendo inaugurar un Reino de justicia, fraternidad y solidaridad, se preocupa particularmente de aquellos que son discriminados y oprimidos, pidiéndonos también a nosotros, su Iglesia, una opción firme y radical en favor de los más débiles.

San Juan Baustista Scalabrini, *Primera Carta Pastoral* "al Clero y Pueblo de la Ciudad y Diócesis de Piacenza". Carta promulgada el mismo día de su consagración episcopal, antes de entrar en Piacenza, que marca así un preciso itinerario espiritual y pastoral (1876):

> Quanto a me, debitore a tutti, secondo le mie forze; tutti abbraccerò col mio ministero facendomi servo di tutti per l'Evangelo (I Cor. 9); ed *inviato in prima ai poveri ed ai più infelici* che traggono miseramente la vita della desolazione, soffrirò con essi, dando opera soprattutto a sovvenire ed *evangelizzare i poveri* che, ricchi di fede, vennero eletti dal Redentore primi ed eredi del Regno promesso da Dio a coloro che lo amano[27].

Es importante aquí llamar la atención sobre cómo esta opción toma forma y se concreta en la vida de Scalabrini. Me limito solo a dos ejemplos, que sirven como paradigmas: el acompañamiento y el servicio a las personas sordomudas, y obviamente la opción por los migrantes. En ambas opciones es clara la intención de Scalabrini: ejercer la profecía. Scalabrini quiere hacerse "voz y oído" de quienes no tienen voz, tanto en sentido fisiológico (las personas sordomudas), como en sentido sociopolítico (los migrantes). Aquí se anticipa, a mi parecer, lo afirmado por el *Documento Final de la XVI Asamblea General Ordinaria del Sínodo de los Obispos* —el Sínodo sobre la sinodalidad—, en particular en el párrafo titulado "La sinodalidad como profecía social" (no. 48), donde leemos:

> El modo sinodal de vivir las relaciones es una forma de testimonio con relación a la sociedad. Además, responde a la necesidad humana de ser acogido y sentirse reconocido dentro de una comunidad concreta. Es un desafío al creciente aislamiento de las personas y al individualismo cultural, que incluso la Iglesia ha absorbido con frecuencia, y nos llama al cuidado recíproco, a la interdependencia y a la corresponsabilidad por el bien común.[28]

Y este desafío, para Scalabrini y por lo tanto también para nosotros, comienza haciéndonos voz y oídos de tantas personas excluidas, por ignorancia o por discriminación, de la vida pública.

En particular, esto se expresa de la siguiente manera en nuestras *Reglas de Vida*:

- "*Hacernos migrantes con los migrantes,* para edificar con ellos, incluso mediante el testimonio de nuestra vida y de nuestra comunidad, la Iglesia, que en su peregrinación terrena *se asocia especialmente a las clases más pobres y abandonadas"* (n. 2).

- "Nos dedicamos a todos aquéllos que, a causa de las migraciones, *por verdadera necesidad* requieren un cuidado pastoral específico" (n. 5).

4.2 Preguntas para la reflexión:

¿Qué significa para mi vida personal la opción por los pobres?

¿Cómo encarna esta opción mi comunidad?

¿Nosotros, laicos y religiosos, como Región, cómo discernimos esta opción en las decisiones pastorales concretas?

4.3 La "vía" de la Doctrina Social de la Iglesia

Al llegar al final de esta reflexión, quisiera ver cómo los cuatro principios de la Doctrina Social de la Iglesia pueden iluminar nuestras decisiones de vida consagrada y de pastoral.

a) Solidaridad. En el n. 193 del Compendio está escrito:

> La solidaridad debe captarse, ante todo, en su valor de principio social ordenador de las instituciones, según el cual las "estructuras de pecado" que dominan las relaciones entre las personas y los pueblos, deben ser superadas y transformadas en "estructuras de solidaridad", mediante la creación o la oportuna modificación de leyes, reglas de mercado, ordenamientos.

Pues bien, este principio debe llevarnos a interrogarnos sobre dos aspectos. El primero se refiere a las "estructuras de pecado". Ignacio de Loyola, en los *Ejercicios Espirituales*, nos propone la meditación "de dos banderas" (segunda semana, cuarto día): "la una de Cristo, sumo capitán y Señor nuestro, la otra de Lucifer, mortal enemigo de nuestra humana natura".

Y nos invita a imaginar que miramos la realidad a partir de estos dos principios. En América Latina, y por lo tanto especialmente en nuestra región, se habla muy a menudo de "crimen organizado". El mal se organiza en estructuras sólidas y se difunde. Somos hábiles para hacer diagnósticos e identificar qué tipo de estructuras se van construyendo.

En el *Proyecto Misionero Scalabriniano*, fruto del XVI (decimosexto) Capítulo General, se lee: "La vida fraterna en comunidad se organiza según las dinámicas participativas de la sinodalidad y se lleva a cabo y se verifica a través de la corresponsabilidad en el cuidado mutuo." [29]

Traduciendo la solidaridad en términos de *cuidado mutuo*, el Proyecto evidencia dos aspectos fundamentales, que obviamente se extienden a todos los ámbitos y servicios y, en general, a toda la realidad: cuidado y reciprocidad.

Toda persona, en efecto, nace dentro de relaciones que la preceden, sin las cuales sería imposible su propia existencia y, en consecuencia, desarrolla las etapas de su vida siempre gracias a vínculos que hacen posible su estar en el mundo como una libertad continuamente compartida: son precisamente estos vínculos originarios los que revelan al ser humano como un ser relacional y esencialmente caracterizado por la Comunión. Desde esta perspectiva, podemos preguntarnos: ¿qué pasa con el "bien organizado"? ¿De qué manera podemos ser constructores y tejedores de esta nueva estructura, de esta transformación? Y esto debe pensarse no solo a nivel macro, sino también a nivel micro, comenzando por nuestras comunidades religiosas.

b) Subsidiaridad. En el n. 187 del Compendio leemos:

> El principio de subsidiaridad protege a las personas de los abusos de las instancias sociales superiores e insta a estas últimas a ayudar a los particulares y a los cuerpos intermedios a desarrollar sus tareas. Este principio se impone porque toda persona, familia y cuerpo intermedio tiene algo de original que ofrecer a la comunidad.

El camino hacia la realización de "estructuras de solidaridad" pasa por este punto. En particular, quisiera subrayar con ustedes la última frase: "toda persona, familia y cuerpo intermedio tiene algo de original que ofrecer a la comunidad." Si esto es verdad, ¿cómo podemos llevarlo a la práctica? ¿Cómo generar, es decir, una auténtica cultura del encuentro que permita a cada uno, a través de su carisma y de sus dones, ser constructor de un mundo nuevo?

Pienso que, antes de pensar en una transformación y en una incidencia en la sociedad, es bueno verificar si este principio se vive en nuestras casas y comunidades religiosas. Es desde aquí que, como los rayos del sol, el bien puede propagarse.

El paso siguiente, entonces, se refiere al trabajo en red con todas las personas, entidades e instituciones que, junto con nosotros, se comprometen y trabajan por la acogida, el acompañamiento y la integración de los migrantes. Sabemos, en efecto, que no somos los únicos actores, tanto en la Iglesia como fuera de ella, que trabajan con los migrantes.

En el *Proyecto Misionero*, a este propósito, el primer punto está titulado "La misión scalabriniana: organizadores de esperanza". Precisamente, organizar la esperanza significa transformar las estructuras de pecado en estructuras de solidaridad. Leemos:

> A la luz de los nuevos desafíos migratorios que nos interpelan, reafirmamos el compromiso de calificar nuestras presencias misioneras en el mundo y nuestros servicios según los criterios de especificidad, ejemplaridad y significatividad, trabajando en red tanto ad intra como ad extra.[30]

Aquí se centra la *ratio missionis*, la razón profunda de nuestro ser scalabrinianos. El primer paso para "hacer del mundo la patria de la humanidad" corresponde a convertir los ámbitos y los servicios pastorales, ante todo, en lugares de participación y sinodalidad.

¿Qué podemos aportar, entonces, de manera específica a partir de nuestro carisma? Dejo esta pregunta abierta para la reflexión y el diálogo.

c) Bien Común.

Representa hoy más que nunca un desafío y una propuesta alternativa frente al atomismo social imperante y a la antropología individualista que lo sustenta. Por eso, es necesario prestar especial atención a su definición. El bien común no es una mera agregación de intereses ni, menos aún, de intereses individuales. Tampoco es un marco puramente formal que se limite a establecer unas "reglas del juego" elementales. Ni siquiera puede reducirse al conjunto de los bienes colectivos. Según la *DSI*, el bien común se define de la siguiente manera:

> El bien común no consiste en la simple suma de los bienes particulares de cada sujeto del cuerpo social [...] El bien común se puede considerar como la dimensión social y comunitaria del bien moral [...] La persona no puede encontrar realización sólo en sí misma, es decir, prescindir de su ser "con" y "para" los demás (nn. 164-165).

Por lo tanto, el bien común de una sociedad es aquel bien compartido desde el principio, que se construye y se disfruta entre personas que pertenecen a una misma realidad social. Precisamente por ello, el bien común ha de ser protegido y garantizado mediante mediaciones políticas, institucionalizadas y normativas.

In EG leemos:

> Nuestro compromiso no consiste exclusivamente en acciones o en programas de promoción y asistencia; lo que el Espíritu moviliza no es un desborde activista, sino

> ante todo una *atención* puesta en el otro "considerándolo como uno consigo". Esta atención amante es el inicio de una verdadera preocupación por su persona, a partir de la cual deseo buscar efectivamente su bien. Esto implica valorar al pobre en su bondad propia, con su forma de ser, con su cultura, con su modo de vivir la fe. El verdadero amor siempre es contemplativo (n. 199).

En referencia al Proyecto Misionero, en el punto IV acerca del tema de la "gobernanza", se dice: "El gobierno está llamado a expresar y proteger el carisma, a promover su desarrollo y difusión, y a ejercer vigiliancia sobre las comunidades religiosas y los religiosos individuales, para el bien de los destinatarios de nuestra misión" [31]. (p. 73).

Ahora, cabe preguntar: aplicado a nuestra vida misionera, ¿cómo podemos traducir este principio? ¿Cómo traducimos el bien común en nuestras acciones y programas pastorales?

d) Destino universal de los bienes y opción preferencial por los pobres

En el n. 182 del Compendio se lee:

> El principio del destino universal de los bienes exige que se vele con particular solicitud por los *pobres,* por aquellos que se encuentran en situaciones de marginación y, en cualquier caso, por las personas cuyas condiciones de vida les impiden un crecimiento adecuado [...]Se refiere a la vida de cada cristiano, en cuanto imitador de la vida de Cristo, pero se aplica igualmente a nuestras *responsabilidades sociales* y, consiguientemente, a nuestro modo de vivir y a las decisiones que se deben tomar coherentemente sobre la propiedad y el *uso de los bienes*.

Haciendo siempre referencia al *Proyecto Misionero*, especialmente el punto V sobre la economía, leemos:

> Dado que la economía está al servicio del carisma y de la misión, la Congregación está llamada a vigilar el cumplimiento del voto de pobreza y una administración correcta y eficaz. La transparencia en el uso y la rendición de cuentas de los bienes es el primer paso para recuperar el auténtico sentido evangélico de la comunión real de los bienes dentro de las comunidades y su compartir concreto con quienes viven a nuestro lado[32]. (n. 57).

La pobreza — no la miseria, atención — se convierte en el camino hacia una humanidad renovada, hacia un nuevo humanismo marcado por la Cruz de Cristo. A través de la "kénosis", mediante el seguimiento total de Cristo pobre y humilde, no se huye del mundo; al contrario, uno se sumerge totalmente en la realidad, en la historia, introduciendo en ella una novedad absoluta y desconcertante: el amor de Cristo, su misericordia, que "es la ley fundamental que habita en el corazón de cada persona cuando mira con ojos sinceros al hermano que encuentra en el camino de la vida".[33]

Podemos preguntarnos: ¿de qué manera el voto de pobreza permite una kénosis? ¿De qué modo nuestras estructuras, casas y seminarios se convierten en un signo tangible del Reino de Dios?

5 CONCLUSIÓN: HACIA UNA CIVILIACIÓN DEL AMOR

Algunas semanas antes de ser asesinado — junto con otros cinco jesuitas y dos colaboradoras – Ellacuría pronunció esta frase durante un congreso en Barcelona: "hay que revertir la historia".[34] "Revertir", como escribe Jon Sobrino en la carta a Ellacuría, "no es simplemente cambiar, ni aplicar cambios cosméticos, ni cambiar para que todo siga igual".

Revertir la historia, a la luz de nuestro carisma, no significa únicamente transformar las estructuras, sino también, de manera inseparable, reconfigurar las formas de participación, reconocimiento y comunión, tanto *ad intra* de nuestras misiones y de la Región como *ad extra* en las relaciones con la sociedad civil y los gobiernos. Para hacer del mundo la "patria de la humanidad", resulta necesario, por tanto, mantener encendido el fuego que alimenta un espíritu auténticamente democrático, capaz, con la contribución de todos, de promover la construcción de una *civitas* cuya esencia no radique en el cierre ni en el conflicto, sino en la apertura, el diálogo y la integración. En este sentido, la utopía se plantea como motor histórico, como clave de un "proyecto histórico liberador".[35]

La noción del bien común, entendida como bien moral de la comunidad humana —y, por tanto, referida ante todo a la calidad de las relaciones entre las personas—, puede conducir a una reconsideración de la propia convivencia civil y social. Esta convivencia puede ser promovida a partir de una forma de reciprocidad abierta e inclusiva, orientada a la construcción de un "nosotros" compartido. A ello contribuyen las mediaciones institucionales, que permiten superar la estrechez de las relaciones meramente individuales y ampliar la red de los vínculos sociales.

De este modo, todos los sujetos son reconocidos como portadores de la misma dignidad en referencia a un horizonte común. He aquí, entonces, cómo el fenómeno de la migración, entendido en su acepción más amplia

de movilidad humana, puede iluminar y ampliar el significado mismo de la reciprocidad en cuanto "reciprocante" —para usar una expresión característica de Coda—, es decir, abierta, inclusiva y efusiva. Como afirma el propio Juan Carlos Scannone en un importante artículo: "las últimas raíces de esa pluralidad en la unidad (de comunión) de un mismo sujeto comunitario —de un nosotros-Pueblo de Dios—, están en la misma Trinidad".[36]

Así lo destaca, en efecto, el Compendio de la Doctrina Social de la Iglesia, precisamente en su capítulo conclusivo, cuya sección está titulada "hacia una civilización del amor": "el amor debe estar presente y penetrar todas las relaciones sociales" (no. 581). Y, además: "Para plasmar una sociedad más humana, más digna de la persona, es necesario revalorizar el amor en la vida social — a nivel político, económico, cultural—, haciéndolo la norma constante y suprema de la acción" (no. 582).

NOTAS

[1] El siguiente ensayo es la versión escrita de una Conferencia presentada durante la **XII Asamblea Regional "Nuestra Señora Madre de los Migrantes (NSMM)"**, realizada del 13 al 16 de abril de 2026. Las obras citadas siguen referenciadas en las demás notas que aparecen a continuación.

[2] OIM, Informe sobre las migraciones en el mundo 2024, p. 22: file:///C:/Users/Home/Downloads/pub2023-069-l-informe-sobre-las-migraciones-en-el-mundo-2024_0%20(4).pdf

[3] Ivi, p. 7.

[4] Ibidem.

[5] OIM, Informe sobre las migraciones en el mundo 2024, p. 28.

[6] C. Van der Werf, J. Harris, and A. Velásquez, *The Right to Belong: Migrant Regularization in Latin America and the Caribbean*, 2025: https://publications.iadb.org/en/right-belong-migrant-regularization-latin-america-and-caribbean,

[7]https://repositorio.cepal.org/server/api/core/bitstreams/c6db0b4d-b775-47b2-a59c-9644381192a9/content

[8]https://lac.iom.int/sites/g/files/tmzbdl2601/files/documents/2025-02/q4-2024-tendencias-migratorias-en-las-americas.pdf

[9] OIM, Informe 2024, p. 93.

[10] Ivi, p. 96.

[11]https://www.nepo.unicamp.br/observatorio/bancointerativo/numeros-imigracao-internacional/sincre-sismigra/

[12]https://cpv2024.ine.gob.bo/index.php/resultados/vivienda-hogar-y-servicios/migracion/

[13]https://refugiolatinoamericano.com/informes-mapa-de-la-migracion-actual-en-argentina/

[14] Cepal, Panorama Social de América Latina y el Caribe, 2025: cómo salir de la trampa de alta desigualdad, baja movilidad social y débil cohesión social. Resumen ejecutivo, p. 5: https://www.cepal.org/es/publicaciones/84176-panorama-social-america-latina-caribe-2025-como-salir-la-trampa-alta-desigualdad

[15] Ivi, p. 7

[16] Ivi, p. 7.

[17] Segunda Revisión Regional del Pacto Mundial para la Migración en America Latina y Caribe (18-20 marzo 2025, Santiago de Chile).

[18] https://www.ncronline.org/vatican/vatican-news/vatican-migration-chief-expand-legal-pathways-combat-illegal-immigration

[19] Ricoeur, Paul. Tiempo y Narración III. México, Siglo XXI Editores, 2003, p. 998.

[20] Ricoeur, Multiple Extrañeza, p. 232.

[21] Marx, Karl (2018), *Sobre la cuestión judía*, Biblioteca Virtual Omegalfa.

[22] Arendt, Hannah, *La promesa de la política*, Paidós, Barcelona, 2008, p. 135

[23] https://dpej.rae.es/lema/integraci%C3%B3n

[24] Scalabrini, *Discorso al Catholic Club di New York,* 15/10/1901, in «L'Araldo Italiano-The Italian Herald» (New York),24/10/1901, p. 1. Articolo contenuto in Francesconi, Giovanni Battista Scalabrini, p. 943

[25] K. Rahner, Curso fundamental sobre la fe, Herder, Barcelona 2007, p. 159,

[26] A. Spadaro, Intervista a Papa Francesco, in «La Civiltà Cattolica», 39-18 (settembre 2013), p. 469. https://www.vatican.va/content/francesco/es/speeches/2013/september/documents/papa-francesco_20130921_intervista-spadaro.html

[27] Traduccíon: "En cuanto a mí, deudor para con todos, según mis fuerzas; a todos abrazaré con mi ministerio, haciéndome siervo de todos por el Evangelio (I Cor 9); y, *enviado ante todo a los pobres y a los más infelices* que arrastran miserablemente la vida en la desolación, sufriré con ellos, dedicándome sobre todo a socorrer y *evangelizar a los pobres* que, ricos en fe, fueron elegidos por el Redentor como primeros y herederos del Reino prometido por Dios a quienes lo aman".

[28] Papa Francisco, XVI Asamblea General Ordinaria del Sínodo de los Obispos. *Por una Iglesia Sinodal: comunión, participación y misión*, Documento Final (Ciudad del Vaticano, 26 de octubre 2024), no. 48. https://www.synod.va/content/dam/synod/news/2024-10-26_final-document/ESP---Documento-finale.pdf

[29] Proyecto misionero, p. 64, n. II, 30 "corresponsabilidad en la vida fraterna en comunidad".

[30] Proyecto misionero, p. 53, I, 2 "la mision scalabriniana: organizadores de esperanza. Ambitos y servicios pastorales".

[31] Proyecto, p. 73, IV, 51: "el gobierno: garante de esperanza".

[32] Ivi, p. 75; V, 57: "economía: compartir en la esperanza".

[33] Francesco, Misericordiae Vultus, Bolla di indizione del Giubileo straordinario della misericordia, Città del Vaticano 2015, n°2.

[34] Sobrino, Jon (1998), «Carta a Ignacio Ellacuría», *Estudios Centroamericanos (ECA)*, vol. 52, n.º 589–590.

[35] Ellacuría, Ignacio (2000), «Utopía y profetismo desde América Latina. Un ensayo concreto de soteriología histórica», en Id., *Escritos teológicos*, vol. II, UCA Editores, San Salvador, p. 343.

[36] Juan Carlos Scannone, "El sujeto comunitario de la espiritualidad y mística populares", Stromata 70 (2014), 188.

RESUMEN

Se trata de un ensayo teológico-pastoral que pretende presentar un diagnóstico migratorio de la Región "Nuestra Señora Madre de los Migrantes" (Latinoamericana), dividido en tres partes, siguiendo el método teológico del "ver–juzgar–actuar". En la primera parte se presentarán, de manera sintética, algunos datos y cifras de la migración tanto a nivel mundial como latinoamericano y regional. En la segunda parte se identificarán algunos desafíos a los que estamos llamados a responder y, finalmente, en la tercera parte, los caminos y las vías para continuar el recorrido. Al final de cada parte se presentan algunas preguntas para la reflexión, concebidas como una ayuda para el discernimiento personal y comunitario, de modo que el análisis propuesto pueda traducirse en opciones pastorales concretas.

Palabras-clave: Desafíos sociopastorales; Migración en América Latina; Congregación Scalabriniana; Horizontes posibles

ABSTRACT

This is a theological-pastoral essay that aims to present a diagnosis of the migration situation in the "Our Lady, Mother of the Migrants" Region (Latin America). It is divided into three parts, following the "see–judge–act" theological method. The first part provides a concise overview of data and figures regarding migration—globally, within Latin America, and at the regional level. The second part identifies specific challenges to which we are called to respond, while the third part outlines paths and approaches for moving forward. At the end of each section, there are reflection questions designed to assist in personal and communal discernment, ensuring that the proposed analysis can be translated into concrete pastoral choices.

Keywords: Socio-pastoral challenges; Migration in Latin America; Scalabrinian Congregation; Possible horizons

RESUMO

Trata-se de um ensaio teológico-pastoral que pretende apresentar um diagnóstico migratório da Região "Nossa Senhora Mãe dos Migrantes" (Latino-americana), dividido em três partes, seguindo o método teológico do "ver–julgar–agir". Na primeira parte, serão apresentados, de maneira sintética, alguns dados e números sobre a migração, tanto em nível mundial quanto latino-americano e regional. Na segunda parte, serão identificados alguns desafios aos quais somos chamados a responder e, finalmente, na terceira parte, os caminhos e as vias para dar continuidade ao percurso. Ao final de cada parte, são apresentadas algumas perguntas para reflexão, concebidas como um auxílio para o discernimento pessoal e comunitário, de modo que a análise proposta possa se traduzir em opções pastorais concretas.

Palavras-chave: Desafios sociopastorais; Migração na América Latina; Congregação Scalabriniana; Horizontes possíveis

Impossibilidade cultural crônica, categorias da diferença e experiências de cuidado em saúde entre indígenas Warao e profissionais da saúde em João Pessoa - PB

Chronic cultural impossibility, categories of difference and healthcare experiences among Warao indigenous people and health professionals in João Pessoa - PB

*Andrés Felipe Bernal Restrepo**

1 INTRODUÇÃO

Eram quase cinco horas da madrugada. No dia anterior, havíamos passado parte da tarde conversando, em um canto do vilarejo situado em um bairro periférico da cidade, sobre como a bruxaria vinha motivando a saída de famílias indígenas Warao venezuelanas para outras cidades do Nordeste, na tentativa de se proteger e buscar curandeiros tradicionais. Naquela madrugada, o celular tocou repetidas vezes até que eu atendesse. “A cacica precisa de atendimento em saúde, está com uma forte dor de barriga”, disse uma liderança. Era *daño*[1], indicou. Decidimos, junto a um colega da

* Antropólogo colombiano (Universidade do Rosário, Bogotá – Colômbia) mestre em geografia da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) com experiência em pesquisa social e gestão de políticas públicas relacionadas à justiça, reparação territorial e proteção dos direitos humanos de pessoas afetadas pelo conflito armado no Caribe colombiano e pela crise migratória no Brasil. As principais áreas de pesquisa são a antropologia política e jurídica, os estudos territoriais, as análises sobre a prática e os diversos efeitos do multiculturalismo e o relacionamento intercultural e interétnico. Atuação particular no acompanhamento ao fortalecimento organizacional e a proteção dos direitos indígenas Warao, etnia oriunda da Venezuela.
E-mail: andres.felipe.br@gmail.com

equipe estadual de acolhimento da qual eu fazia parte, ir o quanto antes diretamente à casa da cacica. A liderança e mediador cultural Warao insistia na gravidade do quadro, embora ela se recusasse a receber atendimento no hospital. Já eram quase sete horas da manhã, e tememos que se tratasse de algo grave: a descrição das dores lembrava o caso de uma mulher Warao que havia morrido no ano anterior em decorrência de um câncer de estômago não diagnosticado a tempo, após reiteradas passagens pelos serviços de saúde em outros estados e nesta cidade.

Ao chegarmos ao vilarejo, vários Warao aguardavam na entrada, junto a duas profissionais brasileiras de saúde de uma equipe municipal que, apesar de atuarem há cerca de um ano com o grupo, ainda não haviam estabelecido vínculos de confiança. Uma delas, ao me ver, comentou em tom de desprezo que a cacica "não entendia nada", responsabilizando-a por recusar o hospital com base em explicações de bruxaria. Ao entrarmos na casa, encontramos a cacica deitada em uma rede, cercada por familiares. "*Están flechando mucho, por eso yo estoy muriendo*", disse, com voz fraca. Questionada sobre a recusa ao atendimento biomédico, afirmou que precisava de um curandeiro Warao, pois o hospital poderia agravar seu estado — percepção recorrente, associada às mortes de indígenas após ingressarem nos serviços em estado crítico.

Diante da gravidade, o mediador cultural traduziu sua condição: ela aceitaria ir ao hospital apenas após receber atendimento de um curandeiro Warao. Construímos, então, um arranjo: levá-la primeiro ao curandeiro denominado como *Wisidato* e, em seguida, a um serviço de saúde, com acompanhamento do mediador e de um técnico da equipe, para facilitar seu acesso. Apesar das incertezas e dos paradoxos que marcam o acesso dos Warao aos serviços biomédicos no Brasil, a cacica foi atendida naquela tarde em uma Unidade de Pronto Atendimento (UPA), após a construção coletiva de seu ingresso no sistema de saúde.

A cena descrita não constitui um caso isolado, mas condensa tensões recorrentes nas interações entre profissionais de saúde brasileiros — formados na tradição biomédica — e as estratégias de cuidado que compõem o sistema sociomédico Warao. Inseridas em um contexto mais amplo de crise e de contradições entre capital e cuidado, tais interações revelam tanto dinâmicas de desassistência quanto a emergência de arranjos práticos que articulam diferentes regimes de saber e cura, tensionando os modelos terapêuticos fechados da biomedicina.

Este artigo analisa essas tensões a partir da minha experiência junto ao povo Warao, oriundo da Venezuela, ao longo de quatro anos de atuação no acolhimento dessa população (2020–2024), em uma organização não governamental e em uma equipe estadual. Para tanto, mobilizo a noção

de “impossibilidade cultural crônica” (MANTINI-BRIGGS, 2018, p. 95), entendida como expressão de uma alienação colonial persistente nas práticas institucionais, particularmente evidenciada nas interações entre profissionais da saúde e populações racializadas. Tal noção permite compreender como determinadas categorias de diferença operam na produção de (des)atenção à saúde no âmbito das redes municipal e estadual do SUS em João Pessoa/PB.

Articulo essa perspectiva com aportes do pensamento feminista sobre interseccionalidade (PISCITELLI, 2008; VIVEROS, 2016), compreendida não como soma de opressões, mas como uma abordagem situada das relações de dominação. Nesse sentido, interessa compreender como diferentes marcadores — como etnicidade, raça, nacionalidade e classe — se entrecruzam nas experiências Warao, configurando posições específicas nas interações com profissionais da saúde ao longo de seu processo de mobilidade e estabelecimento em uma cidade do Nordeste brasileiro.

A partir desse enquadramento, apresento reflexões sobre estratégias de cuidado construídas junto aos Warao, mobilizando noções como “arranjos em cuidado” (FAZZIONI, 2023), “malhas de vida” (BONET, 2014) e “modos de cuidar” (WITZMAN; GODOI; LOBO, 2024). Tais estratégias são compreendidas como uma ética relacional que envolve seres tangíveis e intangíveis, constituindo movimentos de cuidado que operam em diferentes intensidades e ritmos, mesmo em contextos marcados pela desassistência e por múltiplas formas de adoecimento.

O artigo baseia-se em um percurso de pesquisa que articula diferentes fontes e experiências, atravessadas por inquietações oriundas da minha atuação junto aos Warao. A partir da análise de arquivos pessoais, registros de campo e interlocuções com diferentes atores, examino as interações entre Warao e profissionais de saúde em João Pessoa/PB, evidenciando as tensões entre concepções biomédicas e formas outras de produzir cuidado em meio a estruturas de desigualdade.

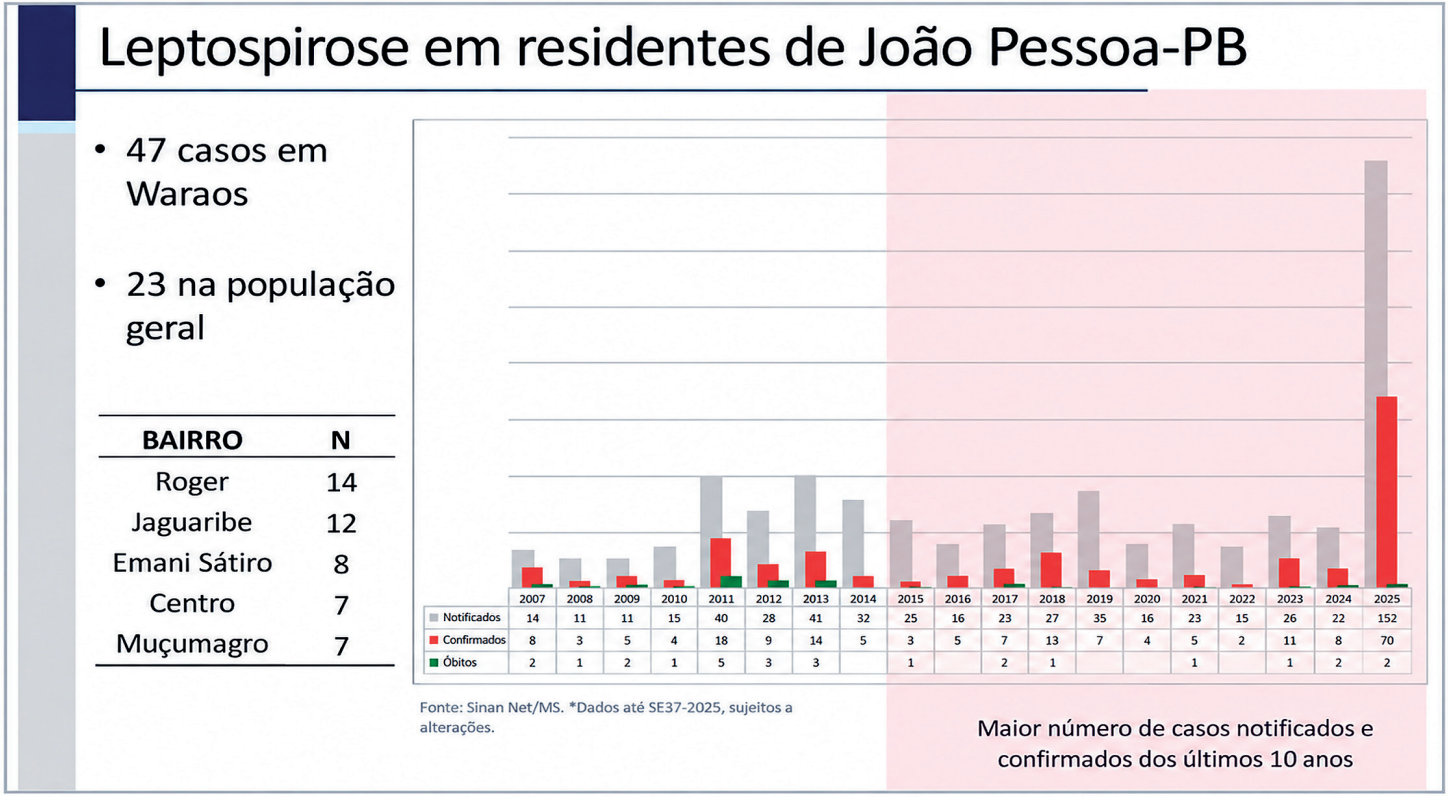
2 A CONTRADIÇÃO DO CUIDADO EM SAÚDE DOS WARAO NA ARTICULAÇÃO DA CRISE DO CAPITALISMO FINANCEIRIZADO, O EMBARGO A PAÍSES DO SUL GLOBAL E A MIGRAÇÃO INTERNACIONAL SUL-SUL

A atual vulnerabilidade em saúde vivida pelos Warao no Brasil, da qual existem poucos dados institucionais sistematizados, está vinculada a um histórico de espoliação territorial, deslocamentos forçados e produção social da doença que marca a trajetória desse povo desde o delta do rio Orinoco até

João Pessoa, em um contexto mais amplo de crise do cuidado no capitalismo contemporâneo. Desde a chegada das primeiras famílias à capital da Paraíba, no final de 2019, até novembro de 2025, contabilizam-se mais de trinta falecimentos, em sua maioria decorrentes de doenças preveníveis, incluindo um número significativo de crianças (BRASIL, 2022). Somente em 2025, foram registradas 11 mortes — cinco crianças, três adultos e três idosos — em uma população estimada em cerca de 641 pessoas. As causas notificadas incluem catapora, sepse, dengue hemorrágica, pneumonia, desnutrição e insuficiência respiratória, compondo um quadro de fragilidades sistêmicas, barreiras de acesso e respostas institucionais insuficientes.

Em maio de 2025, um dos abrigos Warao no centro de João Pessoa encontrava-se em condições sanitárias críticas, agravadas pela interrupção do repasse de recursos destinados à sua manutenção. A ausência de saneamento adequado resultou em esgoto a céu aberto, acúmulo de água estagnada, infiltrações, mofo e superlotação, configurando um ambiente de risco permanente. Crianças brincavam em áreas alagadas por dejetos, enquanto famílias permaneciam expostas, por semanas, a essas condições, apesar de reiteradas solicitações às instâncias responsáveis. Nesse contexto, emergiram casos graves de adoecimento, inicialmente atendidos de forma fragmentada. Dificuldades de comunicação com o SAMU, ausência de mediação linguística e práticas institucionais de caráter tutelar evidenciaram padrões recorrentes de (des)atenção. O diagnóstico de leptospirose, confirmado apenas após hospitalizações prolongadas e a identificação de novos casos, revelou um surto concentrado nessa população. Dados obtidos junto a profissionais de saúde indicam que, dos 70 casos confirmados em João Pessoa em 2025, cerca de 67% correspondiam a indígenas Warao, com aumento de 775% em relação ao ano anterior.

Figura 1: Casos de leptospirose em residentes de João Pessoa (PB), 2025



Fonte: entrevista com profissional de saúde com atuação na vigilância e atenção básica, João Pessoa, 2025. A pedido da interlocutora, o órgão de atuação não é identificado.

A alta taxa de mortes entre os Warao e o fato de ser o grupo que mais acumula casos de leptospirose evidencia que o adoecimento não se distribuiu de forma aleatória, mas incidiu de maneira desproporcional sobre uma população submetida a condições estruturais de vulnerabilização produzidas pela gestão da migração indígena e pela precarização das políticas de acolhimento no Brasil, que, apesar de maior cobrimento em comparação com a Venezuela, não tem conseguido consolidar caminhos de atenção e promoção em saúde de uma maneira diferenciada para os Warao.

Situações como as da leptospirose, portanto, não podem ser compreendidas apenas como um evento epidemiológico, mas como expressão concreta de um processo histórico mais amplo, marcado por deslocamentos forçados, espoliação territorial, o abandono sistemático das famílias Warao no contexto da crise da reprodução social e do cuidado no capitalismo contemporâneo — especialmente em sua fase financeirizada, no qual o cuidado em saúde se organiza por negligência, urgência e tutela — e não por prevenção, diálogo ou corresponsabilização.

Como documenta Mantini-Briggs (2018), os Warao têm sido historicamente expostos a epidemias associadas à exploração econômica; à degradação ambiental; e à ausência de políticas públicas adequadas. Desde o século XX, surtos de sarampo, cólera e outras doenças produziram elevados índices de mortalidade, especialmente entre crianças, desencadeando deslocamentos forçados e aprofundando a vulnerabilidade desse povo. Relatórios e os próprios Warao em rodas de conversa indicam a persistência desse padrão, com epidemias evidentes nos anos da crise de sarampo e mortes evitáveis em contextos de desassistência (PROVEA, 2020).

Longe de constituir uma ruptura, esse padrão histórico de vulnerabilização se reproduz, com novas mediações, no contexto brasileiro. Desde a chegada pela fronteira de Pacaraima, entre 2017 e 2018, os Warao relatam experiências marcadas pela incompreensão, ausência de diálogo intercultural e práticas percebidas como violentas, especialmente na vacinação sem explicação prévia, o que reforça a desconfiança em relação aos serviços de saúde. Também mencionam episódios de racismo institucional, como a proibição de práticas de cura Warao, restrições ao acompanhamento familiar e falta de informações sobre diagnósticos e tratamentos. Em João Pessoa/PB, destacou ainda ações de rastreamento de tuberculose sem devolutiva e ausência de educação em saúde, evidenciando a centralidade da comunicação no cuidado.

Esse quadro pode ser compreendido à luz da noção da crise de reprodução social do capitalismo contemporâneo, especialmente em sua fase financeirizada (FRASER, 2020), que tende a parasitar as próprias bases que sustentam a vida, apropriando-se de recursos materiais, sociais e institucionais sem assegurar sua reposição, produzindo crises recorrentes de cuidado, saúde e reprodução social que se manifestam em adoecimentos e mortes.

No caso venezuelano, essa dinâmica assumiu contornos particularmente agudos a partir do endurecimento das sanções econômicas impostas pelos Estados Unidos, sobretudo desde 2015, quando o primeiro foi declarado uma "ameaça à segurança nacional" (UNITED STATES, 2015). Inseridas no jogo da geopolítica imperial e da ampliação da financeirização global do neoliberalismo, tais medidas impuseram severas restrições financeiras e comerciais que desencadearam uma contração econômica profunda, com efeitos diretos na produção de uma crise humanitária e social vivida ao longo da última década, com respostas governamentais parciais, num contexto de crise política, ameaça militar e uma alta dependência de uma economia fóssil.

As sanções reduziram drasticamente a capacidade do Estado venezuelano de importar insumos essenciais, enquanto o bloqueio de ativos estratégicos e as restrições ao comércio internacional — intensificadas em 2017 e 2019 — produziram impactos devastadores sobre a economia (WEISBROT; SACHS, 2019; BAHAR et al., 2019). Essa conjuntura foi determinante para o colapso de serviços públicos fundamentais, como energia, água, saneamento e abastecimento de insumos médicos, além de aprofundar a insegurança alimentar e a fome e corroer a capacidade do sistema de saúde. Nesse contexto emerge um fenômeno migratório, desta vez generalizado, envolvendo populações não indígenas e indígenas. Elas passam a se deslocar para diferentes países da América Latina como estratégia de sobrevivência diante da intensificação da escassez e do conflito político interno influenciado pelos Estados Unidos. Este processo se torna particularmente severo no estado do Delta Amacuro, com consequências específicas e agravadas para a saúde do povo Warao.

À luz da formulação de Fraser (2020), a migração forçada pode ser compreendida como um dos principais efeitos das contradições produzidas pelo capitalismo financeirizado. No contexto contemporâneo, marcado por uma crise migratória global e por processos geopolíticos que incidem desde há vários anos sobre a Venezuela, incluindo sanções econômicas e disputas ainda vigentes, em 2026, em torno de recursos estratégicos como o petróleo, os deslocamentos populacionais para diferentes países da América do Sul são um efeito desses processos. Nesse cenário, inserem-se as migrações Sul–Sul dos Warao e outros grupos indígenas[2]. Diferentemente das cadeias globais formais de trabalho de cuidado, frequentemente associadas aos fluxos migratórios Sul–Norte e à mobilização de mulheres migrantes (PISCITELLI, 2008), a mobilidade Warao é marcada sobretudo pela busca de condições de sobrevivência diante da ausência ou da precarização das oportunidades de trabalho. Assim, sua inserção nas cidades e periferias do Sul Global ocorre em contextos de elevada vulnerabilidade social e econômica.

Nesse contexto, a resposta à migração venezuelana no Brasil, conduzida inicialmente por governos de orientação liberal-conservadora e de extrema-direita, frequentemente apresentada como ação humanitária coordenada, pode ser compreendida também como parte da constituição de uma economia humanitária, articulada entre o Estado, organismos internacionais, como a Organização Internacional para as Migrações (OIM) e o Alto Comissariado Das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR), e uma rede de organizações da sociedade civil financiadas por recursos internacionais. Longe de operar apenas como mecanismo de proteção, essa estrutura mobiliza fluxos financeiros, projetos e parcerias institucionais que também respondem a interesses de governança e de política internacional (DAUER; MACEDO, 2021) que integram as próprias dinâmicas de gestão da crise contemporânea.

Para populações como os Warao, isso se traduz em uma forma de gestão da crise que não supera as condições de precariedade, mas as administra, reproduzindo desigualdades no acesso ao cuidado e à saúde em um cenário mais amplo de crise da reprodução social. Nesses contextos, tanto o mercado (incluída a economia humanitária) quanto os sistemas públicos de proteção social revelam-se profundamente insuficientes, sobretudo quando se trata da promoção e atenção em saúde para migrantes e refugiados. As capacidades sócio reprodutivas, assim, não são apenas deslocadas, mas também comprimidas simultaneamente nos territórios de origem, de migração e de destino, produzindo uma condição de reprodução social cronicamente inviabilizada e precarizada. Trata-se de um quadro de descartabilidade que atinge grupos como os indígenas migrantes, para os quais, nos termos de Leite (2020, p. 133–134), epidemiologia e biopolítica têm caminhado juntas desde o início da modernização, racializando e estigmatizando corpos desmunidos ou desprovidos de um horizonte de integração societária, deixando-os fora de toda comunidade, embora sob retóricas de integração e atenção. Como consequência, reorganiza-se uma crise do cuidado que se estende, de forma paulatina, durante o processo de mobilidade com efeitos ainda visíveis.

A diáspora Warao, portanto, não pode ser compreendida apenas como resultado de decisões individuais ou como efeito de uma "crise nacional" isolada, mas como expressão localizada de uma crise estrutural mais ampla, na qual os custos sociais da financeirização e da geopolítica global são sistematicamente transferidos para corpos racializados, indígenas e historicamente marginalizados. Ao atravessarem fronteiras e subregiões em busca de sobrevivência, os Warao carregam consigo não apenas os efeitos do deslocamento forçado, mas também as marcas de uma crise de cuidado que reaparece nos contextos de acolhimento no Brasil sob a forma de precarização habitacional, ausência generalizada de trabalho[3], adoecimentos evitáveis e arranjos improvisados de cuidado em que também participam ONGs brasileiras financiadas por países do norte global, diante dos quais as instituições de saúde pública assumem uma responsabilidade central — ainda que frequentemente não reconhecida ou mal endereçada.

Se a migração Warao pode ser compreendida como expressão de uma crise ampliada da reprodução social, num cenário de uma relação que já era contraditória entre a formação do Brasil e os povos indígenas, é no encontro cotidiano com profissionais das instituições estatais que me interesso — particularmente nos serviços de saúde no Brasil — para analisar como essa crise se materializa de forma mais densa e desigual para os indígenas em diáspora. Os espaços institucionais de cuidado constituem arenas privilegiadas onde se tornam visíveis as contradições entre a promessa universalista do direito à saúde e as diferenças raciais, étnicas, de classe e de gênero e nacionalidade, que estruturam seu funcionamento concreto.

Nesse sentido, as experiências etnográficas dos *eventos-em-prática* (CRONEMBERGER, 2025) correntes com profissionais da saúde, no contexto da interação com famílias Warao, atualizam o que Mantini-Briggs (2018) denomina de "impossibilidade cultural crônica": regime de produção institucional da negligência, no qual a incapacidade de diálogo intercultural, a hierarquização racial e a lógica biomédica hegemônica convergem para transformar diferenças culturais em obstáculos ao cuidado, ao mesmo tempo em que ocultam as responsabilidades estruturais do Estado na produção do adoecimento.

3 "IMPOSSIBILIDADE CULTURAL CRÓNICA", CATEGORIAS DA DIFERENÇA E DESIGUALDADE NAS INTERAÇÕES ENTRE INDÍGENAS WARAO E PROFISSIONAIS DA SAÚDE

Abordar o atual problema do cuidado, desde outras formas terapêuticas na crise da sociedade capitalista, não ocupa um papel preponderante e central na estrutura do pensamento das escolas da saúde, os espaços da gestão (secretarias de saúde municipal e estadual) e nos espaços públicos no território onde ela se pratica. A declaração do Secretário Municipal de Saúde de João Pessoa, publicada em uma rede social a respeito do surto de leptospirose ocorrido no começo de 2025, é particularmente ilustrativa para compreender essa ausência pois demonstra como vem se estruturando e fundamentando a gestão política das instituições de saúde na atenção aos Warao na capital da Paraíba, desde uma impossibilidade cultural crónica ensinada nos departamentos de saúde das universidades.

No pronunciamento do Secretário[4], a ênfase recai sobre a suposta resistência dessa população aos tratamentos biomédicos convencionais — aos quais, segundo essa perspectiva, deveriam ser introduzidos —, deslocando para os próprios Warao a responsabilidade pelas mortes ocorridas e obscurecendo, ao mesmo tempo, as limitações técnicas, institucionais e operacionais do sistema de saúde para responder à situação. As fragilidades do processo em curso são, assim, interpretadas pelo Secretário municipal

de saúde como um conjunto de questões "principalmente culturais". A diferença cultural aparece, em suas palavras, como "fragilidade" da relação, funcionando logo como marcador de uma *impossibilidade cultural crônica*: uma barreira produzida nos próprios espaços da gestão pública e nos espaços de interação com os Warao, que impede o diálogo com outros sistemas sociomédicos de concepção da doença, do cuidado e da cura.

Eram recorrentes os embates nas falas durante as "visitas" da equipe de saúde municipal aos abrigos ou vilas onde moram os Warao (como no caso da cacica no vilarejo). As falas dentro dos serviços de saúde municipais e estaduais, ou as falas de profissionais encarregados da gestão, quando as concepções científicas e terapêuticas da biomedicina ocidental — comumente mobilizadas pelas autoridades em saúde para tratar o chamado "problema dos indígenas venezuelanos", como eram frequentemente designados — entravam em tensão com aportes críticos de outras formas e caminhos terapêuticos de cuidado em processo de construção junto aos Warao. Isso ocorria durante as interações entre os profissionais de saúde e os Warao, bem como quando apresentávamos experiências inspiradas pela antropologia em saúde indígena, as ciências sociais, a pedagogia e a psicologia.

Desta forma, o argumento sustentado historicamente por autoridades e profissionais na Venezuela — segundo a qual "os Warao são acusados de que sua própria cultura teria se convertido em um instrumento de sua própria aniquilação", como demonstraram Briggs e Mantini-Briggs (2005), era também utilizado nestes embates pela maioria de profissionais das equipes de saúde com as quais interagimos junto aos Warao. Essa estrutura argumentativa que compõe uma técnica de gestão daqueles que são considerados "estrangeiros", "os outros" (PRECIADO, 2020), aparecia de forma sistemática nas situações cotidianas de interação entre indígenas e profissionais pertencentes aos equipamentos do Sistema Único de Saúde (SUS) em João Pessoa, nas reuniões com o poder público e a gestão municipal e estadual e, inclusive, nas redes sociais do secretário municipal de saúde. Essa dinâmica é expressão do que Mantini-Briggs (2018, p. 96) descreve como o fundamento das "estratégias de um persistente poder da colonialidade exercido na formação e nas práticas profissionais de atores que regem os destinos da sociedade".

Nos termos de Agier (2011), o "governo dos indesejáveis", no qual populações deslocadas são mantidas em regimes de administração permanente e de negação, sem que se produzam condições efetivas de integração social ou transformação das estruturas que sustentam sua precarização, o fantasma discursivo da impossibilidade cultural crônica não se apresentava como um dado abstrato, mas como parte constitutiva da estrutura de interações e relações, em diferentes escalas, das quais participei junto às famílias Warao e aos profissionais e gestores da saúde. Era comum

que nas visitas aos abrigos, ou em consonância com a fala do secretário, nos serviços de saúde, a evocação de uma suposta incompatibilidade essencial entre culturas, frequentemente formulada como "um problema de diferença cultural". Contudo, o que se observava não era um conflito cultural em si, mas a sobreposição de desigualdades históricas, diferenciações raciais, barreiras linguísticas, regimes biomédicos normativos e práticas institucionais fechadas ao diálogo com outras cosmologias, sistemas sociomédicos e com as próprias trajetórias de deslocamento forçado que marcam a vida desse grupo indígena em mobilidade.

Esse aparato, intimamente ligado ao poder colonial, inscreve-se nas práticas profissionais e articula-se de maneira profunda à problemática socioambiental, econômica, política e sanitária histórica que impulsionou os deslocamentos forçados dos Warao como estratégias de resistência e sobrevivência. Ao fazê-lo, reproduz "formas discursivas e regimes de saber que conceitualizam, codificam e definem o 'outro' colonizado por meio de um imprescindível aparelho discursivo que perpetua a dominação colonial" (MANTINI-BRIGGS, 2018, p. 97). Essas operações discursivas não atuam de forma isolada, mas se entrelaçam a marcadores de raça, etnicidade, classe, nacionalidade e gênero, produzindo hierarquizações específicas no acesso ao cuidado. Nesse sentido, conforme observa Preciado (2020), retomando as formulações de Emily Martin, a imunidade corporal não constitui um mero fato biológico independente de variáveis culturais e políticas. Pelo contrário, o que entendemos por imunidade é construído coletivamente por meio de critérios sociais e políticos que, alternadamente, produzem soberania ou exclusão, proteção ou estigma, vida ou morte.

Como argumenta Viveros Vigoya (2016), trata-se de uma concepção cruzada ou imbricada das relações de dominação, as quais, podemos afirmar, materializam-se, por exemplo, nos espaços de interação entre indígenas Warao e profissionais da saúde. A referida autora debate criticamente os alcances e as limitações da interseccionalidade como ferramenta teórica e política para compreender a diversidade e a dispersão das trajetórias em que se entrecruzam diferentes modalidades de dominação, que produzem posições específicas de desigualdade e poder, vividas concretamente por distintos grupos sociais. Os rastros da imbricação das relações de opressão, organizadas não por eixos independentes, mas por configurações históricas e situadas, nas quais raça, classe, gênero, etnicidade e nacionalidade, no caso dos Warao, coproduzem-se mutuamente, constituem posições sociais específicas e assimétricas que operam nas interações entre as profissionais de saúde locais e os Warao.

É interessante pensar esses entrecruzamentos entre indígenas Warao e profissionais — majoritariamente mulheres — das equipes municipais de saúde, atuantes na denominada "equipe indígena", nas UBS e em hospitais, como enfermeiras, técnicas de enfermagem e responsáveis pelas tarefas

do cuidado em saúde, muitas vezes, também no âmbito doméstico, pois isso permite identificar como, no contexto brasileiro, a crise do cuidado se articula historicamente a uma profunda divisão racial, de classe e de gênero do trabalho doméstico e de cuidados (IPEA, 2021).

Muitas das trabalhadoras da linha de frente com as quais construímos diversas interações junto aos Warao, em geral mal remuneradas, ocupam posições distintas daquelas de médicas, assistentes sociais, psicólogas e profissionais da gestão da saúde. As relações entre esses profissionais são marcadas por diferenças salariais, de capital escolar, de classe e de raça. Embora existam estas diferenciações internas entre profissionais da saúde, a constelação interseccional em que operam essas relações entre a saúde institucional e a população Warao, em contexto de acolhida, acentuam ainda mais a condição indígena vinculada à racialização, à pobreza, à associação com o "sujo", à condição de estrangeiro e, de maneira decisiva, às assimetrias de gênero. Isso constitui assimetrias que atravessam tanto as experiências de adoecimento quanto às interações com os profissionais de saúde através de dispositivos de moralização do cuidado.

À luz dessa abordagem, o modelo racial que estrutura as interações nas relações dos profissionais da saúde, que reproduzem entre si sua própria constelação de intersecções de opressão e dominação, operam sobre os Warao de maneira específica, com ênfase na racialização por serem indígenas, na moralização do cuidado e a responsabilização — que, em determinados momentos das interações nos serviços de saúde, recai de forma particular sobre as mulheres Warao — e na segregação por nacionalidade. Apesar das diferenciações que operam entre profissionais brasileiras da saúde, não eram poucas as falas que, nos momentos de interação em situações de atendimento ou reuniões entre gestoras e gestores de políticas públicas, responsabilizavam e acusavam, de forma explícita ou implícita, os Warao por sua própria situação de precariedade e adoecimento, ou que apagavam os sistemas sociomédicos Warao de concepção da doença e da cura, ao mesmo tempo em que se negava o atendimento ou a atuação diante de muitas das urgências em saúde sofridas por aqueles que vivem na cidade.

É nesse nível microssocial da interação entre profissionais da saúde, dispositivos do Estado e famílias Warao que a crise do cuidado se corporifica, revelando como uma reprodução social inviabilizada se traduz em adoecimentos evitáveis, descontinuidades no tratamento de doenças crônicas e relações atravessadas pela desconfiança, pela incompreensão e pela violência racial, de classe e nacionalidade. As concepções e categorizações dos "outros" racializados, como os Warao, ancoradas em uma percepção eurocêntrica e ocidentalizada que desapropria a agência indígena (MANTINI-BRIGGS, 2018), constituem uma realidade observável entre uma parcela significativa dos profissionais responsáveis pela prestação de serviços de saúde à população Warao em João Pessoa. São então as ideias internalizadas

nos espaços de formação em saúde que correspondem, precisamente, ao que Mantini-Briggs (2018) denomina *impossibilidade cultural crônica*: um regime que opera em contextos de desigualdade social, colonialidade, racismo e relações de poder, moldando de forma assimétrica o acesso à saúde — especialmente no caso de populações indígenas e racializadas.

A estigmatização e a discriminação dos sujeitos afetados, responsabilizados por sua própria precariedade, produzem não apenas negligência, mas também — como fala Mantini-Briggs (2018), uma incapacidade estrutural de imaginar caminhos alternativos como dentro do horizonte institucional. Essa fundamentação instalada nos cursos da saúde impedia reiteradamente materializar reuniões de diálogo e planejamento conjunto entre os Warao, a equipe transdisciplinar em ciências sociais na qual eu trabalhava e profissionais dos equipamentos em saúde em território ou, ainda mais acentuado, com a coordenação municipal da Atenção Básica municipal. No caso de que as reuniões acontecessem, dava-se num cenário de tensão e disputas discursivas em que chegaram a nos acusar de negligentes por propor outras abordagens e caminhos para construir processos terapêuticos junto aos Warao.

Isto se estrutura num contexto de consolidação de esquemas de regulação — como o chamado "fura-fila", amplamente denunciado na imprensa local — de uma gestão atravessada por interesses políticos, clientelistas e de relações com facções criminosas[5], além de negação do problema ou de um tratamento *soft* em redes. Isso porque segundo uma profissional de saúde entrevistada, nos últimos quatro anos existe uma ausência de notificações de óbitos, natimortos ou situações de saúde pública, sobre os Warao, à gerência de vigilância epidemiológica, o que revela para ela a dimensão dessa crise. Trata-se de uma corrosão dos princípios de universalidade, equidade e integralidade do SUS, que são mais excludentes ainda com os grupos racializados e em situação de mobilidade forçada, como os Warao.

4 EXPERIÊNCIAS DE CUIDADO JUNTO AOS INDÍGENAS WARAO EM JOÃO PESSOA – PB

Pode parecer quase ingênuo propor uma reflexão sobre interações e momentos de cuidado construídas junto ao povo Warao em um cenário marcado por uma impossibilidade cultural crónica que resulta em desassistência, mortes, adoecimentos decorrentes, precarização das condições de vida e múltiplos desafios no acesso à saúde ao longo do percurso diaspórico dos indígenas Warao. No entanto, existe uma urgência de pensar o cuidado — tal como se produz, se disputa e se improvisa — nos interstícios entre políticas públicas fragmentadas, práticas profissionais condicionadas por "itinerários de negligência"[6] e as próprias estratégias para sobrevivência, mobilidade e recomposição da vida junto aos Warao.

Este artigo é escrito numa conjuntura onde não existe garantia da continuidade do centro estadual de referência a migrantes e da execução do plano emergencial para o acolhimento Warao, além da ausência da consolidação de planos de ação construídos entre instituições de saúde e esse povo, e a ausência de uma política estadual real que garanta recursos para a criação de políticas para migrantes e refugiados. Por isso, a escolha por escrever sobre práticas e relações de cuidado construídas nesse cenário de adoecimentos e mortes trata de deslocar o olhar para um outro lugar, o das experiências com potencial transformador, gestadas na cotidianidade de um serviço público atravessado por crises. Nessa perspectiva, tornam-se fundamentais, como espaço de memória e reflexão valiosos a serem estudados a partir de vários aportes do feminismo crítico latino-americano, a filosofia social, e a antropologia da saúde. Não se trata de romantizar as brechas, mas de reconhecê-las como formas de agência, de invenção e de negociações nesses contextos migratórios que produzem vulnerabilidades e mortes evitáveis.

Voltemos ao caso da cacica, apresentado na vinheta etnográfica inicial, para compreender a resolução das várias emergências em saúde Warao que experimentamos onde foi possível. Apesar das barreiras e desigualdades impostas, num marco de muita desconfiança, é importante destacar a busca de cuidado nos postos de saúde *jotarao*[7] da cidade, como parte de umas construções de um "arranjo de cuidado" (FAZZIONI, 2023), series de itinerações (idas e vindas) e malhas de cuidado (BONET, 2014), ou ainda como expressão de "modos de cuidar" produzidos em contextos de mobilidade (GODOI, LOVO, WEITZMAN, 2024).

Determinada a condição de saúde da cacica, marcada pelos extensos percursos da migração forçada desde a comunidade de *Lagunita de Mariusa* até a cidade de João Pessoa, a mobilidade é aqui compreendida como um ato de resistência frente à impossibilidade cultural crônica, à pobreza extrema, à desapropriação e às condições precárias de saúde e morte. Como aponta Mantini-Briggs (2018, p. 95), a confrontação dessas desigualdades e diferenciações se dá por meio de "estratégias de resistência expressas, entre outras formas, pelas migrações e deslocamentos Warao". Nesse sentido, coloca-se a questão de como pensar a construção de estratégias de cuidado em saúde nas próprias experiências de mobilidade e diáspora, particularmente nas interações e trocas entre saberes, campos de conhecimento e instituições.

Algumas respostas locais à crise do cuidado como as vivenciadas no vilarejo no contexto do capitalismo neoliberal financeirizado e de governança humanitária ganham centralidade analítica na discussão. Apesar de não se apresentarem como iniciativas capazes de alterar, por si sós, a estrutura desse regime social nos espaços da saúde, tais experiências constituem respostas situadas aos impasses que atravessam a atual crise do

cuidado em saúde vivida pelos Warao, poucas vezes valorizadas e levadas em consideração pelas autoridades locais. Ao enfrentar, no cotidiano, os efeitos da desvalorização, da externalização e da precarização do cuidado, a construção de arranjos, interações e malhas, e modos de cuidado abrem fissuras na ordem biomédica dominante, linear e fechada, e indicam caminhos possíveis de reconfiguração das práticas de atenção à saúde, ancorados em outras racionalidades, vínculos e formas de responsabilidade coletiva.

Nesse sentido, os "arranjos de cuidado", segundo a antropóloga Natalia Fazzioni (2023, p. 19), como categoria analítica inspirada nas discussões sobre a ética do cuidado, permitem "descentralizar a noção de cuidado de relações duais e domésticas, complexificando o emaranhado de relações que compõem o cuidado, incluindo as relações com diferentes atores sociais". A autora procura "apontar para a forte dimensão situacional do cuidado, marcada por improvisos e precariedades", sendo um fenômeno complexo e socialmente articulado, que ultrapassa a esfera privada e as relações estritamente familiares. Ao propor uma abordagem que inclui múltiplos atores e situações, ela amplia o entendimento do cuidado como uma prática coletiva e situada, caracterizada por ajustes, improvisos e pela constante adaptação em contextos de precariedade.

Assim, é possível identificar como, nesse emaranhado de relações complexas, mediadores(as) culturais Warao e lideranças se tornaram agentes centrais na construção de "arranjos de cuidado" com as famílias Warao em João Pessoa. Eles atuam junto com educadores sociais e técnicos do serviço do qual eu fazia parte, bem como com profissionais da rede pública de saúde (especialmente das UBS dos territórios), promovendo uma articulação dialética entre saberes Warao, o conhecimento biomédico e as ciências sociais. Apesar das limitações e da precarização laboral, essas interações em torno dos mediadores e mediadoras culturais contratados constituem a expressão de uma importante agência social ancorada no saber Warao. Produziu-se um intercâmbio que buscou abrir brechas para estabelecer uma liminaridade entre os atores do sistema sócio médico indígena e a saúde biomédica hegemônica, como um espaço contextualizado de "medicinas híbridas" (FOLLER, 2004, p. 109). Trata-se de um campo que tensiona a imposição de processos pelos quais os Warao escolhem — ou não — tratar questões de saúde e doença, configurando o que Maj-Lis Foller (2004) denominou de intermedicalidade: uma zona de contato criada entre povos indígenas e profissionais de saúde.

Nesse sentido, os "arranjos de cuidado", pensados como parte das lutas transfronteiriças propostas por Fraser (2020), não se limitam à articulação entre grupos subalternizados que vivenciam o entrecruzamento de opressões e desigualdades, mas incluem também o diálogo entre diferentes áreas do conhecimento e saberes indígenas. No campo, esses arranjos se materializaram em situações como o acompanhamento de uma cacica em

urgência de saúde, envolvendo familiares, mediador cultural e profissionais da equipe municipal, bem como durante o surto de leptospirose no ano passado. Nesses contextos, foram construídos arranjos de cuidado a partir de uma abordagem que articula múltiplos atores e situações, ampliando a compreensão do cuidado como prática coletiva e situada, na qual saberes indígenas e ciências sociais se somam dialeticamente à prática biomédica.

Caracterizados por ajustes, improvisos e constante adaptação em contextos de precariedade, esses processos de construção de arranjos de cuidado tensionam a rigidez dos itinerários terapêuticos próprios da biomedicina convencional, diante dos quais os Warao se deparam cotidianamente. O tecido desses arranjos opera na transversalidade dos campos, buscando transcender a oposição entre os saberes do sistema sociomédico Warao, as ciências médicas e as ciências sociais — divisão que frequentemente encobre a clássica dicotomia entre natureza e cultura, particularmente forte nas áreas da saúde. Com base nisso, foram elaboradas propostas de intervenção em situações de promoção e de urgência em saúde, tanto em abrigos e moradias quanto em serviços de saúde, além de ações de formação voltadas a profissionais da saúde e conselhos tutelares, e da criação de espaços de escuta, diálogo e ensino sobre o SUS junto às famílias. Tais iniciativas foram orientadas por um enfoque que articula saberes Warao, ferramentas metodológicas e epistemológicas das ciências sociais e a medicina ocidental, no sentido apontado por Langdon e Garnelo (2017), como caminho e forma de agência para explorar, junto aos Warao, diferentes possibilidades terapêuticas de cuidado.

As respostas a essa complexa realidade epidemiológica e de adoecimento aproximam-se também do conceito de Bonet (2014) de itinerações e malhas para pensar o cuidado, destacando que o processo de busca por cuidado não é linear nem restrito aos serviços biomédicos, mas sim ações em fluxo, abertas e sujeitas a improvisações criativas que revê-la a agência dos sujeitos. A proposta do autor aponta à necessidade de repensar os itinerários terapêuticos da biomedicina ocidental tal como estruturados nos sistemas oficiais de saúde.

Ao analisar as relações entre médicos e usuários na atenção primária, Bonet (2014, p. 335) evidenciou como os usuários vão, na prática, estruturando o próprio sistema, frequentemente em desacordo com o desenho previsto pelos gestores. Isso demonstra como as pessoas constroem trajetórias de cuidado articulando diferentes saberes, instituições e relações sociais. Ao longo do tempo, o que pode se evidenciar é que profissionais da gestão em saúde municipal e estadual instituíram, na relação com os Warao, um percurso racional e fechado, ancorado na ideia de uma suposta impossibilidade cultural crônica. Entretanto, foram se produzindo deslocamentos nos serviços de saúde, por meio de exercícios de escuta, construção de vínculo e repetição das interações, a partir dos quais se teceu uma trajetória relacional que

pode ser compreendida como um emaranhado de malhas (*meshwork*) — isto é, linhas de vida entrelaçadas, em crescimento e movimento (INGOLD apud BONET, 2014, p. 335).

Ainda que limitado e desgastante, o movimento constante de "ir e voltar" entre as famílias Warao, a equipe do CERMIR e os profissionais de saúde — em suas diferentes escalas — tornou-se vital para a circulação de informações. Esse fluxo, cujo eixo organizador centrou-se no mediador cultural e nas lideranças locais para tratar de questões de saúde nos territórios, impulsionou o processo de "habitar" o sistema de saúde. Articuladas, tais ações consolidaram-se como estratégias centrais para pensar e construir, com os Warao, outras formas de cuidado através de malhas entrelaçadas de vida, que não são inacabadas nem fechadas como seria uma rede.

Seguindo a Bonet (2014), esses caminhos que não estavam previamente dados, emergiram das relações, das situações de urgências, dos desencontros com profissionais da saúde, e da confiança construída ao longo do tempo. Assim, constituíram-se itinerários terapêuticos porosos, instáveis e continuamente renegociados a partir do reconhecimento do sistema sociomédico Warao, como a aconteceu com a cacica Warao do vilarejo ou com a crise da leptospirose.

Explorar, por fim, essas experiências é identificar "modos de cuidar", no sentido proposto por Weitzman, Godoi e Lovo (2024), com base em etnografias realizadas em diferentes contextos, que articulam práticas situadas de mobilidade e relação. Como já mencionado, a própria migração é compreendida como uma forma de resistência à imposição e ao entrecruzamento de diferenças de raça, etnicidade, nacionalidade e classe que se produzem nas interações entre os Warao e os profissionais da saúde.

São recorrentes os casos em que, como relatam os Warao no dia antes da emergência com a cacica, a mobilidade para outras cidades se estrutura tanto a partir de acusações de feitiçaria entre os próprios Warao quanto pela condição de já estarem enfeitiçados, levando à busca por cura junto a especialistas dentro de seu sistema sociomédico. Ao mesmo tempo, a mobilidade também se orienta pela procura por serviços de saúde, assistência social e melhores condições de vida, seja para melhorar a coleta ou para encontrar trabalho. Ou seja, a ampla migração — transfronteiriça ou interna no Brasil, inclusive no espaço urbano — opera não apenas como resistência, mas como um princípio organizador das dinâmicas sociais, inscrito em uma ética de relacionamentos que envolve seres tangíveis e dimensões intangíveis (como o sistema xamânico Warao). De modo semelhante ao contexto etnográfico analisado por Weitzman, Godoi e Lovo, os "modos de cuidar" Warao estão atrelados à mobilidade como eixo organizador das relações sociais, envolvendo "uma gramática

de interdependência social, espiritual e material a partir de uma teia de relacionalidades que abraça pessoas [...] e entidades supranaturais, que estão em constante movimento" (WEITZMAN; GODOI; LOVO, 2024, p. 2).

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo partiu de uma cena etnográfica — a urgência em saúde vivida por uma liderança Warao em João Pessoa — para analisar tensões nas interações entre indígenas em mobilidade e profissionais da saúde. Argumentei que tais tensões não se reduzem a problemas de "diferença cultural" ou comunicação, mas expressam um regime de produção de desigualdade que Mantini-Briggs (2018) denomina de "impossibilidade cultural crônica".

Nesse quadro, categorias de diferença, articuladas a marcadores de gênero, raça, etnicidade, nacionalidade e classe, operam como dispositivos ativos na produção de (des)atenção à saúde, reconfigurando os limites do acesso, do reconhecimento e do direito à vida. As experiências analisadas indicam que a denominada "resistência cultural" deve ser compreendida à luz de trajetórias históricas de violência, deslocamento forçado e desassistência, que atravessam tanto o contexto venezuelano quanto os espaços de acolhimento no Brasil.

A situação vivida pelos Warao insere-se em uma crise mais ampla da reprodução social no capitalismo contemporâneo, em que a migração aparece simultaneamente como efeito dessas condições e como estratégia de sobrevivência, ainda que marcada por novas formas de vulnerabilização. Contudo, essas dinâmicas não se esgotam na produção de desigualdade. Como procurei demonstrar, emergem "arranjos de cuidado" construídos nas interações entre famílias Warao, mediadores culturais, profissionais da saúde, e profissionais das ciências sociais, caracterizados por negociação, improviso e articulação entre diferentes regimes de saber e prática. Conceitos como "arranjos de cuidado", "itinerações e malhas de cuidado" e "modos de cuidar" permitem compreender essas experiências como práticas situadas, inscritas em uma ética relacional que envolve dimensões sociais, materiais e espirituais e que se organiza em torno da mobilidade.

Enfrentar a crise do cuidado nesses contextos exige deslocar o foco de intervenções centradas na "adequação cultural" para uma análise das condições estruturais que produzem a negligência. Isso implica reconhecer a centralidade dos saberes indígenas e das mediações interculturais na produção do cuidado. Ao evidenciar essas práticas, o artigo sugere que, mesmo em contextos de desassistência, emergem formas de cuidado que tensionam a lógica da impossibilidade cultural crônica e reconfiguram, ainda que de modo precário, as condições de produção da vida.

NOTAS

[1] Entre os Warao, o "*daño*" refere-se a um tipo específico de processo de adoecimento associado à ação intencional de agentes humanos dotados de poder xamânico, sendo frequentemente traduzido como feitiçaria. Ele integra um sistema mais amplo de compreensão da doença e da cura no qual dimensões sociais, morais e cosmológicas são indissociáveis do corpo e do sofrimento (ACNUR, 2024).

[2] A imigração indígena ao Brasil não se restringe ao povo Warao, ainda que este constitua o grupo mais numeroso no país. Segundo a Matriz de Monitoramento de Deslocamento (DTM) Nacional sobre a População Indígena do Fluxo Venezuelano no Brasil, da Organização Internacional para as Migrações (OIM) (2023), também estão presentes, principalmente na Região Norte do país, outros povos indígenas provenientes de Venezuela, como E'ñepá (Panare), Kari'ña, Pemon, Ye'kwana, Wayúu e Añú (Paraujano), ainda que em menor número em comparação aos Warao.

[3] Ainda que os dados não estejam desagregados por região ou município, segundo a OIM (2023), a principal fonte de renda das famílias Warao, em nível nacional, é a arrecadação de dinheiro nas ruas ("coleta") (35%), seguida pelo trabalho assalariado informal e por doações em dinheiro (ambos com 17%), além do trabalho empreendedor informal (8%). No que se refere ao acesso a alimentos, as principais fontes indicadas pelas famílias são a política de assistência social (33%), seguida pela coleta de dinheiro nas ruas (18%) e por outras rendas familiares (16%). No período em que acompanhei o acolhimento de famílias Warao na cidade de João Pessoa (PB), havia apenas quatro mediadores culturais contratados por meio de prestação de serviços — vinculados ao serviço em que eu atuava —, além de dois homens Warao empregados em uma empresa de grande porte, exercendo a função de carregadores.

[4] A fala completa do secretário de saúde de João Pessoa está disponível em: FERREIRA FILHO, Luís. *A Prefeitura de João Pessoa intensifica ações de saúde voltadas à população indígena Warao após surto de leptospirose*. Instagram, 30 abr. 2025. Disponível em: <https://www.instagram.com/reel/DJFkNX_Je3v/>. Acesso em: 14 abr. 2026.

[5] Esse quadro se sustenta em uma conjuntura política mais ampla, marcada pelo clientelismo, pela politização da gestão da saúde e por dinâmicas de faccionalização no âmbito municipal, nas vésperas das eleições políticas. Investigações recentes sobre o envolvimento de agentes públicos e de membros da administração municipal com facções durante as eleições de 2024, amplamente divulgadas pela imprensa local, reforçam a percepção de que a saúde tem sido capturada por lógicas de poder que fragilizam programas, desestruturam equipes e substituem critérios técnicos por indicações políticas.

[6] Utilizo a expressão de "itinerários de negligência" que surgiu num debate adiantado, na sala de aula, durante a apresentação da colega Uliana Gomes da Silva sobre as experiências de cuidado das mulheres mães de crianças acometidas pela Doença Falciforme. A expressão "itinerários de negligência" funciona como uma inversão crítica do conceito de itinerários terapêuticos, mobilizada para evidenciar não estratégias de cuidado, mas percursos marcados pela negligência institucional. Ao deslocar o foco dos itinerários de saúde para a "negligência", o conceito passa a revelar a produção institucional da vulnerabilidade e do abandono no interior dos sistemas de cuidado.

[7] *Jotarao*, na língua Warao, designa pessoas não indígenas, marcando uma distinção relacional entre os Warao e a sociedade envolvente.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGIER, Michel. Uma exceção redobrada: espaços, tempo e atores do governo humanitário. Tradução de Silvia Naidin. **Desigualdade & Diversidade: Revista de Ciências Sociais da PUC-Rio**, Rio de Janeiro, n. 11, p. 11-22, ago./dez. 2012.

BAHAR, Dany; BUSTOS, Sebastian; MORALES, José R.; SANTOS, Miguel A. **Impact of the 2017 sanctions on Venezuela: revisiting the evidence**. Washington, DC: Brookings Institution, 2019.

BARROS, Cíntia; ALVAREZ, Jennifer; VAZQUEZ, Luciana Elena. **Matriz de monitoramento de deslocamento (DTM) nacional sobre a população indígena do fluxo migratório venezuelano no Brasil: rodada 2023**. 2. ed. Brasília: OIM, 2023.

BONET, Octávio. Itinerações e malhas para pensar os itinerários de cuidado: a propósito de Tim Ingold. **Sociologia & Antropologia**, Rio de Janeiro, v. 4, n. 2, p. 327-350, 2014.

CRONEMBERGER, Lorena Ferreira. **Mães-polvo: uma etnografia sobre o trabalho do cuidado materno no contexto da meningite infantil**. 2025. Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2025.

DAUER, Gabriel Roberto; MACEDO, Marília Fernandes Rodrigues de. A política externa brasileira e a migração venezuelana: a atuação da OIM no Brasil pelo Projeto Oportunidades (2016-2020). **Estudios Internacionales**, Santiago, v. 53, n. 200, p. 45-77, 2021.

FAZZIONI, Natália Helou. Manter-nos juntos: casa, corpo e cuidado em diferentes arranjos. **Anuário Antropológico**, Brasília, v. 48, n. 1, p. 171-188, 2023.

FOLLÉR, Maj-Lis. Intermedicalidade: a zona de contato criada por povos indígenas e profissionais de saúde. In: LANGDON, Esther Jean; GARNELO, Luiza (Org.). **Saúde dos povos indígenas: reflexões sobre antropologia participativa**. Rio de Janeiro: Contra Capa; ABA, 2004. p. 129-147.

FRASER, Nancy; SOUSA FILHO, José Ivan Rodrigues de. Contradições entre capital e cuidado. **Princípios: Revista de Filosofia**, Natal, v. 27, n. 53, p. 261-288, 2020.

LANGDON, Esther Jean; GARNELO, Luiza. Articulación entre servicios de salud y "medicina indígena": reflexiones antropológicas sobre política y realidad en Brasil. **Salud Colectiva**, Buenos Aires, v. 13, n. 3, p. 457-470, 2017.

MANTINI-BRIGGS, Clara. Cuando el derecho a la salud del pueblo Warao depende de la migración y desplazamientos como acto de resistencia a la imposibilidad cultural crónica. **Périplos: Revista de Estudios sobre Migraciones**, v. 2, n. 2, p. 95-111, 2018.

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL (MPF). **MPF pede na Justiça início imediato de atendimento no SasiSUS para indígenas Warao refugiados na Paraíba**. João Pessoa, 2022.

NASCIMENTO, Lucas Vinícius de Oliveira; SANTANA, Dandara. Pandemia e crise da reprodução social capitalista: entrevista com Ana Carolina Gonçalves Leite. **Movimentos Sociais e Dinâmicas Espaciais**, Recife, v. 9, p. 125-140, 2020.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL PARA AS MIGRAÇÕES (OIM); MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL (MDS). **Resumo executivo: matriz de monitoramento de deslocamento (DTM) nacional sobre a população indígena do fluxo venezuelano no Brasil: 2ª rodada**. Brasília: OIM; MDS, 2023.

PINHEIRO, Luana Simões; TOKARSKI, Carolina Pereira; POSTHUMA, Anne Caroline (Org.). **Entre relações de cuidado e vivências de vulnerabilidade**. Brasília: IPEA; OIT, 2021.

PISCITELLI, Adriana. Interseccionalidades, categorias de articulação e experiências de migrantes brasileiras. **Sociedade e Cultura**, Goiânia, v. 11, n. 2, p. 263-274, 2008. DOI: https://doi.org/10.5216/sec.v11i2.5247.

PRECIADO, Paul B. Aprendendo com o vírus. **El País**, Madrid, 2020. Disponível em: https://elpais.com/elpais/2020/03/27/opinion/1585316952_026489.html. Acesso em: 20 jan. 2026.

ROSA, Marlise Mirta. **A mobilidade Warao no Brasil e os modos de gestão de uma população em trânsito**. 2020. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2020.

ROSA, Marlise; TARDELLI, Gabriel; ROA, Sebastian (Org.). **Os Warao no Brasil: contribuições da antropologia**. Brasília: ACNUR, 2024.

TARDELLI, Gabriel Calil Maia. **Entre o poder colonial e a razão humanitária**. 2023. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Universidade de Brasília, Brasília, 2023.

TILLETT, Aimé. **Condiciones de salud y alimentación de la población indígena warao del estado Delta Amacuro**. Caracas: Provea, 2020. (Serie Investigaciones en Derechos Humanos, n. 3).

UNITED STATES. **Executive Order n. 13692**. Washington, DC, 2015.

VIVEROS VIGOYA, Mara. La interseccionalidad: una aproximación situada a la dominación. **Debates Feministas**, México, v. 52, p. 1-17, 2016.

WEISBROT, Mark; SACHS, Jeffrey. **Economic sanctions as collective punishment: the case of Venezuela**. Washington, DC: Center for Economic and Policy Research (CEPR), 2019.

WEITZMAN, Rodica; GODOI, Emília Pietrafesa de; LOVO, Arianne Rayis. Formas de cuidar e se movimentar: experiências etnográficas entre indígenas, quilombolas e agricultoras familiares. **Revista de Antropologia**, v. 67, e205162, 2024. DOI: https://doi.org/10.11606/1678-9857.ra.2022.205162.

RESUMO

Este artigo analisa tensões nas interações entre profissionais de saúde brasileiros — formados na tradição biomédica — e as estratégias de cuidado do sistema sociomédico Warao. Em um amplo contexto de crise e contradições entre capital e cuidado, tais interações revelam dinâmicas de desassistência, mas também a emergência de arranjos práticos que articulam diferentes regimes de saber e cura, tensionando os modelos terapêuticos fechados da biomedicina. A análise se ancora na minha experiência junto ao povo Warao, oriundo da Venezuela, entre 2020 e 2024, na atuação no seu acolhimento em uma ONG e em uma equipe estadual. Mobilizo a noção de "impossibilidade cultural crônica" que compreende como determinadas categorias de diferença operam na produção de (des)atenção à saúde no âmbito das redes municipal e estadual do SUS em João Pessoa/PB. Articulo essa perspectiva com aportes do pensamento feminista sobre interseccionalidade. Como diferentes marcadores — etnicidade, raça, nacionalidade e classe — se entrecruzam nas experiências Warao, configurando posições específicas nas interações com profissionais da saúde? Apresento estratégias de cuidado construídas junto aos Warao, mobilizando noções como "arranjos em cuidado" "malhas de vida" "modos de cuidar". Tais estratégias são compreendidas como uma ética relacional que envolve seres tangíveis e intangíveis, constituindo movimentos de cuidado que operam em diferentes intensidades e ritmos, mesmo em contextos de desassistência e de múltiplas formas de adoecimento.

Palavras-chave: Warao; Saúde; Mediação cultural; Biomedicina tradicional; Arranjos de cuidados

ABSTRACT

This article analyzes tensions in the interactions between Brazilian healthcare professionals—trained in the biomedical tradition—and the care strategies of the Warao sociomedical system. Within a broader context of crisis and contradictions between capital and care, these interactions reveal dynamics of a lack of care, but also the emergence of practical arrangements that bridge different regimes of knowledge and healing, challenging the closed therapeutic models of biomedicine. The analysis is grounded in my experience with the Warao people—who originate from Venezuela—between 2020 and 2024, during my work supporting their reception through an NGO and a state-level team. I employ the concept of "chronic cultural impossibility" to understand how specific categories of difference shape the production of (in)attention to health within the municipal and state-level networks of the Brazilian Unified Health System (SUS) in João Pessoa, Paraíba. I connect this perspective with insights from feminist thought on intersectionality. How do various markers—ethnicity, race, nationality, and class—intersect within the experiences of the Warao, shaping their specific positions during interactions with healthcare professionals? I present care strategies developed alongside the Warao, drawing on concepts such as "care arrangements," "webs of life," and "modes of caring." These strategies are understood as a relational ethic involving both tangible and intangible beings, constituting movements of care that operate at varying intensities and rhythms—even amidst contexts of neglect and multiple forms of illness.

Keywords: Warao; Health; Cultural mediation; Traditional biomedicine; Care arrangements

Esperança e desafios: representações sociais de mulheres imigrantes haitianas acerca de sua condição de imigrante no Brasil

Hope and challenges: social representations of Haitian immigrant women about their immigrant status in Brazil

*Maria Solange Ferreira Alves**
*Evangelia Kotzias Atherino dos Santos***
*Marli Terezinha Stein Backes****
*Andréia Isabel Giacomozzi*****
*Adriana Bitencourt Magagnin******
*Juliana Silveira Bordignon*******

* Enfermeira da Secretaria Municipal de Saúde de Joinville/SC; Docente do curso de Medicina e enfermagem da Faculdade Censupeg Joinville; Doutora em Enfermagem pela Universidade Federal de Santa Catarina; Membro do Laboratório de Pesquisa, Tecnologia e Inovação em Enfermagem na Saúde da Mulher e RN (GRUPESMUR).

** Professora do Programa de Pós-graduação em Enfermagem da Universidade Federal de Santa Catarina; Vice-Líder do Laboratório de Pesquisa, Tecnologia e Inovação em Enfermagem na Saúde da Mulher e RN – GRUPESMUR; Membro do Conselho Diretor da Rede IBFAN Brasil Tutora da Estratégia MTA do MS.

*** Professora do Departamento de Enfermagem - Graduação e Pós-Graduação da Universidade Federal de Santa Catarina; Líder do GRUPESMUR do Centro de Ciências da Saúde da Universidade Federal de Santa Catarina.

**** Pós-doutorado em Psicologia pela UNIPD - Università degli Studi di Padova – Itália; Professora Adjunta do Departamento de Psicologia da UFSC, do PPGP - Programa de Pós - Graduação em Psicologia da UFSC e do International Joint; Ph.D. in Social Representation Culture and Communication da Università degli Studi di Roma, la Sapienza; Membro do Grupo Gestor em Justiça Restaurativa de SC.

*****Doutora em Enfermagem pela Universidade Federal de Santa Catarina; Membro do Laboratório de Pesquisa em Enfermagem e Promoção da Saúde (LAPEPS/PEN/UFSC); Docente do Curso de Enfermagem – IELUSC Apoio Técnico.

******Doutora em Enfermagem pela Universidade Federal de Santa Catarina; Enfermeira na Prefeitura Municipal de Itajaí/SC.

1 INTRODUÇÃO

Discutir a imigração no Brasil até hoje é algo delicado, pois os imigrantes ainda são, muitas vezes, vistos como uma fonte de risco para a população local. Essa percepção reforça a discriminação, o preconceito e cria limites no cotidiano dos imigrantes e de suas famílias, contribuindo para a violação de direitos e dificultando a promoção do bem-estar de todos, independentemente de raça, sexo, cor, credo, idade ou nacionalidade (WERMUTH, 2020).

Para compreender melhor esse fenômeno, é importante esclarecer o que entendemos por imigração e imigrante. Imigração é o movimento de pessoas que deixam seu município, região, estado ou país de nascimento para se estabelecerem em outra região ou país, com a intenção de residir de forma permanente ou temporária. O imigrante, por sua vez, é a pessoa que realiza esse deslocamento, buscando novas oportunidades, segurança ou melhores condições de vida. Essa definição serve como base para a nossa pesquisa, que busca entender as percepções e representações sociais dessas pessoas no contexto brasileiro.

No cenário global, estima-se que existam cerca de 281 milhões de imigrantes internacionais, o que representa aproximadamente 3,6% da população mundial (ONU, 2022). Dentro desse universo, as famílias imigrantes formam um grupo específico, muitas vezes, relacionadas a refugiados, ou seja, pessoas que deixam seus países devido a conflitos políticos, sociais, culturais, religiosos. Nos últimos anos o conceito de refugiados tem alcançado, também, pessoas afetadas por desastres naturais, conflitos ou crises ecológicas (WERMUTH, 2020).

Para compreender os fluxos migratórios, é fundamental entender as questões culturais, étnicas, econômicas e históricas que envolvem os grupos sociais envolvidos. Nos últimos anos, tem ganhado destaque o estudo sobre a mulher no contexto migratório, especialmente devido ao fenômeno conhecido como “feminização da imigração” ou “feminização das migrações” (VERGUEIRO et al., 2019). Apesar de reconhecido internacionalmente, esse fenômeno nem sempre recebe a atenção devida nos estudos sobre imigração, sendo um desafio compreender seus impactos, especialmente na saúde das mulheres, o que tem despertado preocupação tanto no cenário nacional quanto internacional (LOPES, 2021).

Diversos fatores levam as mulheres a migrar, incluindo motivos não econômicos, como problemas conjugais, violência física, transgressão de limites sociais e discriminação de grupos específicos, além da falta de oportunidades relacionadas ao gênero (SANTOS; FETZNER, 2022). Barreiras

culturais e linguísticas também dificultam o acesso aos cuidados de saúde. A imigração feminina possui particularidades relacionadas a questões de gênero, raça e classe social (RISSARDO, 2019).

Algumas mulheres migram por motivos econômicos e financeiros, outras para acompanhar a família e garantir a união familiar, ou ainda para escapar de constrangimentos culturais. Apesar de suas motivações variadas, elas representam uma parcela significativa da população imigrante mundial. Mesmo tentando fugir de situações adversas, muitas ainda enfrentam violência, tráfico humano e exploração sexual e laboral (PINTO et al., 2020). Geralmente deixam seus países com o sonho de melhorar a renda e oferecer melhores condições de vida para seus filhos e familiares (PINTO et al*.,* 2020).

A situação social, política e econômica no Haiti é bastante complexa e desafiadora, refletindo anos de instabilidade e dificuldades que afetam a vida de seus habitantes. Socialmente, o país enfrenta altos índices de pobreza, desigualdade e problemas de saúde pública. A economia haitiana tem enfrentado vários choques desde o segundo semestre de 2018 e, mesmo antes da pandemia de Covid-19, estava se contraindo e enfrentando desequilíbrios fiscais significativos. Nesse contexto desfavorável, a migração se tornou a forma de acesso a uma vida melhor, em particular, por meio do êxodo rural alimentado pela busca de melhores condições de vida, sendo considerado um dos países mais desiguais da região. (SALOMON; COELHO, 2024.).

Ademais, politicamente o Haiti tem passado por uma série de crises e instabilidades. Desde 2010, quando um terremoto devastador atingiu o país, a governança tem sido marcada por conflitos, protestos e mudanças frequentes de liderança. O país também enfrenta dificuldades na consolidação de instituições democráticas sólidas. Segundo o relatório da Organização das Nações Unidas (ONU, 2024), o Haiti enfrenta uma situação social marcada por pobreza e desigualdade, uma política instável e uma economia fragilizada. Essas questões estão interligadas e exigem esforços coordenados para promover a estabilidade, o desenvolvimento e o bem-estar de seu povo.

A Teoria das Representações Sociais (TRS) propõe-se a ser uma teoria que “explica” a relação entre a ação e o pensamento dos grupos, ou seja, a relação entre as práticas grupais em relação a um dado objeto social e as representações que esse mesmo grupo elabora acerca do objeto e seu contexto, neste caso, contexto simbólico (SANTOS; CAMPOS, 2022).

As pesquisas desenvolvidas a partir da TRS nos possibilitam entender o comportamento humano em suas dimensões cognitivas, afetivas e sociais, e contribuem para a interpretação das práticas que cercam o ser humano,

servindo de alicerce e instrumento para direcionar e facilitar as relações com o meio, com as pessoas e o mundo social (ARAÚJO MARTINEZ; SOUZA; ROMIJN TOCANTINS, 2012).

Sendo assim, esse estudo tem como questão norteadora: "Quais as representações sociais de mulheres haitianas acerca da esperança de uma vida melhor na condição de imigrantes no Brasil?".

Com base no exposto, esse estudo tem como objeto identificar e compreender as representações sociais de mulheres haitianas acerca da sua condição de imigrante no Brasil.

2 METODOLOGIA

2.1 Tipo de estudo

A pesquisa é de natureza qualitativa, do tipo exploratório-descritiva em que se adotou o referencial da Teoria das Representações Sociais de Serge Moscovici (2010). A pesquisa qualitativa é utilizada no estudo das relações, das representações e das percepções, produtos das interpretações e opiniões que as pessoas fazem de si mesmas, de como vivem, pensam e sentem (MINAYO, 2013). Já a pesquisa exploratória, aprofunda os conhecimentos das características de determinado fenômeno para procurar explicações das suas causas e consequências (FERNANDES et al*.,*2018).

2.2 Participantes da pesquisa

Participaram do estudo 31 mulheres imigrantes haitianas, às quais tivemos acesso através do método "Bola de neve" (*snowball*). De acordo com esta técnica, pessoas com determinadas características comuns estão conectadas a uma rede social composta por laços e, por isso, são mais facilmente identificadas por outro membro da comunidade cultural do que pelos pesquisadores (BARRETO et al*.,* 2024). Em síntese, uma pessoa entrevistada sugere ou indica outra da sua rede para participar da pesquisa.

Os critérios de inclusão foram: ser mulher de nacionalidade haitiana, idade maior ou igual a 18 anos, residente há, no mínimo, um mês no município de Joinville/Santa Catarina, para que já tivesse passado por um período mínimo de adaptação no país. Foram excluídas as mulheres com idade inferior a 18 anos e que residissem na cidade há mais de cinco anos.

2.3 Local e contexto do estudo

O estudo foi realizado na cidade de Joinville, estado de Santa Catarina (SC), em um bairro onde, no momento da pesquisa, havia a maior população de mulheres imigrantes haitianas, conforme dado divulgado em relatório da Polícia Federal. Joinville está situada geograficamente na região nordeste

do estado, com uma população estimada em 604.708 habitantes, conforme o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2021). Atualmente, estima-se uma população de 1.427 mulheres haitianas, com idade superior a 18 anos em todos os bairros do município, conforme informações da Unidade de Polícia de Imigração da Polícia Federal de Joinville.

A estrutura organizacional da saúde no município de Joinville conta com uma rede de atenção à saúde distribuída em: Atenção Primária, com 58 Unidades Básicas de Saúde da Família; Atenção Secundária, com 4 unidades de Urgência e Emergência; 16 Serviços Especializados; e 3 Serviços de Apoio e Atenção Terciária, com 4 Hospitais Públicos (1 de gestão municipal e 3 de gestão estadual); além de 1 Hospital Filantrópico.

O bairro em que ocorreu o estudo concentra o maior número de haitianas - 355 mulheres (24,9%), o qual conta com ações do conselho local de saúde, onde, nas suas dependências, acontece quinzenalmente o encontro do grupo de mulheres solidárias, com a participação de mulheres imigrantes, onde são desenvolvidas atividades de educação em saúde e cidadania.

2.4 Procedimentos de coleta de dados

A coleta de dados foi realizada a partir de um instrumento estruturado em: 1) determinantes sociodemográficos (idade, ano de escolaridade, ocupação, estado civil, número de filhos); 2) entrevista individual com questões abertas sobre a imigração para o Brasil.

A coleta de dados ocorreu individualmente nos domicílios após agendamento prévio em horário compatível para a participante e a pesquisadora principal.

As entrevistas foram gravadas com uso de gravador digital e desencadeadas pelas questões norteadoras: 1) “O que motivou a sua vinda para o Brasil?” e 2) “Como você se percebia antes de chegar aqui ao Brasil e agora e o que mudou para você?”.

Como já informado, para a seleção das participantes, utilizou-se o método bola de neve (*snowball*). A definição do número de participantes deu-se quando houve a saturação dos dados, ou seja, foi observada a recorrência nas respostas e a ausência de novos fatos que poderiam elucidar a coleta de dados. Considera-se saturada a coleta de dados quando nenhum novo elemento é encontrado e o acréscimo de novas informações deixa de ser necessário, pois não altera a compreensão do fenômeno estudado. Trata-se de um critério que permite estabelecer a validade de um conjunto de dados (MINAYO, 2017).

O convite para participação das entrevistas deu-se em uma reunião do grupo solidário de mulheres, a qual ocorre semanalmente. Nesse momento, foram apresentadas a pesquisadora principal e responsável pela realização

das entrevistas e o objetivo da pesquisa. Na época da coleta, a entrevistadora era pesquisadora, mulher, docente do Curso de Doutorado em Enfermagem da Universidade Federal de Santa Catarina e atuava como enfermeira na Atenção Primária à Saúde do município de Joinville. O período da coleta de dados ocorreu entre os meses de agosto a novembro de 2023.

A duração das entrevistas foi de aproximadamente 45 minutos cada. Após a entrevista, sempre era solicitado à entrevistada a indicação de outra participante em potencial, que era convidada para a entrevista. Não houve recusa de participação por nenhuma das mulheres indicadas à pesquisa.

As entrevistas foram realizadas em português ou em crioulo haitiano, de acordo com a preferência das participantes. Quanto a opção era por crioulo haitiano, contou-se com o acompanhamento de uma tradutora nativa. A tradutora foi a primeira participante entrevistada desta pesquisa. As entrevistas foram gravadas com gravador digital para posterior transcrição na íntegra no idioma português. A entrevista é uma importante fonte de dados para suscitar concepções e opiniões dos participantes frente ao fenômeno envolvido. Vale ressaltar que a entrevistadora teve aproximação com as participantes em junho de 2022, como voluntária nos encontros do grupo solidário de mulheres. Esse grupo existe há dez anos e nos encontros são realizadas orientações sobre cuidados com a saúde e direitos da mulher, sendo um espaço onde as mulheres imigrantes podem buscar informações e auxílio.

2.5 Procedimentos de análise dos dados

O corpus textual foi submetido a uma análise lexicográfica com o auxílio do *software* IRaMuTeQ®, um programa livre que se ancora no *software* R e que permite o processamento e análises estatísticas de textos a partir de métricas de frequências e associações entre palavras, gerando *insights* sobre a estrutura de um material textual.

Optou-se pela análise a partir da nuvem de palavras, método em que elas são agrupadas e organizadas graficamente em função da sua frequência. É uma análise lexical mais simples, porém graficamente bastante interessante, na medida em que possibilita rápida identificação das palavras-chave de um corpus. Tais análises podem ser realizadas tanto a partir de um grupo de textos, a respeito de uma determinada temática (*corpus*), reunidos em um único arquivo, como a partir de tabelas com indivíduos em linha e palavras em coluna, organizadas em planilhas, como é o caso dos bancos de dados construídos a partir de testes de evocações livres (CAMARGO; JUSTO, 2013).

Para conferência de todas as etapas do método do estudo, utilizou-se o instrumento C*onsolidated criteria for reporting qualitative research* (COREQ) (SOUZA et al., 2021).

2.6 Procedimentos éticos

Por tratar-se de uma pesquisa com seres humanos, o presente estudo obedeceu aos princípios éticos estabelecidos nas Resoluções n° 466, de 12 de dezembro de 2012 (BRASIL, 2012), e nº 510, de 7 de abril de 2016, do Conselho Nacional de Saúde (CNS) (BRASIL, 2016), respeitando-se os princípios éticos de justiça, respeito à dignidade humana, beneficência e não maleficência.

A coleta de dados ocorreu somente após a aprovação no Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos da Universidade Federal de Santa Catarina, em 03 de agosto de 2023, sob o número do CAAE nº 70185623.5.0000.0121 e parecer n°.6.217.0. Para a manutenção do sigilo das participantes da pesquisa, foi atribuído codinome alfanumérico (P1, P2 etc.). Todas as participantes assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido após o aceite de participação voluntária, apresentado no idioma português e no idioma crioulo.

3 RESULTADOS

As características sociodemográficas das 31 participantes podem ser observadas na Tabela 1 a seguir:

Tabela 1 – Características sociodemográficas das mulheres haitianas participantes

Características Demográficas	N	%
Estado Civil		
Casada	20	64
Solteira	09	29
Viúva	01	3
Divorciada	01	3
Ocupação		
Trabalham	17	54,8
do lar	14	45
Grau de escolaridade		
Sem escolaridade	01	3
Ensino fundamental completo	8	25,8
Ensino fundamental incompleto	01	3
Ensino médio completo	13	42
Ensino médio incompleto	08	25,8
Renda Salarial		
1.000,00a 1.200,00	07	22,6
1.200,00 a 2.000,00	24	77,4
Campo de atuação		
Cozinheira	02	11,7
Costureira	02	11,7
Comércio de rua	04	23,5
Auxiliar de produção	03	17,6
Camareira	01	5,9
Auxiliar de higienização	05	29,4
Número de filhos		
Até 2 filhos	19	61,3
Mais de 2 filhos	12	38,7
Religião		
Nenhuma	01	3
Evangélica	24	77,4

Fonte: Pesquisa de campo

A maioria das 31 mulheres participantes declarou ser casada (64%), nove (29%) solteiras, uma viúva (3%) e uma divorciada (3%). Quanto à ocupação, 17 (54,8%) referem trabalhar e 14 (45%) são do lar. Em relação ao grau de escolaridade: uma (3%) sem escolaridade, uma (3%) com ensino fundamental incompleto, oito (25,8%) com ensino fundamental completo, oito (25,8%0) ensino médio incompleto e 13 (42%) ensino médio completo. Nenhuma das mulheres participantes indicou ter cursado ou estar cursando um curso superior.

Em relação à renda salarial, as mulheres informam que a média varia entre R$1.200,00 a R$2.000,00 reais. No campo de atuação: duas são cozinheiras, duas costureiras, quatro trabalham no comércio de rua, três são auxiliares de produção, uma é camareira e cinco são auxiliares de higienização. Em relação aos seus cônjuges: oito não tinham ocupação, dezenove auxiliares de produção, um trabalha com comércio de rua, um atua como motorista de aplicativo, um motorista de transportadora e um vendedor. Quanto à religião, uma (3%) diz não seguir nenhuma religião, 24 (77,4%) relatam serem evangélicas e seis (19,3%) são da religião católica. No que se refere ao número de filhos, 19 (61,3%) tem 2 filhos e 12 (38,7%) têm mais de 2 filhos, sendo que algumas delas ainda relatam que não conseguiram trazer seus filhos do Haiti.

Com relação ao tempo de residência no Brasil, 19 (61,3%) afirmam residir há cinco anos, seis (19,3%) há quatro anos, quatro (13%) há três anos, uma (3,2%) quatro meses e uma há um mês. Com relação às primeiras cidades onde chegaram ao Brasil: Joinville, 22 (71%); Florianópolis, uma (3,2%); São Paulo, duas (6,4%); Porto Alegre, uma (3,2%); Manaus, duas (6,4%); Itajaí, uma (3,2%); Cuiabá, uma (3,2%); e Manaus, uma (3,2%). As mulheres relatam a existência de elos afetivos entre as famílias haitianas, havendo cuidado, apoio mútuo, solidariedade, união e colaboração.

Da análise empreendida, emergiram duas categorias, a saber: a) “Sonho de uma vida melhor”, e b) “Como está a vida agora?”

Na categoria “Sonho de uma vida melhor”, observa-se que a análise lexicográfica demonstrou que as falas das participantes se concentraram na ideia de que o Brasil (f=10) era um lugar com maior segurança (f=9), com possibilidades de melhorar as condições de vida (f=5) e de conseguir um emprego (f=7). A palavra marido (f=8) também é citada por muitas mulheres que tiveram de migrar para acompanhar seus cônjuges. A fala da participante P10 ilustra essa questão: “Falavam que o Brasil estava aberto para receber imigrantes haitianos, inclusive tinha mais segurança, mais emprego” (Participante 10, casada, evangélica, entrada no Brasil de forma clandestina).

A crise financeira e a falta de oportunidades de emprego no país de origem, aliadas às reduzidas oportunidades de trabalho, obrigam essas mulheres a saírem de seu país de origem em busca de um país acolhedor

com condições mínimas para viver, sonhar e buscar uma vida digna. Os meios utilizados para chegar ao território brasileiro foram: 54,8% (n=17) chegaram no Brasil de forma legal, utilizando visto e 45,16% (n=14) imigraram no país de maneira ilegal. Muitos motivos levaram os imigrantes a enxergar no Brasil uma terra de oportunidades, buscando melhores condições de vida, moradia, trabalho e estudos. A escolha por Joinville foi de 70% (n= 22) que, por sua vez, além de instigada pela forte economia local, teve influências peculiares, como declaram as participantes:

"*Um conhecido estava na cidade há um tempo, dizia que tinha segurança, emprego... Daí viemos atrás de emprego, mais segurança."* (P8).

A entrevistada P8 entrou no país com autorização por visto de cinco anos. *Um dos filhos veio primeiro, depois ela veio* (P8). [O filho entrou no país clandestinamente.]

Todavia, o sonho de uma vida melhor cada vez se torna mais distante, pois essas mulheres deixam suas famílias no Haiti e encontram, no Brasil, dificuldades e fatores limitadores que impedem de viver esse sonho de melhoria.

"*Hoje estou sozinha e está difícil. Mas quando meu marido estava vivo, nós dois trabalhávamos e conseguíamos ajudar os filhos que ficaram no Haiti.*" (P7)

"*Hoje estou sozinha, filho que morava aqui foi para o Estados Unidos, sente saudade dos filhos que ficaram no Haiti.*" (P1)8

Figura 1 - Nuvem de palavras sobre as motivações para a vinda para o Brasil



Fonte: Pesquisa de campo

Em relação às categorias "Como está a vida agora?" e "Como viviam no Haiti e como se sentem agora no Brasil", a nuvem de palavras apresenta, através dos grafos, que as palavras "segurança", "melhor", "vida" e "emprego" foram as mais citadas.

As dificuldades do país de origem trazem medo e insegurança de seguir a vida no dia a dia. Nos relatos das participantes podemos confirmar isso:

"*Vivo melhor aqui, no Haiti não tinha segurança, muito bandido." (P24)*

"Ficamos 4 anos trabalhando para guardar dinheiro e trazer as minhas filhas, há um ano estamos com a família toda junta, eu estou muito feliz." (P1)

"*O Brasil foi muito bom para mim, fui muito bem recebida pelo povo brasileiro."* (P10)

"*Lá no meu país a vida era difícil, bandido mata dentro de casa. Aqui no Brasil não tenho medo, tem trabalho, saúde, segurança.*" (P17)

Porém, apesar da segurança e oportunidades para algumas mulheres, há privações para outras, como a saudade da família que ficou no Haiti e as dificuldades financeiras. Nessa rotina diária, as dificuldades se acentuam. Na fala das participantes, essa questão pode ser evidenciada:

"*Tem mais segurança, paz, mas questão financeira não melhorou*." (P16)

"*Tenho muita saudade da minha família, não falo português, está mais ou menos*." (P11).

A entrevistada P11 veio para o Brasil para tentar ajudar financeiramente a família.

"*Sinto saudades do Haiti, lá era melhor*." (P21)

No momento da pesquisa, a entrevistada P21 encontrava-se desempregada.

"*Estamos pensando em sair do Brasil e ir para os Estados Unidos*." (P1)

Vejamos, a seguir, as Figura 2 e 3 que retratam a intensidade da percepção das mulheres antes e depois de chegarem ao Brasil.

Figura 2 - Nuvem de palavras sobre como você se percebe antes de chegar no Brasil



Fonte: Pesquisa de campo

Figura 3- Nuvem de palavras sobre o agora e o que mudou



Fonte: Pesquisa de campo

4 DISCUSSÃO

O presente estudo demonstra que todas as participantes se motivaram a imigrar em busca de novas oportunidades de trabalho e melhores condições de vida. Mas no processo de imigração, essas mulheres são alvos frequentes de diferentes formas de violência relacionadas a gênero, classe social e raça-etnia (ARRUDA-BARBOSA et al., 2024).

Ao buscar compreender os motivos para a imigração dessas mulheres, evidenciou-se que o sonho de uma vida melhor as instigou a sair de seu país de origem em busca de um país acolhedor que promovesse as condições de sonhar e lutar.

Na categoria "O sonho de uma vida melhor", observou-se que a ausência de emprego no Haiti é um problema enfatizado pela ansiedade das participantes durante as entrevistas, demonstrando a urgência em encontrar trabalho e manter um salário para auxiliar os familiares que permanecem no país. O Haiti é reconhecido como um dos países mais pobres do mundo, e atualmente vive um cenário de guerra (SILVA; PEROTTO, 2018).

As representações sociais das mulheres imigrantes haitianas sobre o motivo de imigrar para o Brasil buscando uma vida nova foram identificadas por sentimentos positivos, onde o maior objetivo é enviar valores para manutenção dos seus familiares que permaneceram no Haiti, além de

conquistar melhores condições financeiras para si próprias. A representação social é um tipo de conhecimento elaborado e partilhado a partir do senso comum por um grupo de pertença, que situa o sujeito no ambiente em que está inserido e é capaz de construir uma realidade prática, fazendo os sujeitos dominarem seu mundo social, atribuindo-lhe sentido. Desta forma, contribui para a compreensão do pensamento social expresso na rede simbólica dos grupos, nas relações e práticas cotidianas (MOSCOVICI, 2003).

Quando se fala das mulheres imigrantes haitianas, entende-se pessoas que imigram em busca de uma vida melhor, com direitos mínimos à saúde, trabalho e educação. Esses são fatores determinantes para a qualidade de vida do ser humano, e, sabidamente, fatores aos quais não se tem acesso no país de origem, caracterizado pela fuga do país de origem por temor à perseguição, violência, conflitos ou distintas circunstâncias que perturbam a ordem pública (BARRETO et al., 2024).

Os depoimentos das participantes revelam medo, insegurança e uma enorme vontade de mudar de vida. Ao chegarem em um local desconhecido, muitas vezes sem falar o idioma, sem renda, sem moradia e sem o apoio familiar, os indivíduos são submetidos a sentimentos de estresse, angústias e dificuldades de adaptação (PIZZOL et al., 2023).

Essas mulheres saíram de seu país levando a esperança de uma vida digna, mas levam consigo sua cultura, crenças e sonhos. Algumas abandonam filhos e demais membros da família com a certeza de logo se encontrarem. Não há dúvidas de que essa população se apresenta como um grupo vulnerável por vivenciar diversos fatores, inclusive o processo de imigração, que contribui para a formação de um grupo particularmente vulnerável por vivenciar condições específicas. Esses percalços são acentuados pela dificuldade de integração à nova cultura, não compreensão do idioma do país de acolhimento, subempregos e baixos salários, reconhecidos como os principais obstáculos no processo de integração à uma sociedade (PIZZOL et al., 2023).

Um estudo que analisou as causas da imigração haitiana para o Brasil aponta para a constante instabilidade econômica, política e social do Haiti em sua trajetória colonial e histórica, impactando de maneira negativa o desenvolvimento socioeconômico do país (ANTOINE; AMARAL, 2022). O fenômeno da imigração se destaca entre os determinantes sociais, pois quando há uma mudança significativa no território e na cultura, há também diversidade e divergências da nova residência. Essas diferenças podem refletir diretamente nas condições de vida dessa população (OJEDA; SANTOS; DAMIANI, 2020).

Já na categoria “E a vida agora?”, observa-se, através dos depoimentos, que a vida no Brasil perpassa por desafios para se manterem no país. Quando chegam ao Brasil, vivem a dura realidade do racismo, da diferença,

das dificuldades de trabalho, dos problemas culturais, sociais, políticos e econômicos, – que repercutem em maior morbidade e mortalidade –, fazendo com que imigrantes e refugiados necessitem fortemente dos serviços de assistência social e de saúde (BARRETO et al*.,* 2024). Ainda que o Brasil seja conhecido como um país acolhedor pelos imigrantes, o preconceito com relação às famílias imigrantes ainda se faz presente (TAFNER et al*.*, 2022).

A dificuldade de inserção no mercado de trabalho e as dificuldades financeiras também emergem nas falas das participantes. O desejo de voltar para buscar familiares que ficaram no Haiti permeia as dificuldades enfrentadas por elas. É neste contexto que aparecem as redes de apoio, inclusive a família que, para a mulher haitiana, é um grupo de pessoas que se unem por relações de influência recíproca, direta, intensa e duradoura, interiorizadas por seus membros (SCOTT et al*.*, 2018).

Um estudo de Silva e Lima aponta que os imigrantes geralmente ocupam cargos no mercado de trabalho que os nativos não querem ocupar e que exigem baixa escolaridade e que, por consequência, também pagam baixos salários, o que contribui para a precariedade das condições de vida destes imigrantes (SILVA; LIMA, 2017).

Essas mulheres, no entanto, enfrentam diversas dificuldades, como as barreiras linguísticas, a falta de oportunidades de emprego, as condições indignas de trabalho e a validação de diplomas de ensino superior para exercer suas profissões. Ainda, perpassando todos esses aspectos, existe mais um obstáculo: o racismo estrutural. O preconceito racial alia-se à opressão de gênero, no caso das mulheres haitianas. O racismo e o sexismo, muitas vezes atrelados também à discriminação de classe, fazem com que a situação de vulnerabilização, inerente à condição de mobilidade, seja agravada (RISSARDO, 2019).

Um estudo com mulheres imigrantes na Noruega demonstrou que a baixa qualidade de vida estava relacionada à interação complexa entre possíveis exposições a experiências traumáticas antes e durante a imigração (MYHRVOLD; SMASTUEN, 2019).

Nos relatos das participantes, apesar de a maioria estar empregada, percebe-se que sofreram diversos tipos de discriminação. Os imigrantes costumam ser atraídos pela suposta democracia racial. Porém, ela é um mito, a raça segue demarcando espaços e produzindo desigualdades até mesmo entre brasileiros (MELO et al., 2022).

Um estudo demonstrou que o Brasil, conhecido antes do processo de migração, é um Brasil mais negro, receptivo, mais próximo culturalmente do Haiti do que aquele encontrado na chegada. O Brasil real demonstra-se ainda com muitos preconceitos e estruturas coloniais baseadas no racismo. O estudo destaca as realidades contrastantes entre o “Brasil sonhado”, que

as imigrantes haitianas imaginavam antes de migrarem, e o "Brasil real", que encontraram ao chegar. O "Brasil imaginado" foi percebido como mais acolhedor e culturalmente semelhante ao Haiti, enquanto a realidade revelou preconceitos arraigados e estruturas coloniais enraizadas no racismo (STAUDT, 2023).

Outro estudo demonstrou que o preconceito racial, principalmente na Região Sul do Brasil, onde existe uma forte incidência da descendência alemã e italiana, agrava o período de adaptação dos imigrantes haitianos no país. Este racismo também influencia o acesso ao mercado de trabalho e às condições mais dignas de moradia e até mesmo de lazer (FAUSTINO; OLIVEIRA, 2022).

No entanto, muitas das mulheres imigrantes já vislumbram a possibilidade de sair do município com destino aos Estados Unidos. Estudo anterior destaca que a principal razão para os haitianos deixarem o Brasil são suas precárias condições socioeconômicas. Muitos imigrantes enfrentam dificuldades financeiras que dificultam sua capacidade de sustentar a si mesmos e suas famílias no Haiti. Essa falta de estabilidade financeira é um fator significativo que impulsiona sua migração para países mais prósperos, como os Estados Unidos ou o Canadá (ANTOINE; DONALD; AMARAL, 2023).

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo permitiu identificar e analisar as representações sociais de mulheres haitianas acerca da esperança por uma vida melhor na condição de imigrantes no Brasil. Através da concepção das categorias "Um sonho de uma vida melhor" e "A vida agora", foi possível entender os motivos da imigração dessas mulheres que buscam por melhorias na vida e segurança para o restante da família.

Não obstante, as desigualdades de gênero e raciais refletem-se nos dados analisados enquanto estruturas instituídas na sociedade brasileira, impactando na integração das mulheres haitianas na nossa sociedade.

A dificuldade de inserção no mercado de trabalho relaciona-se ao fato de que a empresa que realiza contratações de imigrantes no município de Joinville oferece um trabalho laborioso, que exige mão de obra masculina, tornando inviável a oportunidade para mulheres nessas funções, o que gera desemprego para elas.

Diante disso, torna-se inadiável a formulação de políticas públicas voltadas à população imigrante a fim de assegurar o acesso a direitos. Isso constitui um estímulo ao: enfrentamento a desafios inerentes a diferenças culturais; à difusão de informação sobre legislação; ao acesso às redes de

apoio ao imigrante no município; e, principalmente, prevenção e combate à condição de vulnerabilidade social. Sugere-se novos estudos que se aproximem da experiência de mulheres imigrantes haitianas no Brasil.

5.1 Limitações do estudo

A principal limitação deste estudo pode estar nas diferenças culturais entre a pesquisadora e as participantes que, além da falta de domínio do idioma, pode não ter interpretado corretamente a comunicação não verbal, deixando de absorver todos os sentimentos e valores atribuídos pelas mulheres em relação ao tema discutido.

5.2 Contribuições do estudo

A imigração de mulheres haitianas para o Brasil é uma realidade invisível que precisa de melhor atenção no âmbito do sistema social geral e, principalmente, no desenho e acesso às políticas de saúde. Espera-se que este estudo promova a reflexão para que gestores, formuladores de políticas públicas, programas, serviços e profissionais de saúde possam ser preparados para uma assistência de qualidade para essas mulheres que possuem cultura, saberes e idiomas distintos e imigram para o Brasil em busca de melhoria nas suas condições de vida e garantia dos seus direitos enquanto cidadãs.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANTOINE, D.; AMARAL, W. R. do. A saída da diáspora haitiana do Brasil. In: CONGRESSO INTERNACIONAL DE POLÍTICA SOCIAL E SERVIÇO SOCIAL: DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS; SEMINÁRIO NACIONAL DE TERRITÓRIO E GESTÃO DE POLÍTICAS SOCIAIS; CONGRESSO DE DIREITO À CIDADE E JUSTIÇA AMBIENTAL. 2022. **Anais** [...] v.4- 4, n. 1, p. e2593-e2593. Disponível em: https://anais.uel.br/portal/index.php/conserdigeo/article/view/2593. Acesso em: 15 jun. 2024.

ARAÚJO MARTINEZ, E.; SOUZA, S. R.; ROMIJN TOCANTINS, F. As contribuições das representações sociais para a investigação em saúde e enfermagem. **Investigación y Educación en Enfermería**, v. 30, n. 1, p. 101-107, 2012. Disponível em: http://www.scielo.org.co/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0120-53072012000100012. Acesso em: 15 abr. 2024.

ARRUDA-BARBOSA, L. de et al. Violências sofridas por mulheres imigrantes venezuelanas profissionais do sexo: um olhar interseccional. **Revista da Escola de Enfermagem da USP**, v. 58, p. e20230282, 2024. DOI : https://doi.org/10.1590/1980-220X-REEUSP-2023-0282pt

BARRETO, M. da S. et al. Desafios da pesquisa em enfermagem com populações imigrantes e refugiadas: considerações metodológicas e pragmáticas. **Revista da Escola de Enfermagem da USP**, v. 58, p. e20230417, 2024. DOI: https://doi.org/10.1590/1980-220X-REEUSP-2023-0417en.

BRASIL. Ministério da Saúde. Conselho Nacional de Saúde. **Resolução n. 466, de 12 de dezembro de 2012**. Dispõe sobre pesquisa envolvendo seres humanos. Brasília: Ministério da Saúde, 2012. Disponível em: https://conselho.saude.gov.br/resolucoes/2012/Reso466.pdf. Acesso em: 01 jun. 2022.

BRASIL. Ministério da Saúde. Conselho Nacional de Saúde. **Resolução n. 510, de 7 de abril de 2016**. Dispõe sobre as normas aplicáveis a pesquisas em Ciências Humanas e Sociais cujos procedimentos metodológicos envolvam a utilização de dados diretamente obtidos com os participantes ou de informações identificáveis ou que possam acarretar riscos maiores do que os existentes na vida cotidiana. Brasília, Diário Oficial da União, 07 abr. 2016. Disponível em: http://conselho.saude.gov.br/resolucoes/2016/Reso510.pdf. Acesso em: 15 mar. 2022.

CAMARGO, B. V.; JUSTO, A. M. IRAMUTEQ: um software gratuito para análise de dados textuais**. Temas em Psicologia**, v. 21, n. 2, p. 513-518, 2013. DOI: https://doi.org/10.9788/TP2013.2-16.

FAUSTINO, D. M.; OLIVEIRA, L. M. de. Xeno-racismo ou xenofobia racializada? Problematizando a hospitalidade seletiva aos estrangeiros no Brasil. **REMHU:** Revista Interdisciplinar da Mobilidade Humana**,** v. 29, p. 193-210, 2022. DOI: https://doi.org/10.1590/1980-85852503880006312

FERNANDES, A. M. et al. Metodologia de pesquisa de dissertações sobre inovação: análise bibliométrica. **Desafio Online**, Campo Grande, v. 6, n. 1, p. 141–159, jan./abr. 2018.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Cidades e estados**. Brasil: IBGE, 2021. Disponível em: https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/sc/joinville.html. Acesso em: 15 out. 2022.

LOPES, S. M. B. **Exame preventivo do câncer de colo uterino na perspectiva de mulheres imigrantes:** revisão integrativa da literatura. TCC (Graduação em Enfermagem). Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 2021. Disponível em: https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/227822. Acesso em: 15 jul. 2024.

MELO, M. V. S. et al. User embracement in the family health strategy: analysis of implementation in a large municipality of Northeast Brazil. **Interface (Botucatu)**, v. 26, p. e220358, 2022. DOI: https://doi.org/10.1590/interface.220358.

MINAYO, M. C. de S. Amostragem e saturação em pesquisa qualitativa: consensos e controvérsias. **Revista Pesquisa Qualitativa**, v. 5, n. 7, p. 1-12, 2017. Disponível em: https://editora.sepq.org.br/index.php/rpq/article/view/82. Acesso em: 15 jul. 2024.

MINAYO, M. C. de S. **O desafio do conhecimento**: pesquisa qualitativa em saúde. 13. ed. São Paulo: HUCITEC, 2013.

MOSCOVICI, S. **Representações sociais.** Petrópolis: Vozes; 2003.

MOSCOVICI, S. **Representações sociais**: Investigações em psicologia social. 7. ed. Petrópolis: Vozes, 2010.

MYHRVOLD, T.; SMÅSTUEN, M. C. Undocumented migrants' life situations: an exploratory analysis of quality of life and living conditions in a sample of undocumented migrants living in Norway. **Journal of Clinical Nursing**, v. 28, n. 11-12, p. 2073-2087, 2019. DOI: 10.1111/jocn.14743.

OJEDA, M. A. A.; SANTOS, E. K. A. dos; DAMIANI, P. da R. Experiencias de las mujeres inmigrantes en el acceso a la salud en Punta Arenas, Chile. **Texto & Contexto-Enfermagem**, v. 29, n. esp., p. e20190276, 2020. DOI: https://doi.org/10.1590/1980-265X-TCE-2019-0276

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). **ONU News**: Perspectiva Global Reportagens Humans, 2022. 2022. Disponível em: https://news.un.org/pt/story/2021/12/1772272. Acesso em: 06 jan. 2024.

PINTO, M. B. et al. A mulher imigrante e sua vulnerabilidade no ambiente de trabalho: uma revisão de literatura. **Revista Magistro,** v. 1, n. 21, 2020. Disponível em: https://publicacoes.unigranrio.edu.br/magistro/article/download/6164/3240/17187. Acesso em: 15 jul. 2024.

PIZZOL, E. dos S. R. D. et al. Perspective of immigrants on personal and family integration in brazilian society. **Texto & Contexto - Enfermagem**, v. 32, p. e2220226, 2023. DOI: https://doi.org/10.1590/1980-265X-TCE-2022-0226pt.

RISSARDO, J. P. **O Haiti é aqui**: a imigração haitiana e a rede de acolhimento em Santa Catarina. TCC (Graduação em Relações Internacionais) - Universidade Federal de Santa Catarina. Centro Socioeconômico. Florianópolis, 2019. DOI: https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/209700

SALOMON, B.; COELHO, T. C. B. Sistema de saúde em um contexto de crise humanitária: o caso do Haiti. **Physis: Revista de Saúde Coletiva**, v. 34, p. e34040, 2024.

ONU, 2024 https://news.un.org/pt/story/2024/04/1830836

SANTOS, E. A. dos; CAMPOS, P. H. F. As representações sociais como teoria e como prática. **Fragmentos de Cultura**, v. 32, n. 2, p. 181-190, 2022. DOI: https://doi.org/10.18224/frag.v32i2.12267.

SANTOS, M. F.; FETZNER, A. P. Mulheres migrantes: invisibilidade no processo migratório e dificuldade de inserção no mercado de trabalho decente brasileiro. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL DEMANDAS SOCIAIS E POLÍTICAS PÚBLICAS NA SOCIEDADE CONTEMPORÂNEA, 2019, Santa Cruz do Sul. **Anais** […]. Santa Cruz do Sul: UNISC, 2019.

SCOTT, J. B. et al. O conceito de vulnerabilidade social no âmbito da psicologia no Brasil: uma revisão sistemática da literatura. **Psicologia em Revista**, v. 24, n. 2, p. 600-615, 2018. DOI: https://doi.org/10.5752/P.1678-9563.2018v24n2p600-615

SILVA, K. S.; PEROTTO, L. L. A zona do não-ser do direito internacional: os povos negros e a revolução haitiana. **Revista Direitos e Justiça: Reflexões Sociojurídicas**, Santo Ângelo, v. 18, n. 32, p. 125-153, set./dez. 2018. DOI: 10.31512/rdj. v18i32.2838.

SILVA, S. A. da. Imigração e redes de acolhimento: o caso dos haitianos no Brasil. **Revista Brasileira de Estudos de População,** v. 34, n. 1, p. 99-117, 2017. DOI: https://doi.org/10.20947/S0102-3098a0009

SOUZA, V. R. dos S. et al. Tradução e validação para a língua portuguesa e avaliação do guia COREQ. **Acta Paulista de Enfermagem**, v. 34, p. eAPE02631, 2021. DOI: https://doi.org/10.37689/acta-ape/2021AO02631

STAUDT, T. Brasil "sonhado" e Brasil real: impressões e experiências de imigrantes haitianos. **Revista Cadernos do Ceom**, v. 36, n. 58, p. 25-39, 2023. DOI: https://doi.org/10.22562/2023.58.02

TAFNER, D. P. O. do V. et al. Potências e limites no quotidiano dos imigrantes refugiados afrodescendentes haitianos. **Ciência, Cuidado e Saúde**, p. e62578-e62578, 2022. Disponível em: https://www.revenf.bvs.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1677-38612022000100249. Acesso em: 15 jul. 2024.

VERGUEIRO, A. C. B. et al. Percepção de mulheres imigrantes sobre a situação de violência de gênero vivenciada: revisão integrativa. **CIAIQ,** v. 2, p. 1600-1609, 2019. Disponível em: https://proceedings.ciaiq.org/index.php/CIAIQ2019/article/view/2374. Acesso em: 15 set. 2024.

WERMUTH, M. A. D. As políticas migratórias brasileiras do século XIX ao século XXI: uma leitura biopolítica do movimento pendular entre democracia e autoritarismo. **Revista Direito e Práxis,** Rio de Janeiro, v. 11, n. 4, p. 2330-2358, out./dez. 2020. DOI: https://doi.org/10.1590/2179-8966/2020/45137

RESUMO

Objetivo: identificar e compreender as representações sociais de mulheres haitianas acerca da sua condição de imigrante no Brasil**. Método:** trata-se de um estudo qualitativo, exploratório-descritivo. A coleta de dados foi realizada no período de agosto a novembro de 2023, por meio de entrevista semiestruturada, com trinta e uma mulheres imigrantes haitianas que residem em um município do Sul do Brasil. Os dados foram tratados com o auxílio do *software IRaMuTeQ®* ancorado pela Teoria das Representações Sociais, de Serge Moscovici (2003). **Resultados**: Emergiram duas categorias: "O sonho de uma vida melhor" e "Como está a vida agora". **Conclusão**: As representações sociais de mulheres imigrantes haitianas que escolheram o Brasil para viver consistem em melhores condições de vida, segurança e trabalho.

Palavras-chave: Imigração; Imigrantes; Mulheres; Representação Social.

ABSTRACT

Objective: To understand the social representations of Haitian women about their hope for a better life as immigrants in Brazil. The study was based on Moscovici's Theory of Social Representations. **Method**: This is a qualitative, exploratory-descriptive study. Data was collected from August to November 2023 through semi-structured interviews with thirty-one Haitian immigrant women. The data was analyzed using Iramuteq software and subjected. **Results:** Two categories emerged: The dream of a better life and Life now. **Conclusion:** The social representations of Haitian immigrant women who have chosen Brazil to live in consist of better living conditions, security and work.

Keywords: Immigration; Immigrants; Women; Social representation.

Diásporas africanas como atores transnacionais: casos da Nigéria e de Cabo Verde

African diasporas as transnational actors: cases from Nigeria and Cape Verde

Wagner Alexandre Sitoe[*]

1 INTRODUÇÃO

As diásporas africanas, entendidas como comunidades de pessoas de origem africana vivendo fora do continente, se têm tornado actores cada vez mais influentes no cenário transnacional (ANDRADE, 1996). Este estudo reflete sobre as diásporas africanas como actores transnacionais, enfatizando a relevância dos emigrantes que permanecem conectados aos seus países de origem por meio de remessas financeiras e redes sociais. Faz um estudo sobre o papel multifacetado dessas diásporas, focando especificamente nos casos da Nigéria e de Cabo Verde, dois países com histórias migratórias distintas e contribuições diásporicas significativas (BOKSER LIWERANT, 2008; BRUBAKER, 2005). O objetivo principal é analisar como as diásporas nigeriana e cabo-verdiana actuam como pontes entre seus países de origem e de acolhimento, influenciando dinâmicas políticas, económicas, sociais e culturais.

A diáspora africana é um fenômeno complexo com raízes históricas profundas, remontando ao comércio transatlântico de escravos que dispersou milhões de africanos pelas Américas, Europa e Ásia (BOKSER LIWERANT, 2008; BRUBAKER, 2005). No entanto, as migrações contemporâneas, impulsionadas por factores económicos, políticos e sociais, expandiram ainda

* Docente, investigador e profissional focado em Ciências Políticas e Relações Internacionais, com especial interesse em políticas públicas. Doutorando em Ciências Políticas e Relações Internacionais pela Universidade Católica de Moçambique, Extensão de Maputo, Mestre em População e Desenvolvimento pela Universidade Eduardo Mondlane e Licenciado em Ensino de História com Habilitações em Geografia pela Universidade Pedagógica de Moçambique. ORCID: https://orcid.org/0009-0003-9806-138

mais essa diáspora, criando redes transnacionais que conectam o continente africano a diversas partes do mundo (FAIST, 2000; BOKSER LIWERANT, 2008). A União Africana define a diáspora africana como pessoas de origem africana que vivem fora do continente, independentemente de sua cidadania e nacionalidade, e que estão dispostas a contribuir para o desenvolvimento do continente e a consolidação da União Africana (MARTIN, 2007). Em 2003, a União Africana reconheceu o potencial da diáspora africana, considerando-a a sexta região do continente (STERNBERG, 2009; MARTIN, 2007).

De acordo com Bosker Liwerant (2008), a Nigéria, o país mais populoso da África, possui uma diáspora vasta e diversificada, espalhada por todo o mundo (. O autor acrescenta que os nigerianos na diáspora estão envolvidos em diversas atividades, desde o envio de remessas que sustentam suas famílias em casa até o investimento em negócios e projetos de desenvolvimento em sua terra natal. Além disso, eles desempenham um papel importante na promoção da cultura nigeriana, na defesa de causas políticas e sociais e na construção de pontes entre a Nigéria e o resto do mundo.

Para Bokser Liwerant (2008) e Horta e Malheiro (s/d), Cabo Verde, um pequeno arquipélago na costa da África Ocidental, também possui uma diáspora significativa, com mais cabo-verdianos vivendo no exterior do que no próprio país. A diáspora cabo-verdiana tem sido fundamental para o desenvolvimento económico do país, através do envio de remessas, do investimento em negócios e do apoio a projetos sociais. Além disso, Barbosa (2019) refere que a diáspora desempenha um papel importante na promoção da cultura cabo-verdiana, na defesa dos interesses do país e na construção de laços com outras nações. O governo de Cabo Verde se tem dedicado a fortalecer a parceria com a diáspora, integrando esses cidadãos na vida nacional e promovendo seu investimento no país.

Este estudo se baseia na teoria do transnacionalismo, que enfatiza as múltiplas conexões e interações que ligam pessoas e instituições através das fronteiras dos estados-nação (COHEN, 1997). Vertovec (2009, s/p.) define transnacionalismo como "múltiplas interações e interconexões que transcendem as fronteiras estatais". O transnacionalismo reconhece que os migrantes não são simplesmente indivíduos desenraizados de sua cultura de origem, mas sim atores activos que mantêm laços sociais, económicos, políticos e culturais com seus países de origem e de acolhimento (COHEN, 1997). Essa perspectiva teórica permite analisar como as diásporas africanas desafiam as noções tradicionais de identidade nacional e pertencimento, criando espaços sociais transnacionais onde as fronteiras se tornam porosas e as identidades são híbridas e fluidas (FAIST, 2000).

Além disso, esta pesquisa se inspira nos estudos sobre diásporas, que exploram as experiências, identidades e práticas das comunidades diaspóricas em todo o mundo. Os estudos sobre diásporas destacam a

importância da memória, da identidade e da solidariedade na formação das comunidades diaspóricas, bem como o papel das diásporas na promoção do desenvolvimento, da justiça social e da mudança política (COHEN, 1997; FAIST, 2000). Ao combinar as perspectivas do transnacionalismo e dos estudos sobre diásporas, esta pesquisa busca fornecer uma análise abrangente e multifacetada do papel das diásporas africanas como atores transnacionais.

Este trabalho está estruturado da seguinte forma: primeiro, será feita uma revisão da literatura sobre diásporas africanas e transnacionalismo, explorando os principais conceitos, teorias e debates nesse campo. Em seguida, serão apresentados estudos de caso detalhados das diásporas nigeriana e cabo-verdiana, analisando suas actividades, contribuições e desafios em diferentes contextos geográficos e políticos. Por fim, serão discutidas as implicações teóricas e práticas dessas descobertas, destacando o potencial das diásporas africanas como parceiros para o desenvolvimento, a paz e a justiça social em África e no mundo.

Espera-se que este estudo contribua para uma melhor compreensão do papel das diásporas africanas como atores transnacionais, fornecendo *insights* valiosos para pesquisadores, formuladores de políticas e membros da diáspora interessados em promover o desenvolvimento, a paz e a justiça social em África e no mundo. Ao reconhecer e valorizar as contribuições das diásporas africanas, podemos construir pontes entre culturas, fortalecer laços entre nações e criar um futuro mais justo e equitativo para todos.

2 REVISÃO DA LITERATURA

2.1 O contexto histórico e conceitual

A análise do contexto histórico das diásporas africanas é essencial para compreender as dinâmicas contemporâneas. O termo “diáspora” refere-se à dispersão de um povo de sua terra natal (COHEN, 1997; VERTOVEC, 2009). No caso africano, Monteiro (2001) aponta que a dispersão foi frequentemente forçada e traumática, mas também resultou em resiliência, adaptação e na criação de novas culturas e identidades. Segundo o autor, grande parte da diáspora africana foi dispersa pelas Américas, Europa e Ásia durante o comércio de escravos no Atlântico, Oceano Índico e Oceano Transariano.

Desde o início da exploração espanhola e das actividades coloniais nas Américas, os africanos participaram como expedicionários voluntários e como trabalhadores escravizados. A partir do final do século XX, os africanos começaram a migrar para a Europa e as Américas em números crescentes, constituindo novas comunidades na diáspora africana que não estavam diretamente ligadas ao comércio de escravos (FLOR, 2017).

2.2 Desafios à perspectiva eurocêntrica

Nas últimas décadas, estudos sobre a diáspora africana têm demonstrado interesse nos papéis que os africanos desempenharam neste fenómeno actualmente (FLOR, 2017). Entretanto, essa tendência vai contra a perspectiva eurocêntrica tradicional que dominou os livros de história que retratam os africanos e sua diáspora como vítimas primitivas da escravidão e sem agência histórica. De acordo com o historiador Patrick Manning (1990), os negros trabalharam duro no centro das forças que criaram o mundo moderno.

Gilroy (1993) descreve a supressão da negritude devido aos ideais imaginados e criados das nações como "informações culturais privilegiadas". As nações usam essas informações culturais privilegiadas para separar grupos merecedores dos indignos e exigem um "senso de diferença étnica", conforme mencionado em seu livro *The Black Atlantic*. Reconhecer suas contribuições oferece uma apreciação abrangente da história global.

2.3 Diáspora como movimento de libertação

Muitos estudiosos desafiaram as visões convencionais da diáspora africana como uma mera dispersão dos africanos. Para os tais, é um movimento de libertação que se opõe às implicações da racialização. Sua posição pressupõe que os africanos e seus descendentes no exterior lutam para recuperar o poder sobre suas vidas por meio da migração voluntária, da produção cultural e de concepções e práticas políticas. Também implica a presença de culturas de resistência com objetivos semelhantes em toda a diáspora global (GOMES, 2022).

Pensadores como W. E. B. Dubois (1903) e Robin Kelley (2002), por exemplo, argumentaram que a política de sobrevivência negra revela mais sobre o significado da diáspora africana do que rótulos de etnia, raça e graus de tons da pele. Desse ponto de vista, a luta diária contra o que eles chamam de "processos históricos mundiais" de colonização racial, capitalismo e dominação ocidental define os vínculos dos negros com a África (GOMES, 2022).

2.4 Contribuições e legados

Entretanto, constata-se haver uma espécie de ausência de gratidão e sensatez visto que, inicialmente, a estrutura etária dos países que receberam populações africanas (maioritariamente velha) foi significativamente beneficiada pela presença de mão de obra jovem e robusta africana. Essa força de trabalho não apenas sustentou as economias locais, mas também

foi crucial na construção de infraestruturas e na produção agrícola, especialmente nas Américas e no Caribe (STERNBERG, 2009). O trabalho escravo, apesar de suas implicações brutais, foi um componente essencial na formação econômica desses países, permitindo-lhes prosperar em um contexto global.

A contribuição dos africanos em campos científicos e culturais é indiscutível. A diáspora africana introduziu inovações em várias disciplinas, incluindo medicina, agricultura e artes. O saber tradicional e as práticas culturais, que foram passados de geração em geração, enriqueceram as sociedades que os acolheram e facilitaram um significativo intercâmbio cultural. Esse impacto se reflete em diversas áreas, desde a culinária até a música, onde as influências africanas desempenharam um papel fundamental na formação de identidades nacionais (GILROY, 1993; MANNING, 1990).

Portanto, a luta dos negros contra a opressão e a marginalização, conforme discutido por Dubois (1903) e Kelley (2002), não é apenas uma questão de identidade, mas um testemunho da resiliência e do papel fundamental que desempenharam na formação das sociedades modernas. A diáspora africana deve ser vista como uma força ativa na construção de narrativas sociais e econômicas, reafirmando que a sobrevivência e a resistência negra são partes integrantes do tecido histórico global. Assim, a compreensão do desenvolvimento dos países receptores deve necessariamente incluir a análise das contribuições e legados deixados por essas populações.

2.5 Transnacionalismo e a diáspora africana

O transnacionalismo, fundamental para a compreensão das diásporas contemporâneas, refere-se às diversas conexões e interações que unem indivíduos e instituições através das fronteiras nacionais (VERTOVEC, 2009; COHEN, 1997). No contexto da diáspora africana, de acordo com o Mapeamento do envolvimento da diáspora de Cabo Verde (EUDiF, s/d.), o transnacionalismo se manifesta por meio de remessas financeiras, redes sociais, intercâmbios culturais e participação política tanto nos países de origem quanto nos de residência.

Estudos recentes têm demonstrado que as diásporas africanas desempenham um papel crucial no desenvolvimento de seus países de origem, através do envio de remessas, investimento em projetos locais e transferência de conhecimento e tecnologia (EUDiF, s/d.; VERTOVEC, 2009). Além disso, as diásporas atuam como importantes atores na promoção de direitos humanos, democracia e boa governança em seus países de origem (UNIÃO AFRICANA, 2024).

2.6 Debates actuais e perspectivas futuras

Os debates contemporâneos sobre as diásporas africanas e o transnacionalismo abordam questões como a identidade diaspórica, a interrelação entre diáspora e nação, o impacto da globalização nas diásporas e o papel delas no desenvolvimento sustentável (VERTOVEC, 2009; COHEN, 1997). As perspectivas futuras para a pesquisa sobre diásporas africanas indicam uma necessidade crescente de abordagens interdisciplinares que unam história, sociologia, antropologia, ciência política e economia (EUDiF, s/d.). Além disso, é crucial que se dê voz aos próprios membros das diásporas, reconhecendo sua agência e a diversidade de suas experiências (UNIÃO AFRICANA, 2024).

3 SOBRE CABO VERDE

3.1 Localização geográfica e população

Figura 1 - Cabo Verde



Fonte: INE, 2023

Cabo Verde é um arquipélago de origem vulcânica localizado a aproximadamente 455 km da costa da África Ocidental (AKESSON, 2008; BANCO MUNDIAL, 2020). O país possui uma área de cerca de 4.033 km² e é composto por dez ilhas, divididas em dois grupos: Barlavento (santo Antão, São Vicente, Santa Luzia, São Nicolau, Sal e Boa Vista) e Sotavento (Maio, Santiago, Fogo e Brava). A capital de Cabo Verde é a cidade da Praia, localizada na ilha de Santiago (BANCO MUNDIAL 2020).

Segundo dados do Instituto Nacional de Estatística de Cabo Verde (INE, 2023), em 2025, a população de Cabo Verde é estimada em cerca de 527.535 a 610.209 habitantes. As projeções demográficas indicam um aumento gradual da população, com estimativas de aproximadamente 560.000 habitantes até 2040. No entanto, o país também enfrenta um envelhecimento populacional, o que exigirá medidas e políticas governamentais para lidar com o "ônus demográfico", segundo o Centro de Conhecimento sobre Migração e Desenvolvimento (KNOWLEDGE CENTRE On MIGRATION AND DEVELOPMENT - KNOMAD, 2021) e VERTOVEC (2009).

3.2 Números e motivos

A diáspora cabo-verdiana é vasta, com estimativas de cerca de 1,5 milhões de pessoas, o que representa o triplo da população residente nas ilhas, conforme aponta Évora (2007b). Os principais países de acolhimento incluem Portugal, Estados Unidos, França e Holanda como ilustra a tabela 1 abaixo.

Tabela 1: Diáspora Cabo-verdiana

Países de destino de topo	Estimativa populacional
Portugal	60,543
Estados Unidos	43,729
França	24,545
Países Baixos	12,601
Angola	9,400

Fonte: EUDiF, s/d.

A emigração está profundamente enraizada na história e identidade de Cabo Verde, impulsionada por condições ambientais adversas, como a escassez de água e secas periódicas (EUDiF, s/d.). Ao longo dos séculos, a busca por melhores oportunidades no exterior tem sido uma constante para os cabo-verdianos. Os motivos da diáspora incluem a procura de emprego, estudos e o agrupamento familiar (BANCO MUNDIAL 2020; INE, 2023).

3.3 Legislação e benefícios da diáspora

O governo de Cabo Verde tem implementado uma série de legislações voltadas para o fortalecimento dos laços com a diáspora e para a promoção do seu envolvimento no desenvolvimento nacional. A Constituição do país assegura a dupla cidadania, garantindo que nenhum cabo-verdiano de origem seja privado de sua nacionalidade (EUDiF, s/d.).

Um marco significativo nesse contexto é o Estatuto do Investidor Emigrante, que estabelece diretrizes para o investimento direto dos emigrantes cabo-verdianos. Este estatuto oferece incentivos, como isenções fiscais, para aqueles que realizam investimentos financeiros no país. De acordo com a Constituição da República Cabo-verdiana (1992), os dividendos e lucros gerados por investimentos externos autorizados são isentos de tributação por um período de cinco anos.

A promulgação da Lei nº 33/2023 ampliou o alcance da nacionalidade de origem, permitindo que filhos, netos, bisnetos e trinetos de cabo-verdianos nascidos no exterior adquiram a nacionalidade cabo-verdiana mediante declaração. O artigo 40 da Constituição reafirma que "ninguém que seja cabo-verdiano por origem pode ser privado da nacionalidade ou das prerrogativas de cidadania," reforçando a conexão dos emigrantes com sua terra natal.

Além disso, o artigo 108 da mesma Constituição introduz a possibilidade de aquisição da nacionalidade por investimento, permitindo que estrangeiros que realizem investimentos significativos em Cabo Verde se tornem cidadãos cabo-verdianos. Esta medida busca fomentar o desenvolvimento econômico do país e garantir aos cidadãos cabo-verdianos residentes no exterior o direito de voto nas eleições nacionais.

Em 2004, o governo aprovou o Documento de Estratégia de Crescimento e Redução da Pobreza (GPRS), que reconhece a importância da diáspora e faz referência a processos participativos para sua inclusão no planejamento político. Entretanto, o GPRS e suas iterações subsequentes permanecem, em grande parte, aspiracionais, apresentando objetivos genéricos e carecendo de um plano operacional para a mobilização efetiva da diáspora.

O Decreto-Lei nº 35/2007, aprovado em 2007, institucionalizou a Casa do Cidadão, que se tornou o principal ponto de acesso e informação para a diáspora cabo-verdiana. O Plano de Acção 2017-2021 da Casa do Cidadão estabelece metas relacionadas à melhoria da comunicação, desburocratização e coordenação com grupos da diáspora.

Finalmente, em 2008, foi firmada a Parceria entre a União Europeia e Cabo Verde para a Mobilidade, com o objetivo de facilitar a migração circular entre Cabo Verde e a UE. Este acordo promove projetos de migração e

desenvolvimento, além de criar condições mais favoráveis para que cidadãos cabo-verdianos possam viajar, estudar e fazer negócios na União Europeia. A parceria possibilitou a implementação de projetos significativos, como a Diáspora para o Desenvolvimento de Cabo Verde (DIAS De CABO VERDE, citado por EUDiF, s/d.).

Em suma, a legislação cabo-verdiana reflecte um esforço contínuo para integrar a diáspora no processo de desenvolvimento do país, reconhecendo seu papel vital na promoção de direitos humanos e na construção de uma sociedade mais inclusiva e participativa. Contudo, a efetividade dessas iniciativas dependerá da implementação de estratégias claras e operacionais que garantam a mobilização e participação activa da diáspora nos processos de desenvolvimento nacional.

3.4 Benefícios para o país de origem e de acolhimento

A diáspora cabo-verdiana exerce um papel multifacetado no desenvolvimento de Cabo Verde e nos países de acolhimento. No que concerne ao país de origem, as remessas financeiras enviadas pela diáspora representam uma parcela considerável do Produto Interno Bruto (PIB) de 13.5% que presenta 313 de milhões de USD, impulsionando o crescimento económico e o bem-estar das famílias (BANCO MUNDIAL, 2020; EUDiF, s/d.; KNOMAD, 2021). Adicionalmente, a diáspora contribui com investimentos em projectos locais e transferência de conhecimento e tecnologia, fomentando o desenvolvimento sustentável e a inovação (EUDiF, s/d.). A diáspora também se destaca como um agente promotor de direitos humanos, democracia e boa governança, influenciando positivamente o cenário político e social do país (AKESSON, 2008).

No que tange aos países de acolhimento, a diáspora cabo-verdiana enriquece a diversidade cultural, impulsionando o desenvolvimento económico e social (ÉVORA, 2007a; BARBOSA, 2019). A integração bem-sucedida dos cabo-verdianos na Europa e em outras regiões promove a inclusão social, o respeito pela diversidade cultural e o desenvolvimento pessoal e comunitário (VERTOVEC, 2009). A troca de conhecimentos, valores e experiências entre Cabo Verde e os países de acolhimento gera benefícios mútuos, fortalecendo os laços bilaterais e a cooperação internacional (COHEN, 1997).

4 SOBRE A NIGÉRIA

4.1 Localização geográfica

Figura 2 - Localização da Nigéria



Fonte: INE (2021)

A Nigéria, situada na África Ocidental, é o país mais populoso do continente, compartilhando fronteiras com Benin a oeste, Níger ao norte, Chade a nordeste e Camarões a leste. O país possui uma extensa costa ao longo do Oceano Atlântico, que se estende por aproximadamente 850 km (CIA World Factbook, 2023). A diversidade geográfica da Nigéria, que inclui savanas, florestas tropicais e montanhas, contribui para a sua riqueza cultural e económica.

Em termos demográficos, possui uma população estimada em cerca de 236 milhões de habitantes em 2025, sendo a Nigéria é um dos países mais populosos do mundo (United Nations, 2023). As projeções indicam que, até 2050, a população pode alcançar aproximadamente 400 milhões, consolidando sua posição como o país mais populoso da África e o terceiro

do mundo (WORLD POPULATION PROSPECTS, 2022). Este crescimento populacional traz desafios significativos em áreas como saúde, educação e infraestrutura.

4.2 Diáspora e motivos da emigração

A diáspora nigeriana é estimada em cerca de 1,5 milhões de indivíduos que vivem fora do país, principalmente em países como os Estados Unidos, Reino Unido, Canadá e África do Sul (Migration Policy Institute, 2022). Os principais motivos para a emigração incluem a busca por melhores oportunidades económicas, educação, segurança e a instabilidade política e social que o país enfrenta há décadas (ADEPOJU, 2010). A busca por melhores condições de vida e a reunificação familiar também são factores significativos que impulsionam a emigração nigeriana. Entretanto, a discriminação e xenofobia se apresentam como as maiores barreiras da sua integração social e económica (ADEPOJU, 2010).

4.3 Legislação e benefícios da diáspora

O governo nigeriano tem implementado diversas políticas para fortalecer os laços com sua diáspora. A Lei de Cidadania e Imigração de 2010 permite que cidadãos nigerianos que vivem no exterior mantenham sua cidadania e facilita a aquisição de documentos necessários para a viagem e a residência (FEDERAL REPUBLIC Of NIGERIA, 2010). Além disso, o governo criou o Registro Nacional de Nigerianos no Exterior, que visa promover a participação da diáspora em iniciativas de desenvolvimento e investimentos no país.

Os benefícios da diáspora são significativos tanto para o país de origem quanto para os países de acolhimento. As remessas financeiras enviadas pelos nigerianos no exterior têm um impacto crucial na economia do país, representando uma fonte vital de receita para muitas famílias (WORLD BANK, 2021). Estas remessas contribuem para o crescimento econômico e ajudam a reduzir a pobreza. Para os países de acolhimento, a diáspora nigeriana enriquece a diversidade cultural e promove o intercâmbio social e económico, favorecendo a inclusão e o desenvolvimento comunitário (OYENIYI, 2019).

A Nigéria é um dos cinco principais países receptores de remessas globais, com um histórico crescente de entradas financeiras da diáspora, embora em 2020, as remessas caíram para US$ 17,208 bilhões devido à pandemia de COVID-19, que afectou severamente os empregos e salários dos migrantes, levando muitos a reduzirem os valores enviados para casa (BANCO MUNDIAL, 2020). A crise econômica global resultou na previsão

de uma queda de 20% nas remessas, a mais acentuada em anos recentes, destacando a vulnerabilidade dos trabalhadores migrantes durante períodos de instabilidade.

Entretanto, no ano de 2021 as remessas registaram um aumento de 19,7 bilhões US$, e, 22 bilhões US$ em 2022, novamente superando as receitas do petróleo (CBN, 2023). A crescente contribuição da diáspora foi evidenciada pela remessa de US$ 24,3 bilhões em 2023, que foi maior que a receita de exportação de petróleo, refletindo a importância das remessas na economia nigeriana.

O Banco Mundial (2021) relatou que, em 2024, cerca de 17 milhões de nigerianos estavam na diáspora, com remessas totalizando 25,368 US$ bilhões, o que representou 5,6% do PIB do país como aponta a Tabela 2 abaixo. A Nigéria, com uma população crescente, enfrenta desafios significativos para transformar o capital humano em prosperidade económica. Os nigerianos na diáspora, mesmo enfrentando dificuldades, continuam a desempenhar um papel crucial no sustento de suas famílias e no desenvolvimento do país. Em um contexto global onde as remessas são vitais para muitos países, a experiência nigeriana ilustra tanto o potencial quanto os desafios que as economias dependentes de remessas enfrentam.

Tabela 2 - Remessas Nigerianas 2020 - 2024

Ano	Entradas de remessas de migrantes (US$ bilhões)
2020	17,208
2021	19,698
2022	22,037
2023	24,311
2024	23,809

Fonte: Elaboração do autor com base na NiDCOM, (2025)

Portanto, a diáspora nigeriana desempenha um papel fundamental no desenvolvimento do país, tanto através das remessas financeiras quanto pela transferência de conhecimento e experiências. A legislação que apoia essa diáspora é vital para maximizar os benefícios tanto para a Nigéria quanto para os países que acolhem seus cidadãos. O futuro da Nigéria e sua diáspora estão interligados, e o fortalecimento desses laços pode trazer benefícios mútuos.

5 DISCUSSÃO

As diásporas cabo-verdiana e nigeriana representam casos distintos, mas comparáveis, de comunidades transnacionais que influenciam significativamente seus países de origem. Ambas as diásporas são substanciais, com a população cabo-verdiana no exterior estimada em ser o triplo da população residente, enquanto a diáspora nigeriana é composta por milhões de indivíduos em todo o mundo. Apesar de ambas contribuírem significativamente para o desenvolvimento de seus países, seus contextos históricos, dinâmicas socioeconómicas e estratégias de envolvimento diferem, moldando a natureza e a extensão de seu impacto. Esta discussão tem como objetivo fornecer uma análise comparativa entre essas duas diásporas, destacando suas contribuições, desafios e implicações para o desenvolvimento nacional.

5.1 Contexto histórico e padrões de migração

A diáspora cabo-verdiana tem raízes históricas profundas, datando do século XIX, quando os cabo-verdianos buscaram oportunidades na indústria baleeira em Nova Inglaterra (PEREIRA, 2010). A migração de Cabo Verde foi frequentemente impulsionada por dificuldades ambientais, como secas, levando a uma forte dependência da emigração como estratégia de sobrevivência (RAMOS, 2012). Em contraste, a emigração em grande escala da Nigéria é um fenómeno mais recente, impulsionado principalmente por factores económicos, busca por educação e instabilidade político-social (ADEPOJU, 2010). Embora ambas as diásporas tenham uma presença significativa nos Estados Unidos e na Europa, a diáspora nigeriana é mais dispersa globalmente, com uma presença notável em outros países africanos.

5.2 Contribuições económicas: remessas e investimentos

As remessas de ambas as diásporas são fontes vitais de receita para seus países de origem. As remessas da diáspora nigeriana, nos últimos anos, superaram os ganhos das exportações de petróleo, destacando seu papel crucial na estabilização da renda familiar e no apoio às economias locais (WORLD BANK, 2021). Da mesma forma, as remessas cabo-verdianas têm representado uma percentagem substancial do PIB do país, contribuindo para o crescimento económico (INE, 2020). Além das remessas, ambas as diásporas estão cada vez mais envolvidas em investimentos diretos e transferência de conhecimento, o que contribui para um desenvolvimento sustentável a longo prazo. O governo cabo-verdiano tem incentivado

investimentos da diáspora em setores como turismo e imobiliário, enquanto a Nigéria implementou iniciativas para engajar a diáspora em projetos de desenvolvimento nacional (NIGERIAN DIASPORA COMMISSION, 2019).

5.3 Impacto socio-cultural e identidade

O impacto sociocultural de ambas as diásporas é profundo. A diáspora cabo-verdiana, caracterizada por laços emocionais e materiais fortes com a terra natal, desempenha um papel significativo na preservação e promoção da cultura cabo-verdiana no exterior (PEREIRA, 2010). Da mesma forma, a diáspora nigeriana mantém laços fortes com seu patrimônio cultural, promovendo festivais e eventos que ressaltam as tradições nigerianas e fomentam o diálogo intercultural nos países anfitriões (OYENIYI, 2019). No entanto, ambas as diásporas enfrentam desafios relacionados à identidade e à integração. Os cabo-verdianos, especialmente em comunidades secundárias, podem experimentar uma sensação de "invisibilidade social" e dificuldades em manter uma identidade cultural distinta (RAMOS, 2012). Os nigerianos, por sua vez, frequentemente enfrentam discriminação e xenofobia, o que pode dificultar sua integração social e económica (ADEPOJU, 2010).

5.4 Desafios e implicações políticas

Apesar de suas contribuições, ambas as diásporas enfrentam desafios significativos. Para Cabo Verde, um dos principais desafios é a potencial dependência económica das remessas e a perda de mão de obra qualificada devido à emigração (INE, 2020). A ineficiência burocrática e a infraestrutura inadequada em Cabo Verde também podem desestimular a participação da diáspora. Para a Nigéria, os desafios incluem a fuga de cérebros, dificuldades no acesso a serviços financeiros e a navegação em questões legais e de imigração nos países anfitriões (NIGERIAN DIASPORA COMMISSION, 2019).

Para abordar esses desafios, são necessárias intervenções políticas direcionadas. Cabo Verde deve diversificar sua economia, melhorar sua infraestrutura e simplificar processos burocráticos para atrair investimentos da diáspora e promover um desenvolvimento sustentável (PEREIRA, 2010). A Nigéria, por sua vez, precisa fortalecer suas estruturas institucionais, melhorar as condições económicas internas e implementar políticas que retenham profissionais qualificados. Ambos os países devem focar em fornecer apoio e recursos a suas diásporas, abordando questões de discriminação e facilitando a integração em países anfitriões.

6 CONCLUSÃO

As diásporas de Cabo Verde e Nigéria têm se mostrado elementos essenciais para o desenvolvimento económico e social de seus países. Embora as remessas representem uma fonte importante de renda, o impacto

dessas comunidades vai muito além do aspecto financeiro. Elas promovem o empreendedorismo, a transferência de conhecimento e o intercâmbio cultural, funcionando como catalisadoras para o desenvolvimento sustentável e o fortalecimento das relações transnacionais.

Essas diásporas africanas não apenas contribuem para suas nações de origem, mas também enriquecem os países que as acolhem. O fortalecimento dos laços entre as comunidades de emigrantes e suas terras natais é crucial para promover justiça social e um desenvolvimento sustentável na África. O estudo dessas comunidades revela um fenómeno complexo que afeta as relações internacionais de forma significativa.

A diáspora cabo-verdiana, por exemplo, mantém uma forte conexão com sua terra natal, refletindo o desejo de retornar e contribuir para a reconstrução do país. As remessas enviadas por cabo-verdianos sustentam muitas famílias, sendo essenciais para a economia nacional. Além disso, essa diáspora atua como um pilar estratégico nas relações internacionais, promovendo a cultura cabo-verdiana e influenciando políticas de imigração e cooperação, especialmente com Portugal e outros países europeus.

Por sua vez, a diáspora nigeriana, uma das maiores do continente, tem um impacto considerável nas relações internacionais da Nigéria. Os nigerianos no exterior se mobilizam em torno de questões políticas e sociais, como a luta contra a corrupção e a promoção dos direitos humanos. As remessas também são vitais para a economia nigeriana, reforçando a importância dessa diáspora como um recurso estratégico que o governo busca envolver.

Portanto, as diásporas de Cabo Verde e Nigéria são mais do que comunidades de emigrantes; são agentes ativos nas relações internacionais, moldando políticas que afetam tanto seus países de origem quanto os de acolhimento. O fortalecimento dessas conexões pode resultar em uma colaboração mais eficaz em diversas áreas, beneficiando não apenas os países envolvidos, mas também a comunidade internacional.

A interação entre as diásporas e seus países de origem deve ser vista como uma oportunidade para promover a prosperidade e a justiça social. Políticas que reconheçam e valorizem essas relações podem maximizar os benefícios mútuos, criando um ciclo virtuoso de desenvolvimento que melhora as condições de vida nas comunidades de origem, enquanto enriquece as sociedades que acolhem essas populações.

Assim, o futuro das diásporas africanas é promissor, refletindo uma capacidade única de influenciar mudanças sociais e económicas significativas em um mundo cada vez mais interconectado. Reconhecer e abordar os desafios enfrentados por cada comunidade é fundamental para maximizar seu impacto positivo e cultivar relações mutuamente benéficas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ADEPOJU, A. **Migration in West Africa**. Geneva: Global Commission on International Migration, 2005.

ÅKESSON, L. "They are ungrateful!": Cape Verdean notions of transnational obligations. In: GÓIS, Pedro (org.). **Comunidade(s) cabo-verdiana(s):** as múltiplas faces da imigração cabo-verdiana. Lisboa: Alto Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural, 2008. p. 247–262.

ANDRADE, C. **Emigração e desenvolvimento em Cabo Verde**. Praia: Instituto Cabo-Verdianos de Solidariedade, 1996.

BANCO MUNDIAL. **Cabo Verde:** A Country Economic Memorandum. 1. ed. Banco Mundial, 2020.

BANCO MUNDIAL. **Migration and remittances factbook 2021**. Washington, DC: Banco Mundial, 2021.

BANCO MUNDIAL. **Cabo Verde**: Country Economic Memorandum: Sailing Rough Seas - Accelerating Growth and Fostering Resilience to Climate Change. Washington, DC: World Bank, 2023.

BARBOSA, L. Culture and Identity in the Cabo Verdean Diaspora. **Journal of African Studies**, v. 15, n. 3, p. 45-62, 2019.

BOKSER LIWERANT, J. Identidad, diversidad y diásporas en un mundo transnacional. **Política y Cultura**, n. 30, p. 9-32, 2008.

BRUBAKER, R. The 'diaspora' diaspora**. Ethnic and Racial Studies**, v. 28, n. 1, p. 1-19, 2005.

CABO VERDE. **Constituição da República de Cabo Verde**. Disponível em: <https://confinder.richmond.edu/admin/docs/CapeVerde.pdf> . Acesso em: 02 ago. 2025.

CBN. **Annual Economic Report**. Central Bank of Nigeria, 2023.

CIA WORLD FACTBOOK. **Nigéria.** Disponível em: <https://www.cia.gov/the-world-factbook/countries/nigeria/> . Acesso em: 02 ago. 2025.

COHEN, R. **Global diasporas**: an introduction. Seattle, WA: University of Washington Press, 1997.

DU BOIS, W. E. B. **The souls of black folk**. A. C. McClurg & Co., 1903.

EUDiF. **Mapeamento do envolvimento da diáspora**. Disponível em: <https://diasporafordevelopment.eu/library/cabo-verde/> . Acesso em: 04 ago. 2025.

ÉVORA, I. **A diáspora cabo-verdiana:** percepções e redefinições a partir do arquipélago. Lisboa: Instituto Superior de Economia e Gestão (ISEG), CEsA, 2012.

ÉVORA, I. **Cabo Verde**: A História das emigrações. 1. ed. Instituto Nacional de Estatística de Cabo Verde, 2007b.

FAIST, T. The volume and dynamics of international migration and transnational social spaces. **European Journal of Sociology**, v. 41, n. 2, p. 587-633, 2000.

FEDERAL REPUBLIC OF NIGERIA. **Nigerian Citizenship and Immigration Act**. Abuja: Government Printer, 2010.

FLOR, C. G. Conceito de diáspora africana como argumento para descentrar a identidade negra. **Ambivalências**, São Cristóvão, SE, v. 5, n. 9, p. 148–171, 2017.

GILROY, Paul. **The black atlantic:** modernity and double consciousness. London; New York: Verso, 1993.

GOMES, F. C. da S. Diáspora africana: resistência, sobrevivência e ressignificação dos sentidos no cativeiro. **Revista Horizonte Histórico**, v. 5, n. 2, p. 8-22, ago./dez. 2022. ISSN: 2596-0377.

HORTA, C.; MALHEIRO, J. **Cabo-verdianos em Portugal**: percursos e identidades. Lisboa: ACIDI, s.d.

INE (INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA DA NIGÉRIA). **Censo demográfico da Nigéria 2021**, 2021.

INE (INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA DE CABO VERDE). **Censo Populacional 2023**. 1. ed. INE, 2023.

INE (INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA). **Relatório Anual**. Cabo Verde, 2020.

KELLEY, R. **Freedom dreams:** the black radical imagination. 1. ed. Beacon Press, 2002.

KNOMAD (KNOWLEDGE CENTRE ON MIGRATION AND DEVELOPMENT). **Migration and Development:** A Global Perspective Brief 34. 1. ed. World Bank, 2021.

MANNING, P. **Slavery and African life:** Occidental, Oriental, and African slave trades**.** 1. ed. Cambridge University Press, 1990.

MARTIN, P. **Managing migration**: the global challenge. Population Reference Bureau, 2007.

MONTEIRO, J. **Cabo Verde**: migração, globalização e desenvolvimento. Praia: Instituto Superior de Educação, 2001.

NIGERIANS IN DIASPORA COMMISSION (NIDCOM). **Remittance of Nigerians in diaspora for the period of 2000 to 2021.** Abuja: Nigerians in Diaspora Commission, [s. d.]. Disponível em: <https://nidcom.gov.ng/remittance/> . Acesso em: 4 ago. 2025.

NIGERIAN DIASPORA COMMISSION. **Nigerian diaspora policy**. Abuja: Governo da Nigéria, 2019.

OYENIYI, B. The Impact of Nigerian Diaspora on Economic Development. **Journal of African Studies,** v. 12, n. 2, p. 45-62, 2019.

PEREIRA, A. **Cabo Verde:** história das emigrações. Instituto Nacional de Estatística, 2010.

RAMOS, R. Diaspora and development: the case of Cape Verde. **International Journal of African Renaissance Studies**, v. 7, n. 1, p. 1-20, 2012.

STERNBERG, M. **Diaspora space**. Lexington Books, 2009.

TAVARES, P. V.; ROSA, R. **Diáspora e identidade cabo-verdiana**: reflexões sobre construções comunicacionais e transnacionais. Interin, Curitiba, 2011.

UNIÃO AFRICANA. **Relatório da União Africana sobre Diásporas**. Diásporas: atores cruciais na promoção de direitos humanos e boa governança. 1. ed. União Africana, Addis Abeba, Etiópia, 2024.

UNITED NATIONS. **World population prospects 2022**. New York: United Nations, 2023.

VERTOVEC, S. **Transnationalism**. 1. ed. Routledge, 2009.

RESUMO

A migração, especialmente na África, assume um caráter cada vez mais transnacional, com imigrantes estabelecendo relações económicas, sociais e políticas robustas com seus países de origem e entre si em diversos locais. Essa dinâmica complexa intensifica o impacto dos movimentos migratórios. Países africanos como Nigéria e Cabo Verde enfrentam limitações estruturais e vulnerabilidades externas que dificultam seu desenvolvimento. Historicamente, a emigração transformou essas nações em fontes de diásporas, que mantêm laços socioeconómicos e culturais significativos com suas origens (EUDiF, s/d.). Este estudo reflete sobre as diásporas nigeriana e cabo-verdiana como actores transnacionais, enfatizando a relevância dos emigrantes que permanecem conectados aos seus países de origem por meio de remessas financeiras e redes sociais. A pesquisa bibliográfica e de análise crítica, fundamentadas em autores como Cohen (1997) e Vertovec (2009), que oferecem uma compreensão aprofundada das dinâmicas dessas diásporas. Os resultados indicam que a diáspora e a migração são fenómenos irreversíveis, impulsionados por redes sociais que constroem identidades plurais e fragmentadas. Conclui-se que, apesar das limitações enfrentadas, essas diásporas desempenham um papel crucial na cooperação entre países. O transnacionalismo desafia as concepções tradicionais de identidade nacional, criando espaços sociais que transcendem fronteiras, tornando as diásporas como agentes de mudança e desenvolvimento.

Palavras-chave: Diáspora; Transacionalismo; África, Nigéria, Cabo-Verde.

ABSTRACT

Migration, especially in Africa, takes on an increasingly transnational character, with immigrants establishing strong economic, social, and political relationships with their countries of origin and with each other in diverse locations. This complex dynamic intensifies the impact of migratory movements. African countries such as Nigeria and Cape Verde face structural limitations and external vulnerabilities that hinder their development. Historically, emigration has transformed these nations into sources of diasporas, which maintain significant socioeconomic and cultural ties with their origins (EUDiF, n.d.). This study reflects on the Nigerian and Cape Verdean diasporas as transnational actors, emphasizing the relevance of emigrants who remain connected to their countries of origin through financial remittances and social networks. The bibliographical research and critical analysis, based on authors such as Cohen (1997) and Vertovec (2009), offers an in-depth understanding of the dynamics of these diasporas. The results indicate that diaspora and migration are irreversible phenomena, driven by social networks that construct plural and fragmented identities. The conclusion is that despite the limitations they face, these diasporas play a crucial role in cooperation between countries. Transnationalism challenges traditional conceptions of national identity, creating social spaces that transcend borders, making diasporas agents of change and development.

Keywords: Diaspora; Transnationalism; Africa; Nigeria; Cape Verde.

Fé e crise de sentido em contexto de travessia: debates teóricos e experiências reais do processo de migrar

Faith and crisis of meaning in the contexto of transition: theoretical debates and real experiences of the migration process

*Paula Carlos de Souza**

1 INTRODUÇÃO

Nas últimas décadas o tema da migração no Brasil e no mundo se tornou cada vez mais recorrente. Embora o aumento das notícias sobre o assunto tenha ganhado força em um período relativamente curto, a realidade da migração atravessa os séculos e rompe as fronteiras da humanidade, miscigenando os povos e rearticulando as políticas migratórias.

Migrar sempre foi um ato próprio de todas as espécies de animais. São esses deslocamentos necessários que garantem a sobrevivência de muitas espécies, migra-se para buscar água e alimento; para se reproduzir; e para garantir a vida. Entre os seres humanos a dinâmica se mantém, embora suas condições, muitas vezes, não sejam naturais, quando consideradas as causas e os impactos à vida que esses processos desencadeiam. As grandes crises políticas, econômicas, sociais, climáticas e religiosas ao redor do mundo provocaram, e ainda provocam, grandes movimentações humanas, exigindo novas realidades socioeconômicas e obrigando a busca por novas articulações políticas internacionais. Severino (2012), diz que: "A grande imigração é irmã siamesa da nação moderna, sendo ambas filhas do capitalismo internacional do século XIX" (SEVERINO, 2012, p. 2).

* Arquiteta e Urbanista pela Universidade Presbiteriana Mackenzie - São Paulo, mestra em Ciências da Religião pelo PPGCR da Universidade Católica de Pernambuco e doutoranda pelo mesmo programa. Contato: paula.carlos@hotmail.com

Com este artigo, pretendemos individuar alguns conceitos que orientam o caminho do tema proposto: crise de sentido, fé, significação e ressignificação da própria existência, a experiencia do lugar, do não-lugar e dos entrelugares. O nosso objetivo é apresentar um aporte teórico que nos ajude a identificar a relação do migrante com seu lugar de origem e de chegada, detectando o movimento interno que o externo provoca na reconstrução da própria identidade e das estruturas de plausibilidade que firmam a pessoa e a orientam no caminho a seguir.

A interlocução com perspectivas teóricas diversas nos proporciona uma leitura fundamentada da experiência migratória narrada por um grupo de migrantes mexicanos e peruanos, aos quais tivemos a grata satisfação de ouvir numa conversa cheia de vida e sentido. São relatos dessa vivência que compõem a última parte desse trabalho, que tem como objetivo visitar as experiências compartilhadas em depoimentos orais estruturados em um momento de conversa via *Google Meet*, e que se tornaram fonte de conhecimento fundamental para o desenvolvimento dessa pesquisa. Ainda, observar a partir do aporte teórico como se ocorrem os processos de ressignificação entre os migrantes, compreendendo nos relatos de cada um os conceitos apresentados pelos autores estudados.

2 DEBATES TEÓRICOS: COMPREENDENDO CONCEITOS

O tema da migração abre caminhos para diversos campos de entendimento, sejam esses teóricos ou práticos. Sem deixar de considerar nenhum deles, nossa proposta nesta pesquisa é limitar esse campo de entendimento à compreensão dos processos de desconstrução e construção do sentido e das crises que se desencadeiam nas rupturas provocadas pelas travessias forçadas ou espontâneas, muitas delas provocadas pela ausência do lugar, das pessoas que dão significado as relações sociais e das manifestações culturais que identificam o lugar e o grupo social que nele habita.

> A imigração não ocorre sem deixar marcas, frequentemente de maneira indelével, mesmo sem reconhecê-lo, seja por nos atermos à ilusão da integridade formal e da fidelidade a si, seja por não sermos nem mesmo conscientes disto". (SAYAD, 2000, p. 14)

Fundamentamos nossa pesquisa a partir das obras de Peter Berger (1985; 2012; 2014; 2018), sendo duas delas em coautoria com Thomas Luckmann (2012; 2014). A escolha dá-se por suas ideias claras sobre os processos de

construção do sentido; e por revelar como as "Estruturas de Plausibilidade" contribuem para a significação dele (sentido), seja esse, como consequência de uma época, de um lugar ou de um modo de vida, bem como da relação com os espaços de culto e das comunidades de vida.

2.1 As "Estruturas de Plausibilidade" e sua relação com o lugar

Quando falamos sobre a possibilidade de habitar algo ou um lugar, de certo modo, o nosso imaginário remete-nos a espaços que abrigam e protegem. Sob essas estruturas (abrigo e proteção) se molda um estilo de vida que constitui a própria identidade, seja da pessoa ou do grupo que o habita. Todo ser, e aqui referimo-nos à pessoa enquanto um ser subjetivo, se forma a partir do lugar que habita e que o habita enquanto relações e cultura. Deste modo, ao falarmos sobre "Estruturas de Plausibilidade", e estas em relação ao lugar e à pessoa, queremos falar sobre algo que está além, mas também, sob um espaço físico que forma a consciência e personifica o que está submetido a ele. Quando Peter Berger (1985) conceitua essas Estruturas, ele nos remete à formação de uma consciência social desenvolvida nas relações que coabitam os mesmos espaços e sentidos. Cabe notar que as referidas relações são fundadas numa tradição cultural que norteia o indivíduo nas etapas da própria existência.

O arquiteto e filósofo Igor Guatelli, em suas rodas de conversa com estudantes de arquitetura, costumava dizer que os "rastros" que identificam um lugar são formados, em grande parte, por "aquilo que não mais ainda está lá". Sua fala referia-se sempre àquilo que continuava a formar identidade a partir da memória que se mantinha, mesmo na ausência do objeto construído. Esse pensamento de Guatelli, ajuda-nos a compreender o que Berger (1985) caracteriza como "Estrutura de Plausibilidade", ou seja, uma base social subjetiva e necessária para que o indivíduo continue sua existência, mesmo se ausente enquanto estrutura física, num mundo real para seres humanos reais:

> [...] os mundos são construídos socialmente e mantidos socialmente. Sua realidade perdurável, quer objetiva (como facticidade comum, aceita como óbvia) quer subjetiva (como facticidade impondo-se à consciência individual), depende de processos sociais específicos, a saber, aqueles processos que permanentemente reconstroem e mantém os mundos particulares em apreço (BERGER, 1985, p. 71).

Esses “mundos” são o resultado da adesão da pessoa a um determinado espaço que o vincula a um grupo social e da forma como o grupo aceita e acolhe a pessoa que o compõe. Esse pode não ser o lugar originário, ou o espaço materno, mas deve ser constituído por vínculos que abrigam, protegem e despertam o sentido de segurança, “Quanto mais firme a estrutura de plausibilidade, mais firme o mundo ‘baseado’ nela” (BERGER, 1985, p. 73). As “Estruturas” que tornam plausível o próprio sentido da existência pode ser construídas e reconstruídas todas as vezes que existirem rupturas necessárias, desde que o processo de inserção o localize dentro do espaço-tempo ao qual o grupo está submetido e que se tenha uma identificação com o ambiente natural dele (sentido), seja no que diz respeito aos aspectos culturais, sociais e/ou religiosos.

Dentro da dinâmica que forma as “Estruturas de Plausibilidade”, se organizam os elementos que identificam cada grupo ou pessoa como impressões digitais, únicas e permanentes. Embora adaptáveis, elas vão definindo um modo de vida, formando características específicas que vão perdurar além do espaço-tempo determinado pelos traços culturais de cada povo. Em uma perspectiva antropológica, são nas relações sociais – compreendemos aqui núcleos familiares e comunitários – que se organizam o pensamento, o desenvolvimento da língua, a definição dos costumes, a empatia, a ética, a moral e as crenças. Trata-se de um processo que constitui núcleos de convivência que se sustentam diante de uma mesma perspectiva de vida.

Vale sempre recordar que quando falamos sobre “Estruturas” que identificam um grupo, não nos referimos a uma uniformidade de pensamento. Ao contrário, referimo-nos à formação de uma identidade que permite a diversidade física e subjetiva de cada ser formada a partir de uma estrutura comum. Por mais que as “Estruturas” possam ser reorganizadas diante das inúmeras realidades, seus traços são definitivos na pessoa, rompem-se os processos, mas a experiência vivida alicerça tudo o que “não mais ainda está lá” e o que ainda está por vir.

> A identidade é formada por processos sociais. Uma vez cristalizada, é mantida, modificada ou mesmo remodelada pelas relações sociais. Os processos sociais implicados na formação e conservação da identidade são determinados pela estrutura social. Inversamente, as identidades produzidas pela interação do organismo, da consciência individual e da estrutura social reagem sobre a estrutura social dada, mantendo-a, modificando-a ou mesmo remodelando-a (BERGER; LUCKMANN, 2014, p. 221).

Tão cristalizados são os processos identitários que Sayad (2000), em face da dinâmica migratória, diz que os espaços, onde se organizam tais estruturas, são por definição "espaços nostálgicos", ou seja, "[...] lugar aberto a todas as nostalgias, isto é, carregado de afetividade" (SAYAD, 2000, p. 12), de sentido, de significados, de vida. Isso porque, na medida em que se forma, a pessoa atribui a si, características próprias do lugar onde foram construídas as bases estruturais da formação da personalidade. São esses elementos que cada migrante carrega sobre si nos processos de deslocamentos: seu povo, sua fé, sua terra, suas entranhas mais profundas, enfim, o seu mundo, com tudo que lhe é próprio.

No entanto, a reorganização das "Estruturas de Plausibilidade", em vista da adaptação a novos espaços, recria um novo mundo, deslocando-o de uma realidade a outra, conduzindo-o à uma nova articulação do 'eu' e das relações sociais, "A 'Estrutura de Plausibilidade' deve tornar-se o mundo do indivíduo, deslocando todos os outros mundos, especialmente o mundo que o indivíduo 'habitava' antes de sua alternação". (BERGER; LUCKMANN, 2014, p. 203).

2.2 A construção do sentido e o desenrolar da crise

Se as "Estruturas de Plausibilidade" formam as pessoas a partir das relações sociais às quais estão submetidas, é oportuno dizer que tais relações também atribuem sentido à vida em todos os seus aspectos. No entanto, se as "Estruturas de Plausibilidade" estão ligadas ao núcleo familiar e ao contexto social, o sentido, por sua vez, na dimensão subjetiva do indivíduo, - naquilo que é próprio de cada um -, "o sentido se constitui na consciência humana: na consciência do indivíduo, que se individualizou num corpo e se tornou pessoa por meio de processos sociais". (BERGER; LUCKMANN, 2012, p. 14).

Assim, quando falamos de sentido, falamos de tudo o que, de certo modo, está carregado de significado. Ou seja, de tudo o que permite a pessoa ser e sentir, seja na própria individualidade, seja na relação com o outro ou com o espaço habitado. Se observarmos o valor do *Día de Muertos* para o povo mexicano, só podemos dizer o que essa festa significa para a população de um país, quando a compreendermos a partir do sentido que ela tem para cada núcleo familiar e para cada pessoa na relação com os seus mortos.

> O sentido nada mais é do que uma forma complexa de consciência: não existe em si, mas sempre possui um objeto de referência. Sentido é a consciência de que existe uma relação entre as experiências. O inverso também é válido: o sentido de experiências – e, como

> ainda será demonstrado, de ações – será construído em primeiro lugar por especiais realizações 'relacionais' da consciência (BERGER; LUCKMANN, 2012, p. 15).

Assim, entendemos o "sentido" como um conjunto de significados que formam a pessoa, seja subjetivamente, quando forma a própria consciência, seja objetivamente, quando impacta as relações sociais. Muito embora sua construção seja fruto do discernimento pessoal, o sentido é formado a partir de interferências externas, relacionadas ao meio em que vive, às opções do grupo ao qual está inserido e ao contexto mais amplo da vida em sociedade. Berger, afirma que "a sociedade é a guardiã da ordem e do sentido não só objetivamente, nas suas estruturas institucionais, mas também subjetivamente, na sua estruturação da consciência individual" (BERGER, 1985, p. 40).

Berger (1985, p. 38-41) nos fazer entender a construção do sentido, individuando dois conceitos fundamentais na compreensão, tanto o do "sentido", quanto da crise em sua ausência: O 'nomo' é uma realidade estabelecida quando há um ordenamento significativo do mundo construído socialmente. Ou seja, uma organização na fala e nas várias formas de linguagem, nos contextos socioculturais, na ordem comum das coisas e dos fatos. Ao apropriar-se do 'nomo', o "indivíduo dá sentido a própria biografia", (BERGER, 1985, p. 40), ele sabe objetiva e subjetivamente quem é e quem são aqueles que estão ao seu redor, e o que significa cada realidade à qual foi e é submetido. O contrário dessa experiencia, Berger chamará de 'anemia', ou seja, a separação real e radical da pessoa em relação ao ambiente social ao qual está submetido. "(...) o indivíduo não perde, nesses casos, apenas os laços que satisfazem emocionalmente. Perde a sua orientação na experiência." (BERGER, 1985, p. 41). A ausência do 'nomo' exclui a pessoa do ambiente que a edifica enquanto um ser inserido numa determinada realidade. Isso provoca uma não compreensão do que lhe é próprio, da sua identidade, do seu ser, torna-se 'anômico', ou seja, sem mundo (BERGER, 1985, p. 41).

Entender o que de fato caracteriza 'nomo', 'anemia' e 'anomia', nos ajudará a perceber sua relação com a crise desencadeada pela ausência de sentido. Se, de um lado, é uma crise iniciada na consciência da pessoa, por outro, ela está intimamente ligada ao ambiente e ao grupo que vive. Mais adiante, ao narrarmos as experiências concretas de um grupo de migrantes, veremos isto com maior clareza. Todavia, é bom nos depararmos com essa questão já aqui, relacionando-a com as pessoas que, por diversas realidades e necessidades, viveram rupturas provocadas pelos vários tipos de

deslocamentos, sejam esses vividos em situação de migração, seja ainda por rupturas provocadas por distanciamentos sociais, pela morte, por grandes traumas, entre outras condições que distanciam a pessoa do grupo social, religiosos e/ou dos núcleos familiares. Tais rupturas colocam a pessoa diante do vazio provocado pela ausência do núcleo que sustenta as "Estruturas de Plausibilidade" e, consequentemente, daquilo que a define como um ser em relação. Sem a base, a ordem da consciência cede lugar ao caos da indefinição da própria identidade, dando origem a crise de sentido, causa a confusão que leva ao total desequilíbrio, físico, psíquico, social e espiritual.

> Ser separado da sociedade inflige também ao indivíduo intoleráveis tensões psicológicas, tensões que se fundam no fato radicalmente antropológico da socialidade. O perigo supremo de tal separação é, no entanto, o perigo da ausência de sentido. Esse perigo é o pesadelo por excelência, em que o indivíduo é mergulhado num mundo de desordem, incoerência e loucura. A realidade e a identidade são malignamente transformadas em figuras de horror destituídas de sentido (BERGER, 1985, p. 41-42).

Nas situações de crise, a busca de ressignificação da própria existência proporciona um novo entendimento das próprias experiências de vida. A consciência do caos é uma oportunidade de reorientação no 'nomo', em busca de uma nova realidade de sentido, que se dá na coragem de ir além, de inserir-se em um novo grupo social, em dar significado às novas experiências, em perceber novos caminhos de interação. É certo que, diante da solidão da ausência, a pessoa, aberta à novidade, encontra possibilidades de reerguimento das próprias "Estruturas de Plausibilidade". Para isso, as "Comunidades de vida" e as experiências da fé tornam-se fundamentais na reorganização de processos vitais na superação do caos. Neste sentido, é pertinente buscar compreender o que são essas comunidades e como elas auxiliam na superação da crise e na constituição do sentido.

2.3 Comunidades de Vida e a experiência da fé

Dentro dos processos de ressignificação do sentido, próprio da pessoa em constante movimento interior, encontramos a possibilidade da organização do 'nomo' a partir das "Comunidades de Vida". Mais do que um conceito, as "Comunidades de Vida" são possibilidades concretas de reerguimento e reconstrução das próprias experiências. Em algum lugar ou em alguma etapa da vida, todos nós já nos deparamos com a necessidade de encontrar um

grupo, uma Comunidade e, tomando parte nela, assumir uma nova dinâmica de organização das "Estruturas de Plausibilidade" e, consequentemente, da formação de sentido. De forma mais objetiva, podemos dizer que essas Comunidades são grupos formados por pessoas que vivem experiências comuns, sentem necessidades semelhantes, sofrem com dramas reais, em muitos casos são vítimas de um mesmo sistema ou protagonistas de causas que buscam o bem de todos.

Podemos identificar muitas dessas Comunidades entre os jovens, entre grupos de amigos ou nas redes sociais, no ambiente escolar ou nos encontros organizados em eventos temáticos. Entre os adultos, elas podem estar nos clubes e nas igrejas, nas rodas de conversas no final de tarde ou na equipe de trabalho voluntário. Nelas somos iniciados, formados e inseridos; nos identificamos e vivemos etapas da própria existência; vivemos a experiência dos ritos de passagem; e iniciamos e concluímos processos de travessia. Enfim, o que talvez possa até ser demasiado simples tem força na medida que se torna fundamental na organização do eu e das relações sociais. O que agrega valor às "Comunidades de Vida" é a capacidade de abrir-se aos que delas se aproximam e a forma que disponibiliza, no cotidiano e na rotina, caminhos de envolvimento social. Berger e Luckmann (2012) afirmam que:

> As comunidades de vida são caracterizadas por um agir que se repete com regularidade e diretamente recíproco em relações sociais duráveis. Os integrantes depositam uma confiança institucional, ou firmada em outra coisa, na durabilidade da comunidade (BERGER; LUCKMANN, 2012, p. 27).

Entre os que migram, o encontro com as "Comunidades de Vida" torna-se fundamental no processo de adaptação ao novo território e, principalmente, na reconstrução do sentido. A crise provocada pelo deslocamento. – forçado ou não –, o abandono do lugar onde se organiza o sentido, o rompimento com as relações sociais onde foram firmados os afetos e o modo de ver e compreender a vida, precisam necessariamente ser transformados.

> As comunidades de vida pressupõem um mínimo de comunhão de sentido. Esta medida pode ser mínima em algumas sociedades ou para certas formas de comunidade: a concordância pode referir-se apenas ao sentido objetivo dos esquemas do agir social de todo dia, como talvez no antigo governo da casa por escravos ou numa prisão moderna. Mas as comunidades de vida podem também aspirar uma completa concordância em

> todos os estratos de sentido, incluindo as categorias de toda a conduta de vida, como uma ordem monástica ou na representação ideal de um certo tipo de casamento. Mas a maioria das formas de comunidades de vida existentes nas diferentes sociedades e épocas espera atingir um grau de comunhão de sentido que esteja entre o mínimo e o máximo (BERGER; LUCKMANN, 2012, p. 28).

Outra característica fundamental para a legitimação das "Comunidades de Vida" é a sua relação com as experiências religiosas, ou seja, quando elas se formam a partir da religião ou das experiências de fé de cada povo e/ou grupo social: "Toda sociedade humana é um empreendimento de construção do mundo. A religião ocupa um lugar destacado nesse empreendimento." (BERGER, 1985, p. 17). É comum nos depararmos com pessoas que põem toda a sua confiança na comunidade de fé, depositando nela toda a possibilidade de ressignificação da própria existência.

Quando a interpretação das "Comunidades de Vida" tornar-se distante do bem comum é possível verificar que essas são mais vulneráveis ao prazer individual ou a segregação do contexto social. Considerando essa realidade, constatamos facilmente, entre os cristãos católicos, o crescimento de "Comunidades de Vida", de caráter pentecostal, que se tornaram verdadeiros guetos, com o objetivo de atender às necessidades que satisfazem, principalmente, os desejos pessoais. Nesse sentido, vale considerar que, "Estruturas de Plausibilidades" frágeis formam comunidades de sentido igualmente frágeis. É o que Berger (1985) afirma quando a Estrutura perde sua integridade, "o mundo cristão começa a vacilar e deixa de se impor como verdade evidente" (BERGER, 1985, p. 72-73).

Por outro lado, "a religião serve, assim, para manter a realidade daquele mundo socialmente construído no qual os homens existem nas suas vidas cotidianas. Seu poder legitimamente tem, contudo, outra importante dimensão – a integração (...)" (BERGER, 1985, p. 67). Deste modo, para muitas pessoas e grupos, o apoio encontrado nos grupos religiosos tornam-se fundamentais na ressignificação do sentido. Apoio este tantas vezes iniciado na partilha do pão, na orientação para documentação, na comunhão diante da dúvida e do medo, no auxílio na hora da angústia e da falta de novas possibilidades. Para muitos migrantes, acompanhar o culto na própria língua, participar das festas e solenidades próprias de seu país em território estrangeiro é sentir-se novamente em casa e encontrar um novo jeito de viver a experiência da fé.

2.4 Viver entrelugares e a possibilidade do retorno

Uma pausa na leitura de Berger nos fez chegar até Abdelmalek Sayad, sociólogo argelino que muito escreveu sobre o fenômeno da migração. Sayad nos propõe uma leitura sobre a dimensão do lugar e do retorno, sempre na dupla perspectiva do imigrante e do emigrante. O pensamento de Sayad nos faz compreender melhor os conceitos em volta das "Estruturas de Plausibilidade" e de "sentido" que nos foram apresentados por Berger.

> Não existe imigração em um lugar sem que tenha havido emigração a partir de um outro lugar, não existe presença em qualquer lugar que não tem a contrapartida de uma ausência alhures. É a própria condição do humano, é a sua finitude que está em causa: não se pode estar presente simultaneamente em dois lugares diferentes, mas se pode ir de um lugar a outro, o espaço se deixa percorrer e permite, assim, uma multipresença sucessiva no tempo. Não se pode estar e ter estado ao mesmo tempo. O passado, que é o 'ter-estado', não pode jamais tornar-se novamente presente em voltar a estar-no-presente, a irreversibilidade do tempo não permite. (SAYAD, 2000, p. 11)

Sayad (2000) ajuda-nos a entender a inquietação que mantém a relação entre a pessoa que migra e seu lugar de origem; nos apresenta um novo modo de compreender a espacialidade ou o território, o 'entrelugares', que vários migrantes vão citar nas entrevistas apresentadas mais adiante. Viver entrelugares é habitar um determinado espaço físico, mas sua vida (suas "Estruturas de Plausibilidade", o sentido) está fincada em outro lugar, na 'Casa-Mãe', no lugar onde tudo, até então, tinha sentido, apesar de todas as dores, da miséria, da perseguição. Viver entrelugares é ter sempre consciência de identificar-se com dois lugares e não possuir nenhum. Não possui porque a travessia já o fez diferente, já desestabilizou as Estruturas, o sentido passa a ter novas configurações, os significados agora permeiam novas realidades. O que chega a um novo território já não é o mesmo que saiu de sua terra.

> [...] não existe verdadeiramente retomo (ao idêntico). Se de um lado, pode-se sempre voltar ao ponto de partida, o espaço se presta bem a esse ir e vir, de outro lado, não se pode voltar ao tempo da partida, tomar-se novamente aquele que se era nesse momento, nem reencontrar na mesma situação, os lugares e os homens que se deixou, tal qual se os deixou (SAYAD, 2000, p. 12).

A crise do retorno está intimamente ligada à crise de sentido, porque ambas estão inebriadas de realidades sociais. Elas na subjetividade do indivíduo e se entranha em todo o ser. É nesta dinâmica cheia de relações e significados que se instaura o paradoxo entre chegada e saída, inserção e 'desinserção', toda ausência pressupõe um ausente na vida de alguém (SAYAD, 2000, p. 15). Nesse sentido, a crise migratória como a conhecemos hoje está muito além do que chega ao país, está em quem o recebe e na pessoa que o vê partir. De forma escalonada, as "Estruturas de Plausibilidade" vão se rompendo, os sentidos se dissolvem e a humanidade se encontra diante de uma das suas piores dores, a dor da ausência.

Embora apresentados de forma muito pontual, os conceitos desenvolvidos por Berger, Luckmann e Sayad, nos ajudam a ouvir, a acolher e a transmitir as experiências vividas pelos migrantes entrevistados às pessoas que com eles trabalham. A nossa compreensão do processo de formação de "Estruturas de plausibilidade" e de "Comunidades de vida" não pode ocorrer apenas no sentido teórico e vazio. A teoria ilumina os conceitos, para que possamos compreender aquelas Estruturas e Comunidades, mais a fundo, naquilo que forma o ser que está em relação conosco, seja nos atendimentos específicos, seja quando os escutamos, seja quando narramos suas travessias.

3 LUGARES DE FALAS: RELATOS DE UMA EXPERIÊNCIA

Do início deste texto até aqui, concentramos nossa atenção em compreender conceitos, agora direcionamos um pouco a atenção a relatos de vida, imagens de um mundo real vivido pelos migrantes. Quem nunca se deliciou com as histórias narradas por muitos de nossos queridos em um fim de tarde, junto com uma boa caneca de café? Conhecemos quem somos e muitas de nossas características pessoais e sociais a partir do que nos contam e apreendemos nos momentos de encontros e partilhas. Para Berger (2014, p. 221) e Bonaccorso (In: CARVALHO; FILHO, 2020, p.15-19), são nessas relações sociais e nos processos que dela se desencadeiam que se modelam, estruturam e mantém a identidade do indivíduo ao mesmo tempo que essa interage sobre a realidade social em que ele vive. Essas experiências, quando compartilhadas em relatos estruturados, ou não, se tornam fonte de conhecimento fundamental para o desenvolvimento de pesquisas em diversas áreas de estudo. Segundo Verena Alberti, em entrevista a jovens pesquisadores do Ceará,

> (...) a história oral reúne várias coisas de várias disciplinas. Ela pode ser aplicada em várias disciplinas. Mas ela também reúne instrumental teórico de várias

> disciplinas, como da própria história, da sociologia, da antropologia, da teoria da literatura. (Verena Alberti In: FREITAS; ARAÚJO; SALES. 2017, p. 239)

Nesse sentido, quando fazemos uso do método do depoimento oral em nossa pesquisa, o resultado da escuta atenta da experiência do outro nos coloca diante do fato já interpretado a partir da experiência de cada um (CABRAL, 2010). O fato, quando analisado ou comparado a um conjunto de novos relatos, desencadeia novas formas de compreensão sobre si mesmo.

Durante a nossa pesquisa de campo, tivemos encontro com um grupo de migrantes. Dirigimo-nos ao pátio da Missão Paz, guiados pela experiência de nove pessoas que viveram processos de travessia. São cinco mexicanos e quatro peruanos. Ouvindo suas histórias, nos encontramos, de forma concreta, com o que os autores nos apresentaram na seção anterior deste artigo. Alguns deles se encontraram na Missão Paz, outros foram por ela assistidos. Há quem ainda tenha apenas vivenciado ali experiências menos ou mais significativas. Todas as pessoas entrevistadas autorizaram a publicação do nome e de seus relatos, recordando que essas foram feitas por meio de plataformas digitais. Os vídeos com as entrevistas foram salvos em arquivo pessoal. Narraremos essas histórias recordando as palavras que serão, diretas ou indiretamente, transcritas a partir dos temas propostos, sempre considerando que cada detalhe traz um mundo de significados que transcendem a nossa própria capacidade de compreensão.

3.1 Processos de travessia

Quando Sayad nos diz que por trás de todo imigrante há um emigrante (SAYAD, 2000, p. 11 e 13), ele nos ajuda a entender que em todo processo de travessia encontramos no mesmo indivíduo o que entra em um novo território e o que deixa para trás a sua terra. Trata-se da dinâmica do movimento migratório de cada passo do seu protagonista. Uma saída, forçada ou não, sempre rompe com uma existência e desafia a pessoa a deixar estruturas que até então a mantinha. Isso ocorre mesmo em situações adversas nas quais essas estruturas sustentam a esperança de ficar e, simultaneamente, desafiam a esperança de partir. A ambiguidade destacada por Sayad é própria da crise que está entre o ir e o ficar, a esperança e o medo, a adrenalina da partida associada ao medo da novidade que está por vir. Neste "nó das contradições" é que nós procuramos compreender os relatos ouvidos durante as entrevistas. Cada história vem carregada de sentimentos que se tornam um primeiro fundamento na nova constituição das Estruturas de Plausibilidade.

Quando Cláudia (México) se apaixonou pelo primo de sua amiga, ela não esperava que dois meses depois estaria no Brasil. “Foi amor”, diz Cláudia, que estava maravilhada com a possibilidade de conhecer um novo país e ainda, ao lado daquele que escolhera como seu marido. Ela conta que “a ficha só caiu” duas semanas depois da sua chegada em São Paulo. Foi aí que ela percebeu que não tinha mais seu país, seus pais, seu irmão e que, nem mesmo sabia falar a língua do lugar onde estava. Esse ‘dar-se conta’ colocou Cláudia diante da dor da solidão e da angústia. Ela já não tinha mais nada daquilo que sempre foi a base de sua vida. A depressão tomou conta de seus dias. As conversas por videochamada a deixavam mais tranquila, mas, o que ela não esperava era que, 45 dias depois de sua chegada ao Brasil, o seu pai, lá no México, viria a óbito. O retorno quase que imediato ao México para sepultar o pai a ajudou a reviver a experiência da partida e o drama de deixar para trás tudo que havia construído. Depois de algum tempo, Cláudia voltou para o Brasil. Ela já não tinha o êxtase da primeira vinda, agora tinha a consciência da família que tinha formado aqui e, mais ainda, a consciência da família que tinha deixado lá. Como afirmam Berger e Luckmann (2012): “Certamente deve-se procurar na constituição subjetiva do sentido a origem de todo o acervo social do conhecimento, do reservatório histórico do sentido, do qual se nutre a pessoa nascida numa determinada sociedade e numa época certa” (BERGER; LUCKMANN, 2012, p. 18). O primeiro, e, depois, os muitos retornos de Cláudia ao México, fizeram ela percorrer o que a constituía enquanto pessoa, sua história familiar e seu contexto social. Quando afirma que “amadurecer dói”, ela se coloca na condição de reconstrução do próprio sentido, abrindo-se aos novos processos subjetivos que a formam e a inserem em um novo contexto social.

Diana (Peru) passou pela experiência da ausência antes de iniciar seu processo de migração. Quando ela tinha onze anos, sua mãe migrou para o Brasil, onde veio trabalhar na casa de uma família argentina residente em São Paulo/SP, com a expectativa de dias melhores para ela e sua filha. Diana, menor de idade e filha de pais separados, não pôde acompanhá-la e foi deixada na casa de um tio. Sua mãe sempre manteve contato, mas devido a problemas com documentação, ficou por um longo período sem ir ver a filha. A ausência da mãe a acompanhou por longos sete anos, até que ela completasse a idade de dezoito e pudesse viajar ao Brasil. A alegria de vir para junto da mãe a acompanhava e a entusiasmava de forma que todas as pessoas do seu entorno ficavam sabendo do seu desejo de vir ao Brasil. Quanto aos medos, só a língua a deixava insegura, tinha receio de não conseguir conversar, estudar e dar continuidade à vida interrompida ao migrar. Sua inquietação a fez aprender rápido o novo idioma:

> Eu falei, já está na hora de fazer alguma coisa da minha vida. Aí eu falei, mas o que eu faço? O que eu gosto? Eu gosto muito de ler, então eu já tinha começado a ler livros para as aulas de português. Então eu comecei a ler livros, comecei a ouvir músicas e a repetir as músicas. Então, aí eu comecei, aí eu falei para, não, eu quero fazer um cursinho, quero, fazer uma faculdade. (Diana, imigrante peruana em São Paulo)

Para Diana, seguir a vida sempre foi um objetivo, e a convivência e o agir social eram fundamentais para se manter dentro da estrutura que tornava plausível a própria vida, assim como diz Berger e Luckmann (2012): "A vida cotidiana está repleta de múltiplas sucessões de agir social, e é somente neste agir que se forma a identidade pessoal do indivíduo." (BERGER; LUCKMANN, 2012, p. 17).

Para Victor (Peru), o processo de travessia foi planejado, organizado e estruturado. O gosto pela língua portuguesa o fez estudar e aproximar-se de uma amiga, estudante de letras, que fazia intercâmbio para aprender mais o espanhol e a cultura peruana. Antes de vir ao Brasil, Víctor foi pedir a bênção da *"Mamita de Chapi"* (principal devoção mariana do povo peruano), sua 'permissão' era fundamental para desbravar a nova terra. O sonho de migrar e a permissão da Virgem fizeram Victor desembarcar no Brasil. A sua meta era ficar três meses, hoje somam-se quase 22 anos em terras brasileiras. Quando perguntado como foi a experiência de migrar, ele foi objetivo: "difícil", muito embora tenha sido desejada e planejada, o que torna difícil, segundo ele, é o romper com os laços afetivos que o constituíam enquanto pessoa, deixar a pátria é deixar a própria casa, diz ele "a migração nos tira a terra, a família, nós ficamos sozinhos no mundo, as pessoas nem percebem, mas há muita dor". (Víctor, imigrante peruano no Brasil).

Segundo Victor, o maior desafio da migração é o sentido de não pertencimento a nenhum território, "não sou brasileiro, mas já não me sinto peruano, tornei-me um turista em meu próprio país e aqui, sou apenas um migrante", completa ele. Se falamos que migrar é viver entrelugares, Victor nos sugere que é viver sem lugar. Por mais que as experiências vividas nos processos de inserção contribuam para uma adaptação territorial e cultural, o senso de apropriação que brota da consciência do indivíduo torna-se lento e doloroso. É diante dessa angústia que se desencadeiam os processos de crise de sentido. Isto ocorre, principalmente, quando se considera que o alicerce para a constituição de novas estruturas de plausibilidade se dá quando se firmam os passos em uma nova realidade. A fé, segundo Victor, é o elo que vincula os dois territórios, somente quando ele trouxe a imagem da Virgem *de Chapi,* e com ela a memória da sua casa materna, foi que a ordem começou a ser recuperada, muito embora não plenamente.

Depois, nos encontramos com Maria Fernanda (México). Assim como Cláudia, foi o amor que a trouxe para o Brasil. No México ela conheceu seu esposo, um brasileiro que tinha migrado, ainda criança, com sua família. Ao longo dos anos suas histórias se cruzaram algumas vezes até que decidiram unir-se em matrimônio. Por circunstâncias profissionais, migraram para o Brasil. Para Maria Fernanda, há muitas semelhanças entre o Brasil e o México, mas o impacto da migração a assombrou quando ela se deparou com a agitação da cidade de São Paulo/SP. O seu esposo, na tentativa de ajudá-la a superar a saudade que a deixava em profunda tristeza, a levou para a Missão Paz. Ele pensava que, se Maria Fernanda tivesse a possibilidade de se encontrar com pessoas que viviam experiências semelhantes e pudesse celebrar ouvindo, rezando e cantando na própria língua, ela poderia se animar um pouco mais. De fato, essa experiência foi fundamental para ela. Junto aos seus, Maria Fernanda pôde se redescobrir na fé e fraternidade que os faz irmãos. No entanto, viver a experiência na Missão Paz a fez perceber a necessidade de poder participar e celebrar na comunidade local, permitindo-se acolher a novidade do idioma, dos costumes e dos ritos próprios de cada lugar. Somente se afirmando na sua realidade pessoal, ela se permitiu viver uma nova realidade comunitária e eclesial.

> Uma tal perfeição na estrutura de plausibilidade é improvável. Por esta razão, a comunidade de apoio (neste caso, a Igreja institucional) providencia práticas, rituais e legitimações específicas que mantém a fé acima e além de sua sustentação básica por um meio social católico. Isto, é claro, inclui todo um conjunto de práticas piedosas, desde os sacramentos formais até os ritos particulares de reasseguramento (como a oração), recomendados ao indivíduo. (BERGER, 2018, p. 68)

As narrativas das travessias contribuem para entendermos melhor os impactos causados pela migração na elaboração da consciência de vida em novo território. Muito embora nas situações analisadas não tenhamos nos deparado com situações de migração forçada, encontramos situações de dor provocadas pelos vários tipos de rompimentos causados pelo ato de sair, de deixar para trás relações de sentido e estruturas de vida.

3.2 Ser migrante, estar com migrantes: desafios e perspectivas

A migração não é apenas uma escolha pessoal, é um evento social. Sua necessidade parte de conjunto de realidades que obrigam a pessoa a tomar uma decisão junto ao grupo social a que pertence. Berger e Luckmann (2012, p. 31) afirmam que quando nos deparamos com um mundo social

em “frequentes crises subjetivas e intersubjetivas de sentido”, não devemos procurar no indivíduo o estopim para tal situação. O mais provável, segundo eles, é que seja um mal social. Isto é, uma crise que se desencadeia na própria estrutura social à qual o grupo está submetido. Na contínua necessidade de relações que conferem significado ao sentido, a pessoa que migra, sempre que possível, busca na “Comunidade de Vida” a segurança da própria consciência cultural e social.

Quando Yolanda (Peru) veio para o Brasil, ela já tinha feito a experiência de migrar dentro do seu próprio país. Ela narra que ainda era muito pequenina, mas precisou adaptar a vida do campo à rotina agitada da cidade de Lima. Contudo, o núcleo familiar estava reunido e tudo se tornou mais fácil. Já na vida adulta, Yolanda migrou sozinha para o Brasil. Como ela mesma diz, trouxe na mala “só a coragem” e a expectativa de reorganizar a vida. Na busca de regularizar a documentação, ela chegou à Missão Paz: “A Missão é muito importante, porque lá eu encontro meus conterrâneos, a gente tem essa fé, a fé no *Señor de Los Milagros* que nos reúne todo mês, todo mês temos a novena”. Yolanda conclui essa parte da entrevista afirmando que, “quando eu quero encontrar meus irmãos, eu vou até a Missão”. Nessa perspectiva, a Missão Paz tornou-se, para Yolanda, um lugar de encontro, uma experiência de família alargada que dá sentido ao próprio sentido de manifestação fé, de encontro com a cultura.

> A realidade subjetiva depende assim sempre de estruturas específicas de plausibilidade, isto é, da base social específica e dos processos sociais exigidos para sua conservação. Só é possível o indivíduo manter sua autoidentificação como pessoa de importância em um meio que confirma esta identidade; uma pessoa só pode manter sua fé católica, se conserva uma relação significativa com a comunidade católica, e assim por diante. A ruptura da conversa significativa com os mediadores das respectivas estruturas de plausibilidade ameaça as realidades subjetivas em questão. (BERGER; LUCKMANN, 2014, p. 198-199).

Fernando Damián veio para o Brasil em um contexto social diferente dos apresentados por nossos entrevistados anteriores. Ele entrou em terras estrangeiras como religioso (Missionário Scalabriniano) e estudante. Veio com um objetivo específico e uma causa maior. Na Congregação Scalabriniana conviveu com outros migrantes religiosos e dedicou parte do seu tempo ao cuidado com as pessoas que diariamente chegavam na Missão Paz em busca de auxílio. Anos depois, Damián deixou a congregação religiosa. Ele diz

que só neste momento "se sentiu um migrante", já não tinha mais visto de estudante, nem o amparo da instituição. A necessidade o obrigou a buscar um lar, um emprego e a viver o desafio de ser mais um 'indocumentado'. Era preciso ter um pouco mais de atenção em tudo, já que tudo parecia muito inseguro. Ele conta que buscou auxílio no Consulado Mexicano no Brasil, mas esse não colaborou muito. Com o auxílio de pessoas próximas, seguiu seu destino até sentir-se novamente estável. Ele contou que, dias antes da entrevista, foi a um restaurante de comida mexicana, ele precisava 'voltar em casa': "O restaurante parecia a casa da minha avó, me remete a casa, então, aquilo se transformou em um lugar onde você se conecta com a sua raiz, se conecta com a sua Terra. Então você faz essa viagem, mesmo que seja na memória, não é? Mas que traz presenças e lembranças, não é? Então mata saudade!". Damián se casou e hoje trabalha como professor, tem um lugar para morar e estabilidade financeira, agora tem, também, documento.

Victor (Peru) conta que encontrou na companhia de outros migrantes uma possibilidade de se integrar no Brasil. Um mês após a sua chegada, ele conheceu a Missão Paz. "Quando estou na Missão sinto que estou na minha casa, lá no Peru." Celebrar na própria língua, dançar, comer, cantar, vestir e encontrar pessoas que vivem experiências semelhantes contribuem para alegrar o corpo e o espírito, sempre na perspectiva de sentir-se mais inteiro na pátria que escolheu viver. A experiência de Victor ajuda-nos a compreender o que Berger e Luckmann (2014, p. 203) escrevem sobre a comunidade religiosa no processo de identificação com o novo grupo social e de reconstrução da própria Estrutura: "Esta (comunidade religiosa) fornece a indispensável estrutura de plausibilidade para a nova realidade".

No entanto, no depoimento de Victor, ele nos ajuda a compreender que, numa realidade de migração, muitas vezes, a pertença à uma "Comunidade de Vida" pode contribuir para o "não querer integrar-se no novo território". Isto é, a possibilidade de viver os momentos celebrativos e festivos de acordo com a própria cultura não permite uma inserção plena na nova realidade territorial. "A pessoa está aqui, mas a mente e o coração estão sempre lá, no seu país, isso não é bom. Para ficar bem, é preciso está inteiro aqui." (Victor, imigrante peruano).

Maria Fernanda (México) narra a mesma experiência, "o que a Missão nos oferece é muito importante para ajudar a manter vivo em nós as alegrias da nossa própria terra. Mas não podemos ficar só ali, é preciso celebrar também em língua portuguesa, é preciso viver de acordo com os costumes próprios do país que estamos vivendo."

> Assim como a ausência, a presença também tem seus próprios efeitos. Não se habita impunemente um outro país, não se vive no seio de uma outra sociedade, de uma

> outra economia, em um outro mundo, em suma, sem que algo permaneça desta presença, sem que se sofra mais ou menos intensa e profundamente, conforme as modalidades do contato, os domínios, as experiências e as sensibilidades individuais, por vezes, mesmo não se dando conta delas, e, outras vezes, estando plenamente consciente dos efeitos. (SAYAD, 2000, p. 14)

Para estar inteiro é verdadeiramente necessário a formação do sentido e a aceitação de novos processos de ressignificação. Para isso, a justa compreensão das características identitárias são fundamentais à confirmação do próprio ser que se submete a constantes movimentos subjetivos e objetivos. As "Comunidades de Vida" são responsáveis por acolher e contribuir na formação do sentido, mas não podem ser responsáveis pelo engessamento das relações e pela sustentação de uma presença vazia de significações.

3.3 Ressignificações

> Inicialmente, relação com o tempo, que é a noção do retorno tal como se configura no imaginário imigrante (e pelo imaginário do imigrante), o retorno é para o próprio imigrante, mas também para o seu grupo, um retorno a si, um retorno ao tempo anterior à emigração, uma retrospectiva; portanto, uma temática da memória que não é somente uma temática da nostalgia no sentido primeiro do termo, a algia do *nostos* (a dor do retomo, a saudade da terra), um mal cujo remédio se chama o retorno (hostos) [...] (SAYAD, 2000, p. 12).

Esse caminho de ressignificação assumiu muitas formas e intensidades, inclusive com as mudanças nos processos migratórios e de várias formas a partir dos lugares de origem e de chegada. Cláudia (México), quando recorda a festa do *Día de Muertos*, nos coloca dois processos de ressignificação: o primeiro ainda acontece junto ao povo mexicano, quando a morte passa a ser celebrada com festa, música, comida e dança. Atribui-se à dor um novo significado que supera a morte: "Enquanto a família leva o corpo da pessoa morta, outros estão tocando música. Porque lá no México, quando alguém morre, a gente chora porque sente saudade, mas para nós é como uma festa, nada a ver com o halloween, porque é outra coisa, mas para nós é uma festa! Lá no cemitério muitas pessoas costumam fazer almoço. No cemitério, no Día de Muertos, colocamos muitas flores, (...) a flor é para dar alegria, para

oferenda!" (Cláudia, imigrante mexicana). Já o segundo acontece no Brasil, Cláudia celebrou seu primeiro *Día de Muertos*, com um sentimento duplo, preparar o primeiro altar em sua casa e a este, dedicar o seu pai: "Então foi muito difícil, porque a primeira oferenda que eu coloquei aqui no Brasil foi para meu pai. Então foi superdifícil. Eu colocava cada coisa e orava, e orava, e orava, porque eu nunca pensei como seria. E a primeira vez que eu estava longe do meu país. Tipo, estava morando numa casa sozinha e colocar a primeira oferenda para meu pai." (Cláudia, imigrante mexicana). A insistência em manter a tradição, mesmo diante da solidão e da dor da perda do pai, fez com que Cláudia encontrasse uma forma de compartilhar aquilo que era próprio de sua cultura: "Aí quando eu coloco aqui em casa (o altar), e vem pessoas, familiares, amigos e ver, pergunta [sic.] o que é isso? Eu explico. Teve anos que amigos e familiares traziam as fotos dos seus familiares para eu colocar na minha oferenda, de brasileiros. É superlegal porque, tipo, eles veem e: 'nossa que legal, que bonito, né!' Talvez meu familiar esteja aí com você e pede alguma coisa, faz uma oração. É legal ver as pessoas participarem da crença, na nossa crença." (Cláudia, imigrante mexicana). Hoje, além de acolher novas pessoas no altar que dedica ao seu pai, Cláudia prepara enfeites próprios para *o Día de Muertos*.

Assim como Cláudia, Maria Fernanda, encontrou nos cultos tradicionais do seu país uma forma de dar sentido a sua fé. Segundo ela, quando morava no México não tinha o costume de celebrar o *Día de Muertos. P*or ser do norte do país, o caráter festivo desse dia não estava presente na tradição familiar. Foi no Brasil que ela aprendeu o que realmente significa a festa para o povo mexicano, foi aqui que ela sentiu a necessidade de celebrar. Hoje, em sua casa, em novembro, há um altar. A memória dos entes queridos falecidos é feita nas oferendas apresentadas, nos relatos narrados e na tradição que sustenta a esperança do encontro entre nós e aqueles que já morreram. Assim como a festa da Virgem de Guadalupe, para Maria Fernanda, celebrar o *Día de Muertos* é a possibilidade de unir-se ao seu povo e manter vivos os traços culturais que o identificam enquanto nação.

Duas histórias se cruzam nesse processo de ressignificações a partir das experiências religiosas. Victor, já conhecido por aqui e Elvira, migrante peruana, residente no Brasil há quase 18 anos. Ambos viveram a experiência de celebrar *'La festividade em honor al Señor de los Milagros',* em Lima/Peru ou em cidades vizinhas. Para eles, celebrar a maior festa do povo peruano em terras brasileiras é uma possibilidade de reencontrar o núcleo da fé de cada um e de todo o seu povo. Para Elvira, o incenso oferecido ao *Señor de los Milagros* perfuma a comunidade ao mesmo tempo que leva para Deus as preces de seus filhos e filhas. O cheiro do incenso é o cheiro da cidade

de Lima. “É como se fossemos transportados para o nosso país, o incenso nos leva de novo para junto do nosso povo” (Elvira, imigrante peruana). Para cada um, ornamentar o andor, preparar as vestes, as brasas, organizar a procissão no centro de São Paulo é uma experiência que os sustentam para um ‘novo ano’ que se inicia a partir da contemplação do rosto negro de Cristo Crucificado.

> Para o indivíduo pode a Igreja representar então a comunidade mais importante de sentido; por meio dela pode lançar uma ponte significativa entre sua vida particular e sua participação nas instituições sociais. A Igreja pode, por exemplo, comunicar sentido tanto para sua vida familiar quanto para sua cidadania”. (BERGER, LUCKMANN, 2012, p. 73-74)

Entre os significativos processos de ressignificações vividos pelos migrantes em sua constante busca de sentido, nos deparamos com possibilidades de novos significados até mesmo entre as estruturas mais rígidas nas festas religiosas celebradas em outros territórios. Para Elvira, celebrar o *Señor de los Milagros* em Lima, no Peru, tem o sentido da grandeza e da relação com a própria cidade. No entanto, celebrar no Brasil lhe abre a possibilidade de conduzir o andor com o quadro do Cristo Negro, algo que jamais seria possível em Lima, considerando que essa é uma função unicamente para os homens. Conduzir o Senhor é a certeza que a história de Cristo está associada à sua história, permitindo-lhe a dignidade de estar inteira diante do Cristo. Como mulher migrante e peruana, para ela, é como se pudesse representar em si todas as mulheres do Peru, impossibilitadas de vivenciar essa missão.

Nas histórias contadas e nas vidas entrelaçadas, encontramos as experiências de um povo que encontra na fé possibilidades de superação da ausência; que buscam na crise a certeza da presença de um ser superior que os sustentam na caminhada; encontramos as mãos daqueles e daquelas que recriam formas de celebrar mesmo em situações adversas. Percebemos que a criatividade para se adaptar às circunstâncias surge da escuta e da necessidade do encontro; da vontade de reviver os caminhos que compunham as experiências individuais formadas a partir do senso coletivo; e do desejo de manter vivo, para si e para os seus, uma realidade de fé. Tal realidade é fruto de uma devoção que se sustenta na irmandade e no sonho do retorno à casa, seja do corpo mortal, seja do espírito que transcende às distâncias e vai ao encontro das muitas árvores plantadas na terra natal de cada uma, de cada um.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Começamos esta pesquisa com o objetivo de verificar qual o papel da fé nos processos de construção do sentido entre pessoas que viveram e/ou ainda vivem processos de travessia. Durantes as entrevistas e no próprio processo da pesquisa, tínhamos em mente entender as travessias físicas (deslocamento entre um lugar e outro) e como as experiências religiosas se sustentam nesses processos. Na escuta aos migrantes vimos que os conceitos apresentados pelos autores estudados estão, de fato, presentes nas vivências dos entrevistados. Embora não apresentados no texto e, a partir da própria experiência da pesquisa, também compreendemos que mesmo entre aqueles e aquelas que nunca migraram de um lugar a outro, encontramos constantes processos de travessias, sejam de forma subjetiva, na consciência de cada pessoa, sejam nos contextos sociais aos quais somos diariamente submetidos.

De forma menos ou mais intensa vivemos em travessias e, graças a elas, estamos em constante processo de ressignificação dos sentidos que constituem a nossa existência. Constatamos, também, que mesmo entre as pessoas que não participavam de nenhuma expressão religiosa, crer em algo ou alguém se torna necessário na superação da crise e nos processos de significação da fé.

A pesquisa, longe de concluir, abre-nos a capacidade de ouvir os relatos para compreender os conceitos apresentados. Encontramos na saudade de Cláudia e no sonho de Diana e Victor, o pensamento de Berger e Luckmann que se debruçam sobre o tema das "Estruturas de Plausibilidade" e a noção de "sentido". Observamos em Damián a capacidade de se reinventar quando o obvio foge aos pés; e em Yolanda e Elvira, no empenho para preparar a festa do *Señor de Los Milagros*, a importância do que Berger denomina "Comunidades de Vida" que se relacionam, também, aos grupos religiosos. E, em tudo isso, ainda estamos à procura de ressignificar a nossa existência, de construir novas estruturas e de continuar lutando pelos direitos de todos os povos, especialmente, daqueles que vivem dolorosos processos de deslocamentos.

NOTAS

[1] Este artigo foi desenvolvido a partir da dissertação apresentada no Programa de Pós-Graduação em Ciências da Religião, Universidade Católica de Pernambuco, como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Ciências da Religião.

[2] Essa afirmação inicial fundamenta-se, tanto nos autores que serão citados nessa pesquisa, como nas iniciativas acadêmicas e publicações desenvolvidas no período citado. Entre elas destacam-se: Simpósio Internacional sobre Religião e Migração. (Disponível em: <http://www.missaonspaz.org/noticias/acontecimentos/09-03-2021/inscricoes-abertas-para-vi-simposio-internacional-sobre-migracao-e-religiao-1>. Acesso em: 29 mar. 2021); A Revista Travessia, com sua publicação quadrimestral, editada pelo Centro de Estudos Migratórios, que também organiza o 'Diálogos do CEM': Evento mensal sobre o tema da migração (Disponível em: <http://revistatravessia.com.br/eventos/dialogos-do-cem>. Acesso em 29 mar. 2021); ainda os Anais do VI Congresso da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Teologia e Ciências da Religião, organizado pela Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Teologia e Ciências da Religião (ANPTECRE), realizado em 2017.

[3] Peter Berger nasceu em Viena no dia 17 de março de 1929. Ele migrou para os Estados Unidos ao final da segunda guerra mundial, depois de passar por um período de formação na Inglaterra. Como sociólogo, dedicou-se ao estudo da religião e de temas importantes da atualidade como: modernidade, pluralismo, crise de sentido, religião e sociedade etc. Dizia ser "incuravelmente luterano", mas ao se apresentar, não se incluía em nenhuma religião ou filiação religiosa. Dedicou-se à docência e a pesquisa junto à Universidade de Boston, onde, em 1985, fundou o Instituto para a Cultura, Religião e Assuntos Mundiais. Morreu nos EUA, em 27 de junho de 2017. (Fonte: Instituto Humanitas – Unisinos. Disponível em: <https://www.ihu.unisinos.br/569380> e <https://www.ihu.unisinos.br/569225-falecimento-peter-berger-importante-sociologo-da-religiao> Acesso em: 06 mar. 2022).

[4] O registro de uma das vezes em que o Prof. Dr. Igor Guatelli usou essa expressão pode ser encontrado no vídeo disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=38GTizGy-jw> Acesso em 19 jan 2023.

[5] Reconhecida pela UNESCO como Patrimônio Cultural Imaterial da Humanidade, a celebração do *Día de Muertos* é um encontro festivo com aqueles que já partiram. Trata-se de um encontro mediado pela recordação, a partir dos inúmeros símbolos próprios dessa festa. Além disso, caracteriza-se como um encontro mediado pela certeza da comunhão entre os vivos e os mortos, como manifestação de uma vida continuada entre as gerações, sob a proteção dos ancestrais.

[6] "Abdelmalek Sayad (1933-1998) nasceu em Aghbala, na comuna cabila de Beni Djellil, na Argélia, país marcado por mais de um século pelo regime colonial francês (1830-1962). (...) Único filho de uma família de camponeses, recebeu do pai, liderança política local, apoio e suporte para se formar. Torna-se professor de ensino escolar e, paralelamente, entre 1958 e 1961, continua seus estudos na Universidade de Argel, onde, sob orientação do sociólogo Pierre Bourdieu (1930-2002), forma-se para o desenvolvimento de pesquisas de campo engajadas na denúncia do colonialismo. (Fonte: Enciclopédia Antropológica – FFLCH – USP. Disponível em: <https://ea.fflch.usp.br/autor/abdelmalek-sayad> Acesso em: 22 dez. 2022).

[7] A Missão Paz é parte da missão realizada pelos Missionários de São Carlos - Scalabrinianos, que recebeu de seu fundador, São João Batista Scalabrini, o carisma de ser sinal de Cristo entre as pessoas que foram obrigadas a sair de suas terras e servi-las

com ternura e fraternidade. Tem como missão ser "uma instituição filantrópica de apoio e acolhimento a imigrantes e refugiados na cidade de São Paulo. (...), ela atua em favor do público migrante desde a terceira década do século XX" (MISSÃO PAZ, [s.d.]).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM TEOLOGIA E CIÊNCIAS DA RELIGIÃO (ANPTECRE). **Anais do VI Congresso da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Teologia e Ciências da Religião**: Religião, Migração e Mobilidade Humana. Goiás: ANPTECRE, 2017.

BERGER, Peter. **O dossel sagrado**: elementos para uma teoria sociológica da religião. São Paulo: Paulus, 1985.

_____. **Rumor de anjos**: a sociedade moderna e a redescoberta do sobrenatural. Petrópolis: Vozes, 2018.

BERGER, Peter; LUCKMANN, Thomas. **Modernidade, pluralismo e crise de sentido**: a orientação do homem moderno. Petrópolis: Vozes, 2012.

_____. **A construção social da realidade**. Petrópolis: Vozes, 2014.

CABRAL, Newton Darwin de Andrade. **Questões sobre depoimentos orais**. 2010. Síntese apresentada em aula no dia 02 out. 2020. [Documento acadêmico interno]

CARVALHO, Daniel; FILHO, José Ramalho. A força do Rito: entrevista a Giorggio Bonaccorso. **Revista de Liturgia**, n. 281, p. 15-19, set./out. 2020.

FREITAS, Antonio; ARAÚJO, Cosma; SALES, Telma. "O que essa revista está documentando?": entrevista com a professora Verena Alberti. **História Oral**, v. 20, n. 2, p. 237-251, jul./dez. 2017.

MISSÃO PAZ. **Missão, visão, valores**. [s. d.]. Disponível em: http://www.missaonspaz.org/conteudo/quem-somos/missao-visao-e-valores. Acesso em: 1 fev. 2020.

SAYAD, Abdelmalek. O retorno: elemento constitutivo da condição do imigrante. **Revista Travessia**, n. esp., p. 7-32, jan. 2000.

SEVERINO, José Roberto. Migrar/emigrar/imigrar: algumas reflexões sobre cultura e território. *In*: ENCONTRO DE ESTUDOS MULTIDISCIPLINARES EM CULTURA, 8., 2012, Salvador. **Anais** [...]. Salvador: UFBA, 2012. Disponível em: https://scholar.google.com/citations?view_op=view_citation&hl=en&user=Dfk0X7wAAAAJ&citation_for_view=Dfk0X7wAAAAJ:qjMakFHDy7sC. Acesso em: 10 set. 2021. [1, 2]

RESUMO

O tema da migração abre caminhos para diversos campos de entendimento, sejam esses teóricos ou práticos. Sem deixar de considerar nenhum deles, nossa proposta neste texto, é limitar esse campo de entendimento à compreensão dos processos de desconstrução e construção do sentido e das crises que se desencadeiam nas rupturas provocadas pelas travessias forçadas ou espontâneas. Muitas rupturas são provocadas pela ausência do lugar, das pessoas que dão significado às relações sociais e às manifestações culturais que identificam o lugar e o grupo social que nele habita. O conhecimento desses conceitos nos proporciona uma leitura fundamentada da experiência vivida por um grupo de migrantes mexicanos e peruanos. Suas narrativas, compartilhadas em entrevistas semiestruturadas, formam a segunda parte do texto que tem como objetivo relacionar as experiências vividas com os conceitos apresentados. Nas histórias narradas e nas vidas entrelaçadas, encontramos as experiências de um povo que encontra na fé possibilidades de superação da ausência, que buscam na crise a certeza da presença de um ser superior que o sustenta na caminhada.

Palavras-chaves: Migração; Travessia; Crise; Significação; Fé.

ABSTRACT

The theme of migration opens pathways to various fields of inquiry, whether theoretical or practical. While acknowledging all of these, our proposal in this text is to focus specifically on the processes of deconstructing and reconstructing meaning, as well as the crises that emerge from the ruptures caused by forced or spontaneous crossings. Many such ruptures are triggered by the absence of a place—and of the people who imbue social relations and cultural manifestations with meaning—thereby defining both the location and the social group that inhabits it. An understanding of these concepts provides a well-grounded interpretation of the experiences lived by a group of Mexican and Peruvian migrants. Their narratives, shared through semi-structured interviews, form the second part of this text, which aims to connect these lived experiences with the concepts presented. Within these stories and intertwined lives, we encounter the experiences of a people who find, through faith, the possibility of overcoming absence—seeking, amidst crisis, the certainty of the presence of a higher power that sustains them on their journey.

Keywords: Migration; Journey; Crisis; Meaning-Making; Faith.

A migração chinesa

Chinese migration

*Samuel Kilsztajn**

1 INTROITO

Os novos contingentes de imigrantes chineses são funcionais para a China, na medida em que fomentam a expansão do comércio internacional e promovem o intercâmbio cultural que favorece a consolidação de sua hegemonia internacional.

A imigração se transformou em um dos grandes campos de batalha política do século XXI. De um lado, Estados e movimentos nacionalistas reivindicam o direito soberano de controlar suas fronteiras. De outro, cidades, organizações sociais e movimentos de defesa dos imigrantes reivindicam direitos para pessoas que já vivem e trabalham em seu território, independentemente de seu status migratório (KILSZTAJN, 2026). Nesse contexto, vejamos algumas questões inerentes à migração asiática, especialmente a chinesa.

Entre os naturais do Leste e Sudeste Asiático, de acordo com as Nações Unidas, o Brasil abrigava, em 2024, 53 mil imigrantes japoneses, 25 mil chineses, 9 mil coreanos, 1,4 mil vietnamitas, 0,8 mil indonésios, 0,7 mil filipinos e 0,6 mil tailandeses.

A imigração japonesa para o Brasil concentrou-se entre o início do século XX e os anos 1970. Hoje, cerca de três milhões de brasileiros são de origem japonesa. São Paulo abriga a maior comunidade japonesa fora do Japão. Os naturais da Coreia do Sul migraram para o Brasil, principalmente, nos anos 1960 e 1970 e hoje, entre imigrantes e descendentes, somam cerca de 50 mil, a maioria concentrada no Bom Retiro, em São Paulo - SP.

Os chineses começaram a chegar ao Brasil no início do século XIX, ainda que em pequeno número. Depois da Revolução de 1949, houve um fluxo de imigrantes de Taiwan para o Brasil, mas a imigração ganhou força, sobretudo, a partir de 1979, depois que a China Comunista abriu e mercantilizou sua economia. Hoje, mais de 300 mil chineses e descendentes, incluindo naturais de Taiwan, vivem no Brasil.

---

* Professor titular de Economia Política. Autor, entre outros livros, de *Shang Hai, mon amour.* (2026) Disponível em: < bit.ly/driveskil >. Contato: skilmail@gmail.com

2 A MIGRAÇÃO CHINESA

A partir de 1990, centenas de milhões de moradores do campo e de cidades pequenas migraram para as grandes cidades da China, onde passaram a trabalhar e viver como cidadãos de segunda classe, com acesso limitado a direitos trabalhistas e sociais. Em 1990, havia 21 milhões de migrantes internos, incluindo trabalhadores e familiares, vivendo fora de seu local de origem; em 2024, esse número ultrapassou 350 milhões. A migração interna é tema do premiado documentário de 2009, *Last train home*, do cineasta chinês Li Xin Fan, radicado no Canadá. O filme não foi censurado na China, mas também não foi devidamente distribuído.

A abertura econômica da China também intensificou a emigração, principalmente em direção aos Estados Unidos, Europa, Japão, Canadá, Coreia do Sul, Austrália e Singapura (além de Hong Kong, que faz parte da China, mas possui um alto grau de autonomia). Entre 1990 e 2024, o número de pessoas nascidas na China vivendo no exterior passou de aproximadamente 4 milhões para 12 milhões.

As migrações interna e internacional – para as grandes cidades da China e para outros países – são movimentos paralelos, dois fluxos distintos que têm a mesma origem, o êxodo da zona rural e das pequenas cidades. As remessas que o migrante envia para casa frequentemente geram um efeito significativo em sua terra natal. A migração internacional pode ainda representar uma alternativa para o acesso a amplos direitos trabalhistas e sociais, que são obstaculizados aos migrantes nas grandes cidades da China.

3 OS CHINESES NO BRASIL

Entre 1990 e 2024, o número de pessoas nascidas na China vivendo no Brasil passou de aproximadamente 10 mil para 25 mil. Entre 2010 e 2023, de acordo com os registros do DataMigra, entraram no Brasil, na qualidade de residentes, 6 mil japoneses, 6 mil coreanos e 24 mil chineses (considere-se que há imigrantes que não permaneceram no país e imigrantes que podem ter entrado mais de uma vez no território nacional). Ou seja, no período 2010-23 entraram no Brasil 4 vezes mais chineses que japoneses ou coreanos. Mas o Brasil não figura como um destino significativo para a diáspora chinesa.

Hoje, 2026, destaca-se a presença chinesa em São Paulo, na região da Rua 25 de Março, tradicionalmente ocupada por sírios e libaneses, onde anualmente é organizado o Festival da Lua Chinês, cuja edição mais recente foi realizada entre 19 e 20 de setembro de 2026.

Chang Sheng Shu, professor da FFLCH/USP, publicou *Chinese migration to Brazil: history, mobility and identities* e criou a Biblioteca Virtual de Estudos da Migração Chinesa no Brasil. Trata-se de uma importante iniciativa que pode estimular novas pesquisas que contribuam para uma compreensão mais profunda dessa imigração no Brasil e suas estreitas conexões com as transformações sociais na China e a geopolítica mundial, por um lado, e, por outro, com as objetividades e subjetividades de milhares de famílias chinesas e seus projetos migratórios.

4 EPÍLOGO

Os novos contingentes de chineses que se dirigem para outros países são funcionais para a China, na medida em que incentivam a expansão do comércio internacional, favorecida pelo domínio da língua e pela identidade cultural dos imigrantes com o país de origem. Boa parte dos imigrantes dedica-se ao comércio, promovendo a importação de produtos chineses em seus países de destino.

A China também atraiu o grande capital internacional, que tem estabelecido parcerias com empresas locais e investido em plantas industriais, centros de pesquisa e desenvolvimento. Da mesma forma, a China tem investido em empresas no exterior, que empregam, em parte, trabalhadores chineses.

A Fuyao Glass Industry Group, que assumiu uma planta industrial nos Estados Unidos, autorizou a filmagem de *American Factory*, acreditando que o documentário registraria uma história de sucesso, a geração de milhares de empregos. Os cineastas independentes, porém, com amplo acesso ao chão de fábrica, às reuniões, aos operários e aos executivos, nos Estados Unidos e na China, documentaram conflitos trabalhistas, redução de salários, aceleração do ritmo de trabalho, imposição de horas extras, ressentimentos pela restrição da vida privada e familiar, cerceamento à organização sindical etc. Ironicamente, a China Comunista está ensinando ao Império Capitalista Americano como fazer seus trabalhadores esquecerem seus parcos direitos trabalhistas conquistados e se submeterem ao capital. O documentário, lançado em 2019 pela Netflix, que não opera no país, não teve distribuição oficial na China, mas circulou amplamente por meios não oficiais, sem cortes de censura, e provocou intenso debate nas redes sociais chinesas.

No Brasil, em dezembro de 2024, a denúncia de trabalho em condições análogas à escravidão nas obras do conglomerado chinês BYD Company Limited na Bahia foi amplamente divulgada pela mídia. A empresa, atualmente a maior produtora de automóveis elétricos do mundo, instalou em Camaçari, a 50 quilómetros de Salvador, a sua maior fábrica na América Latina.

Além da promoção de intercâmbio entre universidades, agremiações e instituições chinesas e estrangeiras – enviando delegações nacionais a outros países e financiando viagens de delegações do exterior à China –, o Partido Comunista faz uso do Qiao Wu, um conjunto de políticas e instrumentos para administrar, influenciar e controlar as comunidades chinesas no exterior, de modo a solidificar os vínculos dos chineses da diáspora com a China e favorecer a consolidação de sua hegemonia internacional.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

KILSZTAJN, Samuel. **A era das migrações**. São Paulo: Outras Palavras, 2026. Disponível em: <https://outraspalavras.net/crise-civilizatoria/cronica-a-era-das-migracoes/ >. Acesso em: 1/10/2026.

Amarela Varela Huerta e as lutas migrantes: por uma reivindicação da humanidade e do direito a ter direitos

Amarela Varela Huerta and migrant struggles: for a vindication of humanity and the right to have rights

*Laura Santos de Souza**

O livro "*Por el derecho a permanecer y a pertenecer: una sociología de la lucha de migrantes"*, de Amarela Varela Huerta, é o resultado de sua pesquisa de doutorado, realizada na Espanha, por meio de uma metodologia que mescla (auto)etnografia, entrevistas em profundidade e análise sociológica dos movimentos de migrantes no país. Ao mesmo tempo em que a autora assumidamente se declara como ativista política e militante pelos direitos dessas populações, Varela compartilha suas percepções enquanto uma migrante que sabe que acessa o território espanhol a partir de um lugar diferente dos seus entrevistados.

Sendo uma mulher mexicana, a autora conhece a experiência de estar fora de casa. No entanto, com um vínculo trabalhista como jornalista no período de execução de sua pesquisa (na época, prestava serviço para a imprensa mexicana) e um vínculo acadêmico com a Universidade Autônoma de Barcelona, admite os diferentes acessos que essas duas categorias a permitiam. Sua escrita insere no texto as vozes dos próprios migrantes que enfrentam diariamente as adversidades de existir em um espaço onde suas vidas são tidas como indesejáveis, e a busca pelo reconhecimento de suas humanidades. "A investigação está baseada em um estudo de caso,

* Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal de Pernambuco (PPGCOM/UFPE). Mestre em Estudos da Mídia, pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (PPGEM/UFRN). Jornalista e Radialista (UFRN). E-mail: laurasantosdes@gmail.com

da *Asociación Cornellà Sin Fronteras*, uma das três principais organizações do movimento social dos migrantes em Barcelona[1]" (HUERTA, 2013, p. 34, tradução nossa).

No primeiro capítulo, intitulado "Desafiando controles, desobedecendo fronteiras[2]" (tradução nossa), a autora nos apresenta uma sequência de razões que levam as pessoas a migrar, e quais fatores, incluindo o medo, estão presentes nessa escolha. Grande parte dos migrantes presentes na pesquisa são do norte da África, sobretudo cidadãos *amazigh* (berbere), de origem marroquina. A questão econômica, em razão do neoliberalismo e seus efeitos nas instituições e na vida das pessoas habitantes do Sul global, é um dos principais fatores apresentados no livro. Vão para Espanha como forma de escapar de uma realidade difícil, em busca de trabalho e melhores condições de vida para si e para os seus.

Para além do aspecto financeiro, uma outra categoria abordada na obra são os *exiliados del agobio*, traduziremos como exilados da agonia ou aflição, pois, se trata de migrantes que por se sentirem sufocados pelos regimes antidemocráticos de seus países, pela repressão desses sistemas, acabam por sair. Apesar de no imaginário popular o movimento de migração ser constantemente associado à pobreza ou falta de educação superior, a autora destaca que muitos universitários fazem parte dos que migram. Como terceira categoria, apresenta os exilados do neoliberalismo e da asfixia, aqueles que iniciam a travessia como "fugitivos da desesperança", levando a ilusão de encontrar na Europa uma terra de direitos, fruto do *marketing* da União Europeia em se publicizar enquanto "berço da democracia". "A imagem da Europa como terra de abundância é central como motivação para iniciar o êxodo contra a desesperança[3]" (Huerta, 2013, p. 46, tradução nossa).

Em continuidade, aborda as estratégias para ultrapassar as fronteiras europeias e adentrar no que a autora chama de "Europa Fortaleza". Metáfora que utiliza para falar das muralhas e barreiras encontradas no percurso. A entrada marítima é uma das táticas de milhares de africanos, que atravessam o Estreito de Gibraltar, mas também de "[...] asiáticos (chineses, indianos, paquistaneses ou bengaleses) que viajam para a Mauritânia, Marrocos ou Senegal para embarcar em canoas, pequenos barcos ou navios e assim conseguem contornar as fronteiras do Velho Continente[4]" (HUERTA, 2013, p. 48, tradução nossa).

Essa é uma travessia perigosa, onde ocorrem constantes mortes. Há também múltiplas maneiras de se organizar esse trajeto. Seja por meio de um mercado considerado muitas vezes como "tráfico de pessoas", seja pela auto-organização de migrantes para cruzar as águas. Independentemente do método, o que ocorre do outro lado da fronteira é a ilegalização e a criminalização dessas pessoas. O discurso europeu sobre esses corpos

insiste em tratá-los como ameaças, ou invasores. Não à toa, Varela Huerta cita a criação de uma agência, cujo trabalho consiste na vigilância e expulsão desses corpos:

> FRONTEX é o nome abreviado, ou midiático, da "Agência Europeia para a Gestão Integrada das Fronteiras Externas dos seus Estados-Membros". Uma agência policial/militar que — criada em 26 de outubro de 2004, com sede administrativa em Varsóvia — tem a tarefa de "controlar os fluxos migratórios e rejeitar a chegada de migrantes sem documentos". Ou seja, seu papel aparente é interceptar sobreviventes que, por meio de longas viagens marítimas em pequenos barcos, tentam desafiar as fronteiras externas da Europa[5] (HUERTA, 2013, p. 50, tradução nossa).

Os dados apontados demonstram o aparato tecno-militar investido no controle dessas fronteiras. A entrada por terra, seja a pé ou com uso de veículos, ou pelo ar, é também um encontro com essa hipervigilância. Há também os casos de pessoas que entram de forma "regular", como turistas, mas acabam excedendo o tempo do visto e permanecendo no local. Sara Marino (2021) aborda igualmente o fato da migração na Europa ser taxada frequentemente como uma "crise" e como as políticas de fronteira mesclam o humanitarismo e a securitização, retratando os casos como parte de uma iniciativa militarizada para garantir a soberania territorial da nação. O que Shamir (2005) irá tratar a partir do conceito de "paradigma da suspeição". Quando a identidade de alguém serve como base para criar um perfil que o coloca eternamente em suspeita. É o caso, por exemplo, dos muçulmanos constantemente associados ao terrorismo.

Uma das ferramentas de controle do governo europeu são os Centros de Internamento de Estrangeiros (CIE). "Os CIEs são estabelecimentos não penitenciários onde são encarcerados migrantes e requerentes de asilo que permanecem 'irregularizados' para os governos da União Europeia[6]" (HUERTA, 2013, p. 78, tradução nossa). Apesar de em teoria não serem prisões, funcionam de forma a encarcerar e, novamente, criminalizar pessoas sem documentação. A autora reflete então sobre como a clandestinidade e a ilegalidade são produzidas socialmente por esses espaços que condicionam os migrantes a essa realidade, sem lhes dar a chance de serem documentados.

Sobre aspectos mais legislativos, o segundo capítulo traz para o centro da discussão a *Ley de extranjería 4/2000*, pela qual o pedido de regularização de migrantes era ainda possível, especialmente a partir do vínculo trabalhista. Após nova votação, a lei sofreu uma reforma, e passou a ser conhecida como

LO 8/2000. A mudança, longe de trazer benefícios, foi uma catalisadora da restrição de direitos, e endurecimento de mecanismos de detenção e expulsão. "Em resposta a esse ataque, coletivos de migrantes auto-organizados, de diferentes cidades do Reino da Espanha, tomaram medidas para denunciar e repudiar a Lei[7]" (HUERTA, 2013, p. 92, tradução nossa).

Inspirados nos movimentos *"sans papiers[8]"* realizado na França na década de 1990, na Espanha dos anos 2000, os migrantes (sem papel, ou o mesmo que indocumentados) se organizaram para protestar contra a legislação vigente e a luta pela sua regularização. É tendo esse cenário como contexto, que a pesquisa de Huerta (2013) abordará as ocupações, greves e movimentações políticas realizadas pelos coletivos. Uma das formas de protesto eram as greves de fome, que em muitos casos, eram utilizadas como manobra para chamar a atenção da imprensa sobre as violações de direitos. Grande parte das ocupações eram realizadas em igrejas, onde homens e mulheres migrantes reivindicavam por "papéis para todos e todas". *Slogan*, que mais adiante, se converteu em "direitos para todos e todas", pela compreensão de que apenas a documentação não traduzia plenamente o que era buscado. O que passa também pela luta antirracista, já que um registro formal não altera o fato de que os desafios enfrentados por migrantes não são resolvidos apenas por vias judiciárias. É uma questão da busca por uma cidadania plena e universal. É como a autora aponta, o direito a ter direitos.

É no terceiro capítulo que Huerta (2013) trata, de fato, de uma sociologia das lutas migrantes; de como a organização desse movimento social é feita a partir de laços comunitários e afetivos fortes.

> É assim que os migrantes constroem movimentos, usando seu capital cultural e simbólico, mas acima de tudo seu capital social, para disseminar as demandas do movimento entre suas comunidades e convocar migrantes com e sem documentos para se juntarem às mobilizações[9] (HUERTA, 2013, p. 189, tradução nossa).

As suas presenças modificam a cidade, marcam seu cotidiano, produzem sentido. "E podemos acrescentar: também "fazem cidade" e suas territorialidades, na medida em que as tramas urbanas são também feitas por essas mediações." (LACERDA; SANTOS E TELLES, 2025, p. 13). Para além dos próprios migrantes, há ainda o "apoio", que se refere aos simpatizantes aos movimentos, que mesmo não sentindo na pele, por serem "nacionais" unem forças à luta por considerá-la importante.

Ponto central dentro da diversidade de origens que conformam as organizações migrantes é o fato de em suas assembleias ser realizada uma tradução simultânea de tudo que é discutido. Muitos migrantes que adquirem

seu status de regularização abandonam o movimento ao consegui-la, mas em contrapartida, outros tantos seguem firmes, pois compreendem que ocupações e greves podem terminar, mas a luta não. Dessa forma, mantendo a todos informados de tudo que concerne ao movimento, a internet e as redes sociais também desempenham um papel fundamental, visto que é uma forma de manter a informação circulando para além do espaço da cidade, e alcançado até mesmo os familiares que ainda se encontram em seus países natais:

> De fato, os ativistas do movimento publicam regularmente relatórios na Internet, em sua língua nativa, sobre novos desenvolvimentos na obtenção de documentos, restrições ao exercício do direito à reunificação familiar ou sobre o estado das condições de trabalho dos migrantes na Espanha e, intensamente, sobre os últimos protestos de migrantes em Barcelona[10]. (HUERTA, 2013, p. 194, tradução nossa).

É ainda nesse capítulo que a luta organizada das mulheres é destacada. Isso porque, os coletivos são espaços majoritariamente masculinos. Longe de resumir a questão da exclusão apenas pela via religiosa, considerando o islamismo como predominante entre os migrantes, seu resgate histórico reflete sobre o fato de os homens serem geralmente os primeiros a migrar e a conseguir alguma documentação; sobre como as mulheres são duplamente vulnerabilizadas nesse processo, pois acabam por ser sujeitadas aos maridos ou pais que migram primeiro. Além de que, as profissões mais comumente atribuídas a elas são os empregos domésticos. Em alguns casos, muitas recorrem às atividades ligadas à prostituição, sendo dessa forma marginalizadas em relação a direitos, inclusive pelo fato de não ser uma profissão reconhecida. "Outro elemento fundamental que explica a falta de participação igualitária das mulheres migrantes no movimento é o fato de que a dinâmica de participação no movimento é baseada em uma perspectiva masculina do mundo[11]" (HUERTA, 2013, p. 204, tradução nossa).

Após dialogar com todas as barreiras e superações vivenciadas por migrantes, Amarela Varela Huerta reafirma, como no título, a necessidade de não apenas permanecer, mas pertencer. Habitar o mundo e ter sua dignidade garantida. Ser. de fato. um cidadão, com direitos equivalentes, como ao voto, por exemplo. Quem faz a cidade é quem habita nela. Esse reconhecimento mobiliza e impulsiona a luta migrante e a coloca lado a lado com outras lutas historicamente construídas. É também um convite à esperança, na medida em que esperançar se equivale não ao verbo esperar, mas a uma ação política e transformadora da realidade. "Como programa, a desesperança

nos imobiliza e nos faz sucumbir no fatalismo onde não é possível juntar as forças indispensáveis ao embate recriador do mundo" (FREIRE, 1992, p. 5). Esperançar é criar um novo mundo.

NOTAS

[1] La investigación está basada en un estudio de caso, la Asociación Cornellà Sin Fronteras, una de las tres principales organizaciones del movimiento social de los migrantes en Barcelona [...] (HUERTA, 2013, p. 34)

[2] "Desafiando controles, desobedeciendo fronteras".

[3] "La imagen de Europa como tierra de la abundancia resulta central como motivación a la hora de comenzar el éxodo contra la desesperanza..." (HUERTA, 2013, p. 46).

[4] "[...] asiáticos (chinos, indios, pakistaníes o bengalíes) que viajan hasta Mauritania, Marruecos o Senegal para embarcarse en cayucos, pateras o barcos y así conseguir burlar las fronteras del Viejo Continente" (HUERTA, 2013, p. 48).

[5] "FRONTEX es el nombre abreviado, o mediático, de la «Agencia europea para la gestión integrada de las fronteras exteriores de sus Estados miembros». Una agencia policíaco / militar que —creada el 26 de octubre de 2004 y con sede administrativa en Varsovia— está encargada de «controlar los fl ujos migratorios y rechazar las llegadas de inmigrantes indocumentados», es decir, su manifi esta labor es interceptar a los supervivientes que por medio de largas travesías marítimas en pateras intentan desafi ar las fronteras externas de Europa." (HUERTA, 2013, p. 50).

[6] "Los CIE son establecimientos de carácter no penitenciario en los que se encarcela a migrantes y demandantes de asilo político que permanecen «irregularizados» por los gobiernos de la Unión Europea." (HUERTA, 2013, p. 78).

[7] "Para responder a esta agresión, colectivos de migrantes autoorganizados de diferentes ciudades del Reino de España emprendieron acciones de denuncia y repudio a dicha ley." (HUERTA, 2013, p. 92).

[8] Expressão francesa que significa "sem papel".

[9] "Así es como los migrantes construyen movimiento, usando su capital cultural y simbólico, pero sobre todo su capital social, para difundir entre sus comunidades las demandas del movimiento y convocar a los migrantes con y sin papeles a que se sumen a las movilizaciones" (HUERTA, 2013, p. 189).

[10] "En efecto, los activistas del movimiento publican regularmente en Internet reportes en su lengua materna sobre las novedades para conseguir papeles, las restricciones para ejercer el derecho a la reagrupación familiar o el estado de las condiciones de trabajo de los migrantes en España y, de manera intensa, sobre las últimas movilizaciones de los migrantes en Barcelona." (HUERTA, 2013, p. 194).

[11] "Otro elemento fundamental que explica la ausencia de una participación paritaria de las mujeres migrantes en el movimiento es el hecho de que las dinámicas de participación en el movimiento parten de una perspectiva masculina del mundo:" (HUERTA, 2013, p. 204).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

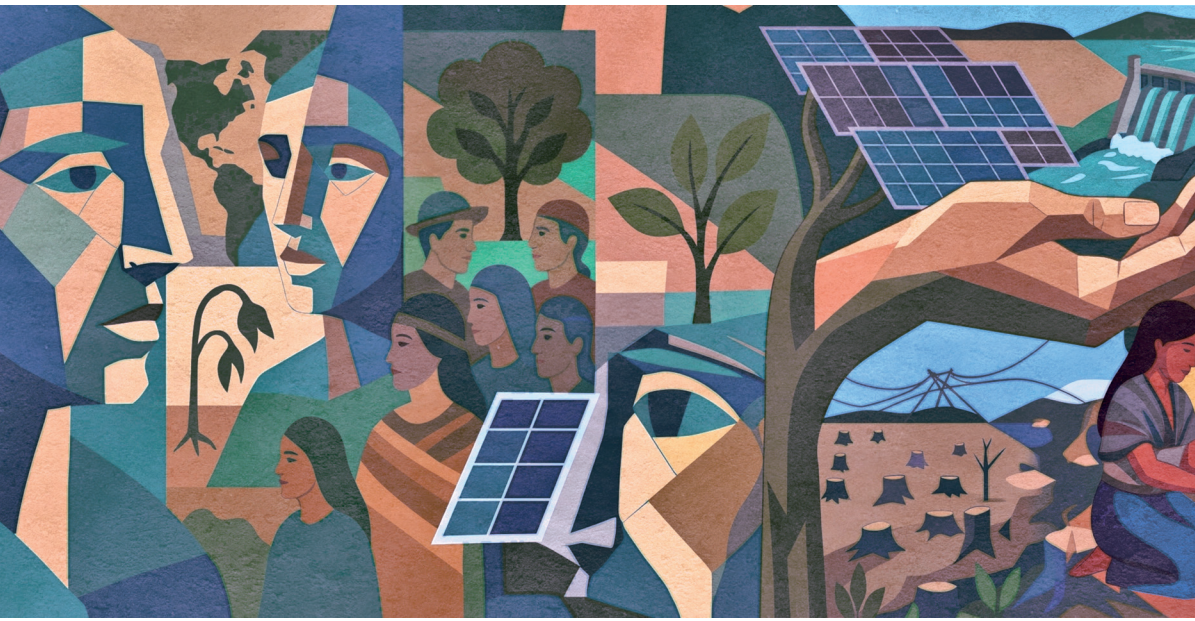
FREIRE, Paulo. **Pedagogia da esperança**: um reencontro com a Pedagogia do oprimido. Notas de Ana Maria Araújo Freire. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

LACERDA, Larissa; SANTOS, Renato Abramowicz; TELLES, Vera S. (orgs.). Dossiê: Nas tramas da cidade: territórios, mercados, conflitos. **Revista Tempo Social**, vol. 37, no. 1, 2025

MARINO, Sara. **Mediating the refugee crisis**: digital solidarity, humanitarian technologies and border regimes. Londres: Palgrave Macmillan, 2021.

SHAMIR, Ronen. Without borders? notes on globalization as a mobility Regime. **Sociological Theory**, 23(2):197–217, 2005.

VARELA-HUERTA, Amarela. **Por el derecho a permanecer y a pertenecer**: una sociología de la lucha de migrantes. Editorial: Traficantes de Sueños, Madrid, 2013.



Mudanças climáticas, migração e injustiça ambiental - Painel tríptico

Sergio Ricciuto Conte

Ao reunir as três partes da obra proposta para o dossiê “Mudanças climáticas, migração e injustiça ambiental” no final deste volume 2, a arte se revela uma ilustração panorâmica contínua. As linhas do horizonte, a fiação elétrica, os fluxos de água e a marcha dos migrantes conectam organicamente os cenários global (105), latino-americano (106) e brasileiro (107), expressando visualmente que a crise climática não respeita fronteiras. Enfrentá-la e buscar alternativas exige reconhecimento, respeito, interlocução e ações conjuntas entre governos — locais, regionais e internacionais — e os povos afetados. Por fim, a imagem propõe uma visão integrada da justiça ambiental, indispensável para reparações e estratégias de adaptação segura tecidas na trama do conhecimento científico, tecnológico e dos saberes tradicionais.



Climate change, migration, and environmental injustice - triptych panel

Sergio Ricciuto Conte

By bringing together the three parts of the artwork proposed for the dossier "Climate change, migration, and environmental injustice" at the end of this volume 2, the art reveals itself as a continuous panoramic illustration. The horizon lines, power lines, water flows, and the march of migrants organically connect the global (105), Latin American (106), and Brazilian (107) settings, visually expressing that the climate crisis respects no borders. Confronting it and seeking alternatives demands recognition, respect, dialogue, and joint actions between governments — local, regional, and international — and the affected peoples. Finally, the image proposes an integrated vision of environmental justice, essential for reparations and safe adaptation strategies woven into the fabric of scientific, technological, and traditional knowledge.

DOSSIÊ MUDANÇAS CLIMÁTICAS, MIGRAÇÃO E INJUSTIÇA AMBIENTAL, VOLS. 1, 2 E 3. (REVISTA TRAVESSIA, 105, 106 E 107 – 2026)

NOTA BIOGRÁFICA DOS ORGANIZADORES

Erika Pires Ramos (RESAMA)



Advogada Pública Federal e pesquisadora brasileira. Doutora em Direito Internacional Público pela Universidade de São Paulo (USP); Fundadora e pesquisadora da RESAMA – Rede Sul-Americana para as Migrações Ambientais. Dedica-se a compreender as dinâmicas que impulsionam as migrações internas e transfronteiriças no contexto da mudança climática e desastres, à construção de uma governança e de políticas públicas no âmbito interno e internacional enfocadas na proteção integral dos direitos humanos das populações e comunidades afetadas e na participação informada nos processos decisórios e de formulação de políticas. Membro do Conselho Editorial da Travessia - Revista do Migrante. Coorganizadora do presente Dossiê. Mãe de Marcelo.
Currículo Lattes: http://lattes.cnpq.br/1869439538227788
Contato: erikaprs@gmail.com

Helion Póvoa Neto (NIEM/UFRJ)



Doutor em Geografia Humana pela Universidade de São Paulo (USP). Pós-Doc no Centro Studi Emigrazione Roma e no Scalabrinian International Migration Institute em Roma, Itália. Professor Associado Aposentado (IPPUR-UFRJ). Coordenador do Núcleo Interdisciplinar de Estudos Migratórios (NIEM). Membro do Conselho Editorial da Travessia - Revista do Migrante, do Conselho Editorial da Revista Interdisciplinar da Mobilidade Humana, do Conselho Científico da Revista Brasileira de Geografia e do Comitê Científico do Centro di Iniziative e Ricerche sulle Migrazioni. Experiência nas áreas de Geografia e Planejamento Urbano e Regional, geografia da população, teorias da migração, migrações no Brasil, refugiados, migração internacional e políticas migratórias. Coorganizador do presente Dossiê.
Currículo Lattes: http://lattes.cnpq.br/3596982026372244
Contato: helionpovoaneto@gmail.com

Márlio Lourenço Fernandes (UNIVERSITÉ SORBONNE NOUVELLE)



Doutor em Sociologia pelo IHEAL, da Université Sorbonne Nouvelle, e mestre em Ciências, Tecnologias e Saúde pela Université Sorbonne Paris Nord. Possui graduação em Sociologia pela UNOPAR e em Fisioterapia pela PUC Minas. Atualmente, atua como Professor Substituto no Instituto Federal do Norte de Minas Gerais (IFNMG) e como pesquisador colaborador em grupos de pesquisa da Sorbonne Nouvelle e da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Foi pesquisador visitante na University of Arizona, nos Estados Unidos. Seus interesses de pesquisa concentram-se nas relações entre migração, mudanças climáticas, precarização do trabalho e desigualdades sociais, com foco nas populações vulneráveis, nas dinâmicas de dominação e resistência e nas políticas públicas voltadas à mitigação desses impactos. Coorganizador do presente Dossiê.
Currículo: http://lattes.cnpq.br/1009644145381914
Contato: lourenco.marlio@gmail.com

José Carlos Pereira (CEM/MISSÃO PAZ/GEPHOM)



Doutor em Sociologia pelo IFCH/UNICAMP. Pesquisador do CEM - Centro de Estudos Migratórios. Editor da Revista Travessia. Editor Associado do Boletim VAI VEM/SPM. Vice-coordenador do GEPHOM/EACH/USP. Membro do GT CEM/LABUR/USP. Membro do GEMI/CERU/USP. Membro do GERM/PUC-SP. Membro do Comitê Científico do Simpósio Internacional Religião e Migração, e membro do Comitê de Organização do referido Simpósio. Coordenador dos seminários Diálogos no CEM. Membro da Pastoral dos Migrantes. Temas de atuação: Sociologia das Migrações, Migração e religião, Trabalho, Sociologia Rural, Juventude. Editor do presente Dossiê.
Currículo Lattes: http://lattes.cnpq.br/2412510178339147
Contato: josecarlos.pereira31@gmail.com

TRAVESSIA agora também ONLINE

Um acervo sem data de vencimento

Já são mais de 80 edições lançadas, com conteúdos para estudo, informação e pesquisa que jamais perdem sua validade. Para aquisição de números anteriores, o valor unitário baixa de acordo com a quantidade solicitada. Aproveite a promoção e pague praticamente a valor da postagem. Entre diretamente em contato conosco.

Valor da assinatura

(3 números por ano)

Nacional

- por 1 ano.....R$ 150,00
- por 2 anos.....R$ 250,00
- por 3 anos.....R$ 350,00

Exterior

- por 1 ano.....U$ 35,00
- por 2 anos.....U$ 65,00

Forma de pagamento

Depósito nominal à: **Pia Soc. dos Miss. de S. Carlos**
Banco Bradesco; Agência 515-0; c/c 23083-9
Após efetuar o depósito, informe por e-mail o valor, a data do depósito, finalidade do mesmo, seu endereço atualizado, sua profissão e/ou área de atuação.

Entre em contato conosco através do e-mail cem@missaonspaz.org ou através do novo portal acesse os últimos números da revista ***TRAVESSIA***

www.revistatravessia.com.br

Acesse também o nosso Facebook:

Revista Travessia - Revista do Migrante

www.missaonspaz.org

NORMAS DE PUBLICAÇÃO NA REVISTA TRAVESSIA

A Revista Travessia publica: dossiês, artigos originais, notas de pesquisa, entrevistas, resenhas, relatos, poemas, contos. Os textos podem ser em: português, espanhol, inglês, francês, etc.

ARTIGOS - Até 20 páginas, fonte Times New Roman, tamanho 12, espaço entre linhas - 1,5, margens: esquerda e direita - 2,5, cabeçalho e rodapé - 2,5

NOTAS DE PESQUISA - Até 10 páginas, fonte Times New Roman, tamanho 12, espaço entre linhas- 1,5, margens: esquerda e direita - 2,5, cabeçalho e rodapé - 2,5

RELATOS - Até 7 páginas, fonte Times New Roman, tamanho 12, espaço entre linhas - 1,5, margens: esquerda e direita - 2,5, cabeçalho e rodapé - 2,5

ENTREVISTAS - Até 10 páginas, fonte Times New Roman, tamanho 12, espaço entre linhas- 1,5, margens: esquerda e direita - 2,5, cabeçalho e rodapé - 2,5

RESENHAS - Até 5 páginas, fonte Times New Roman, tamanho 12, espaço entre linhas - 1,5, margens: esquerda e direita - 2,5, cabeçalho e rodapé - 2,5

CONTOS - Ate 5 páginas, fonte Times New Roman, tamanho 12, espaço entre linhas - 1,2, margens: esquerda e direita - 2,5, cabeçalho e rodapé - 2,5

Obs. Os textos podem conter imagens, preferencialmente em alta resolução

REFERÊNCIAS

A Revista Travessia adota a NBR 6023/2002 da ABNT como norma para referência de documentos em textos acadêmicos. Procurando facilitar o trabalho dos autores de Travessia, apresentamos, abaixo, uma síntese da NBR 6023/2002 tomando como base o seu documento original e ainda o compêndio elaborado por Luciana Pizzani e Rosemary Cristina da Silva (2016). A síntese que se segue não dispensa consulta ao documento (NBR 6023/2002) original e integral da ABNT.

Existem vários meios de informação que podem ser referenciados:
Livros, Dissertações e Teses, Folhetos, Revistas ou Periódicos, Relatórios, Manuais, Eventos, Multimeios, Documentos eletrônicos, Discos e Fitas, Filmes, Fotografias etc.

ALINHAMENTO - A lista final deve ser alinhada à margem esquerda do texto

NOTAS DE RODAPÉ - Em formato numérico, ao final do texto

HAVENDO DUAS OU MAIS REFERÊNCIAS DE UMA MESMA AUTORIA, OBSERVE-SE: a) um só autor: PIZZANI, L.
b) mesmo autor e outro: PIZZANI, L.; SILVA, R.C.
c) mesmo autor e outros: PIZZANI, L. et al.

REFERÊNCIA DE LIVROS/OBRA TRADUZIDA/SÉRIE
Autor, título, subtítulo (se houver), edição, local, editora e data de publicação.

AUGÉ, M. **Não lugares**. Campinas: Papirus, 2006.

CHEVALIER, J.; GHEERBRANT, A. **Dicionário de símbolos**. Tradução Vera da Costa e Silva.
3.ed. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1990.

BRANDÃO, C.R. **O que é educação**. São Paulo: Brasiliense, 1987. 116p. (Coleção primeiros passos, 20).

CAPÍTULO DE LIVRO
Autor, título da parte, subtítulo (se houver), seguidos da expressão "In:" e da referência completa da publicação, número de páginas ou volume.

ROMANO, G. **Imagens da juventude na era moderna**. In: LEVI, G.; SCHMIDT, J. (Orgs.). História dos jovens 2. São Paulo: Companhia das Letras, 1996. p.7-16.

AUTOR DO CAPÍTULO É O MESMO AUTOR DO LIVRO
SANTOS, R.F. A colonização da terra do Tucujús. In: _____ . **História do Amapá, 1º grau**.
2.ed. Macapá: Valcan, 1994. cap.3, p.15-24.

LIVRO DISPONÍVEL NA INTERNET
JUNQUEIRA, L.C.U. **Histologia básica**. 10.ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2004. Disponível em: <http://www.>. Acesso em: 30 set. 2007.
ARTIGO DE PERIÓDICO - revista, boletim etc. *Autor, título do artigo, subtítulo (se houver), título da publicação, local da publicação, numeração correspondente ao volume e/ou ano, número ou fascículo, paginação inicial e final do artigo, informações de período, ano de publicação.* Exemplos: DORNELAS, S.M. Entre a Igreja do Brasil e da França: Uma experiência com os portugueses em Paris. **Travessia** - revista do Migrante, São Paulo, ano XXII, n. 65, p. 13-32, set-dez. 2009.

ARTIGO EM PERIÓDICO - revista, boletim etc. disponível em meio eletrônico *Autor, título do artigo, subtítulo (se houver), título da publicação, local*

da publicação, numeração correspondente ao volume e/ou ano, número ou fascículo, paginação inicial e final do artigo, informações de período, ano de publicação, informações pertinentes ao suporte eletrônico.

BASSO, N.A.S. et al. Insulinoterapia, controle glicêmico materno e prognóstico perinatal: diferença entre o diabetes gestacional e clínico. **Rev. Bras. Ginecol. Obstet**., v.29, n.5, p.253259, maio 2007. Disponível em: <http: //www.____>. Acesso em: 16 jan. 2004.

ARTIGO DE JORNAL: Autor, título do artigo, subtítulo (se houver), título do jornal, local de publicação, data de publicação, seção, caderno ou parte do jornal e a paginação correspondente.

NAVES, P. Lagos andinos dão banho de beleza. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 28 jun. 1999. Folha Turismo, Caderno 8, p.13.

ARTIGO DE JORNAL disponível em meio eletrônico
NAVES, P. Lagos andinos dão banho de beleza. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 28 jun. 1999. Folha Turismo, Caderno 8, p.13. Disponível em: <http://www._____>. Acesso em: 20 fev. 2004.

MONOGRAFIAS, DISSERTAÇÕES, TESES
SILVA, C. F. da. **Das calçadas às galerias:** mercados populares do centro de São Paulo**.** 2014. 176p. Originalmente apresentado como tese de doutorado em Sociologia. São Paulo: USP, 2014.

MONOGRAFIAS, DISSERTAÇÕES, TESES disponíveis em meio eletrônico
RODRIGUES, M.A.Q. **Bandagem ajustável do tronco pulmonar**: comparação de dois métodos de hipertrofia aguda do ventrículo subpulmonar. 2006. 85p. Tese (Doutorado) - Faculdade de Medicina, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006. Disponível em:<http://www.teses.usp.br/teses/ disponíveis/5/5156/tde-06112006-130715/>. Acesso em: 20 dez. 2007.

EVENTO CIENTÍFICO: *Autor, título do trabalho apresentado, subtítulo (se houver), seguido da expressão "In:", nome do evento, numeração (se houver), ano e local de realização, título da publicação, subtítulo (se houver), local de publicação, editora, data de publicação, página inicial e final da parte referenciada, elementos pertinentes a parte referenciada.*

- Quando disponível em meio eletrônico, acrescentar: "Disponível em.... , como no exemplo abaixo.
BENGTSSON, S.; SOLLEIM, B.G. Enforcement of data protection, privacy and security in medical informatics. In: WORLD CONGRESS ON MEDICAL INFORMATICS, 7., 1992, Geneva.

Proceedings... Amsterdam: North Holland, 1992. p.1561-1565. Disponível em: <http://www._____>. Acesso em: 21 jan. 2004.

DOCUMENTO JURÍDICO
Jurisdição (ou cabeçalho da entidade, no caso de se tratar de normas), título, numeração, data e dados da publicação. No caso de Constituições e suas emendas, entre o nome da jurisdição e o título, acrescenta-se a palavra Constituição, seguida do ano de promulgação entre parênteses.

BRASIL. Medida provisória nº 1.569-9, de 11 de dezembro de 1997. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF, 14 dez. 1997. Seção 1, p.29514.

BRASIL. **Código Civil**. 46.ed. São Paulo: Saraiva, 1997.

BRASIL. Constituição (1988). Emenda constitucional nº 9, de 9 de novembro de 1995. **Lex**: legislação federal e marginália, São Paulo, v.59, p.1966, out./dez. 1995.

SÃO PAULO (Estado). Secretaria do Meio Ambiente. **Diretrizes para a política ambiental do Estado de São Paulo**. São Paulo, 1993. 35p.

BRASIL. Ministério da Justiça. **Relatório de atividades**. Brasília, DF, 1993. 28p.

IMAGEM EM MOVIMENTO - Inclui filmes, videocassetes, DVD, entre outros
Título, diretor, produtor, local, produtora, data e especificação do suporte em unidades físicas.

ADEUS, Lenin! Dir. Wolfgang Becker. Alemanha: Prod. X Filme Creative Pool; WDR (Cologne); Arte France Cinéma, 2003. 1 DVD

DOCUMENTO ICONOGRÁFICO -
Inclui pintura, gravura, ilustração, fotografia, desenho técnico, diapositivo, diafilme, material estereográfico, transparência, cartaz, entre outros.
Autor, título, data e especificação do suporte.
KOBAYASHI, K. **Doença dos xavantes**. 1980. 1 fotografia.
O QUE acreditar em relação à maconha. São Paulo: CERAVI, 1985. 22 transparências.

MATTOS, M.D. **Paisagem-Quatro Barras**. 1987. 1 original de arte, óleo sobre tela, 40cm x 50cm. Coleção particular.

DOCUMENTO CARTOGRÁFICO - Inclui atlas, mapa, globo, fotografia aérea etc.
Autor(es), título, local, editora, data de publicação, designação específica e escala.

ATLAS Mirador Internacional. Rio de Janeiro: Enciclopédia Britânica do Brasil, 1981. 1 atlas. Escalas variam.
BRASIL e parte da América do Sul: mapa político, escolar, rodoviário, turístico e regional. São Paulo: Michalany, 1981. 1 mapa, color., 79 cm x 95 cm. Escala 1:600.000

BÍBLIAS

BÍBLIA. Língua. Título da obra. Tradução ou versão. Local: Editora, Data de publicação. Total de páginas.

BÍBLIA. Português. **Bíblia sagrada**. Tradução de Padre Antônio Pereira de Figueiredo. Rio de Janeiro: Encyclopaedia Britannica, 1980. Edição Ecumênica.

PARTES DA BÍBLIA: *Quando se tratar de partes da Bíblia, inclui-se o título da parte antes da indicação do idioma e menciona-se a localização da parte (capítulo ou versículo) no final.*

BÍBLIA, N.T. João. Português. **Bíblia sagrada**. Versão de Antonio Pereira de Figueiredo. São Paulo: Ed. Das Américas, 1950. cap.12, vers.11.

CITAÇÃO DIRETA - TRECHO CITADO MENOR OU IGUAL A 3 LINHAS

As citações diretas, menores ou iguais ao limite de 3 linhas devem ser feitas de acordo com as seguintes especificações: “Sendo necessário citar trecho de obra, sem ultrapassar o limite de três linhas, deve-se fazer a citação no corpo do próprio texto, mantendo o espaçamento adotado, o tamanho de fonte 12, sem itálico, iniciando e terminando com aspas” (SOUZA, 2005, p. 18). Esta regra também confere com a ABNT 6023/2002.

CITAÇÃO DIRETA - TRECHO CITADO MAIOR QUE 3 LINHAS

As citações maiores devem ser feitas seguindo as seguintes especificações:

> Sendo necessário citar trecho de obra ou transcrever a opinião de determinado autor ou ainda acórdão, ementa, lei, ultrapassando três linhas, deve-se recuar 4 centímetros à direita com os seguintes cuidados: espaço simples, fonte 10, sem itálico, iniciando e terminando sem aspas. Após, entre parênteses, constar a fonte, com o sobrenome do autor em maiúsculas, o ano de publicação da obra e a página. (SOBRENOME, 2003, p. 10).

O sobrenome do autor, quando colocado entre parênteses, deve ser grafado em maiúsculas.

DOCUMENTO DE ARQUIVO
Obs.:
1) Forneça dados para a localização do documento no arquivo: título do fundo ou da coleção, série, subsérie, notação (código do conjunto), instituição de guarda, local (entre parênteses), data do documento.
2) No caso de referências a conjuntos ou itens em posse de pessoas, registra-se: "Acervo pessoal de ...").

Com autoria
ARANHA, Luís de Freitas Vale.
Carta a José Pinto. Arquivo Pedro Ernesto Batista, série Correspondência; PEB c
1935.01.15 (Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do
Brasil, Rio de Janeiro). 15 jan. 1935.
- Chamada à referência no texto: (Aranha, 15 jan. 1935)

Sem autoria
TERMO...
Termo de obrigação que fazem Manuel Francisco Villar e Antonio Freire de Ocanha.
Códice 296, f.108 (Arquivo Histórico Ultramarino, Lisboa). 2 mar. 1696.
- Chamada à referência no texto: (Termo..., 2 mar. 1696)

PARA REFERÊNCIA DE OUTROS DOCUMENTOS NÃO PRESENTES NESSA SÍNTESE, confira: ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 6023**: informação e documentação - referências - elaboração. Rio de Janeiro, 2002. 24p.
Disponível também em: <https://www.ict.unesp.br/Home/biblioteca/6023refernciaeelaborao.pdf>. Acesso em: 02 mar. 2018.

PIZZANI, L.; SILVA, R. C. **ABNT 6023 Elaboração de Referências**. 87p. Botucatu-SP: UNESP, 2016. Disponível em:
<http://www.biblioteca.btu.unesp.br/Home/Referencias/LuABNT_6023.pdf>.
Acesso em: 02 mar. 2018.

TRAVESSIA - Revista do Migrante

Publicação do CEM - Centro de Estudos Migratórios (Federação Internacional dos CEMs J. B. Scalabrini), de natureza interdisciplinar, que visa contribuir para o intercâmbio entre a ampla e diversificada produção do conhecimento e aqueles que atuam em movimentos sociais e pastorais junto aos migrantes.

Diretor do CEM
João Paulo Buchinger, CS

Editor-chefe
José Carlos Pereira

CONSELHO CIENTÍFICO
Alfredo José Gonçalves (Pia Soc. dos Miss. de S. Carlos/Scalabrinianos),
Carlos Bernardo Vainer (IPPUR/UFRJ), Dulce Maria Tourinho Baptista (PUC-SP),
Fernando Antonio Lourenço (CERES/IFCH/UNICAMP), Heinz Dieter Heidemann (USP),
Helion Póvoa Neto (NIEM/IPPUR/UFRJ), José Jorge Gebara (UNESP),
Lorenzo Prencipe (CSER/Roma), Marcia Anita Sprandel (ABA/CEMI/UNICAMP),
Maria Aparecida de Moraes Silva (TRAMA/UFSCar),
Oswaldo Mário Serra Truzzi (UFSCar), Rosana Baeninger (NEPO/IFCH/UNICAMP),
Sidney Antonio da Silva (UFAM).

COMITÊ EDITORIAL
Ana Carolina Gonçalves de Leite (UFPE), Ana Cristina Arantes Nasser (USP),
Carlos Freire Silva (UFPA), Darlene Ap. de Oliveira Ferreira (UNESP),
Derek Pardue (Aarhus University, Denmark), Gustavo Dias (UNIMONTES),
Érika Pires Ramos (RESAMA), Francisco Nunes (Cásper Líbero),
José Carlos Pereira (CEM/GEPHOM/USP), Léa Francesconi (USP),
Luis Felipe Aires Magalhães (NEPO/UNICAMP), Margarida Maria Andrade (USP),
Marilda Aparecida de Menezes (UFABC/UNICAMP),
Neusa de Fátima Mariano (UFSCar), Odair da Cruz Paiva (UNIFESP),
Paolo Parise, CS, Patrícia Nabuco Martuscelli (University of Sheffield - UK),
Patrícia Villen (UNICAMP), Sidnei Marco Dornelas (CEMLA),
Svetlana Ruseishvili (UFSCar), Tatiana Waldman (Museu da Língua Portuguesa),
Valéria Barbosa de Magalhães (GEPHOM/EACH/USP), Verônica Pessoa (UFCG).

EDITORAS-ASSISTENTES
Anna Ferri Davis (USP), Camilla Reis (USP), Yara Silvia Tucunduva (CEM)

EDITORA DE LEIAUT
Renata Peres (UAM)
Raquel Peres (UNIP)

CENTRO DE ESTUDOS MIGRATÓRIOS
Rua Glicério, 225 - Bairro Liberdade
01514-000 - São Paulo / SP - Brasil
Fone: (11) 3340-6952
travessia@missaonspaz.org
cem@missaonspaz.org
www.missaonspaz.org

Capa - Sergio Ricciuto Conte
sergioricciuto@gmail.com
www.sergioricciutoconte.com.br

Impressão - Max Editora e Impressões Digitais Ltda - (11) 94734-9944

Seja um(a) Colaborador(a)

Pensou migrante, pensou *Travessia!*
Pensou diferente, pensou *Travessia!*
De estrada palmilhada, por um Conselho Editorial atuante, lá se vão de trinta anos mais.

A temática para a qual você estendeu o seu olhar, é mais do que candente:
Os migrantes

Politicamente.....	ora desejados, ora indesejados - sempre estiveram na ordem do dia e, na atualidade, transformaram-se em tema das agendas internacionais de governos;
Culturalmente.....	alguns são homenageados, vangloriados; outros, a maioria, discriminados, vítimas de preconceito, quando não de xenofobia;
Economicamente..	são integrantes, como fator de maior visibilidade, de um dos eixos constitutivos da modernidade - a mobilidade do trabalho;
Teoricamente.....	abordados a partir de diferentes enfoques, nem sempre conseguem ser suficientemente abarcados.

Se seu horizonte não míngua nos limites do acadêmico, dispute este espaço, pois a *Travessia* transita para além das estantes.

Você encontra aqui um espaço ágil e flexível para socialização

dos seus estudos acadêmicos
da sua produção literária
da sua atuação militante.

A qualquer momento você pode enviar a sua colaboração.

Dos/as migrantes cabem,
na ginga da Travessia,
as amostras da empiria,
os embates da teoria,
as lutas do dia a dia,
os sonhos da poesia.

travessia@missaonspaz.org
cem@missaonspaz.org
www.revistatravessia.com.br
www.missaonspaz.org

PRÓXIMAS EDIÇÕES

REVISTA TRAVESSIA 2027/2028

JANEIRO - ABRIL/2027

DOSSIÊ - Economia humanitária, fronteiras, securitização e militarização das migrações. (Ano XL, Ed. 108)

MAIO - AGOSTO/2027

DOSSIÊ - Migração e mobilidades no Vale do Jequitinhonha: cultura, política, conflitos socioambientais e territoriais. (Ano XL, Ed.109)

SETEMBRO - DEZEMBRO/2027

DOSSIÊ - A saúde de populações migrantes internacionais. (Ano XL, Ed.110)

JANEIRO - ABRIL/2028

DOSSIÊ - Migrações brasileiras ao Paraguai. (Ano XL, Ed.111)

Além de textos para esses dossiês, segue permanente o fluxo para envio de artigos de tema livre, desde que abordem a temática migração e seus protagonistas.

Acesse o nosso site, consulte as normas de publicação e, se ainda não se cadastrou, cadastre-se e envie o seu texto.

O escrito pode ser em forma de artigo acadêmico, nota de pesquisa, entrevista, relato, resenha, poesia, conto.

travessia@missaonspaz.org
www.revistatravessia.com.br
www.missaonspaz.org

ISSN 0103-5576
0103-5576
TRAVESSIA ONLINE
ISSN 2594-7869